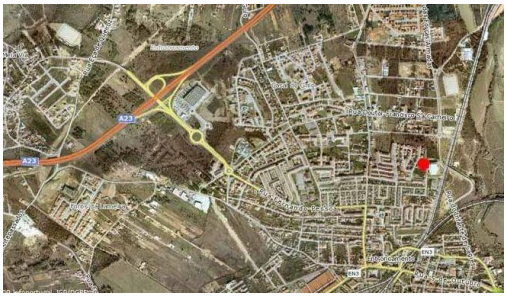
Primeira revisão Plano Diretor Municipal, PDM

Entroncamento









ENTRONCAMENTO
cidade ferroviária

Volume 04

Estudos Setoriais de Caraterização

Versão para aprovação em Assembleia Municipal

Nota: Os Estudos de Caracterização constituem a primeira fase de suporte ao processo de elaboração de um PDM. Estão, por isso, datados no tempo. Foram elaborados, apreciados (em reunião plenária) e objeto de pareceres em fevereiro de 2018. É natural apresentarem desatualizações de informação motivadas e decorrentes do normal arrastamento de procedimento administrativo, como é o caso da revisão de qualquer Plano Diretor Municipal.

Esta página foi deixada em branco propositadamente

SUMÁRIO

Os Estudos de Caracterização do Território pretendem traçar um retrato geral do Território do Município do Entroncamento e das dinâmicas instaladas e/ou emergentes. Consideram-se várias perspetivas setoriais e procura-se perceber quais as novas dimensões e/ou preocupações, às quais, a revisão do atual Plano Diretor Municipal [PDM] deve dedicar particular acuidade. Os Estudos de Caracterização do Território do Município do Entroncamento constituem um documento sempre em aberto, podendo e devendo, a qualquer altura do processo de elaboração do PDM, ser completados ou revistos, integrando os contributos de cada uma das Entidades que participam no Acompanhamento do Plano.

Os Estudo de Caracterização do Território estruturam-se em 8 Relatórios sendo acompanhados por um conjunto de Peças Desenhadas de apoio.

Relatório 1 - Enquadramento Regional

Estudo que analisa o relacionamento existente entre o município e a região envolvente, avaliando a proximidade de algumas das vias estruturantes de âmbito nacional e de alguns dos equipamentos de âmbito regional e até nacional, e identificando as potencialidades que o município oferece no seio da região envolvente e que poderão constituir mais-valias geoestratégica.

Relatório 2 - Enquadramento Nos IGTs

Estudo incide, sobre uma análise dos instrumentos orientadores supramunicipais, que tem implicações sobre o território do município do Entroncamento.

Relatório 3 – Condicionantes Biofísicas

Estudo que carateriza o território concelhio no âmbito dos recursos biofísicos, atendendo a que o território do Entroncamento é claramente um espaço onde a combinação, sobretudo, de vários fatores naturais determinou a existência de uma paisagem singular, torna-se fundamental o estudo da paisagem onde se procura caracterizar o território do ponto de vista biofísico e interpretar a relação do Homem, da comunidade, com esse mesmo suporte biofísico. Procedendo-se, ainda, à caraterização da paisagem rural do município.

Relatório 4 – Ocupação do Solo, Avaliação do PDM

Estudo que carateriza o território concelhio em termos de uso e ocupação do solo, de acordo com o COS2007, bem como uma análise do nível de execução do pdm em vigor, atendendo aos impactes da aplicação do PDM no uso atual do solo.

Relatório 5 – Áreas Críticas à Ocupação Humana

Estudo que tem como objetivo conhecer por um lado os riscos naturais e tecnológicos a que o município se encontra exposto, muitas vezes associadas à ação antrópica, embora também possam ocorrer por fatores naturais. Por outro, conhecer os fatores suscetíveis de diminuir a capacidade do ecossistema e que desencadeiam processos de degradação ambiental.

Relatório 6 – Demografia

Estudo que tem como objetivo conhecer os movimentos da população, a sua composição e distribuição no território, as mudanças que nela ocorrem ao longo do período de vigência do PDM, bem como os fenómenos responsáveis por essas mudanças. Estudo que pretende servir de suporte de fundamentação e orientação no desenho de uma política para o setor da habitação no município efetuando-se, para tal, a análise do parque habitacional concelhio, com o intuito de encontrar as suas carências qualitativas e quantitativas.

Este estudo visa ainda caracterizar o tecido económico concelhio, fundamentado na síntese dos resultados de várias análises que vêm sendo efetuadas desde o início do processo de revisão do Plano Diretor Municipal do Entroncamento, bem como em dados das principais funções ou atividades económicas existentes no município. Esta informação é complementada ainda por vários indicadores disponíveis, como são os do Instituto Nacional de Estatística (INE) e o PORDATA.

Relatório 7 – Desenvolvimento Urbano

O estudo aborda, ainda, a temática da rede de acessibilidades, rede de transportes públicos e rede de infraestruturas, nomeadamente no que diz respeito à avaliação das taxas de cobertura das redes de infraestruturas concelhias ao nível da sua sustentabilidade e que se apresentam de vital importância para equacionar algumas opções do plano. Os dados setoriais relativos às infraestruturas.

Estudo caracteriza, ainda, o município ao nível dos equipamentos de utilização coletiva, e que servirá de base, para a planificação dos equipamentos a propor e a atrair para a área em estudo, que se deve fundamentar num conjunto de fatores de caráter demográfico, social e económico.

Relatório 8 – Património, Turismo e Lazer

Este relatório assume por objetivo a caracterização do município sob o ponto de vista do seu património construído e cultural, vetores que se entendem enquanto elementos fundamentais da riqueza patrimonial do município. Este relatório aborda ainda, questões relacionadas com o potencial do município do Entroncamento, no que diz respeito ao setor do turismo e do lazer.

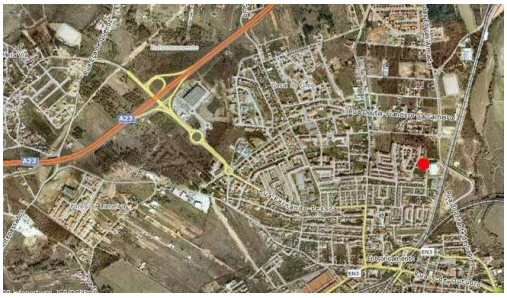
Primeira revisão Plano Diretor Municipal, PDM

Entroncamento









ENTRONCAMENTO
cidade ferroviária

Volume 04

R1 – Enquadramento Territorial

[versão para aprovação em Assembleia Municipal] fevereiro 2018

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Índice

1. Nota Introdutória 3

2. Enquadramento Administrativo e Estatístico do Entroncamento 4

3. Integração Regional do Entroncamento 7
3.1. Aplicação da alínea a), n.º3 do artigo 97 do Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio 7
3.2. Articulação Urbana, Grandes Equipamentos e Infraestruturas Relevantes 8

4. Caracterização Geral do Entroncamento 10
4.1. Freguesia de São João Batista 10
4.2. Freguesia de Nossa Senhora de Fátima 15

5. Conclusão 19

Siglas e Acrónimos 20

Bibliografia 21

Índice de Figuras

Figura 1. Enquadramento do Município na divisão Administrativa de Portugal Continental | Fonte: DGT (2016) Carta Administrativa Oficial de Portugal 4
Figura 2. Divisão Administrativa do Município de Entroncamento | Fonte: DGT (2011) Carta Administrativa Oficial de Portugal 5
Figura 3. Integração estatística do Concelho do Entroncamento nas NUTS | Fonte: DGT (2016) Carta Administrativa Oficial de Portugal; INE (2011) 6
Figura 4. A cidade do Entroncamento no contexto do Sistema Urbano da região do OVT | Adaptado de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT 8
Figura 5. Divisão administrativa do concelho do Entroncamento – Localização da freguesia de S. João Batista sobre ortofotomapa | Fonte: DGT (2016) Carta Administrativa Oficial de Portugal; CME – Ortofoto-mapa 11
Figura 6. Bairro da estação localizado na freguesia de São João Batista (2012) 12
Figura 7. Rua Luís Falcão de Sommer - rua pedonal na freguesia de São João Batista (2012) 12
Figura 8. Avenida Dr. José Vitor das Neves (2012) 12
Figura 9. Praça Salgueiro Maia (2012) 12
Figura 10. Largo do Município (2012) 12
Figura 11. Fachada Frontal do Edifício da Câmara Municipal (2012) 12
Figura 12. Área agrícola localizada no sul do Concelho na freguesia de São João Batista (2012) 13
Figura 13. Principais elementos da paisagem urbana da freguesia de São João Batista (2012) 14
Figura 14. Rua Cidade de Penafiel – área urbana na freguesia de N. Sr.ª de Fátima (2012) 15
Figura 15. Parque do Bonito (vista de carvalhos) – localizado no norte da freguesia (2012) 15
Figura 16. Divisão administrativa do concelho do Entroncamento – Localização da freguesia de N. Senhora de Fátima sobre ortofotomapa | Fonte: DGT (2016) Carta Administrativa Oficial de Portugal; CME-ortofotomapa 16
Figura 17. Escola Secundária com 3º Ciclo do Entroncamento (2012) 16
Figura 18. Complexo Desportivo do Bonito (2012) 16
Figura 19. Principais elementos da paisagem urbana da freguesia de N. Sra. de Fátima (2012) 18

Índice de quadros

Quadro 1. Distancia e Tempo, por estrada, entre a Cidade do Entroncamento e várias cidades | Fonte: Dados trabalhados com base em http://www.maps.google.pt/ 9
Quadro 2. Indicadores para a freguesia de São João Batista | Fonte: INE, Censos 2011 10
Quadro 3. Indicadores para a freguesia de N. Sr.ª de Fátima | Fonte: INE, Censos 2011 15

1. Nota Introdutória

O presente documento constitui o Relatório de Enquadramento Territorial e Administrativo do Município do Entroncamento, integrante da 1ª Fase do procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal de Entroncamento (PDME) – Caracterização e Diagnóstico.

O procedimento de revisão do PDME e respetivos conteúdos encontram-se estruturados e definidos de modo a responder às exigências legais requeridas nos termos do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, bem como, demais legislação aplicável.

Pretende-se no presente relatório efetuar uma breve caracterização do Concelho do Entroncamento, atendendo à sua divisão administrativa e principais características das freguesias que o constituem.

Este relatório é uma introdução ao Concelho, que servirá para enquadrar as análises de detalhe dos restantes relatórios que constituem os Estudos de Caracterização da Revisão do PDME.

Neste mesmo documento pretende-se, ainda, efetuar o enquadramento do Concelho ao nível da região centro, da sub-região do Médio Tejo, nos aspetos relacionados com o enquadramento territorial, acessibilidades, grandes equipamentos ou outros que se relacionem com a alínea a) do n.º3 do artigo 97º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

Para efeitos de cumprimento da alínea do Decreto-Lei acima referido, consta do presente relatório um capítulo dedicado a esta matéria, suportado na peça gráfica n.º 3 – Planta de Enquadramento Regional.

2. Enquadramento Administrativo e Estatístico do Entroncamento

O Entroncamento, com uma superfície de 13,7 km², constitui o segundo Concelho do país com menor superfície[1]. Este município, situa-se no Distrito de Santarém, composto por um total de 21 municípios[2]: Abrantes, Alcanena, Almeirim, Alpiarça, Benavente, Cartaxo, Chamusca, Constância, Coruche, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Mação, Ourém, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Sardoal, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha – ver figura 3.

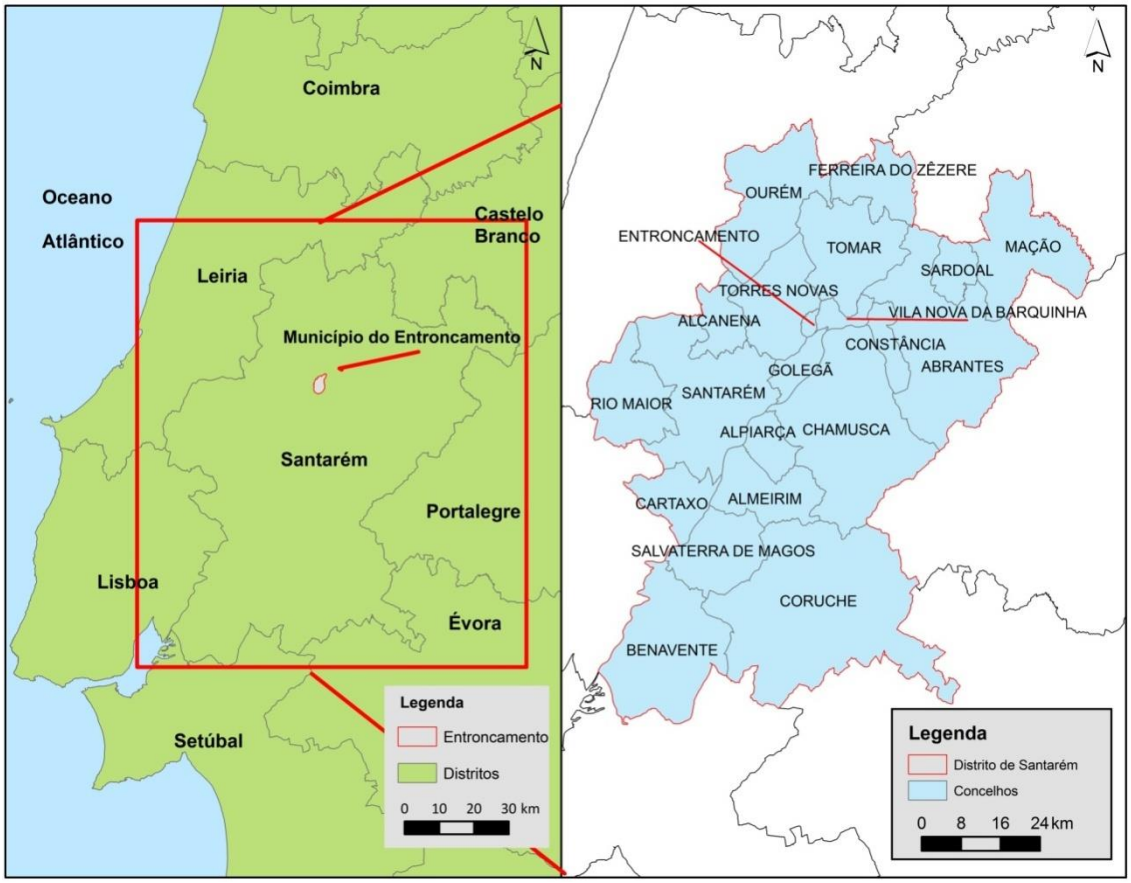
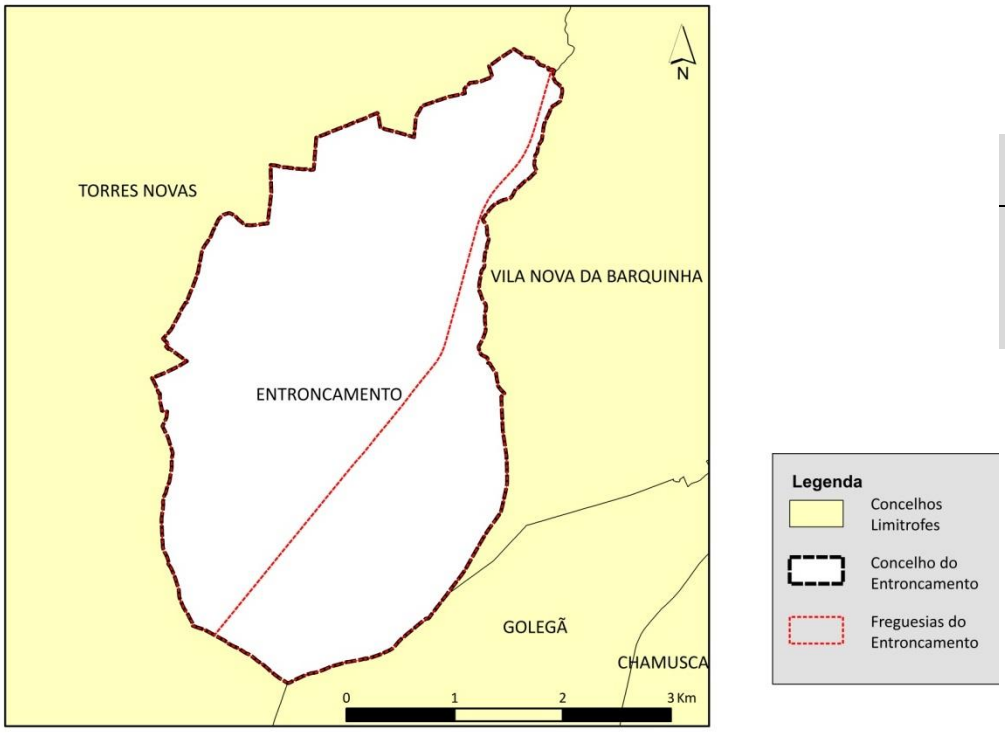


Figura 1. Enquadramento do Município na divisão Administrativa de Portugal Continental | Fonte: DGT (2016) Carta Administrativa Oficial de Portugal

O Concelho do Entroncamento confronta a norte e oeste com o Concelho de Torres Novas, a sul com o da Golegã e a leste com o Concelho de Vila Nova da Barquinha, sendo constituído somente por duas freguesias: S. João Batista e N. Sra. de Fátima[3]- ver figura 2.

[1] Apenas o Concelho de S. João da Madeira tem menor dimensão que o de Entroncamento.
[2] Vede Figura 1
[3] Durante muito tempo, o Entroncamento foi dos poucos municípios de Portugal que possuíam apenas uma freguesia. Contudo, em agosto de 2003 a única freguesia do Entroncamento foi renomeada (passando a chamar-se São João Batista), tendo depois uma parte, a norte, sido desanexada para formar a nova freguesia de Nossa Senhora de Fátima. Estas alterações tornaram-se efetivas a partir de 1 de janeiro do ano seguinte. As Divisões Administrativas do Concelho do Entroncamento decorrem da Carta Administrativa Oficial de Portugal em vigor (2015).



Freguesias	Área (ha)
N Sra. de Fátima	916.76
S. João Batista	456.05

Figura 2. Divisão Administrativa do Município de Entroncamento | Fonte: DGT (2016) Carta Administrativa Oficial de Portugal

Para análise e tratamento estatístico, Portugal encontra-se constituído e dividido em Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS).[4] Neste quadro, a Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 34/86, de 26 de março, estabeleceu três níveis de NUTS: a NUTS I corresponde ao país, a NUTS II à região e a NUTS III à sub-região.

À data, Portugal Continental foi subdividido em cinco NUTS II, correspondentes à área de jurisdição de cada uma das então Comissões de Coordenação Regionais: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. O Concelho do Entroncamento integrou a região de Lisboa e Vale do Tejo. Cada uma destas NUTS II encontra-se dividida em sub-regiões, designadas por NUT III, que constituem agrupamentos de Concelhos. O Entroncamento insere-se desde então na NUTS III do Médio Tejo. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 244/2002, de 5 de novembro, pretendeu-se ajustar as NUTS de forma a proceder à adequação destas ao perfil socioeconómico das regiões. Neste sentido e após ter sido parte integrante de Lisboa e Vale do Tejo, o Entroncamento insere-se agora no Centro, mantendo-se, contudo, na sub-região de Médio Tejo, que transita para esta última região – ver figuras 3 e 4.

[4] Estas configurações foram criadas no âmbito da União Europeia entre os respetivos Serviços Estatísticos (o Eurostat) e constitui a norma comum para os Estados trocarem informação entre si.

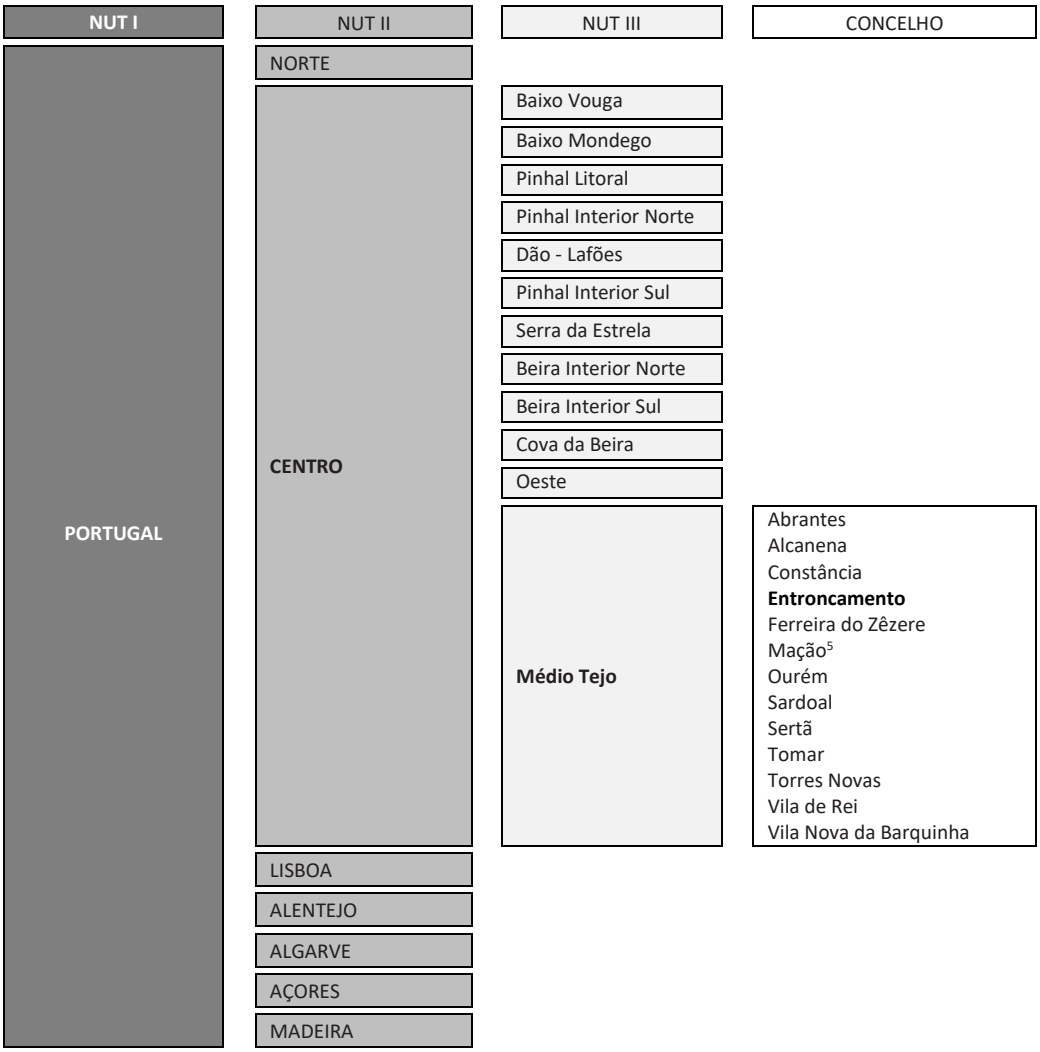


Figura 3. Integração estatística do Concelho do Entroncamento nas NUTS | Fonte: DGT (2016) Carta Administrativa Oficial de Portugal

[5] Lei n.º 21/2010 de 23 de agosto, Artigo 1º

3. Integração Regional do Entroncamento

3.1. Aplicação da alínea a), n.º3 do artigo 97 do Decreto-lei n.º 80/2015, de 14 de maio

Nos termos do disposto no Decreto-lei nº 80/2015 de 14 de maio, que aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), deve o PDM ser acompanhado, de entre outros elementos, de:

a) "*Planta de enquadramento regional, elaborada a escala inferior à do plano diretor municipal, com indicação dos centros urbanos mais importantes, principais vias de comunicação, infraestruturas relevantes e grandes equipamentos que sirvam o município e indicação dos demais programas e planos territoriais em vigor para a área do município*;"[6]

Assim, em cumprimento do acima mencionado e como já anteriormente referido, é parte integrante deste Relatório a peça gráfica nº 3 - Planta de Enquadramento Regional, na qual se representam, para além dos grandes equipamentos que servem o município do Entroncamento, as principais vias de comunicação (rede rodoviária principal e complementar e rede ferroviária) e outras infraestruturas relevantes.

Constam no presente relatório as principais linhas de articulação com os centros urbanos, quer estas se consubstanciem em relações de complementaridade, como é o caso de Tomar e Torres Novas, quer em relações de subsidiariedade por parte da cidade do Entroncamento de que é exemplo a articulação com a capital de distrito e com Lisboa.

Tendo por base esta peça gráfica, pretende-se no presente capítulo explicitar sucintamente a forma como o Concelho do Entroncamento se integra no contexto regional, através não apenas da identificação dos grandes equipamentos e infraestruturas que servem o Concelho como também de uma breve leitura das redes de articulação urbana.

[6] Cf. alínea a) do n.º3 do artigo 97º do Decreto-lei nº 80/2015, de 14 de maio.

3.2. Articulação Urbana, Grandes Equipamentos e Infraestruturas Relevantes

Integrado na sub-região do Médio Tejo, o Concelho do Entroncamento mantém uma articulação funcional e administrativa, não apenas com os municípios envolventes como também com as cidades de Santarém e, particularmente, Lisboa.

No que concerne à rede de articulação urbana com os centros localizados na envolvente, no Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT OVT) a cidade do Entroncamento é identificada como centro urbano estruturante integrado num subsistema urbano polinucleado - o subsistema urbano do Médio Tejo[7], no qual se inserem igualmente outros centros de mesmo nível como Torres Novas, Abrantes, Ourém e Tomar.

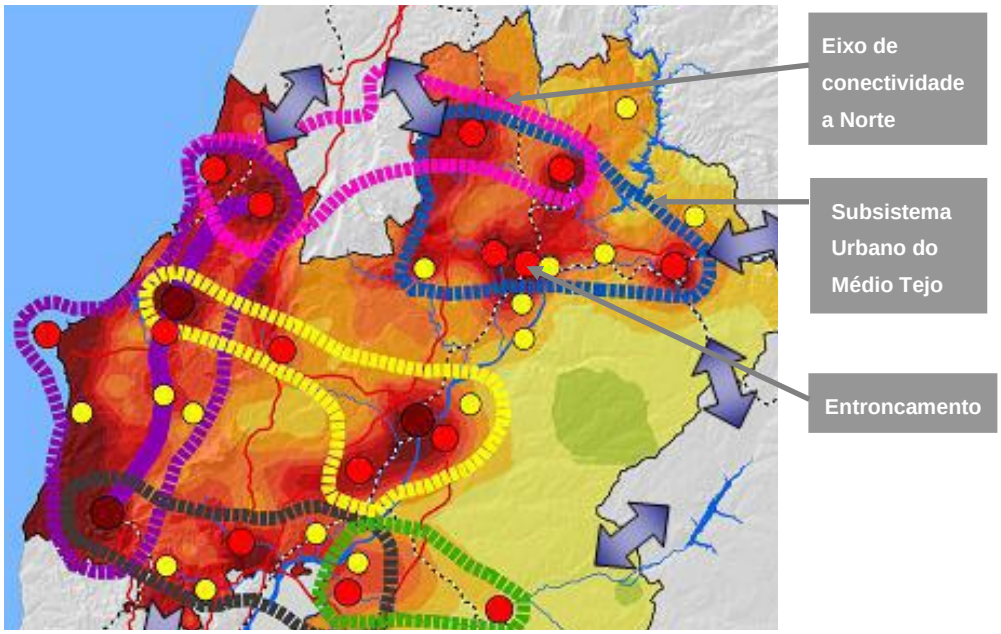


Figura 4. A cidade do Entroncamento no contexto do Sistema Urbano da região do OVT | Adaptado de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT

O Entroncamento mantém uma articulação funcional com o concelho de Torres Novas - que é, em simultâneo, município de destino laboral de população residente no Concelho do Entroncamento e de origem de população que trabalha na cidade do Entroncamento - e com Tomar e Abrantes. Às razões laborais associa-se, na determinação destas relações de complementaridade urbana, a função comercial, fortemente polarizada pelo Entroncamento e Torres Novas.

[7] vede Relatório 3 – Enquadramento nos IGT, integrado na 1ª fase do procedimento de Revisão do PDME – Caracterização e Diagnóstico.

Destaca-se ainda a articulação com outros centros urbanos posicionados, na classificação definida no PROT OVT, num nível inferior da rede urbana, como Vila Nova da Barquinha, Constância e Golegã, mas nestes casos determinada essencialmente por motivos de visitação, consumo e lazer e sobre os quais o Entroncamento exerce influência, principalmente com um polo de oferta de serviços e comércio.

Extravasando já o subsistema urbano do Médio Tejo, e num contexto de inter-relação com centros urbanos de nível superior, é de referir a articulação do Entroncamento com a cidade de Santarém, particularmente pela função que esta última assume como capital de distrito. Releva-se, igualmente, a articulação com a Grande Lisboa, especialmente com a cidade de Lisboa, sendo que esta não se cinge apenas à polarização resultante da concentração de funções centrais de influência suprarregional e nacional na capital, mas, fruto das fortes acessibilidades de que beneficia o Entroncamento, pelo que esta influência alarga-se também a relações laborais geradoras de movimentos pendulares.

O Concelho do Entroncamento possui um posicionamento estratégico quer na rede rodoviária quer na ferroviária, que resulta numa forte acessibilidade. Como se constata pela leitura da Planta de Enquadramento Regional, o Concelho é servido pela A23 (IP6), que o atravessa a poente, e que permite a ligação à A1 (IP1), pela EN3 e por todo um conjunto de vias que integram os níveis regional (IC3) e municipal da rede rodoviária. São de seguida sistematizadas as distâncias (em quilómetros e distância tempo) entre a cidade do Entroncamento e as principais cidades com as quais mantém relações funcionais, utilizando a rede rodoviária nacional – ver quadro 1.

Unidade Territorial	Distância (km)	Tempo
Abrantes	29,5	27 min.
Lisboa	120	1h 15 min.
Ourém	31,6	39 min.
Santarém	52	41 min.
Tomar	24,8	22 min.
Torres Novas	8,9	14 min.

Quadro 1. Distancia e Tempo, por estrada, entre a Cidade do Entroncamento e várias cidades | Fonte: Dados trabalhados com base em http://www.maps.google.pt/

Localizada na convergência de duas linhas ferroviárias, a cidade do Entroncamento é servida pelas linhas do Norte e da Beira Baixa, o que confere à estação ferroviária do Entroncamento uma função de hub regional. Esta é aliás uma das infraestruturas que se destacam no Entroncamento e no contexto regional, conjuntamente com a MSC - Terminal do Entroncamento, SA na freguesia São João Batista. Esta infraestrutura constitui uma solução logística estratégica dada a centralidade e aos excelentes acessos rodoferroviários que o concelho de Entroncamento oferece.

Remete-se para a planta de enquadramento regional a consulta aos equipamentos de influência regional ou supra regional que servem o Entroncamento, designadamente em matéria de educação (localizando-se as universidades e politécnicos da envolvente), hospitais e transportes e logística.

4. Caracterização Geral do Entroncamento

O presente capítulo tem por objetivo transmitir uma visão global de cada uma das freguesias que constituem o Concelho do Entroncamento, através de uma caracterização geral das mesmas na qual se englobam aspetos essencialmente territoriais, como a área, densidade populacional, povoamento e principais equipamentos e elementos da paisagem urbana.

O Entroncamento foi, durante muito tempo e até 2003, dos poucos municípios de Portugal que possuíam apenas uma freguesia, a freguesia do Entroncamento, criada em 1926. O acréscimo populacional que caracterizou o concelho nas últimas décadas do século XX e a consequente e contínua expansão da área construída justificaram que, em agosto de 2003, fosse criada uma nova freguesia. As freguesias adotaram os designações de São João Batista e de Nossa Senhora de Fátima. Estas alterações tornaram-se efetivas a partir de 1 de janeiro do ano seguinte. O Concelho passou, assim, a ser constituído por duas freguesias, tendo a linha de caminho de ferro como fronteira física entre ambas – ver figuras 5 e 16.

4.1. Freguesia de São João Batista

A freguesia de São João Batista, localizada a sudeste da linha de caminho de ferro, é a mais pequena das duas freguesias do município, quer em termos de dimensão espacial quer populacional. Com uma área de apenas 456,05 ha a freguesia concentra 7 576 habitantes, facto que resulta numa elevada densidade populacional - 1661,2 hab./Km^2 – característica de áreas de povoamento urbano consolidado - Ver quadro 2.

Indicadores	
Área	456,05 ha
População Residente	7 576 hab.
Densidade Populacional	1 661,2 hab./km^2
Edifícios	1 581
Alojamentos	4 445
Índice de envelhecimento	185

Quadro 2. Indicadores para a freguesia de São João Batista | Fonte: INE, Censos 2011

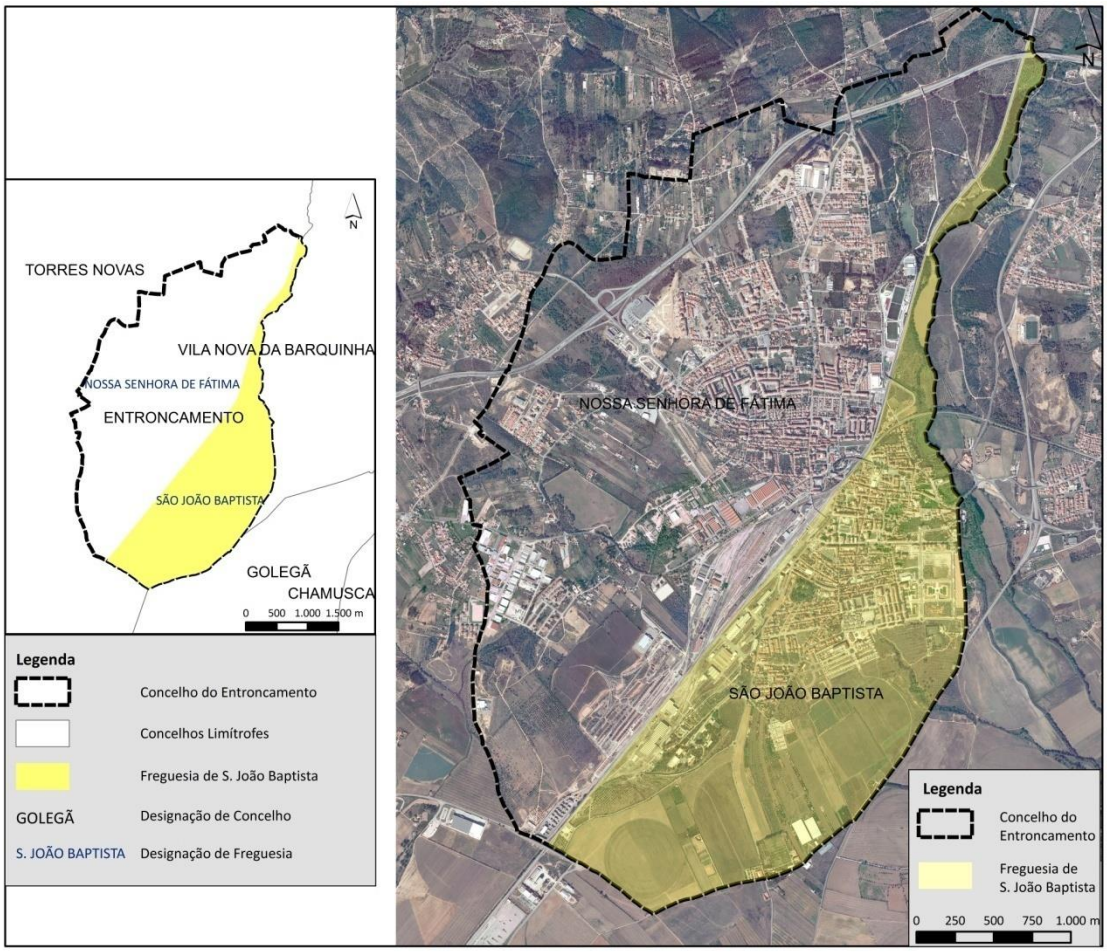


Figura 5. Divisão administrativa do concelho do Entroncamento – Localização da freguesia de S. João Batista sobre ortofotomapa | Fonte: DGT (2016) Carta Administrativa Oficial de Portugal; CME – Ortofoto-mapa

Na realidade, analisando a ocupação territorial, é possível diferenciar na freguesia três áreas distintas, que seguidamente se descrevem.

1. Uma área de tecido urbano consolidado correspondente, nas zonas mais próximas da estação ferroviária, ao núcleo central e mais antigo da cidade do Entroncamento, a partir do qual se foram desenvolvendo áreas urbanas de construção mais recente. Nesse núcleo mais antigo podem-se encontrar alguns dos bairros ferroviários que estiveram na génese da cidade do Entroncamento, bem como a principal área de comércio tradicional da cidade, destacando-se a principal rua pedonal e as praças centrais do Entroncamento.



Figura 6. Bairro da estação localizado na freguesia de São João Batista (2012)



Figura 7. Rua Luís Falcão de Sommer - rua pedonal na freguesia de São João Batista (2012)



Figura 8. Avenida Dr. José Vitor das Neves (2012)



Figura 9. Praça Salgueiro Maia (2012)



Figura 10. Largo do Município (2012)



Figura 11. Fachada Frontal do Edifício da Câmara Municipal (2012)

2. A área junto à linha de caminho de ferro onde se desenvolve um conjunto de espaços associados à rede ferroviária (instalações, armazenagem, etc).

3. Áreas de caráter rural localizadas a norte e a sul da macha de tecido urbano. A área a sul da cidade ocupa um pouco menos de metade da superfície da freguesia de São João Batista e corresponde a uma área aluvionar, com utilização agrícola do solo e integrada na Reserva Agrícola Nacional.



Figura 12. Área agrícola localizada no sul do Concelho na freguesia de São João Batista (2012)

A freguesia reunia, em 2011, de acordo com os Censos 2011, cerca de 1.581 edifícios os quais albergavam um total de 4.445 alojamentos. Apresentando esta freguesia uma superfície inferior em cerca de 50% à freguesia de Nossa Sr.ª de Fátima, possui igualmente quantitativos de edifícios e de alojamentos bastante mais reduzidos.

Na freguesia de São João Batista localizam-se alguns dos principais equipamentos de utilização coletiva do Concelho: o Tribunal, os Paços do Concelho e outras dependências da Câmara Municipal, o Hospital São João Batista (propriedade da Santa Casa da Misericórdia) o Recinto Multiusos, a EB 2, 3 Dr. Ruy de Andrade e escolas do 1º ciclo do ensino básico, ou ainda, o posto de turismo.

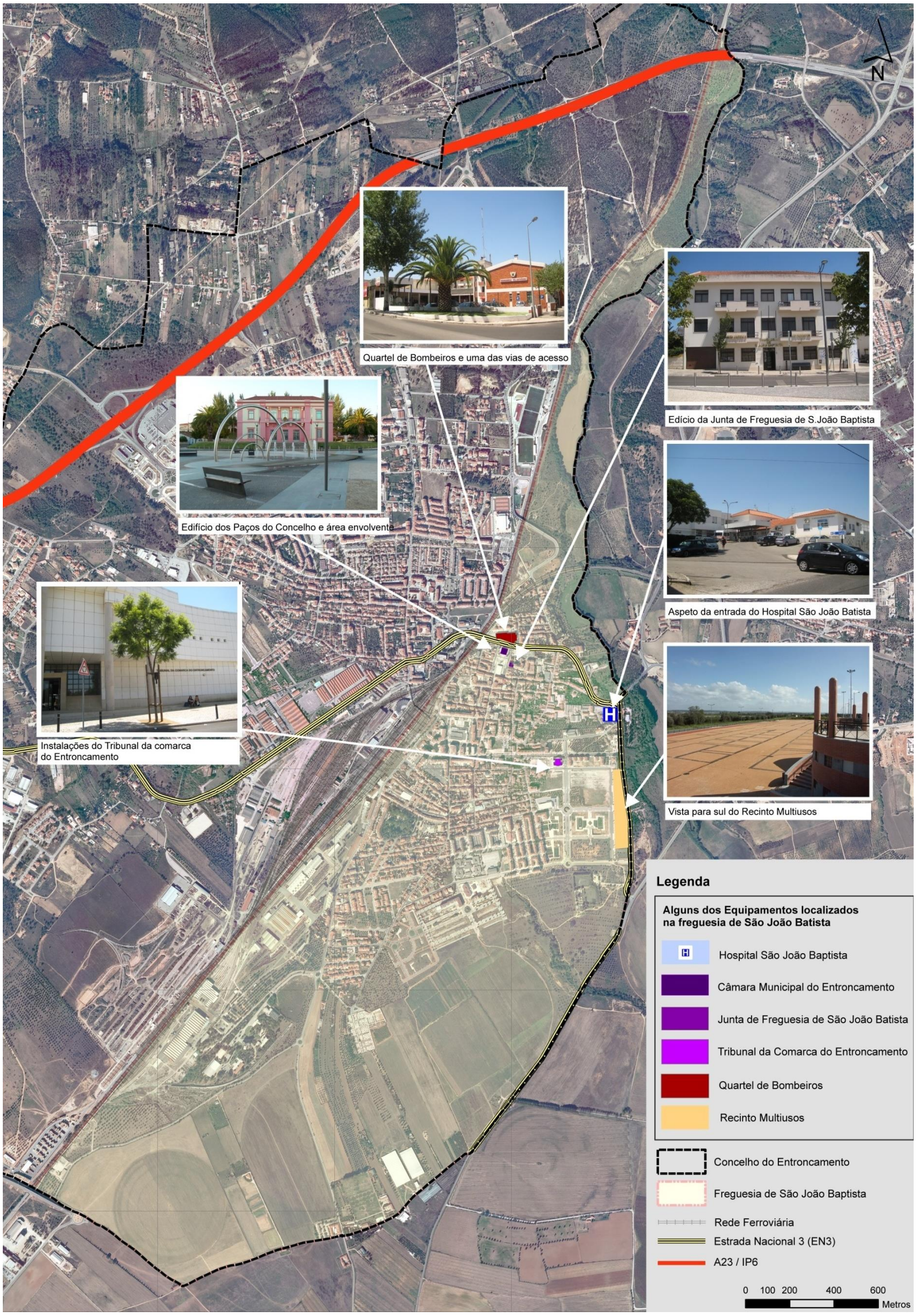


Figura 13. Principais elementos da paisagem urbana da freguesia de São João Batista (2012)

4.2. Freguesia de Nossa Senhora de Fátima

Criada em 2003 pela Lei nº 68/2003, de 26 de agosto, a freguesia de Nossa Senhora de Fátima localiza-se a noroeste da linha de caminho de ferro e tem uma área de 916,76 ha, ocupando cerca de 67 % do território concelhio. Sendo a maior das duas freguesias concentrava, em 2011, 12 630 habitantes e apresentava uma densidade populacional de 1 377,7 hab./km^2, valor inferior ao registado na freguesia de São João Batista – ver quadro 3.

Indicadores	
Área	916,76 ha
População Residente	12 630 hab.
Densidade Populacional	1 377,7 hab./km2
Edifícios	2 569
Alojamentos	6 270
Índice de envelhecimento	81

Quadro 3. Indicadores para a freguesia de N. Sr.ª de Fátima | Fonte: INE, Censos 2011

A estrutura de povoamento da freguesia carateriza-se pela ocorrência de um povoamento urbano concentrado e consolidado, na área da cidade do Entroncamento e fragmentado ou disperso, nas áreas envolventes, como é exemplo a área localizada a poente do IP6. A freguesia compreende, assim, duas áreas distintas, uma de caráter marcadamente urbano e outra de carater periurbano localizando-se esta última nas áreas marginais da cidade e limites do concelho.



Figura 14. Rua Cidade de Penafiel – área urbana na freguesia de N. Sr.ª de Fátima (2012)



Figura 15. Parque do Bonito (vista de carvalhos) – localizado no norte da freguesia (2012)

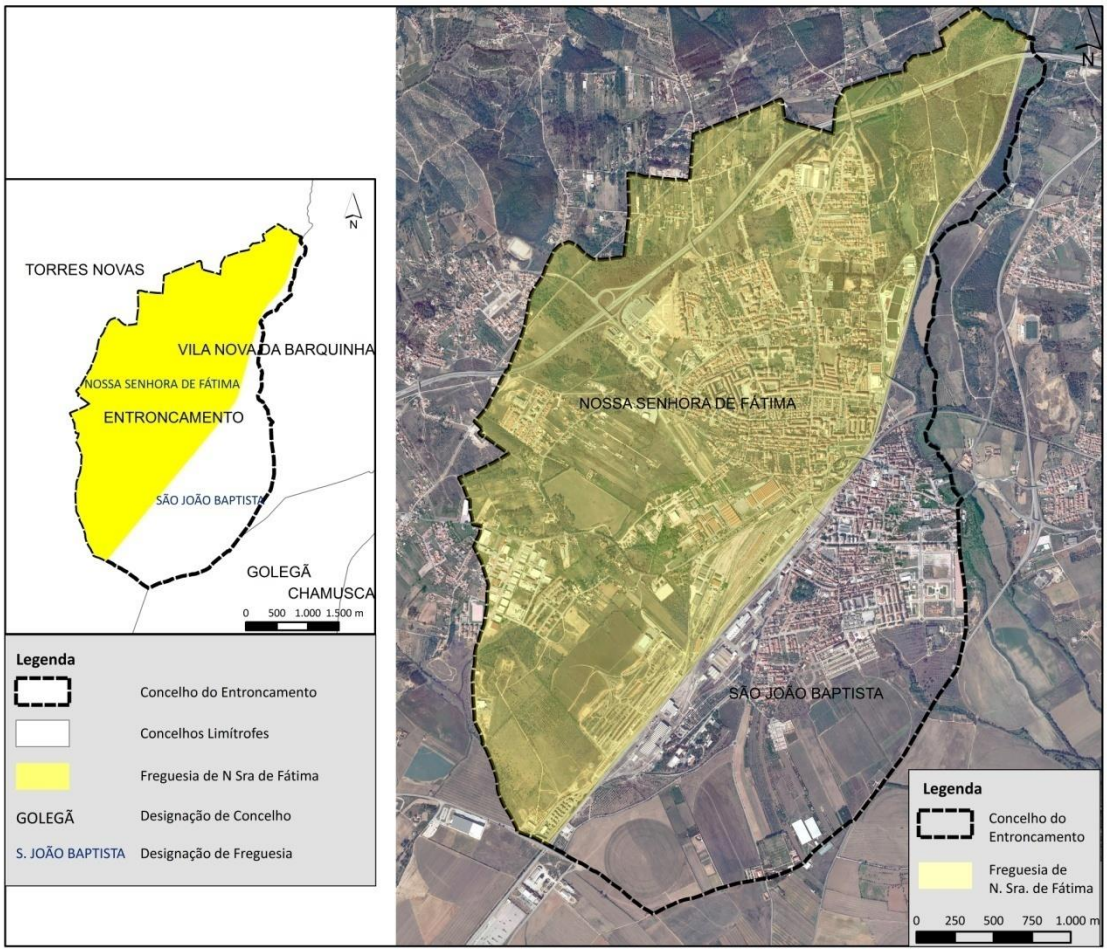


Figura 16. Divisão administrativa do concelho do Entroncamento – Localização da freguesia de N. Senhora de Fátima sobre ortofotomapa | Fonte: DGT (2016) Carta Administrativa Oficial de Portugal; CME-ortofotomapa

A área rural a sul da freguesia corresponde, em parte, a uma área de solos aluvionares do Tejo, sendo contudo a sua superfície claramente inferior à área de aluvião integrada na freguesia de São João Batista. Opostamente, na freguesia de N. Sr.ª de Fátima situam-se as únicas manchas de floresta de crescimento rápido do Concelho, localizando-se as manchas mais expressivas, no contexto concelhio, na sua área norte, onde se localiza igualmente o Parque do Bonito.



Figura 17. Escola Secundária com 3º Ciclo do Entroncamento (2012)

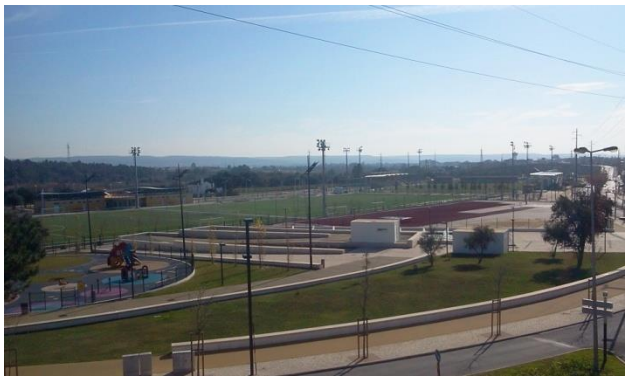


Figura 18. Complexo Desportivo do Bonito (2012)

Localizam-se nesta freguesia alguns dos equipamentos concelhios de relevo essencialmente na área do lazer e do apoio à população, tais como: o complexo desportivo do Parque do Bonito, o Museu Ferroviário Nacional, a Escola de Segurança e Educação Rodoviária, a Unidade de Cuidados Continuados (propriedade da Santa Casa da Misericórdia) e a Associação dos Lares Ferroviários (apoio à população idosa). De referir, ainda, os equipamentos públicos de ensino (escolas do 1º ciclo do ensino básico e Escola Secundária com 3º ciclo do Entroncamento), o Centro de Saúde e o Centro de Convívio para a 3ª Idade.[8] De salientar que se situam na freguesia os nós de acesso do Entroncamento à A23 e ainda, a zona industrial do Concelho.

[8] Uma análise mais detalhada dos equipamentos coletivos é efetuada no relatório 7.

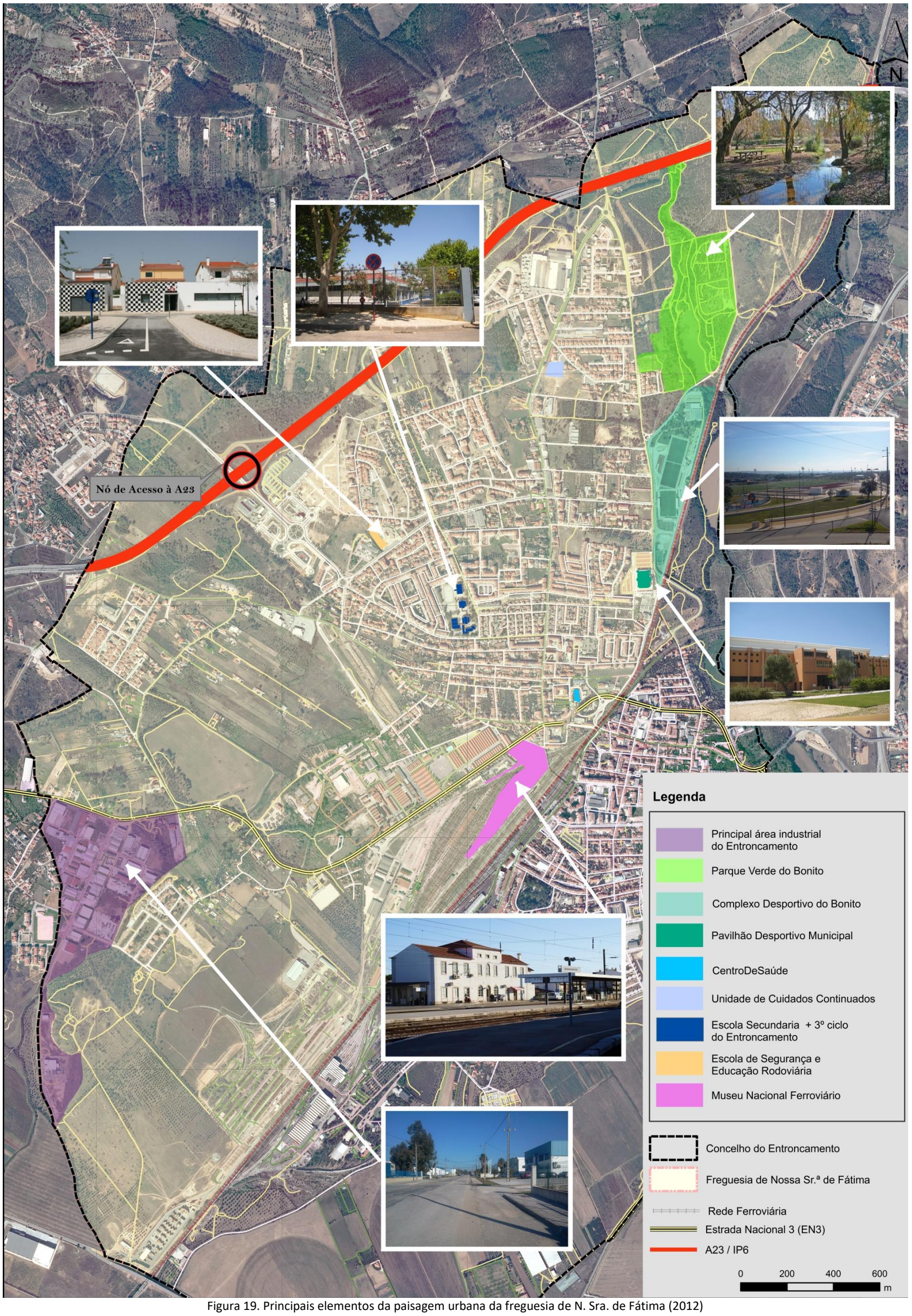


Figura 19. Principais elementos da paisagem urbana da freguesia de N. Sra. de Fátima (2012)

5. Conclusão

O concelho do Entroncamento assume peculiaridades no contexto nacional, sendo o segundo menor Concelho do país e também um dos que menor número de freguesias dispõe: duas, com as designações de N. Sra. de Fátima e S. João Batista.

Este município pertence ao distrito de Santarém e, no quadro estatístico, identifica-se como parte da NUT II (região) Centro, e da NUT III (sub-região) do Médio Tejo, referindo-se todas as análises de enquadramento dos relatórios que recorram a estatística a estas duas unidades.

O Entroncamento assume uma posição de centralidade nacional relativamente à rede ferroviária, nele se cruzam as linhas do Norte e das Beiras, sendo ainda servido por excelentes acessibilidades rodoviárias, com dois nós de acesso à A23 e a partir desta, acesso direto à A1.

Sem prejuízo de que a cidade do Entroncamento é a maior da sua sub-região quanto ao número de habitantes, nela não se situa qualquer equipamento público de influência regional ou supra regional, designadamente não se localiza aqui qualquer universidade ou politécnico, assim como, não se situa aqui qualquer unidade do centro hospitalar da área, embora concentre um conjunto de equipamentos de oferta local e, a estação constitua, de facto um *hub* ferroviário.

Siglas e Acrónimos

Siglas / Acrónimos	Locução
EN	Estrada Nacional
IC	Itinerário Complementar
IP	Itinerário Principal
NUTS	Nomenclaturas de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PDM	Plano Diretor Municipal
PDME	Plano Diretor Municipal do Entroncamento
PMOT	Plano(s) Municipal(is) de Ordenamento do Território
PROT OVT	Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
TVT	Terminal Multimodal do Vale do Tejo

Bibliografia

- **Legislação**

  _ Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio. *Diário da República n.º 93/2015 – I Série-A.* Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Lisboa.

  _ Decreto-Lei n.º 244/2002 de 5 de novembro. *Diário da República n.º 255 – I Série-A.* Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente. Lisboa.

  _ Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/86 de 5 de maio. *Diário da República n.º 102 – I Série.* Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

  _ Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2009 de 6 de agosto. *Diário da República n.º 151 – I Série.* Presidência do Conselho de Ministros. Lisboa.

- **Documentos Eletrónicos**

  _ Instituto Nacional de Estatística. Resultados Definitivos dos Censos 2011

  website: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao

ENTRONCAMENTO

cidade ferroviária

Primeira revisão do PDM do ENTRONCAMENTO

R1 – Enquadramento Territorial

Versão de fevereiro de 2018 para aprovação em Assembleia Municipal

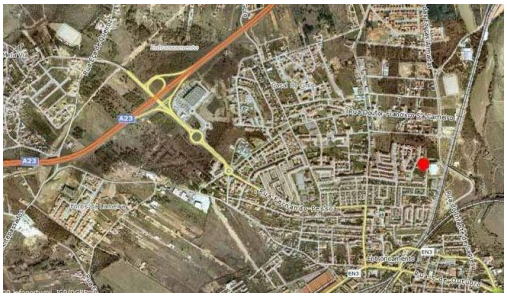
Primeira revisão Plano Diretor Municipal, PDM

Entroncamento









ENTRONCAMENTO
cidade ferroviária

Volume 04

R2 – Enquadramento nos IGT

[versão para aprovação em Assembleia Municipal] fevereiro 2018

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Índice

1. Nota Introdutória 3
1.1. Escalas de IGT aplicáveis ao Entroncamento 4
1.2. Relevância do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste do Vale do Tejo (PROTOVT) 5

2. Enquadramento nos instrumentos de gestão territorial 6
2.1. Planos em vigor no Concelho do Entroncamento 6
2.2. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território 7
2.2.1. Objetivos Estratégicos 7
2.2.2. Orientações para a elaboração dos PMOT 8
2.2.3. Orientações estratégicas aplicáveis ao Entroncamento 8
2.3. Plano Regional do Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo 10
2.3.1. Introdução 10
2.3.2. Âmbito territorial 10
2.3.3. Objetivos 11
2.3.4. Modelo Territorial 12
2.3.5. Unidades Territoriais 21
2.3.6. Normas Específicas de Caráter sectorial 22
2.3.7. Normas Específicas de Caráter Territorial 31
2.4. Planos sectoriais 36
2.4.1. Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Tejo 36
2.4.2. Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Ribatejo 38
2.5. Planos Municipais de Ordenamento do Território 42
2.5.1. Plano Diretor Municipal do Entroncamento 42
2.5.2. Planos de Pormenor 42

3. Conclusão 47

Siglas e Acrónimos 48

Bibliografia 50

Índice de Figuras

Figura 1. Área de Intervenção do PROT OVT | Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT 10
Figura 2. Esquema Global do Modelo Territorial para o PROT OVT | Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT 13
Figura 3. Sistema Urbano | Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT 15
Figura 4. Turismo, Cultura e Lazer | Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT 17
Figura 5. Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental | Adaptado de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT 19
Figura 6. Rede Complementar da ERPVA | Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT 20
Figura 7. Redes Rodo e Ferroviária atuais e previstas | Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT 21
Figura 8. Unidades Territoriais | Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT 22
Figura 6 - Delimitação geográfica da RH5 | Fonte: apambiente.pt 38
Figura 10. Extrato da Carta Síntese do PROF Ribatejo – Localização do Entroncamento | Fonte: Carta Síntese do PROF Ribatejo, disponível em http://www.afn.min-agricultura.pt/portal/gestao-florestal/ppf/profs/prof-do-ribatejo 41
Figura 11. Localização dos Planos de Pormenor no Concelho do Entroncamento | Fonte: CME 43
Figura 12. Área de intervenção do Plano de Pormenor da Zona do Centro de Saúde | Fonte: CME 44
Figura 13. Planta de Implantação do PP da Zona do Centro de Saúde | Fonte: CME 44
Figura 14. Área de intervenção do Plano de Pormenor do PP do Formigão | Fonte: CME 45
Figura 15. Planta de Síntese do PP do Formigão | Fonte: CME (2010) 46

Índice de Quadros

Quadro 1. IGT em vigor no Concelho do Entroncamento | *Fonte: Sistema Nacional de Informação Territorial, consultado em www.snit.pt* 6

1. Nota Introdutória

O presente documento constitui o Relatório de Enquadramento nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), parte integrante da 1ª Fase do procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal do Entroncamento (PDME). Este relatório inscreve já as alterações decorrentes dos pareceres das entidades que compõem a Comissão de Acompanhamento (CA), designadamente:

1. A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDR-LVT):
    a. Aprofundando-se as normas do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROT-OVT) relativas aos setores da agricultura e florestas, ao solo rural e à Unidade Territorial em que se insere o Entroncamento;
    b. Clarificando questões relativas à Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA);
    c. Clarificando-se matéria relativa à eficácia dos Planos de Pormenor (PP) no Concelho do Entroncamento.
2. O Turismo de Portugal, atualizando-se toda a componente relativa e decorrente da publicação da Revisão do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) e à terminologia mais recente nesta matéria.

O procedimento de revisão do PDME, bem como os conteúdos do mesmo, encontram-se estruturados e definidos de modo a responder às exigências legais requeridas nos termos do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

Neste contexto, devem-se elencar os Planos e Programas fundamentais que enquadram o desenvolvimento deste processo e enunciar, de entre estes, as orientações que os mesmos emanam para a referida revisão, constituindo essa explicitação parte do presente documento.

1.1. Escalas de IGT aplicáveis ao Entroncamento

No presente relatório, do universo de Planos e Programas de âmbito Nacional, Regional, Intermunicipal e Municipal, são retratados aqueles que de forma mais direta disciplinam o procedimento de revisão do PDM e o Concelho do Entroncamento. Outros existem que não são retratados no presente relatório, mas que se encontram identificados no documento de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Em suma, apontam-se os Planos e Programas que disciplinam a gestão do território, identificando-se ainda outros que com o idêntico objetivo se encontrem em curso.

Sublinha-se, contudo, que, do universo dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) em vigor no Concelho do Entroncamento, adiante enumerados, a análise relativa ao Plano Diretor Municipal (PDM) é efetuada em relatório dedicado, no quadro da avaliação da execução do PDM, matéria obrigatória em procedimentos de revisão de planos diretores. 1

[1] Ver o relatório 4 dos estudos de caracterização, relativo à ocupação do solo, avaliação do PDM e dinâmica de licenciamento.

1.2. Relevância do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste do Vale do Tejo (PROTOVT)

Por força da entrada em vigor do atual RJIGT, os Planos Regionais de Ordenamento do Território assumem agora a designação de Programas. Contudo, para a Região do Oeste e Vale do Tejo encontra-se publicado o Plano Regional de Ordenamento do Território respetivo, pelo que os textos, na sua maior parte, referem-se a este Plano, cuja designação "Regional" já não se encontra tipificada na Lei.

Os Programas Regionais de Ordenamento do Território (PROT) desenvolvem os princípios, objetivos e orientações consagrados no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) constituindo um quadro de referência estratégico para os PDM. Cabe-lhes assim um importante papel de charneira entre estes dois instrumentos do Sistema de Gestão Territorial, o PNPOT e os PMOT, em particular os PDM.

Face a uma nova geração de Planos Diretores, que se exigem mais estratégicos, os PROT estabelecem um quadro de referência de longo prazo que permite aos municípios definir as suas opções de desenvolvimento e as regras de gestão territorial compatíveis com o modelo preconizado para a região. É neste quadro que a análise de enquadramento no PROT OVT sobressai essencial para o processo de revisão do PDME, uma vez que aponta as diretrizes para o ordenamento do território que o PROT OVT preconiza para o território municipal.
Mais ainda, sublinhe-se que o PROT OVT estabelece, grosso modo, a estratégia territorial para o concelho do Entroncamento, certamente definida no quadro regional mas adaptável à realidade do município.

2. Enquadramento nos instrumentos de gestão territorial

2.1. Planos em vigor no Concelho do Entroncamento

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) estabelece que o PNPOT, os planos sectoriais (PS) e os PROT definem o quadro estratégico a desenvolver pelos PMOT. Sistematiza-se de seguida os Planos e Programas que abrangem o Concelho do Entroncamento – quadro 1. [2]

Instrumento de Gestão Territorial	Natureza do Plano	Publicação
Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	PNPOT	Lei n.º 58/2007, de 04 de setembro, publicada em DR n.º 170 I – Série
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Oeste (PGRH Tejo RO)	PS	Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, retificada e republicada pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo (PROFR)	PS	Decreto Regulamentar n.º 16/2006, publicada em DR n.º 202 da Iª Série, de 19 de outubro
Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROTOVT)	PROT	RCM 64-A / 2009, publicada em DR n.º 151, Iª Série B, de 06 de agosto
Plano Diretor Municipal do Entroncamento (PDME)	PMOT	RCM nº 181/95, de 14 de setembro, publicada em DR nº 299, 1ª Série B, de 29/12/1995, alterado pelo Aviso nº 22 662/2007, publicado em DR nº 222 2ª Série B, de 19/11/2007, e alterado pelo Aviso nº 23123/2009, publicado em DR nº 247 2ª Série B, de 23/12/2009.
Plano de Pormenor da Zona do Centro de Saúde (PPZCS)3	PMOT	Aviso nº 22732/2007, publicado em DR nº 223 2ª Série, de 22/11/2007
Plano de Pormenor do Formigão (PPF)	PMOT	Aviso nº 5696/2010, publicado em DR nº 54 2ª Série, de 18/3/2010

Quadro 1. IGT em vigor no Concelho do Entroncamento | Fonte: Sistema Nacional de Informação Territorial, consultado em www.snit.pt

[2] Atendendo ao âmbito dos diversos Programas e Planos, aqueles que não constituem um IGT são analisados e detalhados no âmbito do procedimento de AAE, conforme já mencionado anteriormente no corpo do presente documento.

[3] Sobre os Planos de Pormenor em vigor no Concelho do Entroncamento, sublinha-se a desconformidade entre o disposto no web site do SNIT (Sistema Nacional de Informação Territorial) e o entendimento de quais os Planos que se encontram em eficácia, entendimento partilhado pela CCDR-LVT e pela CM do Entroncamento, matéria explicitada no capítulo relativo aos Planos de Pormenor.

2.2. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

O PNPOT, aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 04 de setembro, é constituído por um relatório e um programa de ação. O relatório descreve o enquadramento do país no contexto Ibérico, europeu e mundial, caracteriza as condicionantes, problemas, tendências e cenários de desenvolvimento territorial de Portugal, identificando os 24 principais problemas para o ordenamento do território, que fundamentam as opções e prioridades da intervenção em matéria de ordenamento do território, e procede ao diagnóstico das várias regiões, atribuindo opções estratégicas territoriais para as mesmas e estabelecendo um modelo de organização espacial. As opções estratégias preconizadas para o território nacional serão objeto de análise e, sempre que possível transpostas para a realidade concelhia na definição da estratégia municipal, em sede de revisão do PDM.

O programa de ação concretiza a estratégia de ordenamento, desenvolvimento e coesão territorial do País, em coerência com outros instrumentos estratégicos, designadamente com o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para o período de 2014 a 2020 e Portugal 2020, através da definição de orientações gerais, de um conjunto articulado de objetivos estratégicos, que se desenvolvem através de objetivos específicos e de medidas prioritárias e prevê a coordenação da gestão territorial.

2.2.1. Objetivos Estratégicos

No n.º 2 do art. 5º estão definidos os objetivos estratégicos do PNPOT, que de seguida se apresentam:

1. *Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos energéticos e geológicos, e prevenir e minimizar os riscos;*
2. *Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração no espaço ibérico, europeu e global;*
3. *Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;*
4. *Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;*
5. *Expandir as redes e infraestruturas avançadas de informação e comunicação e incentivar a sua crescente utilização pelos cidadãos, empresas e administração pública;*
6. *Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições.*

Para cada objetivo estratégico são enunciadas diferentes linhas de intervenção polarizadas pelos respetivos objetivos específicos. Finalmente, cada objetivo específico corporiza-se num conjunto ilustrativo de medidas.

2.2.2. Orientações para a elaboração dos PMOT

O PNPOT determina que o planeamento de nível municipal é da responsabilidade das autarquias e tem como objetivo definir o regime de uso do solo e a respetiva programação, através de opções próprias de desenvolvimento enquadradas pelas diretrizes de âmbito nacional e regional.

Ao estabelecer o caráter estratégico que o PDM tem intrínseco, o PNPOT refere que este instrumento de planeamento municipal deve refletir uma visão integrada do seu território e a articulação entre os seus diferentes elementos. Neste sentido:

1. Os PDM são de elaboração obrigatória para todos os municípios, devendo ser revistos com base numa avaliação da sua execução sempre que as condições socioeconómicas e ambientais se alterem ou passados dez anos da entrada em vigor. Estes planos devem ter um inequívoco caráter estratégico, definindo o regime do uso do solo e o modelo de organização territorial num quadro de flexibilidade que permita o acompanhamento das dinâmicas perspetivadas para um período de 10 anos;
2. Os PDM são instrumentos privilegiados para operar a coordenação entre as várias políticas municipais com incidência territorial e a política de ordenamento do território e de urbanismo. É igualmente o instrumento privilegiado para operar a coordenação externa entre as políticas municipais e as políticas nacionais e regionais com incidência territorial; e
3. Os PDM devem concentrar todas as disposições necessárias à gestão do território, incluindo as que constam em planos especiais, planos sectoriais e planos regionais de ordenamento do território e devem ser dotados de flexibilidade suficiente para absorverem a evolução previsível a partir das dinâmicas normais em curso.

2.2.3. Orientações estratégicas aplicáveis ao Entroncamento

Das orientações estratégicas apontadas no PNPOT para o Oeste e Vale do Tejo, há que atender às que se consideram aplicáveis ao Concelho do Entroncamento:

1. Promover um sistema de mobilidade e transportes mais eficaz, eficiente e sustentável ao serviço da estruturação do sistema urbano sub-regional;
2. Valorizar o papel da charneira inter-regional e o potencial de localização das atividades logísticas do polígono urbano Tomar – Torres Novas – Entroncamento – Abrantes, articulado com o litoral, a Beira Interior e o Alto Alentejo;
3. Estruturar o sistema urbano sub-regional, articulando e dando coerência a quatro subsistemas: o eixo Torres Vedras – Caldas da Rainha – Alcobaça, o eixo Vila Franca de Xira – Carregado - Cartaxo – Santarém, Entroncamento, o eixo Almeirim/Santarém - Rio Maior – Caldas da Rainha e o polígono Tomar – Torres Novas – Entroncamento – Abrantes;
4. Preservar a competitividade da agricultura e das explorações agrícolas, nomeadamente protegendo os respetivos solos das pressões de urbanização e de valorizações especulativas.
5. Implementar as infraestruturas ambientais que minimizem as agressões das atividades económicas, em particular sobre os recursos hídricos;

6. Promover a valorização das paisagens e dos enquadramentos cénicos enquanto traço de identidade e de qualificação de cada uma das subregiões, em particular protegendo-as das agressões da urbanização e da edificação dispersa; e
7. Estimular o surgimento de redes de valorização do património histórico, cultural (material e imaterial) e natural.

2.3. Plano Regional do Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo

2.3.1. Introdução

Face a uma nova geração de PDM, que se exigem mais estratégicos, os PROT estabelecem um quadro de referência estratégica de longo prazo que permite aos municípios definir as suas opções de desenvolvimento e as regras de gestão territorial compatíveis com o modelo preconizado para a região.

Neste contexto, integrando-se o Concelho do Entroncamento na área de abrangência do PROT OVT, o enquadramento do Concelho neste Plano constitui um ponto de partida para o processo de revisão do PDME, na medida em que o mesmo define a estratégia territorial preconizada a nível regional para o território e, por tal, adaptável à realidade e à escala do município, assim como aponta um conjunto de diretrizes orientadoras de caráter genérico e de orientações para o ordenamento do território.
A Resolução de Concelho de Ministros (RCM) n.º 64-A/2009, de 06 de agosto, aprovou o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo.

2.3.2. Âmbito territorial

O âmbito territorial do PROTOVT abrange um total de 33 municípios, divididos pelas NUTS III Oeste, Lezíria do Tejo e Médio Tejo - ver Figura 1 -, entre os quais o município do Entroncamento. O PROTOVT abarca assim uma população de cerca de **800 mil habitantes** distribuídos por uma superfície de 8 792 Km2.

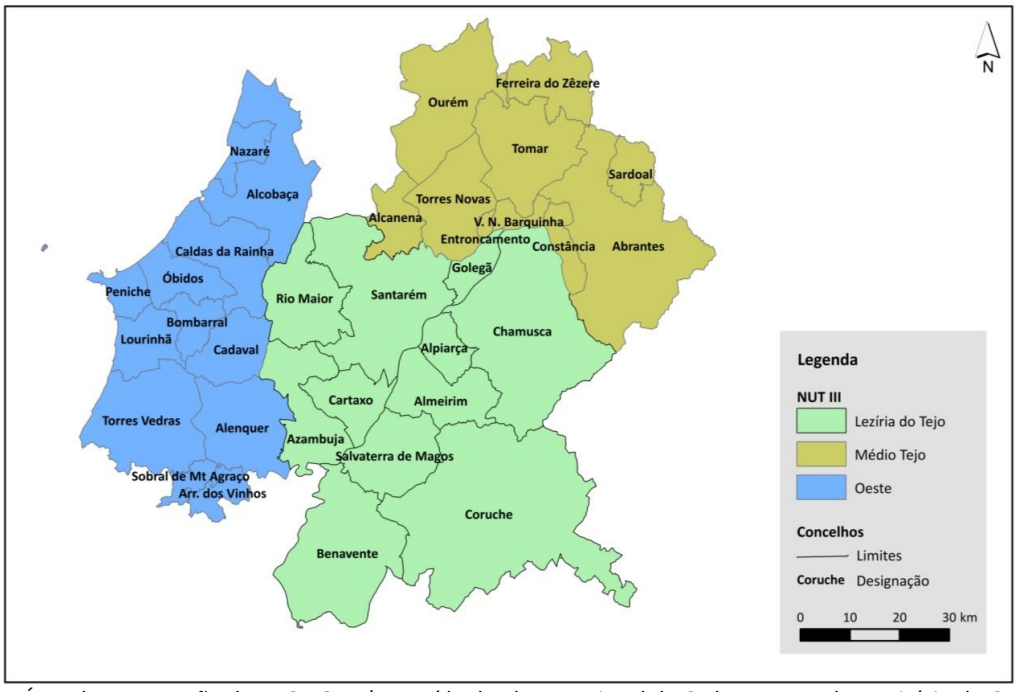


Figura 1. Área de Intervenção do PROT OVT | Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT

A região do Oeste e do Vale do Tejo (OVT) caracteriza-se por um forte potencial de charneira territorial entre as Regiões Centro e Alentejo e a Área Metropolitana de Lisboa (AML). Sendo a coerência e continuidade espacial centrais nesta funcionalidade do OVT, as condições de articulação inter-regional contribuirão para a afirmação de um sistema regional em rede mais coeso e competitivo.

Os territórios do OVT fazem parte da Região de Lisboa e Vale do Tejo, contudo para efeitos da componente regional do QREN integram as Numenclaturas de Unidades Territoriais (NUTS) II Centro (inclui as NUT III do Oeste e Médio Tejo4) e Alentejo (inclui a NUT III da Lezíria do Tejo)5.

2.3.3. Objetivos

O PROT OVT define as estratégias de base territorial para o desenvolvimento do OVT, a partir das quais foi construída uma reflexão estratégica que culminou com a formulação de 4 eixos para o território do OVT fundados essencialmente na **competitividade** (*Eixo 1 - ganhar a aposta da inovação, competitividade e internacionalização*), na **valorização** (*Eixo 2 -potenciar as vocações territoriais num quadro de sustentabilidade ambiental*), na **qualidade** (*Eixo 3 - concretizar a visão policêntrica e valorizar a qualidade de vida urbana*) e na **multifuncionalidade** (*Eixo 4 - descobrir as novas ruralidades*).

O PROTOVT define igualmente o modelo de organização do território regional, tendo em conta a necessidade de:

1. Estruturar o sistema urbano e reforçar o policentrismo, articulando e dando coerência aos subsistemas urbanos, no quadro das oportunidades de reconfiguração territorial abertas pelas novas acessibilidades, pelas grandes infraestruturas e equipamentos e pelos processos de desconcentração da AML;
2. Organizar o sistema de acessibilidades, de forma a potenciar o dinamismo dos principais centros urbanos, a otimizar o impacte regional das grandes infraestruturas de transportes implantadas nestes territórios e a assegurar a coerência das opções das entidades responsáveis nos domínios rodoviário, ferroviário, portuário e aeroportuário;
3. Definir uma rede de espaços de localização empresarial de elevada qualidade que reforce o potencial de desenvolvimento e atração de atividades económicas de forte competitividade internacional e a disponibilidade de espaços adequados à instalação de atividades intensivas em conhecimento;
4. Identificar a estrutura regional de proteção e valorização ambiental, integrando as áreas classificadas (incluindo os imperativos decorrentes da Rede Natura 2000) e outras áreas ou corredores ecológicos relevantes do ponto de vista dos recursos, valores e da estruturação do território;

[4] O Concelho de Mação passou recentemente a integrar a NUT do Médio Tejo, remetendo-se para a leitura do Relatório n.1 para maior pormenor sobre esta matéria.
[5] Ver relatório 1, relativo ao enquadramento do Município do Entroncamento

5. Identificar os riscos naturais e tecnológicos que possam pôr em causa a segurança de pessoas e bens e definir normas para a sua prevenção;
6. Introduzir uma rede de planeamento, agenciamento e monitorização que apoie a Região no desenvolvimento da sua sustentabilidade em relação aos recursos energéticos e às alterações climáticas, contribuindo simultaneamente para reduzir a sua exposição aos riscos associados ao contexto externo dos combustíveis fósseis;
7. Promover o adequado ordenamento agrícola e florestal do território e preservar os solos agrícolas, que são os mais produtivos do país, nomeadamente das pressões de urbanização e de valorizações especulativas; e
8. Articular as opções estratégicas com as estratégias de desenvolvimento das regiões do Centro e do Alentejo, com particular relevo para a valorização do papel de charneira inter-regional e o potencial para localização de atividades no polígono urbano do Médio Tejo.

2.3.4. Modelo Territorial

O sistema do Modelo Territorial definido no PROTOVT, que traduz espacialmente as Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT) e orienta a reconfiguração espacial e funcional do OVT, assenta em três sistemas estruturantes: o sistema urbano e de competitividade, o sistema ambiental e o sistema de mobilidade.

No Esquema Global do Modelo Territorial (EGMT) apresentado no PROT OVT a cidade do Entroncamento é classificada como Centro Urbano Estruturante6 — integrando-se assim no 2º nível da rede urbana definida no PROT OVT, classificação que espelha a importância da cidade no contexto da sub-região do Médio Tejo. A leitura do Esquema evidencia as boas condições de acessibilidade do Concelho proporcionadas quer pelo seu atravessamento pela A23, que permite a ligação à A1, quer pela confluência na cidade do Entroncamento de duas linhas ferroviárias, a Linha do Norte e a Linha da Beira Baixa, facto que vem reforçar a sua centralidade a nível suprarregional – ver figura 2.

No quadro da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), o EGMT preceitua o atravessamento do concelho por um corredor ecológico inserido na Rede Secundária da ERPVA, bem como integra o Concelho numa área de Paisagem Notável da Rede Complementar da ERPVA. Esta primeira abordagem do Concelho face ao EGMT permite salientar desde já a necessidade de obedecer a um conjunto de princípios fundamentais como a integração territorial, a harmonização espacial de usos e atividades, a melhoria da qualidade urbanística do comércio e dos serviços, e a proteção e valorização dos recursos naturais.

[6] Centros que prestam um conjunto de funções especializadas de âmbito regional ou um leque de funções razoavelmente diversificado de influência sub-regional.

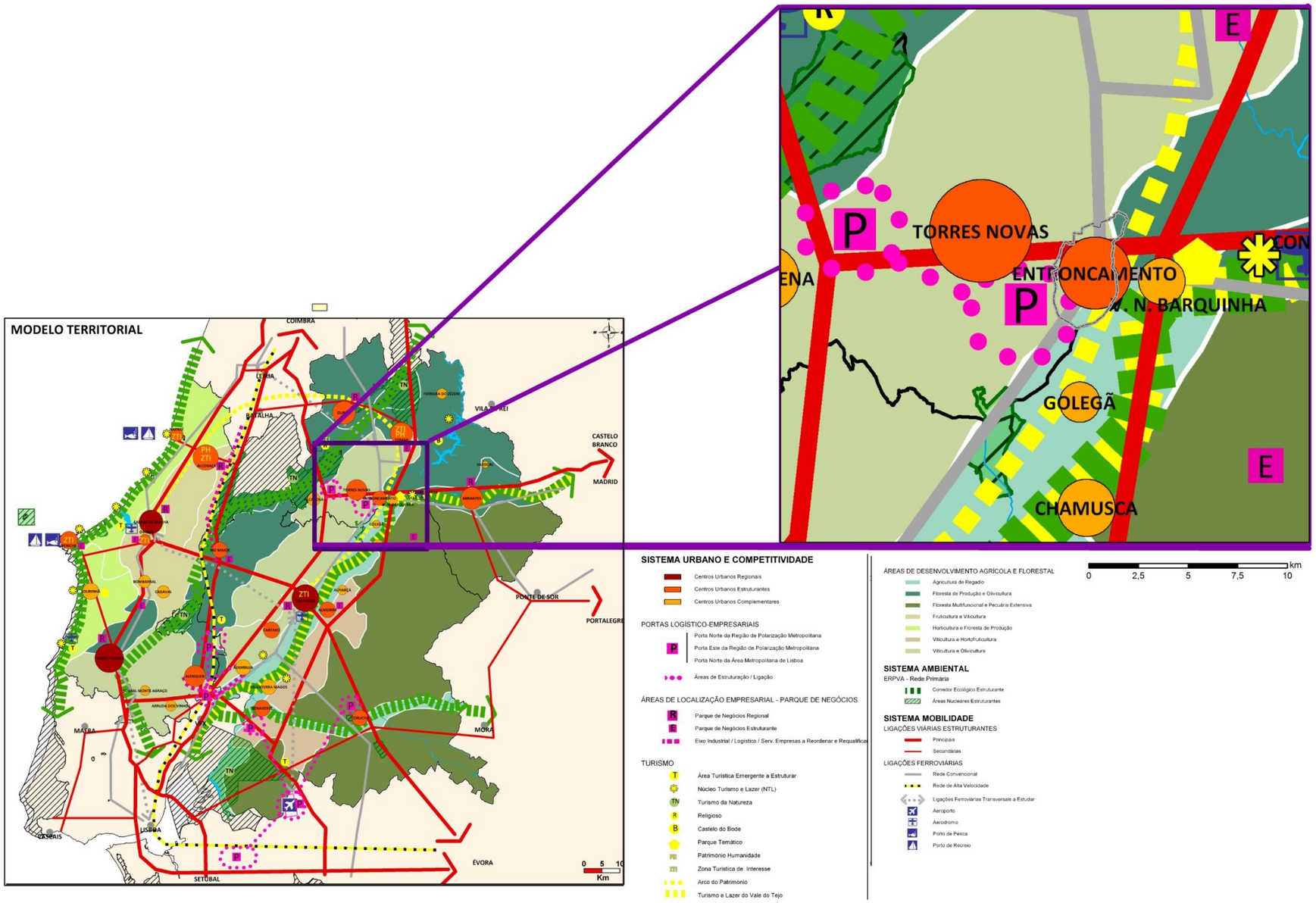


Figura 2. Esquema Global do Modelo Territorial para o PROT OVT | Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT

[a] O Sistema Urbano e a Competitividade

Estrutura Urbana

O Modelo territorial formula um sistema urbano que visa o reforço da aposta numa rede policêntrica de cidades médias, a afirmação de redes de especialização, a integração funcional entre centros urbanos próximos, no sentido de criar coesão e competitividade supramunicipal e regional, e equaciona, igualmente, a dimensão estratégica dos centros urbanos no apoio à revitalização e à modernização das áreas rurais.

O sistema urbano encontra-se estruturado em duas componentes essenciais:

1. Hierarquização dos centros urbanos; e
2. Relações/articulações que se desenvolvem entre eles (subsistemas urbanos) e com as regiões envolventes.

Relativamente a estas últimas, o sistema do OVT organiza-se em torno de dois níveis complementares:

a) Redes de articulação urbana de proximidade;
b) Articulação inter-regional, que posiciona o sistema urbano do OVT na organização territorial da região mais vasta, polarizada pela metrópole de Lisboa.

No que se refere à hierarquia urbana, o sistema do OVT organiza os centros urbanos em três níveis:

1. *Regionais*, assentes numa rede de equipamentos e serviços diversificada, desempenhando funções essenciais de articulação territorial e evidenciando capacidades para construir e dinamizar redes urbanas;
2. *Estruturantes*, que devem desenvolver um conjunto de funções especializadas, ou um leque de funções razoavelmente diversificado, polarizador do sistema urbano regional;
3. *Complementares*, que prestam um leque de funções urbanas pouco diversificadas, mas fundamentais na sustentação da coesão territorial e na consolidação de redes de proximidade.

Como já anteriormente referido, à cidade do Entroncamento é atribuída a classificação de Centro Urbano Estruturante, posicionando-se assim ao mesmo nível de centros como Torres Novas, Ourém, Tomar, Abrantes, localizados na NUTIII do Médio Tejo, entre outras localizadas nas restantes sub-regiões.

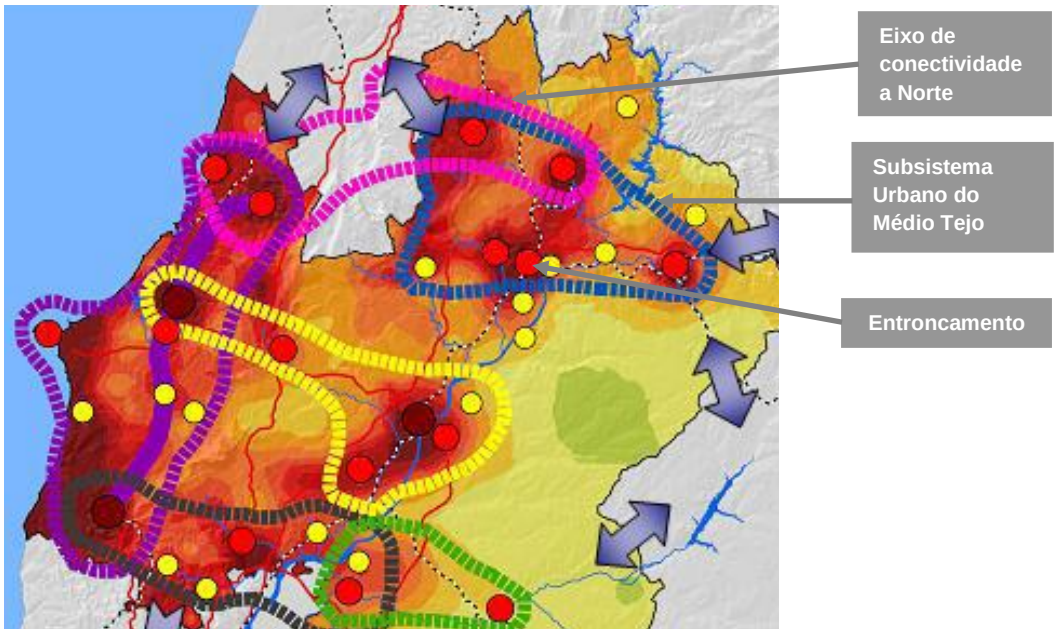


Figura 3. Sistema Urbano | Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT

No que concerne às redes interurbanas – ver figura 3 -, o Entroncamento integra-se no subsistema urbano do Médio Tejo, o qual "*constitui uma estrutura polinucleada ancorada em cinco pólos estruturantes: Fátima/Ourém – Tomar – Torres Novas – Entroncamento – Abrantes, com um papel de charneira interregional e de potencial de localização de atividades logísticas, articulando-se com Leiria - Marinha Grande, Beira Interior e Alto Alentejo*". 7

Indústria e Serviços às Empresas

No domínio da atividade empresarial da indústria e serviços às empresas, as opções do PROTOVT visam incentivar a construção de estratégias de eficiência coletiva que formem e que desenvolvam economias de proximidade e de aglomeração por via da valorização das seguintes trajetórias:

a) *Afirmação de pólos de competitividade e tecnologia, suportados em parcerias de vocação internacional entre empresas, estabelecimentos de ensino e formação e entidades do Sistema Científico e Tecnológico (…);*
b) *Desenvolvimento de "clusters" ou redes de empresas, apoiadas em parcerias estabelecidas com agências da administração local e central, suportados em projetos âncora ou de requalificação e reestruturação de atividades económicas existentes, vocacionadas para a criação de valor, centrada numa partilha de visão estratégica e de racionalização de infraestruturas e serviços comuns;*
c) *Dinamização da renovação económica urbana através do reordenamento, relocalização e revitalização da atividade económica em aglomerados visando a densificação do tecido empresarial, a valorização da base económica e a atratividade territorial.8*

[7] Extraído da RCM 64-A / 2009, publicada em DR n.º 151, Iª Série B, de 06 de agosto
[8] Extraído da RCM 64-A / 2009, publicada em DR n.º 151, Iª Série B, de 06 de agosto

Atendendo a estes três eixos, o PROT-OVT estrutura a dinâmica empresarial em:

1. "*Portas logístico-empresariais*" – polos de acolhimento empresarial com predominância de funções de estruturação das atividades logísticas de âmbito regional ou nacional;
2. "*Áreas de Localização Empresarial – Parque de Negócios*" – pólos de acolhimento empresarial em que a acentuação da atividade industrial e dos serviços às empresas prevalece sobre a atividade de estruturação logística.

Das três "Portas Logístico-Empresariais" definidas no PROT OVT o concelho do Entroncamento articula-se com a Porta Norte da Região de Polarização Metropolitana. Esta abrange a área de Alcanena – Torres Novas, podendo envolver igualmente os espaços de acolhimento empresarial do Entroncamento e Vila Nova da Barquinha, devendo assumir, de acordo com o PROT, funções logísticas de abastecimento da grande região de Lisboa, com uma articulação com a região Norte do País e com o corredor Ibérico-Europeu Vilar Formoso/Salamanca/Valladolid.

Turismo, Lazer e Cultura

O PROT caracteriza o OVT, na vertente do lazer, como uma região com um forte potencial de procura que garante o desenvolvimento de produtos turísticos diversificados e qualificados (recursos patrimoniais, culturais, naturais e paisagísticos), pelo que, o Turismo e o Lazer do OVT, bem como o Património Cultural e Histórico devem constituir vertentes estratégicas de um desenvolvimento baseado nos recursos regionais e nas identidades territoriais devendo contribuir para a minimização de desequilíbrios internos à Região.

O Esquema do Turismo, Cultura e Lazer do PROT-OVT identifica seis áreas territoriais distintas, baseadas em características e aptidões diferenciadas do território para a função turística: Litoral, Margem direita do Tejo, Margem esquerda do Tejo, Lezíria do Tejo e Vale do Sorraia, Médio Tejo e Parques e Reservas Naturais – ver figura 4. Identifica igualmente Espaços Turísticos e de Lazer, destinados predominantemente aos usos turísticos e de lazer e, em particular, à concentração e organização do alojamento turístico/residencial e dos equipamentos e serviços de apoio, distinguindo: áreas turísticas emergentes que necessitam de estruturação (T), núcleos de turismo e lazer (NTL), zonas turísticas de interesse (ZTI), parques temáticos e diversas tipologias de espaços turísticos (admitidas de acordo com as normas do PROTOVT), como sejam, núcleos de desenvolvimento turístico (NDT), núcleos de desenvolvimento económico – Turismo e Lazer (NDE-TL), turismo no espaço rural (TER), turismo de natureza (TN) e hotéis isolados (HI).[9]

[9] São referidas as siglas constantes no PROT-OVT.

O Concelho do Entroncamento integra-se na Área Territorial de Ordenamento do Turismo e Lazer do Médio Tejo, na qual as tipologias de espaços turísticos admitidas em espaço rural são os NDT desde que os mesmos estejam inseridos em Áreas de Vocação Turística (AVT), previamente definidas em sede de PDM e todas as restantes tipologias de espaços turísticos (NDE, TER, TN, TH, HI e PCC).
O Entroncamento encontra-se identificado ainda como uma Centralidade Urbano – Turística (CUT), de nível III.

Sem prejuízo da aplicabilidade destas regras ao Concelho em apreço, as características do mesmo, designadamente a sua superfície e a ocupação, permitem concluir pela inaplicabilidade factual de se instalarem no concelho empreendimentos turísticos com características de inserção em meio rural, assim como, unidades enquadradas em empreendimentos que possam requerer grande necessidade de consumo de espaço.

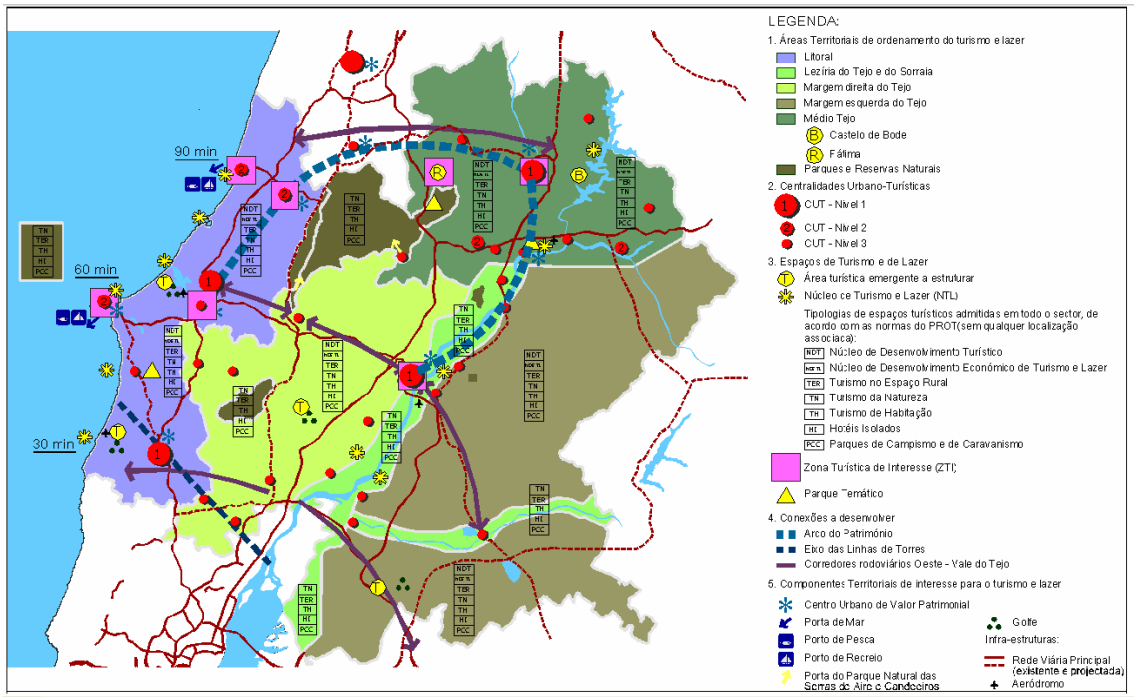


Figura 4. Turismo, Cultura e Lazer | Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT

[b] Sistema Ambiental

O sistema ambiental constitui uma das matérias centrais do processo de elaboração do PROTOVT e do seu conteúdo e materializa-se na Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), elemento essencial para a identificação e preservação dos recursos naturais.

A ERPVA tem como objetivos fundamentais, em primeiro lugar, a manutenção e valorização dos principais recursos naturais, espaços agroflorestais e valores paisagísticos regionais, mas também, a

articulação com os territórios envolventes de modo a garantir o funcionamento global dos sistemas no território, numa lógica funcional e integradora das atividades.

Em termos conceptuais, a ERPVA é constituída por uma rede hierarquizada de sistemas e subsistemas consubstanciada num conjunto de áreas nucleares e complementares e de corredores ecológicos. Estas áreas e corredores estão organizados em três níveis10 correspondentes à importância que possuem na estruturação ambiental do território regional. A cada um destes três níveis estão associadas orientações estratégicas e normas orientadoras com diferentes níveis de exigência em termos de ordenamento e gestão do território.

ERPVA – Redes Primária e Secundária

A Rede Primária da ERPVA incorpora as principais unidades ecológicas que apresentam elevado valor natural e paisagístico e cujas prioridades de conservação são relevantes à escala europeia e nacional, sendo constituída por Áreas Nucleares Estruturantes (ANE) articuladas entre si através de Corredores Ecológicos Estruturantes (CEE) – ver figura 5.

Clarifica-se que no esquema gráfico da ERPVA não se encontra representado qualquer elemento da estrutura primária que sobrepasse ou integre o Entroncamento. Contudo, de acordo com as normas orientadoras do PROT-OVT relativas à ERPVA, encontra-se estabelecido um corredor primário ao longo do Rio Tejo que deverá integrar os solos de baixas aluvionares, a que acresce um corredor paralelo com largura de 1 km.

Encontra-se contudo afeto à Rede Secundária da ERPVA. Esta tem como suporte fundamental os valores ecológicos com relevância regional, designadamente associados aos recursos hídricos, às baixas aluvionares e às áreas de elevado valor ecológico com dimensão relevante ao nível regional, não incluídas na Rede Nacional de Áreas Protegidas ou em sítios da Rede Natura 2000.

Este segundo nível da ERPVA compreende:

1. Áreas Nucleares Secundárias (ANS) – espaços de elevado valor ecológico cujos limites de conservação devem ser objeto de estudo detalhado e posterior classificação ao nível municipal ou intermunicipal;
2. Corredores Ecológicos Secundários (CES) – estrutura que procura estabelecer uma rede que efetue a ligação transversal entre os diferentes sistemas ecológicos regionais. Na maioria dos casos os CES acompanham os cursos de água mais naturalizados e os respetivos vales aluvionares, assim como, eixos de continuidade de vegetação natural e seminatural.

[10] Redes Primárias, Secundária e Complementar

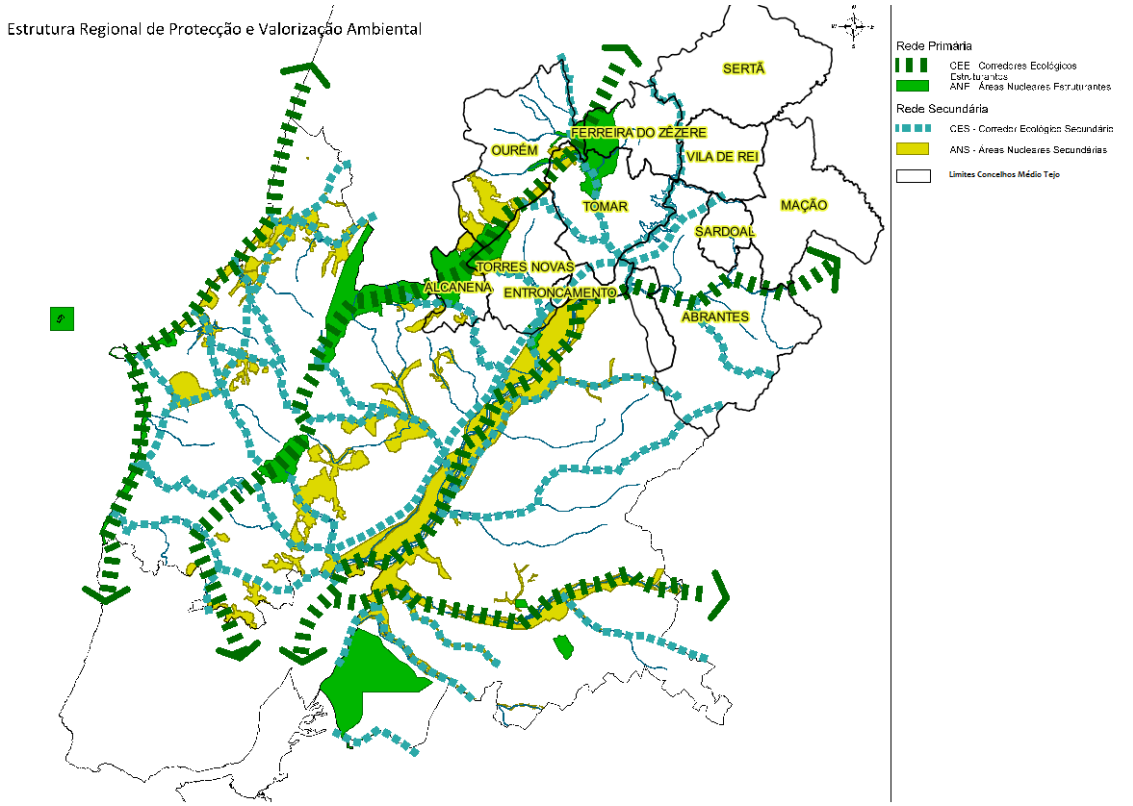


Figura 5. Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental | Adaptado de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT

O Concelho do Entroncamento é atravessado pelo corredor ecológico secundário associado ao Rio Tejo –ver figura 5. Competirá às fases sequentes do presente processo de revisão do PDM, nomeadamente aquando da definição da EEM, verificar da adequação da proposta de Plano à ERPVA do PROT OVT.

ERPVA – Rede Complementar

A Rede Complementar resulta da existência de um conjunto significativo de valores naturais associados à atividade agrícola e florestal e a paisagens humanizadas com elevado valor paisagístico.

O Entroncamento encontra-se quase na sua totalidade numa Área Ecológica Complementar de Paisagem Notável, associada ao vale aluvionar que envolve o Rio Tejo e respetiva baixa aluvionar – ver figura 6.

De salientar que, não obstante a inclusão do Concelho nesta área de paisagem notável, de facto grande parte da sua área é solo urbano, sendo que apenas no sul do concelho ocorrem áreas agrícolas, pelo que será muito relativa a efetiva aplicabilidade deste nível da ERPVA ao Concelho do Entroncamento.

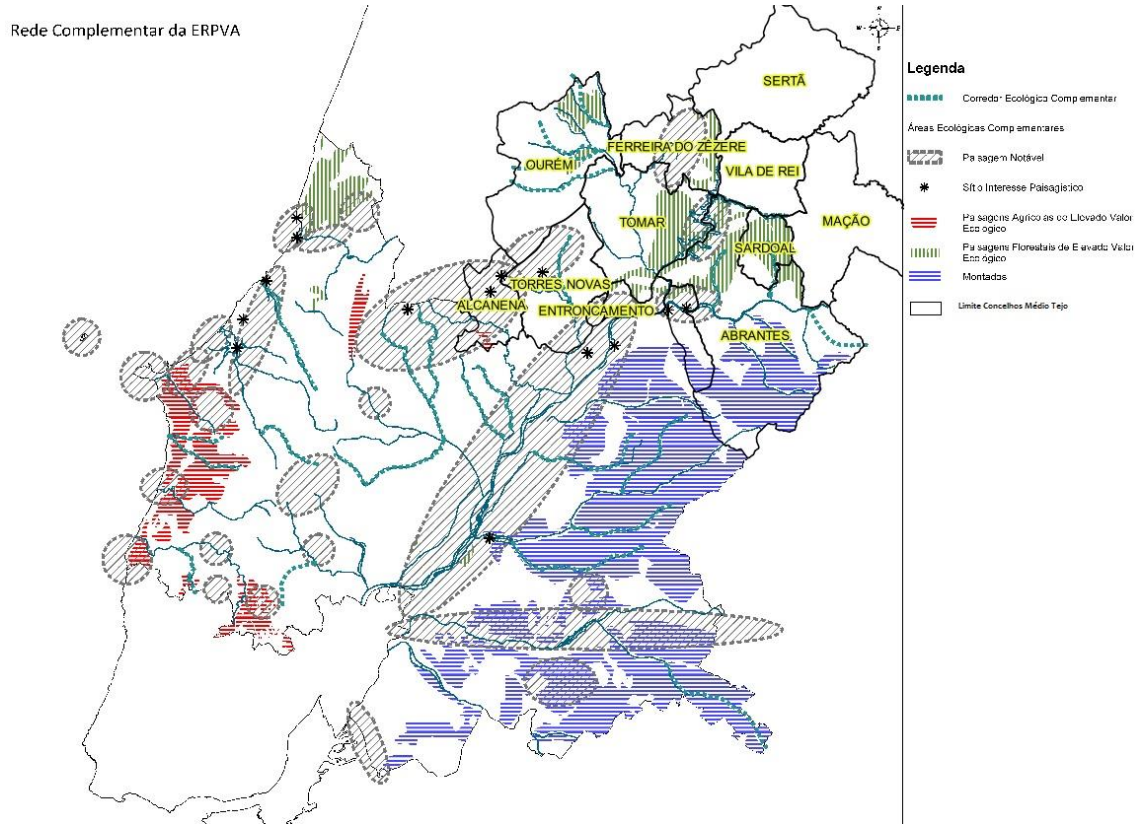


Figura 6. Rede Complementar da ERPVA | Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT

[c] Sistema de Mobilidade

A rede ferroviária e rodoviária estruturante do OVT estabeleceu-se numa lógica de articulação com Lisboa, de atravessamento N-S. Contudo, foram-se afirmando importantes elos complementares de atravessamento W-E, pelo que, o sistema rodoviário do OVT estrutura-se através de uma malha longitudinal e transversal com um elevado grau de conectividade.

Na margem direita do Rio Tejo, situam-se três dos corredores radiais entre Lisboa e Porto, com passagem por Leiria[11]. Na margem esquerda do Rio Tejo desenvolvem-se os outros dois corredores radiais sendo que o IC3 se desenvolve entre Setúbal e Coimbra, ao longo do lado Nascente do rio, e o IC13 entre o Montijo e Portalegre- ver figura 7.

No que concerne às *infraestruturas ferroviárias*, o Oeste e Vale do Tejo abrange três corredores norte / sul e três corredores transversais, mas ligados só a um dos eixos norte / sul – a Linha do Norte. Estabelecidos na margem direita do Rio Tejo os corredores radiais articulam-se ao longo da Linha do Norte e da Linha do Oeste.

O Concelho do Entroncamento apresenta uma posição privilegiada ao nível da acessibilidade, fruto da sua localização no cruzamento de duas linhas ferroviárias, a Linha do Norte e a Linha da Beira Baixa, ambas com ligações internacionais e do facto de ser servido pela A23, que permite a ligação à A - ver figura 7.

[11] O IC1 ao longo da faixa atlântica, o IP1 ao longo do lado Poente do rio Tejo, o IC2 entre estes dois eixos

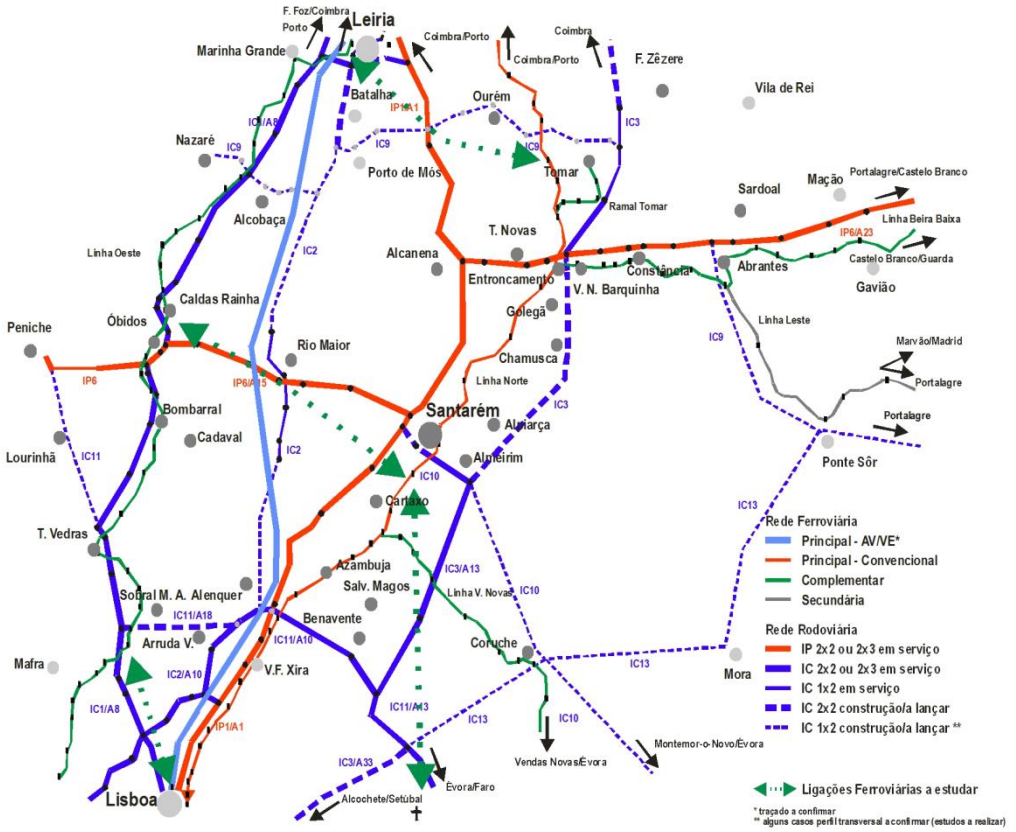


Figura 7. Redes Rodo e Ferroviária atuais e previstas | Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT

2.3.5. Unidades Territoriais

O PROT OVT estrutura a sua área de intervenção num conjunto de 16 unidades territoriais, algumas das quais divididas em subunidades, quer seja pelas características específicas que as distinguem, quer pela sua descontinuidade espacial.

Estas Unidades Territoriais encontram-se delimitadas com base na identificação de áreas relativamente homogéneas do ponto de vista dos padrões de ocupação do solo, que não obstante a sua natural diversidade interna, evidenciam potencialidades e problemas comuns em função do padrão dominante.

O Concelho do Entroncamento integra-se grosso modo na ***Unidade Territorial 9 – Colinas do Tejo*** – ver figura 8. Esta unidade territorial integra igualmente parte (ou o todo) dos Concelhos de Alcanena, Entroncamento, Rio Maior, Santarém, Tomar e Torres Novas.12

O seu caráter é essencialmente rural, pontuando contudo áreas afetas a indústrias, comércio e armazenagem associadas aos principais centros urbanos e às acessibilidades.

[12] A RCM que publicou o PROTOVT não menciona, certamente por lapso, o Concelho da Azambuja enquanto município integrante desta Unidade Territorial.

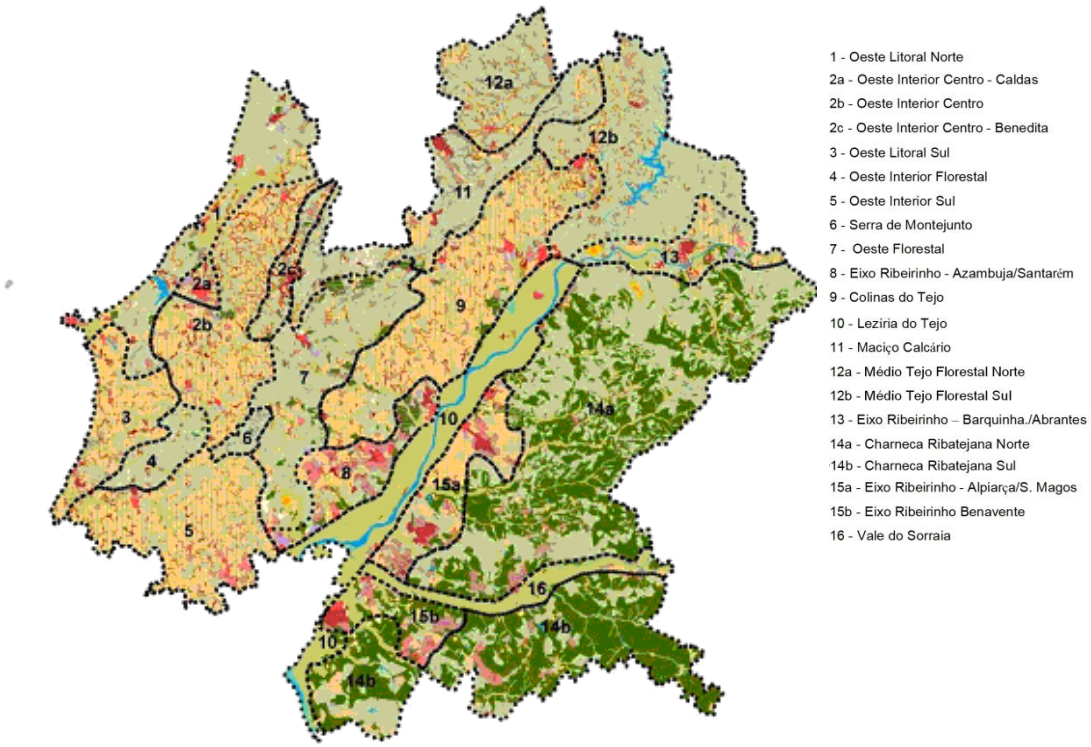


Figura 8. Unidades Territoriais | Extraído de Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo – CCDR-LVT

O sistema urbano é polarizado pelas sedes de Concelho abrangidas, destacando-se de entre estas as cidades de Tomar, Torres Novas e Entroncamento. O povoamento associado aos núcleos urbanos é concentrado, ocorrendo contudo ao longo das vias de comunicação, de forma dispersa, ou concentrada em áreas de grandes dimensões, enquadrando-se aqui a cidade do Entroncamento.

Ao nível morfo-estrutural esta Unidade Territorial assume importância como área de contacto com a Unidade Territorial da Lezíria do Tejo, essencialmente do ponto de vista paisagístico.
Áreas marginais do concelho inscrevem-se na unidade da Lezíria do Tejo (coincidente com a área de aluvião.

2.3.6. Normas Específicas de Caráter sectorial

O presente subcapítulo aborda as normas específicas para cada setor apresentado no anterior capítulo. Sublinha-se que apenas serão tratados os aspetos que o PROT OVT identifica com repercussões para o concelho do Entroncamento.

[a] O sistema urbano e a competitividade

1. Os IGT devem promover o fortalecimento do *poli centrismo*, mediante o aprofundamento dos relacionamentos entre áreas urbanas do mesmo nível hierárquico e de níveis diferentes, tendo em vista a promoção de complementaridades e o desenvolvimento de sinergias entre as

estratégias urbanas, gerando densidade relacional, coesão e competitividade supramunicipal e regional.

2. Os núcleos serão organizados em *subsistemas urbanos regionais* que promovam redes de relacionamento, de modo a assegurar:

   a) Subsistemas urbanos regionais que constituam as bases de articulação para a coesão territorial e o reforço da qualidade de vida dos residentes;

   b) As articulações transversais entre áreas urbanas, enquanto espaços de robustecimento de especializações e de relacionamentos que aumentam a competitividade e atratividade do sistema.

3. Nos espaços intraurbanos deverá ser promovida a qualidade urbana apostando numa política de regeneração que potencie os recursos diferenciadores dos espaços urbanos do OVT e que favoreça o seu desenvolvimento, numa perspetiva de melhoria da qualidade de vida, de conservação do património cultural e urbanístico, de reabilitação e requalificação da cidade existente e de valorização do meio ambiente e da paisagem.

Estrutura Urbana – Diretrizes

1. Definir ao nível dos Instrumentos de Planeamento Territorial (IPT) estratégias e modelos de desenvolvimento urbano específicas que traduzem e desenvolvam ao nível concelhio as orientações para a consolidação do sistema urbano.
2. Integrar nos IPT programas integrados de infraestruturas e equipamentos que permitam reforçar redes de complementaridade e de especialização estratégica.
3. Integrar nos PMOT, nos PU e PP opções e medidas de valorização e qualificação dos espaços públicos e da imagem urbana, como fatores fundamentais da qualificação da cidade, da qualidade de vida e da identidade urbana.

Implementação – Diretrizes

Fomentar, através de políticas públicas, a consolidação dos eixos e subsistemas urbanos regionais e das redes de relacionamento transversais, mediante:

1. Fortalecimento das especializações e do caráter inovador das apostas urbanas do subsistema do Médio Tejo, ancorado em cinco pólos estruturantes, Ourém/Fátima – Tomar – Torres Novas – Entroncamento – Abrantes, em complementaridade com os restantes centros urbanos.
2. Desenvolvimento de uma política de ordenamento urbano que inove e aposte: na melhoria da qualidade de vida e saúde dos residentes e visitantes, na mobilidade urbana sustentada; na eficiência energética e na promoção de energias renováveis; nas tecnologias da informação e comunicação como instrumento para a promoção de cidades inteligentes e para a sua governação.

Equipamentos

Como orientações genéricas, o PROTOVT clarifica que:

1. A rede de equipamentos e serviços deve responder adequadamente à diversidade dos contextos territoriais, atendendo às características das estruturas sociais e económicas e aos níveis e tipologia dos problemas presentes e emergentes;
2. A localização dos equipamentos de nível supra – municipal e regional deve reforçar a oferta de serviços e funções urbanas prestados pelas centralidades identificadas no PROTOVT.

Equipamentos – Diretrizes

1. No âmbito da Rede de Equipamentos e Serviços de Saúde em colaboração com a Administração Central, os PMOT devem dimensionar e organizar geograficamente a oferta de cuidados de saúde primários e diferenciados atendendo à dimensão e distribuição da população residente.
2. No âmbito da Rede de Equipamentos e Serviços de Educação e Formação em colaboração com a Administração Central, deve-se privilegiar a integração do pré – escolar com o 1.º ciclo, e privilegiar uma localização de proximidade dos diversos níveis de ensino.
3. No âmbito da Rede de Equipamentos e Serviços de Apoio Social, deve-se reforçar as valências dos equipamentos de apoio a crianças, jovens e idosos.

Industria e Serviços às Empresas – Orientações

As normas neste domínio devem ser entendidas como elementos facilitadores que agilizem o processo de criação de riqueza desenvolvido pelos agentes privados. Neste sentido, os diversos atores públicos e privados deverão nortear as suas intervenções procurando desenvolver estratégias e projetos que suportem a ambição de ganhar aposta na inovação competitividade e internacionalização da região com base nas seguintes orientações gerais:

1. Desenvolver boas condições na envolvente às empresas, agilizando os processos de decisão e estimulando a cooperação entre os agentes económicos de modo a aumentar a competitividade da economia regional
2. Promover parcerias e processos de cooperação, ao serviço da eficiência e da capacidade competitiva dos agentes económicos, englobando quer atores privados, quer públicos
3. Definir pólos de aglomeração de atividades económicas e articulação em rede como elementos fundamentais de racionalidade no ordenamento e desenvolvimento do território
4. Definir e implementar uma rede de pólos de acolhimento empresarial que valorize a proximidade das atividades económicas fomentando o surgimento de externalidades positivas de aglomeração. A valorização e implementação da rede de pólos de acolhimento empresarial deverão implicar a articulação dos pólos de acolhimento empresarial com os centros do sistema urbano, promovendo a criação de sinergias que reforcem essas centralidades enquanto local de residência e enquanto prestadores de serviços e funções urbanas gerais, assegurando condições de acessibilidade que privilegiem a utilização de transporte públicos.

Indústria e Serviços às Empresas – Diretrizes

O PROT OVT define as seguintes diretrizes para os PMOT e para os PDM:

1. Delimitar em sede do PDM as áreas a afetar a zonas empresariais, definindo as regras e os parâmetros para a sua delimitação, no âmbito de PU ou PP;
2. Elaborar e implementar programas de reordenamento e dinamização da atividade empresarial para território ou setores que apresentem problemas específicos;
3. Identificar as áreas de recursos geológicos e definir as regras e condições da sua exploração, ponderando a compatibilização dos valores naturais e patrimoniais, com as componentes económica e social.

Cultura

Os IGT devem conter disposições referentes a:

1. Inventariação dos elementos e valores patrimoniais e culturais de acordo com as tipologias e nomenclaturas vigentes contribuindo para a criação de bases de dados municipais e regionais;
2. Integração de medidas de proteção e/ou valorização do património arquitetónico, paisagístico e arqueológico classificado e identificado;
3. Identificação e registo das zonas de proteção (gerais e especiais) aos monumentos, conjuntos e sítios classificados nos termos da Lei;
4. Obrigatoriedade de elaboração de Planos de Pormenor de Salvaguarda previstos na Lei, em parceria com os serviços da administração central responsáveis pelo património cultural, para os monumentos, conjuntos e sítios, e estabelecer as medidas para a sua proteção e salvaguarda;
5. Criação de condições de preservação do património edificado e da sua envolvente, bem como facilitar a criação de equipamentos indispensáveis ao acolhimento dos turistas (estacionamento, miradouros, locais de observação, zonas de repouso, percursos de visita, etc.);
6. Definição de estratégias de planeamento e gestão com vista à salvaguarda e valorização dos Centros Históricos (restrições à circulação automóvel, critérios de intervenção no edificado mais rigorosas e do espaço público, reforçar a função residencial);
7. Definição nos aglomerados urbanos, nomeadamente nos seus centros tradicionais, regras urbanísticas que permitam, quer a valorização do património existente, quer a qualidade das novas intervenções que, sem prejuízo da sua contemporaneidade, se integrem no existente;
8. Criação de incentivos para que os empreendimentos estruturantes previstos para o território incluam nos seus projetos, ações de valorização de elementos culturais e patrimoniais na sua envolvente;
9. Integração de cartas com o inventário do património (arqueológico, arquitetónico, etnográfico, classificado e inventariado) a serem fornecidos pelas entidades competentes;

10. Integração das "Cartas de Subsolo" dos aglomerados e conjuntos urbanos de relevância patrimonial, fornecidas pelas entidades competentes onde sejam identificadas e delimitadas áreas sensibilidade arqueológica estabelecendo as medidas de proteção e salvaguarda a aplicar;
11. Constituição de Núcleos de Base Cultural (NBC), incluindo elementos patrimoniais, equipamentos culturais e outros bens ou serviços necessários e adequados ao desenvolvimento de atividades culturais, em torno de património edificado classificado, empresas / indústrias criativas, parques temáticos ou eventos. Os NBC podem ser implantados por entidades públicas ou privadas através da figura dos Núcleos de Desenvolvimento Económico.

Agricultura e Florestas

Como orientações genéricas que, se afigura com aplicação possível ao exíguo espaço rural do Concelho:

1. Promover atividades de produção agrícolas e florestais economicamente competitivas e respeitadoras do ambiente, da segurança alimentar e do bem-estar animal, assim como, da multifuncionalidade dos espaços florestais.
2. Desenvolver unidades de valorização de efluentes, resíduos e lamas provenientes de agroindústrias e explorações agropecuárias de forma a contribuir para a melhoria dos solos

Agricultura e Florestas – Diretrizes

1. Nas áreas identificadas com potencialidades agrícolas e florestais, deve ser condicionada a ocupação do solo às seguintes diretrizes:
    a. Preservar e promover o uso agrícola nos solos de maior capacidade produtiva, nomeadamente nos que se encontrem classificados em RAN ou integrados em fileiras estratégicas regionais e/ou de qualidade (frutícolas, hortícolas, culturas industriais, vinhas, olival);
    b. Delimitar territórios preferenciais com vista a regular usos e ocupações que permitam a defesa e promoção do setor;
    c. Na delimitação ou implementação das tipologias de espaços e de unidades turísticas, deverão ser salvaguardadas as áreas estratégicas agrícolas e florestais, nomeadamente as áreas de povoamento de sobreiro e / ou azinheira.
2. Deve ser promovido o desenvolvimento sustentável do espaço rural através das seguintes diretrizes (de entre outras):
    a. Contrariar a fragmentação das unidades culturais e a destruição das estruturas ou áreas de elevado interesse agrícola e paisagísticos;
    b. Assegurar a preservação de estruturas tradicionais associadas à atividade agrícola (ex: eiras, poços, tanques, noras, muros de pedra, entre outros);
    c. Assegurar que as construções respeitem padrões de qualidade arquitetónica e quando a qualidade da paisagem o justifique, os padrões tradicionais de construção.

3. As Câmaras Municipais, no âmbito dos PMOT, em áreas florestais com função de recreio e enquadramento paisagístico, devem (de entre outras orientações, escolhem-se aquelas que poderão ter aplicação ao Concelho do Entroncamento:
    a. Promover ou garantir o acesso à utilização social da floresta, promovendo a harmonização das múltiplas funções que ela desempenha;
    b. Aumentar a qualidade paisagística no interior dos sistemas cujas funções de recreio e de enquadramento paisagístico estejam presentes, contribuindo para o aumento do bem-estar das populações;
    c. Utilizar os espaços florestais em ambientes urbanos que obedeçam a normas de segurança, de saúde e de enquadramento paisagístico adequado a ambientes urbanos.

[b] O Sistema Ambiental

Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental – Orientações

1. A ERPVA faz parte integrante do Modelo Territorial assumindo-se como uma componente fundamental para a sua sustentabilidade, devendo todas as decisões relacionadas com a região ter como objetivo a salvaguarda dos princípios nela definidos e, ao mesmo tempo, contribuir para a sua concretização.
2. O desenvolvimento do território da OVT deve respeitar os princípios da sustentabilidade ambiental, assegurando a conservação, valorização e exploração sustentável dos recursos e valores naturais, incluindo a água, o solo, a paisagem, os monumentos geológicos e a biodiversidade. Os valores e os riscos inerentes à sua configuração deverão informar todas as decisões dos diferentes níveis da administração e em particular, os que decorrem da elaboração de Instrumentos de Gestão Territorial.
3. Recuperação da qualidade ecológica dos cursos de água do OVT, na ótica da Diretiva Quadro da Água e das orientações dos Planos de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Oeste e do Rio Tejo, designadamente através da recuperação da qualidade dos cursos de água, incluindo a redução das cargas poluentes, "renaturalização" das margens e recuperação das galerias ripícolas, nos termos da Lei n.º 55/2005, de 29 de dezembro (Lei da Água).
4. A Paisagem constitui um valor e um recurso com particular relevância no OVT. As novas diretrizes e convenções europeias justificam a identificação de um conjunto de sítios e paisagens notáveis de dimensão regional e local, que os PMOT e PEOT devem integrar nos seus modelos de desenvolvimento.
5. A ERPVA deve ser concretizada à escala municipal, bem como à escala intermunicipal, sempre que os valores em causa interessem a mais do que um município, sendo igualmente articulada com as Regiões Centro e Alentejo.

Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental – Diretrizes Gerais

1. Delimitar as áreas e corredores da ERPVA ao nível municipal e estabelecer a regulamentação da ocupação do solo em consonância com os objetivos inerentes à rede, considerando que:
   a) A ERPVA constituirá uma rede de áreas e corredores organizada de acordo com os objetivos e valores que lhes estão subjacentes, e hierarquizada em três níveis: Rede Primária, Rede Secundária e Rede Complementar;
   b) A ERPVA integra as áreas abrangidas por regimes especiais, nomeadamente as áreas de Reserva Ecológica Nacional, Reserva Agrícola Nacional e Domínio Público Hídrico.
2. No âmbito da concretização da ERPVA ao nível municipal, deverá proceder-se às adaptações de conteúdo e escala necessárias aos diferentes planos, ainda que se destinem sempre a concretizar os objetivos que o PROT identifica.
3. Fundamentar e demonstrar a articulação e a transposição da ERPVA ao nível das propostas e à escala do respetivo plano.

Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental – Rede Primária

No âmbito da revisão do PDM do Entroncamento deve ser considerada como referência a largura mínima do Corredor Ecológico Estruturante do Tejo, no caso de existir baixa aluvionar, o corredor integra essa área e mais uma faixa de 1 km a contar da margem.

Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental – Rede Secundária

1. Delimitar a Rede Secundária da ERPVA e estabelecer a regulamentação da ocupação de solo, em consonância com os objetivos inerentes aos Corredores Ecológicos Secundários, que incluem corredores fluviais associados aos cursos de água mais naturalizados de importância regional e corredores terrestres associados a eixos de continuidade de vegetação natural e seminatural.
2. Delimitar os Corredores Ecológicos Secundários de modo a promover as ligações entre as diferentes áreas da ERPVA, inclusive na ligação entre a rede 1ª e a 2ª e como garantia de conectividade ecológica entre os sistemas litoral, serrano e interior.
3. Garantir o ordenamento e a gestão dos corredores ecológicos associados à rede hidrográfica, pois exercem funções determinantes na gestão do sistema hídrico e são veículos fundamentais de ligações ecológicas através dos seus vales.
4. Promover estudos para a delimitação dos corredores ecológicos associados a áreas de vegetação natural e seminatural (carvalhais), localizados ao longo das margens do vale do Tejo e ao longo de encostas de vales secundários.
5. Definir para os corredores secundários uma largura mínima de 2 km, contados a partir do eixo da linha de água (1 km para cada lado).

Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental – Rede Complementar

1. Delimitar a Rede Complementar da ERPVA e estabelecer a regulamentação da ocupação de solo, em consonância com os objetivos inerentes a áreas Complementares, que incluem as Paisagens Notáveis, as Paisagens Agrícolas e Florestais de Elevado Valor Ecológico do OVT e as Áreas de Montado.
2. As Câmaras Municipais que possuam áreas com Paisagens Notáveis articulam-se, sempre que se revele pertinente, assumindo objetivos comuns de manutenção do valor paisagístico e económico que lhes está associado.
3. Nas áreas identificadas como Paisagem Notável, atender à elevada sensibilidade, à intrusão visual induzida pelo edificado e à implantação de infraestruturas, devendo estas ser abordadas nas decisões quanto à localização de novas atividades no território.
4. Considerar o conjunto de Paisagens Notáveis que o PROT inúmera, podendo os PMOT e os PEOT, no decurso da sua elaboração identificar outras que justifiquem tratamento idêntico.
5. Delimitar as Paisagens Agrícolas de Elevado Valor Ecológico que incluem as áreas dominadas por explorações agrícolas ou agroflorestais onde existem valores naturais e paisagísticos relevantes.

Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental – Paisagem

1. Assumir a Paisagem como um elemento chave na identidade e caráter regional e sub-regional, e em recurso relevante a nível da avaliação de projetos, processos de alteração de uso de solo e desenvolvimento territorial. Assim:
   a) As paisagens identificadas nos PMOT deverão ser consideradas como unidades territoriais ou unidades operativas de planeamento e gestão sujeitas a regras de ordenamento, urbanismo e arquitetura diferenciadas, de acordo com a sua natureza e especificidade arquitetónica;
   b) Deverão ser delimitadas geograficamente as paisagens especiais ou notáveis (já identificadas no levantamento das principais paisagens especiais do PROT OVT) ou outras que mereçam referência, definindo os respetivos conteúdos e regras de gestão.

[c] O Sistema de Mobilidade

Orientações

1. A organização e ocupação do território deverão obedecer a princípios de racionalidade, limitando as dispersões que se traduzem em incrementos de mobilidade, consumo energético e, consequentemente, de degradação ambiental.
2. A estrutura e organização preconizada no Esquema Territorial devem estar articuladas com as redes e sistemas de transportes, tendo em conta os diferentes subsistemas urbanos e funcionais identificados e o necessário reforço da atratividade do transporte público.
3. As decisões no âmbito do sistema de transportes devem guiar-se, aos diversos níveis, por objetivos de promoção da intermodalidade e interoperabilidade dos diferentes modos de transporte, de modo a proporcionar serviços de qualidade e fiabilidades nas deslocações de pessoas e mercadorias.
4. O desenvolvimento da rede de transportes coletivos de passageiros deverá constituir a principal base para a consolidação de uma política de mobilidade sustentável, onde prevaleça a coerência energética e ambiental, promovendo a complementaridade modal com particular ênfase para os modos suaves, situação de maior impacto nos meios urbanos.
5. As decisões estratégicas devem ser orientadas e centradas para a satisfação das necessidades e interesses de deslocação dos clientes atuais e potenciais, numa perspetiva de economia, conforto, articulação, complementaridade e exploração conectiva de serviços de transportes públicos.
6. A rede rodoviária deve ser devidamente hierarquizada e articulada entre o nível superior (IP e IC) e os níveis regional e local, adequando a capacidade das vias e dos nós às necessidades decorrentes do Modelo Territorial.
7. A articulação e coordenação das ações propostas, no domínio da mobilidade, não deverão ser apenas de âmbito municipal ou mesmo sub-regional, pelo que se propõe a constituição de uma Comissão Temática de Transportes e Mobilidade – CTTM - englobada na Estrutura de Monitorização, Avaliação e Gestão do PROT.

Diretrizes

1. A administração local deve enquadrar nos PDM as seguintes orientações:
   a) Hierarquia funcional da Rede Viária Municipal, definindo a articulação sub-regional, a ligação entre setores urbanos e aos equipamentos estruturantes, interfaces e serviços, e atividades geradoras de tráfego
   b) Delimitação das áreas de influência das interfaces promovendo a intermodalidade e interoperabilidade
   c) Definir critérios para a localização de parques empresariais e plataformas logísticas, tendo em consideração os mais adequados níveis de acessibilidade dando preferência ao modo ferroviário

2. As Câmaras Municipais, no âmbito dos PMOT e dos Regulamentos Municipais, exigem para a atividade e localização de instituições e empresas com mais de 100 trabalhadores a elaboração e aplicação de Planos de Deslocações de Empresas

2.3.7. Normas Específicas de Caráter Territorial

[a] Normas Específicas de Ordenamento do Território

Orientações

Nos termos do RJIGT, a classificação do solo determina o destino básico dos terrenos, assentando na distinção fundamental entre solo urbano e solo rural, assumindo-se o PROT como instrumento fundamental para a definição das orientações e diretrizes de classificação e qualificação do solo à escala regional.

Atendendo às características do território concelhio, essencialmente urbano e ocupado por um único núcleo urbano, explanam-se de seguida as orientações fundamentais para organização territorial e funcional constantes do PROT OVT e que **deverão ser consideradas no processo de revisão do PDM, tendo-se omitido aquelas que, em nosso entender, não se aplicam à realidade do Concelho.** Não obstante, é ainda importante referir que na leitura e aplicação destas orientações deve ter-se em consideração que as mesmas foram definidas na sua globalidade para contextos territoriais distintos do Concelho Entroncamento (concelhos com diversos núcleos urbanos).

1. Concentração do edificado

Estabelecer modelos de uso e ocupação do solo que promovam a concentração da edificação em aglomerados urbanos ou núcleos rurais devidamente identificados e delimitados para o efeito, de forma a contrariar formas de povoamento disperso ou linear e a expansão difusa e extensiva dos aglomerados urbanos, privilegiando a reconversão, reestruturação ou requalificação dos espaços edificados existentes já servidos por infraestruturas e equipamentos, face à proposta de novas áreas de expansão.

2. Contenção, proporcionalidade e programação das áreas urbanas

Adequar o dimensionamento e a estruturação do solo urbano com as necessidades existentes e previstas, considerando os diversos tipos de procura em termos de habitação, atividades económicas e outras funções urbanas e assegurar a sua execução programada.

3. Qualidade urbanística

Nortear o planeamento das áreas urbanas com base em critérios exigentes de qualidade urbanística, que promovam a revitalização das áreas antigas e históricas, a devida dotação em equipamentos, infraestruturas, espaços públicos e espaços verdes, o recurso sistemático ao desenho urbano, a qualidade arquitetónica e a valorização da imagem urbana.

4. Harmonização espacial dos usos e atividades

Clarificar as aptidões e usos dominantes das várias parcelas do território e identificar as complementaridades e os usos e atividades incompatíveis.

5. Acessibilidade e mobilidade sustentável

Coordenar o desenvolvimento e crescimento dos aglomerados urbanos e núcleos rurais com as principais redes de acessibilidades e transportes coletivos, de forma a fortalecer e integrar a rede urbana e a potenciar a relação cidade - campo, reduzindo a dependência em modos de transporte individual e contribuir para a economia energética.

6. Racionalização dos serviços públicos

Coordenar o desenvolvimento e crescimento dos aglomerados e do povoamento humano com as principais redes de equipamentos e infraestruturas de abastecimento público, promovendo a concentração em áreas que potenciem a racionalização da utilização dos serviços.

7. Proteção e valorização dos recursos e valores naturais

Salvaguardar os sistemas e processos biofísicos que asseguram os bens e serviços ambientais necessários ao desenvolvimento das atividades humanas e os recursos fundamentais de solo e água, impedindo utilizações que ponham em causa a sua integridade e qualidade.

8. Prevenção e redução de riscos

Salvaguardar as áreas de risco hídrico, geológico e tecnológico de ocupações humanas que potenciem a situação de risco de pessoas e bens e promover instrumentos e medidas específicas de prevenção e proteção civil nas áreas já ocupadas.

Padrões de Ocupação, Classificação e Qualificação do Solo

1. A classificação e qualificação do solo a efetuar no âmbito dos PDM tem por referência os padrões de ocupação do solo do PROTOVT;
2. Para efeitos de classificação e qualificação serão identificadas e estudadas, nomeadamente:
    a) Áreas edificadas em espaço urbano;
    b) Áreas de edificação linear ao longo das vias de comunicação (estruturas simples ou reticulares), identificando as quebras de continuidade e as densidades do edificado;
    c) Áreas de edificação dispersa em solo rural;
    d) Áreas ocupadas por grandes infraestruturas e equipamentos e as áreas de localização de atividades económicas de indústria, turismo, comércio, armazenagem, logística ou indústria extrativa;
    e) Áreas de ocupação agrícola, florestal, agroflorestal e de valor natural.

Classificação e Qualificação do Solo Urbano

1. Classificar o solo como urbano com base nos seguintes requisitos gerais:
    1.1. Inserção na rede urbana ou na rede de áreas de atividades económicas do concelho, definida em PDM;
    1.2. Disponibilidade de infraestruturas básicas completas ou previsão da infraestruturação no horizonte do plano, em conformidade com o programa de execução e financiamento
    1.3. Contribuição para a mobilidade sustentável;
    1.4. Respeito pelos critérios de qualificação do solo urbano estabelecidos no Anexo 2.
2. Na expansão das áreas urbanas existentes devem respeitar-se os seguintes requisitos:
    2.1. Demonstração da necessidade, considerando-se:
        a) Crescimento demográfico e dinâmica urbanística do município e do aglomerado urbano, incluindo a 2ª residência, no contexto do sistema urbano, sustentado numa avaliação do grau de concretização dos PMOT em vigor, com base na execução física e nos compromissos;
        b) Necessidade de novas áreas para atividades económicas;
        c) Disponibilidade de áreas para reconversão e reabilitação de áreas urbanas existentes com usos urbanos obsoletos ou degradadas e possibilidade de preenchimento de vazios urbanos.
    2.2. Dimensionamento dos espaços de urbanização programada em função das necessidades demonstradas e da seguinte forma:
        a) Admitir a expansão dos perímetros urbanos existentes apenas nos casos em que o somatório das áreas urbanizadas consolidadas e comprometidas atinjam os 70% (não contabilizando as áreas da Estrutura Ecológica Urbana);
        b) Condicionar a dimensão das áreas de expansão ao limiar máximo de 30% das áreas consolidadas e comprometidas, contabilizando o somatório das áreas urbanas livres do perímetro urbano existente e as novas áreas de expansão;
        c) Os limiares máximos da expansão dos perímetros urbanos podem ser aferidos para o total do concelho.
    2.3. Não afetação de áreas de valores e recursos naturais fundamentais e de áreas de risco, salvo situações excecionais, quando demonstrada a necessidade e inexistência de alternativas de localização e comprovada a salvaguarda de pessoas e bens.
3. Considerar o princípio da reversão do solo urbano em solo rural, nas seguintes situações:
    a) Reconfiguração de perímetros urbanos;
    b) Quando se verifique a sua dimensão excessiva face ao estabelecido em normas anteriores;
    c) Quando se verifique que as áreas delimitadas como perímetro urbano não reúnam as condições para integrar solo urbano, podendo vir a integrar a aglomerados rurais ou áreas afetas a outras tipologias de povoamento em solo rural.

4. Qualificar o solo urbano de acordo com os critérios constantes no Anexo 2 do PROTOVT, incluído igualmente em anexo ao presente documento.

À semelhança do que acontece relativamente ao solo urbano, o PROT OVT define orientações e diretrizes para a classificação e qualificação do solo urbano. Contudo, atendendo a que a área rural do Concelho é muito diminuta, não se apresentam as mesmas remetendo-se para o PROT OVT.

Definição da Estrutura Municipal e Urbana

1. Identificar as áreas fundamentais a integrar na Estrutura Ecológica Municipal e Urbana de acordo com os critérios que em seguida se identificam:
    1.1. Transposição da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental para a escala municipal nos termos do definido nas normas específicas do setor;
    1.2. Integração de áreas que assegurem bens e serviços ambientais necessários ao desenvolvimento das atividades humanas, bem como os recursos fundamentais de solo e água e as áreas de risco natural;
    1.3. Identificação das estruturas ecológicas urbanas integrando um conjunto de áreas verdes diversificadas e conectadas, aproveitando as linhas de drenagem natural, outras áreas com valores naturais e culturais e as áreas de proteção a infraestruturas e utilizações conflituosas com a fruição urbana.

[b] Normas Específicas por Unidades Territoriais

Nas Unidades Territoriais aplicam-se as orientações e diretrizes seguidamente identificadas, as quais visam, em particular, constituir o quadro de referência para os planos municipais de ordenamento do território e orientar os planos especiais de ordenamento do território, instrumentos vinculativos dos particulares a que incumbe, respetivamente, o estabelecimento de regimes de ocupação, uso e transformação do solo e de salvaguarda de recursos e valores naturais.

Apresentam-se apenas as diretrizes correspondentes às Unidades Territoriais nas quais se integra o Concelho do Entroncamento – Colinas do Tejo e Lezíria do Tejo - que possam influenciar o mesmo de forma mais direta.

Diretrizes

1. Estruturar a unidade em torno do sistema urbano formado por Alcanena, Torres Novas, Tomar e Entroncamento e por uma rede complementar de aglomerados urbanos e rurais a identificar, nos respetivos PDM, que absorvam as procuras de edificação e contrariem as tendências de povoamento linear e disperso;
2. Promover a estruturação e ordenamento das atividades industriais e logísticas em Alcanena, Torres Novas, Entroncamento e V. N. da Barquinha, através da criação de uma Área de Estruturação Logístico empresarial;
3. Manter ou recuperar zonas palustres e respetiva avifauna, enquanto elementos de valorização ecoturística do território;
4. Promover e garantir o bom estado ecológico das massas de água e dos ecossistemas ribeirinhos dos corredores fluviais;
5. Manter o coberto vegetal natural e a gestão sustentável dos usos agrícolas e das formações florestais, ao longo do corredor ecológico da margem norte do Rio Tejo;
6. Garantir a manutenção das paisagens notáveis das colinas do Tejo, garantindo os sistemas de vistas da e sobre a Lezíria.

2.4. Planos sectoriais

Conforme descrito no quadro 1, dois IGT de caráter sectorial estabelecem regras que disciplinam o território do Concelho do Entroncamento: o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo e o Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo, os quais serão detalhados no presente subcapítulo.

2.4.1. Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo e Ribeiras do Tejo

O PGRH do Tejo e Ribeiras do Oeste13 está integrado no 2º ciclo de planeamento dos PGRH, relativo ao período 2016/2021, previsto na Lei da Água14 e na Diretiva-Quadro da Água. O Plano constitui um instrumento de planeamento das águas que visa a gestão, a proteção e a valorização ambiental, social e económica das águas ao nível da bacia hidrográfica.

Com a alteração da Lei da Água, foi alterada a delimitação da RH5, passando a ser designada por região hidrográfica do Tejo e Oeste e a integrar a bacia hidrográfica do Tejo e as bacias hidrográficas das ribeiras do Oeste, as quais, no 1.º ciclo de planeamento, estavam inseridas na RH4.

No âmbito espacial, a RH5 possui uma área de intervenção de aproximadamente 30.502 Km2, que abrange a bacia hidrográfica do rio Tejo e ribeiras adjacentes, a bacia hidrográfica das Ribeiras do Oeste, incluindo as respetivas águas subterrâneas e águas costeiras adjacentes.

Bacia do Tejo

A bacia do Tejo cobre, em território português, uma área de 25.015,51 km2 [30,96% da área total] e apresenta um comprimento 230 km. Os principais afluentes do rio Tejo em território nacional são os rios Erges, Pônsul, Ocreza e Zêzere, na margem direita, e os rios Sever e Sorraia, na margem esquerda. Destes afluentes merecem referência especial, pela dimensão das bacias hidrográficas, o rio Zêzere [4.980 km2] e o rio Sorraia [7.520 km2], que totalizam cerca de 50% da área da bacia portuguesa.

"*O troço português é marcado por importantes quebras de declive, primeiro em Portas de Ródão, na dependência do atravessamento da crista quartzítica, e depois em Belver. Os grandes afluentes do rio Tejo na vertente direita - Erges, Aravil, Pônsul, Ocreza e Zêzere - drenam a zona do Maciço Hespérico, acidentada, montanhosa, com pluviosidade relativamente elevada, se for excluída a área oriental da Beira Baixa. São rios com alguma expressão, tanto em extensão como em área drenada, que abrem os seus álveos entre montanhas e montes, formando vales encaixados, transversais ao curso do rio principal (orientação NNE-SSW).*

[13] Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro, retificada e republicada pela Declaração de Retificação n.º 22-B/2016
[14] Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro [alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 130/2012, de 22 de junho] que transpõe para a legislação nacional a Diretiva-Quadro da Água

Na vertente esquerda e sul, a estrutura hidrográfica da bacia é totalmente diferente. Os cursos de água apenas têm algum relevo, com traçados transversais ao rio Tejo, nomeadamente o rio Sever e a ribeira de Nisa, drenando formações antigas, logo no troço de entrada do rio Tejo em Portugal. Mais para jusante, apenas algumas pequenas ribeiras drenam de sul para norte, para o rio Tejo. Os restantes são, fundamentalmente, a bacia do rio Sorraia e seus afluentes próprios, com um percurso de leste para oeste, quase paralelo ao do rio Tejo a montante, até ao estuário, onde desagua. Drena, com vales relativamente abertos, a vasta planície cenozóica do rio Tejo e a peneplanície talhada nas formações xistentes e magmáticas intrusivas da zona de Ossa-Morena, onde a precipitação média anual é sempre inferior a 800 mm/ano, na sua maior parte entre 600 e 700 mm/ano." [apambiente.pt]

Bacia das Ribeiras do Oeste

"*As bacias hidrográficas das ribeiras do Oeste englobam todas as pequenas bacias da fachada atlântica entre, aproximadamente, a Nazaré, a norte, e a foz do rio Tejo, a sul. Constitui uma estreita faixa, com cerca de 120 km de extensão, com eixo no sentido NNE–SSW, aproximadamente, e máxima largura, na linha Peniche–Cadaval, da ordem dos 35 km. A área total das bacias hidrográficas das ribeiras do Oeste é próxima de 2.500 km2 .*

As principais ribeiras e pequenos rios [com bacias próprias de área superior a 30 km2], em número de treze, considerando a bacia própria da Lagoa de Óbidos, cobrem cerca de 2.125 km2. Com efeito, para além destas treze ribeiras, apenas existem outras com pequena expressão. As maiores áreas não incluídas nas treze bacias encontram-se entre a Lagoa de Óbidos e o Baleal, entre a bacia do Lizandro e a da ribeira de Colares e entre esta e a das Vinhas e da Mula.

Os principais afluentes de 1ª ordem, destacando-se de Norte para Sul, são: rio Alcoa, rio Tornada, rio Arnóia, rio Real, ribeira de S. Domingos, rio Grande, rio Alcabrichel, rio Sizandro, ribeira do Sobral, ribeira do Cuco, rio Lisandro, ribeira de Colares e ribeira das Vinhas. As bacias hidrográficas das ribeiras do Oeste confinam com a bacia hidrográfica do Tejo, a leste, e com a do Lis, a norte e nordeste". [apambiente.pt]

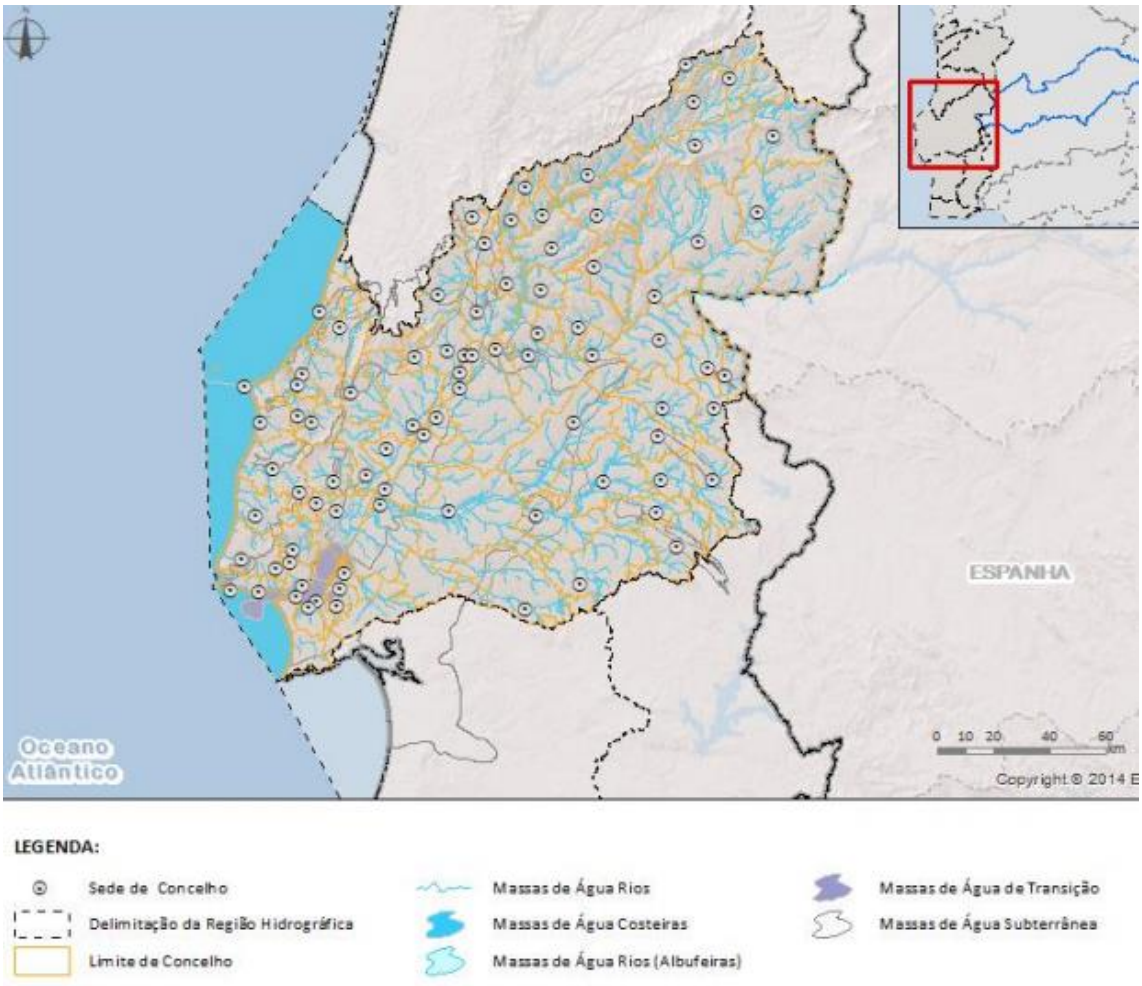


Figura 9 - Delimitação geográfica da RH5 | Fonte: apambiente.pt

2.4.2. Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Ribatejo

[a] Área de Abrangência

O PROF Ribatejo, aprovado pelo Decreto-Regulamentar nº 16/2006, de 19 de outubro, tem como âmbito territorial os concelhos coincidentes com as NUTS III do Médio Tejo e Lezíria do Tejo, compatibiliza-se com os PROT com incidência na área e assegura a contribuição do setor florestal para a elaboração e alteração dos restantes instrumentos de gestão.

[b] Objetivos Gerais

As orientações estratégicas florestais constantes no PROF do Ribatejo, fundamentalmente no que se refere à ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais devem ser integradas nos PMOT e nos PEOT, de acordo com as devidas adaptações propostas por estes.

De acordo com o nº 3 do art., 5º o PROF Ribatejo visa o ordenamento dos espaços florestais da região a longo prazo e, para tal, tem como objetivos gerais:

1. Melhorar a gestão florestal e condução dos povoamentos com ganhos de produtividade e rentabilidade das explorações florestais e em simultâneo promover a certificação da gestão florestal sustentável;
2. Diversificar as funcionalidades associadas aos espaços florestais, contribuindo para aumentar a rentabilidade das explorações florestais;
3. Melhorar o estado de conservação dos habitats classificados florestais e silvestres na região;
4. Diminuir significativamente as áreas florestais que não são sujeitas a qualquer tipo de condução;
5. Ganhar coerência e racionalidade na gestão e condução das áreas florestais nas zonas onde a propriedade florestal é muito fragmentada através da constituição de unidades territoriais de dimensão adequada;
6. Recuperação das áreas ardidas introduzindo modelos de organização territorial eficientes sob o ponto de vista da prevenção dos incêndios florestais;
7. Implementar um plano estratégico para a recolha de informação sobre o estado sanitário da floresta;
8. Melhorar o conhecimento técnico e científico relativo à gestão dos espaços florestais nas suas diversas vertentes, bem como a sua transferência para os diversos agentes do setor;
9. Aumentar a qualidade paisagística dos espaços florestais e o seu contributo para o bem-estar das populações;
10. Diminuir a incidência territorial dos incêndios florestais de forma significativa, privilegiando as medidas de caráter preventivo, a estruturação coerente da Rede Regional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e a diversificação da composição das áreas florestais;
11. Melhorar a qualificação técnica e profissional dos diversos agentes da fileira florestal de modo a fazer face aos desafios colocados ao setor.

Além destes objetivos o PROF Ribatejo define ainda objetivos específicos comuns às várias sub-regiões homogéneas que delimita bem como objetivos específicos e modelos de silvicultura para cada uma das sub-regiões.

A região do PROF Ribatejo, compreende as seguintes subregiões homogéneas, devidamente identificadas no mapa síntese do PROF Ribatejo: Alto Nabão, Bairro (na qual se integra o Entroncamento), Charneca, Estuário, Floresta do Oeste, Floresta dos Templários, Lezíria, Serra de Aire e Sicó-Alvaiázere Sul.

[c] Aplicabilidade aos PMOT

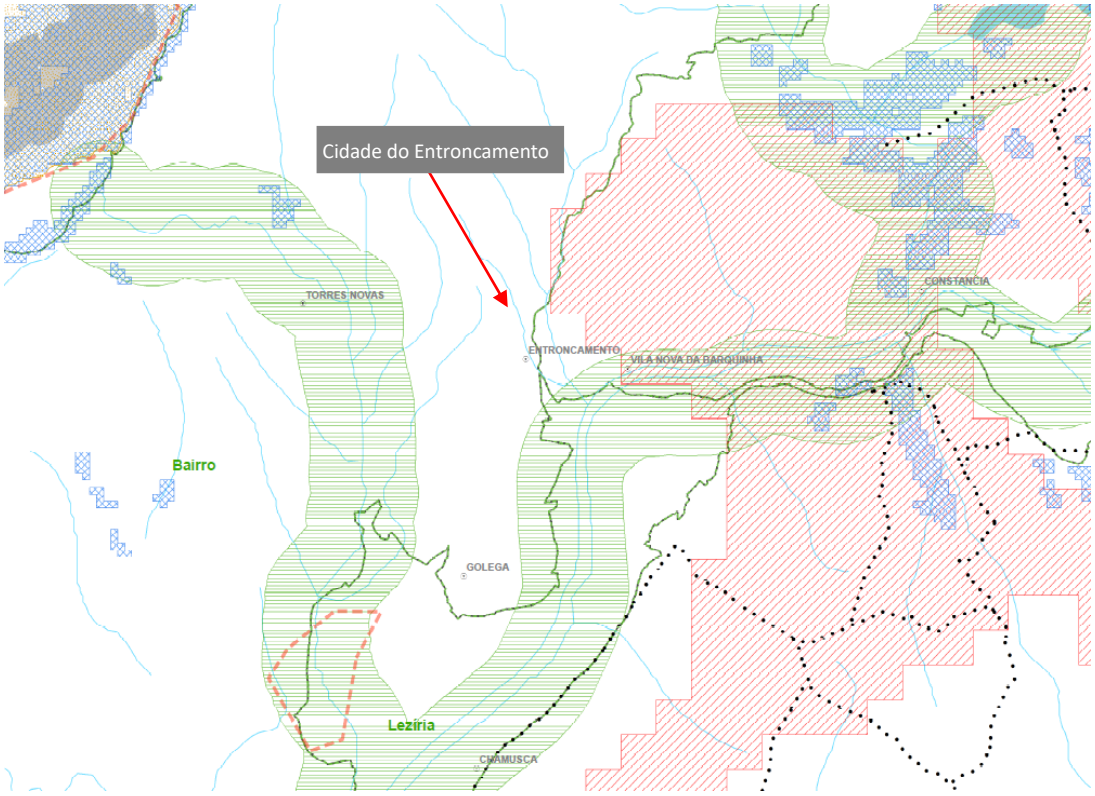
A aplicabilidade do PROF aos PMOT efetua-se através da integração das respetivas orientações estratégicas, fundamentalmente no que se refere à ocupação, uso e transformação do solo nos espaços florestais e de acordo com as devidas adaptações propostas pelos PMOT. 15

A necessária compatibilização do PMOT com as orientações e medidas contidas no PROF é assegurada pela Autoridade Florestal Nacional no âmbito do acompanhamento da elaboração, revisão e alteração dos PMOT, neste caso específico, no âmbito do acompanhamento da revisão do PDM.

Todos os municípios que integram o PROF do Ribatejo detêm Planos Diretores Municipais eficazes, cujas referências às áreas florestais, seu ordenamento e gestão são reduzidas. Serve este PROF para direcionar os novos PDM para uma abordagem mais criteriosa e completa do ordenamento e gestão dos espaços florestais.

[d] Aplicabilidade ao Concelho do Entroncamento

De acordo com o mapa síntese do PROF Ribatejo o Concelho do Entroncamento integra-se na sub-região do Bairro, conforme planta inscrita na figura seguinte. O Concelho do Entroncamento é ocupado marginalmente por pequenas manchas florestais, que correspondem em parte à área do Parque do Bonito, povoada por exemplares de espécies tais como sobreiros e carvalhos – ver fig. 10.



[15] Nos termos do disposto no artigo 3º do Decreto Regulamentar nº 16/2006, de 19 de outubro.



Figura 10. Extrato da Carta Síntese do PROF Ribatejo – Localização do Entroncamento | Fonte: Carta Síntese do PROF Ribatejo, disponível em http://www.afn.min-agricultura.pt/portal/gestao-florestal/ppf/profs/prof-do-ribatejo

Atendendo a que o objetivo geral preconizado pelo PROF Ribatejo para a sub-região do Bairro é "*fomentar a multifuncionalidade dos espaços florestais privilegiando as funções de silvopastorícia, caça e pesca, produção e recreio, enquadramento e estética da paisagem*", considera-se pertinente ter em consideração alguns dos objetivos específicos delineados para a sub-região, nomeadamente aqueles que se podem aplicar de forma mais direta à área florestal envolvente do Parque do Bonito:

> *" (…) d) Promover o enquadramento adequado de monumentos, sítios arqueológicos, aglomerados urbanos e infraestruturas;*
>
> e) *Manutenção e valorização da qualidade da paisagem da sub-região através dos espaços florestais;*
>
> f) *Aumentar e beneficiar os espaços florestais de enquadramento a atividades de recreio; (…)*
>
> h) *Melhorar o estado de conservação das linhas de água;*
>
> i) *Diminuir a erosão dos solos através da adoção de práticas adequadas*[16].

[16] Extraído do Plano de Ordenamento Florestal do Ribatejo

2.5. Planos Municipais de Ordenamento do Território

2.5.1. Plano Diretor Municipal do Entroncamento

O PDME foi ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 181/95, de 14 de setembro, publicada em Diário da República nº 299, 1ª Série B, de 29 de dezembro de 1995, alterado pelo Aviso nº 22662/2007, publicado em Diário da República nº 222, 2ª Série B, de 19 de novembro de 2007, e pelo Aviso nº 23123/2009, publicado em DR nº 247 2ª Série B, de 23/12/2009.

O PDME constitui o primeiro regulamento administrativo aplicado à totalidade do Concelho definindo a sua classificação básica e respetivos parâmetros de ocupação para as diferentes categorias de espaços, a programação e implantação dos equipamentos sociais e a extensão das infraestruturas.

O PDME é composto pela Planta de Ordenamento à escala 1/25 000, pela Planta de Condicionantes à escala 1/25 000 e pelo Regulamento. Numa análise da Planta de Ordenamento e do Regulamento constata-se que existem diversas incongruências no que respeita às Classes e Categorias de Espaços definidas em cada um destes elementos que constituem o PDME, sendo este, inclusivamente, um dos fatores que motivou a revisão do PDME.

Tendo em consideração que o Relatório 4 dos Estudos de Caraterização integra um capítulo dedicado à avaliação da execução do PDM, remete-se para o mesmo a análise deste IGT.

2.5.2. Planos de Pormenor

No Concelho do Entroncamento encontram-se em vigor, à data do presente relatório, dois Planos de Pormenor: o PP da Zona do Centro de Saúde (entre as Ruas Almirante Reis, do Dr. Miguel Bombarda, de D. Carlos, da Galharda e da CP) e o PP do Formigão – ver figura 11.

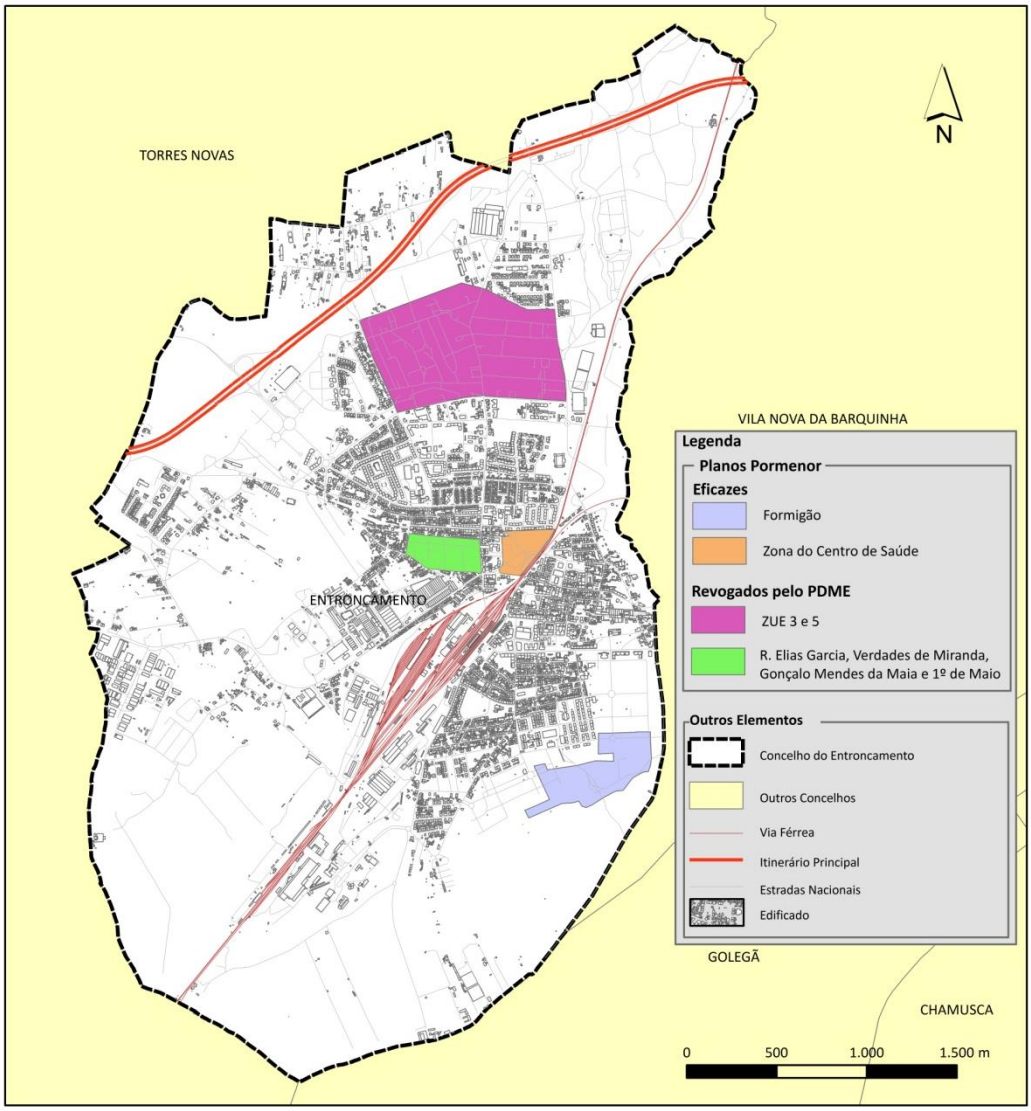


Figura 11. Localização dos Planos de Pormenor no Concelho do Entroncamento | Fonte: CME

[a] Plano de Pormenor da Zona do Centro de Saúde (entre as Ruas Almirante Reis, do Dr. Miguel Bombarda, de D. Carlos, da Galharda e da CP)

Localização e Características Gerais

O Plano de Pormenor da Zona do Centro de Saúde foi publicado, através do Aviso nº 22 732/2007, no Diário da República nº 223, 2ª Série, de 20 de novembro de 2007.

Localizado na freguesia da Nossa Sr.ª de Fátima, a NNE da estação ferroviária, área central da cidade do Entroncamento, o PP da Zona do Centro de Saúde integra, como o próprio nome indica, a área do Centro de Saúde do Entroncamento, mas também o Centro de Dia e a antiga fabrica de vinagres, que se deslocalizou instalando-se na área Industrial do Entroncamento – ver figura 12



Figura 12. Área de intervenção do Plano de Pormenor da Zona do Centro de Saúde | Fonte: CME

O PP teve por objetivo a revitalização desta zona central da cidade e procedeu à ampliação do Centro de Saúde, bem como à deslocalização da fábrica e a construção, nesse mesmo local, de uma área de novos edifícios para os quais existe um alvará de loteamento aprovado. O PP admite ainda zonas verdes e de uso coletivo – ver figura 13.

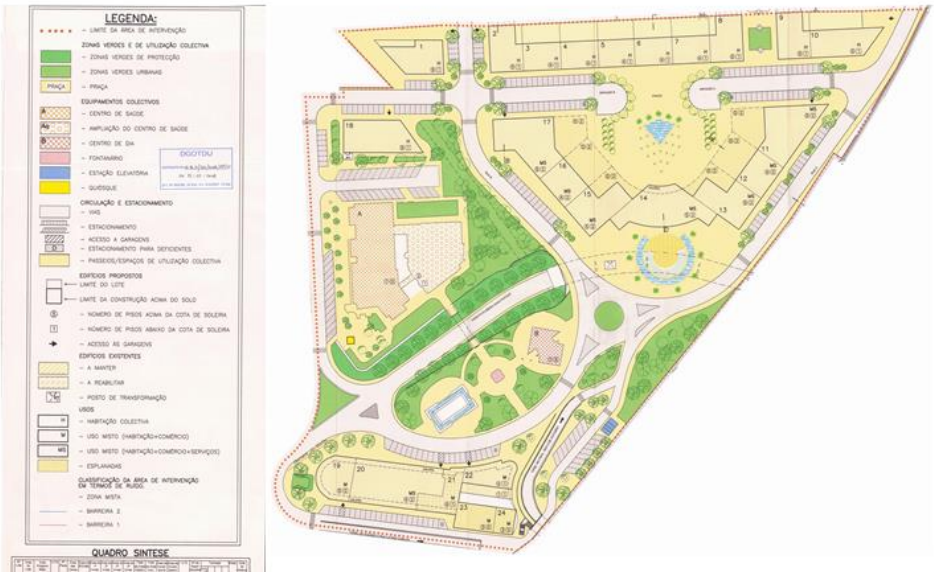


Figura 13. Planta de Implantação do PP da Zona do Centro de Saúde | Fonte: CME

[b] Plano de Pormenor do Formigão

Localização e objetivos de intervenção

O PP do Formigão foi publicado, através do Aviso n.º 5696/2010, de 11 de março de 2010, no Diário da República n.º 54, 2.ª série, de 18 de março de 2010. A área de intervenção do PP tem cerca de 16,2 ha e localiza-se na freguesia de São João Batista no limite SE da cidade do Entroncamento. É uma área que constitui, vincadamente, uma franja do núcleo urbano consolidado e que é marcada pela proximidade ao Itinerário Complementar 3. O PP do Formigão tem como principais objetivos:

- Efetuar o remate da malha urbana do Entroncamento, através de um espaço qualificado suportado por uma infra estruturação de solo equilibrada, e amarrar a nova estrutura urbana a norte e a nordeste, promovendo a articulação viária do Sul da Cidade do Entroncamento;
- Promover uma utilização do solo urbana, reaproveitando uma área descaracterizada, designadamente em função da relocalização da Estação de Tratamento de Águas Residuais;
- Promover a instalação de Unidades Comerciais de Dimensão Relevante e de equipamentos que tornem esta zona da cidade uma zona viva;
- Devolver o ribeiro que atravessa a área de intervenção à cidade e melhorar a qualidade do mesmo, pelo que deve o presente Plano de Pormenor propor a qualificação, limpeza e desobstrução do mesmo, envolvendo-o numa área verde de dimensão generosa, e sequente oferta de área verde qualificada à população do Entroncamento – ver figura 14



Figura 14. Área de intervenção do Plano de Pormenor do PP do Formigão | Fonte: CME

Com um índice de utilização de 0,49 e índice de ocupação de 0,15, o PP prevê um total de 526 fogos, 50 estabelecimentos de comércio/serviços, espaços verdes associados à ribeira de Santa Catarina e duas parcelas para equipamentos coletivos. O Plano de Pormenor não se encontra ainda executado.



Figura 15. Planta de Síntese do PP do Formigão | Fonte: CME (2010)

3. Conclusão

O Concelho do Entroncamento encontra-se sujeito a um conjunto de Instrumentos de Gestão Territorial, que numa organização em cascata e sujeitos a uma hierarquia disciplinada pelo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, determinam, fundamentalmente, as regras de uso e ocupação do solo.

A revisão do PDM do Entroncamento encontra-se por tal sujeita às normas dos Planos de hierarquia superior, os quais encontram-se devidamente identificados no corpo do presente relatório sendo também caracterizados.

De entre o conjunto de Instrumentos, salienta-se e releva-se o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, que de forma mais direta determina a parametriza o presente processo de revisão do Plano Diretor Municipal do Entroncamento.

Deste Plano Regional salientam-se os seguintes factos:

1. A cidade do Entroncamento encontra-se classificada como um centro do segundo nível da hierarquia urbana da região, sendo-lhe por tal avocada dinâmica demográfica e económica, assim como, responsabilidades no sentido da qualificação da oferta de serviços e equipamentos;
2. A cidade situa-se num eixo de desenvolvimento urbano onde se incluem outros centros urbanos, tais como, Torres Novas, Abrantes ou Tomar, devendo ser potenciado o desenvolvimento de sinergias entre estes núcleos;
3. O Concelho é incluído numa das principais áreas de desenvolvimento empresarial da região, sendo parte integrante de uma das *Portas* da região;
4. O PROTOVT identifica a cidade como um *hub* ferroviário;
5. Não sendo abrangido por qualquer elemento da estrutura ecológica primária do PROTOVT, fica contudo o Concelho abrangido por elementos da estrutura secundária e complementar daquele Plano, os quais devem ser devidamente abordados aquando da definição da proposta de Plano, em particular da estrutura ecológica do mesmo.

Refira-se também a existência de dois Planos de Pormenor eficazes para o Concelho, de aprovação e eficácia recente, cujas regras devem ser absorvidas pelo Plano Diretor Municipal.

Siglas e Acrónimos

Siglas / Acrónimos	Locução
A23	Autoestrada nº 23
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
AML	Área Metropolitana de Lisboa
ANE	Áreas Nucleares Estruturantes
ANS	Áreas Nucleares Secundárias
AVT	Áreas de Vocação Turística
CCDR LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CEE	Corredores Ecológicos Estruturantes
CES	Corredores Ecológicos Secundários
CM	Câmara Municipal
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
EGMT	Esquema Global do Modelo Territorial
EOT	Espaços de Ocupação Turística
ERPVA	Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental
HI	Hotéis Isolados
IC	Itinerário Complementar
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Itinerário Principal
LBOTDU	Lei de Bases de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
OEBT	Opções Estratégicas de Base Territorial
OVT	Oeste e Vale do Tejo
NDE - TL	Núcleos de Desenvolvimento Económico de Turismo e Lazer
NDT	Núcleos de Desenvolvimento Turístico
NTL	Núcleos de Turismo e Lazer
PBH	Plano de Bacia Hidrográfica
PBHT	Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo
PDM	Plano Diretor Municipal
PDME	Plano Diretor Municipal do Entroncamento
PEOT	Plano Especial de Ordenamento do Território
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PP	Plano de Pormenor
PPF	Plano de Pormenor do Formigão
PPZCS	Plano de Pormenor da Zona do Centro de Saúde
PROF	Plano Regional de Ordenamento Florestal
PROFR	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território

PROTOVT	Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo
PU	Plano de Urbanização
QREN	Quadro de Referência Estratégica Nacional
RCM	Resolução de Concelho de Ministros
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
TER	Turismo em Espaço Rural
TH	Turismo de Habitação
TN	Turismo de Natureza
ZTI	Zonas de Interesse Turístico

Bibliografia

- **Legislação**

Aviso n.º 22 732/2007 de 22 de novembro. *D.R. nº 223 - II Série*.

Aviso n.º 5 696/2010 de 18 de março. *DR nº 54 - I Série*.

Declaração de julho de 1992. D.R. n.º 219 de 22 de setembro.

Decreto-Lei n.º 31/2014 de 30 de maio. *D.R. n.º 104/2014 – I Série.*

Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio. *D.R. n.º 93/2015 – I Série-A.*

Decreto - Regulamentar n.º 18/2001 de 7 de dezembro, *D.R. n.º 283 - I Série*.

Decreto - Regulamentar n.º 16/2006, de 19 de outubro. *D.R. n.º 202 - I Série*.

Lei n.º 58/2007, de 04 de setembro, *D.R. n.º 170 – I Série*.

Resolução de Conselho de Ministros n.º 64-A/2009 de 06 de agosto. *D.R. n.º 151 - I Série B.*

RCM nº 181/95, de 14 de setembro, publicada em DR nº 299, 1ª Série B, de 29/12/1995,

Aviso nº 22 662/2007, publicado em DR nº 222 2ª Série B, de 19/11/2007,

Aviso nº 23123/2009, publicado em DR nº 247 2ª Série B, de 23/12/2009.

ENTRONCAMENTO

cidade ferroviária

Primeira revisão do PDM do ENTRONCAMENTO

R2 – Enquadramento nos IGT

Versão de fevereiro de 2018 para aprovação em Assembleia Municipal

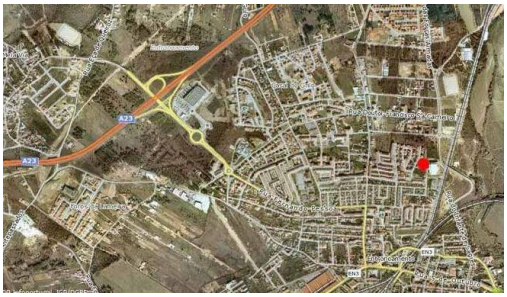
Primeira revisão Plano Diretor Municipal, PDM

Entroncamento









ENTRONCAMENTO
cidade ferroviária

Volume 04

R3 – Ocupação do Solo, Avaliação do PDM

[versão para aprovação em Assembleia Municipal] fevereiro 2018

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Índice Geral

1. Introdução 7

2. Nota Metodológica 9
2.1. Ocupação do Solo 10
2.1.1. *Corinne Land Cover* (2006) 10
2.1.2. Ocupação atual do Solo 11
2.1.3. Dados de Base 12
2.2. Avaliação do Plano Diretor Municipal do Entroncamento e Dinâmica de Licenciamento 13

Ocupação do Solo no Concelho do Entroncamento 14

1. Ocupação do Solo - Corinne LandCover 2006 15
1.1. Enquadramento regional 15
1.2. Classes CLC 2006 e Respetivas Áreas no Concelho do Entroncamento 17

2. Ocupação Atual do Solo - COS 2007 21
2.1. Introdução 21
2.2. Distribuição Geográfica e Representatividade das Classes 1 a 3 do COS 2007 22
2.3. Usos do Solo - Territórios Artificializados 29
2.4. Usos do Solo - Solos Urbanos 31
2.5. Usos do Solo - Usos Agrícolas 33
2.6. Usos do Solo - Usos Florestais 35
2.7. Usos do Solo - Áreas expectantes ou com usos marginais 36
2.8. Caraterísticas das áreas identificadas por classe do Nível 4 do COS 2007 38

Avaliação do Plano Diretor Municipal do Entroncamento e Dinâmica de Licenciamento 69

1. Articulação entre o PDM do Entroncamento e a Atual disciplina do Ordenamento do território e da gestão urbanística 70
1.1. Introdução 70
1.2. Articulação do PDM do Entroncamento com o Regime Jurídico do Instrumentos de Gestão Territorial 71
1.3. Articulação do PDM do Entroncamento com o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação 73

2. Disciplina do Plano Diretor Municipal do Entroncamento 75
2.1. Introdução 75
2.2. Estrutura do Plano 76
2.3. Síntese da Disciplina do Plano Diretor Municipal do Entroncamento 80
2.3.1. Espaços Urbanos 80
2.3.2. Espaços Urbanizáveis 81
2.3.3. Espaços Culturais 82
2.3.4. Espaços Naturais 82
2.3.5. Espaços Agrícolas e Florestais 83
2.3.6. Espaços Industriais 84
2.3.7. Outras normas relevantes na gestão do território 85

3. Impactes da aplicação do PDM do Entroncamento no Uso Atual do Solo 86
3.1. Introdução 86
3.2. Da distribuição do solo no Concelho do Entroncamento pelas Classes de Espaços do Plano Diretor 88
3.3. Da Execução do Plano Diretor Municipal do Entroncamento 90
3.3.1. Espaços Urbanos e Urbanizáveis (de uso dominante residencial ou misto) 90
3.3.2. Áreas Industriais 96
3.3.3. Equipamentos 97
3.3.4. Turismo 99
3.3.5. Comércio e Serviços 100
3.3.6. Espaços Verdes Urbanos 100
3.3.7. Espaços Culturais 101
3.3.8. Outras Disposições Regulamentares Relevantes 102

4. Dinâmica de Licenciamento 103
4.1. Nota Introdutória 103
4.2. Dinâmica de Emissão de Alvarás de Loteamentos Urbanos 104
4.3. Dinâmica de Emissão de Licenças de Obras Particulares 111

5. Conclusões 114

Siglas e Acrónimos 115

Bibliografia 116

Índice de Figuras

Figura 1 - Detalhe e Número de Classes por nível do COS2007 | Extraído de www.igeo.pt 11
Figura 2 - *Corinne Land Cover 2006*, nível 3, no Entroncamento e na envolvente | Adaptado de www.igeo.pt 16
Figura 3 - *Corinne Land Cover 2006*, nível 3, no Concelho do Entroncamento | Adaptado de www.igeo.pt; Ortofotomapa produzido pelo IGEO 18
Figura 4 - *Corinne Land Cover* 2006 no Concelho do Entroncamento – Distribuição Relativa por Classe de nível 3 | Fonte: www.igeo.pt 20
Figura 5 - Proporção do território do Entroncamento por classe do nível 1 do COS | Fontes: CME/IGEO (Ortofotomapa); IGEO (nomenclatura COS2007); Dynamic Land – produção e tratamento de dados 22
Figura 6 - Ocupação Atual do Solo no Concelho do Entroncamento – Nível 1 do COS2007 | Fontes: CIMT/IGEO (Ortofotomapa); IGEO (nomenclatura COS2007); 23
Figura 7 - Ocupação Atual do Solo no Concelho do Entroncamento – Nível 2 do COS2007 | Fontes: CIMT/IGEO (Ortofotomapa); IGEO (nomenclatura COS2007); 25
Figura 8 - Proporção do território do Entroncamento por classe do nível 2 do COS | Fontes: CIMT/IGEO (Ortofotomapa); IGEO (nomenclatura COS2007); 26
Figura 9 - Proporção do território do Entroncamento por classe do nível 3 do COS | Fontes: CIMT/IGEO (Ortofotomapa); IGEO (nomenclatura COS2007); 27
Figura 10 - Territórios Artificializados no Concelho do Entroncamento | Fontes: CME (bases Cartográficas); IGEO (nomenclatura COS2007); 30
Figura 11 - Áreas de Usos Urbanos no Concelho do Entroncamento e Relação com Principais Condicionantes ao Uso do Solo | Fontes: CME (Bases Cartográficas e Condicionantes); IGEO (COS2007); 32
Figura 12 - Áreas de Usos Agrícolas sobrepostas à RAN no Concelho do Entroncamento | Fontes: CME (Bases Cartográficas e Condicionantes); IGEO (COS2007); 34
Figura 13 - Áreas de Usos Florestais no Concelho do Entroncamento | Fontes: CME (Bases Cartográficas e Condicionantes); IGEO (COS2007); 35
Figura 14 - Áreas expectantes e com usos marginais no Concelho do Entroncamento | Fontes: CME (Bases Cartográficas e Condicionantes); IGEO (COS2007); 37
Figura 15 - Exemplos de Áreas de Tecido Urbano Contínuo Predominantemente Vertical 39
Figura 16 - Perspetiva do centro urbano (predominantemente vertical) 39
Figura 17 - Exemplos de Áreas de Tecido Urbano Contínuo Predominantemente Horizontal 40
Fontes: IGEO (COS2007); 40
Figura 18 - Perspetiva do centro urbano (predominantemente horizontal) 40
Figura 19 - Exemplos de Áreas de Estacionamento e Logradouros 41
Figura 20 - Exemplo de área de estacionamento 41
Figura 21 - Exemplos de Áreas de Tecido Urbano Descontinuo 42
Figura 22 - Paisagem típica das áreas de tecido urbano descontínuo 42
Figura 23 - Tecido Urbano Descontinuo Esparso 43
Figura 24 - Ocupação típica da área de tecido urbano esparso 43
Figura 25 - Exemplo de Área de Indústria 44
Figura 26 - Principal artéria da zona industrial do Entroncamento 44
Figura 27 - Exemplo de Área Comercial 45
Figura 28 - Perspetiva geral do maior estabelecimento comercial do Concelho 45
Figura 29 - Exemplo de áreas de equipamentos públicos e privados 46
Figura 30 - Perspetiva geral de um equipamento 46
Figura 31 - Área de Infra estruturas de energia elétrica 47
Figura 32 - Perspetiva da subestação elétrica 47
Figura 33 - Área ocupada pela ETAR do Entroncamento 48
Figura 34 - Perspetiva da ETAR 48
Figura 35 - Troço da A23 a Norte da cidade do Entroncamento 49
Figura 36 - Troço da A23 junto à saída do Entroncamento 49
Figura 37 - Área da Estação Ferroviária do Entroncamento 50
Figura 38 - Perspetiva da Estação Ferroviária do Entroncamento 50
Figura 39 - Exemplo de área de lixeira e sucatas 51
Figura 40 - Perspetiva de uma lixeira 51
Figura 41 - Exemplo de uma área em construção 52
Figura 42 - Perspetiva de uma área vedada para construção, junto ao nó do Entroncamento (centro), na A23 52
Figura 43 - Exemplo de área abandonada em terreno artificializado 53
Figura 44 - Perspetiva de uma área abandonada em envolvente urbana 53
Figura 45 - Exemplo de área verde 54
Figura 46 - Parque urbano no centro da cidade do Entroncamento 54
Figura 47 - Área do cemitério do Entroncamento 55
Figura 48 - Perspetiva do painel de Azulejos junto da entrada principal do cemitério do Entroncamento 55

Figura 49 - Exemplo de área afeta a equipamento desportivo 56
Figura 50 - Perspetiva do complexo desportivo do Bonito 56
Figura 51 - Exemplo de área de equipamento de lazer 57
Figura 52 - Perspetiva de uma área de lazer no centro do Entroncamento 57
Figura 53 - Área de estufas no Sul do Concelho do Entroncamento 58
Figura 54 - Perspetiva geral das instalações de estufas no Concelho do Entroncamento 58
Figura 55 - Exemplos de áreas afetas a regadio 59
Figura 56 - Perspetiva de um campo de regadio do Sul do Concelho do Entroncamento 59
Figura 57 - Área de vinha 60
Figura 58 - Perspetiva do (único) campo de vinha do Concelho do Entroncamento 60
Figura 59 - Exemplos de áreas de pomares 61
Figura 60 - Perspetiva de um pomar 61
Figura 61 - Área de pomar com olival 62
Figura 62 - Perspetiva de uma área de pomar com olival 62
Figura 63 - Exemplo de área de olival 63
Figura 64 - Perspetiva de um olival, junto à subestação elétrica no Sul do Concelho do Entroncamento 63
Figura 65 - Exemplo de áreas ocupadas com sistemas culturais e parcelares complexos 64
Figura 66 - Perspetiva do Sul do Concelho, com paisagem caraterística de sistemas culturais complexos 64
Figura 67 - Exemplo de área com ocupação de mato denso 65
Figura 68 - Envolvente à ribeira de Santa Catarina (matos densos) 65
Figura 69 - Exemplo de área ocupada com matos pouco densos 66
Figura 70 - Perspetiva de uma área com matos pouco densos 66
Figura 71 - Área do Norte do Concelho ocupada com floresta 67
Figura 72 - Perspetiva da área florestal a norte do parque do Bonito 67
Figura 73 - Exemplo de área de vegetação esparsa 68
Figura 74 - Perspetiva de uma área com vegetação esparsa 68
Figura 75 - Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal do Entroncamento | Extraído do Sistema Nacional de Informação Territorial, consultado em DGT/IGEO/www.igeo.pt 77
Figura 76 - Planta de Condicionantes do Plano Diretor Municipal do Entroncamento | Extraído do Sistema Nacional de Informação Territorial, consultado em DGT/IGEO/www.igeo.pt 78
Figura 77 - Planta Síntese das Classes de Espaços | Fonte: CME (1995) 88
Figura 78 - Tipo de estrutura urbana das áreas classificadas como espaços urbanos | Extraído do ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO) 91
Figura 79 - Moradias da zona norte da cidade do Entroncamento | Fonte: CME 91
Figura 80 - Consolidação dos Espaços Urbanos do Norte do Concelho do Entroncamento | Fonte: Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO) / PDME (CME, 1995) 92
Figura 81 - Consolidação do solo urbano na envolvente do nó da A23 do Entroncamento | Fonte: Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO) / PDME (CME, 1995) 93
Figura 82 - Área de moradias na envolvente da zona industrial do Entroncamento 93
Figura 83 - Consolidação do solo urbano a norte da zona industrial do Entroncamento | Fonte: Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO) / PDME (CME, 1995) 94
Figura 84 - Consolidação do solo urbano do Sul do Concelho | *Fonte: Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO) / PDME (CME, 1995)* 94
Figura 85 - Harmonização de cérceas no centro urbano do Entroncamento 95
Figura 86 - Tipo de estrutura urbana nas novas áreas da cidade do Entroncamento | Extraído do ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO) 95
Figura 87 - Localização das áreas com classificação de Espaços Industriais no PDME | *Fonte: Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO) / PDME (CME, 1995)* 96
Figura 88 - Atividade (terminal logístico) situado na nova fase da zona industrial do Entroncamento, junto à linha do Norte 97
Figura 89 - Áreas destinadas a equipamentos de acordo com a Planta de Ordenamento do PDME | Fonte: Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO) / PDME (CME, 1995) 98
Figura 90 - Pavilhão Desportivo Municipal do Entroncamento 99
Figura 91 - Área para turismo de acordo com a planta de ordenamento do PDME | Fonte: Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO) / PDME (CME, 1995) 99
Figura 92 - Áreas destinadas à instalação de comércio e serviços de acordo com a Planta de Ordenamento do PDME | Fonte: Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO) / PDME (CME, 1995) 100
Figura 93 - Equipamentos de desporto no Parque do Bonito | Fonte: Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO) / PDME (CME) 101
Figura 94 - Evolução do N.º de loteamentos no Concelho do Entroncamento (1996 – 2014) | Fonte: Câmara Municipal do Entroncamento 104
Figura 95 - Evolução do N.º de lotes previstos em loteamentos no Concelho do Entroncamento (1996 – 2014) | Fonte: Câmara Municipal do Entroncamento 105

Figura 96 - Evolução dos fogos previstos em loteamentos no Concelho do Entroncamento (1996 – 2014) | Fonte: Câmara Municipal do Entroncamento 106
Figura 97 - Área Bruta de Construção prevista em loteamentos, em m2, no Concelho do Entroncamento (1996 – 2014) | Fonte: Câmara Municipal do Entroncamento 106
Figura 98 - Peso relativo de fogos previstos, executados e em licenciamento nos loteamentos no Concelho do Entroncamento (1996 – 2014) | Fonte: Câmara Municipal do Entroncamento 107
Figura 99 - Distribuição da superfície prevista em Loteamentos por uso (1996 – 2014) | Fonte: Câmara Municipal do Entroncamento 108
Figura 100 - Distribuição geográfica dos loteamentos no Concelho do Entroncamento, por uso (1996 – 2014) | Fonte: Câmara Municipal do Entroncamento 109
Figura 101 - Distribuição geográfica dos loteamentos no Concelho do Entroncamento, por data de emissão de alvará (1996 – 2014) | Fonte: Câmara Municipal do Entroncamento 110
Figura 102 - Evolução do número de licenças emitidas no Concelho do Entroncamento (1997 – 2014) | Fonte: Câmara Municipal do Entroncamento 112
Figura 103 - Evolução do número de licenças para alterações e novas construções no Concelho do Entroncamento (1997 – 2014) | Fonte: Câmara Municipal do Entroncamento 112

Índice de Quadros

Quadro 1 - Peças à esc. 1:10000 de suporte ao Relatório 9
Quadro 2 - Principais especificações técnicas da COS do PDME | *Fonte: IGEO* 12
Quadro 3 - Classes de Usos do Solo presentes no Concelho do Entroncamento e respetivas áreas | *Fonte: Instituto Geográfico Português, Corinne Land Cover (2006).,cálculos próprios* 17
Quadro 4 - Classes e subclasses, conforme Planta de Ordenamento e Regulamento do PDME | *Fonte: Plano Diretor Municipal do Entroncamento* 76
Quadro 5 - Parâmetros Urbanísticos para PP e loteamentos em Espaços Urbanos do PDME, conforme definidos em regulamento daquele Plano | *Fonte: Plano Diretor Municipal do Entroncamento* 81
Quadro 6 - Parâmetros Urbanísticos para PP e loteamentos em Espaços Urbanizáveis do PDME, conforme definidos em regulamento daquele Plano | *Fonte: Plano Diretor Municipal do Entroncamento* 81
Quadro 7 - Superfície por Classe de Espaços (síntese) do PDME | *Fonte: Plano Diretor Municipal do Entroncamento* 89

Esta página foi deixada em branco propositadamente

1. Introdução

Pretende-se com o presente relatório abordar três matérias distintas, embora relacionadas entre si uma vez que se refletem na situação atual do território a ocupação do solo, a avaliação da execução do Plano Diretor Municipal do Entroncamento (PDME) em vigor e a dinâmica de licenciamento.
Por força da natureza dos estudos a elas relativas, as mesmas encontrar-se-ão organizadas por volumes dedicados, sendo empregue na respetiva análise a metodologia adiante expressa.

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), publicado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, não especifica diretamente a necessidade de se proceder a uma análise dos usos do solo num Plano Diretor determina, contudo, claramente a necessidade de se proceder à elaboração de "*Planta de situação existente com a ocupação do solo à data da deliberação que determina a elaboração do Plano*."[1]
O conhecimento dos usos do solo é condição fundamental para se proceder aos mecanismos de classificação e qualificação do solo previstos no RJIGT, sendo este o âmbito do primeiro volume do presente relatório.

Destes factos e porque o ato de planear deve-se alicerçar num sólido conhecimento do território a intervir, resulta a necessidade de se identificar graficamente e analisar a ocupação do solo. Tal facto, determina e fundamenta a necessidade do presente estudo.

Complementarmente, o Plano Regional do Ordenamento do Território do Oeste e do Vale do Tejo (PROT OVT), vem consolidar a necessidade desta análise, por forma a fundamentar a classificação de solo que venha a ser determinada através de Instrumento de Gestão Territorial (IGT).

A segunda parte deste relatório refere-se à avaliação da execução do PDME em vigor. Esta análise constitui uma ferramenta essencial no sentido de melhor se poder planear, em plena consciência das virtudes, omissões e falhas do anterior ato de planeamento.

Aliás tal pressuposto encontra-se presente no espírito do RJIGT, quando se determina que a deliberação de elaboração de planos diretores deve ser acompanhada de relatório sobre o estado do ordenamento do território, relatório que não acompanhou a oportuna decisão de iniciar o presente procedimento de revisão.

[1] Cf. dispõe a alínea b) do n.º 3 do art.º 97.º, relativo ao conteúdo documental, do RJIGT. Tendo em consideração a data de deliberação, determinou-se outra metodologia para avaliação da ocupação do território municipal.

Neste contexto, pretende-se analisar e ilustrar os níveis de execução do Plano, nomeadamente em termos de ocupação do solo, compromissos urbanísticos, reservas de solo urbano, níveis de infraestruturação, equipamentos, acessibilidades, condicionantes e outros critérios de avaliação relevantes para o município2.

Neste quadro, esta análise deve ser objetiva e sistemática para que possa ser prontamente retida, sublinhando-se que a leitura do presente relatório deve ser, necessariamente, acompanhada da leitura de demais documentos que compõem os estudos de caracterização da Revisão do PDME. Neste contexto, o presente estudo será efetuado recorrendo a duas abordagens distintas, mas complementares, equivalentes a capítulos próprios:

1. Um primeiro capítulo que versa exatamente sobre a avaliação qualitativa do PDM em vigor, remetendo-se para os demais relatórios da Revisão do Plano, estabelecendo-se aqui uma leitura objetiva do território municipal em matéria de Ordenamento e Urbanismo;
2. Este capítulo é completado com uma análise da ocupação do solo previsto em sede de PDM, incluindo as diversas categorias, de forma a poder verificar os níveis de execução do plano, designadamente quanto ao preenchimento de solo urbano, sendo este um dos indicadores que ter-se-á de ponderar aquando da delimitação de solo urbano no presente momento da revisão do PDM.
3. Num segundo capítulo, esta análise será concluída com informações adicionais essenciais de caráter quantitativo, designadamente a caracterização das dinâmicas de Licenciamento, com base nos elementos disponíveis na CM do Entroncamento.3

[2] As diferentes temáticas são abordadas em descritores dedicados dispostos nos diferentes relatórios. No presente, a execução do PDM sistematiza estes elementos numa perspetiva da ocupação do solo vista no PDME.
[3] No respeito do definido na alínea c) do n.º 3 do art.º 97.º, relativo ao conteúdo material dos Planos Diretores.

2. Nota Metodológica

O presente documento encontra-se, conforme descrito na nota introdutória, organizado em dois volumes distintos:

Volume 1 – Ocupação do Solo;

Volume 2 – Avaliação do PDME e dinâmica de licenciamento;

A análise destas matérias é suportada graficamente em peças incluídas no relatório (mapas, gráficos ou quadros), sendo ainda o relatório acompanhado por um conjunto de peças gráficas à esc. 1:10000, de seguida identificadas e que permitem um maior rigor e de análise temática:

Número de Planta	Designação
4.	**Situação Existente - Uso Atual do Solo**
5.	**Compromissos Urbanísticos (1996 – 2014)**

Quadro 1 - Peças à esc. 1:10000 de suporte ao Relatório

Os pontos de seguida introduzidos, identificam a metodologia específica adotada para cada um dos descritores em análise.

2.1. Ocupação do Solo

A análise da ocupação do solo no Concelho do Entroncamento, será efetuada com base em dois elementos:

1. A ocupação do solo constante na *Corinne Land Cover* (2006); e
2. A ocupação do solo decorrente da fotointerpretação efetuada pela equipe no âmbito dos trabalhos de caracterização do processo de revisão do PDME.

A metodologia expressa em cada um destes dois instrumentos de análise encontra-se explanada nos pontos seguintes.

2.1.1. *Corinne Land Cover* (2006)[4]

Os produtos *CORINNE Land Cover* (CLC) 2006 foram criados no âmbito da iniciativa *Global Monitoring for Environment and Security Land Fast Track Service Precursor*[5] para Portugal Continental. O *GMES Land FTSP* é uma iniciativa da Agência Europeia do Ambiente (AEA) e da Comissão Europeia (CE), que envolve atualmente 38 países e tem nomeadamente como objetivo atualizar os mapas produzidos em iniciativas CLC anteriores.

Os produtos CLC2006 para Portugal Continental incluem o *CORINNE Land Cover Changes* 2000-2006 (CHA06_PT) e o *CORINE Land Cover* 2006 (CLC06_PT), sendo sobre este último que é efetuada a análise constante no presente relatório. O mapa CLC 2006 para Portugal Continental tem escala de 1: 100 000, unidade mínima cartográfica (UMC) de 25 ha, exatidão geométrica melhor que 100m e possui uma nomenclatura hierárquica de 3 níveis com 44 classes ao nível mais detalhado. O processo de produção foi levado a cabo e coordenado pelo Grupo de Deteção Remota (GDR) do Instituto Geográfico Português (IGEO).

Para o presente relatório, foi efetuado o download dos elementos disponibilizados no *link*, e sobrepostos à cartografia de base utilizada no documento e melhor mencionada no ponto II.1.3. do presente capítulo.

As *shp* foram representadas utilizando a norma RGB do IGEO para a nomenclatura de nível 3 do CLC 2006. A versão final representada e constante no presente documento, encontra-se no sistema de referência ETRS89/PT-06, com projeção transversa de Mercator.

[4] A metodologia expressa relativa ao CLC 2006, foi efetuada com base em consulta à página web do Instituto Geográfico Português (IGEO) *www Igeo.pt*, em 2012.03.16
[5] *GMES Land FTSP*

2.1.2. Ocupação atual do Solo

A ocupação atual do solo do Concelho do Entroncamento é representada na Carta de Ocupação do Solo (COS) à escala 1/10000, desdobrada em diversos temas ao longo do presente relatório. Adotou-se para esta representação as orientações do IGEO, disponibilizadas em www.igeo.pt, relativas à caracterização da ocupação/uso do solo em Portugal Continental – nomenclatura da COS2007. Esta norma encontra-se traduzida através de uma nomenclatura hierárquica com 5 níveis, com 193 classes no seu nível mais detalhado (nível 5) – ver figura 1.

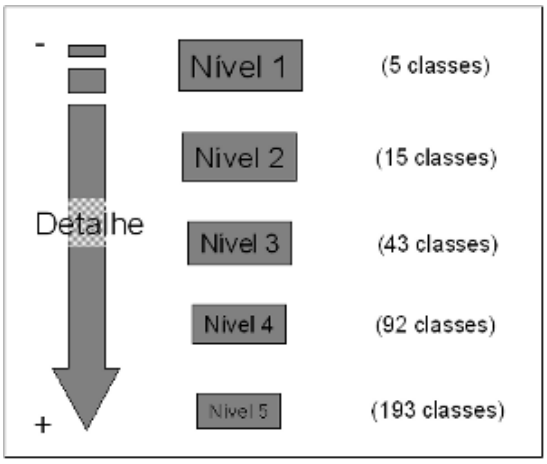


Figura 1 - Detalhe e Número de Classes por nível do COS2007 | Extraído de www.igeo.pt

A nomenclatura da COS2007 foi desenvolvida a partir da nomenclatura CLC (sendo igual a esta até ao 3º nível), de acordo com as especificidades do território nacional. Sendo este um nível de observação perfeitamente admissível para a normal escala de análise de um PDM – escala 1:25000 -,no caso do PDME a especificidade do concelho do Entroncamento no respeitante à sua dimensão, determinou que para a representação da ocupação do solo do concelho fossem adotadas as classes constantes no nível 4 da nomenclatura do COS 2007.

Para identificação das classes da COS do Entroncamento, foi efetuada a fotointerpretação do ortofotomapa fornecido pela Câmara Municipal do Entroncamento (CME), validado com trabalho de campo decorrido na semana de 27 de fevereiro a 02 de março de 2012. A representação gráfica das classes de COS no seu nível 4 não se encontra normalizada pelo que se adotaram cores por associação a determinado uso do solo – ver quadro 2.

Modelo de dados	Vetorial
Estrutura dos dados	Polígonos
Unidade Mínima Cartográfica (UMC)	Não Aplicável. Foram identificadas as classes por uso dominantes, mas encontram-se igualmente representadas situações particulares.
Sistema de referência	ETRS89/PT-TM06
Elipsoide	GRS80
Datum	ETRS89

Projeção	Transversa de Mercator
Nomenclatura	COS2007 (nível 4)
Exatidão temática	>= 95%
Exatidão posicional	Melhor ou igual a 5,5m
Dados de base	Imagens aéreas ortorrectificadas com 50cm de resolução espacial e quatro bandas espetrais (visível e NIR)

Quadro 2 - Principais especificações técnicas da COS do PDME | Fonte: IGEO

A análise efetuada no presente relatório incide sobre os níveis 1 a 3, permitindo uma análise objetiva mas sintética da ocupação do solo no território municipal, sendo completada por fichas que ilustram os diferentes espaços afetos ao quarto patamar da COS 2007, igualmente traduzido em peça gráfica de grande formato, a que é essencial na sequente classificação de solo.

2.1.3. Dados de Base

Os limites administrativos constantes nas representações do presente relatório correspondem aos ficheiros vetoriais da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP), produzida pelo IGEO, e disponível para download no link:

http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal__caop_/caop__download_/

A versão da CAOP em vigor encontra-se disponível sistema de referência *ETRS89 – PT-TM06 (European Terrestrial Reference System 1989).* Os ortofotomapas foram fornecidos pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), tendo sido produzidos pelo IGEO em 2010, igualmente no sistema de referência *ETRS89 – PT-TM06 (European Terrestrial Reference System 1989).*

2.2. Avaliação do Plano Diretor Municipal do Entroncamento e Dinâmica de Licenciamento

Para a execução da avaliação do PDME optou-se por se efetuar uma abordagem que permite distinguir dados objetivos obrigatórios por lei, relativos à dinâmica de licenciamento, de uma análise focalizada em aspetos qualitativos do Plano em vigor. Assim, o presente estudo apresenta dois capítulos fundamentais:

1. O primeiro capítulo é relativo a uma avaliação fundamentalmente qualitativa do PDM em vigor, identificando-se a estrutura do Plano e caracterizando-se as regras de cada uma das classes e categorias de solo do PDM, assim como, efetuando-se uma breve abordagem às condicionantes que impendem sobre o Município. Desta análise resulta uma caracterização sintética da influência do atual PDM na ocupação do território do Entroncamento.
2. O segundo capítulo, que apenas foi possível realizar com o apoio do setor de urbanismo da Câmara Municipal. Os dados utilizados correspondem ao levantamento dos alvarás de loteamentos e de licenças de obras particulares no Concelho da Entroncamento, emitidos entre o ano de publicação do Plano Diretor (1995) e o ano de 2014.

   A título indicativo são ainda apontadas as informações prévias emitidas em 2014. No momento de discussão publica os dados serão atualizados, neste tema indicando-se aquelas que se encontrem eficazes à data.

Ocupação do Solo no Concelho do Entroncamento | **VOL I**

1. Ocupação do Solo - Corinne LandCover 2006

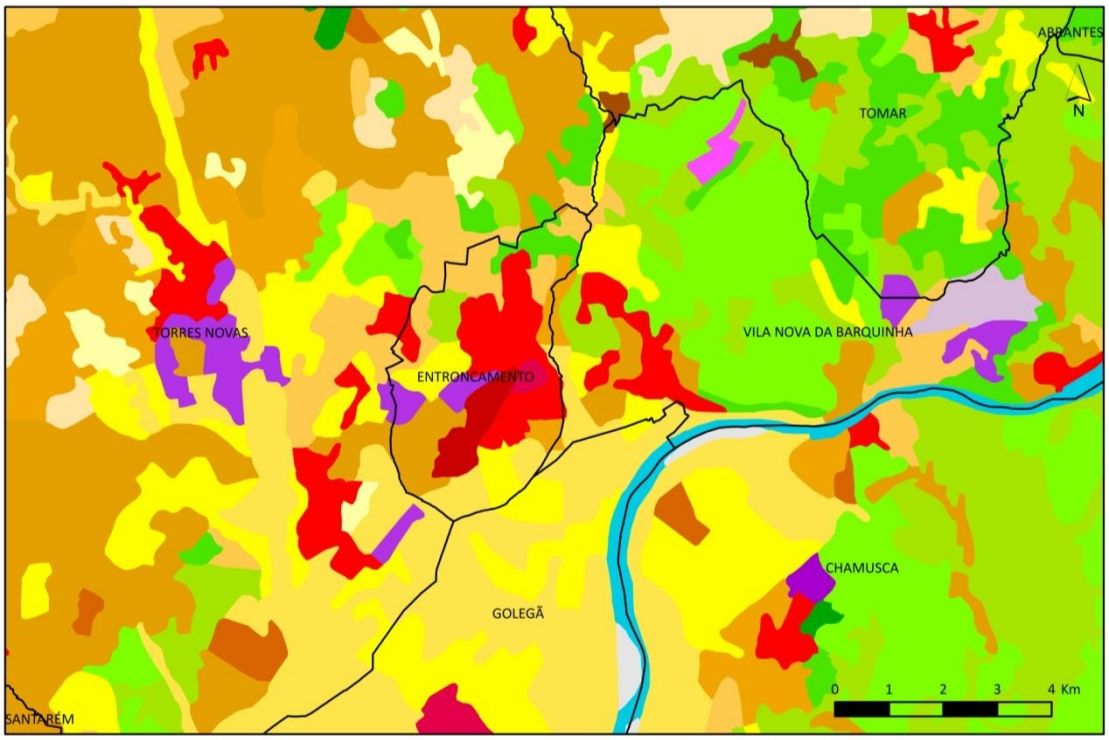
1.1. Enquadramento regional

O Concelho do Entroncamento de acordo com a CLC 2006, situa-se numa área de envolvente predominantemente agrícola e florestal, constituindo o Entroncamento e a área envolvente imediata a principal parcela de território predominantemente urbana, como adiante se descreve.

Grosso modo, para Este do Concelho do Entroncamento situam-se grandes áreas de uso florestal predominante, nomeadamente na área que medeia Vila Nova da Barquinha a Tomar, onde a ocupação do solo é dominada pela produção de espécies de crescimento rápido, designadamente eucaliptos e pinheiros. A Sul da cidade do Entroncamento, naquela que é claramente a área de influência do Rio Tejo na constituição de solos, aluvionares, a ocupação é decorrente da maior fertilidade dos solos e consequente capacidade de uso agrícola do mesmo. Assim sendo, esta é uma área característica de agricultura de regadio e de sistemas agrícolas e parcelares complexos. Para Oeste e Norte do Concelho, dominam os sistemas agroflorestais, nomeadamente aqueles que são relacionados com a silvicultura, designadamente, pomares e olivais.

A cidade do Entroncamento situa-se num eixo de desenvolvimento urbano, nas margens do vale do Tejo e em território de transição com áreas menos férteis e junto aos meios de comunicação (ferroviários e rodoviários) preferenciais da região, designadamente, a A1, a A23 e as linhas do Norte e da Beira. Está-se por tal em presença de um eixo - ver figura 2 -, com forte presença de território artificializado, em que o solo com tecido urbano contínuo encontra principal elemento o Entroncamento e, de alguma forma, localidades que se encontram na sua esfera imediata de influência que se desenvolveram exatamente neste contexto, tais como Riachos, Meia Via, ou mesmo, Vila Nova da Barquinha.

Encontra-se igualmente presença de solos com predomínio de ocupação industrial, designadamente na envolvente de Torres Novas, a qual constitui um segundo foco de desenvolvimento urbano, e ainda de solos de usos especiais, estes exatamente na cidade do Entroncamento, relacionados com a rede ferroviária e espaços associados, como adiante se detalhará.



Legenda

Limites Administrativos dos Concelhos

ENTRONCAMENTO Designações de Concelhos

Nomenclatura Corinne Land Cover

1 Territórios Artificializados

- 111 - Tecido urbano contínuo
- 112 - Tecido urbano descontínuo
- 121 - Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais
- 122 - Redes Viárias e Ferroviárias e Espaços Associados
- 124 - Aeroportos e Aeródromos
- 131 - Áreas de Extracção de Inertes
- 132 - Áreas de Deposição de Resíduos
- 133 - Áreas em Construção
- 142 - Equipamentos Desportivos, Culturais e de Lazer e Zonas Históricas

2 Áreas Agrícolas e Agro-Florestais

- 211 - Culturas Temporárias de Sequeiro
- 212 - Culturas Temporárias de Regadio
- 221 - Vinhas
- 222 - Pomares
- 223 - Olivais
- 231 - Pastagens Permanentes
- 241 - Culturas Temporárias e/ou Pastagens Associadas a Culturas Permanentes
- 242 - Sistemas Culturais e Parcelares Complexos
- 243 - Agricultura com Espaços Naturais e Semi-Naturais
- 244 - Sistemas Agro-Florestais

3 Florestas e Meios Naturais e Semi Naturais

- 311 - Florestas de Folhosas
- 312 - Florestas de Resinosas
- 313 - Florestas Mistas
- 321 - Vegetação Herbácea Natural
- 322 - Matos
- 323 - Vegetação Esclerófila
- 324 - Florestas Abertas, Caortes e Novas Plantações
- 331 - Praias, Dunas e Areais

5 Corpos de Água

- 511 - Cursos de Água

Figura 2 - Corinne Land Cover 2006, nível 3, no Entroncamento e na envolvente | Adaptado de www.igeo.pt

1.2. Classes CLC 2006 e Respetivas Áreas no Concelho do Entroncamento

Conforme consta na nota metodológica do presente relatório, foram transpostas para o Concelho do Entroncamento as áreas correspondentes ao nível 3 da *Corinne Land Cover* - ver quadro 3 e figuras 3 e 4.[6]

Nomenclatura Corinne Land Cover					
Nível 1	**Área (ha)**	**Nível 2**	**Área (ha)**	**Nível 3**	**Área (ha)**
Territórios Artificializados	582,9	1.1. Tecido Urbano	386,3	1.1.1.Tecido Urbano Contínuo	28,7
				1.1.2. Tecido Urbano Descontínuo	357,6
		1.2. Industria, Comércio e Transportes	196,6	1.2.1. Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais	76,5
				1.2.2. Redes Viárias, Ferroviárias e Espaços Associados	126,9
Áreas Agrícolas e Florestais	670,5	2.1. Culturas Temporárias	135,8	2.1.2. Culturas Temporárias de Regadios	135,8
		2.2. Culturas Permanentes	197,8	2.2.2. Pomares	49,7
				2.2.3. Olivais	148,1
		2.4. Áreas Agrícolas Heterogéneas	336,9	2.4.2. Sistemas Culturais e Parcelares Complexos	149,3
				2.4.3. Agricultura com Espaços Naturais e seminaturais	187,7
Florestas e Meios Naturais e Semi Naturais	121,6	3.1. Florestas	70,2	3.1.1. Florestas de Folhosas	9,5
				3.1.3. Florestas Mistas	60,7
		3.2. Florestas Abertas, Vegetação Arbustiva e Herbácea	51,4	3.2.4. Florestas Abertas, Cortes e Novas Plantações	51,4
Àrea Total do Concelho do Entroncamento					**1381,8**

Quadro 3 - Classes de Usos do Solo presentes no Concelho do Entroncamento e respetivas áreas[7] | Fonte: Instituto Geográfico Português, Corinne Land Cover (2006).,cálculos próprios

Destes elementos desde logo se retira que apenas três das cinco classes constantes no CLC 2006 se encontram representadas no Concelho do Entroncamento – territórios artificializados, áreas agrícolas e florestais e, por fim, florestas e meios naturais e seminaturais.

[6] Quadro 2 – Classes de Usos do Solo presentes no Concelho do Entroncamento e respetivas áreas; Figura 3 - *Corinne Land Cover* 2006, nível 3, no Concelho do Entroncamento

[7] Áreas calculadas em ARCGIS a partir dos polígonos de CLC 2006, IGEO.

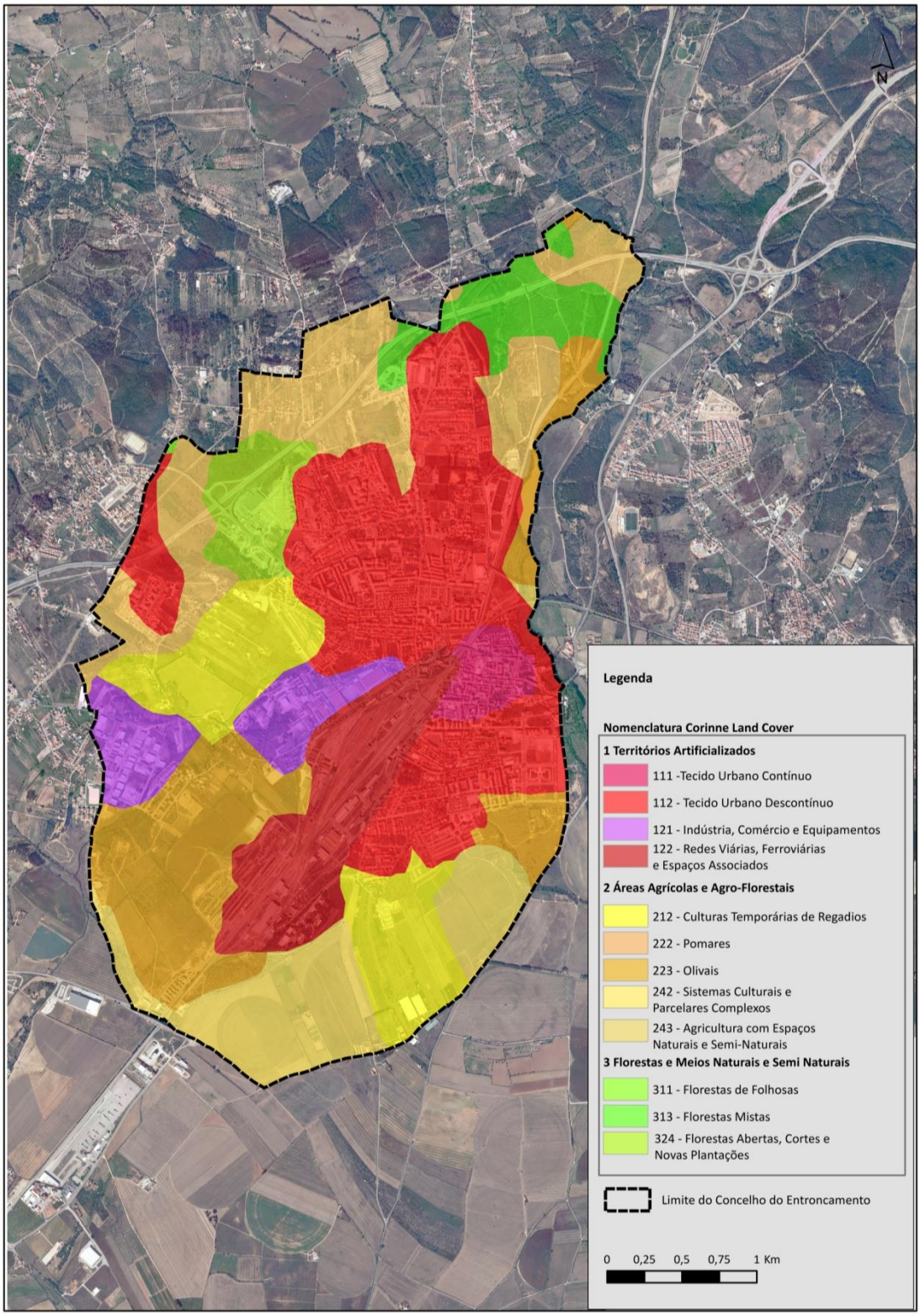


Figura 3 - Corinne Land Cover 2006, nível 3, no Concelho do Entroncamento | Adaptado de www.igeo.pt; Ortofotomapa produzido pelo IGEO

Os territórios artificializados, ocupam uma área central do território do Entroncamento, envolvendo grosso modo a linha de caminho de ferro que se encontra na origem do desenvolvimento da cidade. Em consequência, as áreas enquadradas nas classes 2 e 3 da CLC, correspondentes a solos de usos agrícolas ou florestais dominantes, ocupam áreas marginais do concelho, sendo que o uso agrícola domina a área Sul e o florestal apenas surge a Norte da cidade, onde também se pode encontrar uma ocupação do solo com uso agrícola.

De referir que as áreas que medeiam entre o núcleo central a Oeste e a zona industrial do Entroncamento,8 cujos usos dominantes se enquadram nas classes agrícolas, encontram-se profundamente condicionadas pelas servidões militares e ferroviárias,9 facto que condicionou o desenvolvimento do tecido urbano em mancha de óleo e ao longo das vias.

A superfície do território e o claro desenvolvimento urbano da cidade do Entroncamento, ancorado na sua centralidade enquanto nó ferroviário, permitiu o crescimento assinalável da artificialização do território, que no global ocupa cerca de 43% do território do Concelho. As áreas afetas a espaços agrícolas10 alcançam cerca de 48% do território municipal e as áreas florestais apenas 8%.

A análise da distribuição das classes de espaços da CLC 2006 no nível 3,11 permite constatar que a maior parcela do território municipal, cerca de 26% do mesmo, encontra-se afeto a tecido urbano descontinuo, sendo seguido em ordem de importância por classes de nível 3 agrícolas: agriculturas com espaços naturais e seminaturais (13% do território municipal) e sistemas culturais e parcelares complexos e olivais, ambas com 11% do território.

Sublinha-se que, de acordo com a CLC 2006, apenas 2% do território encontra-se classificada como tecido urbano contínuo, correspondente grosso modo, ao núcleo central da cidade do Entroncamento. Como adiante se verá, uma análise a uma escala distinta daquela que foi utilizada pelo CLC 2006, a par com o crescimento da ocupação urbana do solo e respetiva consolidação, resulta que parte significativa da área determinada ora como tecido urbano descontinuo tem contornos de ocupação claramente consolidada e por tal, contínua.

[8] Vede figura 3 - *Corinne Land Cover* 2006, nível 3, no Concelho do Entroncamento.
[9] Para conhecimento da área afeta e sujeita a estas condicionantes, pode-se remeter para o presente relatório no capítulo relativo à avaliação do PDM e para o relatório 8 – Desenvolvimento Urbano
[10] Cuja relevância é minimizada uma vez que parte significativa destas áreas estão de facto ao abandono.
[11] Vede figura 4.

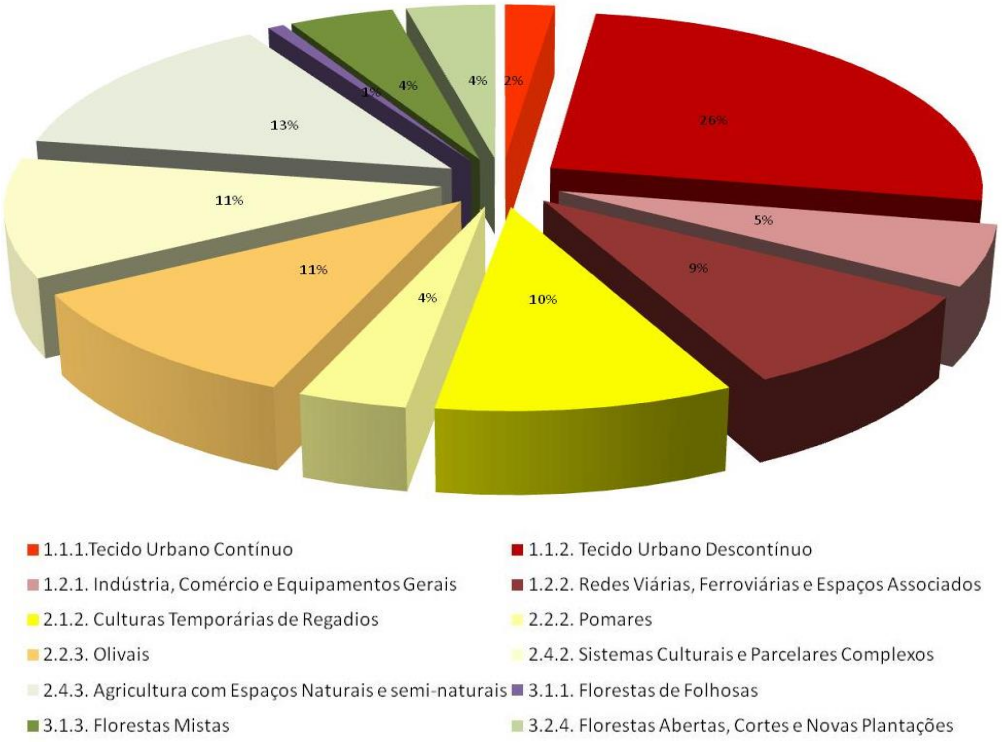


Figura 4 - Corinne Land Cover 2006 no Concelho do Entroncamento – Distribuição Relativa por Classe de nível 3 | Fonte: www.igeo.pt

2. Ocupação Atual do Solo - COS 2007

2.1. Introdução

A compreensão da situação atual da ocupação e uso do solo, é elemento fundamental para a prossecução dos objetivos que norteiam um PDM em matéria de Ordenamento do Território. De facto, esta análise é fundamental para a devida classificação e qualificação de solo, para além de constituir elemento essencial para uma determinação do estado do desenvolvimento do território e da avaliação objetiva e rigorosa dos IGT que se aplicam àquele mesmo espaço.

Conforme nota metodológica constante no presente relatório, a análise efetuada do presente capítulo terá por base a interpretação do território, efetuada sobre o ortofotomapa mais atual que abrange o Concelho do Entroncamento, aferido com visita ao local, representando-se a ocupação do solo nos termos das classes de nível 4 da nomenclatura da COS 2007.

Estrutura-se o presente relatório, primeiro com uma análise quantitativa suportada em gráficos e peças gráficas da distribuição do território pelos usos da COS. Sublinha-se que este capítulo é rematado por um ponto último onde se efetua uma análise sistémica da ocupação do solo no nível 4 da Classificação do COS 2007, aquele que nos parece mais apropriado à escala da revisão do PDM do Entroncamento.

A análise constante neste capítulo sobre a representatividade e distribuição geográfica das áreas identificadas nas diferentes classes dos 3 primeiros níveis do COS 2007, completada pela análise da distribuição pelo território dos usos artificializados, de entre estes daqueles que assumem características urbanas tradicionais, dos usos agrícolas, dos usos florestais e daqueles que podemos considerar como áreas genericamente expectantes, as quais abrangem áreas abandonadas em solo urbano, ou áreas de matos sem valor biótico na envolvência do perímetro consolidado.[12]

Estas análises devem ser entendidas, antes de mais, como enquadradora e síntese do detalhe dado nas fichas que caracterizam a distribuição do nível 4 do COS 2007, para o Concelho do Entroncamento.

[12] As análises temáticas são efetuadas a partir da identificação de espaços com base no nível 4 da COS2007

2.2. Distribuição Geográfica e Representatividade das Classes 1 a 3 do COS 2007

Uma das características fundamentais avocadas ao Concelho do Entroncamento, a de que se trata de um Concelho – cidade, reflete-se objetivamente na proporção da distribuição dos espaços pelas classes de nível 1 do COS, a saber: territórios artificializados, áreas agrícolas e agroflorestais e florestas e meios naturais e seminaturais.13 Neste contexto, verifica-se uma clara predominância de áreas artificializadas nos Concelho, ultrapassando o somatório do total de áreas afetas a atividades agrícolas ou florestais, e ainda territórios com atividades conexas a estas – ver figura 5.

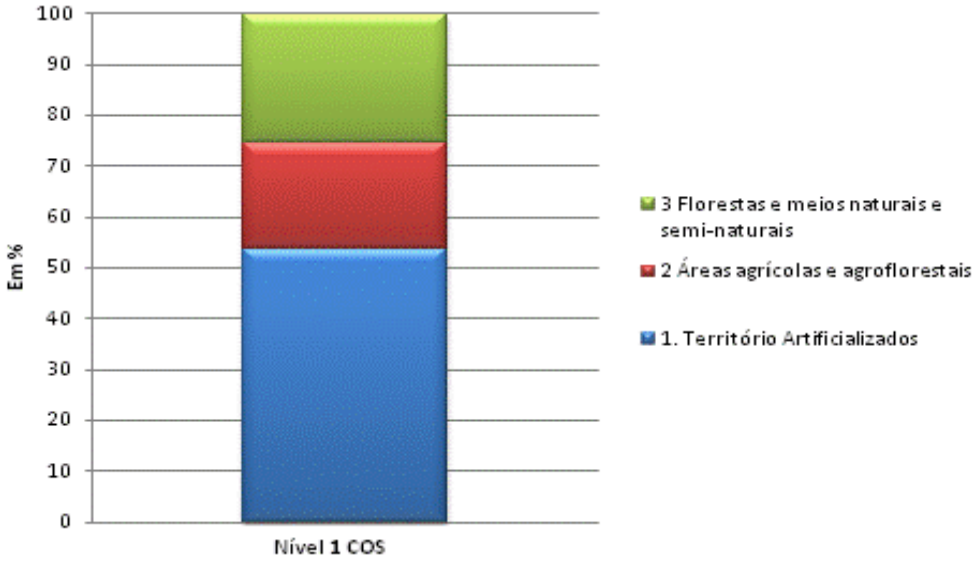


Figura 5 - Proporção do território do Entroncamento por classe do nível 1 do COS | Fontes: CME/IGEO (Ortofotomapa); IGEO (nomenclatura COS2007)

A área afeta a solo artificializado representa cerca de 54% da superfície do Concelho, o que corresponde a cerca de 737 ha. As áreas florestais correspondem a cerca de 26% do território municipal (358 ha) e as áreas agrícolas a cerca de 20% (261 ha) da superfície concelhia, com a distribuição geográfica patente na figura 6.

[13] Constam do COS 2007 outras classes de nível1, as quais não se encontram no Concelho em apreço.

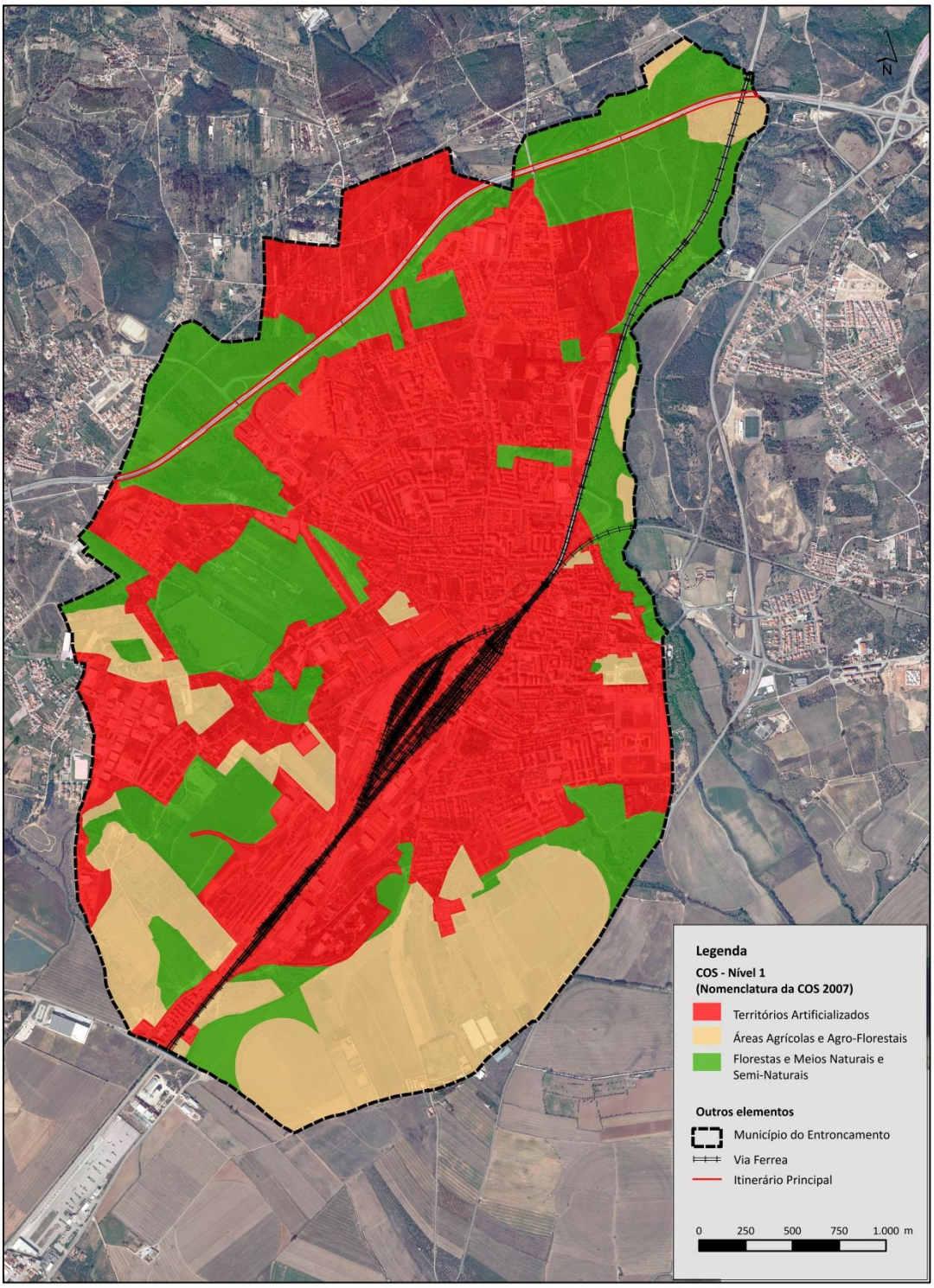


Figura 6 - Ocupação Atual do Solo no Concelho do Entroncamento – Nível 1 do COS2007 | Fontes: CIMT/IGEO (Ortofotomapa); IGEO (nomenclatura COS2007)

Os usos de solo artificializados incluem o núcleo urbano consolidado do Entroncamento, as áreas envolventes de características periurbanas, com diferentes níveis de densidade construtiva e grandes superfícies do território ocupadas com as instalações ferroviárias e espaços conexos e com equipamentos militares e áreas industriais. Verifica-se ainda que a ocupação urbana do solo no Entroncamento, tendo como foco a estação C.F., tende a crescer para Norte da linha de caminho de ferro, principalmente na última década, em função das menores restrições à ocupação do solo e à proximidade das acessibilidades viárias.

As áreas agrícolas encontram-se, grosso modo, no Sul do Concelho, coincidindo sensivelmente com os terrenos de melhor capacidade de uso agrícola dos solos.

As áreas florestais englobam diferentes tipos de ocupação do solo, como adiante se verá, coincidindo as áreas de povoamento florestal com o nordeste do Concelho e as restantes áreas com zonas de matos ou vegetações esparsas, melhor caracterizadas adiante, e que se podem enquadrar em características de espaços semi naturais onde o abandono resulta em alguma regeneração vegetal de espécies infestantes. Uma análise do desdobramento no nível 1 para o nível 2 do COS, permite ora uma outra visão do território - ver figuras 7 e 8.

No conjunto dos usos que formam o nível 1 do COS2007 – territórios artificializados – sobressaem as áreas constituintes de tecido urbano (estas áreas ocupam cerca de 28% do território municipal a que corresponde uma área de 389 ha) e as áreas ocupadas predominantemente por indústria, comércio e transportes (ocupam cerca de 17% do território municipal a que corresponde uma área de 234 ha).
As restantes áreas incluídas em territórios artificializados ocupam significativa menor parcela do território, sem prejuízo do peso significativo das áreas em construção no contexto do tecido urbano como se verá adiante no presente capítulo.

No conjunto das áreas de uso predominante florestal, meios naturais ou seminaturais, assume relevância a classe das florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea (ocupa cerca de 14% do território municipal, correspondente a aproximadamente 190 ha) em detrimento das áreas afetas a zonas descobertas ou com pouca vegetação. Tal não significa o predomínio de floresta pura, mas antes de áreas desprovidas de uso agrícola, silvícola ou floresta, conforme se detalhará nos níveis 3 e, fundamentalmente, na análise da ocupação do solo no nível 4, à escala 1:10000.

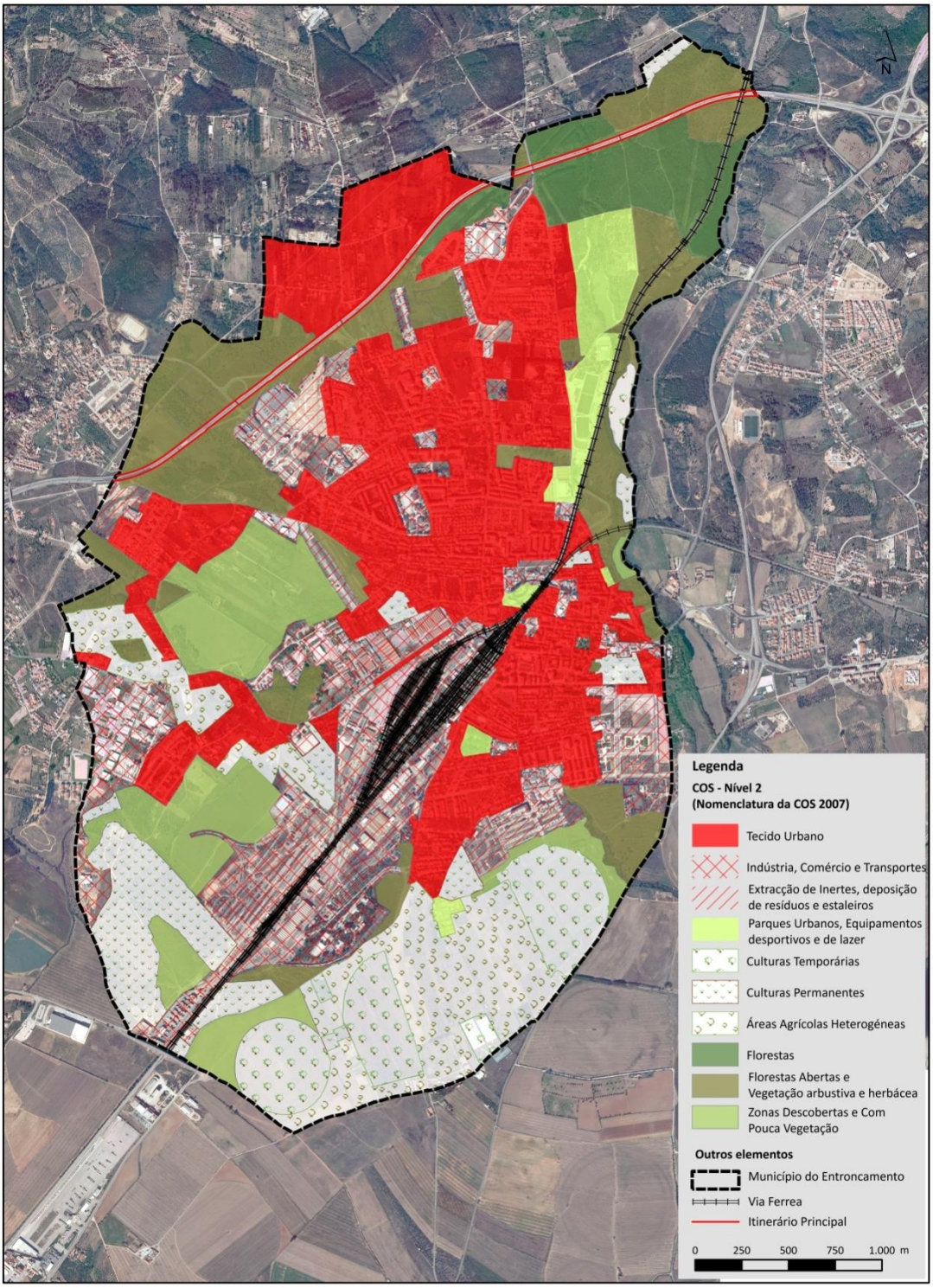


Figura 7 - Ocupação Atual do Solo no Concelho do Entroncamento – Nível 2 do COS2007 | Fontes: CIMT/IGEO (Ortofotomapa); IGEO (nomenclatura COS2007)

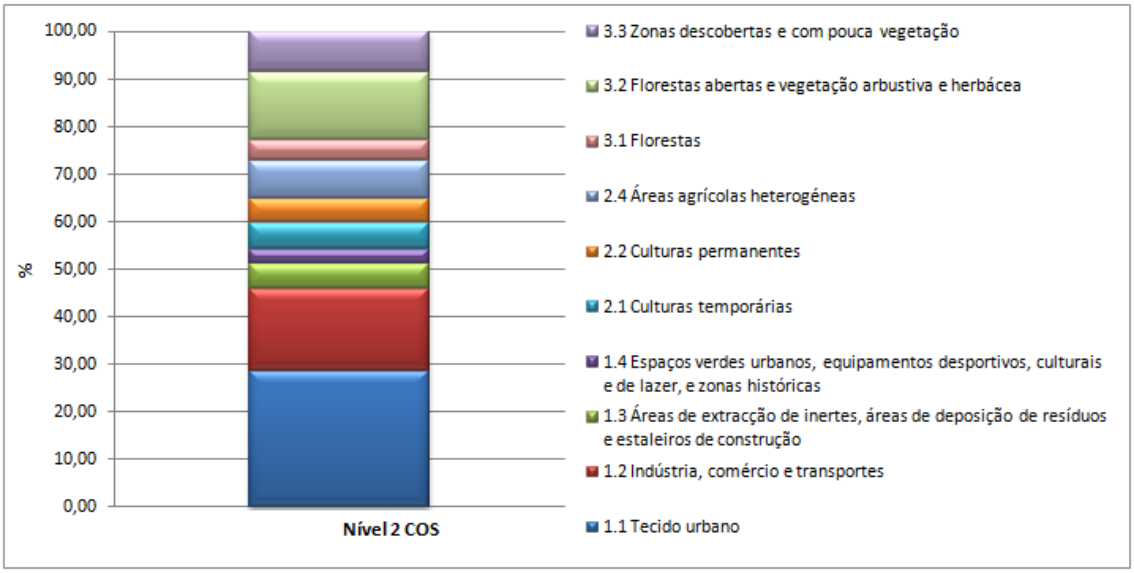


Figura 8 - Proporção do território do Entroncamento por classe do nível 2 do COS | Fontes: CIMT/IGEO (Ortofotomapa); IGEO (nomenclatura COS2007)

No contexto das áreas afetas ao uso agrícola dominante, pontua um maior peso das áreas agrícolas heterogéneas (cerca de 8% do território, a que corresponde uma superfície 109 ha), seguindo-se as áreas ocupadas por culturas permanentes ou temporárias (cerca de 5% do território municipal, a que correspondem áreas de cerca de 70 ha).

Por fim, sublinha-se que no contexto do nível 2, as classes correspondentes a tecido urbano, indústria, comércio e transportes e as florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea, constituem as classes de maior representatividade.

Maior detalhe e maior aproximação à realidade da situação factual da ocupação do solo é permitida pelo nível seguinte do COS2007, o nível 3, sem prejuízo do detalhe ainda maior decorrente do nível 4, que constitui a base de trabalho da escala 1/10000.

De acordo com os dados resultantes da interpretação da ocupação do solo à luz das tipologias do nível 3 existe natural maior repartição do espaço pelo maior número de classes, quando comparado com os níveis anteriores – ver figura 9.

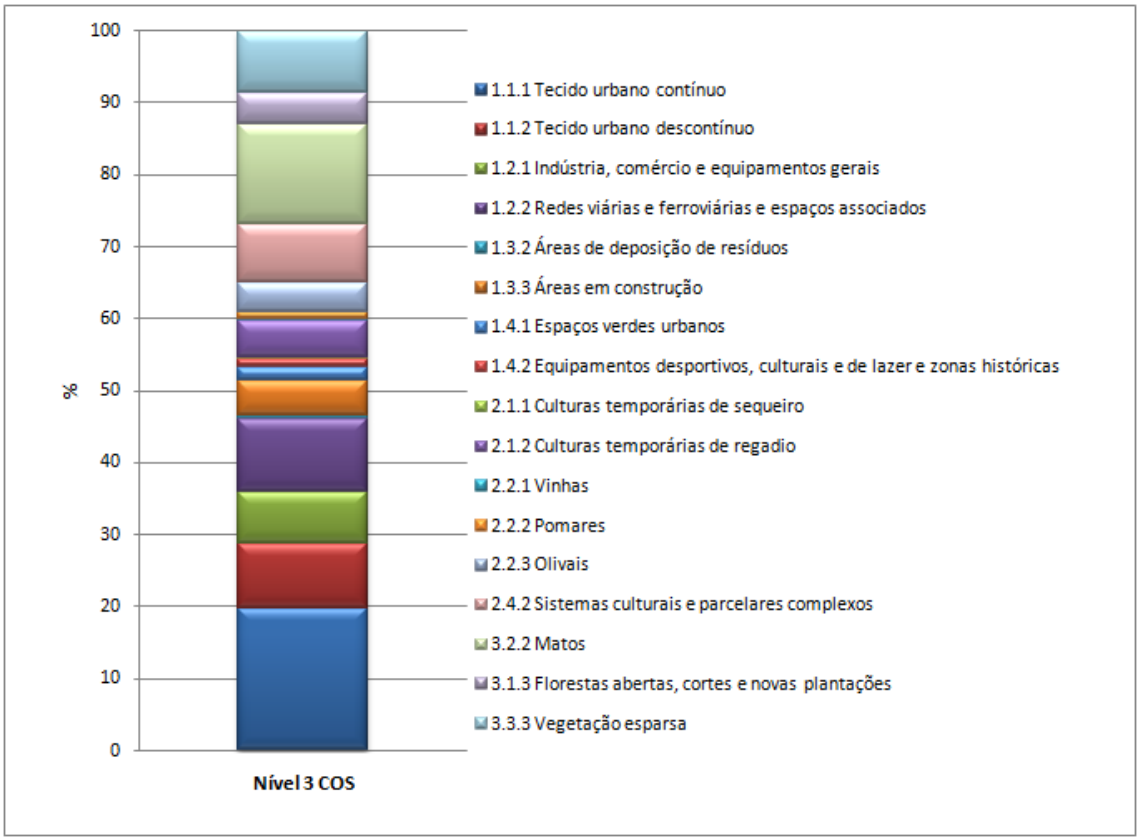


Figura 9 - Proporção do território do Entroncamento por classe do nível 3 do COS | Fontes: CIMT/IGEO (Ortofotomapa); IGEO (nomenclatura COS2007)

Sem prejuízo de tal facto, sobressaem como classes com maior representatividade no Concelho, o tecido urbano contínuo, as áreas de redes ferroviárias e viárias e espaços associados e os matos.[14]

O tecido urbano (conforme nível 2) é neste terceiro nível da COS2007 dividido entre tecidos urbanos contínuos, a que corresponde o núcleo urbano consolidado do Entroncamento e as áreas claramente peri urbanas, aqui classificadas como tecido urbano descontínuo. A forma como aconteceu e decorre o desenvolvimento da urbe e que justifica aquela ocupação do território encontra-se detalhado noutros relatórios dos estudos de caracterização, para os quais se remete igualmente.[15]

Neste nível assume igualmente relevância a área afeta a espaços viários / ou ferroviários e áreas associadas, em face da assinalável área afeta à operação ferroviária. Nos usos dominantes associados à atividade agrícola, assume particular relevo as áreas afetas a sistemas culturais e parcelares complexos. Está-se por tal em presença de áreas de alguma forma expectantes à ocupação urbana, que no Norte do Concelho, pela ausência da restrição da RAN, deu origem à dispersão da habitação por solo rural (áreas coincidentes com tecido urbano descontínuo). Pelo contrário, as áreas associadas a explorações agrícolas de dimensão mais generosa, com produção para o mercado, vêm a sua representatividade reduzida.

[14] São de seguida elencadas as áreas e o respetivo peso relativo de cada classe mencionada: tecido urbano contínuo (267 ha, 19%), rede ferroviária e viária e espaços associados (136 ha, 10%) e matos (190 ha, 14%).

[15] Ver Relatório 7 – Desenvolvimento Urbano

Na área afeta a espaços florestais dos níveis superiores da COS, verifica-se – ver figura 9 -, uma redução significativa da superfície efetivamente afeta à atividade florestal e representatividade significativa das áreas afetas a matos.

2.3. Usos do Solo - Territórios Artificializados

Consideram-se como territórios artificializados todos aqueles que se encontrem afetos a usos urbanos tradicionais, compactos ou mesmo descontínuos, desde que com características de densidade tal que a construção marque a paisagem de forma indelével. São igualmente associados a estes territórios artificializadas, todas as classes determinadas no nível 4 do COS2007, relativos a grandes equipamentos e aos espaços afetos à rede viária e ferroviária, traduzindo-se tais factos numa ocupação quase maioritária do território do Entroncamento - ver figura 10.

Os territórios agora identificados com base no nível 4 do COS2007, correspondem integralmente à superfície do território equivalente ao nível 1 do COS2007. Englobam por tal usos que não correspondem a usos urbanos tradicionais (tais como áreas afetas a estruturas de tratamento de resíduos, de produção de energia ou área de grandes redes de acessibilidades, tal como a A23, cuja dimensão e conceito ultrapassa claramente o de rua urbana).

Contudo o fracionamento daquele "território artificializado", permite concluir um conjunto de observações particulares:

1. Parte significativa do território artificializado do Entroncamento corresponde ao núcleo consolidado da cidade16, com predomínio da ocupação horizontal (em moradias);
2. O Concelho do Entroncamento é muito particular quanto à ocupação do seu território pela dimensão dos espaços afetos à atividade ferroviária, a qual dá corpo à realidade da cidade como um dos principais nós ferroviários do país;
3. Em coerência com o descrito no ponto anterior, a urbe é pontuada por duas áreas de dimensão relevante destinadas a equipamentos: a estação C.F. e as instalações militares;
4. Destes equipamentos resultam servidões de utilidade pública – ver figura 11, cuja disciplina, localização e dimensão, cercearam o crescimento em mancha de óleo da cidade do Entroncamento;
5. Assume igualmente relevância a área afeta a bolsas de tecido urbano descontínuo, os quais são claramente as franjas da área urbana consolidada e que evoluíram ao longo da rede viária e em função do cadastro pré-existente;
6. Igualmente significativa a superfície afeta a áreas em construção, que decorre da procura da cidade preferencialmente para uso residencial e que demonstra claramente o forte dinamismo demográfico da cidade, principalmente quando comparado com Concelhos que lhes são limítrofes17;

[16] Correspondente às classes de Tecido Urbano Contínuo (horizontal ou vertical).

[17] Ver Relatório 6 – Caracterização Sócio – Económica

7. Por fim, constata-se que o uso industrial concentra-se grosso modo na generalidade na estrema Oeste do território do Concelho, sendo pontuais as situações de industria dispersa pelo núcleo urbano da cidade.

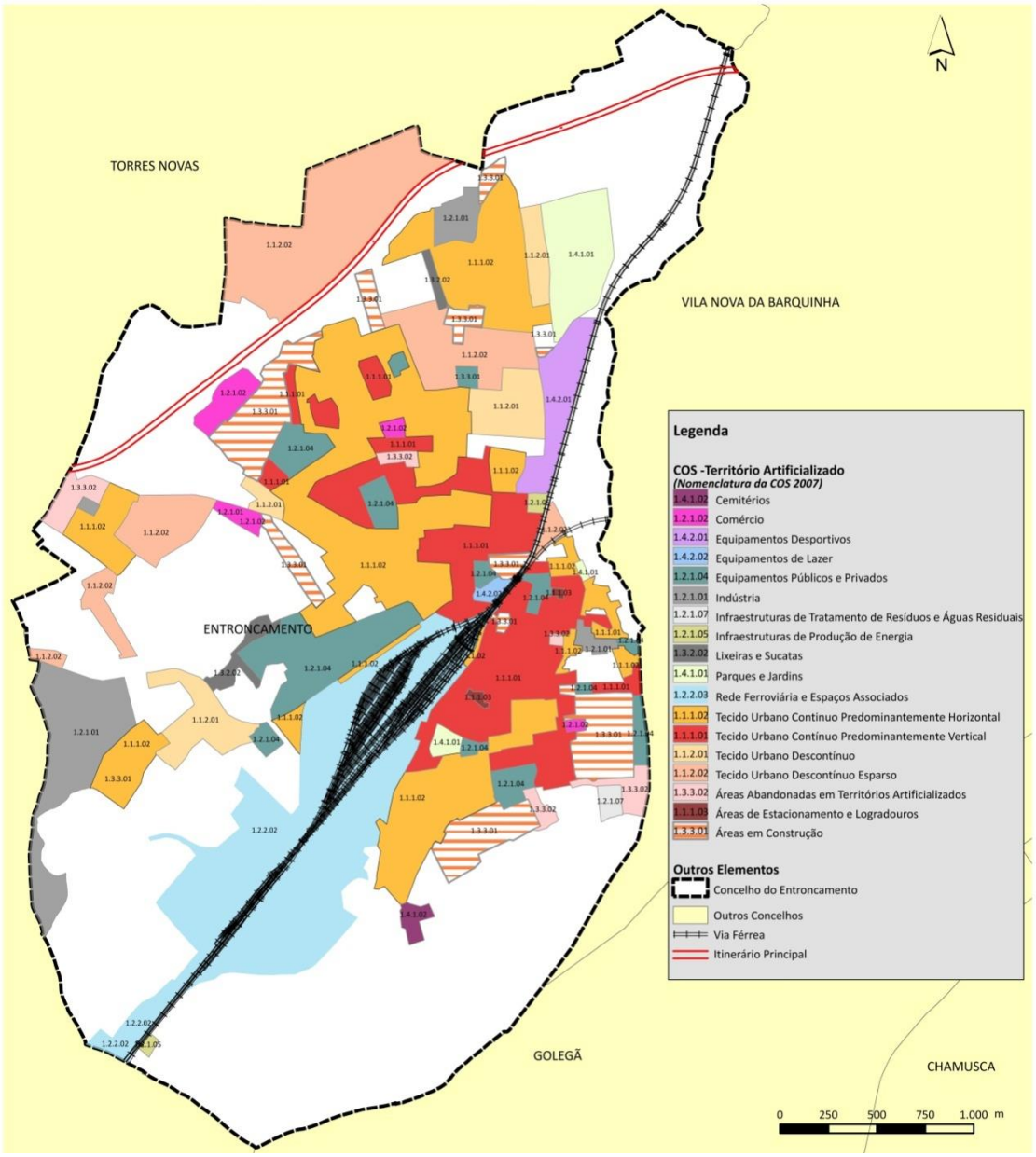


Figura 10 - Territórios Artificializados no Concelho do Entroncamento | Fontes: CME (bases Cartográficas); IGEO (nomenclatura COS2007)

Está-se por tal em presença de um território fortemente marcado pela ocupação humana, quer sobretudo pela consolidação de um núcleo urbano de média dimensão no contexto nacional, quer ainda, pela superfície afeta a grandes equipamentos e infra estruturas.

2.4. Usos do Solo - Solos Urbanos

Atende-se como áreas afetas a usos urbanos as parcelas do território ocupadas com usos tradicionais urbanos, ou seja, o residencial, o industrial, o de oferta de equipamentos ou serviços, ou ainda os parques urbanos, como área de descompressão da urbe.

Neste contexto, diferem estas áreas de usos urbanos daquelas que foram no anterior ponto identificadas como áreas artificializadas18, pois não incluem as áreas peri – urbanas19 (que marcam principalmente a franja de território municipal a Norte da A23, e ainda espaços ainda intermédios do norte da cidade, já balizados por áreas compactas e consolidadas), assim como, por não se incluir áreas de grandes infra estruturas viárias e espaços associados, que por natureza e função poderiam se situar em envolvência rural. Também não são incluídas funções de apoio ao desenvolvimento urbano, mas que igualmente não são uma função urbana tradicional, tais como as áreas afetas ao cemitério, ao tratamento de resíduos ou à produção de energia.

Estas considerações resultam, como tal, numa diminuição de área correspondente a território artificializado, pelo que a área com usos urbanos tradicionais ocupa cerca de 455,5 ha, ou seja, cerca de 34% do território concelhio,20 cuja distribuição geográfica consta da figura 11.
A análise da referida figura permite constatar que o desenvolvimento de áreas com uso urbano tradicional é cerceado a oeste pelas áreas condicionadas pelas servidões da linha de caminho de ferro e pelas servidões militares, e a Sul pela área de RAN.

Conforme consta noutros relatórios do Plano, o desenvolvimento urbano da cidade iniciou-se em torno da linha de caminho de ferro e essencialmente a Sul do mesmo. As condicionantes à ocupação do solo e as novas acessibilidades trazidas pela A23, resultam numa inflexão do crescimento urbano, agora orientado a Norte, centrando-se aqui as áreas de expansão urbana mais recentes, sem prejuízo de se assistir a colmatação dos espaços urbanos da freguesia de São João Batista.

[18] As classes de nível 4 integradas nos territórios artificializados correspondem integralmente àquelas que constam na nomenclatura do COS2007.

[19] Tecidos com edificações descontínuas onde o parcelamento, a paisagem e, sobretudo, a coexistência com atividades agrícolas, não se traduzem explicitamente numa configuração urbana.

[20] Vede figura 11 – Áreas de Usos Urbanos no Concelho do Entroncamento

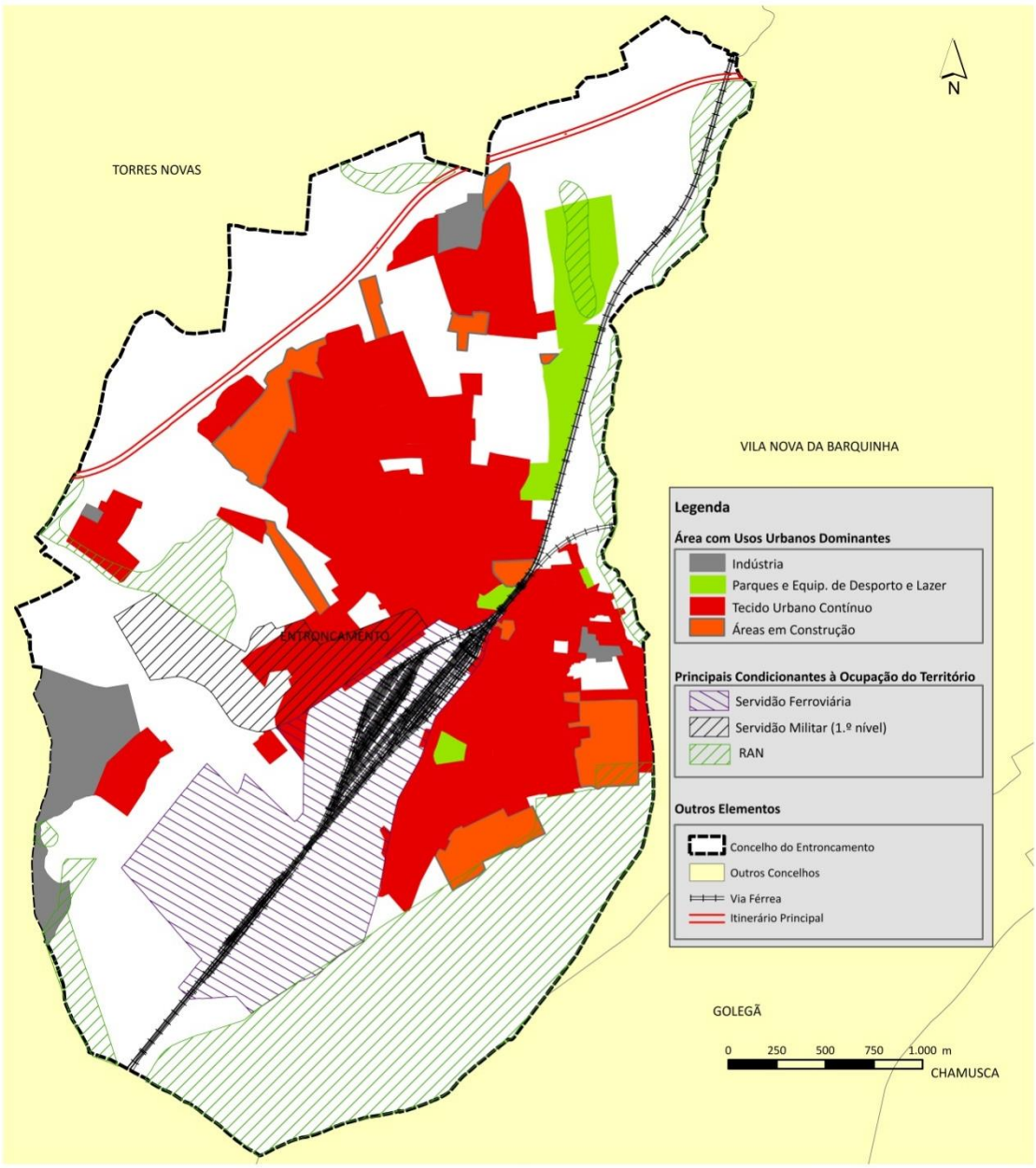


Figura 11 - Áreas de Usos Urbanos no Concelho do Entroncamento e Relação com Principais Condicionantes ao Uso do Solo | Fontes: CME (Bases Cartográficas e Condicionantes); IGEO (COS2007)

2.5. Usos do Solo - Usos Agrícolas

Os usos agrícolas encontram-se principalmente localizados no Sul do Concelho, associados a áreas aluvionares características da Lezíria do Tejo – ver figura 12. Coincidem igualmente com as áreas com reconhecida maior capacidade de uso agrícola do solo e por tal genericamente classificadas como RAN.

Nestas áreas do Sul do Concelho, encontram-se ainda resquícios de assinalável atividade agrícola, com presença não despicienda de sistemas de regadio, perfeitamente claros na cartografia pela sua configuração circular – ver figura 12.

Na superfície e aspeto o uso dominante agrícola no Entroncamento, releva ainda a área afeta a Pomares e a Olivais, verificando-se contudo algum abandono dos mesmos. Em termos de superfície com uso agrícola dominante, cabe contudo às áreas caracterizadas por terem sistemas culturais e parcelares complexos, a maior representatividade no Concelho.

No caso do Concelho do Entroncamento, nas áreas Centro e Norte do Concelho, envolvem parte das áreas urbanas consolidadas, encontrando-se construções edificadas à parcela e com a restante superfície ocupada com atividades agrícolas complementares e de lazer. Nas áreas afetas a este sistema sobrepostas a RAN, verifica-se a existência de parcelamento significativo e de policultura que caracteriza o mesmo.

De referir ainda a ocupação marginal por vinhas e ainda, a instalação de uma estufa na estrema Sul do Concelho. Por último, refere-se que aos usos agrícolas se encontram associados 252,6 ha, o que significa cerca de 20%.

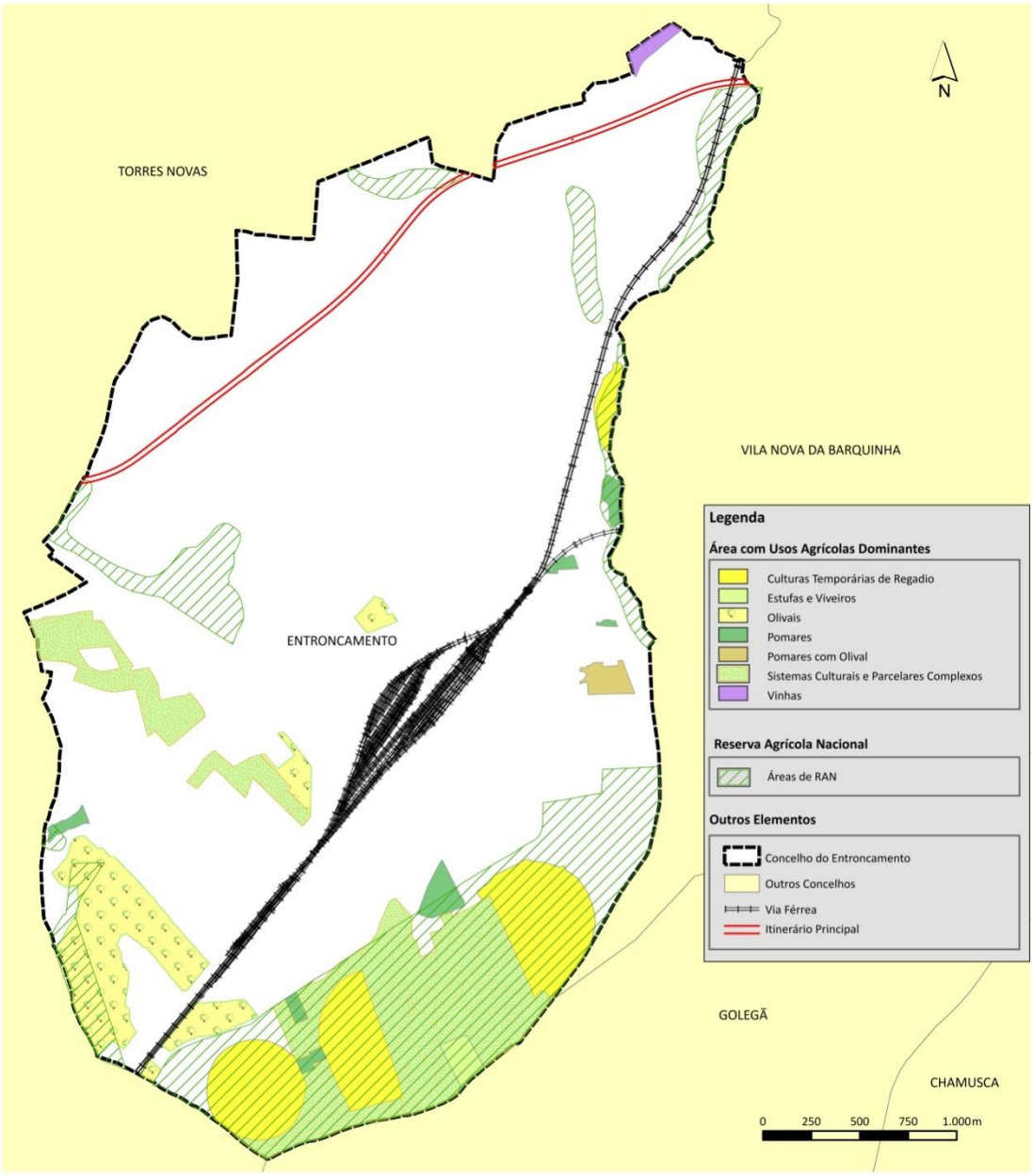


Figura 12 - Áreas de Usos Agrícolas sobrepostas à RAN no Concelho do Entroncamento | Fontes: CME (Bases Cartográficas e Condicionantes); IGEO (COS2007)

2.6. Usos do Solo - Usos Florestais

O território com uso dominante florestal corresponde a áreas marginais do território do Entroncamento, cabendo apenas cerca de 4% superfície área total, o que equivale a 58 ha.

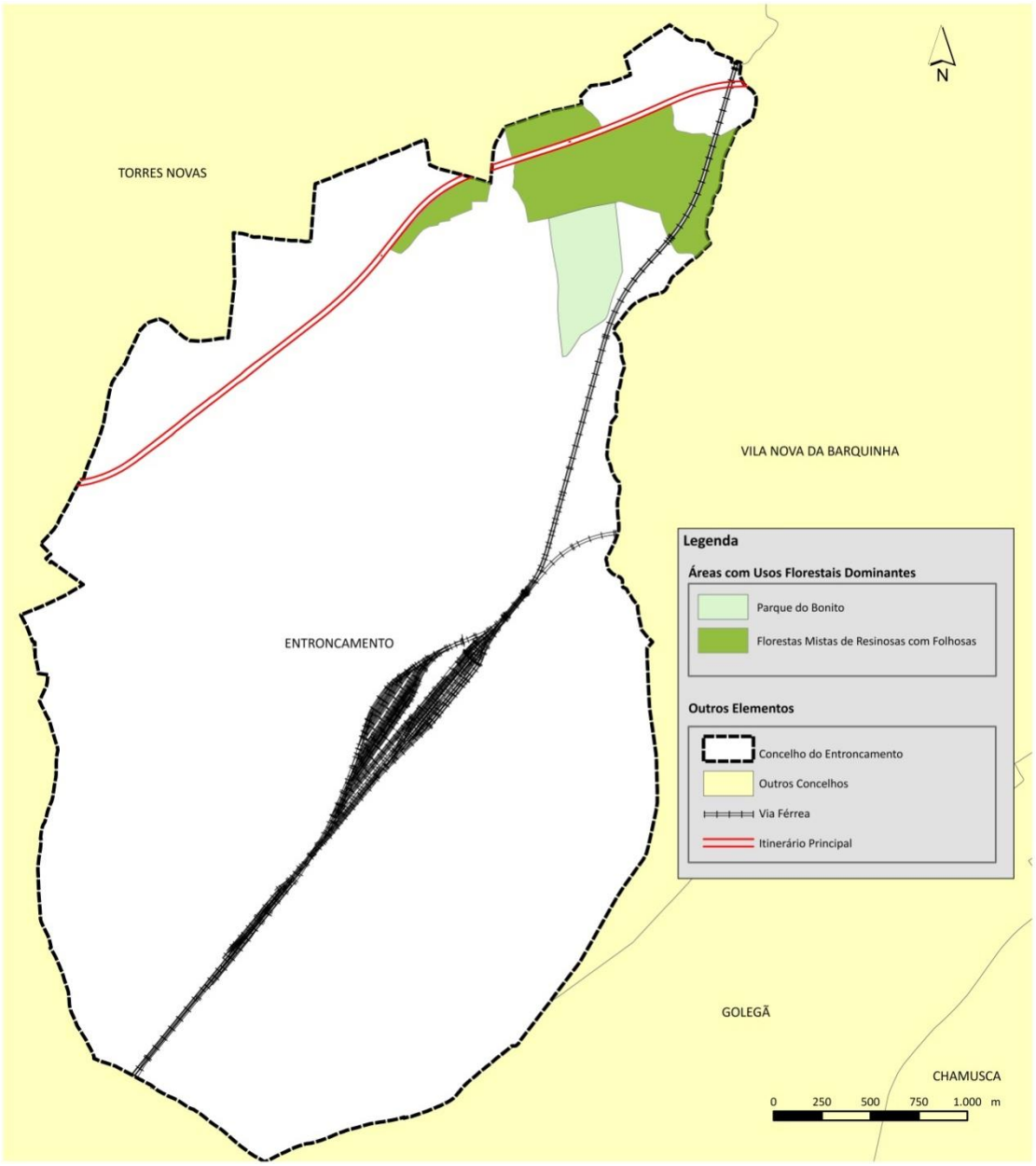


Figura 13 - Áreas de Usos Florestais no Concelho do Entroncamento | Fontes: CME (Bases Cartográficas e Condicionantes); IGEO (COS2007)

Atendendo ao atual coberto vegetal do Parque Urbano do Bonito, maioritariamente ocupado com espécies de folhosas, acresce cerca de 20 ha de área florestal. A área florestal, ocupa o quadrante Nordeste do Concelho do Entroncamento, na continuidade de maciços florestais que se situam a Norte do mesmo - ver figura 13.

2.7. Usos do Solo - Áreas expectantes ou com usos marginais

Existe um conjunto de áreas que, no COS2007 no seu nível 4 se traduzem em espaços seminaturais, (designadamente os matos, ou as áreas de vegetação esparsa), os quais, se situam em locais marginais a áreas edificadas e, por tal, constituem áreas expectantes em que a vegetação aí existente resulta, antes de mais, da regeneração natural de áreas anteriormente ocupadas por atividades agrícolas. São ainda consideradas áreas expectantes ou com usos marginais, as áreas abandonadas fortemente artificializadas e as áreas de depósito de lixeiras e sucatas.

A consideração dos matos e das áreas de vegetação esparsa, permite uma nova avaliação daquela que era a área florestal classificada como tal no nível 1 do COS2007; de facto, a maior parte da área integrada neste nível, corresponde a espaços naturais que resultam do abandono agrícola, em área de envolvente urbana e que, como tal, constitui claramente uma situação expectante. Parte destas áreas ocupadas com matos, são ainda condicionadas pelas servidões ferroviárias e / ou militares, pelo que estão de facto, inutilizadas.

De referir por último que estas áreas correspondem a cerca de 325 ha, o que equivale a cerca de 24% do território municipal, localizando-se geograficamente ao longo da A23 (em áreas afetas aos anteriores espaços canais que previam a instalação da via), às áreas de servidão nomeada e às áreas de maior declive – ver figura 14.

Sem prejuízo do mencionado anteriormente, existe coberto vegetal na envolvente da Ribeira da Ponte da Pedra, associado a área de maior declive situada no centro e nordeste do Concelho, aos quais se associam matos em que pontuam elementos arbóreos mais interessantes, havendo inclusive exemplares de sobreiros.

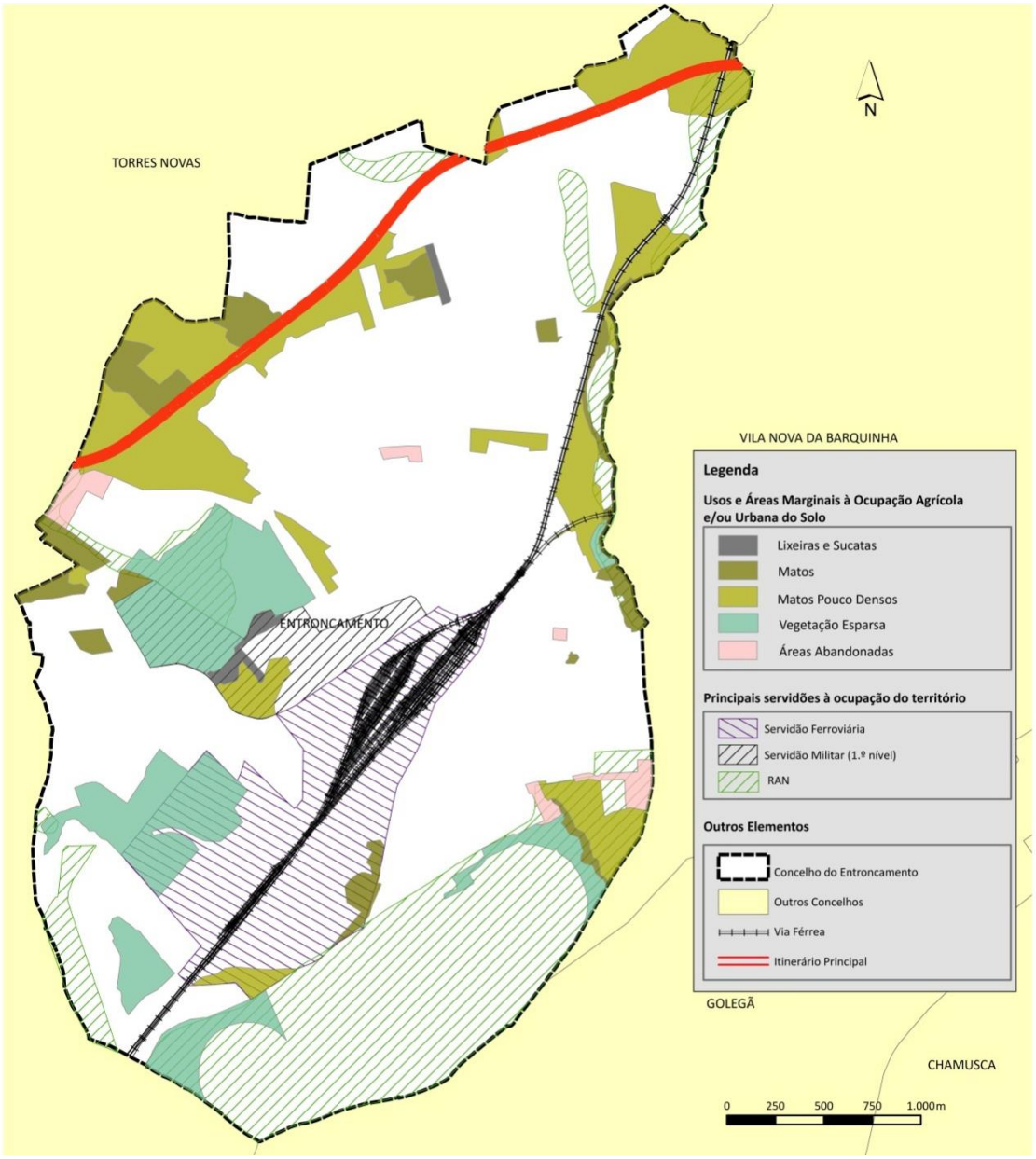


Figura 14 - Áreas expectantes e com usos marginais no Concelho do Entroncamento | Fontes: CME (Bases Cartográficas e Condicionantes); IGEO (COS2007)

2.8. Caraterísticas das áreas identificadas por classe do Nível 4 do COS 2007

Culminando a análise da Ocupação do Solo no Concelho do Entroncamento, é apresentado de seguida um conjunto de fichas, em que cada uma das mesmas sistematiza informação relevante relativa à distribuição geográfica, superfície afeta e caracterização geral por cada uma das classes de nível 4.

[a] Tecido Urbano Contínuo Predominantemente Vertical

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 1. Territórios Artificializados

Nível 2: 1.1 Tecido Urbano

Nível 3: 1.1.1 Tecido Urbano Contínuo

Representação Gráfica:



Figura 15 - Exemplos de Áreas de Tecido Urbano Contínuo Predominantemente Vertical | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 16 - Perspetiva do centro urbano (predominantemente vertical) | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 91.01

Descrição:

Aos tecidos urbanos correspondem áreas densamente ocupadas por infra estruturas lineares urbanas e por edifícios, sendo estes na sua maioria de volumetria variada mas com pelo menos dois pisos e, predominantemente destinados a habitação plurifamiliar, para além de ocupação com outras atividades urbanas tradicionais, tais como, comércio e serviços.

No caso do Entroncamento, a este tipo de estrutura de povoamento corresponde o núcleo central da cidade, na envolvente da Estação de caminho de ferro, onde raros são os edifícios que não tem ocupação por comércio e serviços no piso térreo.

Nas áreas mais a Norte com este tipo de tecido, existe uma ocupação com edifícios mais recentes, predominantemente destinados a habitação e com volumetria mais elevada (cinco pisos, por norma).

[b] Tecido Urbano Contínuo Predominantemente Horizontal

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 1. Territórios Artificializados

Nível 2: 1.1 Tecido Urbano

Nível 3: 1.1.1 Tecido Urbano Contínuo

Representação Gráfica:

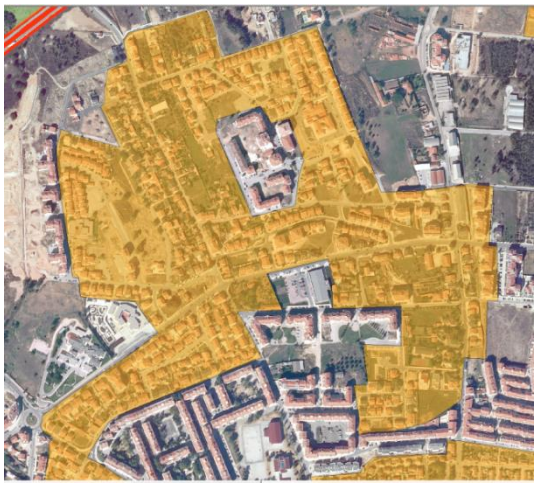


Figura 17 - Exemplos de Áreas de Tecido Urbano Contínuo Predominantemente Horizontal | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 18 - Perspetiva do centro urbano (predominantemente horizontal) | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 175.89

Descrição:

A este tipo de tecido urbano correspondem áreas ocupadas por infra estruturas lineares urbanas e por edifícios, na sua maioria de volumetria igual ou inferior a dois pisos e, predominantemente destinados a habitação unifamiliar.

No caso do Entroncamento, envolve as áreas de tecido urbano contínuo predominantemente vertical, constituindo parte significativa da área urbana a Norte do caminho de ferro.

As áreas na coroa que liga o Parque do Bonito ao acesso ao A23 são constituídas por moradias na sua generalidade mais recentes, correspondendo a área envolvente àquele Parque à área residencial mais nobre da cidade.

[c] Áreas de Estacionamento e Logradouros

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 1. Territórios Artificializados

Nível 2: 1.1 Tecido Urbano

Nível 3: 1.1.1 Tecido Urbano Contínuo

Representação Gráfica:



Figura 19 - Exemplos de Áreas de Estacionamento e Logradouros | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 20 - Exemplo de área de estacionamento | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 0.84

Descrição:

São delimitadas duas áreas destinadas a estacionamento público, não englobando parques de estacionamento associadas a outros usos dominantes, designadamente o comercial.

[d] Tecido Urbano Descontinuo

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 1. Territórios Artificializados

Nível 2: 1.1 Tecido Urbano

Nível 3: 1.1.2 Tecido Urbano Descontínuo

Representação Gráfica:



Figura 21 - Exemplos de Áreas de Tecido Urbano Descontinuo | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 22 - Paisagem típica das áreas de tecido urbano descontínuo | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 31.94

Descrição:

As áreas de tecido urbano descontínuo correspondem a áreas de crescimento linear geralmente associadas a estrutura viária e à matriz predial pré-existente, cuja densidade de edificação é claramente inferior à dos espaços compactos.

No caso do Concelho do Entroncamento, estas áreas constituem franjas da malha urbana consolidada.

[e] Tecido Urbano Descontinuo Esparso

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 1. Territórios Artificializados

Nível 2: 1.1 Tecido Urbano

Nível 3: 1.1.2 Tecido Urbano Descontínuo

Representação Gráfica:



Figura 23 - Tecido Urbano Descontinuo Esparso | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 24 - Ocupação típica da área de tecido urbano esparso | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 89,85

Descrição:

As áreas de tecido urbano descontínuo correspondem a áreas de crescimento linear geralmente associadas a estrutura viária e à matriz predial pré-existente, cuja densidade de edificação é claramente inferior à dos espaços compactos.

No caso do Concelho do Entroncamento, as áreas de tecido urbano descontínuo esparso localizam-se na sua maioria a Norte da A23, via que constitui uma barreira física.

[f] Indústrias

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 1. Territórios Artificializados

Nível 2: 1.2 Indústrias, Comércio e Transportes

Nível 3: 1.2.1 Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais

Representação Gráfica:



Figura 25 - Exemplo de Área de Indústria | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 26 - Principal artéria da zona industrial do Entroncamento |

Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 38,34

Descrição:

As áreas de uso dominante industrial correspondem a superfícies do território em que existe ocupação urbana tradicional relacionada com atividades económicas, nomeadamente indústria, armazenagem e logística.

No Concelho do Entroncamento, existe uma área industrial planificada de raiz (a 1ª fase da zona industrial), encontrando-se já em processo de ampliação no âmbito de uma segunda fase de desenvolvimento.

Existem ainda situações pontuais de indústrias isoladas em solo de envolvente urbana.

[g] Comércio

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 1. Territórios Artificializados

Nível 2: 1.2 Indústrias, Comércio e Transportes

Nível 3: 1.2.1 Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais

Representação Gráfica:



Figura 27 - Exemplo de Área Comercial | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 28 - Perspetiva geral do maior estabelecimento comercial do Concelho | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 9,36

Descrição:

As áreas de uso dominante comercial correspondem a parcelas do território em que existe predomínio ocupação urbana tradicional relacionada com atividades comerciais.

No Concelho do Entroncamento, encontra-se marcada na planta de COS áreas associadas a estabelecimentos comerciais com dimensão relevante.

[h] Equipamentos públicos e privados

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 1. Territórios Artificializados

Nível 2: 1.2 Indústrias, Comércio e Transportes

Nível 3: 1.2.1 Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais

Representação Gráfica:



Figura 29 - Exemplo de áreas de equipamentos públicos e privados | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 30 - Perspetiva geral de um equipamento | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 47.21

Descrição:

Encontram-se assinaladas na Planta da COS as áreas de equipamentos coletivos, de natureza pública ou privada, que correspondem no mínimo a um quarteirão.

São incluídos nestas áreas diversos tipos de equipamentos, tais como escolas, apoio social ou de justiça, não sendo delimitados nesta categoria outros equipamentos coletivos que tem classificações dedicadas no COS, designadamente, equipamentos de lazer, de desporto ou parques públicos.

[i] Infraestruturas de produção de energia

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 1. Territórios Artificializados

Nível 2: 1.2 Indústrias, Comércio e Transportes

Nível 3: 1.2.1 Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais

Representação Gráfica:



Figura 31 - Área de Infra estruturas de energia elétrica | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 32 - Perspetiva da subestação elétrica | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 1.63

Descrição:

Encontram-se delimitadas sob esta classificação, as duas superfícies que no Concelho do Entroncamento correspondem a instalações integradas na rede de produção e distribuição de eletricidade.

[j] Infraestruturas de tratamento de resíduos e águas residuais

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 1. Territórios Artificializados

Nível 2: 1.2 Indústrias, Comércio e Transportes

Nível 3: 1.2.1 Indústria, Comércio e Equipamentos Gerais

Representação Gráfica:



Figura 33 - Área ocupada pela ETAR do Entroncamento | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 34 - Perspetiva da ETAR | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 1.99

Descrição:

Encontra-se assinalada na Planta do COS do Entroncamento, a área onde se localiza a ETAR de resíduos domésticos do Entroncamento.21

[21] Ver relatório 7 – Desenvolvimento Urbano

[k] Rede Viária e Espaços Associados

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 1. Territórios Artificializados

Nível 2: 1.2 Indústrias, Comércio e Transportes

Nível 3: 1.2.2 Redes Viárias e Ferroviárias e Espaços Associados

Representação Gráfica:



Figura 35 - Troço da A23 a Norte da cidade do Entroncamento | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 36 - Troço da A23 junto à saída do Entroncamento | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 12.52

Descrição:

Encontra-se associado no Concelho do Entroncamento a este tipo de classe de COS as vias cuja função ultrapassam claramente a função de apoio ao desenvolvimento urbano e cuja classificação corresponde ao nível nacional ou regional, nos termos do Plano Rodoviário Nacional. Estas correspondem igualmente às vias de maior perfil transversal.

[I] Rede Ferroviária e Espaços Associados

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 1. Territórios Artificializados

Nível 2: 1.2 Indústrias, Comércio e Transportes

Nível 3: 1.2.2 Redes Viárias e Ferroviárias e Espaços Associados

Representação Gráfica:



Figura 37 - Área da Estação Ferroviária do Entroncamento | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 38 - Perspetiva da Estação Ferroviária do Entroncamento | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 135,85

Descrição:

É incluído nesta classe toda a área de infraestrutura ferroviária, incluídos os troços das linhas do Norte e da Beira integradas no Concelho, a Estação Ferroviária e as instalações de apoio.

[m] Lixeiras e Sucatas

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 1. Territórios Artificializados

Nível 2: 1.3 Áreas de Extração de Inertes, Áreas de Deposição de Resíduos e Estaleiros de Construção

Nível 3: 1.3.2. Áreas de Deposição de Resíduos

Representação Gráfica:



Figura 39 - Exemplo de área de lixeira e sucatas | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 40 - Perspetiva de uma lixeira | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 5.41

Descrição:

Encontra-se marcada uma área de deposição de sucatas integrada nas instalações militares.

Nota: a foto corresponde a um local de depósito clandestino.

[n] Áreas em Construção

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 1. Territórios Artificializados

Nível 2: 1.3 Áreas de Extração de Inertes, Áreas de Deposição de Resíduos e Estaleiros de Construção

Nível 3: 1.3.3 Áreas em Construção

Representação Gráfica:



Figura 41 - Exemplo de uma área em construção | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 42 - Perspetiva de uma área vedada para construção, junto ao nó do Entroncamento (centro), na A23 | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 54,09

Descrição:

São consideradas como áreas em construção os locais que, no momento atual, estejam a ser objeto de infra estruturação ou terraplanagens que se destinem para edificação urbana, ou que estejam já a ser objeto de edificação na sua maior parte.

Das diversas áreas em construção no Concelho, destaca-se uma área de dimensão relevante que se localiza junto à entrada nobre rodoviária do Concelho, o acesso do Entroncamento Centro à A23.

[o] Áreas Abandonadas em Territórios Artificializados

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 1. Territórios Artificializados

Nível 2: 1.3 Áreas de Extração de Inertes, Áreas de Deposição de Resíduos e Estaleiros de Construção

Nível 3: 1.3.3 Áreas em Construção

Representação Gráfica:



Figura 43 - Exemplo de área abandonada em terreno artificializado | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 44 - Perspetiva de uma área abandonada em envolvente urbana | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 12.29

Descrição:

Correspondem a áreas terraplanadas, infraestruturadas ou edificadas abandonadas, sendo situações pontuais integradas ou contíguas a áreas consolidadas.

[p] Parques e Jardins

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 1. Territórios Artificializados

Nível 2: 1.4 Espaços Verdes Urbanos, Equipamentos Desportivos, Culturais e de Lazer e Zonas Históricas

Nível 3: 1.4.1 Espaços Verdes Urbanos

Representação Gráfica:



Figura 45 - Exemplo de área verde | Fontes: IGEO (COS2007*)*



Figura 46 - Parque urbano no centro da cidade do Entroncamento | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 22.92

Descrição:

São integrados nesta classe os jardins urbanos da cidade do Entroncamento e o polígono do Parque Urbano do Bonito, cujo projeto se encontra em execução.

[q] Cemitérios

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 1. Territórios Artificializados

Nível 2: 1.4 Espaços Verdes Urbanos, Equipamentos Desportivos, Culturais e de Lazer e Zonas Históricas

Nível 3: 1.4.1 Espaços Verdes Urbanos

Representação Gráfica:



Figura 47 - Área do cemitério do Entroncamento

Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 48 - Perspetiva do painel de Azulejos junto da entrada principal do cemitério do Entroncamento | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 2.30

Descrição:

Existe um único cemitério no concelho do Entroncamento.

[r] Equipamentos Desportivos

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 1. Territórios Artificializados

Nível 2: 1.4 Espaços Verdes Urbanos, Equipamentos Desportivos, Culturais e de Lazer e Zonas Históricas

Nível 3: 1.4.2 Equipamentos Desportivos, Culturais e de Lazer e Zonas Históricas

Representação Gráfica:



Figura 49 - Exemplo de área afeta a equipamento desportivo | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 50 - Perspetiva do complexo desportivo do Bonito | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 14.29

Descrição:

São identificadas as áreas de dimensão relevante onde se instalam equipamentos coletivos de uso desportivo, entre os quais o novo complexo desportivo do Entroncamento, a Sul do Parque do Bonito.

[s] Equipamentos de Lazer

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 1. Territórios Artificializados

Nível 2: 1.4 Espaços Verdes Urbanos, Equipamentos Desportivos, Culturais e de Lazer e Zonas Históricas

Nível 3: 1.4.2 Equipamentos Desportivos, Culturais e de Lazer e Zonas Históricas

Representação Gráfica:



Figura 51 - Exemplo de área de equipamento de lazer | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 52 - Perspetiva de uma área de lazer no centro do Entroncamento | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 15,83

Descrição:

Foi associada a esta classificação uma área com um pequeno jardim e um equipamento de apoio à terceira idade.

[t] Estufas e Viveiros

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 2. Áreas Agrícolas e Agroflorestais

Nível 2: 2.1 Culturas Temporárias

Nível 3: 2.1.1 Culturas Temporárias de Sequeiro

Representação Gráfica:



Figura 53 - Área de estufas no Sul do Concelho do Entroncamento | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 54 - Perspetiva geral das instalações de estufas no Concelho do Entroncamento | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 3.35

Descrição:

Existe no Concelho do Entroncamento uma área de estufa, na estrema Sul do Concelho e como tal assinalada.

[u] Culturas Temporárias de Regadio

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 2. Áreas Agrícolas e Agroflorestais

Nível 2: 2.1 Culturas Temporárias

Nível 3: 2.1.2 Culturas Temporárias de Regadio

Representação Gráfica:

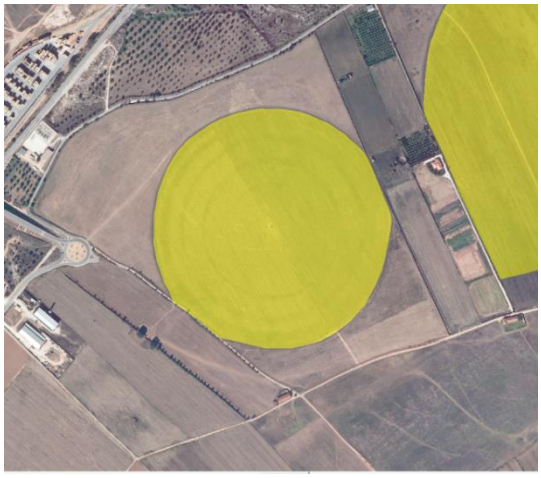


Figura 55 - Exemplos de áreas afetas a regadio | Fontes: IGEO (COS2007)

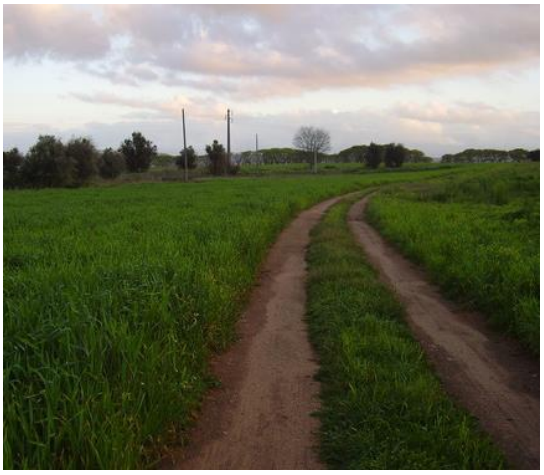


Figura 56 - Perspetiva de um campo de regadio do Sul do Concelho do Entroncamento | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 69.82

Descrição:

São associadas a culturas temporárias aquelas que duram dois ou mais anos, até ao limite de cinco, entrando normalmente em rotação com outras culturas. As de regadio, caracterizam-se por se tratar de exploração intensiva utilizando sistema de irrigação.

Encontram-se associadas no concelho do Entroncamento principalmente ao Sul do Concelho, sendo clara a configuração daquelas onde são utilizados *pivots* de rega.

[v] Vinhas

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 2. Áreas Agrícolas e Agroflorestais

Nível 2: 2.2 Culturas Permanentes

Nível 3: 2.2.1 Vinhas

Representação Gráfica:



Figura 57 - Área de vinha | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 58 - Perspetiva do (único) campo de vinha do Concelho do Entroncamento | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 2.32

Descrição:

Determinou-se no uso atual de solo uma área de vinha, que ficou como tal identificada.

[w] Pomares

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 2. Áreas Agrícolas e Agroflorestais

Nível 2: 2.2 Culturas Permanentes

Nível 3: 2.2.2 Pomares

Representação Gráfica:



Figura 59 - Exemplos de áreas de pomares | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 60 - Perspetiva de um pomar | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 10,32

Descrição:

Foram identificadas várias áreas agrícolas de pomares, genericamente no sul do concelho.

[x] Pomares com Olival

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 2. Áreas Agrícolas e Agroflorestais

Nível 2: 2.2 Culturas Permanentes

Nível 3: 2.2.2 Pomares

Representação Gráfica:



Figura 61 - Área de pomar com olival | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 62 - Perspetiva de uma área de pomar com olival | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 3.50

Descrição:

Foi identificado no Concelho do Entroncamento uma área de pomar com olival, integrada em pleno miolo urbano.

[y] Olivais

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 2. Áreas Agrícolas e Agroflorestais

Nível 2: 2.2 Culturas Permanentes

Nível 3: 2.2.3 Olivais

Representação Gráfica:



Figura 63 - Exemplo de área de olival | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 64 - Perspetiva de um olival, junto à subestação elétrica no Sul do Concelho do Entroncamento | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 53.56

Descrição:

Foram identificadas várias áreas agrícolas de olivais, nomeadamente no quadrante poente do Concelho do Entroncamento.

[z] Sistemas Culturais e Parcelares Complexos

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 2. Áreas Agrícolas e Agroflorestais

Nível 2: 2.4 Áreas Agrícolas Heterogéneas

Nível 3: 2.4.2 Sistemas Culturais e Parcelares Complexos

Representação Gráfica:



Figura 65 - Exemplo de áreas ocupadas com sistemas culturais e parcelares complexos | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 66 - Perspetiva do Sul do Concelho, com paisagem caraterística de sistemas culturais complexos | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 109,73

Descrição:

Os sistemas culturais e parcelares complexos, correspondem a áreas com parcelas claramente definidas no território, da área de dimensão com tendência a reduzir de dimensão. No caso do Concelho do Entroncamento, nas áreas centro e Norte do Concelho, envolvem parte das áreas urbanas consolidadas, encontrando-se com construções edificadas à parcela e com a restante superfície ocupada com atividades agrícolas complementares e de lazer.

Nas áreas afetas a este sistema sobrepostas a RAN, verifica-se a existência de parcelamento e policultura com maior dimensão a norte.

[za] Matos Densos

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 3. Florestas e Meios Naturais e Seminaturais

Nível 2: 3.2 Florestas Abertas e Vegetação Arbustiva e Herbácea

Nível 3: 3.2.2 Matos

Representação Gráfica:



Figura 67 - Exemplo de área com ocupação de mato denso | Fontes: IGEO (COS2007)



Figura 68 - Envolvente à ribeira de Santa Catarina (matos densos) | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 44,98

Descrição:

Os matos densos no Concelho do Entroncamento correspondem a dois tipos de situações distintas.

Em maior superfície, correspondem a áreas de abandono agrícola, em que a regeneração natural, dominada por espécies infestantes arbóreas e arbustivas.

Em menor superfície, a matos associados a galerias ripícolas.

[zb] Matos Pouco Densos

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 3. Florestas e Meios Naturais e Seminaturais

Nível 2: 3.2 Florestas Abertas e Vegetação Arbustiva e Herbácea

Nível 3: 3.2.2 Matos

Representação Gráfica:



Figura 69 - Exemplo de área ocupada com matos pouco densos | *Fontes: IGEO (COS2007)*



Figura 70 - Perspetiva de uma área com matos pouco densos | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 145,28

Descrição:

Os matos pouco densos no Concelho do Entroncamento correspondem genericamente a áreas de abandono agrícola, em que a regeneração natural é dominada por espécies infestantes arbustivas e herbáceas.

[zc] Florestas Abertas Puras de Folhosas

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 3. Florestas e Meios Naturais e Seminaturais

Nível 2: 3.2 Florestas Abertas e Vegetação Arbustiva e Herbácea

Nível 3: 3.2.4 Florestas Abertas, Cortes e Novas Plantações

Representação Gráfica:



Figura 71 - Área do Norte do Concelho ocupada com floresta | *Fontes: IGEO (COS2007)*



Figura 72 - Perspetiva da área florestal a norte do parque do Bonito | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 58.34

Descrição:

As áreas de Floresta, com predomínio de eucalipto e pinheiro, dominam o Nordeste do Concelho do Entroncamento.

[zd] Vegetação Esparsa

Integração na Nomenclatura COS 2007:

Nível 1: 3. Florestas e Meios Naturais e Seminaturais

Nível 2: 3.3 Zonas Descobertas e com Pouca Vegetação

Nível 3: 3.3.3 Vegetação Esparsa

Representação Gráfica:



Figura 73 - Exemplo de área de vegetação esparsa | *Fontes: IGEO (COS2007)*



Figura 74 - Perspetiva de uma área com vegetação esparsa | Fonte: CME

Características:

Superfície Total (ha): 117.07

Descrição:

No concelho do Entroncamento, estas áreas correspondem e na sua maior parte a áreas fortemente condicionadas no uso, para serviços de utilidade pública em que o solo encontra-se coberto com espécies herbáceas e pequenos bosquetes.

Avaliação do Plano Diretor Municipal do Entroncamento e Dinâmica de Licenciamento | VOL II

1. Articulação entre o PDM do Entroncamento e a Atual disciplina do Ordenamento do território e da gestão urbanística

1.1. Introdução

As alterações profundas ao quadro legal em matéria de Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Ordenamento do Território e Gestão Urbanística a par, com o evoluir dos meios técnicos ao dispor do ato de planear, obrigam a que os procedimentos de revisão de um Plano Diretor adotem um rigor que altera substancialmente a forma de analisar e desenhar o território.

Nestes termos e sem prejuízo da relevância em se avaliar a execução do PDM, qualquer comparação imediata entre o que se encontrava esboçado numa figura de planeamento formada no contexto do anterior Regime Jurídico que disciplinava os PDM e o IGT que venha agora a ser elaborado à luz do atual RJIGT, como é o caso do presente processo de Revisão do PDM, deve ser encarada com as devidas ressalvas.

Neste contexto, é de seguida elencado um conjunto de observações que identifica de forma sintética as alterações que no quadro do RJIGT e do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), determinam a necessidade de profunda alteração do processo de revisão em relação ao Plano vigente.

1.2. Articulação do PDM do Entroncamento com o Regime Jurídico do Instrumentos de Gestão Territorial

A Lei de Bases da Política Pública de Solos, do Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU) – Lei n.º 31/2014 – constitui um elemento fundamental no Planeamento e gestão do território nacional. De forma a consubstanciar o processo de Ordenamento do Território e o Planeamento, a LBPOTU cria a figura dos IGT, com funções diferenciadas e numa lógica de cascata hierarquizada de planos que visa como finalidade última, cobrir o território Nacional de Planos de diferentes escalas e pormenor, em função das especificidades das parcelas deste mesmo território.

Em sequência, pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, é estabelecido o quadro normativo – RJIGT- que enquadra os procedimentos de Revisão dos PDM, alterando profundamente a moldura legal que contextualizou o procedimento de elaboração dos Planos de 1ª Geração.

Sublinha-se a este propósito que o PDME, ratificado em Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 181/95, publicada em D.R. n.º 299, da I-Série – B, de 29 de dezembro, alterado pelo aviso n.º 22662/2007, publicado em D.R. n.º 222, da II-Série, de 19 de novembro e pelo aviso n.º 23123/2009, publicado em D.R. n.º 247, da II-Série, de 22 de dezembro constitui o primeiro regulamento administrativo aplicado à totalidade do Concelho definindo a sua classificação básica e respetivos parâmetros de ocupação para as diferentes categorias de espaços, a programação e implantação dos equipamentos sociais e a extensão das infraestruturas.

Sem prejuízo de que as duas alterações ao Plano ocorreram já ao abrigo do atual RJIGT, a sua ratificação original ocorreu ainda ao abrigo do regime jurídico previsto no Decreto-Lei n.º69/90, de 2 de março. Sucede que de então para cá se processaram alterações de fundo na legislação do planeamento urbanístico e gestão territorial. Mas a principal alteração resulta numa tipificação objetiva e num esclarecimento e alteração da relação entre Planos, e sobretudo, dos diferentes mecanismos de dinâmica dos Planos.

A nova moldura legal em matéria de Gestão do Território resulta, enfim, em toda uma nova disciplina jurídica do Ordenamento do Território e do Urbanismo. De facto, através do novo RJIGT os objetivos e o procedimento da Revisão alteram-se em profundidade, designadamente:

1. A Classificação e Qualificação de Solo adotam terminologia completamente distinta, incluindo tipologias de usos de solo inexistentes à luz do D.L. 69/90 de 2 de março, com clara distinção entre solo rústico e solo urbano, cuja linha divisória não seria tão clara no anterior regime;
2. A título de exemplo, o atual RJIGT disciplina a necessidade de se elaborar uma estrutura ecológica municipal, com o objetivo de se preservar e valorizar as áreas dos municípios com valores de equilíbrio ambiental, assim como, de integrar áreas passiveis de riscos e desequilíbrios ambientais;

3. É estabelecida a obrigatoriedade de se fundamentar com rigor a necessidade de novos espaços de solo urbano, considerando-se excecional a reclassificação de solo rústico para solo urbano, determinando-se inclusive que ter-se-á de demonstrar a sustentabilidade económica da alteração da classificação de solo, condicionando esta reclassificação à aprovação prévia de Plano de Pormenor com efeitos registais;22
4. Em sentido inverso, é prevista a reclassificação de solo urbano em solo rústico;
5. É disposto a obrigatoriedade de se programar o solo urbano, designadamente através de atos de Planeamento sequentes; aliás a regulamentação do RJIGT vem prever a necessidade de se programar e prever nas Grandes Opções de Plano os custos de execução das previsões disciplinadas em IGT;
6. É definida uma nova hierarquia de Planos e respetiva articulação, sendo simplificada a forma de aprovação dos PMOT, quando conformados com instrumentos de caráter regional, especial ou sectorial;
7. O contributo da Participação Pública no ato de Planeamento é relevado em substância, alargando-se a mesma a uma participação dinâmica ao longo de todo processo, iniciando-se com um período de participação preventiva, ultrapassando largamente aquela que era a prática decorrente do anterior regime, a qual confinava a participação pública é então definida discussão pública, sequente à aprovação do Plano pelas então Comissões Técnicas de acompanhamento;
9. É intenção do legislador concentrar principalmente na figura da (revisão) dos PDM, um conjunto de informação relevante, concertando obrigatoriamente todos os interesses legítimos sob o território, promovendo a ***concertação***;
10. A figura de PDM prevê a articulação de perspetivas territoriais e a adoção de um modelo estratégico territorial;
11. O ato de Planeamento passa a ter uma vertente positiva na promoção da contratualização com os agentes / atores das âncoras de estratégia do plano, se possível durante a elaboração do IGT, ou posteriormente, desde que sob regras claras dessa contratualização; ou ainda
12. Os atos de Planeamento passam a englobar sistemas de Execução.

Neste contexto de radical mudança entre os o RJIGT em vigor à data de elaboração do primeiro Plano Diretor e a moldura legal atualmente em vigor a ponderação de hipoteticamente "rever" o atual PDM tendo por base alterações à estrutura regulamentar e às plantas de ordenamento e de condicionantes encontra-se afastada à partida. Neste contexto, a Revisão do PDME, passa, na realidade pela execução de um novo Plano, não obstante se tratar de um procedimento de revisão.

[22] Nos termos do art.º 72.º, relativo à Reclassificação para Solo Urbano , do RJIGT.

1.3. Articulação do PDM do Entroncamento com o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação

À data de elaboração do PDM vigente, encontrava-se em vigor o Decreto-Lei n.º 445/91, de 20 de novembro, que disciplinava o Regime de Licenciamento de Obras Particulares e o Decreto-Lei n.º 448/91, de 29 de novembro, que definia o Regime Jurídico dos Loteamentos Urbanos.

O quadro legislativo modificou-se, sendo que atualmente o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE) é o que decorre D.L. nº 136/2014, de 9 de setembro. A articulação entre as regras definidas no atual PDME e o RJUE é igualmente fundamental para verificar a compatibilidade e adequabilidade entre este Plano e o Gestão Urbanística corrente.

Antes de mais importa destacar dois vetores distintos para análise desta articulação:

1. A existência ou não de modelos de gestão do Plano Diretor e a sua monitorização ao nível do relatório e regulamento do mesmo;
2. A adequabilidade do normativo face à gestão urbanística. Relativamente ao primeiro aspeto referido, sublinha-se que o atual Plano Diretor encontrava-se bastante mais completo nesta matéria do que a generalidade dos Planos em vigor.

A ausência de um documento objetivo e rigoroso relativo à execução e faseamento do PDME vigente, programando e planeando as restantes ações previstas em sede de Planeamento, designadamente a execução das Unidades Operativas definidas, não permitia ao PDM auxiliar a programação e o faseamento da gestão urbanística. Cumulativamente, regista-se no atual PDM a ausência de qualquer sistema de execução.

No regulamento do atual PDM apenas são definidos índices de construção máximos por tipologia de uso dominante de solo, assim como de áreas de cedência. O facto de não ser definido nenhum índice de construção média nem áreas de cedência médias implica a óbvia ausência de um sistema de execução, designadamente, de perequação.

Outras questões de pormenor sobressaem do atual PDM que o tornam desajustado insuficiente e obsoleto face ao atual quadro regulador do processo de licenciamento de obras particulares:

1. O articulado do PDME encontra-se desatualizado face à produção de legislação específica;

2. As próprias definições constantes no Regulamento do PDM são já distintas daquelas que derivam do RJUE, o que obriga a compatibilizar estas com o RJUE, no momento da apreciação e licenciamento das obras particulares; e

3. Os diferentes procedimentos e fases do processo de licenciamento devem ser absorvidos no regulamento administrativo que os enquadra, pelo que, o atual regulamento encerra desajustamentos face ao novo quadro normativo do RJUE.

2. Disciplina do Plano Diretor Municipal do Entroncamento

2.1. Introdução

A avaliação da execução de um PDM, passa, necessariamente, por uma prévia explicitação da disciplina do Plano, pelo que é com este propósito que se apresenta o presente capítulo identificando a estrutura e constituição do PDME, as classificações de solo a previstas e a respetiva regulamentação.

Sobre este capítulo importa realçar que:

1. Constam como peças gráficas complementares ao presente relatório, a representação vetorial das Plantas de Ordenamento e de Condicionantes do PDME, completando graficamente a presente análise.
2. Sem prejuízo de tal facto, junta-se no presente texto imagens ilustrativas das plantas de Ordenamento e de Condicionantes publicadas (as plantas originais não tem qualidade suficiente para a respetiva reprodução, apresentando dificuldades de leitura designadamente na distinção das áreas afetas às subclasses de espaços integrados nos Espaços Urbanos).
3. A cópia das legendas mencionadas no ponto anterior, permite ainda verificar visualmente a desconformidade entre a classificação dos espaços no regulamento com aquela que consta nas plantas.

2.2. Estrutura do Plano

O PDME23, é composto pelas Plantas de Ordenamento e de Condicionantes à escala 1/10000 e pelo Regulamento, pese embora não se encontrarem determinados os respetivos elementos constituintes no corpo do regulamento. O 0 sistematiza a classificação de espaços conforme regulamento e Planta de Ordenamento, verificando-se aqui o conjunto não despiciendo de anomalias detetadas. 24

Regulamento		**Planta de Ordenamento**	
Classes de Espaços	Subclasses de espaços	Subclasses de espaços	Classes de Espaços
Espaços Urbanos (Secção II)	Áreas de alta densidade Áreas de média densidade Áreas de baixa densidade	Zonas hab. de alta densidade Zonas hab. de média densidade Zonas hab. de baixa densidade	Áreas Urbanas
Espaços Urbanizáveis (Secção III)	Áreas de média densidade Áreas de baixa densidade Áreas turísticas Superfícies comerciais	Zonas hab. de média densidade Zonas hab. de baixa densidade	Áreas Urbanizáveis
Espaços Culturais (Secção IV)			
Espaços Naturais (Secção V)	Reserva Ecológica Nacional Domínio Público Hídrico Áreas verdes de proteção e Enquadramento	Verde urbano	Espaços Naturais ou Verde Urbano de Enquadramento
Espaços Agrícolas e Florestais (Secção VI)	Reserva Agrícola Nacional Zonas agroflorestais	RAN / Verde urbano RAN Zonas agroflorestais	Espaços Agrícolas e Florestais
Espaços Industriais (Secção VII)		Áreas existentes Áreas propostas Áreas de armazenagem	Áreas Industriais
		Novos ou expansão dos atuais Turismo Comércio e serviços	Equipamentos
			REN
			Servidões
		Sistema rodoviário Sistema ferroviário Rede elétrica Abastecimento de água Saneamento	Infra Estruturas

Quadro 4 - Classes e subclasses, conforme Planta de Ordenamento e Regulamento do PDME | Fonte: Plano Diretor Municipal do Entroncamento

[23] O texto original do regulamento do PDME, assim como a respetiva planta de Ordenamento aprovados pela RCM nº 181/95, de 14 de setembro publicada em D.R. nº 299, 1º série-B, de 29-12-1995 foram posteriormente alterados através do Aviso n.º 22662/2007, publicado em Diário da República n.º 222 da II – Série, de 19 de novembro de 2007 e pelo Aviso n.º 23123/2009, publicado em Dário da República n.º 247 da II – Série, de 22 de dezembro de 2009, sob suspensão parcial publicada pelo Aviso n.º 7164/2010, publicada em Diário da República da II – Série, de 09 de abril de 2010.

[24] Remete-se para o item do presente capítulo relativo às desconformidades entre Regulamento e Planta de Ordenamento.

As figuras seguintes ilustram graficamente as Plantas de Ordenamento e de Condicionantes, conforme se encontram disponíveis no Sistema Nacional de Informação Territorial – ver figuras 75 e 76.



Figura 75 - Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal do Entroncamento | Extraído do Sistema Nacional de Informação Territorial, consultado em DGT/IGEO/www.igeo.pt



Figura 76 - Planta de Condicionantes do Plano Diretor Municipal do Entroncamento | Extraído do Sistema Nacional de Informação Territorial, consultado em DGT/IGEO/www.igeo.pt

Assim, está-se em presença de uma organização formal do Plano em vigor à luz do estabelecido no Decreto-Lei n.º 69/90, de 02 de março.

De seguida, informam-se um conjunto de desconformidades detetadas entre as classes e subclasses constantes no Regulamento e na Planta de Ordenamento, sublinhando-se que destas desconformidades terá certamente resultado dificuldades na gestão do Plano:

1. Encontram-se identificados na Planta de Ordenamento um conjunto de classes e subclasses de espaços que não encontram correspondência no regulamento, pelo que não estão devidamente disciplinadas (eg áreas industriais existentes, áreas industriais propostas ou áreas industriais de armazenagem, inexistentes em regulamento).
2. Pelo contrário, encontra-se determinada uma classe (espaços culturais) e uma subclasse (áreas verdes de proteção e enquadramento), sem correspondente delimitação na Planta de Ordenamento.
3. Por fim e não menos relevante, não existe correspondência entre muitas das designações na Planta de Ordenamento e as constantes no Regulamento (eg. no regulamento consta a designação "áreas de média densidade" e na planta *consta como* "zonas habitacionais de média densidade), assim como, a "arrumação" das classes no regulamento não corresponde à constante da Planta de Ordenamento (eg. as áreas destinadas a turismo encontram-se na classe de equipamentos de acordo com a Planta de Ordenamento, quando surge no regulamento incluída na secção de espaços urbanizáveis).

2.3. Síntese da Disciplina do Plano Diretor Municipal do Entroncamento

Pretende-se no presente capítulo realizar uma breve síntese das normas constantes no regulamento por classe de espaço, identificando as principais orientações. Esta análise é completada ainda com uma outra relativa às regras que, desinseridas das secções correspondentes às classes de espaços, são ainda determinantes na gestão do território municipal. Sublinha-se que sobre a execução do Plano, designadamente das ações nele previstas, se debruça o capítulo sequente do presente relatório.[25]

2.3.1. Espaços Urbanos[26]

Para estes espaços, o regulamento vigente dispõe de regras relativas a demolições e novas construções nas propriedades respetivas, relativas às novas construções e às alterações das existentes, bem como, relativas a logradouros e interior de quarteirões. Do conjunto de regras constantes para aqueles elementos urbanísticos, destacam-se opções que lhes são transversais, designadamente:

1. Da constante indicação da necessidade de respeito da moda da cércea da envolvente;
2. Da igualmente comum disciplina no sentido da necessidade de alinhamento de fachadas; ou
3. Da utilização de caves tão-somente para estacionamentos ou arrecadações.

No caso das novas construções, define-se igualmente cérceas máximas em função da zona em que se inscrevem: 22m nas áreas de alta densidade, 13m nas áreas de média densidade e 7m nas áreas de baixa densidade[27].

Relativo aos espaços internos aos quarteirões é notória a relevância dada à vivência dos espaços, que deriva de regras como a necessidade de atravessamento dos quarteirões ligando frentes de ruas opostas, devendo nestes mesmos quarteirões ser privilegiada a instalação de equipamentos que contribuam para a qualificação do espaço urbano e a instalação de espaços de verde e lazer.[28] Sublinha-se ainda um conjunto de normas gerais aplicáveis a estes espaços que se direcionam claramente no sentido da proteção do meio:

1. O troço coberto da ribeira de Santa Catarina deverá ser objeto de estudos particulares;
2. É intenção explicita relocalizar as instalações incómodas para meio urbano, tais como lixeiras e indústrias poluentes.

Por fim, explicita-se que o PDME definiu oportunamente parâmetros urbanísticos na eventualidade de realização de Planos de Pormenor e loteamentos, bem como de loteamentos urbanos- ver 0.

	Parâmetros Urbanísticos		
	Densidade	Altura Máxima	Altura Total

[25] Vede capítulo III – Impactes da Aplicação do PDM do Entroncamento no Uso Atual do Solo
[26] A disciplina relativa à classe de Espaços Urbanos encontra-se definida na secção II do Capítulo II do Uso dominante do solo.
[27] Cf. alínea a) do n.º do art. 34.º do regulamento do PDME, relativo às construções novas.
[28] Cf. artigo 38.º do regulamento do PDME, relativo ao atravessamento dos quarteirões.

		Populacional (hab/ ha.)	de Fachada (metros)	Máxima (metros)
Sub-classes de Espaços Urbanos	Alta Densidade	250	22	25
	Média Densidade	180	13	16
	Baixa Densidade	90	7	10

Quadro 5 - Parâmetros Urbanísticos para PP e loteamentos em Espaços Urbanos do PDME, conforme definidos em regulamento daquele Plano | Fonte: Plano Diretor Municipal do Entroncamento

De sublinhar, por fim, que não existe no regulamento clara distinção das regras disponíveis para os diferentes níveis de espaços urbanos (espaços urbanos de alta, média e baixa densidade), que não se encontram disciplinados em artigo próprio, bem como, não existe em sede de regulamento definição para as subclasses de espaços urbanos constantes na Planta de Ordenamento, que para mais não refletem as designações constantes no regulamento.

2.3.2. Espaços Urbanizáveis

As regras de edificabilidade são, para esta classe de espaços, próximas àquelas que se determinam para os Espaços Urbanos, até porque consta no regulamento uma remissão para as disposições relativas a esta última classe. Complementa-se ainda com disposições relativas a parâmetros urbanísticos a aplicar na elaboração de Planos de Pormenor e loteamentos - ver 0.

		Parâmetros Urbanísticos		
		Densidade Populacional (hab/ ha.)	Altura Máxima de Fachada (metros)	Altura Total Máxima (metros)
Subclasses de Espaços Urbanos	Média Densidade	180	13	16
	Baixa Densidade	90	7	10

Quadro 6 - Parâmetros Urbanísticos para PP e loteamentos em Espaços Urbanizáveis do PDME, conforme definidos em regulamento daquele Plano | Fonte: Plano Diretor Municipal do Entroncamento

Nos termos do regulamento, são introduzidas dentro destes mesmos espaços urbanizáveis, regras para duas subclasses de espaços, as áreas turísticas e as superfícies comerciais, sublinhando-se desde já que estas duas mesmas subclasses surgem na Planta de Ordenamento não incluídas em espaços urbanizáveis mas antes na classe de equipamentos, que através de simbologia, se sobrepõe a outras classes de espaços.

Relativamente aos Espaços Turísticos29, por força do disposto no Aviso n.º 7164/201030, encontram-se suspensas as regras a eles relativos.

[29] Disciplina constante no art.º 43.º da RCM n.º 181/95.

Relativamente às Superfícies Comerciais31, a redação original foi alterada por força da entrada em vigor do Aviso n.º 22662/2007, encontrando-se na atualidade previstas duas áreas comerciais no Concelho, ambas juntas ao nó do Entroncamento centro da A23, sendo que a alteração foi no sentido de permitir a construção de um estabelecimento comercial de dimensão relevante, entretanto já executado.

2.3.3. Espaços Culturais

Por definição, o regulamento do PDME faz corresponder aos Espaços Culturais, "… *as áreas constituídas pelos monumentos, conjuntos ou sítios que, pelas suas características, se assumem como valores com reconhecido interesse histórico, artístico, cientifico ou social*…".32 O regulamento é omisso quanto a regras específicas relativas a esta classe de espaços, remetendo para legislação específica, inexistente, uma vez que de facto os elementos identificados33 não se encontram classificados.

Complementarmente, imputa-se ainda à CME a responsabilidade de estudar elementos arqueológicos eventualmente descobertos, podendo inclusive ser determinada a sua suspensão. De referir por último que não se encontram identificados na Planta de Ordenamento qualquer destes espaços / elementos.

2.3.4. Espaços Naturais

Por definição constante no regulamento do PDME, os espaços naturais são constituídos por "... *zonas do território municipal mais sensíveis dos pontos de vista ecológico, paisagístico e ambiental em geral, as áreas de Reserva Ecológica Nacional, as do Domínio Público Hídrico e as de enquadramento e integração, nas quais se privilegiam a proteção, a conservação, a capacidade de renovação dos recursos naturais e a salvaguarda dos valores paisagísticos*.".34

[30] Este Aviso suspende parcialmente o PDM do Entroncamento, nas regras que foram consideradas incompatíveis com o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo.
[31] Disciplina constante no art.º 44.º da RCM n.º 181/95.
[32] Cf. art. 45.º do regulamento do PDME, relativo à caracterização dos Espaços Culturais.
[33] De acordo com o art.º 77.º das disposições finais, são classificados como imóveis de interesse concelhio os seguintes: Bairro da Liberdade, edifício particular na R. de Elias Garcia, Câmara Municipal, Centro Cultural, ponte para peões, Bairro Vilaverde, Fontanário, capela e duas moradias no largo das Vaginhas, Bairro Camões e edifício da escola Camões, central elétrica da CP e igreja paroquial.
[34] Cf. art.º 48.º do regulamento do PDM do Entroncamento.

As regras de edificabilidade previstas em sede de regulamento são em muito próximas àquelas que à data se encontravam previstas no regime jurídico da REN então em vigor, admitindo-se contudo um conjunto de situações de seguida elencadas:

a) *A realização de ações que pela sua natureza e dimensão, não sejam suscetíveis de prejudicar o equilíbrio biofísico destas áreas;*
b) *A realização de ações de reconhecido interesse público, desde que não exista alternativa económica (…);*
c) *As operações relativas à florestação e exploração florestal (…);*
d) *A implantação de infraestruturas indispensáveis ou a realização de obras hidráulicas;*
e) *A instalação de edifícios que constituam complemento indispensável de outros já existentes e devidamente licenciados (…) até 20% da área de ocupação (…).35*

Por força do regulamento preveem-se a execução de dois parques urbanos, um a Norte da cidade do Entroncamento, outro a Sul.

Nesta classe nos termos do regulamento do PDME, incluem-se um conjunto de subclasses, a saber, a REN, as áreas de Domínio Público Hídrico e as Áreas de Verde de Proteção e Enquadramento. Relativamente às duas primeiras subclasses, basicamente o regime definido pelo regulamento do PDME remete para as respetivas legislações específicas. 36 Quanto às áreas verdes de proteção e enquadramento, o regulamento é omisso quanto a regras complementares àquelas que se encontram definidas para a generalidade dos Espaços Naturais.

Conclui-se, por tal, uma clara desconformidade entre a estrutura dos Espaços Naturais em sede de regulamento do PDME e a constante na Planta de Ordenamento.

2.3.5. Espaços Agrícolas e Florestais

Os Espaços Agrícola e Florestais, por definição do regulamento do PDME são os espaços "… que possuem características mais adequadas às atividades agrícolas, ou que as possam vir a adquirir (… sendo) ainda os que se encontram temporária ou permanentemente inaproveitados nas suas potencialidades (…)" 37.

Nos espaços agrícolas identificam-se, nos termos do regulamento duas categorias de espaços: a Reserva Agrícola Nacional e as áreas agroflorestais. Na Planta de Ordenamento distingue-se uma terceira categoria: as áreas de RAN com Verde Urbano, cuja disciplina se infere daquela que disciplina a RAN, nas áreas coincidentes com estas, e com a dos Espaços Naturais, nas restantes áreas.

[35] Cf. n.º 2 do artigo 49.º relativo à Edificabilidade dos Espaços Naturais.
[36] Cf. dispõem os artigos 50.º, relativo à Reserva Ecológica Nacional, e 51.º, relativo ao Domínio Público Hídrico, do regulamento do PDME.
[37] Cf. artigo 53.º relativo à Caracterização dos Espaços agrícolas e florestais.

Relativamente às áreas afetas à RAN, o Plano remete para o respetivo regime, estabelecendo condicionantes à edificação, à ocupação e uso do solo complementares38, que são agora desconformes com o atual regime da RAN, sublinhando-se que as regras relativas à habitação unifamiliar39 foram suspensas por força da entrada em vigor do Aviso n.º 7164/2010.

Para os espaços agroflorestais são admitidas as práticas normais decorrentes das atividades agrícolas e florestais, designadamente repovoamentos florestais e modelação de terrenos para estes efeitos, não se encontrando contudo previstas regras de edificabilidade.

2.3.6. Espaços Industriais

Os Espaços Industriais, por força do regulamento do PDME, destinam-se a acolher industrias, armazéns, oficinas, escritórios e outros usos elencados em regulamento e compatíveis com uso dominante económico. Antes de mais constata-se que o regulamento não estabelece qualquer categoria de espaços para esta Classe, não sendo por tal compatível com a Planta de Ordenamento, na qual se distinguem claramente três categorias, a saber: Áreas Industriais Existentes, Propostas e de Armazenagem.

Igualmente, determina o regulamento que "*A atual área destinada a indústria ligeira está enquadrada no perímetro urbano do Entroncamento e possui um plano de pormenor eficaz, com regulamento próprio.*"40. Trata-se contudo de uma incorreção uma vez que não existe Plano de Pormenor eficaz para aquela área.

O regulamento estabelece regras para a instalação de estabelecimentos industriais, no sentido da prevenção de riscos e inconvenientes ambientais, embora sejam de facto orientações muito genéricas, sendo contudo de realçar que dispunha o regulamento que "*… o tratamento dos efluentes será realizado em ETAR coletiva. Neste caso, as condições de descarga no coletor municipal serão definidas em regulamento* (…)"41.

Cumulativamente estabelece regras relativas à edificabilidade, definindo-se tetos máximos de impermeabilização à parcela (60%), de utilização do solo (0,7 à área do lote), dispondo ainda quanto a afastamento ao limite do lote entre outros.

[38] Cf. artigo 55.º do regulamento do PDME.
[39] Previa-se no regulamento a edificação de habitações unifamiliares em solo de RAN, desde que previamente autorizadas pela entidade competente e com área máxima de 200m2 e um máximo de dois pisos.
[40] Cf. n.º 1 do art. 60.º relativo ao Estatuto do Solo e ocupação do Solo dos Espaços Industriais.
[41] Cf. n.º 4 do art. 61.º relativo à edificabilidade nos Espaços Industriais.

2.3.7. Outras normas relevantes na gestão do território

Para além das normas comummente referidas em outros PDM relativas a cedências ou estacionamentos, no caso particular do Concelho do Entroncamento, estabelecem-se regras especificas para este Concelho, cuja execução será relevante efetuar no ponto sequente do presente relatório.

Neste contexto, encontra-se disciplinado que:

1. O troço coberto da ribeira de Sta. Catarina deverá ser objeto de estudos particulares42. Contudo, não se encontra definido em sede de PDM que objetivos devem nortear esses mesmos estudos.
2. Para as áreas destinadas a equipamentos de interesse público no atual PDM, condiciona o PDM que até à transferência da propriedade dos terrenos, os mesmos devem ser mantidos no seu estado atual, não sendo autorizada a destruição do coberto vegetal e a alteração da topografia.
3. É prevista a instalação de um interface entra os modos de transportes públicos e privados junto à estação de caminho de ferro.
4. Caso raro em PDM de 1ª geração, constam no PDM do Entroncamento normas de controlo de poluição do ar, da água e do solo.

[42] Cf. art. 28.º relativo às disposições gerais dos Espaços Urbanos.

3. Impactes da aplicação do PDM do Entroncamento no Uso Atual do Solo

3.1. Introdução

A eficácia do atual PDM contribuiu para a definição do uso do solo do território do município, pela distinção e sobretudo pela harmonização de usos e índices em diferentes classes e categorias de solo urbano, contribuindo ainda para determinar claramente o limite do perímetro urbano e com isto, para a consolidação do núcleo urbano em detrimento do extravasar da malha urbana.

Pese embora estes factos positivos, porque o Entroncamento constitui uma área predominantemente urbana, para mais com denotada dinâmica de crescimento urbano e demográfico, ter-se-á cerceado e eventualmente subdimensionado os espaços urbanizáveis. Tais factos, associados ao custo da propriedade, terá contribuído para o crescimento de localidades situadas na periferia da cidade do Entroncamento, embora localizadas nos Concelhos de Torres Novas (Meia Via, Riachos) ou Vila Nova da Barquinha. Mas contribuiu igualmente de forma percetível para a manutenção do escasso território agrícola ou com potencialidade para tal, designadamente no quarto Sul do Concelho, ou para a manutenção da pequena área florestal do Norte do mesmo, afastando o uso urbano daquelas parcelas de território, por via das regras impostas e, sobretudo, pela manutenção das áreas afetas à RAN.

Entende-se ainda que três regras em particular contribuíram para a melhoria da qualidade do espaço urbano: a previsão da vivência do interior dos quarteirões, a reserva de espaço para o Parque Urbano do Bonito e, não menos importante, a restrição à alteração do uso do solo em áreas para onde se previu a instalação ou ampliação de equipamentos coletivos.

Em sentido inverso, poder-se-á considerar a clara incompatibilidade entre peças do Plano, que reduz a sua eficácia, assim como a omissão de regras objetivas para parte significativa das classes ou categorias, designadamente, quanto aos equipamentos coletivos, às áreas culturais (que para mais não se encontram identificadas na Planta de Ordenamento), ou ainda, quanto às áreas de verde urbano. Neste contexto, pode ser feita uma avaliação no sentido de verificar até que ponto as transformações que ocorreram no território nos últimos 15 anos refletiram as opções estratégicas subjacentes ao modelo de desenvolvimento territorial do PDM em vigor, designadamente em matéria de localização, distribuição e desenvolvimento das atividades, na promoção de espaços verdes equipados, na definição das novas acessibilidades, ou na consolidação dos espaços urbanos e urbanizáveis.

Atentos a este breve contexto, pode-se ainda inferir um conjunto de conclusões que completam os aspetos já mencionados e que permitem entender a dinâmica de transformação ocorrida no município:

1. Considera-se que o impacte da aplicação do PDME, no respeitante à manutenção e valorização do equilíbrio ecológico / ambiental do Concelho, é minorado pelo facto de que as áreas se situam em zonas marginais do território municipal, ocupam parcelas reduzidas do mesmo e, não menos importante, já se encontravam protegidas pelos regimes das restrições de utilidade pública que as circunscrevem;
2. A classificação dada aos diferentes espaços não ocupados por edificações, relacionando-as com a RAN, a REN, o Domínio Hídrico ou áreas de desafogo urbano, classificadas como verde urbano, mesmo que não plasmadas em rigor no Regulamento, denota uma estratégia de salvaguarda do (pouco) património paisagístico ou biocenético do município;
3. É com relevante interesse que se verifica a expressa vontade de proteção dos solos agrícolas do Concelho, avocando-se a inclusão dos campos do Entroncamento (Sul do Concelho), na atual classificação de espaços agrícolas do PDM.

A falta de objetivos específicos para o território, designada e eventualmente explanados em Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, inexistentes no regulamento do PDM, é contudo ultrapassada por uma atitude interventiva por parte do município em matéria de planeamento urbano, e em particular em matéria de requalificação urbana e cimentação da oferta de equipamentos públicos, designadamente verdes, de lazer e de desporto.[43]

Mais ainda a correção de perspetivas constantes no atual PDM que se traduziram em prejuízos para o território, foram objeto de intervenção municipal, de que resultaram três alterações ao PDM, uma das quais através de um Plano de Pormenor (do Formigão), o qual prevê o Parque urbano a Sul da cidade.

[43] Sobre esta matéria, remete-se para o Volume 7 dos Estudos Setoriais de Caracterização.

3.2. Da distribuição do solo no Concelho do Entroncamento pelas Classes de Espaços do Plano Diretor

Com base no trabalho de vectorização da Planta de Ordenamento do PDME, apresenta-se de forma sintética, a distribuição das classes de espaços pelo território municipal e a respetiva superfície afeta - ver 0 e quadro 7.

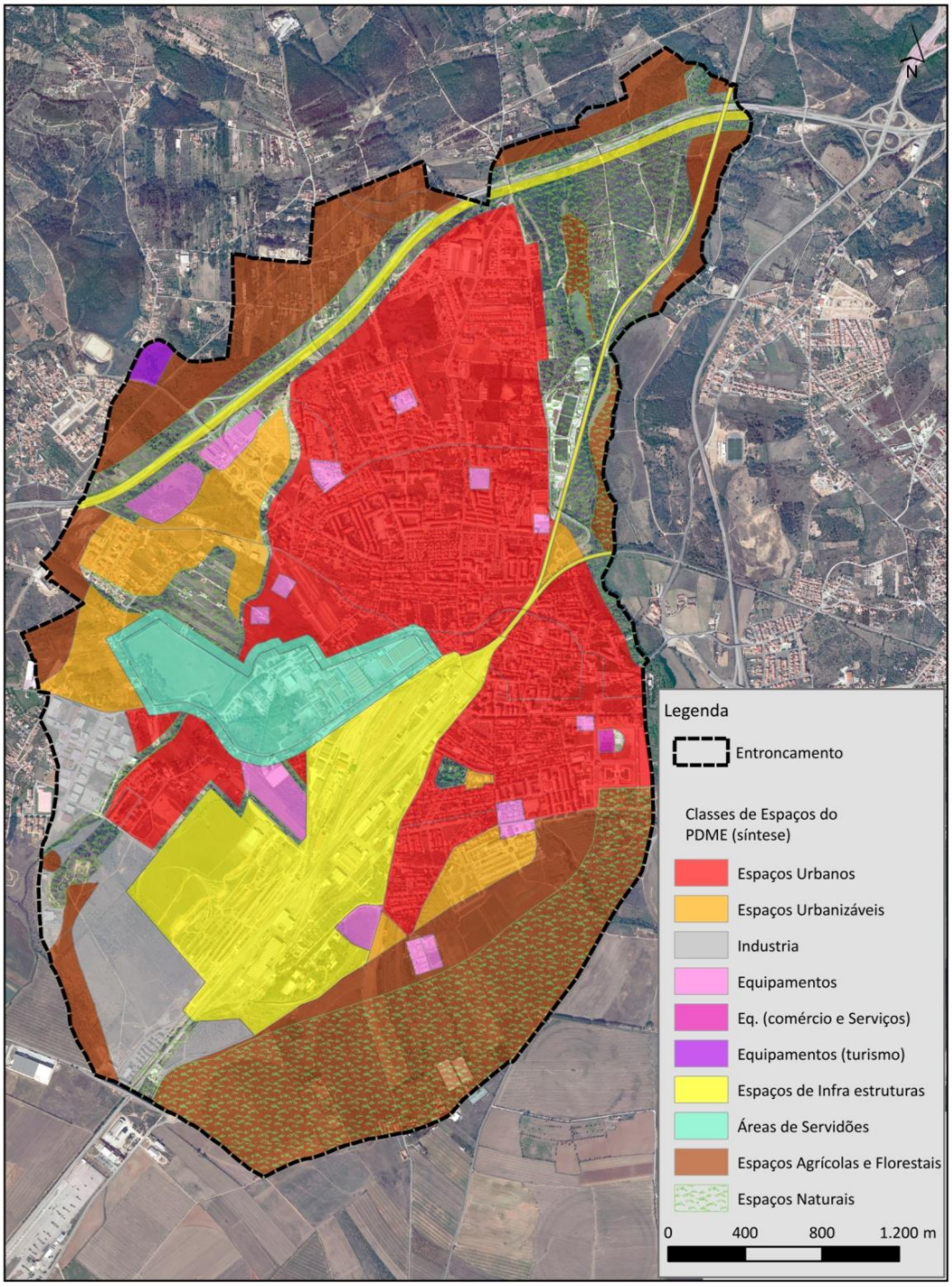


Figura 77 - Planta Síntese das Classes de Espaços | Fonte: CME (1995)

	Superfície	
Classes de Espaços	**Ha**	**% do total**
Espaços Urbanos	393,66 ha.	25.07
Espaços Urbanizáveis	83,00 ha.	5.29
Espaços Industriais	78,93 ha.	5.02
Equipamentos	35,84 ha.	2.28
Equipamentos (Comércio e Serviços)	5,63 ha.	0.36
Equipamentos (Turismo)	3,48 ha.	0.22
Infraestruturas	181,27 ha.	11.53
Servidões (instalações militares)	73,12 ha.	4.65
Espaços Agrícolas e Florestais	333,39 ha.	21.21
Espaços Naturais	383,38 ha.	24.40

Quadro 7 - Superfície por Classe de Espaços (síntese) do PDME | Fonte: Plano Diretor Municipal do Entroncamento

Dos mesmos resultam que as áreas afetas aos Espaços Urbanos, de uso dominante residencial, acrescidos dos espaços industriais, urbanizáveis, de equipamentos, infra estruturas e servidões (instalações militares) constituem parte significativa da área por classes de Ordenamento do PDME.

Sem prejuízo deste facto, os Espaços Naturais (que englobam áreas de REN e espaços verdes do Concelho), assim como os Espaços Agrícolas, equivalem igualmente a parcela do território importante, pese embora o facto de que parte destas áreas se sobrepõem, conforme se verifica na figura.

3.3. Da Execução do Plano Diretor Municipal do Entroncamento

Pelo presente capítulo pretende-se verificar de forma sistémica de que forma foi aplicado o PDME, designadamente quanto à execução das disposições por classes de Espaços do PDM e quanto à execução de ações previstas no Plano.

Antes de mais, sublinha-se que parte do território municipal encontra-se ocupado por utilizações que, por inerência, condicionam, se não afastam por completo, qualquer intervenção municipal, a saber as áreas das grandes infraestruturas rodoviárias (IP6 / A23) e ferroviárias (linha do Norte, Linha da Beira e Estação Ferroviária e instalações conexas), bem como, instalações militares, as quais ocupam cerca de 1/5 do território municipal, não sendo, por consequência objeto de qualquer análise no presente capítulo.

3.3.1. Espaços Urbanos e Urbanizáveis (de uso dominante residencial ou misto)

Para análise da execução do PDME quanto a estas classes de espaços, incide-se nos seguintes pontos:

1. Uma caracterização sumária do tipo de ocupação do solo destas duas classes de espaços e sua incidência territorial;
2. Da ocupação efetiva do solo classificado como espaços urbanos e espaços urbanizáveis, designadamente por comparação com a classificação de territórios artificializados nos termos do COS 2007, expressos no volume I do presente relatório;44
3. Do cumprimento de ações especificas determinadas para estas classes de espaços

Os Espaços Urbanos delimitados na Planta de Ordenamento do PDME, distintos por três níveis de densidades equivalentes a outras tantas categorias de espaços (alta, média e baixa densidade), incidem sobre área que à data de elaboração do PDM se encontrava genericamente ocupada e que, na atualidade se encontra ainda mais preenchida, nomeadamente na sequência de obras particulares inclusive abrangidos por processo de loteamento.

Isto sem prejuízo de que a CME, no uso dos instrumentos legais de que dispõe tem vindo a salvaguardar o controlo das densidades, o respeito e qualificação do espaço urbano e a salvaguarda de espaços para instalação de equipamentos, inclusive verdes e de lazer, como adiante se demonstra.

---

[44] Evitando-se a constante repetição de legendas nas figuras 80, 81, 83 e 84, inscreve-se de seguida a respetiva legenda:

Espaços Urbanos

Espaços Urbanizáveis

Loteamentos

Sem demérito do referido nestes parágrafos, as áreas sujeitas / integradas em Espaços Urbanos no atual PDM, constituem uma malha urbana densa, distinguindo-se diferentes tipologias de densidades e desenho urbano, resultado da época de construção e de traçado, variando por vezes inclusive em função da parcela, do tipo de ato administrativo que sustenta / ou a construção – ver 0.



Figura 78 - Tipo de estrutura urbana das áreas classificadas como espaços urbanos | Extraído do ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO)

A superfície do Concelho classificada como Espaços Urbanos encontra-se genericamente ocupada, tendo ocorrido um conjunto de atos administrativos que tenderam a consolidar a malha urbana. Distintas situações se podem constatar nas áreas urbanas / urbanizáveis mais marginais e de seguida explanadas. A norte, o espaço urbano tem-se vindo a consolidar através de loteamentos, constituindo-se uma malha urbana regular, de baixa densidade - ver figura 79, com oferta maioritária de zonas residenciais de tipologia unifamiliar, existindo ainda manchas por preencher – ver 0.



Figura 79 - Moradias da zona norte da cidade do Entroncamento | Fonte: CME

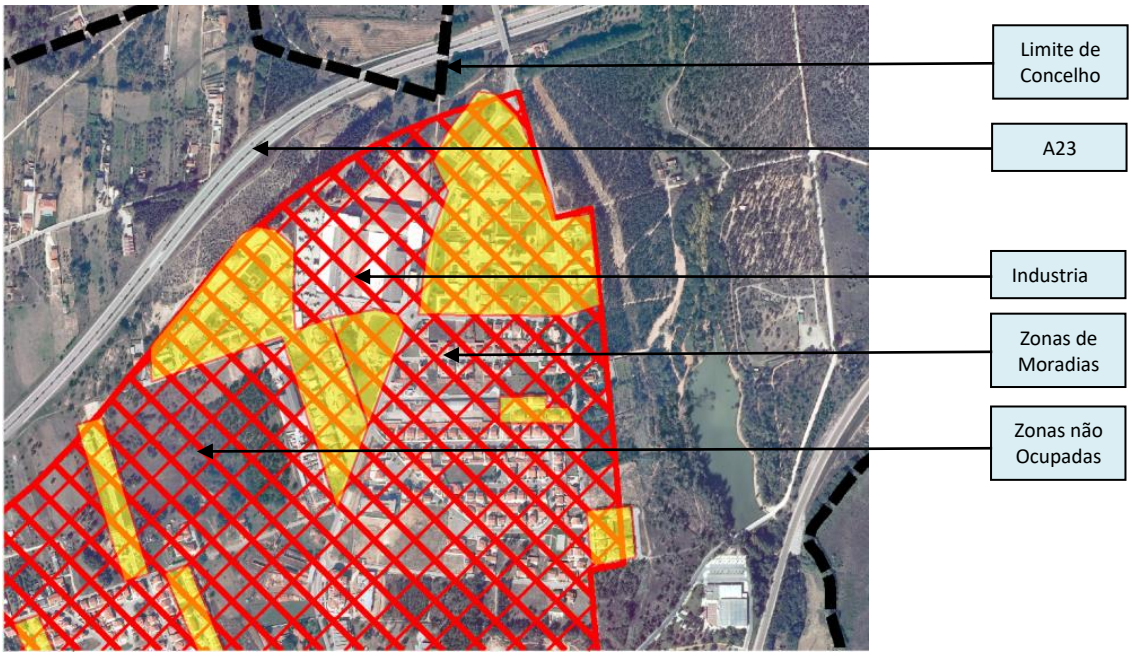


Figura 80 - Consolidação dos Espaços Urbanos do Norte do Concelho do Entroncamento | Fonte: Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO) / PDME (CME, 1995)

De referir que esta área constitui, grosso modo, a fronteira urbana com o Parque do Bonito e a única área florestal do Concelho, salientando-se ainda a existência de uma unidade industrial que não se encontra identificada como tal na Planta de Ordenamento do PDME.

Na envolvente imediata ao nó do Entroncamento da A23, encontra-se delimitada a maior área urbanizável do Concelho do Entroncamento, a qual tem vindo a ser preenchida através de processos de loteamento, pese embora o facto de que parte da mesma não se encontra de fato ocupada – ver figura 81.

Junto ao nó está-se em presença da entrada nobre com uma área ainda em construção, de edifícios plurifamiliares, mais afastado, encontram-se áreas residenciais unifamiliares.
Na área intermédia afastada das vias de comunicação, não existe ainda qualquer ocupação, assim como, não foi aprovado qualquer loteamento.

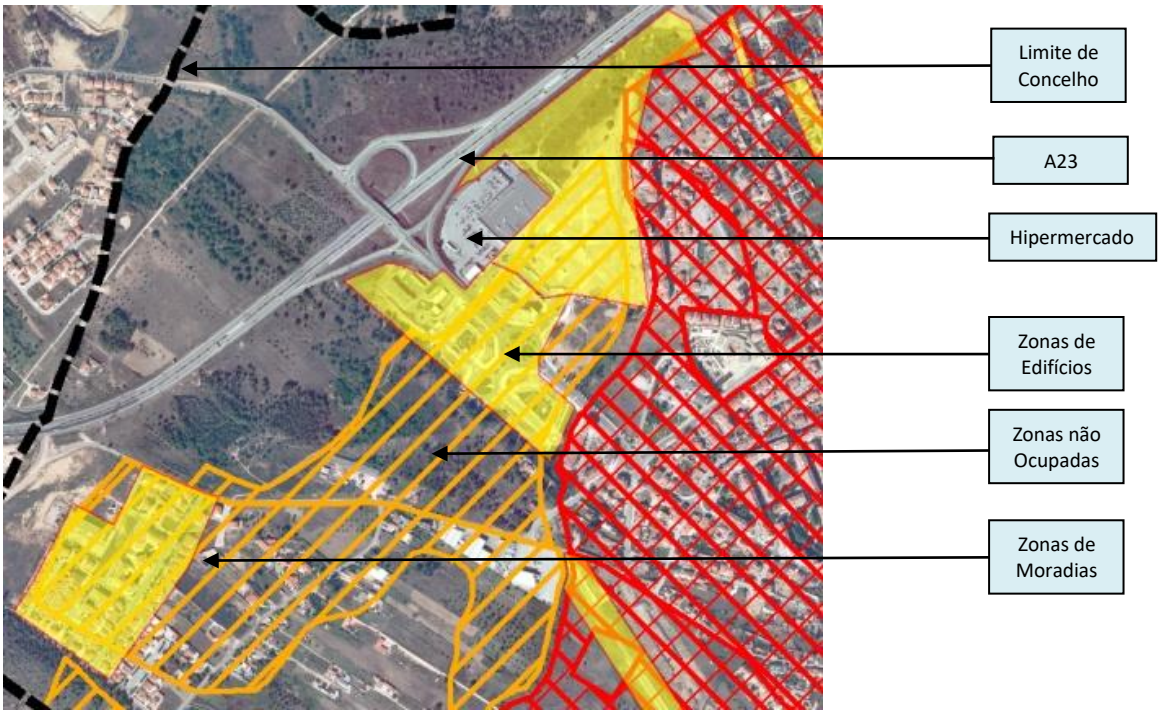


Figura 81 - Consolidação do solo urbano na envolvente do nó da A23 do Entroncamento | Fonte: Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO) / PDME (CME, 1995)

A Norte da área industrial do Entroncamento, foi igualmente delimitado um espaço urbanizavel que não se encontra ocupado – ver 0. Nesta mesma figura pode-se constatar que o espaço urbano delimitado a nascente da referida zona industrial, não se encontra igualmente preenchido, pese embora tenha sido já parcialmente objeto de processos de loteamento que se encontram ainda em preenchimento – ver 0.



Figura 82 - Área de moradias na envolvente da zona industrial do Entroncamento

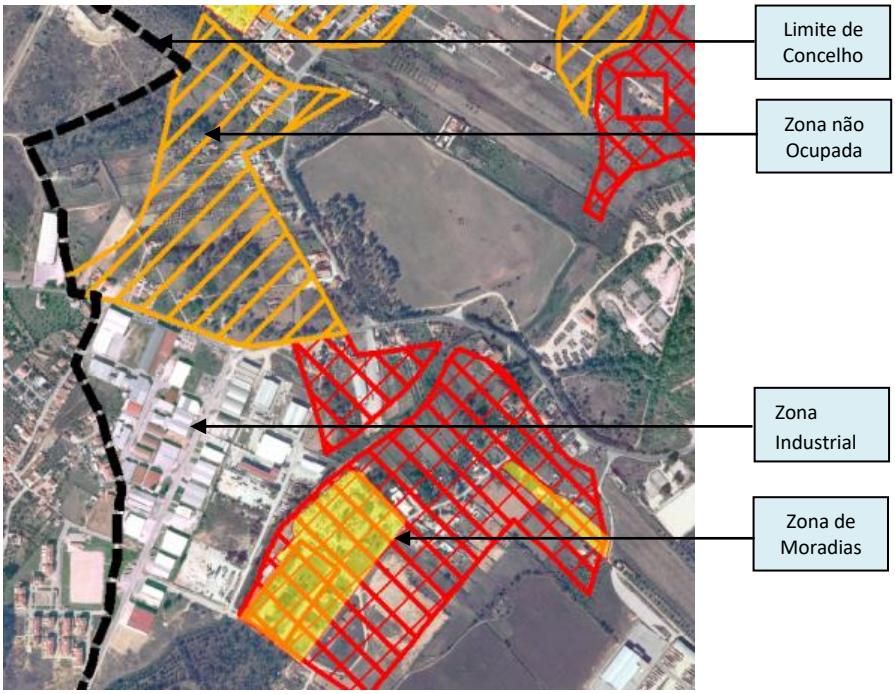


Figura 83 - Consolidação do solo urbano a norte da zona industrial do Entroncamento | Fonte: Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO) / PDME (CME, 1995)

Finalmente, a Sul da linha de c.f. verifica-se um maior preenchimento quer da zona classificada como Espaço Urbano, quer do espaço urbanizável – ver figura 84 -, pelo que se pode assumir que as condicionantes do Sul do Concelho constituem um travão ao crescimento natural da urbe neste sentido.

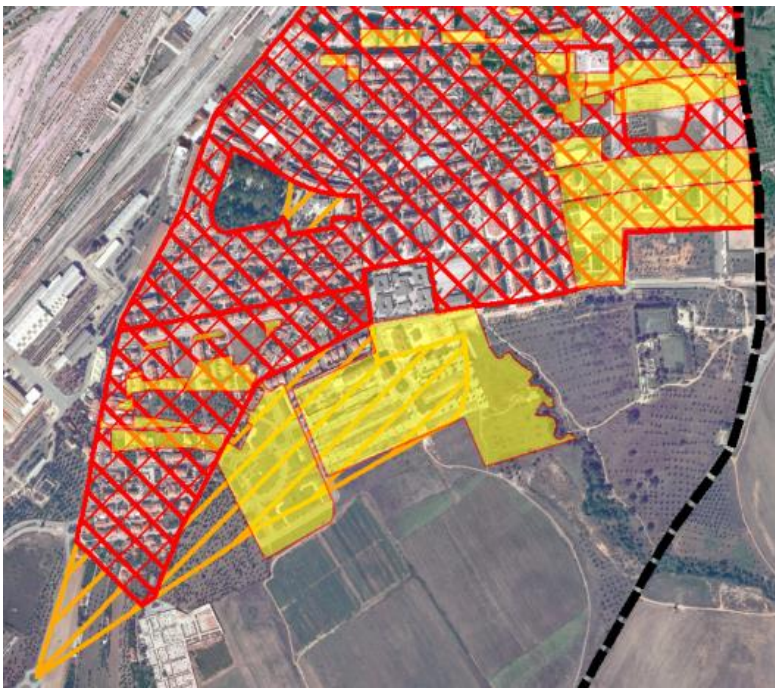


Figura 84 - Consolidação do solo urbano do Sul do Concelho | Fonte: Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO) / PDME (CME, 1995)

Duas normas sobressaem do PDM num contexto de valorização do espaço urbano. Uma, relativa à normalização das cérceas, outra, relativa à vivência dos espaços interiores aos quarteirões. A primeira tem vindo a assumir relevância já desde datas anteriores à publicação do PDM, verificando-se esta harmonização de cércea até em áreas urbanas centrais das décadas de 80 – ver 0. A segunda é facilmente percetível a partir da morfologia urbana das partes novas do território – ver 0.



Figura 85 - Harmonização de cérceas no centro urbano do Entroncamento



Figura 86 - Tipo de estrutura urbana nas novas áreas da cidade do Entroncamento | Extraído do ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO)

Atentos à figura, verifica-se que os quarteirões formados nas novas áreas urbanas de edifícios plurifamiliares, são tendencialmente abertos para a rua, associando-se áreas de vivência de espaço

público – pequenos equipamentos, áreas de lazer, entre outras -, conferindo à cidade áreas abertas em vez de faixas contínuas de edifícios, que por si poderão constituir uma barreira visual.

Em áreas de loteamentos mais recentes, igualmente identificados na figura mencionada, associam-se áreas internas de mais generosa dimensão, executadas desde início da ocupação dos espaços.

3.3.2. Áreas Industriais

Para análise da execução do PDME quanto a esta classe de espaço, incide-se nos seguintes pontos:

1. Uma caracterização sumária do tipo de ocupação do solo nesta classe, de espaços e sua incidência territorial;
2. Da ocupação efetiva do solo classificado como área industrial designadamente por comparação com a classificação de territórios artificializados nos termos do COS 2007, expressos no volume I do presente relatório;
3. Do cumprimento de Ações especificas determinadas para esta classe de espaço.



Figura 87 - Localização das áreas com classificação de Espaços Industriais no PDME | Fonte: Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO) / PDME (CME, 1995)

A primeira fase da área industrial do Entroncamento encontra-se praticamente preenchida – ver 0 -, encontrando-se agora em preenchimento a segunda fase da referida zona; estas novas ocupações encontram-se direcionadas para atividades relacionadas com a logística de transporte ferroviário – ver figura 88.



Figura 88 - Atividade (terminal logístico) situado na nova fase da zona industrial do Entroncamento, junto à linha do Norte

Sem prejuízo desta dinâmica, parte muito significativa da zona industrial do Entroncamento como tal classificada no PDME, não se encontra ainda ocupada. Salienta-se que não foi cumprida a prescrição do PDME nos termos da qual, deveria ser efetuada uma ETAR dedicada à zona industrial.

3.3.3. Equipamentos

De acordo com o PDME encontram-se identificadas em sede da respetiva Planta de Ordenamento, um conjunto de áreas destinadas a equipamentos - ver 0. 45 Da análise da mesma, constata-se que a generalidade dos espaços reservados para equipamentos no interior da malha urbana do Entroncamento, foram ocupados por equipamentos, de que é exemplo a ampliação do cemitério ou a localização do novo pavilhão municipal.

[45] Não são avaliadas / identificadas as situações em que o grafismo de equipamento é sobreposto a espaço urbano, não constituindo classe de espaços individualizada.

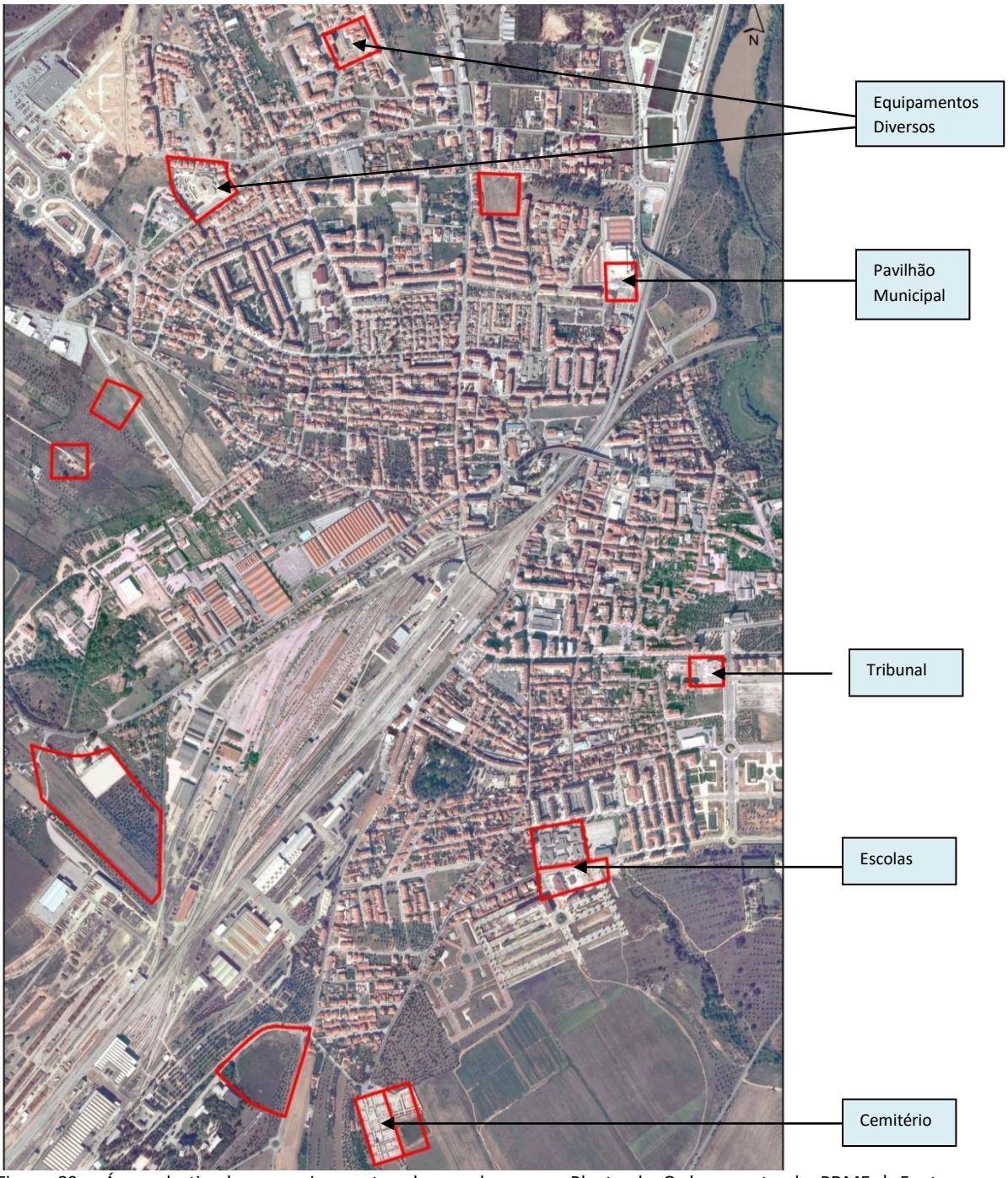


Figura 89 - Áreas destinadas a equipamentos de acordo com a Planta de Ordenamento do PDME | Fonte: Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO) / PDME (CME, 1995)

Pelo contrário, as áreas peri urbanas para onde foram propostas instalações de equipamentos, não foram executadas.



Figura 90 - Pavilhão Desportivo Municipal do Entroncamento

Está-se portanto em presença da racionalização do investimento municipal, que aproximou os equipamentos da população, em detrimento da oferta em áreas mais afastadas. 46

3.3.4. Turismo

Prevê-se no âmbito da Planta de Ordenamento do PDME uma única área sob categoria de espaços de equipamento turístico, exterior ao perímetro urbano definido em sede de PDM, pese embora inscrito em espaços urbanizáveis de acordo com o Regulamento do Plano, identificada na 0. Até à data, esta proposta do PDME, cuja concretização estava sujeita à prévia aprovação de Plano de Pormenor, não foi executada, assim como, o referido Plano não foi ainda encetado, estando para mais esta norma do PDME suspensa por força da publicação das incompatibilidades com o PROT-OVT.



Figura 91 - Área para turismo de acordo com a planta de ordenamento do PDME | Fonte: Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO) / PDME (CME, 1995)

[46] Para melhor conhecimento da oferta de equipamentos na cidade e no Concelho do Entroncamento, sugere-se a consulta ao Relatório 7 – Desenvolvimento Urbano, ao capítulo relativo à oferta de equipamentos coletivos

De referir contudo que a intenção mantém-se para aquele local, coincidente com o ponto mais alto do município, sobranceiro à principal via de acesso viário do mesmo, a A23, não tendo sido contudo possível de executar em data anterior à suspensão do PDME.

3.3.5. Comércio e Serviços

Sendo o Concelho do Entroncamento um território predominantemente urbano, é comum a instalação de comércios e serviços nos pisos térreos nas principais artérias da cidade. Na planta de ordenamento verifica-se a sobreposição da sigla CS, indicativa de Estabelecimento Comercial ou Serviço (eventualmente de dimensão tal que tenha condicionado a sua inclusão da Planta) às mais diversas classes e categorias de espaços.

Contudo, foram apenas três os locais delimitados como equipamento de comércio e de serviços, verificando-se que um destes, por sinal aquele que ocupa maior área, já se encontra executado com o único hipermercado do Concelho, um outro ainda não foi executado sendo que em área próxima se instalou um supermercado de insígnia com dimensão relevante e na terceira área, a W da entrada do Entroncamento na A23 – ver 0.

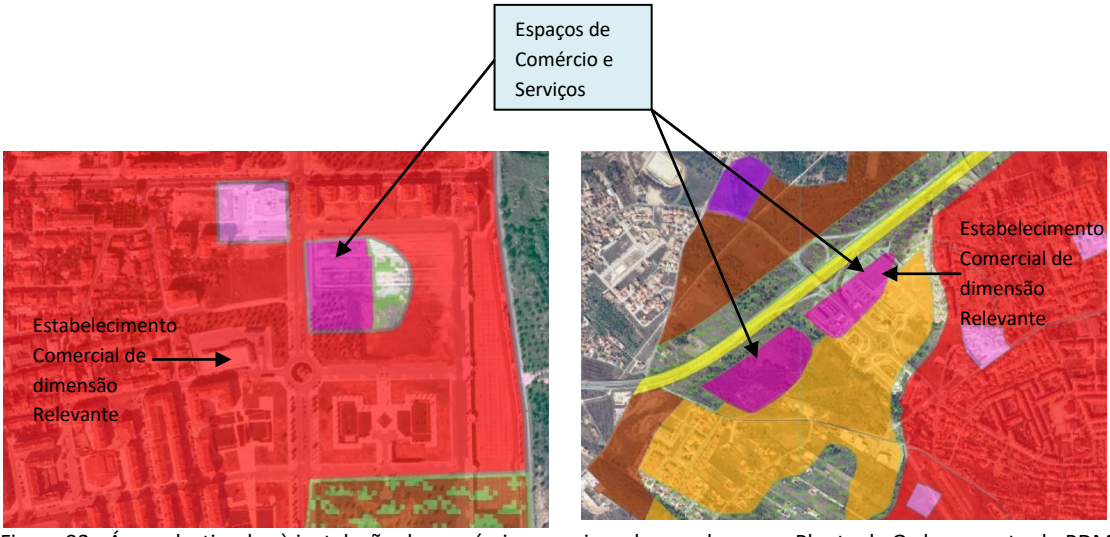


Figura 92 - Áreas destinadas à instalação de comércio e serviços de acordo com a Planta de Ordenamento do PDME | Fonte: Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO) / PDME (CME, 1995)

3.3.6. Espaços Verdes Urbanos

Conforme já referido, as disposições relativas aos espaços verdes urbanos, refletiram-se, antes de mais na proteção de solo em relação ao crescimento urbano. Cumulativamente, e por força do regulamento preveem-se a execução de dois parques urbanos, um a Norte da cidade do Entroncamento, outro a Sul. O desenvolvimento do parque a norte já executado, engloba uma importante componente de equipamento de desporto – ver 0.




Figura 93 - Equipamentos de desporto no Parque do Bonito | Fonte: Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento (CIMT / IGEO) / PDME (CME)

O Parque do Bonito é a maior área verde do Concelho do Entroncamento e para além do espaço verde possui uma albufeira tornando-o um dos maiores e mais singulares parques urbanos da região.

O Parque Verde, integra uma estrutura de arruamentos e de zonas de estacionamento, sendo as valências principais contempladas, as seguintes: rede articulada de percursos; enquadramento paisagístico; definição de zonas de estar ao longo dos percursos; recuperação e integração da Fonte do Bonito; instalações sanitárias; pesqueiros nas margens da albufeira; zona de merendas; estruturas para apoio e nidificação de aves; mobiliário urbano; sinalética; estacionamentos e reflorestação.

Relativamente ao parque a Sul, o mesmo foi inscrito no Plano de Pormenor do Formigão, não se encontrando ainda em execução.47

3.3.7. Espaços Culturais

O PDME em vigor determinou a *classificação* de alguns elementos do património material arquitetónico do Concelho. Contudo, não foi encetado pela CME qualquer processo de classificação desse mesmo património nos termos da legislação aplicável.

Mais, também não se conhecem iniciativas municipais relativas à classificação e inventariação de património arquitetónico.

47 Para consulta da Planta de Síntese do Plano de Pormenor do Formigão, sugere-se a consulta ao Relatório 2 –Enquadramento do Concelho do Entroncamento nos Instrumentos de Gestão Territorial.

3.3.8. Outras Disposições Regulamentares Relevantes

Acerca de regularização da ribeira de Sta. Catarina

Por força do regulamento, encontra-se disciplinado que o troço coberto da ribeira de Sta. Catarina deverá ser objeto de estudos particulares48. Contudo, não se encontra definido em sede de PDM que objetivos devem nortear esses mesmos estudos.

No decurso desta norma, e reconhecendo-se a existência de riscos de inundação urbana, foi desenvolvido pela CM do Entroncamento, estudo dedicado a esta matéria. Este estudo encontra-se detalhado no capítulo das zonas inundáveis do relatório das áreas críticas à ocupação, relevando-se contudo que ainda não se encontram executadas a totalidade das obras ai preconizadas.

Acerca da construção do interface junto à estação do Entroncamento

Encontra-se prevista pelo PDME a instalação de um interface entre os modos de transportes públicos e privados junto à estação de caminho de ferro, o qual, contudo, não foi concretizado até a data.

[48] Cf. art. 28.º relativo às disposições gerais dos Espaços Urbanos.

4. Dinâmica de Licenciamento

4.1. Nota Introdutória

Conforme referido na nota introdutória e na nota metodológica, pretende-se com o presente capítulo deste relatório apresentar informações essenciais de caráter quantitativo para a análise da execução do PDM e para a dinâmica de ocupação urbana do território, através da caracterização das dinâmicas de emissão de alvarás de loteamento e de licenças de construção.

Porque a CM não dispõe de base de dados georreferenciada dos atos de licenciamento de obras particulares, apenas podem ser apresentadas graficamente na Carta de Compromissos Urbanísticos, as áreas que se encontram tituladas por alvará de loteamento, as quais foram objeto de georreferenciação prévia ao presente trabalho de análise. Os dados utilizados correspondem ao levantamento dos alvarás de loteamentos e às licenças de obras particulares emitidas no Concelho do Entroncamento, entre o ano posterior à publicação do Plano Diretor (1996) e o ano de 2014.

Conforme descrito na metodologia, a distribuição geográfica, a respetiva superfície afeta e um quadro síntese dos loteamentos encontra-se produzida em peça gráfica dedicada a esta temática, remetendo-se para a leitura da mesma.49 Relativamente às informações prévias, as mesmas devem ser introduzidas no corpo do presente documento, e por forma a dar comprimento ao disposto na legislação específica, e anteriormente à publicitação na discussão pública (caso existam à data).

[49] Peça gráfica n.º 5 – Planta de Compromissos Urbanísticos

4.2. Dinâmica de Emissão de Alvarás de Loteamentos Urbanos

Conforme referido na nota introdutória e na nota metodológica, pretende-se com o presente volume deste relatório apresentar informações essenciais de caráter quantitativo para a análise da execução do PDM e para a dinâmica de ocupação do território com espaços artificializados / edificados, através da caracterização das dinâmicas de emissão de alvarás de loteamento.

Entende-se por operações de loteamento as ações que tenham por objeto ou por efeito a constituição de um ou mais lotes destinados imediata ou subsequentemente à edificação urbana, e que resulte da divisão de um ou vários prédios, ou do seu emparcelamento ou reparcelamento.

A presente análise sustenta-se no levantamento dos Alvarás emitidos pela CME, base de dados que considera os alvarás de loteamentos eficazes desde 1996 e respetivas características, tais como, n.º de lotes, n.º de fogos ou área de construção. Assim, de acordo com a referida base, encontram-se em eficácia um universo de 44 loteamentos, pese embora a distinta distribuição anual - ver figura 94.

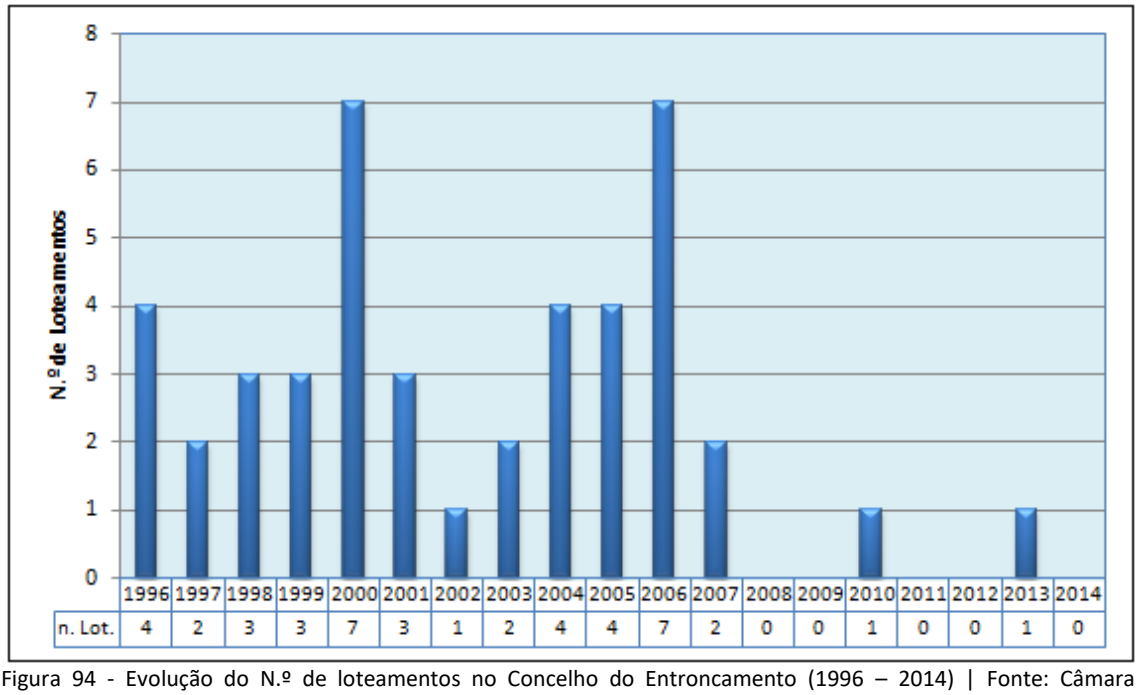
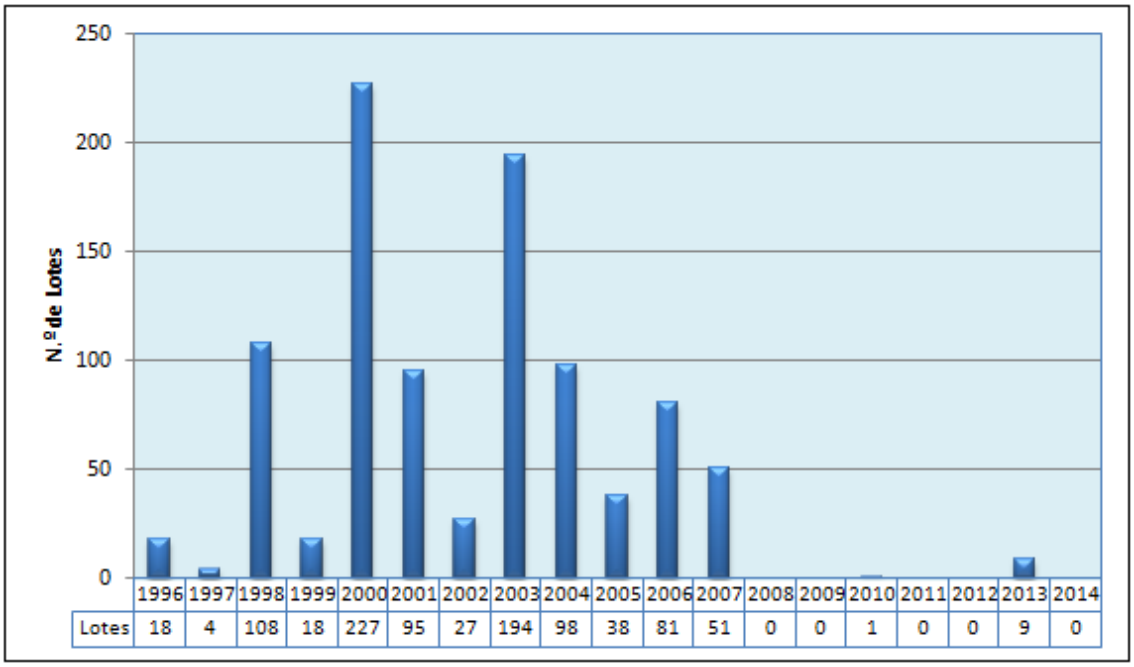


Figura 94 - Evolução do N.º de loteamentos no Concelho do Entroncamento (1996 – 2014) | Fonte: Câmara Municipal do Entroncamento

Da análise da Figura 94 verifica-se a existência de dois picos na emissão de alvarás de loteamentos, correspondentes aos anos de 2000 e 2006, com sete alvarás emitidos em cada ano. Em campos opostos, não se registou qualquer alvará emitido em 2008, 2009, 2011, 2012 e 2014, o que denota uma clara diminuição da dinâmica de emissão de alvarás de loteamentos nos anos mais recentes.



	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Lotes	18	4	108	18	227	95	27	194	98	38	81	51	0	0	1	0	0	9	0

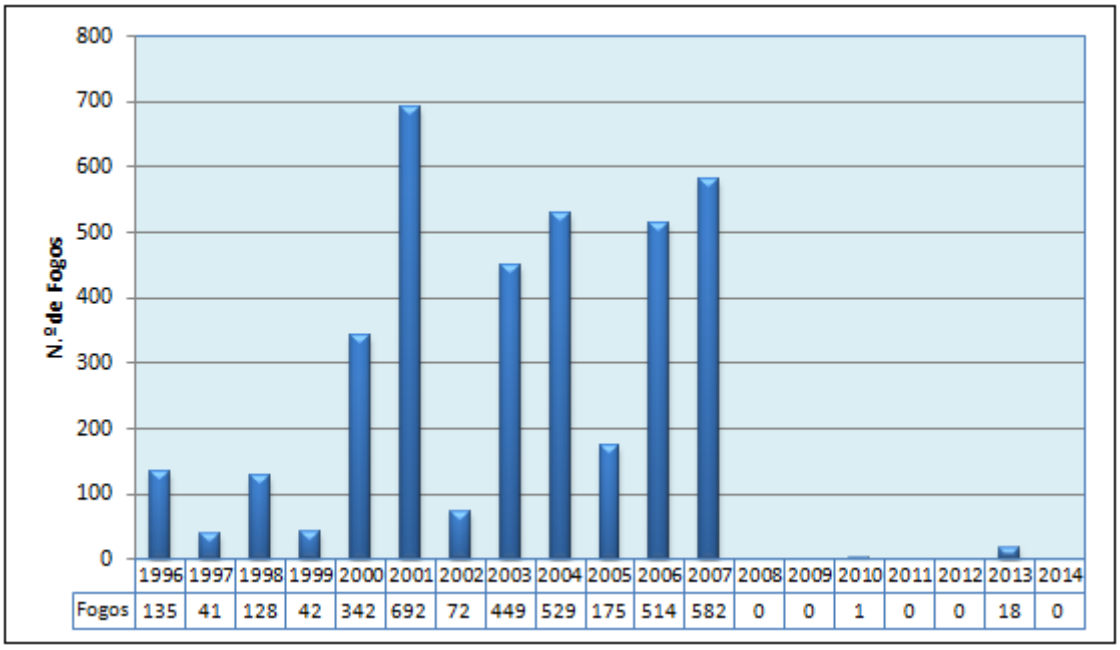
Figura 95 - Evolução do N.º de lotes previstos em loteamentos no Concelho do Entroncamento (1996 – 2014) | Fonte: Câmara Municipal do Entroncamento

A distribuição do n.º de lotes aprovados e previstos em loteamento eficaz apresenta, naturalmente, forte relação com o n.º de loteamentos eficazes, nomeada e obviamente, nos anos em que não se registaram loteamentos também não se registam lotes previstos – ver figura 95.

O ano de 2000, que registou um dos dois picos de alvarás, averba igualmente o maior número de lotes previstos (227 lotes), não havendo contudo idêntica relação em 2006; de facto, o segundo máximo de lotes previstos corresponde ao ano de 2003 (194 lotes) em apenas dois loteamentos. A partir de 2008, registam-se apenas a previsão de dez lotes.

Também o número de fogos regista diferenças inter anuais, correspondendo a 2001 o maior número de fogos previstos em loteamentos (692 fogos). A partir de 2008, registam-se apenas a previsão de 19 fogos – ver figura 96.

A Figura 96 representa a evolução do número de fogos previstos me loteamento, de acordo com os dados disponíveis na CME e na Figura 98 os fogos executados, os que se encontram em fase de licenciamento e aqueles que não se foram executados nem se encontram em fase de licenciamento. Da leitura conjunta das duas figuras conclui-se que no concelho do Entroncamento encontram-se previstos em loteamento cerca de 2.950 fogos que, até aos momento, não se encontravam ainda executados, nem em fase de licenciamento, e existiam, ainda 792 fogos executados.



	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Fogos	135	41	128	42	342	692	72	449	529	175	514	582	0	0	1	0	0	18	0

Figura 96 - Evolução dos fogos previstos em loteamentos no Concelho do Entroncamento (1996 – 2014) | Fonte: Câmara Municipal do Entroncamento

Uma última análise relativa à evolução da área bruta de construção prevista em loteamentos, em que mais uma vez se verifica uma distribuição anual irregular, com um pico igualmente no ano de 2001, correspondente igualmente ao ano em que foram previstos maior número de fogos – ver figura 97.

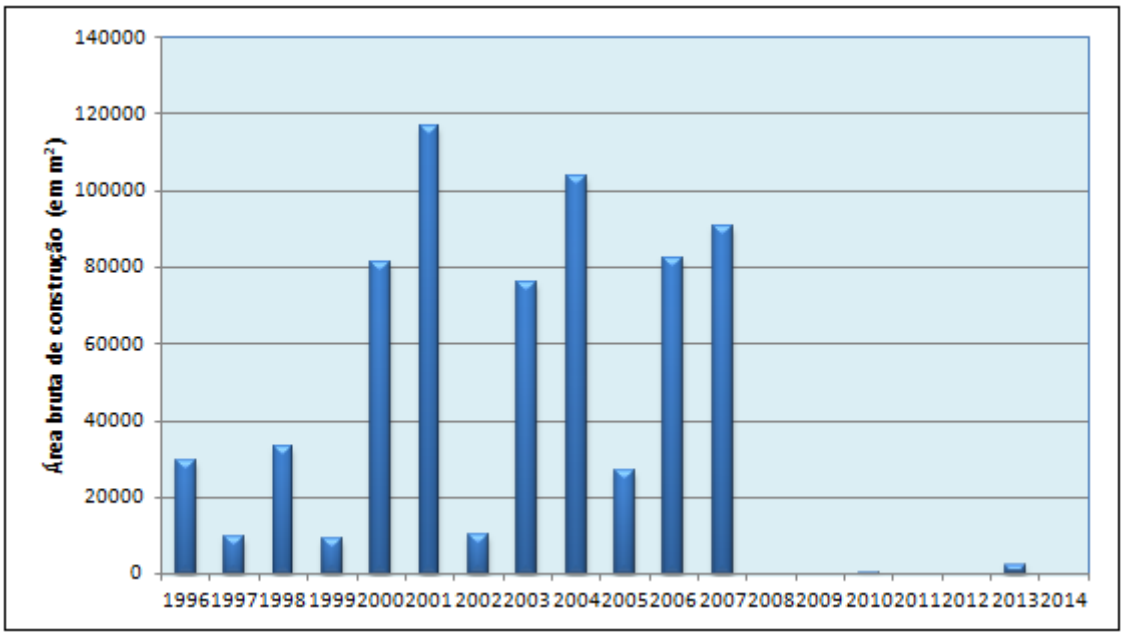


Figura 97 - Área Bruta de Construção prevista em loteamentos, em m2, no Concelho do Entroncamento (1996 – 2014) | Fonte: Câmara Municipal do Entroncamento

Da análise dos dados conclui-se pela irregularidade das varáveis estudadas, com diversos picos, e também pela clara tendência de redução na emissão de alvarás nos anos mais recentes – ver figura 98.

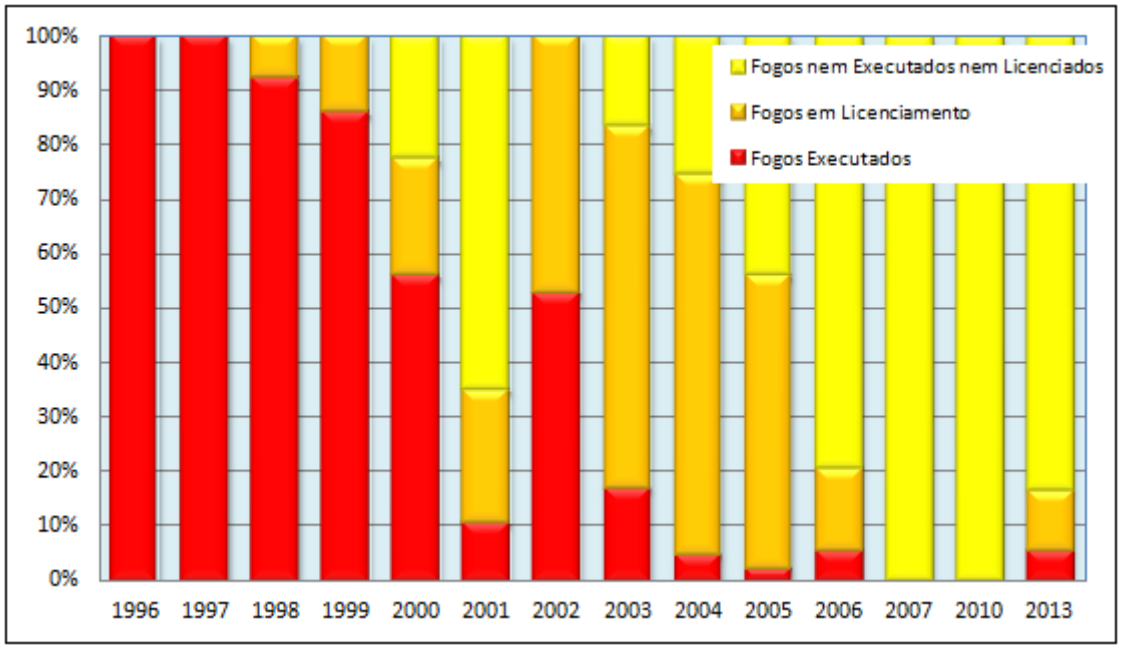


Figura 98 - Peso relativo de fogos previstos, executados e em licenciamento nos loteamentos no Concelho do Entroncamento (1996 – 2014)50 | Fonte: Câmara Municipal do Entroncamento

Da análise dos dados relativos à execução dos loteamentos, constata-se que nos loteamentos mais antigos existe uma maior concentração de fogos executados, sendo esta última variável menos relevante nos loteamentos mais recentes. Salienta-se, contudo, que se encontra um peso relativo significativo de fogos em processo de licenciamento, em particular previstos em loteamentos com alvarás emitidos entre 2001 e 2005.

A generalidade dos loteamentos encontram-se afetos a uso habitacional exclusivo ou a uso misto habitacional/ serviços / comércio, uso ao qual é afeto 73% da superfície total prevista em loteamentos, denotando nesta situação o claro contexto de urbanidade da cidade do Entroncamento. A distribuição de área para uso exclusivo comercial ou industrial é pontual – ver figura 99.

A distribuição geográfica permite-nos constatar que existe uma concentração dos loteamentos de uso exclusivo habitacional a norte da Cidade, designadamente na envolvente próxima ao Parque do Bonito. Os loteamentos mistos, de uso residencial plurifamiliar e comércio / serviços no rés do chão dos edifícios, localizam-se predominantemente junto ao acesso à A23, por tal no lado Norte da cidade e nas franjas urbanas contíguas ao centro da cidade, por tal, a Sul da mesma – ver figura 100.

[50] O gráfico representa apenas os anos em que existem loteamentos aprovados.

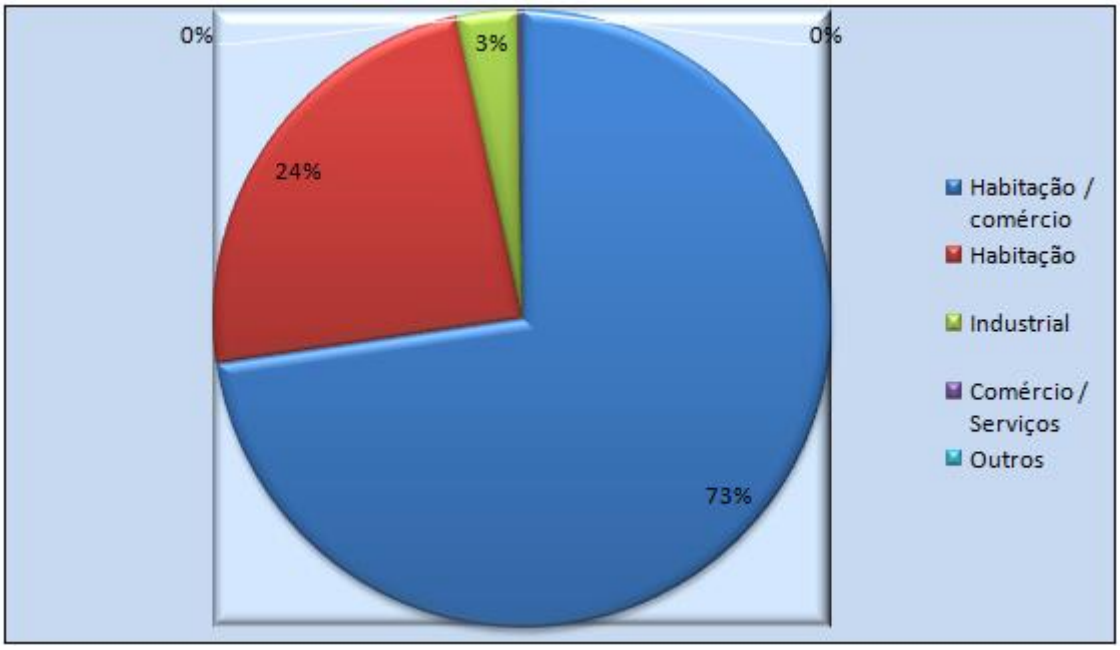


Figura 99 - Distribuição da superfície prevista em Loteamentos por uso (1996 – 2014) | Fonte: Câmara Municipal do Entroncamento

Por fim, uma breve análise relativa à distribuição geográfica dos loteamentos – ver figura 101 e peça gráfica 5. Verifica-se uma associação positiva entre a dimensão dos loteamentos e a sua localização periférica ao núcleo urbano mas sobre acessibilidades de excelência, assim como, constata-se a sua localização periférica mas contígua às áreas centrais da cidade do Entroncamento.

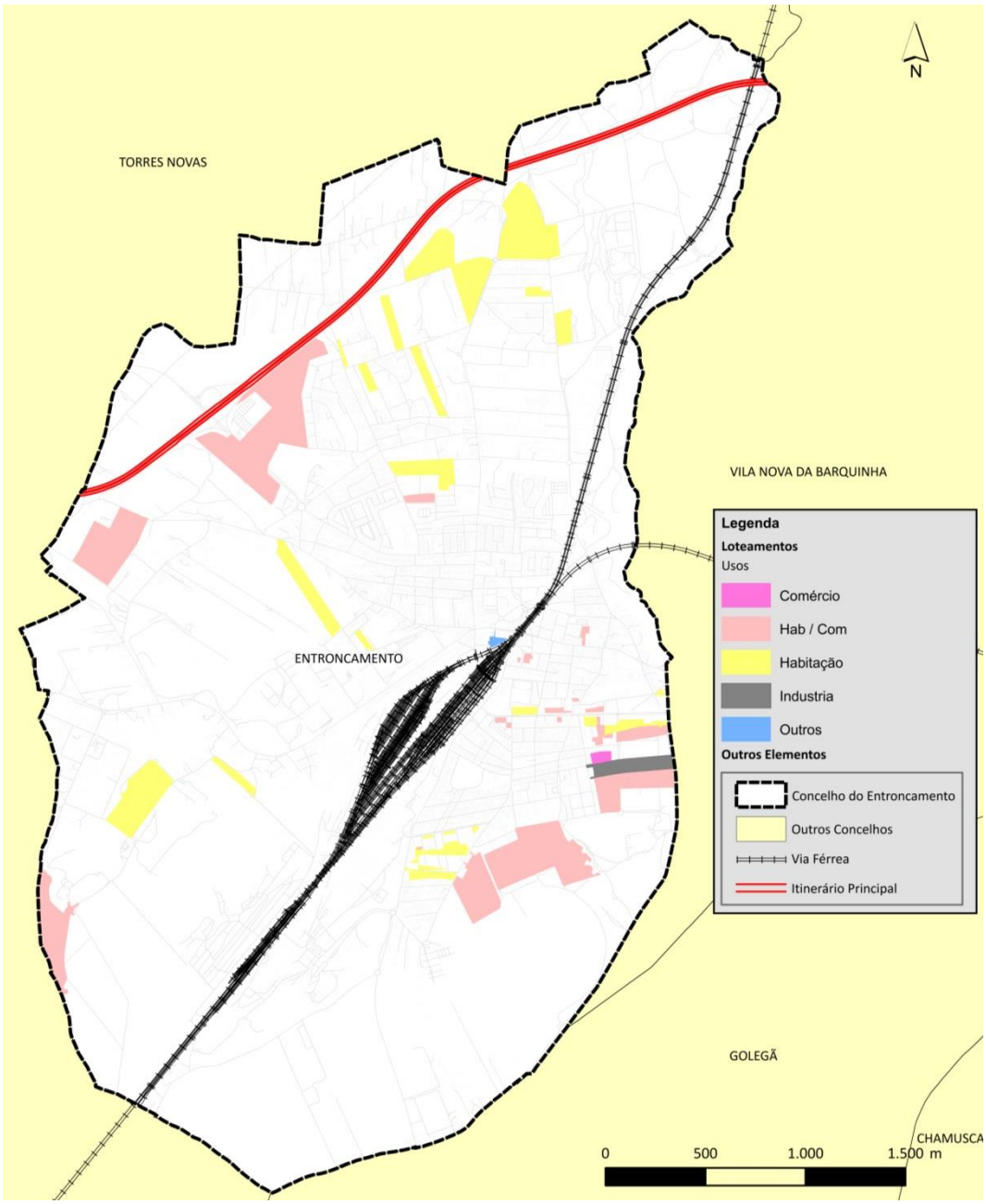


Figura 100 - Distribuição geográfica dos loteamentos no Concelho do Entroncamento, por uso (1996 – 2014) | Fonte: Câmara Municipal do Entroncamento

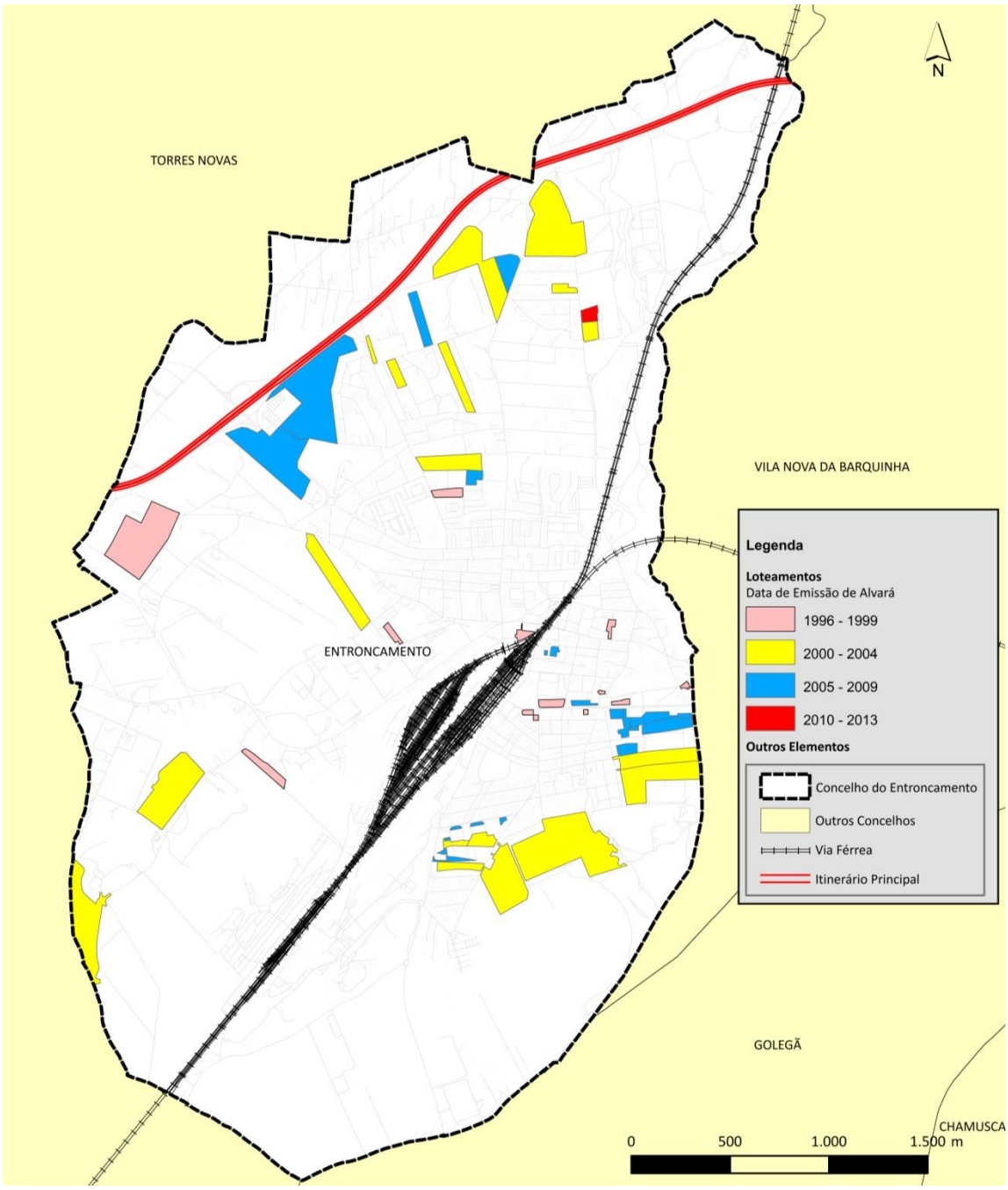


Figura 101 - Distribuição geográfica dos loteamentos no Concelho do Entroncamento, por data de emissão de alvará (1996 – 2014) | Fonte: Câmara Municipal do Entroncamento

4.3. Dinâmica de Emissão de Licenças de Obras Particulares

Conforme referido na nota introdutória e na nota metodológica, pretende-se com o presente capítulo deste relatório apresentar informações essenciais de caráter quantitativo para a análise da execução do PDM e para a dinâmica de ocupação do território com espaços artificializados / edificados, no respeito do definido na alínea c) do n.º 3 do artigo 97º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio. Neste contexto, versa ora este capítulo sobre a dinâmica de licenças de obras particulares,[51] abordando-se as seguintes variáveis para o período de tempo reunido pela CM (1997 a 2014)[52]:

- Evolução do número total de licenças para novas construções ou ampliações às construções existentes, distinguindo-se igualmente entre novas edificações ou alterações às existentes[53];
- Peso relativo e absoluto da superfície prevista em licenças por uso.

Em anexo ao presente documento inscreve-se listagem com as licenças para ampliações e obras novas emitidas pela câmara no período de 1997 a 2014, para o qual se remete.[54]

A análise dos dados reunidos permite-nos verificar que, à semelhança da variável "número de alvará de loteamentos", a evolução do número de licenças atinge um pico no final dos anos 90 e inicio dos anos 2000, correspondendo ao ano de 2002 o número máximo de licenças de obras particulares emitidas – um total de 142 – ver figura 102.

De então até à data de 2014, assiste-se a uma redução do número de licenças emitidas anualmente, com uma quebra que ronda os 50%. Esta redução é ainda mais incisiva em relação ao ano de 2011, no qual foram emitidas menos de 30 licenças, volume que sensivelmente se mantém nos anos sequentes, sendo que no ano de 2014 foram emitidas apenas 14 licenças pela Câmara Municipal do Entroncamento.[55] Está-se por tal em presença de uma evolução desta variável que segue, naturalmente, de perto a tendência que se regista no setor da construção civil a nível nacional.

[51] São analisadas as licenças que produzam uma nova projeção de construção sobre o solo. Logo alterações internas ou licenças para alterações de usos, entre outras, não foram incluídas.
[52] São incluídas nesta listagem as comunicações prévias dos anos de 2010 a 2014.
[53] A construção de anexos a construções existentes, não obstante resultarem de facto numa nova edificação, pela natureza dos mesmos foi contabilizada nas alterações / ampliações a edifícios existentes.
[54] Ver anexo – Listagem de licenças de obras particulares.
[55] O ano de 2008 registou também um invulgar número baixo de licenças emitidas, correspondendo a 30 licenças. O ano de 1997 corresponde a um total de 13 licenças, sendo este número influenciado certamente pelas questões de arquivo / base de dados que dificultaram o acesso aos dados relativos aos dois primeiros anos de vigência do PDM do Entroncamento (1995 e 1996).

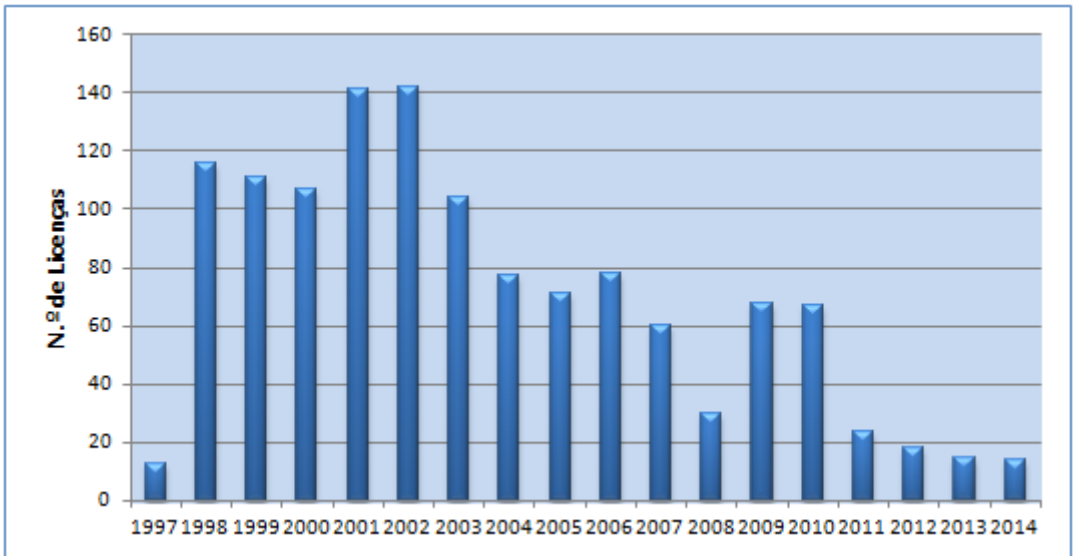


Figura 102 - Evolução do número de licenças emitidas no Concelho do Entroncamento (1997 – 2014) | Fonte: Câmara Municipal do Entroncamento

Uma análise mais fina desta tendência, permite ainda verificar uma sensível alteração na constituição do volume de licenças emitidas. Assiste-se, de facto, a uma redução tendencial na importância relativa do número de licenças para novos edifícios em comparação com a importância relativa do número de licenças afetas a alterações ou ampliações de construções existentes – ver figura 103.

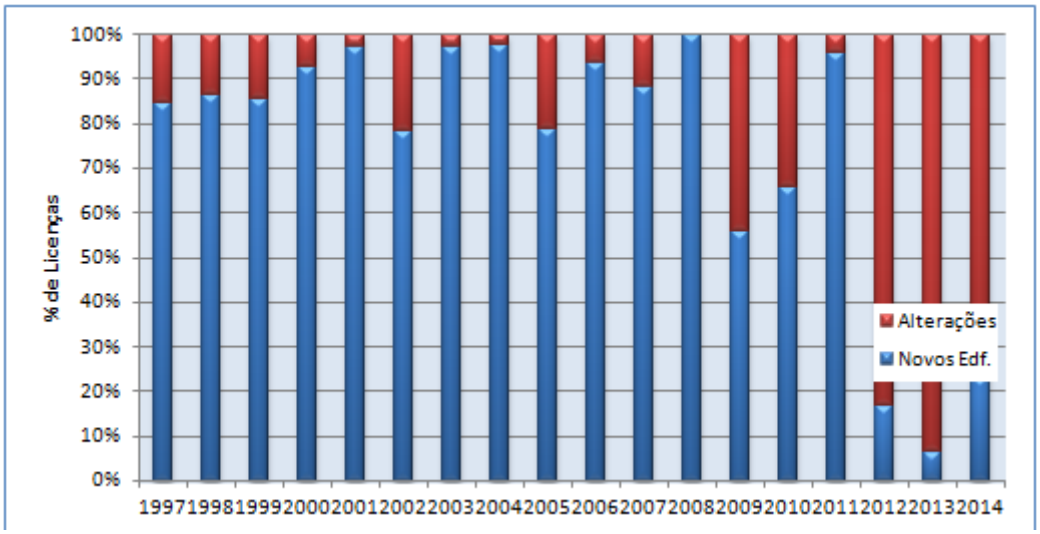


Figura 103 - Evolução do número de licenças para alterações e novas construções no Concelho do Entroncamento (1997 – 2014) | Fonte: Câmara Municipal do Entroncamento

Esta tendência é particularmente sentida nos dois últimos anos, em que o n.º de licenças para novas edificações é de apenas sete (7), pelo que, o grosso do licenciamento, para mais em volume reduzido, foi direcionado para alterações, ampliações e/ou anexos.

Do volume de 1261 licenças emitidas pela Câmara Municipal ao longo do período em análise, a grande maioria, num total de 1008, destinam-se a edifícios afetos predominantemente ao uso habitacional. Deste valor, 290 correspondem a novos edifícios / alterações de habitação plurifamiliar. Pelo que facilmente se conclui que parte significativa do quantitativo de licenças coincide com alterações ou novas edificações de moradias.

Sublinha-se ainda algum relevo assumido pelo volume de licenças emitidas para anexos e garagens (um total de 167). De referir ainda que do volume de licenças relativas a edifícios, 91 correspondem a edifícios cuja licença permite e prevê a instalação de comércio e serviços.

Os restantes usos no contexto do licenciamento, designadamente o industrial e o exclusivamente comercial, acaba por ter uma relevância despicienda.

De referir por último que o volume total de superfície construída resultante das licenças emitida cifra-se em quase um milhão de m2, dos quais mais de 60% correspondem a edifícios de uso exclusivo habitacional.

5. Conclusões

Constitui o Concelho do Entroncamento um município com uma ocupação de solo predominantemente urbana, em que os outros tipos de solos são na generalidade marginais, e, sobretudo expetantes. Sublinhando-se contudo que a existência de condicionantes legais, principalmente no terço Sul do Concelho com vista à proteção dos solos com efetiva capacidade de uso agrícola, tem permitido a manutenção da condição atual dos mesmos, com utilização agrícola.

Parte significativa do solo urbano encontra-se ocupada pelas infraestruturas ferroviárias, situação muito particular deste Concelho, salientando-se para mais que estas instalações encontram-se na génese do desenvolvimento urbano da Cidade.

Condição igualmente particular da cidade é a inexistência de um centro histórico, mesmo que de reduzida dimensão, facto que denota claramente a génese recente desta cidade e Concelho, particularmente no contexto nacional (salvo situações de suburbanidade nas Áreas Metropolitanas).
Relativamente à execução do PDME, sublinha-se antes de mais a desarticulação dos elementos fundamentais que o compõem, situação que terá dificultado a gestão quotidiana, facto que se traduziu igualmente nas alterações efetuadas sobre as peças iniciais.

A determinação de classes de espaços do PDM, esmiuçadas no presente relatório, traduzem a ocupação do solo à data, idêntica à atual, pelo que, trata-se de uma disciplina de solo predominantemente urbanos, tendo-se constatado o preenchimento dos espaços intersticiais, quer dos espaços urbanos, quer de parte significativa dos espaços industriais. Pelo contrário, parte do espaço industrial encontra-se ainda desocupado, pese embora ter-se iniciado nos últimos anos a ocupação da 2ª fase da zona industrial do Entroncamento, assim como, encontra-se já apresentado por empresa privada a intenção, consubstanciada em conceito de ocupação, de parte significativa daquela área.

Uma última nota para o esforço de qualificação do espaço público, quer pelas iniciativas da autarquia, que decorrem inclusive das disposições do Plano, quer pelas iniciativas dos privados, nomeadamente através dos processos de loteamento, refletindo-se na atual ocupação do espaço.

Siglas e Acrónimos

Siglas / Acrónimos	**Locução**
A23	Autoestrada n.º 23
AEA	Agência Europeia do Ambiente
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CE	Comissão Europeia
CIMT	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
CLC	*Corinne Land Cover*
CME	Câmara Municipal do Entroncamento
COS	Carta de Ocupação do Solo
D.L.	Decreto-Lei
D.R.	Diário da República
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETRS89	European Terrestrial Reference System 1989
GDR	Grupo de Deteção Remoto
Ha	Hectares
IGEO	Instituto Geográfico Português
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
IP6	Itinerário Principal n.º 6
LBPOTU	Lei de Bases da Política Ordenamento do Território e do Urbanismo
PDM	Plano Diretor Municipal
PDME	Plano Diretor Municipal do Entroncamento
PEOT	Plano Especial de Ordenamento do Território
PMOT	Planos Municipais de Ordenamento do Território
PP	Plano de Pormenor
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território
PROTOVT	Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RCM	Resolução de Concelho de Ministros
REN	Reserva Ecológica Nacional
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJUE	Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação

Bibliografia

- **Referências Bibliográficas**

Caetano, M., V. Nunes e A. Nunes, 2009. CORINE Land Cover 2006 for Continental Portugal, Relatório técnico, Instituto Geográfico Português.

Caetano, M., A. Araújo, A. Nunes, V. Nunes e M. Pereira, 2009. Accuracy assessment of the CORINE Land Cover 2006 map of Continental Portugal, Relatório técnico, Instituto Geográfico Português.

- **Legislação**

Aviso n.º 22662/2007, publicado em Diário da República n.º 222 da II – Série, de 19 de novembro de 2007

Aviso n.º 23123/2009, publicado em Dário da República n.º 247 da II – Série, de 22 de dezembro de 2009

Aviso n.º 7164/2010, publicada em Diário da República da II – Série, de 09 de abril de 2010

Decreto-Lei n.º 31/2014 de 30 de maio.

Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio..

Portaria n.º 277/2015, de 10 de setembro.

Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 agosto.

RCM nº 181/95, de 14 de setembro publicada em D.R. nº 299, 1º série-B, de 29-12-1995



Primeira revisão do PDM do ENTRONCAMENTO

R3 – Ocupação do Solo, Avaliação do PDM

Versão de fevereiro de 2018 para aprovação em Assembleia Municipal

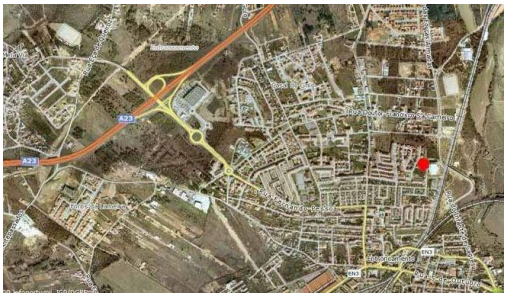
Primeira revisão Plano Diretor Municipal, PDM

Entroncamento









ENTRONCAMENTO
cidade ferroviária

Volume 04

R4 – Condicionantes Biofísicas

[versão para aprovação em Assembleia Municipal] fevereiro 2018

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Índice

1. Introdução 6

2. Nota Metodológica 9
2.1. Clima 12
2.2. Geologia 14
2.3. Relevo 14
2.4. Solos 15
2.5. Recursos Hídricos 19
2.6. Suporte Físico - Valores Naturais 20
2.7. Qualidade do Ar 20
2.8. Qualidade das Águas 20
2.9. Ambiente Sonoro 20

3. Ponderação de parecer de entidades 22
3.1. Recursos geológicos 22
3.2. Ribeira de Sta. Catarina 23
3.3. Qualidade de Água 23
3.4. Ruído 24
3.5. Resíduos 24

Caracterização Biofísica - Cap. I 25

1. Clima 26
1.1. Nota Introdutória 26
1.2. Classificação Climática 27
1.3. Precipitação e Humidade Relativa 29
1.4. Temperatura 32
1.5. Ventos Dominantes 34
1.6. Nebulosidade 36
1.7. Insolação 37

2. Geologia e Litologia 38
2.1. Nota Introdutória 38
2.2. Formações Estratigráficas e Litológicas 40

3. Relevo 44
3.1. Nota Introdutória 44
3.2. Hipsometria 44
3.3. Modelo Digital de Terreno - Fisiografia 44

4. Solos 45
4.1. Nota Introdutória 45
4.2. Tipos de Solos 45
4.2.1. Solos Argiluviados 48
4.2.2. Solos Incipientes 50
4.2.3. Solos Litólicos 51
4.3. Capacidade de Uso Agrícola dos Solos 52
4.4. Proposta de Reserva Agrícola Nacional (Base) 55

5. Recursos Hídricos 57
5.1. Nota Introdutória 57
5.2. Recursos Hídricos e Superficiais 58
5.2.1. Enquadramento na Bacia Hidrográfica do Rio Tejo 58
5.2.2. As linhas de água do Concelho de Entroncamento 59
5.3. Recursos Hídricos e Subterrâneos 67
5.3.1. Enquadramento nas Unidades Hidrogeológicas de Portugal Continental e nos Sistemas Aquíferos 67
5.3.2. Caraterização das águas subterrâneas 68

6. Regimes de Proteção 76
6.1. Enquadramento nas Áreas Sensíveis sob diferentes Regimes de Proteção 76
6.1.1. Rede Natura 2000 77
6.1.2. Rede Natura de Áreas Protegidas 77
6.1.3. Convenção RAMSAR 78
6.2. Caracterização do Concelho do Entroncamento 79
6.2.1. Parque do Bonito 79
6.2.2. Linhas de água 80
6.2.3. Áreas de Povoamento Florestal, Árvores sob estatuto de conservação ou com relevo em espaço públicos 80

Paisagem - Cap. II 83

1. Enquadramento 84
1.1. Nota Introdutória 84
1.2. Enquadramento Normativo e Legal 85
1.3. Enquadramento Regional 88
1.3.1. Integração na Carta de Unidades de Paisagem de Portugal Continental 88
1.3.2. Integração Concelho do Entroncamento no nível complementar (paisagem) do PROT OVT 93

2. Unidades de Paisagem 94
2.1. Nota Introdutória 96
2.1.1. U.P. 1 - Área Florestal 96
2.1.2. U.P. 2 - Tecido Urbano Tradicional 97
2.1.3. U.P. 3 - Área Periurbana 98
2.1.4. U.P. 4 - Áreas de Usos Especiais 99
2.1.5. U.P. 5 - Áreas Industriais 100
2.1.6. U.P. 6 - Campos do Entroncamento 101

3. Avaliação da Paisagem 102
3.1. Qualidade da Paisagem 102
3.2. Fragilidade da Paisagem 104

Qualidade do Meio - Cap. III 106

1. Qualidade do Ar 107
1.1. Introdução 107
1.2. Análise de Poluentes 108

2. Qualidade das Águas 113
2.1. Nota Introdutória 113
2.2. Qualidade das Águas Superficiais 114
2.3. Qualidade das Águas Subterrâneas 117
2.3.1. Caraterização efetuada com base no PDRH Tejo 117
2.3.2. Diretivas Comunitárias - Diretiva do Quadro da Água 118

3. Ruído 120

Síntese da Informação - Cap. IV 122

1. Disfunções Ambientais 123

2. Suporte Físico - Valores Naturais 127

Siglas e Acrónimos 130

Bibliografia 131

Índice de Figuras

Figura 1. Localização da Base Aérea de Tancos em relação ao Concelho do Entroncamento | Extraído de www.googlemaps.com 12
Figura 2. Etapa 1 da metodologia de produção de cartografia de Tipos de Solos – *merge* de elementos de base em ambiente SIG | Dados próprios, sobre informação de base da DGADR (Carta de Tipo de Solos) e Ortofotomapa (CME) 16
Figura 3. Etapa 2 da metodologia de produção de cartografia de Tipos de Solos – *transformação de coordenadas e clip de informação à área de intervenção* | Dados próprios, sobre informação de base da DGADR (Carta de Tipo de Solos) e Ortofotomapa (CME) 16
Figura 4. Cores e regras adotadas nas Cartas de Capacidade de Uso do Solo do SROA/CNROA | Fonte: DGADR (Carta de Tipo de Solos) 17
Figura 5. Exemplo de atribuição de propriedades às manchas de tipos de solos | Dados Próprio; Elementos de base fornecidos pela DGADR 17
Figura 6. Peça de Trabalho da Carta de Tipos de Solos do Concelho do Entroncamento | Dados próprios, sobre informação de base da DGADR (Carta de Tipo de Solos) e Ortofotomapa (CME) 18
Figura 7. Gráfico Termopluviométrico da estação meteorológica de Tancos / B.A. (1961-1990) | Fonte: Instituto de Meteorologia - Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste 27
Figura 8. Distribuição em Portugal Continental da precipitação média anual (1930 - 1960) | Fonte: Atlas do Ambiente (s/ data), Agência Portuguesa do Ambiente 29
Figura 9. Precipitação máxima, média e mínima mensal da estação meteorológica de Tancos / B.A. (1959-1980) | Fonte: Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1951 – 1980) 30
Figura 10. Precipitação máxima diária da estação meteorológica de Tancos / B.A. (1959-1980) | Fonte: Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1951 – 1980) 30
Figura 11. Humidade Relativa Mensal na estação meteorológica de Tancos / B.A. (1959-1980) | Fonte: Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1951 – 1980) 31
Figura 12. Distribuição em Portugal Continental da temperatura média anual (1930 - 1960) | Fonte: Atlas do Ambiente (s/ data), Agência Portuguesa do Ambiente 32
Figura 13. Temperatura média, média mínima e máxima mensal da estação de Tancos / B.A. (1959-1980) | Fonte: Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1951 – 1980) 33
Figura 14. Extremos de temperatura da estação meteorológica de Tancos / B.A. (1959-1980) | Fonte: Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1951 – 1980) 33
Figura 15. Diagrama de Ventos da estação meteorológica de Tancos / B.A. (1959-1980) | Fonte: Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1951 – 1980) 34
Figura 16. Nebulosidade média mensal da estação meteorológica de Tancos / B.A., às 09h, 12h e 15 h (1959-1980) | Fonte: Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1951 – 1980) 36
Figura 17. Insolação média mensal da estação meteorológica de Tancos / B.A. (1959-1980) | Fonte: Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1951 – 1980) 37
Figura 18. Localização do Concelho de Entroncamento na Carta Geológica de Portugal | Fonte: Carta Geológica de Portugal, folha 330 (LNEG) 41
Figura 19. Localização do Concelho de Entroncamento na Carta Litológica de Portugal | Fonte: Atlas do Ambiente (s/ data), Agência Portuguesa do Ambiente 43
Figura 20. Superfície relativa do Concelho do Entroncamento por ordens de solos | Cálculos próprios sobre dados de base (Carta de Solos de Portugal Continental) fornecidos pela DGADR 47
Figura 21. Distribuição das ordens de solos no Concelho do Entroncamento | Fonte: Carta de Solos de Portugal Continental (DGADR) 49
Figura 22. Superfície relativa do Concelho do Entroncamento por classes de capacidade de usos do solo | Cálculos próprios sobre dados de base (Carta de capacidade de Usos do Solo) fornecidos pela DGADR 53
Figura 23. Distribuição geográfica das classes de capacidade de usos do solo no Entroncamento | Fonte: Carta de capacidade de Usos do Solo (DGADR) 54
Figura 24. Proposta de RAN Base 56
Figura 25. Localização do Entroncamento nas Bacias Hidrográficas de 1ª Ordem de Portugal | Fonte: APA – Atlas do Ambiente 59
Figura 26. Rede Hidrográfica Superficial do Concelho do Entroncamento | Fonte: CME (2012); CIMT (Cartografia de base 1/10000) 61
Figura 27. Açude da Ribeira da Ponte da Pedra | Fonte: Panoramio 62
Figura 28. Estrutura Topográfica da envolvente da Ribeira da Ponte da Pedra | Fonte: Dados Próprios; IGT (Ortofotomapa 2010); CIMT (Cartografia 1/10000) 62
Figura 29. Ribeira de Santa Catarina | Fonte: ARQUEST (2008) 64
Figura 30. Esquema síntese com localização do canal de nivelamento do caudal | Fonte: ARQUEST (2008) 64
Figura 31. Albufeira do Bonito | Fonte: Googlemaps (2013) 65
Figura 32. Ribeira do Borralho no atravessamento da área industrial do Entroncamento | Fonte: CME (2013) 66

Figura 33. Enquadramento do Concelho do Entroncamento nas Unidades Hidrogeológicas de Portugal Continental e nos Sistemas Aquíferos da Bacia do Tejo Sado | Fonte: Instituto da Água – Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, consultado em http://snirh.pt/ 68
Figura 34. Localização de Estações da Rede de Monitorização da Qualidade e Quantidade das Águas | Extraído de http://snirh.pt/ 69
Figura 35. Evolução dos níveis piezométricos por estação de monitorização (extrato do mapa 42 do PGRH Tejo) | Extraído de: ARH Tejo (2011), PGRH Tejo, disponível em http://www.planotejo.arhtejo.pt 71
Figura 36. Relação da recarga das MA subterrânea com a precipitação | Extraído de: ARH Tejo (2011). PGRH Tejo – Síntese para Consulta Pública – versão extensa. 72
Figura 37. Área de intervenção do Plano de Pormenor do Formigão | Fonte: CME 74
Figura 38. Localização do Concelho do Entroncamento em áreas sensíveis | Extraído de www.icnf.pt 76
Figura 39. Albufeira do Parque do Bonito, avistando-se aroeiras na margem | Extraído de www.icnf.pt 80
Figura 40. Exemplares arbóreos em espaço público da cidade do Entroncamento (2012) 81
Figura 41. Identificação de áreas com concentração de espécies arbóreas no Concelho do Entroncamento | Fonte: Dados próprios, CME (2008) 82
Figura 42. Localização do Entroncamento na Carta das Unidades de Paisagem de Portugal Continental | Fonte: DGT 89
Figura 43. Localização do Entroncamento na ERPVA - Paisagem | Fonte: CCDR-LVT (2009) 93
Figura 44. Unidades de Paisagem | *Dados Próprios* 95
Figura 45. U.P.1 Área Florestal | *Dados Próprios* 96
Figura 46. Represa do Bonito | *Fonte: CME* 96
Figura 47. U.P.2 Tecido Urbano Tradicional | *Dados Próprios* 97
Figura 48. Largo fronteiro à Igreja do Entroncamento *(2012)* 97
Figura 49. U.P.3 Área Periurbana | *Dados Próprios* 98
Figura 50. Paisagem típica da área periurbana do Entroncamento *(2012)* 98
Figura 51. U.P.4 Áreas de Usos Especiais | *Dados Próprios* 99
Figura 52. Estação do Entroncamento | *Fonte: REFER* 99
Figura 53. U.P.5 Área Industrial | *Dados Próprios* 100
Figura 54. Pavilhões industriais na zona industrial do Entroncamento *(2012)* 100
Figura 55. U.P.6 Campos do Entroncamento | *Dados Próprios* 101
Figura 56. Paisagem típica do Sul do Concelho *(2012)* 101
Figura 57 - Análise de risco das águas superficiais | Fonte: INAG, informação disponibilizada em http://intergis-web.inag.pt 115
Figura 58 - Descarga na Ribeira de Santa Catarina | Fonte: T&Amb (2009) – Plano de Pormenor do Formigão 115
Figura 59 - Análise de risco das águas subterrâneas | Fonte: INAG, informação disponibilizada em http://intergis-web.inag.pt 119
Figura 60 - Mapa Acústicos do Entroncamento (LDEN >55 db e LN > 40 db) | Fonte: Mapa de Ruído do Concelho do Entroncamento (CME, 2015) 120
Figura 61 - Síntese das Disfunções ambientais do Concelho do Entroncamento | Dados Próprio; CIMT (Ortofotompa)s 126
Figura 62 - Síntese dos Valores Naturais do Concelho do Entroncamento | Dados Próprio; CIMT (Ortofotompa)s 129

Índice de Quadros

Quadro 1. Descritores em análise no Relatório 9
Quadro 2. Temas, objetivos de análise, fontes de dados e peças gráficas de suporte do Relatório 10
Quadro 3. Peças à esc. 1:10000 de suporte ao Relatório 11
Quadro 4. Varáveis utilizadas no descritor clima 13
Quadro 5. Varáveis utilizadas no descritor Ambiente Sonoro 21
Quadro 6. Formações Estratigráficas e Litológicas no Concelho do Cartaxo | Fonte: Carta Geológica de Portugal, folha 27 D (LNEG) 40
Quadro 7. Tipos de solos presentes no Concelho do Entroncamento e respetiva superfície | Cálculos próprios sobre dados de base (Carta de Solos de Portugal Continental) fornecidos pela DGADR 46
Quadro 8. Classes de Capacidade de Uso do Solo, respetivas características e superfície no Entroncamento | Fonte: Nota explicativa da Carta de Capacidade de Usos do Solo (DGADR) 52
Quadro 9. Caracterização da transmissividade e da produtividade das MA subterrâneas | Extraído de: ARH Tejo (2011), PGRH Tejo – Síntese para Consulta Pública – versão extensa. 70
Quadro 10. Valores de recarga por MA subterrânea | Extraído de: ARH Tejo (2011). PGRH Tejo – Síntese para Consulta Pública – versão extensa. 71
Quadro 11. Estado quantitativo das MA subterrâneas | Extraído de: ARH Tejo (2011). PGRH Tejo – Síntese para Consulta Pública – versão extensa. 72

Quadro 12. Estado químico das MA subterrâneas | Extraído de: ARH Tejo (2011). PGRH Tejo – Síntese para Consulta Pública – versão extensa. 73
Quadro 13. Quadro síntese do Estados das MA subterrâneas | Extraído de: ARH Tejo (2011). PGRH Tejo – Síntese para Consulta Pública – versão extensa. 73
Quadro 14. Ensaios de permeabilidade "LeFranc" | Fonte: Entrontejo, Lda. (2008) Estudo Hidrogeológico do PP do Formigão (trabalho de campo efetuado de 9 a 11 de julho de 2008) 75
Quadro 15. Unidades litológicas na área do PP do Formigão | Fonte: Entrontejo, Lda. (2008) Estudo Hidrogeológico do PP do Formigão (trabalho de campo efetuado de 9 a 11 de julho de 2008) 75
Quadro 16. Carateristicas das Unidades de Paisagem da Carta de Unidades de Paisagem de Portugal 91
Quadro 17. Unidades de Paisagem determinadas no Concelho do Entroncamento 94
Quadro 18 - Qualidade da Paisagem no Concelho do Entroncamento, por Unidade de Paisagem 103
Quadro 19 - Fragilidade da Paisagem no Concelho do Entroncamento, por Unidade de Paisagem 104
Quadro 20 - Dados de identificação e localização da estação da Chamusca | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre a Qualidade do Ar 107
Quadro 21 - Dados Estatísticos do Poluente NO2 na Estação da Chamusca, em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar 108
Quadro 22 - Limiar de Alerta do Poluente NO2 na Estação da Chamusca em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar 108
Quadro 23 - Poluente NO2- Proteção da Saúde Humana: Base Anual, ano de 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar 108
Quadro 24 - Dados Estatísticos do Poluente SO2na Estação da Chamusca em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar 109
Quadro 25 - Excedências do limiar de Alerta do Poluente SO2, na Estação da Chamusca em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar 109
Quadro 26 - Proteção da Saúde Humana do Poluente SO2, Estação da Chamusca em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar 109
Quadro 27 - Dados Estatísticos do Poluente O3 na estação da Chamusca em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar 110
Quadro 28 - Poluente O3 – Proteção da Saúde Humana: Base horária na estação da Chamusca em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar 110
Quadro 29 - Poluente O3 – Proteção da Saúde Humana: Base octo-horária na estação da Chamusca em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar 110
Quadro 30 - Dados Estatísticos do Poluente PM 2,5 e PM 10 na estação da Chamusca em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar 111
Quadro 31 - Poluente PM 10 - Proteção da Saúde Humana (Base Diária) na estação da Chamusca em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar 111
Quadro 32 - Poluente PM 10 - Proteção da Saúde Humana (Base Anual) na Estação da Chamusca em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar 111
Quadro 33 - Estado químico da massa de água Aluviões do Tejo | Extraído de: ARH Tejo (2011). PGRH Tejo – Síntese para Consulta Pública – versão extensa 117
Quadro 34 - Estado químico da massa de água Margem Direita do Tejo | Extraído de: ARH Tejo (2011). PGRH Tejo – Síntese para Consulta Pública – versão extensa 118
Quadro 35 - Síntese das disfunções ambientais do Concelho do Entroncamento | Dados Próprios 125
Quadro 36 - Síntese dos Valores Naturais do Concelho do Entroncamento | Dados Próprios 128

Esta página foi deixada em branco propositadamente

1. Introdução

Com o presente relatório pretende-se efetuar a caracterização biofísica do Concelho do Entroncamento, assim como, efetua-se uma introdução à paisagem do município e às suas principais características e, por fim, uma avaliação da qualidade do meio, incluindo neste último tema o descritor ruído, dando cumprimento a legislação específica. Este relatório, acompanhado pelas peças gráficas que traduzem parte dos dados aqui tratados, deve ser entendido como um contributo para a elaboração da revisão do Plano Diretor Municipal do Entroncamento (PDME), fundamentalmente na execução da Planta de Condicionantes do Plano, designadamente, a Reserva Agrícola Nacional (RAN), a Reserva Ecológica Nacional (REN) e Outras condicionantes.

O Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)1, determina no seu artigo 12º, a obrigatoriedade dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) identificarem os recursos e valores naturais do território, assim como os sistemas indispensáveis à utilização sustentável do mesmo, pelo que deve-se no presente relatório identificar no território os elementos naturais que constituem potencialidades/condicionantes ao planeamento e ordenamento do território.

A prática de elaboração dos PDM tem demonstrado que a caracterização biofísica dos territórios se centra na análise de descritores tais como o clima, o relevo, a geologia ou os recursos hídricos superficiais. Contudo, o presente documento alarga o enfoque de forma a melhor caracterizar o território, neste tema, analisando-se um leque mais vasto de matéria permitindo maior suporte à proposta.

De forma a cumprir-se com os objetivos propostos, o presente documento encontra-se distribuído por três volumes específicos: Caracterização Biofísica, Paisagem e Qualidade do Meio, rematados por um capítulo síntese onde se define esquematicamente os valores naturais e as disfunções ambientais do território do Entroncamento.

O Volume da Caracterização Biofísica tem como objetivo caracterizar o território quanto aos fatores abióticos: clima (temperatura, humidade relativa, precipitação e vento), a morfologia do terreno (hipsometria, declives e exposições, linhas de água, festos e talvegues), solos (tipo e capacidade de uso agrícola dos solos), recursos hídricos (superficiais e subterrâneos) e geologia (litologia, geomorfologia e hidrogeologia). Simultaneamente a caracterização realizada serviu de base para suportar os estudos tendentes à Estrutura Ecológica Municipal (EEM), pelo que se recorreu a alguns dos componentes analisados para a sua delimitação.

[1] Publicado pelo DL n.º 80/2015, de 14 de maio

O Volume relativo à Paisagem, tem como objetivo caracterizar esta variável atendendo às diferentes realidades intraconcelhias, consubstanciadas numa definição de Unidades de Paisagem, as quais poderão servir de suporte a futuras opções de planeamento.

O Volume da Qualidade do Meio, recorrendo a indicadores de qualidade do ar e da água, disponíveis para o Concelho do Entroncamento, permite também verificar a relação entre Homem e meio, consolidando o presente relatório que tem como objetivo, contribuir para a sustentabilidade ambiental das opções que decorram do processo de planeamento.

Refere-se por fim que o conteúdo do presente relatório foi afinado de forma a dar cumprimento, dentro da razoabilidade e da exequibilidade, do acordado entre a CM do Entroncamento e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa (CCDR LVT), conforme adiante se explicita.

2. Nota Metodológica

Conforme descrito na nota introdutória, o presente documento encontra-se organizado em três capítulos distintos:

Capítulo 1 – Caracterização Biofísica;

Capítulo 2 – Paisagem;

Capítulo 3 – Qualidade do Meio.

Em cada um destes capítulos são analisados os descritores indicados no quadro 1, pretendendo-se com esta análise preencher a necessidade de caracterização biofísica do Concelho do Entroncamento, dando resposta às exigências dispostas no RJIGT.

Caracterização Biofísica	Clima
	Geologia e Geomorfologia
	Relevo
	Solos
	Recursos Hídricos
	Flora e Fauna
Paisagem	Fragilidade e Qualidade da Paisagem
	Unidades de Paisagem
Qualidade do Meio	Qualidade do Ar
	Qualidade das Águas
	Ambiente Sonoro

Quadro 1. Descritores em análise no Relatório

Sendo este um dos relatórios fundamentais de um processo de revisão de um PDM, tratando-se para mais de matérias distintas, houve primeiro que se proceder a uma extensa recolha de material / dados de base, cujas fontes são diversas em função do descritor em apreciação, sistematizados no quadro 2.

TEMAS A ANALISAR	Objetivos de Análise	Fontes e dados de Base	Peças Gráficas de Suportes
Caracterização Biofísica			
Clima	Classificação Climática; Precipitação e Humidade relativa; Temperatura; Ventos dominantes; Nebulosidade; Insolação		-----
Geologia e Litologia	Geologia e Litologia	DGEG APA	Carta Geológica
Relevo	Hipsometria; Declives; Exposições; Fisiografia; Modelo Digital de Terreno	Cartografia de Base	Cartas de Hipsometria e Modelo Digital de Terreno
Solos	Tipos de Solos, Capacidade de Uso Agrícola dos Solos	DGADR	Cartas de Solos e de Capacidade de Usos do Solo
Recursos Hídricos	Recursos Hídricos Superficiais, Recursos Hídricos Subterrâneos	Cartografia de Base; INAG CME	-----
Flora e Fauna	Valores Bióticos em presença	ICNF, Bibliografia diversa	-----
Paisagem			
Evolução da Paisagem	Análise da evolução temporal da paisagem, qualidade e fragilidade da paisagem	Cartografia de Base; levantamento fotográfico	-----
Unidades de Paisagem	Determinação de Unidades de Paisagem em função da topografia e do uso do solo	Cartografia de Base; levantamento fotográfico	-----
Qualidade do Meio			
Qualidade do Ar	Análise da qualidade do ar com base em séries estatísticas	APA	-----
Qualidade das Águas	Qualidade das Águas Superficiais e Qualidade das Águas Subterrâneas	APA; INAG; CM Entroncamento	-----
Ambiente Acústico	Estudo acústico do Concelho	CM Entroncamento	-----
Síntese de Informação			
Disfunções Ambientais	Sistematização das situações que condicionam a qualidade ambiental do Concelho		-----
Valores Naturais	Sistematização dos valores naturais em presença no Concelho		Carta de Valores Naturais

Quadro 2. Temas, objetivos de análise, fontes de dados e peças gráficas de suporte do Relatório

A análise é suportada graficamente em peças incluídas no relatório (mapas, gráficos ou quadros), sendo ainda o relatório acompanhado por um conjunto de peças gráficas à esc. 1:10000, de seguida identificadas – ver quadro 3 - e que permitem um maior rigor e pormenor de análise temática[2]:

Número de Planta	**Designação**
1.4	Planta de Ordenamento - Zonamento Acústico
7.1	Planta de Aptidão de Solos Agrícolas
7.2	Planta de Tipos de Solos
8.2	Planta da Hipsometria
8.3	Planta dos Valores Naturais

Quadro 3. Peças à esc. 1:10000 de suporte ao Relatório

[2] Remete-se para o Relatório 1 – Enquadramento Jurídico e Estrutura do Plano, quando à organização das peças gráficas de grande formato.

2.1. Clima

Os valores médios que caracterizam o clima de um dado local, dependem do intervalo de tempo utilizado e não apresentam os mesmos resultados quando se compara um ano com um decénio, ou com um século. Por outro lado, é importante dispor de séries longas de dados para se estudar as variações e as tendências do clima. O Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA), dispõe de séries de dados meteorológicos, cujas primeiras observações remontam a 1865. Conforme convencionado pela Organização Meteorológica Mundial (OMM), o clima é caracterizado pelos valores médios dos vários elementos climáticos num período de 30 anos, designando-se valor normal de um elemento climático o valor médio correspondente a um número de anos suficientemente longo para se admitir que ele representa o valor predominante daquele elemento no local considerado.



Figura 1. Localização da Base Aérea de Tancos em relação ao Concelho do Entroncamento | Extraído de www.googlemaps.com

Segundo a OMM, designam-se por normais climatológicas os apuramentos estatísticos em períodos de 30 anos que começam no primeiro ano de cada década (1901-30, 1931-1960, 1961-1990).3 Para o descritor clima, a recolha de dados foi efetuada com base na Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1961 – 1990),4 do Instituto de Meteorologia recolhidos na estação climatológica de Tancos/Base Aérea – ver figura 1 - (Latitude (N): 39o29'; Longitude (W): 8o22').5

[3] Estas são as normais de referência, embora se possam calcular e utilizar normais climatológicas nos períodos intercalares, por exemplo, 1951-80, 1971-2000.
[4] Não nos foram disponibilizados dados mais recentes, na generalidade dos indicadores e em tempo útil, pelo Instituto de Meteorologia.
[5] O critério adotado para a escolha desta estação resulta da conjugação de três factos: proximidade em relação ao Concelho, relativa analogia de características de relevo e por apresentar todos os parâmetros necessários para determinar as condições climáticas do mesmo. Acrescenta-se ainda que os dados de outras estações existentes na área envolvente ao Concelho são do tipo udométrica ou udográfica pelo que registam apenas informação relativa à precipitação, não tendo sido por tal consideradas.

Para melhor compreensão dos dados constantes no presente relatório, inscreve-se de seguida quadro de síntese com explicitação dos indicadores e sua compreensão por fator climático – ver quadro 4.

Variável	Descrição
Temperatura do ar	Os valores contidos nos mapas são as médias dos valores da pressão atmosférica observados no local e respetivas reduções ao nível médio do mar, expressos em hecto-Pascal (hPa).
Humidade do ar	Os valores da humidade relativa do ar estão expressos em centésimos (%), correspondendo 0(zero) ao ar seco e 100 ao ar saturado de vapor de água.
Vento	A direção e sentido do vento referem-se a oito rumos. Os mapas contêm, o número médio de vezes, no mês e no ano, em que se observou cada um dos rumos ou calma, expressos em centésimos (%), e o valor médio da velocidade para cada rumo, nas observações diretas do dia. Contêm também, para os locais onde há anemógrafos ou anemómetros totalizadores, o valor médio da velocidade do vento (Km/h), quociente do percurso total do vento (em quilómetros) pelo número de horas do mês ou do ano. Tal como nos fascículos anteriores entende-se, por calma as observações da velocidade do vento inferior a 1,0 Km/h.
Insolação	Os valores da insolação (tempo de Sol descoberto) estão expressos em horas (h). A percentagem é o quociente, expresso em centésimos (%), da insolação observada pela insolação máxima possível no mês ou no ano, dada por tábuas astronómicas.
Nebulosidade	Os valores da nebulosidade (quantidade de nuvens) estão expressos em números desde 0 até 10, correspondendo cada unidade a um décimo do céu coberto de nuvens; 0 representa céu limpo, sem nuvens e 10 representa céu encoberto, sem qualquer porção azul visível.
Precipitação	Os valores da precipitação (altura da água no estado líquido, proveniente de hidrometeoros e recolhida num recipiente cilíndrico de boca horizontal) estão expressos em milímetro (mm).A medição faz-se às 9h e refere-se às vinte e quatro horas precedentes. A coluna Máximo Diário contém o maior valor diário da precipitação observado durante o período a que correspondem os valores médios que se publicam.
Número de dias	Os mapas contêm os valores médios do número de dias no mês e no ano em que se observaram os seguintes fenómenos meteorológicos e valores dos elementos climáticos: temperatura mínima do ar inferior a 0.0 °C; temperatura máxima do ar superior a 25.0 °C; temperatura mínima do ar superior a 20.0 °C (noites tropicais); vento forte e vento muito forte (velocidade média igual ou superior a 36.0 e a 55.0 Km/h, respetivamente, em qualquer das observações diretas do dia); céu encoberto e céu limpo (nebulosidade média nas observações diretas do dia, respetivamente, igual ou superior a 8 e igual ou inferior a 2 décimos); quantidade diária de precipitação igual ou superior a 0.1mm, a 1.0mm e a 10.0mm; precipitação de neve e de granizo ou saraiva; solo coberto de neve; formação de orvalho e de geada; ocorrência de trovoada e de nevoeiro.

Quadro 4. Varáveis utilizadas no descritor clima

2.2. Geologia

A análise da Geologia foi efetuada a partir da Carta Geológica de Portugal, folha n.º 330, 1ª edição de 31-12-1977, disponibilizadas pelo Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG). Esta Carta foi fornecida em formato digital e a Carta respetiva foi produzida em formato analógico à escala 1/25000.

2.3. Relevo

Para análise e execução de cartografia relativa ao descritor Relevo, foi utilizada a cartografia de base fornecida pela Câmara Municipal do Entroncamento, à esc. 1/10000, da propriedade da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT).

Os temas abordados são hipsometria, declives e fisiografia, descritores que permitem inclusive coadjuvar na realização da delimitação da REN do Concelho, e ainda exposições solares, de que resultam peças de cartografia temática executada em ambiente SIG.

2.4. Solos

Para análise da matéria relacionada com o descritor Solos, são analisadas duas temáticas distintas: os tipos de solos e a capacidade de uso agrícola dos solos. Para ambas matérias, são utilizados como dados de base, elementos fornecidos pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR): a Carta de Solos[6] e a Carta de Capacidade de Usos do Solo,[7] fornecidas em formato digital (shp), obtidas por conversão analógico-digital da Carta Complementar de Solos 1:25 000, no primeiro caso e da Carta de Capacidade de Usos do Solo à esc. 1:25000, no segundo caso.

As Cartas correspondem às séries editadas pelo SROA/CNROA/IEADR, tendo sido produzidas à escala 1:25000, com o sistema de projeção de *Gauss* - Elipsoide Internacional - *Datum* de Lisboa e coordenadas militares usadas pelo IGeoE.

De seguida é explanada a metodologia utilizada na representação constante nas peças gráficas dos Tipos de Solos e da Capacidade de Usos do Solo do Concelho do Entroncamento.[8] Uma primeira etapa de trabalho consistiu na união das folhas cartográficas das Cartas nas quais se insere o Concelho do Entroncamento – ver figura 2 - e respetiva transformação de coordenadas de referência do sistema fornecido[9] para aquele em que se encontra tratada a cartografia da presente revisão do PDM – PT-TM06/ETRS89, com elipsoide de referência GRS80 e projeção cartográfica *Transversa de Mercator* – ver figura 3.

A cartografia fornecida pela DGADR em formato digital consiste somente em manchas de solo, individualizadas de acordo com as famílias ou complexo de famílias de tipos de solos, no caso da Carta de Tipo de Solos e, de acordo com a classe ou complexo de classes da Carta de Capacidade de Usos do Solo sem qualquer simbologia associada.[10]

[6] Folhas n.º 320 e 330
[7] Folhas n.º 320 e 330
[8] Peças 1.5.5. e 1.5.6., sendo a metodologia similar, utiliza-se apenas a sequência metodológica utilizada para uma delas, obviando-se repetições.
[9] O já referido sistema de projeção de *Gauss* - Elipsoide Internacional - *Datum* de Lisboa e coordenadas militares usadas pelo IGeoE.
[10] As Cartas são fornecidas em ficheiro dgn sem RGB ou LYR associada.

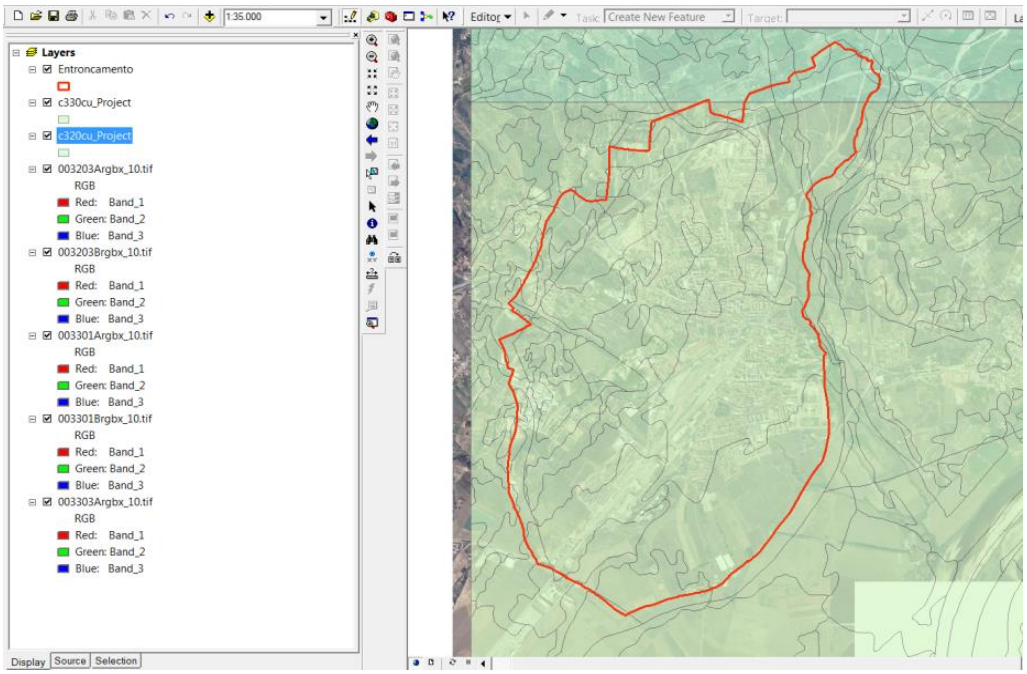


Figura 2. Etapa 1 da metodologia de produção de cartografia de Tipos de Solos – *merge* de elementos de base em ambiente SIG | Dados próprios, sobre informação de base da DGADR (Carta de Tipo de Solos) e Ortofotomapa (CME)

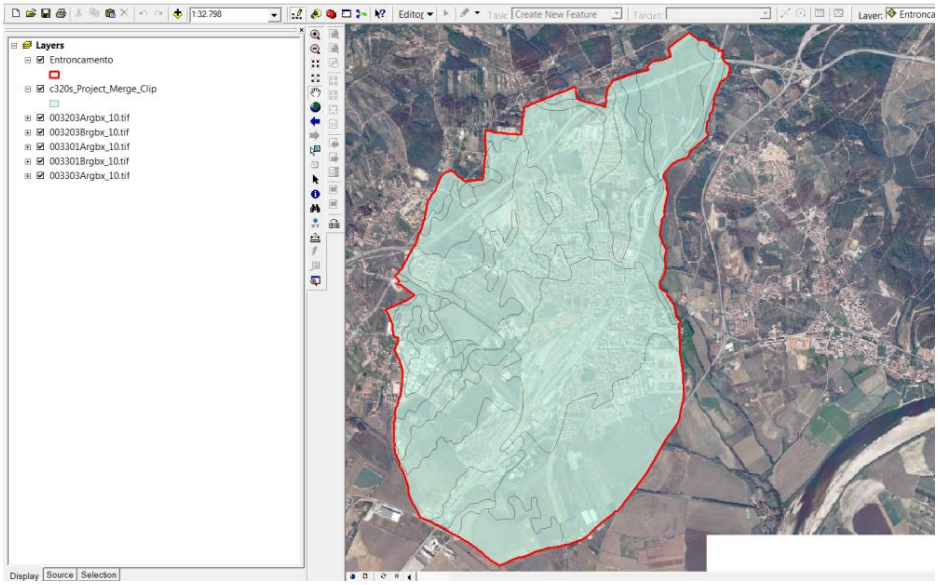


Figura 3. Etapa 2 da metodologia de produção de cartografia de Tipos de Solos – *transformação de coordenadas e clip de informação à área de intervenção* | Dados próprios, sobre informação de base da DGADR (Carta de Tipo de Solos) e Ortofotomapa (CME)

A representação cartográfica dessas mesmas manchas, de acordo com indicações da DGADR, pode ser efetuada de forma aleatória ou utilizando uma simbologia que respeite as cores e regras adotadas e publicadas nas cartas do SROA/CNROA – ver figura 4.

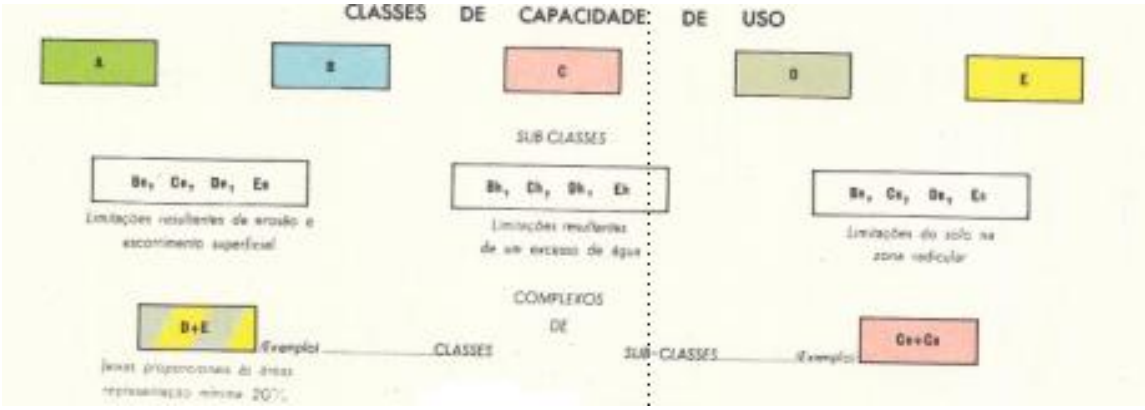


Figura 4. Cores e regras adotadas nas Cartas de Capacidade de Uso do Solo do SROA/CNROA | Fonte: DGADR (Carta de Tipo de Solos)

Contudo, dada a complexidade de representatividade e uma vez que no concelho se verifica uma grande variedade de complexos, distinguindo-se inúmeras manchas que se diferenciam por percentagens desiguais de cada uma das classes que compõem o respetivo complexo, constatou-se que a adoção dessa simbologia na elaboração dos mapas em formato digital não seria viável.

Entende-se também que a representação do tipo de solo ou da classe de capacidade de uso do solo dominante por mancha oferece maior legibilidade, pelo que, optou-se pela representação do grafismo cor associado à mancha e em cada uma delas o peso relativo de cada outro elemento presente dentro dos respetivos limites – ver figura 5. As análises constantes no documento atendem ao peso relativo de cada tipo de solos / classes de capacidade de uso presentes no território e à sua distribuição geográfica.

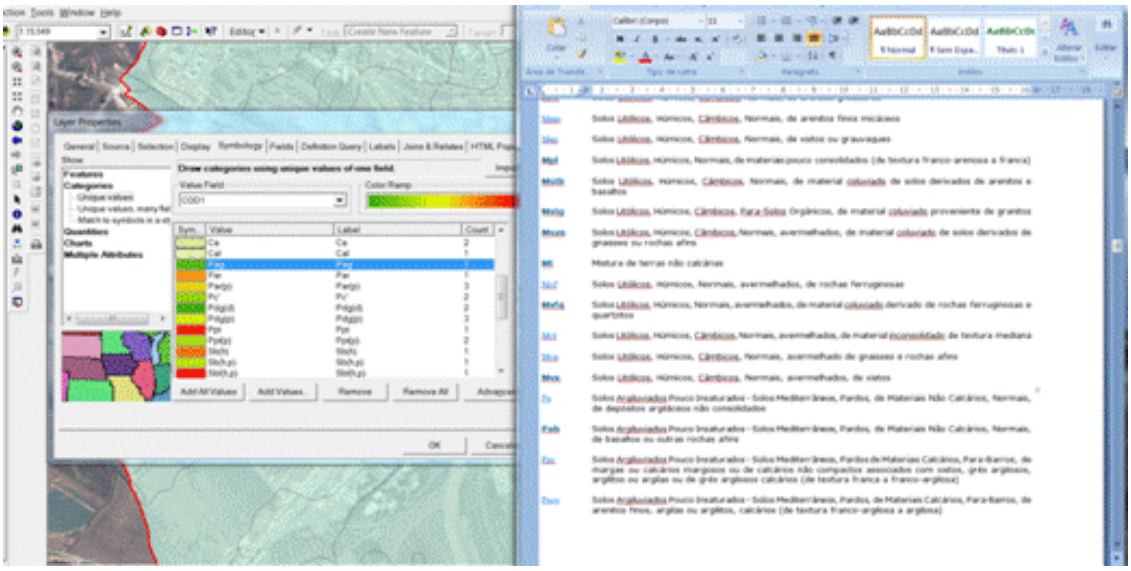


Figura 5. Exemplo de atribuição de propriedades às manchas de tipos de solos | Dados Próprio; Elementos de base fornecidos pela DGADR

Pelo anteriormente exposto, enveredou-se por uma forma de representação mais simplificada da qual resultou o mapa constante na figura 6.

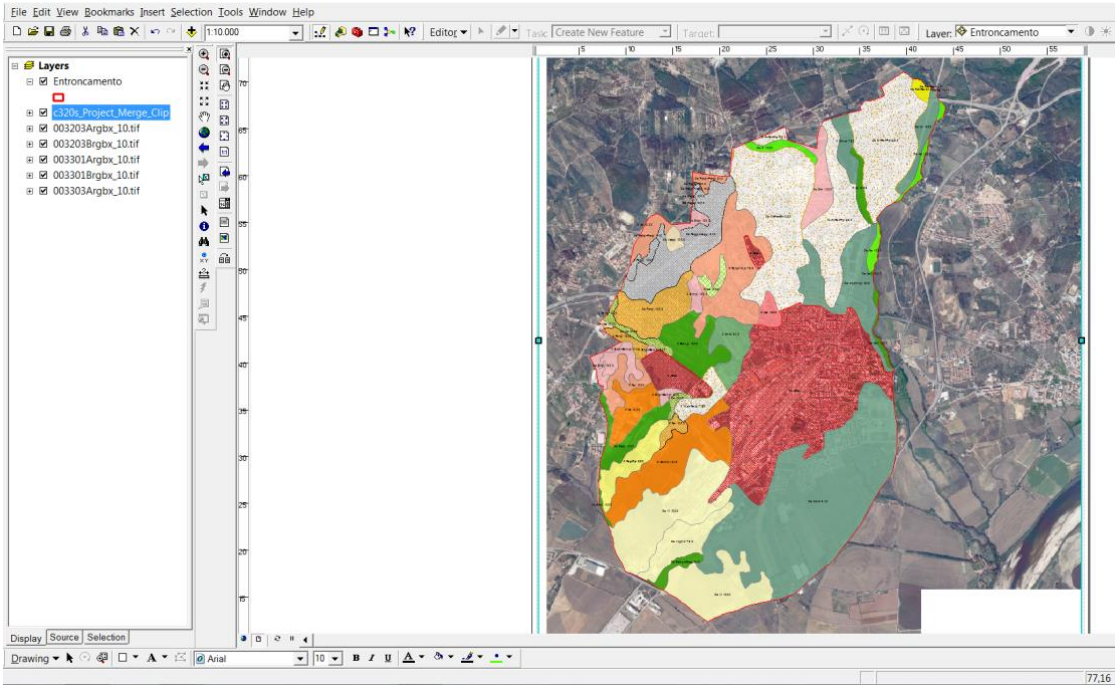


Figura 6. Peça de Trabalho da Carta de Tipos de Solos do Concelho do Entroncamento | Dados próprios, sobre informação de base da DGADR (Carta de Tipo de Solos) e Ortofotomapa (CME)

2.5. Recursos Hídricos

A análise deste descritor é efetuada com base na distinção entre os recursos hídricos superficiais e os recursos hídricos subterrâneos.

A análise dos recursos hídricos superficiais recorre primeiro a uma análise enquadramento, localizando o Concelho no contexto da bacia hidrográfica em que se insere, recorrendo-se para representação gráfica aos dados vetorizados disponibilizados pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Descendo ao nível local, recorre-se à análise da morfologia com base na cartografia oficial à escala 1/10000, corrigida por trabalho de campo da Câmara Municipal do Entroncamento (CME), que nos permite caracterizar as diversas linhas de água do Concelho. Especial atenção será dada à Ribeira de Sta. Catarina, atendendo a que atravessa a cidade integrada em boa parte na rede de pluviais, e pelos projetos que se desenham no sentido da sua valorização e transvase para a ribeira de Ponte da Pedra a montante dos troços encanados, indo ao encontro das questões levantadas pela CCDR LVT, que à escala de um Plano Diretor pudessem ser analisadas / ponderadas.

Relativamente aos recursos hídricos subterrâneos, efetua-se o enquadramento desta temática com base nos elementos disponibilizados no SNIRH, recorrendo-se às características relativas às unidades hidrogeológicas e, em particular, recorrendo-se à ficha de caraterização do sistema aquífero das aluviões do Tejo, sistema onde se insere o Concelho do Entroncamento, completando-se ainda com os dados disponibilizados no projeto de Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Tejo (PGRHTejo).
Ao nível local, apenas foi recolhido pela equipe um estudo hidrogeológico no território do Entroncamento, designado por Caracterização Hidrogeológica do Plano de Pormenor (PP) do Formigão, o qual permitiu aproximar o enfoque do nível local. Sublinha-se que existe lacuna objetiva de dados, designadamente que permitissem qualificar os recursos hídricos, quer subterrâneos quer superficiais.

2.6. Suporte Físico - Valores Naturais

Para análise da matéria relacionada com o descritor Suporte Físico - Valores Naturais, são analisadas diferentes temáticas: as sub-regiões homogéneas identificadas no PROF Ribatejo, os Povoamentos Florestais com recurso à Carta de Ocupação do Solo (COS 2007 - nível 5) e ainda as áreas abrangidas pelos Aquíferos da Bacia do Tejo / Margem Direita (APA/ARH Tejo) e Terraços Fluviais e aluviões (Carta Geológica de Portugal).

A análise deste descritor inclui ainda a existência de valores naturais relevantes, identificados como espaços Verdes Urbanos, identificados na Planta de Ordenamento - Parque Verde do Bonito.

2.7. Qualidade do Ar

Para a análise da Qualidade do Ar no Concelho recorreu-se aos dados fornecidos pela Estação da Chamusca, pertencente à Rede da Qualidade do Ar de Lisboa e Vale do Tejo. A escolha desta estação deve-se ao facto de no Concelho do Entroncamento não existir nenhuma estação de análise da Qualidade do Ar. Os dados obtidos nestas Estações foram fornecidos pela Base de Dados On-line sobre Qualidade do Ar da Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

2.8. Qualidade das Águas

Os dados disponíveis para a caracterização da qualidade das águas a nível local são extremamente escassos. Como tal recorreu-se aos dados disponíveis no PGRH Tejo (na sua versão eletrónica disponível para consulta pública), os quais permitiram efetuar um enquadramento a uma escala inferior, e aos dados produzidos pelo INAG referentes á análise de risco das águas subterrâneas e superficiais. Recorreu-se ainda aos dados da Águas do Centro, relativos aos parâmetros de qualidade das águas tratadas na ETAR urbana do Entroncamento e na ETAR da Zona Industrial do Entroncamento.

2.9. Ambiente Sonoro

A abordagem do descritor Ambiente Sonoro no presente relatório terá como base os estudos produzidos oportunamente pela CME, *Mapa do Ruído do Concelho do Entroncamento*, com data de outubro de 2015, sob responsabilidade técnica de Rui Ferreira, efetuado nos termos definidos pelo Decreto-lei n.º 9 /2007, de 17 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º18/2007, de 16 de março e o Decreto-lei n.º146/2006, de 31 de julho foi retificado pela Declaração de Retificação n.º57/2006, de 31 de agosto.

O quadro de seguida inscrito identifica e descreve as varáveis fundamentais neste âmbito. Os mapas consistem numa descrição espacial dos níveis de ruído na área. Os parâmetros acústicos utilizados foram o Lden e o Ln, visto serem os parâmetros definidos pela legislação em vigor.

Indicador / Elemento	Descrição
Indicador de ruído diurno (Ld) ou (Lday)	O nível sonoro médio de longa duração, conforme definido na Norma NP 1730-1:1996, ou na versão atualizada correspondente, determinado durante uma série de períodos diurnos representativos de um ano
Indicador de ruído do entardecer (Le) ou (Levening)	O nível sonoro médio de longa duração, conforme definido na Norma NP 1730-1:1996, ou na versão atualizada correspondente, determinado durante uma série de períodos do entardecer representativos de um ano
Indicador de ruído noturno (Ln) ou (Lnight)	O nível sonoro médio de longa duração, conforme definido na Norma NP 1730-1:1996, ou na versão atualizada correspondente, determinado durante uma série de períodos noturnos representativos de um ano
Mapa de ruído	O descritor do ruído ambiente exterior, expresso pelos indicadores Lden e Ln, traçado em documento onde se representam as isófonas e as áreas por elas delimitadas às quais corresponde uma determinada classe de valores expressos em dB(A)
Período de referência	O intervalo de tempo a que se refere um indicador de ruído, de modo a abranger as atividades humanas típicas, delimitado nos seguintes termos: i) Período diurno—das 7 às 20 horas; ii) Período do entardecer—das 20 às 23 horas; iii) Período noturno—das 23 às 7 horas
Zona mista	A área definida em plano municipal de ordenamento do território, cuja ocupação seja afeta a outros usos, existentes ou previstos, para além dos referidos na definição de zona sensível
Zona sensível	A área definida em plano municipal de ordenamento do território como vocacionada para uso habitacional, ou para escolas, hospitais ou similares, ou espaços de lazer, existentes ou previstos, podendo conter pequenas unidades de comércio e de serviços

Quadro 5. Varáveis utilizadas no descritor Ambiente Sonoro

Os mapas são reproduzidos no presente processo de revisão, tendo sido efetuada a devida georreferenciação para o sistema em utilização no processo e sobreposta à cartografia de base do Plano.

3. Ponderação de parecer de entidades

Relativo ao presente relatório, pronunciou-se oportunamente a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo, com um conjunto de observações e sugestões, sem prejuízo de ter considerado que, relativamente aos volumes de caracterização biofísica e paisagem "… *foi efetuada uma abordagem apropriada às temáticas relevantes para o conhecimento do suporte biofísico do território municipal* …" Relativamente ao volume da qualidade do meio, aponta omissões, em particular ao descritor do ruído que, conforme de seguida de justifica, decorre da falta de dados de base e da desatualização de dados, em particular, em relação ao descritor ruído.

São de seguida elencadas as matérias sobre as quais a CCDR apontou sugestões, sendo ainda identificado o que resultou de posterior reunião entre esta entidade e a Câmara Municipal.

3.1. Recursos geológicos

Questiona a CCDR que nada é referido quanto sobre a existência, ou não, de recursos geológicos não renováveis e acerca de explorações de massas minerais e ou áreas potenciais de exploração. A omissão desta matéria na versão anterior dos estudos é óbvia consequência da sua inexistência, num território que é grandemente urbano / artificializado.

Esclarece-se ainda que, não existem áreas potenciais de exploração de recursos minerais, e mesmo que houvessem, tal seria absolutamente marginal em superfície a incompatível com a ocupação atual do território do Entroncamento.

3.2. Ribeira de Sta. Catarina

Questiona a CCDR:

1. Deveria ser argumentado nos estudos sobre a viabilidade de renaturalizar alguns dos troços da ribeira de Sta. Catarina;
2. Se do transvase proposto da Ribeira de Sta. Catarina para a Ribeira da Ponte da Pedra podem ocorrer riscos de transferência de poluição de massas de uma para outra ribeira.

Sobre esta matéria e conforme ficou explicitado em reunião, afigura-se que esta matéria deve ser objeto de análise, pese embora em sede técnica distinta de um PDM. que se enquadra no licenciamento do transvase. Mais ainda, para além do anteprojeto do transvase, não dispõe a equipa de dados que permitam sequer abordar com fundamento esta matéria.

Sem prejuízo de tais factos, é aprofundada esta matéria no presente relatório, chamando a atenção para o facto de que, oportunamente, houve acordo entre a Hidráulica do Tejo e a CM do Entroncamento para efetuar transferência de jurisdição para a CME, assim como, acerca da existência de intervenções já projetadas para a renaturalização de troços da Ribeira.

3.3. Qualidade de Água

Sugere a CCDR que se complete a análise integrando informação sobre a qualidade de água subterrânea e a vulnerabilidade de aquíferos à poluição que entretanto venha a ser disponibilizada pela APA.

Sobre esta matéria, procedeu-se à análise que se considera suficiente para caracterizar o aquífero, atendendo claramente à superfície reduzida do Concelho, à sua ocupação do solo e sequente marginalidade para a situação atual e prospetiva de evolução do estado de qualidade de água. A análise constante nos relatórios socorre-se dos dados publicados e disponibilizados pelas entidades competentes. Como até à data não houve qualquer pronúncia por parte da APA, não existem dados adicionais que pudessem completar a informação constante no presente relatório.

3.4. Ruído

Ficou acordado entre a CCDR e a CME que esta entidade iria proceder à atualização do seu mapa de ruído, estudo vertido para o presente documento.

3.5. Resíduos

A CCDR sugere à CME que pondere a necessidade de prever, no âmbito das atividades económicas, locais onde podem ser sediadas empresas com o CAE relativos à OGR. Em função da ocupação do território, não se afigura possível equacionar este tipo de ocupação no território do Entroncamento.

Caracterização Biofísica | Cap. I

1. Clima

1.1. Nota Introdutória

O clima condiciona de forma acentuada todos os componentes bióticos e abióticos dos ecossistemas, afetando por conseguinte, a forma como o ser humano ocupa o território e constrói a paisagem, influenciando diretamente variáveis a considerar em matéria de planeamento tais como, inundações e o seu regime (designadamente, probabilidade de picos de cheia), disponibilidade de água ou propensão a incêndios florestais.

Sublinha-se que no presente relatório utilizaram-se os dados mais recentes que foram disponibilizados em devido tempo.11 No entanto, considera-se que o clima em Portugal encontra-se a sofrer processos de sensíveis modificações, havendo inclusive estudos12 que indicam que *desde a década de 1970, a temperatura média subiu em todas as regiões de Portugal, a uma taxa de cerca de 0,5oC/década, mais do dobro da taxa de aquecimento observada para a temperatura média mundial. Na generalidade das regiões portuguesas, observou-se uma subida mais intensa das temperaturas mínimas traduzida numa redução da amplitude térmica diária*.13

Face ao supracitado, e caso venham a ser fornecidos por entidade competente dados mais recentes, dever-se-á proceder à revisão do presente capítulo, sem prejuízo de que, sublinhe-se, não se prevê que esta revisão se traduza em alterações significativas às conclusões constantes na mesma.

[11] Vede nota metodológica do presente relatório.

[12] Miranda et al., 2005, citados no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) (CME, 2007).

[13] Extraído de Plano de Pormenor do Formigão / Entroncamento (Traço e Ambiente, 2009).

1.2. Classificação Climática

Os resultados das normais climatológicas em apreço, permitem identificar os diferentes tipos de clima, tendo-se utilizado para Portugal Continental a classificação de *Köppen-Geiger*, que corresponde à última revisão de *Köppen* em 1936.14 Os resultados obtidos pela cartografia, para esta classificação climática, permitem confirmar que na maior parte do território Continental o clima é Temperado, do Tipo C, verificando-se o Subtipo Cs (Clima temperado com verão seco) e as seguintes variedades:

- **Csa** clima temperado com verão quente e seco nas regiões interiores do vale do Douro, assim como nas regiões a sul do sistema montanhoso Montejunto-Estrela (exceto no litoral oeste).
- **Csb** clima temperado com verão seco e suave, em quase todas as regiões a Norte do sistema montanhoso Montejunto-Estrela e nas regiões do litoral oeste do Alentejo e Algarve.

O Clima, no Concelho de Entroncamento, é caracterizado pela existência de temperaturas amenas ao longo de todo o ano. A temperatura média anual é de 15,7ºC e a amplitude térmica resultante da média mensal mais baixa (janeiro com 8,9oC) e a média mensal mais elevada (agosto com 23oC) é moderada (14,1o C).15

Pela análise do gráfico termopluviométrico – ver figura 7 -, constata-se que aos meses mais quentes correspondem os mínimos de pluviosidade, ou seja, os meses de junho a setembro consideram-se como meses secos, uma vez que a precipitação média mensal é inferior ao dobro da temperatura registada nesse mesmo período. Mesmo nos meses de inverno os valores de precipitação são moderados.

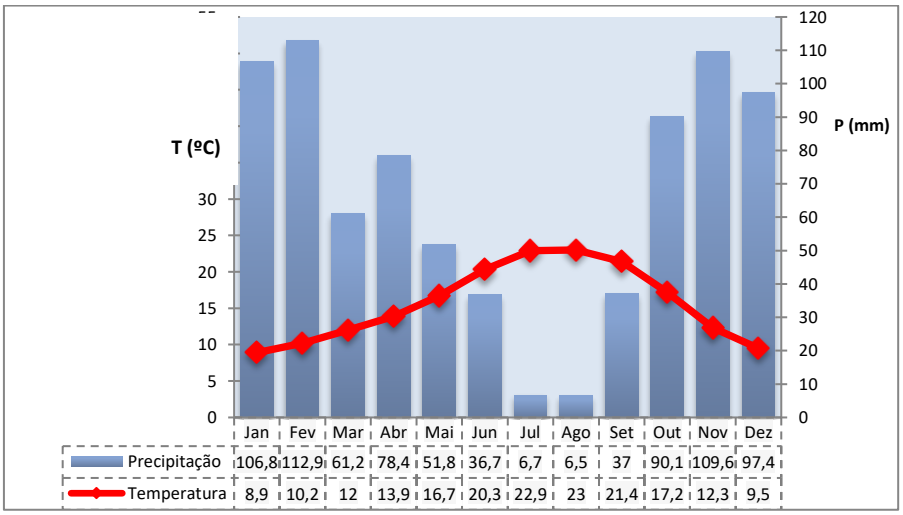


Figura 7. Gráfico Termopluviométrico da estação meteorológica de Tancos / B.A.16 (1961-1990) | Fonte: Instituto de Meteorologia - Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste

[14] Idem.

[15] Ibidem

[16] Nos gráficos, a designação Base Aérea encontra-se identificada pelas respetivas siglas.

Podemos, com base nos dados disponíveis, incluir o clima do Concelho de Entroncamento, no tipo Csa da classificação de KOPPEN – Climas Mesotérmicos Húmidos, em que a temperatura do mês mais frio se encontra abaixo dos 18oC, mas acima de 0oC, o verão é genericamente quente, com a temperatura do mês mais quente superior a 22oC, caracterizando-se ainda o verão por ser seco, chovendo pelo menos, três vezes menos do que no mês mais pluvioso de inverno (<40mm). Contudo, qualquer que seja a classificação climática adotada pode-se concluir que o clima de Entroncamento é caracterizado pela sua temperatura amena e irregularidade sazonal da precipitação.

1.3. Precipitação e Humidade Relativa

O Atlas do Ambiente produzido pela atual Agência Portuguesa do Ambiente, permite enquadrar o município do Entroncamento na distribuição geográfica da média anual de precipitação para o período de 1930 – 1960 – ver figura 8.

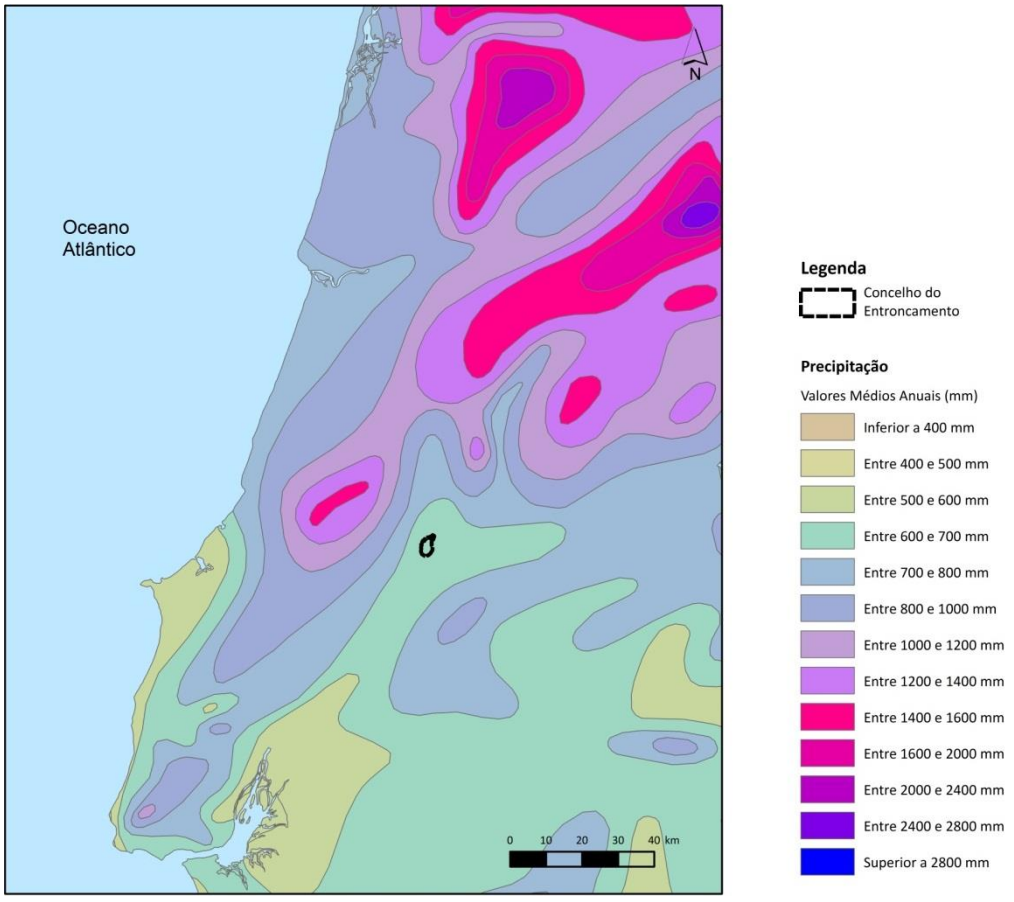
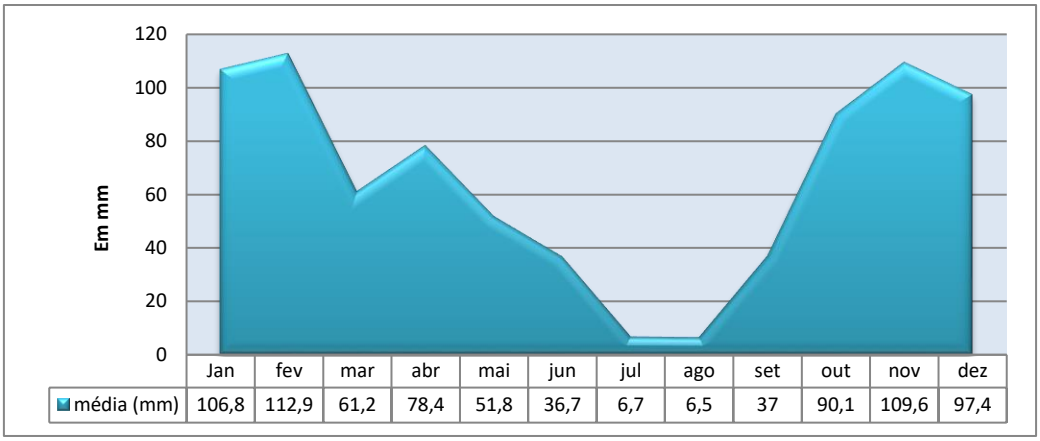


Figura 8. Distribuição em Portugal Continental da precipitação média anual (1930 - 1960) | Fonte: Atlas do Ambiente (s/ data), Agência Portuguesa do Ambiente

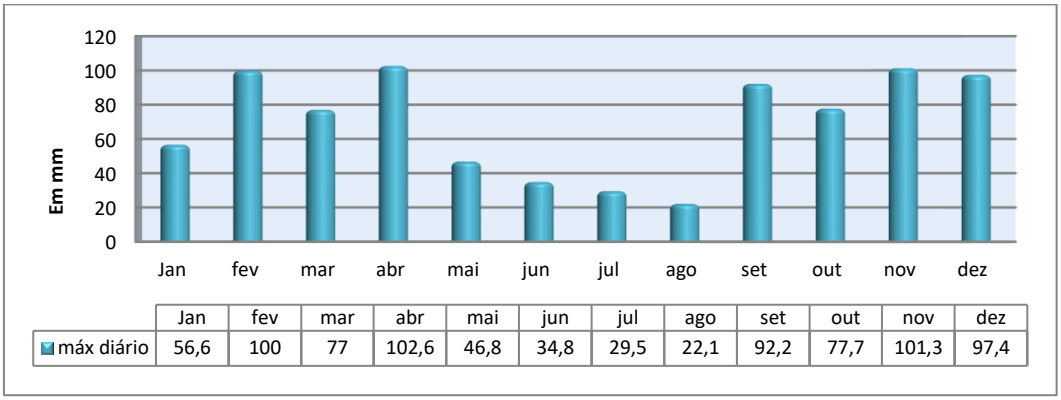
O Concelho situa-se numa área que envolve o vale do Tejo, a Sul do sistema montanhoso de Montejunto – Estrela, onde a precipitação média anual ronda os 600 a 700mm. No entanto, os dados relativos à estação de Tancos, respeitantes a um período temporal distinto e nos termos das normais climatológicas, permitem constatar que a precipitação média anual é da ordem dos 795 mm, concentrando-se preferencialmente nos meses de outubro a abril, correspondendo o período de maior escassez hídrica de junho a setembro.



	Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
média (mm)	106,8	112,9	61,2	78,4	51,8	36,7	6,7	6,5	37	90,1	109,6	97,4

Figura 9. Precipitação máxima, média e mínima mensal da estação meteorológica de Tancos / B.A. (1959-1980) | Fonte: Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1951 – 1980)

A média mensal mais elevada corresponde ao mês de fevereiro com 112,9 mm e a média mensal menos relevante corresponde a agosto, com 6,5 mm.

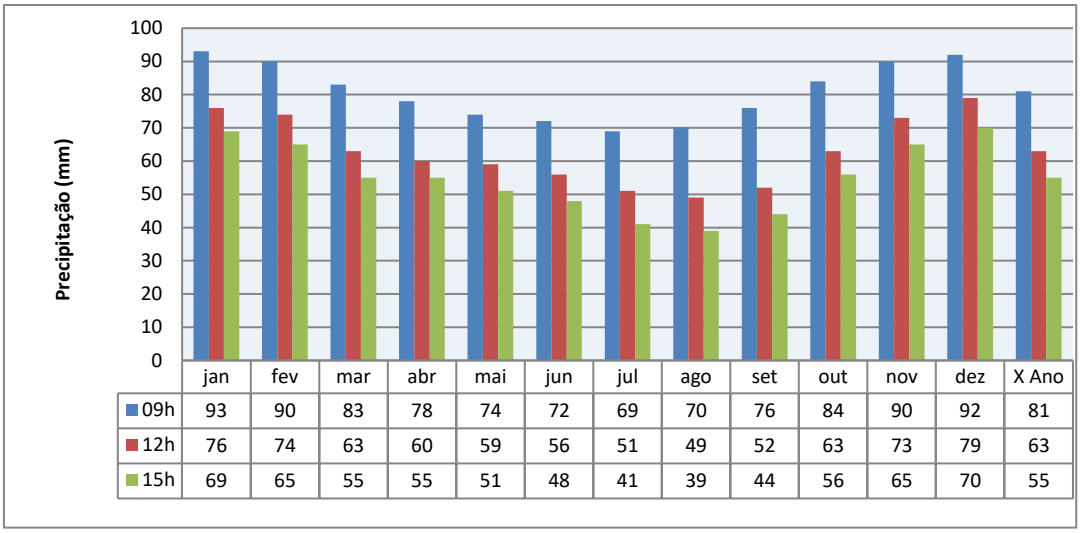


	Jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
máx diário	56,6	100	77	102,6	46,8	34,8	29,5	22,1	92,2	77,7	101,3	97,4

Figura 10. Precipitação máxima diária da estação meteorológica de Tancos / B.A. (1959-1980) | Fonte: Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1951 – 1980)

Os dados disponíveis permitem ainda verificar a existência de piques diários de precipitação, verificando-se que no período em análise a máxima diária ocorreu no mês de abril, onde num único dia ocorreu uma precipitação de 102.6mm. Sendo que outras ocorrências houve em que resultou níveis elevados de precipitação num único dia, resulta de facto ilações a retirar para a análise da sujeição a eventuais situações de ponta na rede hidrográfica de superfície. De referir que mesmo nos meses de verão, poderão ocorrer situações de precipitação diária relativamente moderada, de que resulta igualmente uma certa inconstância na ocorrência de precipitação.

Relativamente ao descritor humidade relativa, na região onde se insere o Concelho do Entroncamento e com base na Estação Meteorológica de Tancos / Base Aérea, observam-se valores de humidade relativa do ar média anual de 55% (às 15h) a 81% (às 9h) - ver figura 11.



	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	X Ano
09h	93	90	83	78	74	72	69	70	76	84	90	92	81
12h	76	74	63	60	59	56	51	49	52	63	73	79	63
15h	69	65	55	55	51	48	41	39	44	56	65	70	55

Figura 11. Humidade Relativa Mensal na estação meteorológica de Tancos / B.A. (1959-1980) | Fonte: Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1951 – 1980)

Os valores mais baixos de humidade relativa correspondem ao período estival, atingindo um mínimo de 39% no mês de agosto (às 15 horas). Não existe grande variação nos valores dos diversos parâmetros climatológicos no mês de julho e agosto. É precisamente nestes dois meses que ocorrem os valores mais baixos de humidade relativa do ar tal como de precipitação média mensal (conforme supracitado), e os valores mais elevados de temperatura média mensal.17

Da análise do gráfico pode-se concluir que a variação da humidade relativa ao longo do dia é semelhante ao longo do ano, sem prejuízo dos valores variarem consoante estação do ano, como já descrito. Assim, a humidade relativa é sempre superior no período da manhã, em função da menor exposição solar, quando comparado estes valores com os dados do período da tarde. Assim e em média, existe redução de 20 a 30% de Humidade entre as 9 e as 15 horas.

[17] Ver capítulo seguinte do presente Relatório.

1.4. Temperatura

O Atlas do Ambiente produzido pela atual Agência Portuguesa do Ambiente, permite enquadrar o município do Entroncamento na distribuição geográfica da média anual de temperatura para o período de 1930 – 1960 – ver figura 12.

O Concelho integra-se numa área que envolve o troço do Médio Tejo e que regista das mais altas temperaturas médias anuais de Portugal Continental, entre 16.0oC e 17.5oC. Esta situação específica, deriva do facto desta ser uma área genericamente depressionária em relação ao complexo montanhoso de Montejunto – Estrela, em que a influência do oceano Atlântico encontra-se minorada por este obstáculo físico.

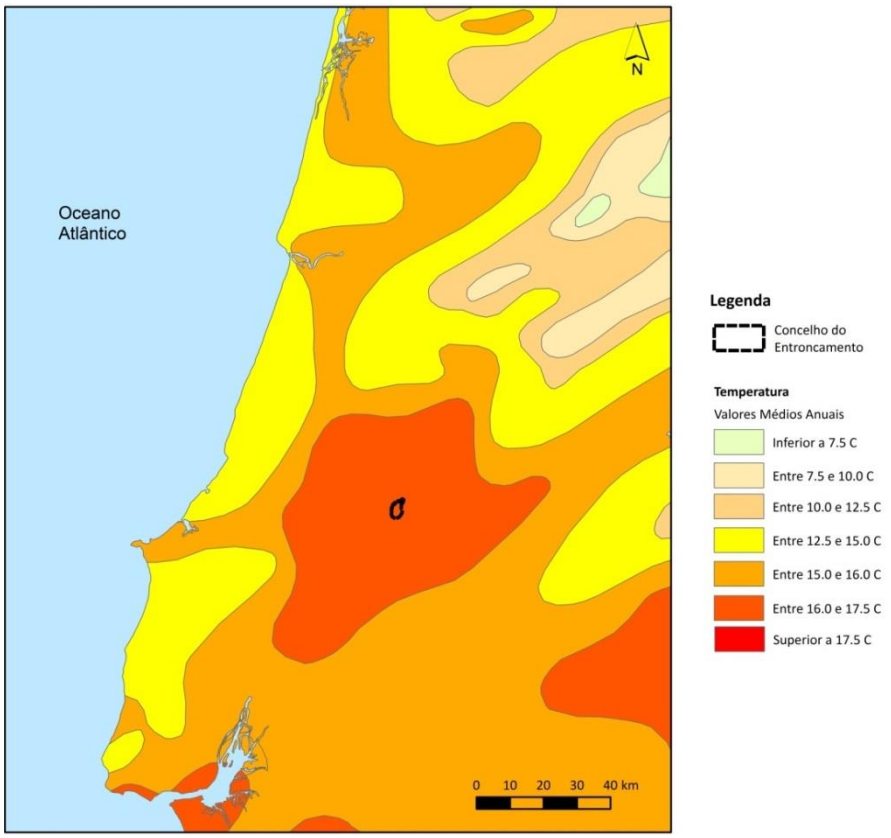
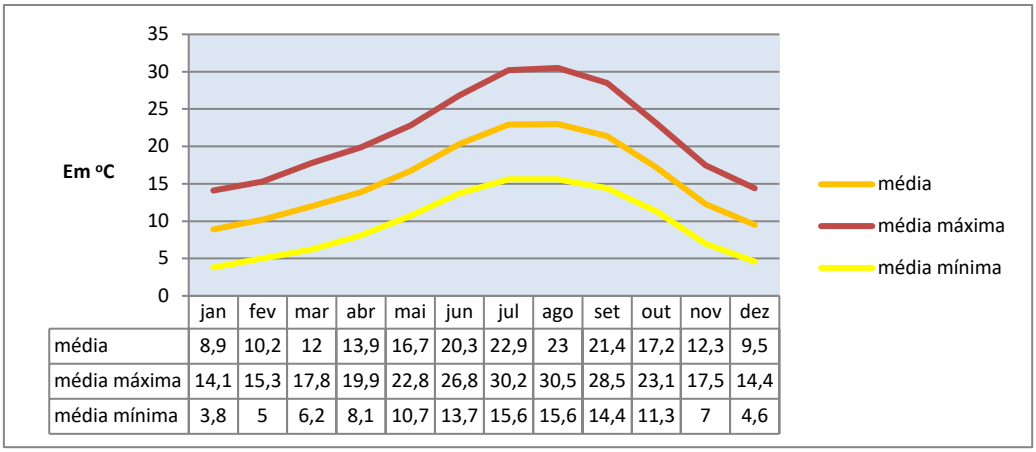


Figura 12. Distribuição em Portugal Continental da temperatura média anual (1930 - 1960) | Fonte: Atlas do Ambiente (s/ data), Agência Portuguesa do Ambiente

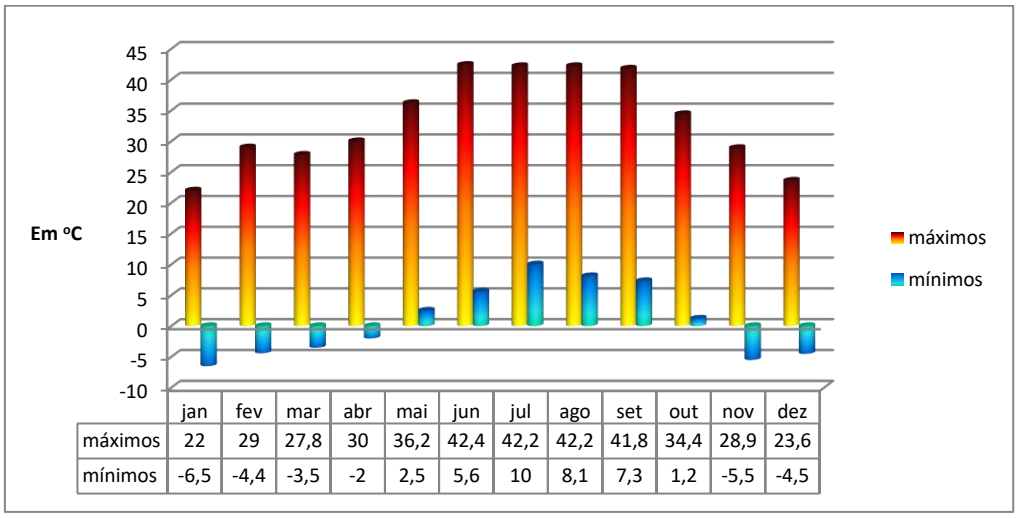
Os dados relativos à Estação Meteorológica de Tancos / Base Aérea permitem concluir que as temperaturas médias mais elevadas referem-se aos meses de primavera e, particularmente, de verão. Esta área em que se insere o Concelho do Entroncamento, apresenta características de clima mediterrâneo, com temperaturas médias anuais que rondam os 15,7oC, verificando-se que a temperatura média dos meses mais quentes, julho e agosto, atinge, respetivamente, os 22,9°C e 23,0oC – ver figura 13.



	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
média	8,9	10,2	12	13,9	16,7	20,3	22,9	23	21,4	17,2	12,3	9,5
média máxima	14,1	15,3	17,8	19,9	22,8	26,8	30,2	30,5	28,5	23,1	17,5	14,4
média mínima	3,8	5	6,2	8,1	10,7	13,7	15,6	15,6	14,4	11,3	7	4,6

Figura 13. Temperatura média, média mínima e máxima mensal da estação de Tancos / B.A. (1959-1980) | Fonte: Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1951 – 1980)

Atendendo aos valores médios de temperatura máxima mensal verifica-se que os valores médios mais altos ocorrem nos meses de verão (julho a setembro) com 30,2oC, 30,5oC e 28,5oC, respetivamente. De referir que, considerando-se como dias quentes aqueles cuja temperatura é superior ou igual a 25oC, os dados a que se refere anteriormente resultam de meses excecionalmente quentes, referindo-se ainda que também foi registada uma média mensal máxima em junho superior a 25oC. Em sentido contrário, e atendendo aos dados relativos à média da temperatura mínima mensal constata-se que janeiro e dezembro são os meses mais frios.



	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
máximos	22	29	27,8	30	36,2	42,4	42,2	42,2	41,8	34,4	28,9	23,6
mínimos	-6,5	-4,4	-3,5	-2	2,5	5,6	10	8,1	7,3	1,2	-5,5	-4,5

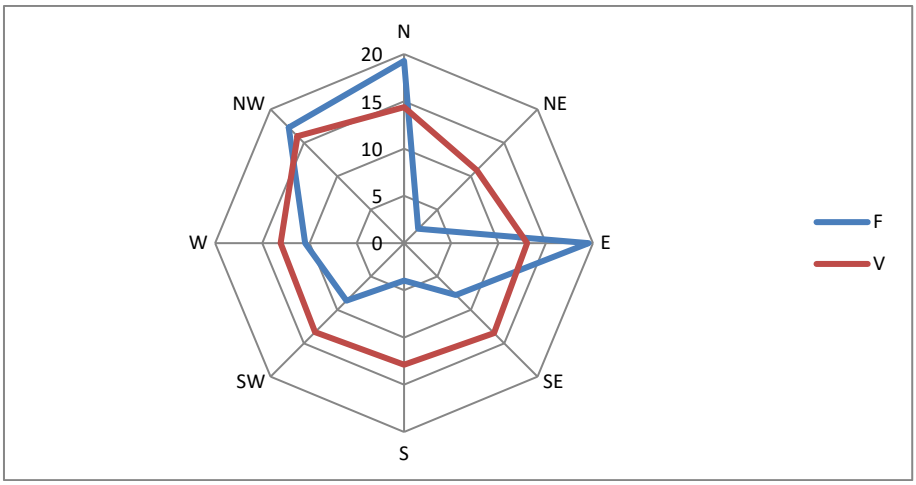
Figura 14. Extremos de temperatura da estação meteorológica de Tancos / B.A. (1959-1980) | Fonte: Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1951 – 1980)

Não menos importante de referir as situações extremas. Se se atender aos valores de temperatura absoluta diária ocorreram máximos absolutos de 42,4oC em junho, e de 42,2oC em julho e agosto e, em direção oposta, mínimos absolutos negativos, em particular -6,5oC em janeiro e -5,5oC em novembro. De sublinhar que, sendo situações extremas, são certamente situações ocasionais – ver figura 14.

1.5. Ventos Dominantes

O vento é o parâmetro meteorológico que caracteriza o movimento de uma massa de ar na atmosfera, sendo por tal, agente modelador da superfície terrestre, exerce uma ação importante sobre a vegetação, pois é favorável às plantas quando moderado, provocando a renovação do ar e facilitando a fotossíntese. O presente capítulo efetua uma análise em função dos ventos dominantes, sendo considerados dois fatores neste quadro de análise: a velocidade e a direção do vento.[18]

Com base nos registos correspondentes ao período em análise e relativo à Estação de Tancos / Base Aérea, foi possível apurar os rumos dominantes e os valores médios anuais da velocidade do vento e sua frequência conforme apresentado no diagrama constante na figura 15.



F = Frequência média (%)
V= Velocidade do vento média (km/h)

Figura 15. Diagrama de Ventos da estação meteorológica de Tancos / B.A. (1959-1980) | Fonte: Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1951 – 1980)

Na região os ventos dominantes, que provêm dos quadrantes noroeste e este, ocorrem com velocidades médias de 19,7km/h e 14,3km/h, respetivamente. Nos meses de outubro a março são predominantes os ventos de este com maior velocidade média do vento no mês de janeiro, 16,1Km/h, correspondendo a vento fraco. São precisamente nos meses de março e outubro que é mais frequente a ocorrência de vento leste moderado a forte, designado o levante, sobre o território do continente, devido ao anticiclone sobre a Europa Central e uma depressão sobre o litoral da África do Norte (INAG, 2001).

[18] A velocidade do vento representa a distância percorrida pela massa de ar num certo intervalo de tempo; a direção do vento é definida pela linha de onde o vento sopra (a seta aponta numa direção função dos pontos cardeais que são fixos).

No verão, Portugal Continental encontra-se por norma sujeito a influência da depressão de origem térmica, que se estabelece sobre a Península Ibérica de abril a setembro, com ar quente e seco. Com o Anticiclone dos Açores centrado a oeste ou a noroeste da Península, o continente é atingido por vento do quadrante norte, cuja direção e intensidade depende da existência de baixas pressões a este da costa. Tal quadro justifica que, para a área onde se insere o Concelho do Entroncamento, de abril a setembro o rumo dominante do vento é NW, atingido a maior velocidade média do vento no mês de julho, 21,8Km/h, correspondendo a vento moderado. Em agosto salienta-se a velocidade média do vento de 21,3Km/h com uma frequência de aproximadamente 50%.

Para esta região a velocidade média anual é de 14 Km/h, pelo que se pode considerar, de acordo com a Escala de *Beaufort*[19], que o vento é fraco em todos os quadrantes. Os rumos dominantes do vento são NW, com frequência de cerca de 26% ao longo do ano, e velocidade média relativamente mais elevada (18,7 Km/h), seguido pelo rumo E (15%) com velocidade média de e 14,3 Km/h. Os rumos N (11%), SW (9%) e W (9%) apresentam, respetivamente, uma velocidade média do vento de 16,3, 15,0 e 15,2 Km/h.

[19] A Escala de *Beaufort* classifica a intensidade dos ventos, tendo em conta a sua velocidade e os efeitos resultantes das ventanias no mar e em terra (extraído de Wikipédia, a enciclopédia livre, consultada em *http://pt.wikipedia.org/wiki/Escala_de_Beaufort*).

1.6. Nebulosidade

A nebulosidade é analisada pela quantidade de nuvens expressa em números de 0 a 10, correspondendo cada unidade a um décimo de céu coberto, em que 0 representa o céu limpo sem nuvens e 10, o céu encoberto sem qualquer porção de azul visível. O gráfico constante na figura 16 expressa a nebulosidade média mensal no período considerado para a estação meteorológica de Tancos / Base Aérea, relativa às horas de recolha de dados: 09h, 12h e 15h.

Os dados permitem, antes de mais, concluir acerca da relação entre a estação do ano e a nebulosidade média mensal. Assim, constata-se que é nos meses de verão (entre junho e setembro) que se regista a menor incidência de nebulosidade, em particular nos meses de julho[20] e agosto.[21] Em sentido contrário, aos meses mais frios, dezembro, janeiro e fevereiro[22], corresponde igualmente maior intensidade dos níveis de nebulosidade.

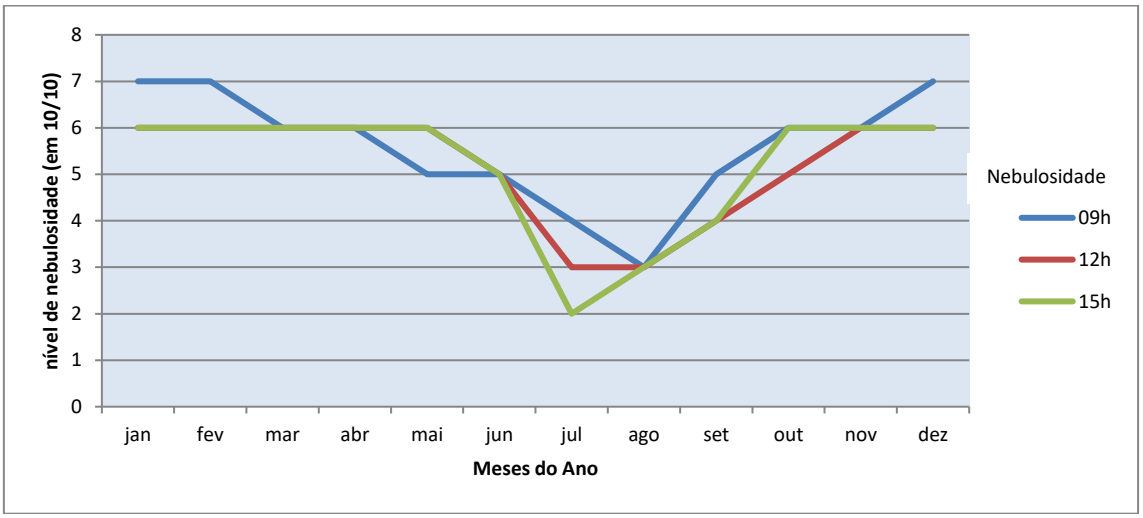


Figura 16. Nebulosidade média mensal da estação meteorológica de Tancos / B.A., às 09h, 12h e 15 h (1959-1980) | Fonte: Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1951 – 1980)

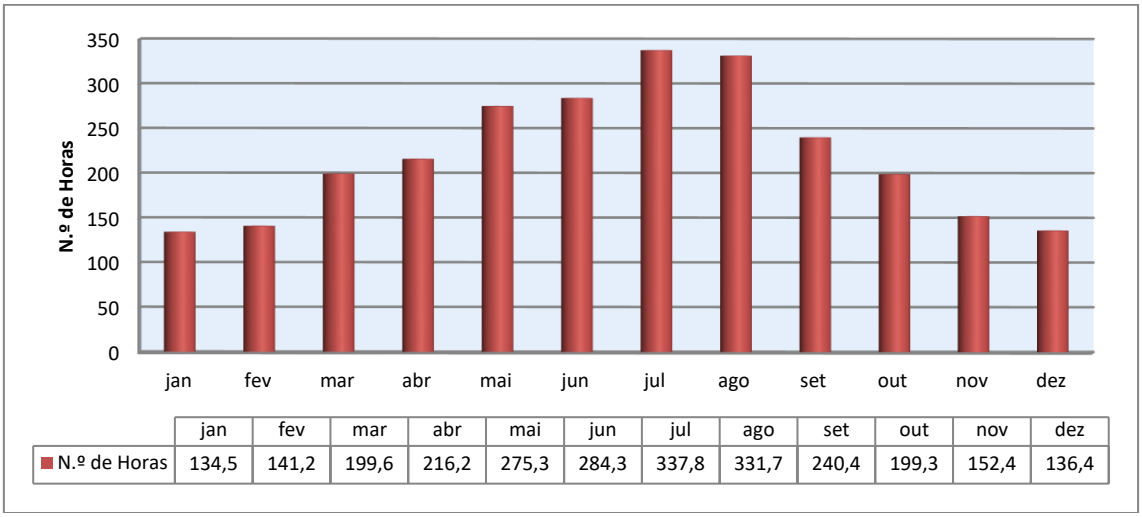
Num ou noutro período, assiste-se ainda a pouca variabilidade quanto aos níveis de nebulosidade ao longo do dia, que se está em crer que resulta da menor influência da ação e proximidade do mar, uma vez que no litoral do continente existe maior variabilidade deste descritor ao longo do dia.

[20] 4,3 e 2 por 10, às 09h, 12h e 15h, respetivamente.
[21] 3,3 e 3 por 10, às 09h, 12h e 15h, respetivamente.
[22] 7,6,e 6por 10, às 09h, 12h e 15h, respetivamente, para os três meses de inverno.

1.7. Insolação

O território de Portugal Continental na sua globalidade caracteriza-se por valores de insolação23 bastante significativos, sendo que este Concelho não constitui exceção com um total de 2649,1 horas ao ano, o que equivale a 59% dos períodos diurnos. O gráfico seguinte permite verificar a variabilidade deste descritor em função dos meses do ano – ver figura 17.

Também deste descritor, a análise dos dados permite efetuar uma óbvia relação entre o n.º de horas de insolação e o período do ano. Assim, corresponde aos meses de verão, em particular a julho e agosto, com 337,8 e 331,7 horas, respetivamente, aqueles em que a insolação preenche maior parte do dia. Em sentido oposto, encontram-se naturalmente os meses de inverno, ou seja dezembro, janeiro e fevereiro, com menos de 150 horas de sol por mês.



	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
N.º de Horas	134,5	141,2	199,6	216,2	275,3	284,3	337,8	331,7	240,4	199,3	152,4	136,4

Figura 17. Insolação média mensal da estação meteorológica de Tancos / B.A. (1959-1980) | Fonte: Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1951 – 1980)

Comparando as estações intermédias, constata-se ainda que aos meses de primavera (abril, maio e junho, sensivelmente), corresponde maior períodos de insolação que aos meses de outono (setembro, outubro e novembro).

[23] Os valores da insolação (tempo de Sol descoberto) estão expressos em horas (h). A percentagem é o quociente, expresso em centésimos (%), da insolação observada pela insolação máxima possível no mês ou no ano, dada por tábuas astronómicas. Fonte: Instituto de Meteorologia

2. Geologia e Litologia

2.1. Nota Introdutória

O continente europeu é formado por territórios distintos por diferentes orogenias[24], correspondendo a maior parte da Península Ibérica a uma microplaca da orogenia hercínica[25] com 230 a 345 milhões de anos, localizada no limite das placas tectónicas Euroasiática e Africana, denominada de Maciço Antigo ou Hespérico. Esta microplaca encontra-se grandemente arrasada sendo marginada por bacias de abatimento preenchidas por diversos materiais geológicos recentes que completam a unidade em que se inclui o território de Portugal Continental.

No país, o Maciço Antigo é atravessado pela Cordilheira Central que o divide em duas partes distintas: a Meseta Norte com altitudes médias de 800 metros, drenada pelo Rio Douro e a Meseta Sul com altitudes que variam entre os 900 e os 200 metros, drenada pelos rios Tejo, Sado e Guadiana.

A região em que se insere o município do Entroncamento, inclui-se na Orla Ocidental, limitada a Este de Tomar por uma faixa do Maciço Antigo que se estende de Espinho a Campo Maior e que está entre a Zona Centro Ibérica do Maciço e a Orla Sedimentar Ocidental. Toda a área da Orla Ocidental é marcada pelos movimentos que ocorreram após a orogenia hercínica, através de falhas de direção variável e por acidentes de tipo diapírico.

Na sua generalidade, a geologia na Orla Ocidental é constituída por formações que se dividem entre o grupo das rochas carbonatadas e o grupo dos sedimentos das Bacias do Tejo e Sado. Enquanto no primeiro grupo se incluem rochas calcárias, argilosas e areníticas, essencialmente do período Jurássico, a bacia terciária é preenchida essencialmente por terrenos recentes formados por aluviões fluviais (característica que integra a totalidade do Concelho do Entroncamento) e areias de praias antigas das duas últimas eras geológicas, o terciário e quaternário.

A Bacia Terciária do Tejo apresenta uma estrutura simples sendo essencialmente uma área de subsidência preenchida por detritos recentes em que a paisagem geomorfológica é dominada por amplas áreas planas ligeiramente inclinadas de Nordeste para Sudoeste. A interseção dos terrenos da bacia com os terrenos calcários mais resistentes da orla, conferem, a todo o espaço entre o maciço e a denominada lezíria, um modelado diferenciado, característico desta área de transição, a que, genericamente, se atribui a denominação de área de colinas calcárias. Neste contexto em que se insere o Concelho do Entroncamento, pretende-se com o presente capítulo ilustrar as características

[24] Conjunto de processos geológicos que resultam na formação do modelado de relevo e relacionado com a tectônica compressional de placas tectônicas (Instituto de Geociências da Universidade de Brasília, 2012)
[25] A orogenia Hercínica desenvolveu-se entre os períodos Devónico a Pérmico, tendo cessado há cerca de 245 milhões de anos (Instituto de Geociências da Universidade de Brasília, 2012)

geológicas e litológicas determinantes no mesmo, com base nas Cartas geológicas e litológicas nacionais, devidamente identificadas na nota metodológica.

2.2. Formações Estratigráficas e Litológicas

Do ponto de vista estratigráfico e litológico ocorrem na área do município formações desde o mio – plistocénico ao moderno, nomeadamente as seguintes – ver quadro 6:

Estratigrafia	Litologia
Moderno	
A – aluviões do Holocénico	Aluviões
Plistocénico	
Q4 – Terraços Fluviais (8 a 15 metros)	Areias e Cascalheiras
Q3 – Terraços Fluviais (25 a 40 metros)	Arenitos calcários mais ou menos margosos, areias, cascalheiras, argilas
Q1 – Terraços Fluviais (75 a 95 metros)	
Miocénico	
a – Formação Areno-Argilosa do Entroncamento	Arenitos calcários mais ou menos margosos, areias, cascalheiras, argilas

Quadro 6. Formações Estratigráficas e Litológicas no Concelho do Cartaxo | Fonte: Carta Geológica de Portugal, folha 27 D (LNEG)

Antes de mais, atesta-se a clara correspondência entre as litologias em presença e a estratigrafia, verificando-se que a distância ao Rio Tejo e aos seus afluentes diretos relaciona-se diretamente com a estratigrafia (quanto mais longe dos rios, mais antigos são os materiais) e com a litologia (a distância aos rios é diretamente proporcional à resistência dos materiais e à sua compactação).

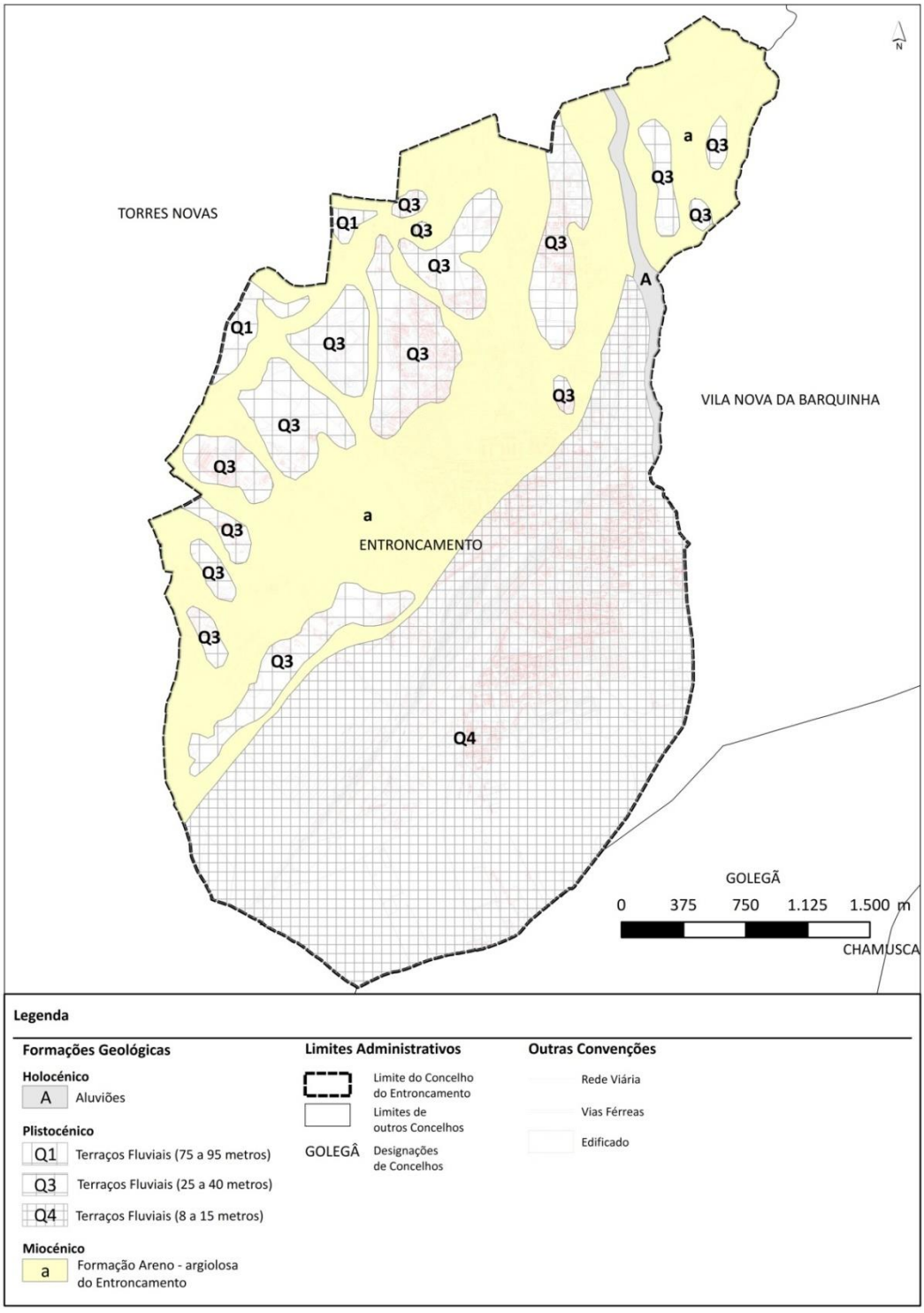


Figura 18. Localização do Concelho de Entroncamento na Carta Geológica de Portugal | Fonte: Carta Geológica de Portugal, folha 330 (LNEG)

De acordo com a Carta Litológica de Portugal, o Concelho do Entroncamento localiza-se na sua íntegra em áreas de formações sedimentares, que envolvem e são características de parte significativa do Vale do Tejo – ver figura 19. Estas formações são na generalidade aluviões[26] que se distinguem pela sua

[26] Sedimento clástico (areia, cascalho e/ou lama) depositado por um sistema fluvial no leito e nas margens da drenagem, incluindo as planícies de inundação e as áreas de deltas, com material mais fino extravasado dos canais nas cheias.

porosidade e granulometria, cuja composição relaciona-se diretamente com a era geológica, havendo ainda distinção pela intercalação de outros materiais. Assim, estamos em presença de aluviões mais "puras", correspondentes ao período Holocénico, logo mais recentes, em pequena área do Norte do Concelho, coincidente com uma área de baixa envolvente a uma ribeira.

Na área mais próxima do curso do rio Tejo, está-se em presença de uma litologia constituída por areias e cascalheiras correspondentes ao Plistocénico, e finalmente o norte do Concelho é maioritariamente correspondente a áreas de conglomerados de arenitos, calcários, areias, cascalheiras e argilas, correspondente a depósitos mais antigos do mio - plistocénicos

São de seguida apontadas de forma mais detalhada as características das diferentes litologias encontradas no Concelho do Entroncamento.

Aluviões (Holocénico). Esta designação genérica abrange os depósitos recentes de origem fluvial, lacustre ou marinha. São constituídas por calhau, areia, limo e argila. As aluviões fluviomarinhas (parte de origem fluvial, parte de origem marinha) situam-se nos troços inferiores dos rios Vouga, Tejo e Sado e no litoral do Algarve. As aluviões em geral diferem quanto à sua constituição. As depositadas pelos rios de regiões graníticas, como sucede na região situada entre os rios Minho e Mondego, possuem grande quantidade de areia, devido ao fenómeno da arenização dos granitos. A sul do Mondego a constituição é variável, visto que predominam agora formações existentes, calcárias, margosas, areníticas e outras. A espessura das aluviões é variável, aumentando normalmente para jusante. No troço inferior do Tejo as aluviões chegam a atingir dezenas de metros de profundidade. São normalmente planas, de solos férteis, com água abundante ou excessiva, geralmente cultivadas e aproveitadas como pastagem.

Areias e cascalheiras (Plistocénico). Estes materiais, juntamente com alguma argila, constituem depósitos de praias antigas e de terraços fluviais. Nestes depósitos encontra-se, por vezes, vestígios de indústrias paleolíticas.

Arenitos, calcários mais ou menos margosos, areias, cascalheiras, argilas (Mio-Pliocénico). Estas formações ocupam áreas relativamente extensas do País e situam-se, sobretudo, nas bacias dos rios Tejo, Sado, Mondego e Liz. Existem, ainda, retalhos de certa importância nas faldas da serra da Arrábida e no Algarve.

Normalmente são depósitos clásticos mal classificados e mal selecionados, de cascalho, areias e lamas, podendo ocorrer depósitos de blocos maiores, às vezes bem arredondados nas regiões elevadas das cabeceiras com maior energia fluvial.
Apresentam maior desenvolvimento nas planícies de inundação, com lamas (silte e argilas) dispersas por extensas áreas e em sopés de montanhas como leques aluviais, com depósitos comuns de fanglomerados e areias associados que atingem boa expressão areal e grandes espessuras.
Os depósitos aluvionares, normalmente muito férteis para a agricultura, tem sido fator da maior importância para o desenvolvimento das sociedades humanas – Fonte: *Visual Glossary* do USGS, disponível em www.usgs.org

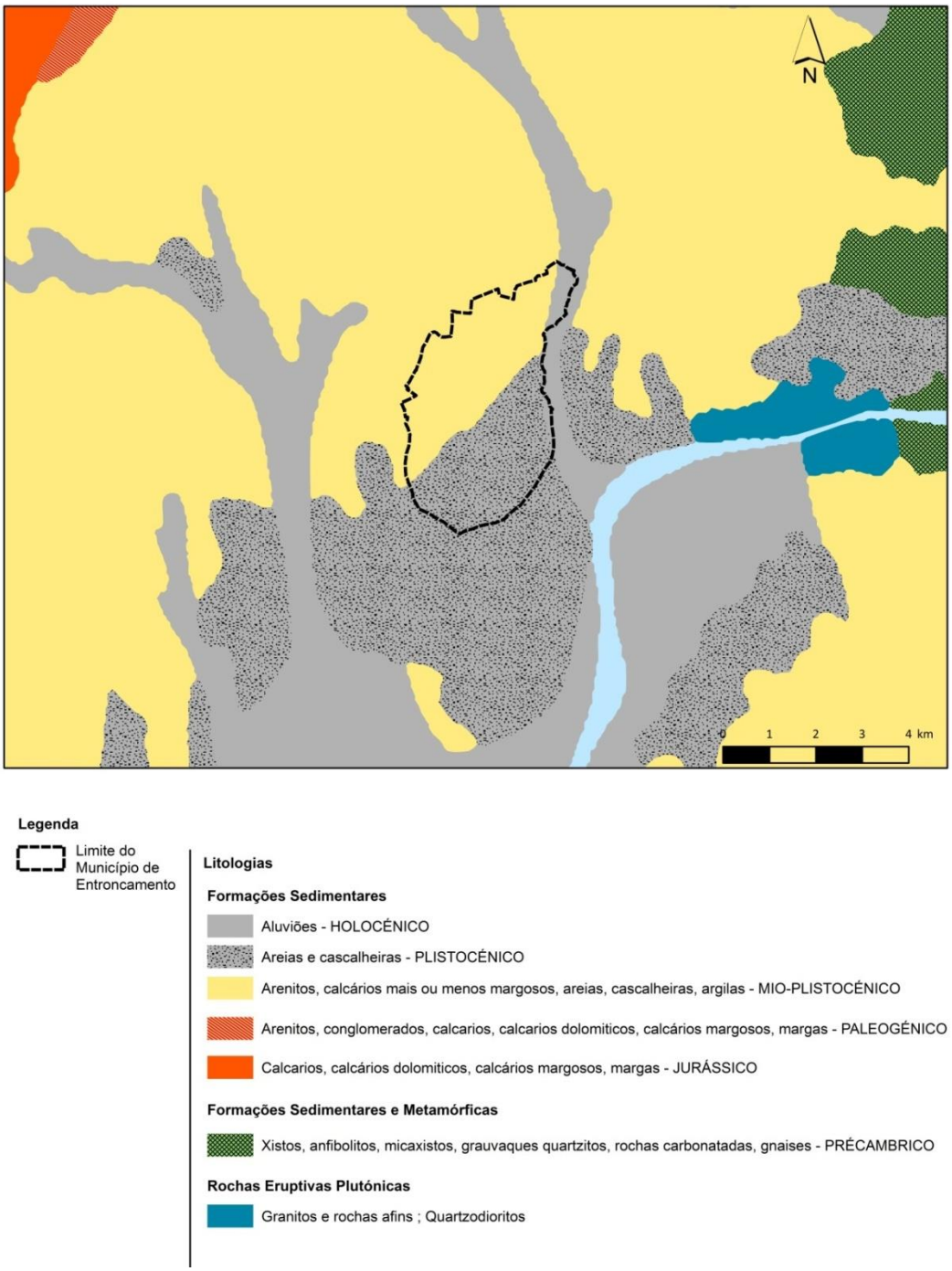


Figura 19. Localização do Concelho de Entroncamento na Carta Litológica de Portugal | Fonte: Atlas do Ambiente (s/ data), Agência Portuguesa do Ambiente

3. Relevo

3.1. Nota Introdutória

Considerando que as formas de relevo são suporte de usos do solo e de paisagem, bem como condicionante do processo de planeamento, o presente capítulo assume relevância no presente documento, no qual serão abordadas as seguintes matérias: Hipsometria e o Modelo Digital de Terreno.

3.2. Hipsometria

Em termos fisiográficos, o Concelho do Entroncamento apresenta zonas de relevo mais acidentado no noroeste do Concelho, não ultrapassando os 91 metros de altitude. As cotas mais baixas do Concelho situam-se na zona Sul do Concelho atingindo a cota 27 metros.

3.3. Modelo Digital de Terreno - Fisiografia

Em termos fisiográficos, o Concelho integra-se na grande Bacia Hidrográfica do Rio Tejo, pese embora o facto de que este curso de água não seja contiguo ao território do Entroncamento. As bacias de nível hierárquico inferior que predominam no Concelho do Entroncamento definem-se todas elas a partir de afluentes do Tejo mas com graus de importância bastante diferenciados, pese embora se tratem de cursos de água de carater sazonal / torrencial. De entre estes destaca-se a Bacia da Ribeira da Ponte da Pedra, limite este do Concelho com o município de Vila Nova da Barquinha. A identificação e respeito por estes elementos de paisagem tem uma importância particular, reforçada neste caso por o Concelho se integrar numa região cuja produtividade média dos recursos aquíferos subterrâneos é da ordem dos 400 m3/dia/km2.

Da fisiografia destacam-se ainda as duas principais, embora relativamente moderadas linhas de cumeada e que são uma que se situa no Centro Oeste do Concelho, e uma que bordeja o limite Norte do mesmo. No segundo caso a linha de festo, atinge as cotas máximas do Concelho, 200 metros.

De uma forma geral, o Concelho apresenta um relevo suave a moderado e coincidindo preferencialmente com zonas de vale. As cotas mais baixas do Concelho, 15 metros, coincidem com o Sul do Concelho, mais próximo do Rio Tejo, e com caraterísticas de aluvião.

4. Solos

4.1. Nota Introdutória

A constituição dos solos é um fator fulcral a nível de planeamento, uma vez que induz, entre outros fenómenos, à maior ou menor capacidade de resistência aos fenómenos erosivos ou à maior ou menor capacidade de infiltração de águas que neste quadro, são peças basilares na delimitação de um dos instrumentos mais importantes em matéria de Ordenamento do Território, a REN.

De idêntica forma, à constituição dos solos é indissociável a sua capacidade de uso agrícola, sendo neste quadro, facto incontornável noutro dos instrumentos fundamentais em matéria de Ordenamento do Território, a RAN.

A constituição dos solos é igualmente importante em matéria de ampliação ou restrição de fenómenos físicos designadamente, a sismicidade ou a deslocação de massas em vertentes[27], pelo que, também aqui resulta num aspeto a não descurar em matéria de desenvolvimento sustentável.

Em suma, o conhecimento do solo é fator fundamental para o ato de planear. Sem prejuízo de matérias relacionadas com este descritor abordadas em diferentes temáticas, como acima referidas, o presente capítulo abordará duas matérias distintas: tipos de Solos e capacidade de usos de solos.

4.2. Tipos de Solos

A análise do tipo de solos do Concelho do Entroncamento é efetuada com base em dados fornecidos pela DGADR, a Carta de Solos de Portugal Continental, em formato digital[28]. A informação disponibilizada pela Carta consiste nos seguintes elementos: Famílias, e respetivas fases, segundo a classificação do SROA, base cartográfica simplificada a partir das cartas do IGeoE e legenda com as cores associadas aos solos.

Em função das manchas identificadas para o Concelho do Entroncamento, apresenta-se no quadro 7 os solos presentes no Concelho e a respetiva superfície afeta.

[27] Ver relatório 5 dos Estudos de Caracterização da Revisão do PDM do Entroncamento.
[28] Consta do presente relatório no capítulo II, nota que determina a metodologia utlizada no tratamento dos dados ora analisados.

Solos Incipientes		
Aluviossolos Modernos		
		Área (m2)
Ac	Solos Incipientes - Aluviossolos Modernos, Calcários, (Para-Solos Calcários), de textura mediana	89559,94
Al	Solos Incipientes - Aluviossolos Modernos, Não Calcários, de textura ligeira	59431,96
Alc	Solos Incipientes - Aluviossolos Modernos, Calcários, (Para-Solos Calcários), de textura ligeira	81695,91
Aluviossolos Antigos		
At	Solos Incipientes - Aluviossolos Antigos, Não Calcários, de textura mediana	208548,92
Atl	Solos Incipientes - Aluviossolos Antigos, Não Calcários, de textura ligeira	2966741,55
Coluviossolos		
Sb	Solos Incipientes - Solos de Baixas (Coluviossolos), Não Calcários, de textura mediana	246985,23
Sbl	Solos Incipientes - Solos de Baixas (Coluviossolos), Não Calcários, de textura ligeira	278395,83
Solos Litólicos		
Par	Solos Litólicos, Não Húmicos Pouco Insaturados, Normais, de materiais arenáceos pouco consolidados (de textura arenosa a franco-arenosa)	412271,61
Vl	Solos Litólicos, Não Húmicos, Pouco Insaturados, Normais, de materiais arenáceos pouco consolidados (de textura franco-arenosa a franca)	1436302,02
Vt	Litólicos, Não Húmicos, Pouco Insaturados Normais, de arenitos grosseiros	2499374,71
Solos Calcários (Pardos)		
Pc	Solos Calcários, Pardos dos Climas de Regime Xérico, Normais, de calcários não compactos	32268,80
Solos Hidromórficos		
Ca	Solos Hidromórficos, Sem Horizonte Eluvial, Para-Aluviossolos (ou Para-Coluviossolos), de aluviões ou coluviais de textura mediana	91958,04
Cal	Solos Hidromórficos, Sem Horizonte Eluvial, Para-Aluviossolos (ou Para-Coluviossolos), de aluviões ou coluviais de textura ligeira	46943,47
Solos Podzólidos		
Ppt	Solos Podzolizados - Podzóis, (Não Hidromórficos), Com Surraipa, com A2 incipiente, de ou sobre arenitos	847003,21
Solos Argiluviados pouco insaturados		
Mediterrâneos Pardos não calcários e para-solos hidromórficos		
Pag	Solos Argiluviados Pouco Insaturados - Solos Mediterrâneos, Pardos, de Materiais Não Calcários, Para-Solos Hidromórficos, de arenitos ou conglomerados argilosos ou argilas (de textura arenosa ou franco-arenosa)	204385,08
Pdg	Solos Argiluviados Pouco Insaturados - Solos Mediterrâneos, Pardos, de Materiais Não Calcários, Para-Solos Hidromórficos, de arcoses ou rochas afins	567691,97
Srth	Solos Argiluviados Pouco Insaturados - Solos Mediterrâneos, Pardos, de Materiais Não Calcários, Para-Solos Hidromórficos, de arenitos arcósicos ou arcoses	171152,85
Mediterrâneos Vermelhos ou Amarelos não Calcários		
Srt	Solos Argiluviados Pouco Insaturados - Solos Mediterrâneos, Vermelhos ou Amarelos, de Materiais Não Calcários, Normais, de arenitos arcósicos ou arcoses	251302,90
Val	Solos Argiluviados Pouco Insaturados - Solos Mediterrâneos, Vermelhos ou Amarelos, de Materiais Não Calcários, Normais, de depósitos de textura mediana não consolidados	758188,63
Vdg	Solos Argiluviados Pouco Insaturados - Solos Mediterrâneos, Vermelhos ou Amarelos, de Materiais Não Calcários, Para-Hidromórficos, de arcoses ou rochas afins	44702,66
Mediterrâneos Vermelhos ou Amarelos, Calcários		
Vcd	Solos Argiluviados Pouco Insaturados - Solos Mediterrâneos, Vermelhos ou Amarelos, de Materiais Calcários, Normais, de calcários compactos ou dolomias	66646,57
Áreas Sociais		**2447362,11**

Quadro 7. Tipos de solos presentes no Concelho do Entroncamento e respetiva superfície | Cálculos próprios sobre dados de base (Carta de Solos de Portugal Continental) fornecidos pela DGADR

A total integração do Concelho do Entroncamento na vasta da bacia sedimentar do Tejo - Sado e a sua localização relativamente próxima ao Rio Tejo, induz que a generalidade dos solos aqui identificados são de origem sedimentar. De entre estes, destaca-se pela sua importância relativa os seguintes:

1. Solos Incipientes - Aluviossolos Antigos, Não Calcários, de textura ligeira (Atl), com 296,67 ha.;
2. Solos Litólicos, Não Húmicos, Pouco Insaturados, Normais, de materiais arenáceos pouco consolidados de textura franco-arenosa a franca (Vl), com 143,63 ha.; e,
3. Solos Litólicos, Não Húmicos, Pouco Insaturados Normais, de arenitos grosseiros (Vt), com 249,94 ha. No seu conjunto, estes três tipos de solos equivalem a aproximadamente 50% da superfície total do Concelho.

Salienta-se ainda o significativo peso das áreas sociais (ou seja, áreas maioritariamente edificadas e infra estruturadas), às quais não é naturalmente associado qualquer tipo de solo: cerca de 15% da superfície total do Concelho.

Sendo como referido, o solo matéria relevante em termos de planeamento, atendendo ainda à complexidade decorrente da diversidade de tipos de solos, produz-se uma peça gráfica (7.1 - Planta de Aptidão dos Solos Agrícolas) que à esc. 1/10.000 identifica as áreas afetas às diferentes litologias / tipos de solos, para a qual se remete. Atendendo à complexidade e variabilidade dos solos em presença, entende-se que para a escala de um Plano Diretor será relevante efetuar uma análise com base nas ordens de solos. Neste contexto, os tipos de solos foram agrupados nas seguintes ordens: Solos Incipientes, Solos Litólicos, Solos Calcários (Pardos), Solos Hidromórficos, Solos Podzólidos e Solos Argiluviados pouco insaturados.

Os resultados deste trabalho, relativos à distribuição geográfica das ordens de solos e do respetivo peso relativo na superfície do Concelho, encontram-se representados na Figura 20 e 21, sendo descritas as principais características das ordens predominantes no Entroncamento.

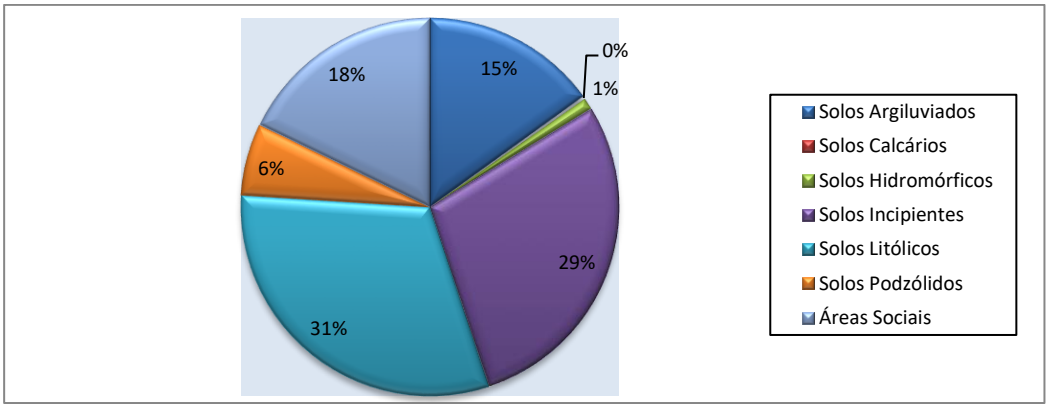


Figura 20. Superfície relativa do Concelho do Entroncamento por ordens de solos | Cálculos próprios sobre dados de base (Carta de Solos de Portugal Continental) fornecidos pela DGADR

4.2.1. Solos Argiluviados

Os solos Argiluviados ocupam cerca de 15% do Concelho do Entroncamento e pela leitura da 0, verifica-se que os mesmos ocupam, genericamente, o quadrante Oeste e Noroeste do Concelho.

Os Solos Argiluviados Pouco Insaturados são solos evoluídos, de perfil do tipo ABtC, apresentando, caracteristicamente, um horizonte B árgico em que o grau de saturação com bases é superior a 35% aumenta ou, pelo menos, não diminui, com a profundidade e nos horizontes subjacentes. Esta Ordem considera a existência de duas Sub-Ordens, que se distinguem pela tonalidade predominante da sua cor, Solos Mediterrâneos Pardos e Solos Mediterrâneos Vermelhos ou Amarelos, ambas presentes no Concelho do Entroncamento.

Os primeiros acima mencionados correspondem a solos que se desenvolvem em climas de regime xérico (climas mediterrâneos) e que apresentam, nos seus horizontes A e B, cores pardacentas. Consoante a natureza, calcária ou não calcária, das rochas a partir das quais estes solos se formaram, assim foram classificados em dois Grupos diferentes. Os segundos correspondem a Solos Argiluviados que se desenvolvem em climas de regime xérico e que apresentam, nos seus horizontes A ou B, cores avermelhadas ou amareladas.

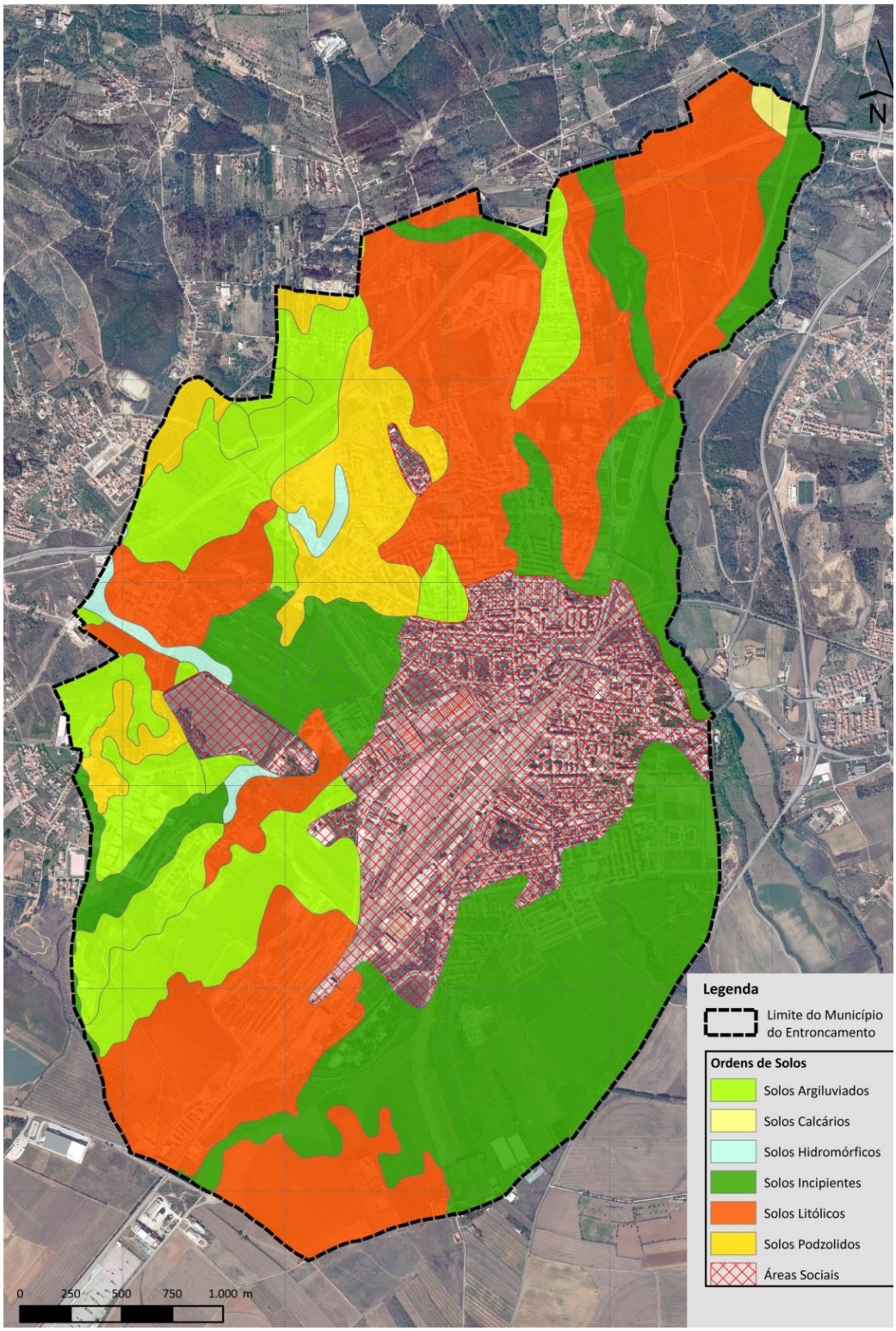


Figura 21. Distribuição das ordens de solos no Concelho do Entroncamento | Fonte: Carta de Solos de Portugal Continental (DGADR)

4.2.2. Solos Incipientes

Os solos incipientes ocupam cerca de 29% do Concelho do Entroncamento, sendo dos mais representados no referido território.

Pela leitura da Figura 21, verifica-se que os solos incipientes ocupam a maior parte do Sul do território municipal, pelo que corresponde à área mais próxima ao Rio Tejo[29], sendo igualmente coincidentes com as áreas aluvionares, algumas das quais atualmente ocupadas com solo urbano. A este propósito, poder-se-á induzir da referida representação que o território identificado como área social, e por tal não classificada sob qualquer tipo de solo, terá sido executada em grande parte sobre solos incipientes.

Os solos incipientes não são solos evoluídos e não apresentam horizontes claramente diferenciados, praticamente reduzidos ao material originário. Esta Ordem, constituída pelos solos mais jovens, comporta quatro subordens com características bastante distintas, das quais apenas duas estão presentes no município do Entroncamento, a saber, Aluviossolos e Coluviossolos.

Os aluviossolos são Solos Incipientes derivados de depósitos estratificados de origem aluvionar. Por este motivo, embora o seu perfil apresente apenas um horizonte geneticamente evoluído no local, o horizonte superficial *A* ou *Ap*, caracterizam-se por possuírem, geralmente, uma elevada espessura efetiva que as raízes das plantas exploram com maior ou menor facilidade, conferindo-lhes, por isso, uma elevada potencialidade para a produção de biomassa. Os aluviossolos dividem-se em dois grupos, ambos presentes no Concelho do Entroncamento: Aluviossolos Modernos e Aluviossolos Antigos.

O grupo dos Aluviossolos Modernos é constituído pelos solos de formação mais recente e que muitas vezes, vão recebendo ainda a deposição de sedimentos aluviais, caracterizando-se, também por possuírem, em geral, um nível freático relativamente próximo da superfície.

O grupo dos Aluviossolos Antigos é constituído por solos mais antigos, que não recebem já, no momento presente, a deposição de sedimentos aluviais, derivando, geralmente, de terraços fluviais. Embora apresentem, tal como os Aluviossolos Modernos, um elevado potencial de produção de biomassa, o seu lençol freático tende a localizar-se a uma maior profundidade.

Os Coluviossolos são Solos Incipientes derivados de depósitos de origem coluvial e localizados, por isso, em vales e depressões, ou, simplesmente, na base de encostas. À semelhança do que acontece com os Aluviossolos, a sua considerável espessura efetiva, que as raízes das plantas exploram com maior ou menor facilidade, confere-lhes, também, uma elevada potencialidade de produção de biomassa.

[29] Que a Sul do Entroncamento constitui o limite administrativo do Concelho da Golegã

4.2.3. Solos Litólicos

Os solos litólicos ocupam cerca de 31% do Concelho do Entroncamento, sendo por tal o mais representado no Concelho do Entroncamento. Pela leitura da 0, verifica-se que os solos litólicos envolvem na sua generalidade as áreas associadas aos solos incipientes, ocupando contudo parte significativa do Norte do Concelho.

Esta ordem reúne solos pouco evoluídos, de perfil do tipo AC ou A(b)C, isto é, que apresentam apenas um horizonte superficial Ah ou Ap, seguido de uma camada C de material não consolidado e não evoluído pedogeneticamente, ou seguido de um horizonte B de alteração *in situ* (B câmbico). São solos formados, geralmente, a partir de rochas não calcárias, ou, quando derivados desse tipo de rochas, em que se perderam completamente os seus carbonatos até à camada C. Pela sua espessura específica pouco acentuada, e pelo seu reduzido grau de evolução, apresentam condições relativamente adversas ao desenvolvimento das plantas e, portanto, uma capacidade de produção de biomassa frequentemente limitada. Esta Ordem subdivide-se em duas Sub-Ordens, Solos Litólicos Húmicos e Solos Litólicos Não Húmicos.

São solos Litólicos que apresentam, à superfície, um horizonte A úmbrico, isto é, relativamente rico em matéria orgânica ácida e, portanto, pobre em bases de troca. A sua riqueza em compostos orgânicos, contudo, confere-lhes um maior potencial para a produção de biomassa e uma muito menor erodibilidade. Formam-se, em geral, em locais com ocupação florestal (ou que tiveram este tipo de ocupação. Desta Ordem apenas um Subgrupo, se encontra presente no Concelho do Entroncamento, os solos litólicos não húmicos, os quais apresentam horizonte A úmbrico, sendo, portanto, mais pobres em matéria orgânica e mais suscetíveis ao processo de erosão hídrica.

4.3. Capacidade de Uso Agrícola dos Solos

A Carta de Capacidade de Usos do Solo resulta de uma interpretação da Carta de Solos, em que estes são agrupados de acordo com a capacidade de uso para suportarem as culturas usuais (excluindo as arbustivas e arbóreas), que não necessitem de condições especiais (tais como a cultura de arroz), durante um período de tempo longo e sem que o solo sofra deterioração significativa ao longo do mesmo.

As classes, que adiante se descrevem, são por tal agrupamentos de solos que apresentam o mesmo grau de limitação e/ou riscos semelhantes, que afetam o seu uso durante determinado período de tempo. As subclasses, igualmente identificadas, são grupos de solos de uma mesma classe, que apresentam a mesma espécie de limitação dominante ou riscos de deterioração – ver quadro 8.

Sublinha-se que a determinação da capacidade de uso dos solos para a atividade agrícola é um fator determinante para a futura classificação de determinada área como Reserva Agrícola tendo em atenção as características principais das classes de uso de solo.

Classe	Características Principais
A	- poucas ou nenhumas limitações - sem riscos de erosão ou com riscos ligeiros - suscetível de utilização agrícola intensiva
B	- limitações moderadas - riscos de erosão no máximo moderados - suscetível de utilização agrícola moderadamente intensiva
C	- limitações acentuadas - riscos de erosão no máximo elevados - suscetível de utilização agrícola pouco intensiva
D	- limitações severas - riscos de erosão no máximo elevados a muito elevados - não suscetível de utilização agrícola, salvo casos muito especiais - poucas ou moderadas limitações para pastagens, exploração de matos e exploração florestal
E	- limitações muito severas - riscos de erosão muito elevados - não suscetível de utilização agrícola - severas a muito severas limitações para pastagens, matos e exploração florestal - ou servindo apenas para vegetação natural, floresta de proteção ou de recuperação - ou não suscetível de qualquer utilização
Subclasses	
	e - erosão e escoamento superficial h - excesso de água s - limitações do solo na zona radicular

Quadro 8. Classes de Capacidade de Uso do Solo, respetivas características e superfície no Entroncamento | Fonte: Nota explicativa da Carta de Capacidade de Usos do Solo (DGADR)

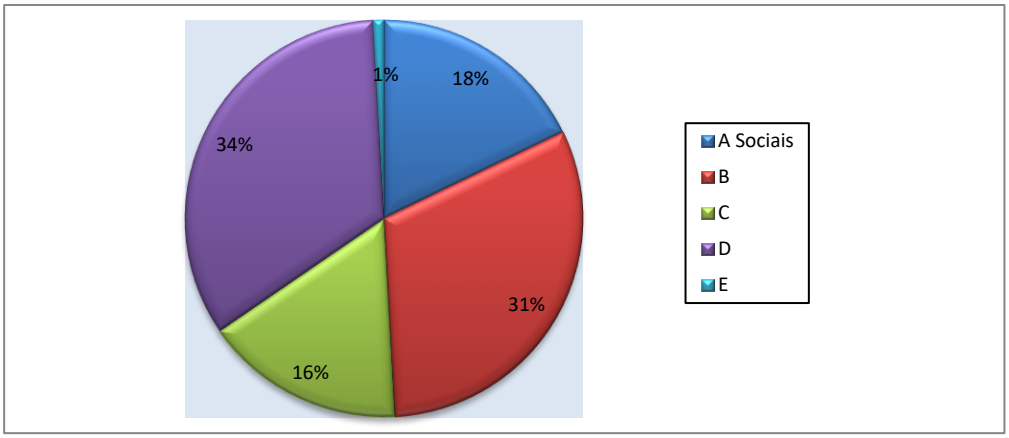


Figura 22. Superfície relativa do Concelho do Entroncamento por classes de capacidade de usos do solo | Cálculos próprios sobre dados de base (Carta de capacidade de Usos do Solo) fornecidos pela DGADR

A leitura dos dados permite constatar que no Concelho do Entroncamento são inexistentes áreas com a máxima capacidade de usos agrícolas do solo, ou seja, a Classe A – ver figura 22 e 23.

As classes D e B, com 34% e 31% da superfície do Concelho, são as classes mais representadas no mesmo, seguindo-se das áreas sociais, com 18% e da Classe E, com 16% da superfície total do Entroncamento. A classe E, coincidente com os solos de menor capacidade de uso agrícola, correspondem a uma área residual da superfície total do Concelho, com cerca de 1%. De referir que estas classe podem incluir subclasses, identificadas no 0, as quais resultam em diferentes níveis de condicionamento à prática agrícola.

É comum associar-se as classes identificadas no Concelho do Entroncamento com situações de limitações de usos do solo na zona radicular (s), sendo menos comum as duas outras restrições (h= excesso de água, e = erosão e escoamento superficial).

Pela análise da Figura 23, constata-se alguma harmonia na distribuição das classes de capacidade de uso agrícola dos solos, coincidindo genericamente os solos de classe B, logo os que determinam melhor capacidade de uso agrícola de entre aqueles que se encontram presentes no Concelho do Entroncamento, com as áreas Sul do Concelho, logo, áreas de aluvião do Tejo.

As classes D correspondem à zona Norte e Centro do Concelho, e as restantes classes a situações intermédias no centro e Oeste do Concelho.

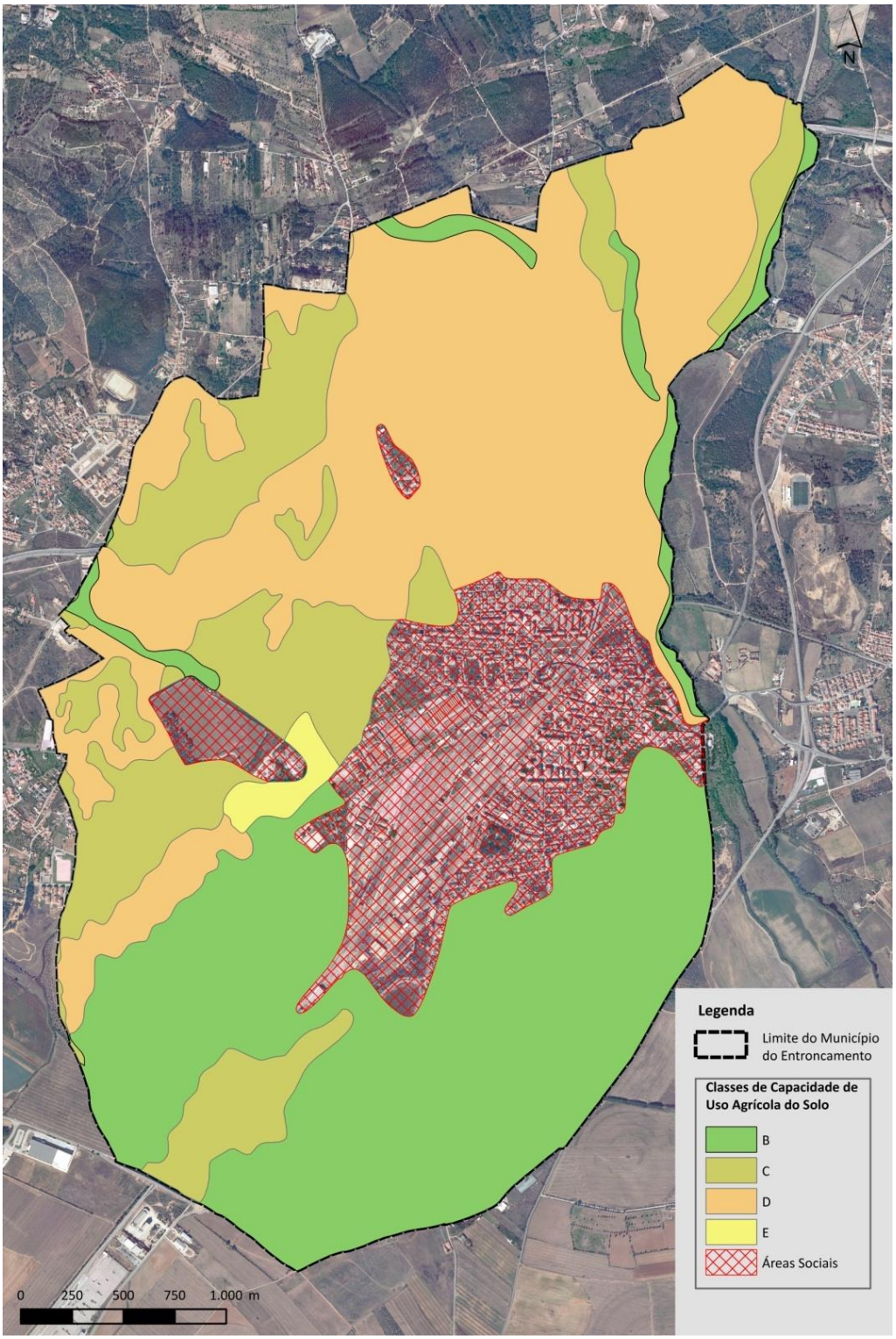


Figura 23. Distribuição geográfica das classes de capacidade de usos do solo no Entroncamento | Fonte: Carta de capacidade de Usos do Solo (DGADR)

4.4. Proposta de Reserva Agrícola Nacional (Base)

Em setembro de 2013 foi concluído um documento com vista à delimitação da RAN Base para o Concelho do Entroncamento, que se encontra ora a seguir a normal sequência processual.

Este documento, que constitui elemento complementar ao PDM, conclui que:

1. Está-se em presença de um território que reúne duas características peculiares no quadro dos municípios portugueses: uma superfície reduzida e, em simultâneo, profundamente utilizada para uso urbano;
2. Por tal, a RAN em vigor no Concelho assume características muito próprias pois afeta áreas marginais do município, pouco significativas quer em termos de superfície total por ela abrangida, quer quanto ao peso relativo do total da superfície do município.
3. As orientações técnicas constantes no Regime Jurídico da RAN (RJRAN), que para o Concelho do Entroncamento determinam a integração, grosso modo, dos solos com capacidade de uso agrícola A, B ou Ch, ou ainda, dos solos aluvionares e coluvionares, perde fundamento, uma vez que a distribuição geográfica destes solos e a respetiva superfície abrangida nas Cartas de Solos e de Tipos de Solos existentes e com base de trabalho de mais de 30 anos, encontra-se profundamente desatualizada face ao assinalável desenvolvimento urbano da cidade do Entroncamento, no período que medeia a produção das Cartas de Base e a atualidade, patente de forma objetiva e clara quando se compara a Área Social constante naqueles dados de base e a área atualmente ocupada pela cidade.
4. **Assim, concluiu o estudo pela bondade de se ponderar a RAN Base a partir da Carta publicada e eficaz para o Concelho do Entroncamento, obviando-se nesta mesma RAN Base as pequenas falhas que se detetaram**.

O trabalho resulta fundamentalmente na ampliação de uma mancha de RAN no Norte do Concelho que, sem razão aparente, não abrangia a totalidade da área que ora se verifica englobar solos com características de integrar a RAN - ver figura 24.

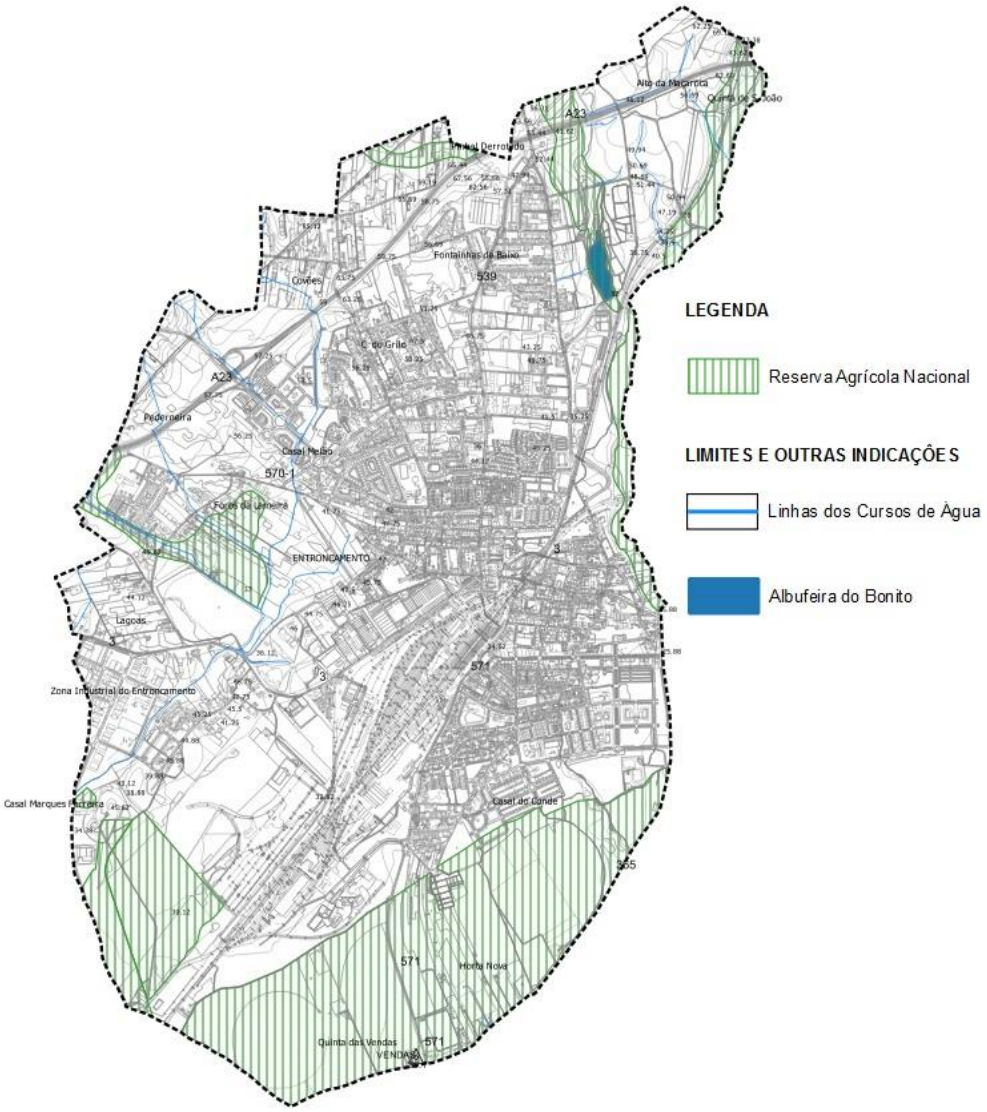


Figura 24. Proposta de RAN Base

5. Recursos Hídricos

5.1. Nota Introdutória

O presente capítulo versa a caracterização do descritor recursos hídricos, com base na metodologia oportunamente retratada no corpo do presente relatório técnico30, e com base na distinção básica entre recursos hídricos superficiais e recursos hídricos subterrâneos. A descrição destas temáticas recorre aos dados disponibilizados oficialmente, designadamente pela APA – ex-ARH Tejo e ex- INAG -, bem como, com recurso ao trabalho desenvolvido pela CME e proteção civil municipal para aferição do traçado real das linhas de água, dado que se havia detetado desconformidades na cartografia de base.31

É ainda introduzido um novo capítulo relativo à ribeira de Sta. Catarina, realçando matéria relativa ao seu traçado atual, estado do recurso no seu troço a descoberto, descrição do projeto de transvase e respetivos objetivos.

[30] Ver sub-capítulo II.5 – Recursos Hídricos do capítulo II Nota Metodológica.
[31] A matéria relativa às zonas inundáveis é tratada em descritor dedicado, no relatório 5 – Áreas Críticas à Ocupação Humana.

5.2. Recursos Hídricos e Superficiais

5.2.1. Enquadramento na Bacia Hidrográfica do Rio Tejo

No contexto das águas superficiais continentais e face ao escasso número de lagoas, os rios assumem um importante papel na hidrografia do país. As principais características dos cursos de água portugueses são a sua direção e a irregularidade dos regimes hidrológicos. A direção predominante é Este – Oeste: no Norte do país mais vincada no sentido Oeste, no centro essencialmente para Sudoeste e no Sul para Sussudoeste. A maioria das exceções explicam-se pelo relevo e tectónica locais.

Quanto ao regime, a forte redução dos caudais no verão levou Orlando Ribeiro a categorizar os rios portugueses em rios principais, os que apenas sofrem uma redução de caudal, os rios menos importantes, aqueles em que a estiagem interrompe o seu curso e os rios pequenos que chegam a secar por completo durante a estação mais seca. Hermann Lautensach considerou que as oscilações do nível médio das águas dos rios portugueses são das mais acentuadas que se conhecem em toda a Terra dada a sua ligação direta às variações do clima que caracteriza o país. Assim, os caudais mínimos ocorrem durante a estação mais quente e seca, atingindo-se os valores mínimos médios em agosto e absolutos em setembro. Depois de todo o verão, os solos secos estão aptos a absorver as primeiras precipitações de outono. No inverno, a quantidade de água transportada é, em média, duas a quatro vezes superior ao caudal de verão, valores que escondem os episódios de cheias, por vezes com consequências catastróficas, que tão bem caracterizam o regime dos rios portugueses. É neste contexto potenciador de situações extremas que importa caracterizar os recursos hídricos superficiais, salientando que a manutenção do mesmo a céu aberto e a salvaguarda de zonas envolventes e de zonas suscetíveis de inundabilidade, permitem a manutenção das condições de permeabilidade e a salvaguarda de situações de risco.

Estabelece-se previamente uma análise de enquadramento do território do Entroncamento no contexto da bacia hidrográfica em que se insere, a bacia hidrográfica do Tejo – ver figura 24 - em matéria relacionada com os recursos hídricos superficiais.[32]

A bacia hidrográfica do Tejo constitui, em área, a quinta maior bacia hidrográfica dos rios da Europa Comunitária, sendo a terceira da Península Ibérico (a seguir às bacias do Rio Douro e do Ebro), sendo aquela que assume maior expressão no território português: no total, cobre uma superfície de 80 629 Km2, correspondendo 24.800 km2 a superfície situada no território nacional. Tais factos sublinham a relevância desta bacia hidrográfica.

[32] Noutros items do presente relatório, a bacia hidrográfica é igualmente retratada atendendo a outros vetores de análise, tais como, os recursos hídricos subterrâneos.

Para jusante de Vila Nova da Barquinha, inserindo assim o Concelho do Entroncamento, forma-se uma extensa planície aluvial que forma a grande Bacia Terciária do Tejo. Situado a Norte do Rio Tejo, o Entroncamento não só não margina o referido Rio, como igualmente, não é atravessado por qualquer um dos afluentes que se situam na vertente direita do Rio, a saber: o Erges, o Aravil, o Ponsul, o Ocreza e o Zêzere.33 De acordo com o PGRH Tejo, o Concelho encontra-se dividido entre duas sub-bacias da Bacia do Tejo: Almonda e Tejo Inferior.

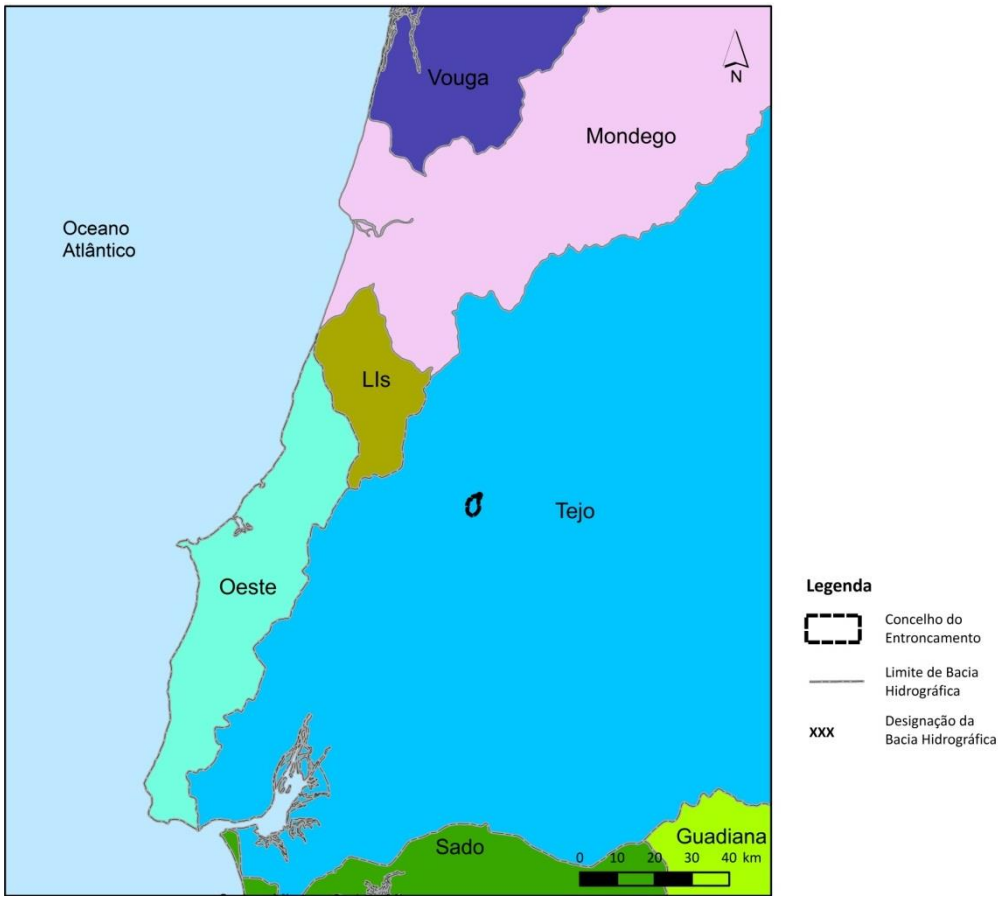


Figura 25. Localização do Entroncamento nas Bacias Hidrográficas de 1ª Ordem de Portugal | Fonte: APA – Atlas do Ambiente

5.2.2. As linhas de água do Concelho de Entroncamento

A totalidade das linhas de água do Concelho do Entroncamento assumem características sazonais e, por tal, torrenciais. Sem prejuízo de tal facto, sobressai das suas características o facto de se encontrarem profundamente alteradas pelo Homem, sendo que da rede original muitas foram subtraídas e incluídas nas redes de pluviais da cidade do Entroncamento. Neste contexto, são consideradas como linhas de água do Concelho aquelas que tenham troços a céu aberto. Do conjunto de linhas de água que intersetam o Concelho, quatro encontram-se classificadas no Índice Hidrográfico34, de seguida identificadas: *301.50* Ribeira da Ponte da Pedra, *301.50.02* Ribeira de Sta. Catarina, *301.50.04* Ribeira da Barroca e *301.48.01* Ribeira do Borralho – ver figura 25.

[33] INAG (1999)
[34] DGRAH (1981) – Índice Hidrográfico e Classificação Decimal dos Cursos de Água de Portugal

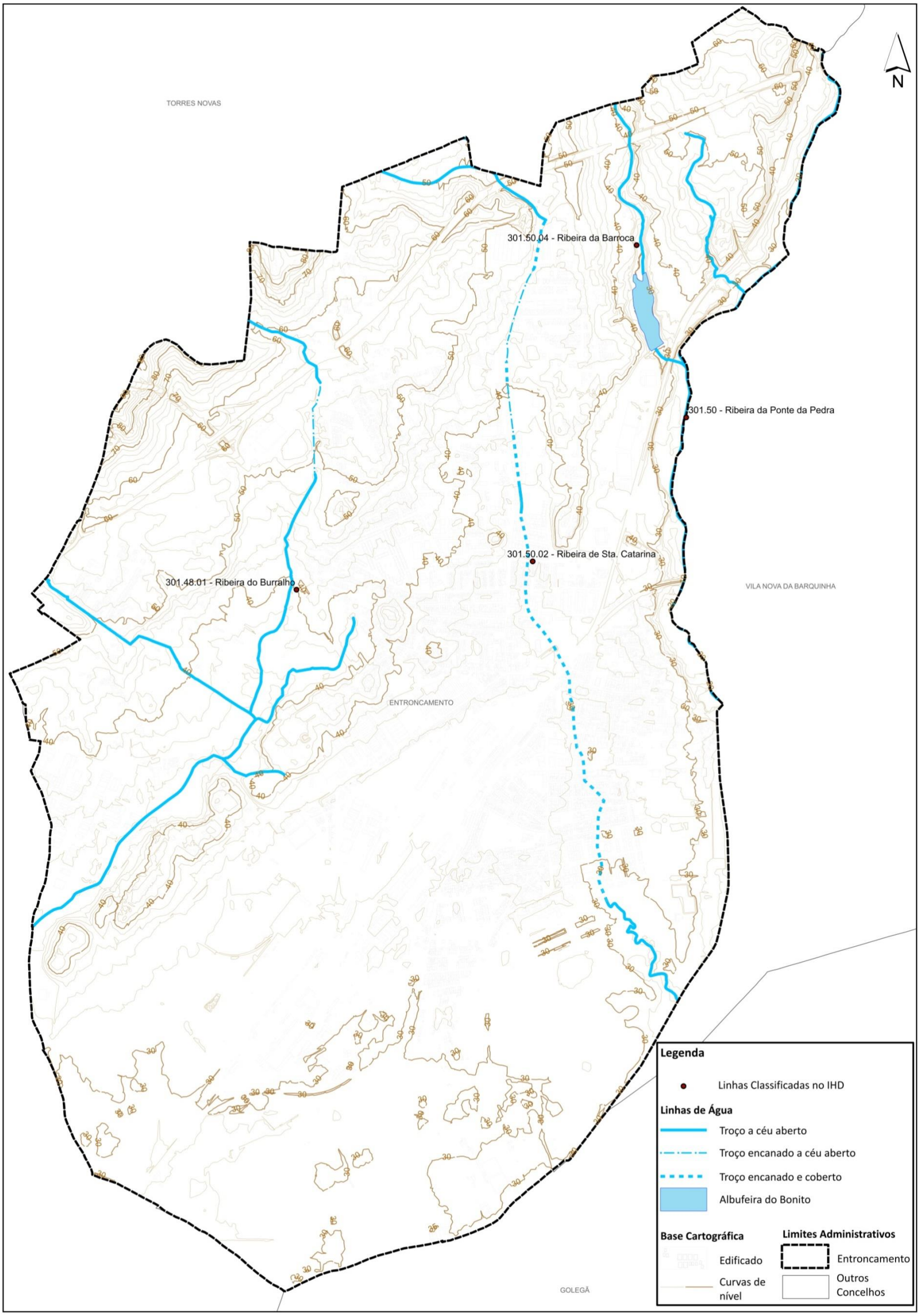


Figura 26. Rede Hidrográfica Superficial do Concelho do Entroncamento | Fonte: CME (2012); CIMT (Cartografia de base 1/10000)

[a] Ribeira da Ponte da Pedra

A ribeira da Ponte da Pedra é um afluente direto do Rio Tejo, classificado no Índice Hidrográfico sob o código *301.50* e que serve, sensivelmente, de fronteira entre os Concelhos de Vila Nova da Barquinha e Entroncamento.



Figura 27. Açude da Ribeira da Ponte da Pedra | Fonte: Panoramio

No Concelho do Entroncamento, esta linha de água é a único curso de água contributivo direto do rio Tejo[35] e tem dois afluentes igualmente classificados no índice hidrográfico: a ribeira de Sta. Catarina e a ribeira da Barroca, adiante caracterizadas. Neste município, esta linha de água tem uma extensão de aproximadamente 4250 m, sendo a totalidade do seu percurso estabelecido a céu aberto, tendo inclusive alguns pontos de maior sensibilidade ecológica, uma vez que se associam a esta linha de água troços com galeria ripícola.

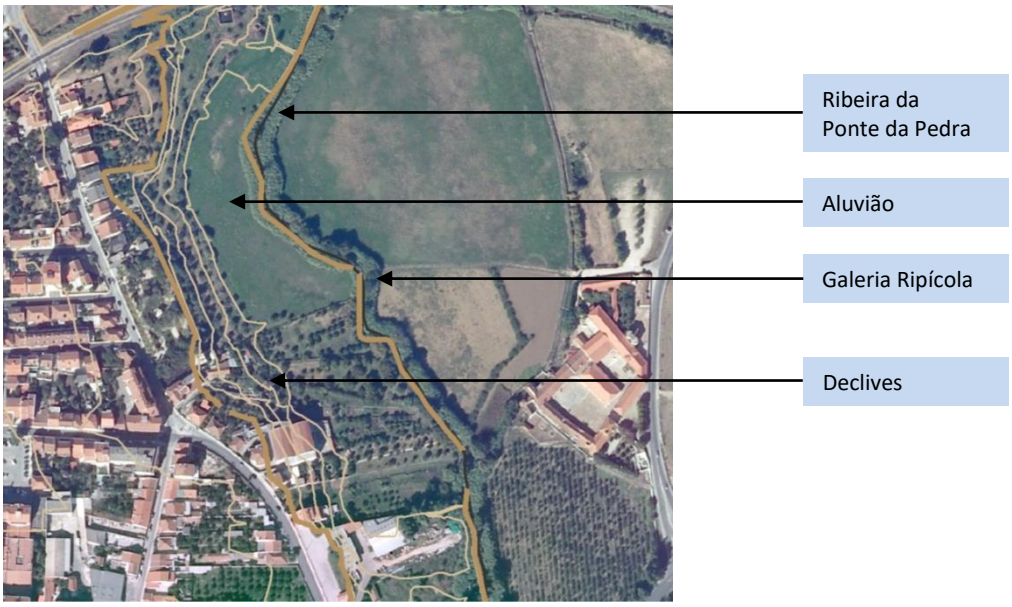


Figura 28. Estrutura Topográfica da envolvente da Ribeira da Ponte da Pedra | Fonte: Dados Próprios; IGT (Ortofotomapa 2010); CIMT (Cartografia 1/10000)

[35] Mais a Sul já no Concelho de Golegã.

[b] Ribeira de Sta. Catarina

A Ribeira de Sta. Catarina encontra-se classificada no Índice Hidrográfico (sob o código 301.50.02), sendo afluente direto da ribeira da Ponte da Pedra, já no Concelho da Golegã. Com uma extensão total de quase 9.000 m em território do Entroncamento, esta linha de água é aquela que tem maior expressão neste território sendo, contudo. também aquela que, de entre as linhas de água destacadas no presente relatório, apresenta mais significativas alterações ao seu perfil transversal e longitudinal. De facto parte significativa do seu percurso encontra-se emanilhado, com secções a céu aberto ou mesmo, cobertas, como ilustram as figuras seguintes.[36]

A condição física da ribeira de Sta. Catarina, em boa parte do seu troço emanilhada ou mesmo coberta, em parte deste integrada na rede de pluviais, determinou que a então hidráulica do Tejo em novembro de 1987 tivesse considerado:

1. Existem frequentes problemas de edificações ao longo da ribeira de Sta. Catarina;
2. Seria inclusive viável o desvio da linha de água para a Ribeira da Barroca, acautelando situações de cheias urbanas pela sobrecarga nos pluviais;
3. Caso a via rápida fosse executada (atual A23), podia ser considerado que a ribeira de Sta. Catarina estaria sob administração da autarquia, podendo funcionai "*no troço em causa, como esgoto de águas pluviais, responsabilizando-se a Câmara por quaisquer obras que executem junto às margens…*".

Em sequência, a Câmara Municipal do Entroncamento deliberou ainda em novembro de 1987 que :
"… *Embora as possibilidades de desvio da linha de água para a Ribeira da Barroca, junto ao futuro IP seis nos ofereçam reservas* (…) *será vantajosa a aceitação do proposto*. (…). *A Câmara* (…) *deliberou*: (…) *Aceitar que a Ribeira de Santa Catarina passe para a jurisdição da Câmara Municipal do Entroncamento, conforme o proposto* (…)." Está-se por tal em presença de uma situação muito particular em que a Câmara passa a gerir o leito e a respetiva servidão.

Sem prejuízo de tais *demarches*, a situação relativa à ribeira não terá melhorado significativamente na sua generalidade. Continuamos a assistir a um descuido de boa parte da área a céu aberto, assim como, foram licenciadas construções em plena servidão – ver figuras 29 e 30 - e ainda, não foi efetuado o referido desvio, obra que seria essencial, ao que tudo indica, para prevenir a sobrecarga da rede de pluviais e atenuar riscos de cheias urbanas.

[36] Figuras 29 e 30. Remete-se ainda para a figura 26, que sistematiza a rede hidrográfica do Concelho do Entroncamento.



Figura 29. Ribeira de Santa Catarina | Fonte: ARQUEST (2008)

Oportunamente, considerando as situações pontuais de inundações urbanas causadas por obstruções ou subdimensionamento de perfil transversal dos álveos das manilhas, a CM do Entroncamento providenciou um projeto de regularização de caudal desta linha de água, com transvase de caudal para a Ribeira da Ponte da Pedra,37 graficamente ilustrado na figura 31.



Figura 30. Esquema síntese com localização do canal de nivelamento do caudal | Fonte: ARQUEST (2008)

Não tendo havido qualquer desenvolvimento na sequência deste projeto, nem mesmo em relação ao desenvolvimento de eventuais estudos de incidências ambientais, pode-se contudo apontar que nos termos do projeto a obra de desvio da Ribeira de St.ª Catarina será dotada de uma comporta hidráulica que permitirá impedir o escoamento para jusante do atual curso da ribeira, encaminhando todo o escoamento para o canal agora projetado.

[37] ARQUEST (2008) - Desvio da Ribeira de Santa Catarina (Canal de Nivelamento de Caudal) - CME

De acordo com os cálculos apresentados no estudo " … *constata-se que o caudal de ponta da Ribeira da Ponte da Pedra irá aumentar em cerca de onze porcento, por introdução do caudal proveniente da Ribeira de St.ª Catarina. Note-se que esta situação apenas é relevante para Ribeira da Ponte da Pedra entre a secção de descarga e a secção onde conflui atualmente a Ribeira de St.ª Catarina*.".

Conforme mencionado no capítulo de ponderação de pareceres, acerca desta linha de água a CCDR LVT apresenta algumas preocupações, as quais foram ponderadas conforme o referido capítulo. De entre estas sublinha-se " … evidenciar a possibilidade, ou não, de virem a ser renaturalizados alguns troços da ribeira de Sta. Catarina, designadamente os que se encontram encanados a céu aberto". Cientes de que esta é uma matéria que ultrapassa a escala de análise de um Plano Diretor, porque se trata de uma escala de projeto, pode contudo o Plano em sede de regulamento e Planta de Ordenamento determinar esta avaliação no âmbito da sua execução.

Sublinha-se que, num outro Instrumento de Gestão Territorial que integrava um troço da ribeira de Sta. Catarina, a saber o Plano de Pormenor do Formigão, que ainda não se encontra executado, foi determinada a sua valorização no troço abrangido e integração num parque verde urbano. Por tal, presume-se que a escalas de maior pormenor poderá certamente haver soluções que visem estes objetivos de renaturalização valorização.

[c] Ribeira da Barroca

A Ribeira da Barroca corresponde ao código 301.50.04 do Índice Hidrográfico, sendo, à semelhança da Ribeira de Sta. Catarina, afluente da Ribeira da Ponte da Pedra. O seu troço no Concelho do Entroncamento tem uma extensão de aproximadamente 2500m, tendo como principal característica o facto de sobre ela ter sido executada a represa do Bonito, que dá origem à albufeira homóloga.



Figura 31. Albufeira do Bonito | Fonte: Googlemaps (2013**)**

[d] Ribeira do Borralho

É a única ribeira cuja bacia drenante é contributiva para a sub-bacia hidrográfica do Almonda, de entre as ribeiras acima mencionadas. Drena o quadrante Oeste do Concelho, atravessando a área industrial do Entroncamento e corresponde ao código do I.H. *301.48.01*. Tem uma extensão aproximada de 3500 m no território do Entroncamento, uma parte da qual encontra-se canalizada a céu aberto. De referir que nesta linha de água encontra-se o ponto de descarga da ETAR da Zona Industrial do Entroncamento.



Figura 32. Ribeira do Borralho no atravessamento da área industrial do Entroncamento | Fonte: CME (2013)

5.3. Recursos Hídricos e Subterrâneos

5.3.1. Enquadramento nas Unidades Hidrogeológicas de Portugal Continental e nos Sistemas Aquíferos

O Concelho do Entroncamento integra-se, na sua totalidade, na Bacia Terciária do Tejo – Sado, a qual constitui uma das quatro Unidades Hidrogeológicas de Portugal Continental – ver figura 33. Esta Unidade Hidrogeológica corresponde a uma grande bacia sedimentar, preenchida por sedimentos terciários e quaternários, que constitui uma depressão alongada na direção Nordeste-Sudoeste, a qual é marginada a Oeste e a Norte pelas formações mesozoicas da orla ocidental e a Nordeste, a Este e Sudeste pelo substrato hercínico, comunicando a Sul com o Oceano Atlântico, na Península de Setúbal. Esta Unidade apresenta três sistemas aquíferos distintos: Margem Direita do Tejo, Aluviões do Tejo e Margem Esquerda do Tejo.

O enchimento desta grande bacia de características predominantemente sedimentares é constituído por depósitos paleogénicos, miocénicos e pliocénicos, recobertos em grande parte por depósitos quaternários.

Sem prejuízo da reduzida área do município, a sua situação de charneira já por diversas vezes enunciada no corpo dos presentes relatórios, determina que o Concelho é abrangido por dois destes sistemas aquíferos que, para além do mais, se sobrepõem: o Sistema Aquífero Margem Direita do Tejo e o Sistema Aquífero Aluviões do Tejo, encontrando-se portanto numa área de charneira entre ambos, como se constata pela Figura 33. Tal localização permite concluir que o Concelho adotará características de ambos os subsistemas, que resultam e se expressam em distintas ocupações de solo ainda rural e marginal à cidade[38], com o predomínio do uso agrícola a Sul, em área clara de várzea e o uso florestal, a norte da cidade, onde o relevo é sensivelmente mais dinâmico.

O sistema aquífero da Margem Direita é constituído por um aquífero carbonatado, ausente nalgumas regiões, nomeadamente nos bordos NW e SW, e por um aquífero mais profundo instalado em rochas detríticas. Estes aquíferos são predominantemente confinados ou semiconfinados.

A recarga do sistema é efetuada diretamente a partir da precipitação ou por drenagem transversal dos cursos de água, alguns dos quais são provenientes de descargas do Maciço Calcário Estremenho. De acordo com a respetiva *Ficha de Caracterização do Sistema Aquífero (T1)*, do Instituto da Água,[39] é provável que neste sistema a taxa de recarga se situe entre 15 a 20% da precipitação, pelo que, excluindo a área que se encontra coberta pelo sistema aluvial do Tejo, obtêm-se volumes anuais de

[38] Vede Relatório 3 relativo à ocupação do solo , avaliação do PDM e dinâmica de licenciamento.
[39] Extraída de http://snirh.pt/

recarga situados entre 150 e 200 hm3. De referir por fim que os valores de transmissividade são muito variáveis, dependendo localmente da litologia em presença.

De acordo com a Ficha de Caracterização do Sistema Aquífero das Aluviões do Tejo *(T7)40* o sistema de aluviões do Tejo constitui um sistema aquífero poroso, livre a confinado ou semiconfinado, em que o escoamento subterrâneo dá-se em direção ao rio Tejo e ao longo da faixa de aluviões modernas, até ao estuário. A situação particular do importante escoamento superficial resulta num balanço hídrico em que as saídas quase equivalem às entradas41. As descargas dão-se ao longo das principais linhas de água. As aluviões constituem parte significativa deste sistema e caracterizam particularmente as áreas planas do centro e Sul do concelho e compõem-se por areias, argilas e na base seixos e calhaus.42

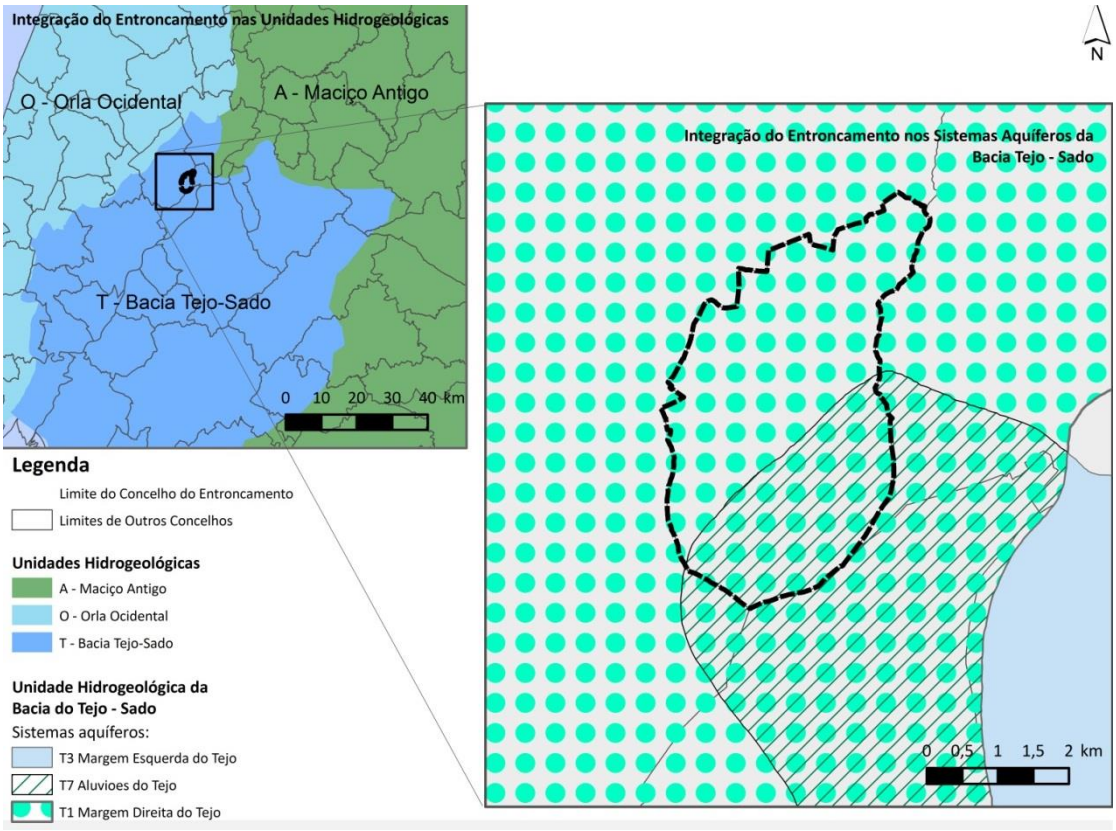


Figura 33. Enquadramento do Concelho do Entroncamento nas Unidades Hidrogeológicas de Portugal Continental e nos Sistemas Aquíferos da Bacia do Tejo Sado | Fonte: Instituto da Água – Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos, consultado em http://snirh.pt/

5.3.2. Caraterização das águas subterrâneas

O SNIRH dispõe de redes de monitorização de quantidade e qualidade de águas subterrânea e de superfície, verificando-se a inexistência de qualquer estação da rede no Concelho do Entroncamento, conforme figura de seguida inscrita. Face à falta de dados de base das redes de monitorização do SNIRH, tal como referido na nota metodológica, optou-se por efetuar uma caracterização das massas de água

[40] Extraída de http://snirh.pt/
[41] Idem, Entradas=585 870 m³/dia; saídas=567 421 m³/dia
[42] Ibidem

subterrâneas onde se integra o Entroncamento tendo como fonte o PGRH Tejo, Síntese para Consulta Pública - Versão Extensa43.

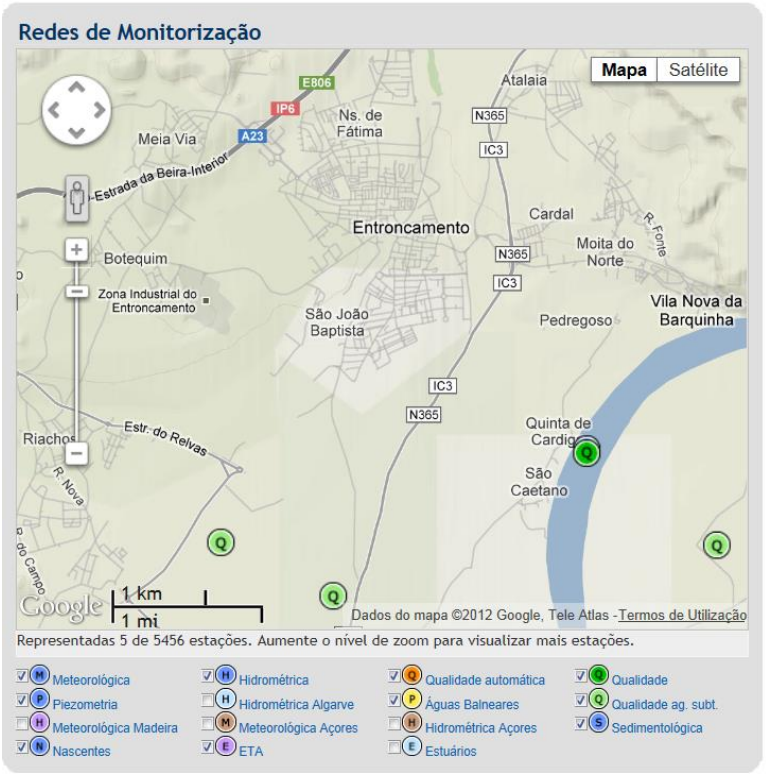


Figura 34. Localização de Estações da Rede de Monitorização da Qualidade e Quantidade das Águas | Extraído de http://snirh.pt/

[a] Caraterização das massas de água com base no PGRH Tejo

No PGRH Tejo são delimitadas e caracterizadas as Massas de Água (MA) subterrâneas que integram as três unidades hidrogeológicas abrangidas pela área de intervenção daquele plano, já identificadas. As MA subterrâneas delimitadas pelo PGRH Tejo na área do Concelho do Entroncamento correspondem às que foram identificadas por Almeida *et* al., (2000) como sistemas aquíferos e às quais foi já feita referência no capítulo V.3.1, Margem Direita do Tejo e Aluviões do Tejo.

- **Transmissividade e produtividade**

O quadro seguinte, extraído do PGRH Tejo, apresenta uma síntese da caracterização da transmissividade, com os dados de Almeida *et al.,* (2000) e de Oliveira *et al.,* (2000). "*Os valores apresentados foram, na sua maioria, estimados a partir dos caudais específicos. Só em alguns casos foi possível obter valores de transmissividade determinados em ensaios de bombagem. Apresenta-se igualmente a caracterização da produtividade das MA subterrâneas utilizando o caudal de exploração das captações de água subterrânea. Tendo em vista uma classificação dos sistemas hidrogeológicos em*

[43] Disponível em http://www.planotejo.arhtejo.pt/docs/PGRH/docs_consulta_publica/RT_sintese_Extensa.pdf

três classes da produtividade, adotaram-se os seguintes intervalos: *44* Produtividade alta: mediana ≥ 6 l/s; produtividade média: mediana ≥ 1 l/s e < 6 l/s; produtividade baixa: mediana < 1 l/s.

MA		Transmissividade (m2/dia)				Produtividade (l/s)				
		Mediana	Mínimo	Máximo	N.º de determinações	Mediana	Mínimo	Máximo	N.º de determinações	Classe
Bacia do Tejo-Sado/Margem Direita	Calcários de Almoster	-	0,1 (2)	1 200 (2)	34	6	0,1	20,8	31	Média a alta
	Arenitos da Ota	-	1 (2)	4 100 (2)	168	11,1	0,08	75	143	Alta
Aluviões do Tejo	Terraços	1 573 (1)	92 (1)	5 794 (1)	28	10	1,1	50,0	73	Alta
	Aluviões	1 493 (1)	6 (1)	5 575 (1)	80	12,0	1,0	80,0	135	Alta

(1) estimada com base em ensaio de bombagem.

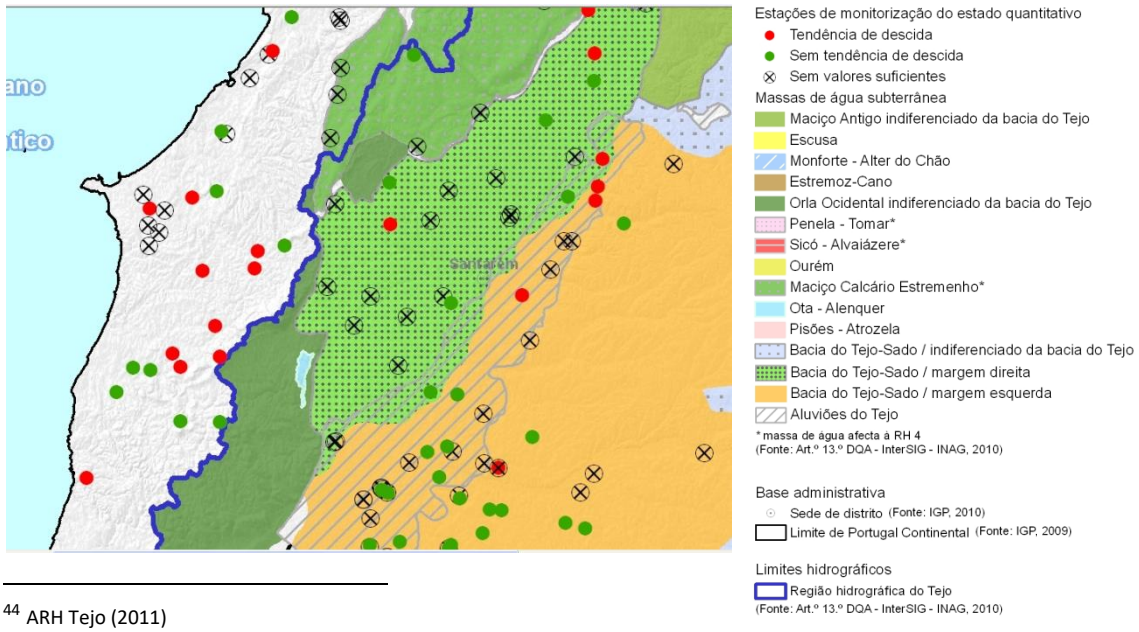
(2) estimada com base no caudal específico.

Quadro 9. Caracterização da transmissividade e da produtividade das MA subterrâneas | Extraído de: ARH Tejo (2011), PGRH Tejo – Síntese para Consulta Pública – versão extensa.

Da leitura do quadro 9 constata-se que a produtividade das MA subterrâneas abrangidas pelo Concelho do Entroncamento é classificada como alta, sendo mais elevada na MA Aluviões do Tejo, que apresenta igualmente níveis superiores de transmissividade, sensivelmente coincidentes com as áreas agrícolas localizadas na área sudeste do Concelho. De referir contudo, e como já referido, que os níveis de transmissividade variam muito consoante a litologia e a ocupação do solo.

- **Avaliação das disponibilidades**

A avaliação das disponibilidades hídricas é fortemente condicionada pela extensão das séries e pela irregularidade na medição dos níveis piezométricos, pelo que no PGRH Tejo a mesma foi efetuada a partir não apenas da tendência de evolução dos níveis piezométricos como também da avaliação da recarga natural.



44 ARH Tejo (2011)

Figura 35. Evolução dos níveis piezométricos por estação de monitorização (extrato do mapa 42 do PGRH Tejo) | Extraído de: ARH Tejo (2011), PGRH Tejo, disponível em http://www.planotejo.arhtejo.pt

A avaliação final atribuída no PGRH Tejo às MA subterrâneas Bacia do Tejo-Sado/Margem Direita do Tejo e Aluviões do Tejo, com base na variação dos níveis piezométricos aponta, em ambos casos, para uma tendência de descida dos níveis. Apesar desta avaliação o PGRH Tejo refere que a extensão das séries e a irregularidade dos períodos de medição dos níveis não permite, com segurança, confirmar a tendência de descida, salientando ainda que as situações de descida dos níveis identificadas são pontuais e localizadas em algumas áreas da MA. Sublinha-se que não existem dados locais para o Concelho do Entroncamento.

MA	Período Analisado		Precipitação (mm/ano)	Recarga		
	Série	N.º de anos		(mm/ano)	(hm3/ano)	% de precipitação
Bacia Tejo Sado/Margem Direita	10/1979 – 9/2009	30	668	123	172,80	18%
Aluviões do Tejo	10/1979 – 9/2009	30	629	207	217,87	33%

Quadro 10. Valores de recarga por MA subterrânea | Extraído de: ARH Tejo (2011). PGRH Tejo – Síntese para Consulta Pública – versão extensa.

O quadro 10 apresenta os dados constantes no PGRH Tejo relativos à recarga de MA subterrâneas, sintetizando as séries temporais analisadas e os valores finais de recarga anual média, bem como a sua relação com a precipitação anual média. A Figura 36 sintetiza graficamente esses mesmos dados permitindo a comparação entre as diversas MA. A Margem Direita da Bacia Tejo-Sado, que abrange a totalidade do Concelho do Entroncamento é uma das MA subterrâneas integradas no PGRH que registam uma menor recarga anual (123 mm) e pior relação com a precipitação ocorrida (18%).

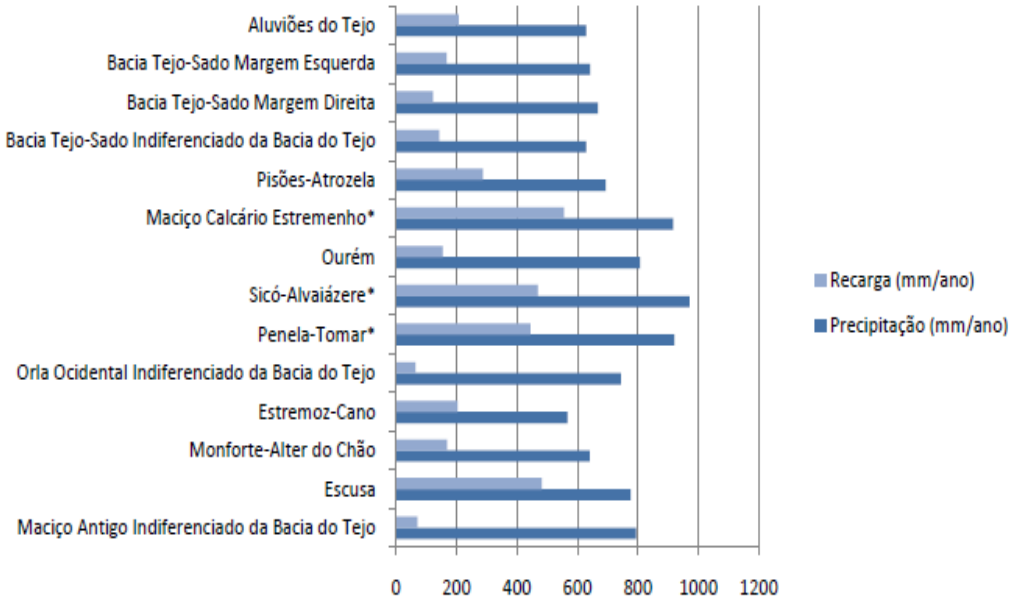


Figura 36. Relação da recarga das MA subterrânea com a precipitação | Extraído de: ARH Tejo (2011). PGRH Tejo – Síntese para Consulta Pública – versão extensa.

- **Estado das MA subterrâneas**

No âmbito da elaboração do PGRH Tejo foram realizados testes no sentido de avaliar o estado das MA subterrâneas. Apresentam-se nos quadros seguintes os resultados dos testes e consequente avaliação do estado (quantitativo e químico) das MA[45] nas quais se integra o Concelho do Entroncamento.

MA	Testes				Estado Quantitativo
	Balanço Hídrico Subterrâneo	Escoamento superficial	Avaliação dos ETDAS*	Intrusão Salina	
Bacia Tejo Sado/Margem Direita	Bom	- (1)	- (1)	Bom	Bom
Aluviões do Tejo	Bom	Sem dados	Bom	Sem dados	Bom

(1) Não aplicável

* ETDAS - Ecossistemas terrestres dependentes das águas subterrâneas

Quadro 11. Estado quantitativo das MA subterrâneas | Extraído de: ARH Tejo (2011). PGRH Tejo – Síntese para Consulta Pública – versão extensa.

[45] Importa referir que, de acordo com o PGRH Tejo, alguns dos testes foram amplamente condicionados devido à inexistência de dados sobre os locais e/ou MA em causa. Na avaliação do estado quantitativo foi em muitos casos impossível proceder à execução dos testes do escoamento superficial e dos ETDAS, enquanto na avaliação do estado químico não foi por vezes possível proceder à realização dos testes da diminuição da qualidade química ou ecológica das MA superficiais e dos ETDAS, não permitindo assim, nesses casos, a classificação de estado medíocre.

MA	Testes					Estado Químico
	Avaliação Global do estado químico	Diminuição da qualidade química ou ecológica das MA superficiais	Avaliação das ETDAS	Áreas de Proteção das Águas de Consumo	Intrusão Salina	
Bacia Tejo Sado/Margem Direita	Bom	- (1)	- (1)	- (1)	Bom	Bom
Aluviões do Tejo	Medíocre	Sem dados	Bom	Bom	Sem dados	Medíocre

(1) Não aplicável

*ETDAS - Ecossistemas terrestres dependentes das águas subterrâneas

Quadro 12. Estado químico das MA subterrâneas | Extraído de: ARH Tejo (2011). PGRH Tejo – Síntese para Consulta Pública – versão extensa.

- **Síntese/diagnóstico**

As MA subterrâneas Aluviões do Tejo e Margem Direita da Bacia do Tejo - Sado apresentam ambas, de acordo com o PGRH Tejo, um bom estado quantitativo, sendo que a exploração atual, é inferior à recarga calculada (taxa de exploração de 53,3% na MA Aluviões do Tejo e de 33,8% na Margem Direita do Tejo). Verifica-se uma tendência de descida nos níveos piezométricos na MA subterrânea Margem Direita do Tejo, e uma descida na zona norte da MA aluviões do Tejo, contudo, e como já referido, a extensão das séries e a irregularidade dos períodos de medição não permite confirmar com segurança esta tendência, para além de que se trata de situações pontuais e localizadas não podendo ser consideradas representativas da totalidade de cada uma destas massas de água.

Massa De Água	Avaliação do Estado				
	Estado Quantitativo				
	Estado	Tendência de descida dos níveis piezométricos	Recarga (hm3/ano)	Consumos (hm3/ano)	Taxa de exploração (%)
Bacia Tejo Sado/Margem Direita	Bom	Sim	172,8	58,4	33,8
Aluviões do Tejo	Bom	Sim	217,87	116,2	55,33

Quadro 13. Quadro síntese do Estados das MA subterrâneas | Extraído de: ARH Tejo (2011). PGRH Tejo – Síntese para Consulta Pública – versão extensa.

Relativamente ao estado químico das MA salienta-se a classificação de medíocre atribuída à MA aluviões do Tejo.

[b] Caraterização hidrogeológica da área sudeste do Concelho do Entroncamento com base em estudos técnicos

A CME dispõe de um estudo hidrogeológico realizado, em 2008, no âmbito da elaboração do Plano de Pormenor do Formigão, localizado na área sudeste do Concelho nas franjas da malha urbana.



Figura 37. Área de intervenção do Plano de Pormenor do Formigão | Fonte: CME

A área do PP do Formigão é representativa da litologia e geologia da área sudeste do concelho, pelo que se pode extrapolar os resultados para toda a área aluvionar do Sul do Entroncamento.

O Estudo Hidrogeológico do Formigão permitiu aferir a composição das formações que constituem a zona superficial do solo naquela área. No quadro seguinte apresentam-se os resultados obtidos nos ensaios de permeabilidade, as sondagens de referência e os troços ensaiados.

Referência (Ensaio)	Sondagem	Troço ensaiado (m)	Coeficiente de permeabilidade (K) (cm/s)	Litologia
S1 – 1.5 m	S1	1.4 – 1.5	0.62E-03	Areia fina a média argilosa com seixos e lentículas argilosas
S1 – 3.0 m		2.9 – 3.0	0.54E-02	
S1 – 4.5 m		4.4 – 4.5	0.20E-02	
S2 – 1.5 m	S2	1.4 – 1.5	0.18E-03	Areia fina argilosa
S2 – 3.0 m		2.9 – 3.0	0.37E-03	Areia média a fina argilosa com seixos e lentículas argilosas
S2 – 4.5 m		4.4 – 4.5	0.47E-03	Areia média a grosseira argilosa com seixos
S3 – 1.5 m	S3	1.4 – 1.5	0.20E-03	Argila siltosa
S3 – 3.0 m		2.9 – 3.0	0.21E-03	Areia média a grosseira argilosa com seixos e lentículas argilosas
S3 – 4.5 m		4.4 – 4.5	0.13E-03	
S4 – 1.5 m	S4	1.4 – 1.5	0.21E-02	Areia média a grosseira argilosa com seixos e lentículas argilosas
S5 – 1.5 m	S5	1.4 – 1.5	0.76E-03	Areia média a grosseira argilosa com seixos e lentículas argilosas

S6 – 1.5 m	S6	1.4 – 1.5	0.31E-03	Argila siltosa com níveis de silto-argilosos
S6 – 3.0 m		2.9 – 3.0	0.15E-02	Areia média a grosseira argilosa com seixos e lentículas argilosas

Quadro 14. Ensaios de permeabilidade "LeFranc" | Fonte: Entrontejo, Lda. (2008) Estudo Hidrogeológico do PP do Formigão (trabalho de campo efetuado de 9 a 11 de julho de 2008)

Os resultados obtidos permitiram efetuar uma caracterização geológica da área de intervenção, e a interpretação dos mesmos possibilitou a análise das características de permeabilidade e de drenagem da área em estudo. Em termos geológicos, os resultados obtidos levaram à individualização das seguintes unidades geológicas do maciço de fundação.

Holocénico	**Unidade 3 (horizonte orgânico):** superficialmente em toda a área de intervenção, detetou-se uma camada de cobertura vegetal, com espessura de cerca de 0.5 m.
" Depósitos de Terraços Fluviais" Plistocénico	**Unidade 2:** horizonte de natureza arenosa, de granulometria predominantemente média a grosseira, por vezes com fração argilosa, à mistura com seixos de dimensão variada (pequena a grande) de coloração acastanhada e castanha avermelhada, intercalado por lentículas ou pequenos níveis de argila por vezes com alguma fração siltosa e pequenos seixos, de cor acastanhada e esverdeada. Unidade geológica detetada em todas as sondagens realizadas, subjacente aos materiais de idade holocénica, exceto nas sondagens S3 e S6. **Unidade 1:** nível de natureza argilosa e siltosa de coloração acinzentada e acastanhada, detetado subjacente ao horizonte orgânico na zona das sondagens S3 e S6; aparenta ocorrer de forma descontínua no seio do horizonte arenoso.

Quadro 15. Unidades litológicas na área do PP do Formigão | Fonte: Entrontejo, Lda. (2008) Estudo Hidrogeológico do PP do Formigão (trabalho de campo efetuado de 9 a 11 de julho de 2008)

Durante o decorrer dos trabalhos não foi detetada a presença do nível freático nos furos de sondagem, tendo-se ainda concluído que a permeabilidade é baixa, atendendo às características da litologia dos ensaios.

6. Regimes de Proteção

6.1. Enquadramento nas Áreas Sensíveis sob diferentes Regimes de Proteção

A Conservação da natureza e da biodiversidade em Portugal, é construída a diversas escalas, encontrando-se Portugal por áreas sob estatuto de conservação europeu, como é o caso dos sítios de Rede Natura 2000, para além de integrar áreas sob convenções específicas de proteção internacional, como é o caso da convenção RAMSAR. Estas áreas sobrepõem-se na sua maior parte às áreas incluídas na Rede Nacional de Áreas Protegidas, sendo efetuada de seguida o enquadramento do Concelho nestas mesmas áreas.

A figura abaixo inscrita representa a integração do Concelho do Entroncamento nesta rede de áreas de proteção e conservação da natureza, verificando-se que o município não é abrangido por qualquer estatuto de proteção e conservação da natureza.

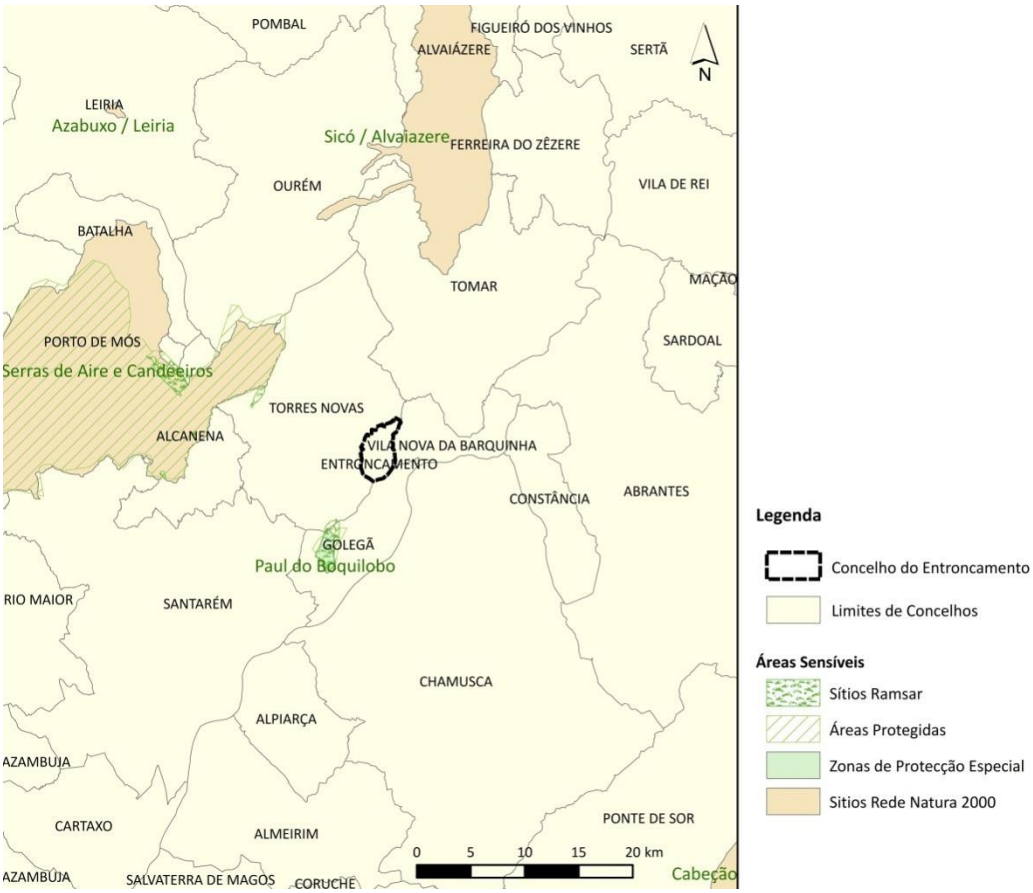


Figura 38. Localização do Concelho do Entroncamento em áreas sensíveis | Extraído de www.icnf.pt

6.1.1. Rede Natura 2000

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica para o espaço Comunitário da União Europeia resultante da aplicação das Diretivas nº 79/409/CEE (Diretiva Aves) e nº 92/43/CEE (Diretiva Habitats) que tem como finalidade assegurar a conservação a longo prazo das espécies e dos habitas mais ameaçados da Europa, contribuindo para parar a perda de biodiversidade. Constitui o principal instrumento para a conservação da natureza na União Europeia.

A Rede Natura 2000, que também se aplica ao meio marinho, é composta por:

- **Zonas de Proteção Especial** (ZPE), estabelecidas ao abrigo da Diretiva Aves, que se destinam essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves, e seus habitats, listadas no seu anexo I, e das espécies de aves migratórias não referidas no anexo I e cuja ocorrência seja regular;
- **Zonas Especiais de Conservação** (ZEC), criadas ao abrigo da Diretiva Habitats, com o objetivo expresso de "*contribuir para assegurar a Biodiversidade, através da conservação dos habitats naturais (anexo I) e dos habitats de espécies da flora e da fauna selvagens (anexo II), considerados ameaçados no espaço da União Europeia*".

Nestas áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação destes valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social.

O Concelho do Entroncamento não se encontra abrangido por qualquer área incluída na Lista de Sítios integrados na Rede Natura 2000, assim como em qualquer local incluído em Zona de Proteção Especial.

6.1.2. Rede Natura de Áreas Protegidas

A classificação de uma Área Protegida (AP) visa conceder-lhe um estatuto legal de proteção adequado à manutenção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e do património geológico, bem como à valorização da paisagem.

O processo de criação de Áreas Protegidas é atualmente regulado pelo Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho. A classificação das AP de âmbito nacional pode ser proposta pela autoridade nacional ou por quaisquer entidades públicas ou privadas; a apreciação técnica pertence ao ICNF, sendo a classificação decidida pela tutela. No caso das AP de âmbito regional ou local a classificação pode ser feita por municípios ou associações de municípios, atendendo às condições e aos termos previstos no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho.

As tipologias existentes são Parque nacional, Parque natural, Reserva natural, Paisagem protegida e Monumento natural; com exceção de “Parque Nacional” as AP de âmbito regional ou local podem adotar qualquer das tipologias atrás referidas, devendo as mesmas ser acompanhadas da designação

"regional" ou "local", consoante o caso ("regional" quando esteja envolvido mais do que um município, "local" quando se trate apenas de uma autarquia). O Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, prevê ainda a possibilidade de criação de Áreas Protegidas de estatuto privado (APP), a pedido do respetivo proprietário.

As AP de âmbito nacional e as APP pertencem automaticamente à RNAP (Rede Nacional de Áreas Protegidas); no caso das AP de âmbito regional ou local a integração ou exclusão na RNAP depende de avaliação da autoridade nacional. De uma forma ou de outra, o Concelho do Entroncamento não é abrangido por qualquer área incluída na RNAP, ou em AP regional.

6.1.3. Convenção RAMSAR

A Convenção RAMSAR46 entrou em vigor em 1975 e constitui um dos primeiros tratados globais para a conservação da Natureza e visa fomentar a conservação de zonas húmidas, estabelecendo reservas naturais e assegurando a sua proteção e gestão apropriadas. Inclui cerca de 1.600 sítios de importância internacional, cobrindo cerca de 134 milhões de hectares de zonas húmidas.

Portugal ratificou a Convenção RAMSAR em 1980, tendo como obrigações:

- Designar zonas húmidas para inclusão na Lista de Zonas Húmidas de Importância Internacional. Estes sítios são reconhecidos a partir de critérios de representatividade do ecossistema, de valores faunísticos e florísticos e da sua importância para a conservação de aves aquáticas e peixes;
- Elaborar planos de ordenamento e de gestão para as zonas húmidas, com vista à sua utilização sustentável; e
- Promover a conservação de zonas húmidas e de aves aquáticas, estabelecendo reservas naturais e providenciar a sua proteção apropriada.

O Concelho do Entroncamento não se encontra abrangido por qualquer sítio abrangido pela Convenção RAMSAR.

[46] A Convenção sobre Zonas Húmidas constitui um tratado intergovernamental adotado em 2 de fevereiro de 1971 na cidade iraniana de Ramsar. Por esse motivo, esta Convenção é geralmente conhecida como "Convenção de Ramsar" e representa o primeiro dos tratados globais sobre conservação.

6.2. Caracterização do Concelho do Entroncamento

A urbanidade do Concelho do Entroncamento tem óbvias consequências quanto à existência de valores de flora e fauna no Concelho, encontrando-se esta última claramente afastada do Concelho, podendo-se afirmar com base em bibliografia diversa consultada, a inexistência de qualquer espécie interessante num contexto de proteção e conservação da natureza.

Relativamente à flora, sem prejuízo da inexistência de qualquer área sensível, conforme anteriormente explícito, podem-se apontar três níveis de relevância. Num primeiro patamar, pode-se apontar o Parque do Bonito, num segundo patamar, os cursos de água que, mesmo profundamente alterados pelo homem, ainda conservam alguma galeria ripícola, assim como, se caracterizam pela sua função de regulação hídrica. Por fim, num último patamar, a existência de espécies de árvores sob estatuto específico de conservação, pese embora o facto de que as mesmas se concentram no Parque do Bonito, isto sem prejuízo de que, outros exemplares sem estatuto de conservação, se encontram presentes no espaço público da cidade do Entroncamento.

6.2.1. Parque do Bonito

O Parque do Bonito, retratado nas figuras aqui apresentadas, reveste-se como a área do Concelho do Entroncamento como mais relevante em matéria de flora, constituindo o último reduto da vegetação característica da região.

Neste local podemos encontrar espécies de relevante valor ambiental, patrimonial e cultural que se encontram sujeitas a proteção inclusivamente, tais como o sobreiro (*Quercus saber*) e exemplares espontâneos de espécies arbóreas e arbustivas que devem ser objeto de medidas de proteção específica: zambujeiro (*olea europea var. sylvestris*), carvalho-português (*Quercus faginea subsp. Broteroi*), aderno-de-folhas-largas (*Phillyrea latifolia*), aderno-bastardo (*Rhamnus alaternus*), aroeira (*Pistacia lentiscus*) ou salgueiro-chorão (*Salix-chrysocoma*) entre outras espécies tipicamente mediterrâneas.47

[47] Fontes: Dados Próprios e CME (2008)



Figura 39. Albufeira do Parque do Bonito, avistando-se aroeiras na margem | Extraído de www.icnf.pt

Para além das espécies aí existentes, releva como valor paisagístico, em particular pela presença de um espelho de água – a represa do Bonito – de origem artificial, onde existem condições para o desenvolvimento de espécies aquáticas. Na albufeira desenvolvem-se atividades de pesca desportiva e canoagem.

6.2.2. Linhas de água

São consideradas enquanto valor de flora as galerias ripícolas da Ribeira da Ponte da Pedra, do troço a Sul do Formigão da Ribeira de Sta. Catarina e da Ribeira da Barroca, na área do Parque do Bonito.

6.2.3. Áreas de Povoamento Florestal, Árvores sob estatuto de conservação ou com relevo em espaço públicos

O Relatório 348 dos estudos de caracterização, demonstra inequivocamente na seção relativa à ocupação do solo, que a utilização florestal do território ocupa uma posição marginal do mesmo, concentrando-se no seu quadrante nordeste, afetando uma superfície relativamente despicienda. Constata-se que da superfície afeta à floresta, grande parte da mesma, encontra-se utilizada para produção, designadamente eucalipto, cabendo a espécies mais nobres, tais como o carvalho ou o sobreiro pequenas parcelas das mesmas.

Nos termos da legislação específica49, haverá necessidade de em sede de planta de condicionantes do Plano Diretor Municipal, cartografar determinadas espécies arbóreas, de entre estas, o sobreiro, única daquelas existentes no Concelho. Este input é desde logo tratado em sede dos estudos de caracterização, apresentando-se na figura seguinte as áreas com concentração de sobro, pese embora o facto de que nenhuma delas resulta num efetivo povoamento de sobro.

[48] Relatório 3 – Ocupação do Solo, Avaliação do PDM e Dinâmica de Licenciamento
[49] De acordo com a legislação específica, o Decreto - Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho, o sobreiro (*Quercus suber*) e a azinheira (*Quercus ilex*) são consideradas espécies protegidas devido ao seu elevado valor económico, patrimonial e cultural.

Numa paisagem marcadamente urbana, pontuam ainda exemplares arbóreos interessantes que, contudo, não se encontram sob estatuto de conservação. Sem prejuízo de tal facto, o reconhecimento deste facto deve ser plasmado em medidas tendentes em sede de futuro regulamento.



Figura 40. Exemplares arbóreos em espaço público da cidade do Entroncamento (2012)

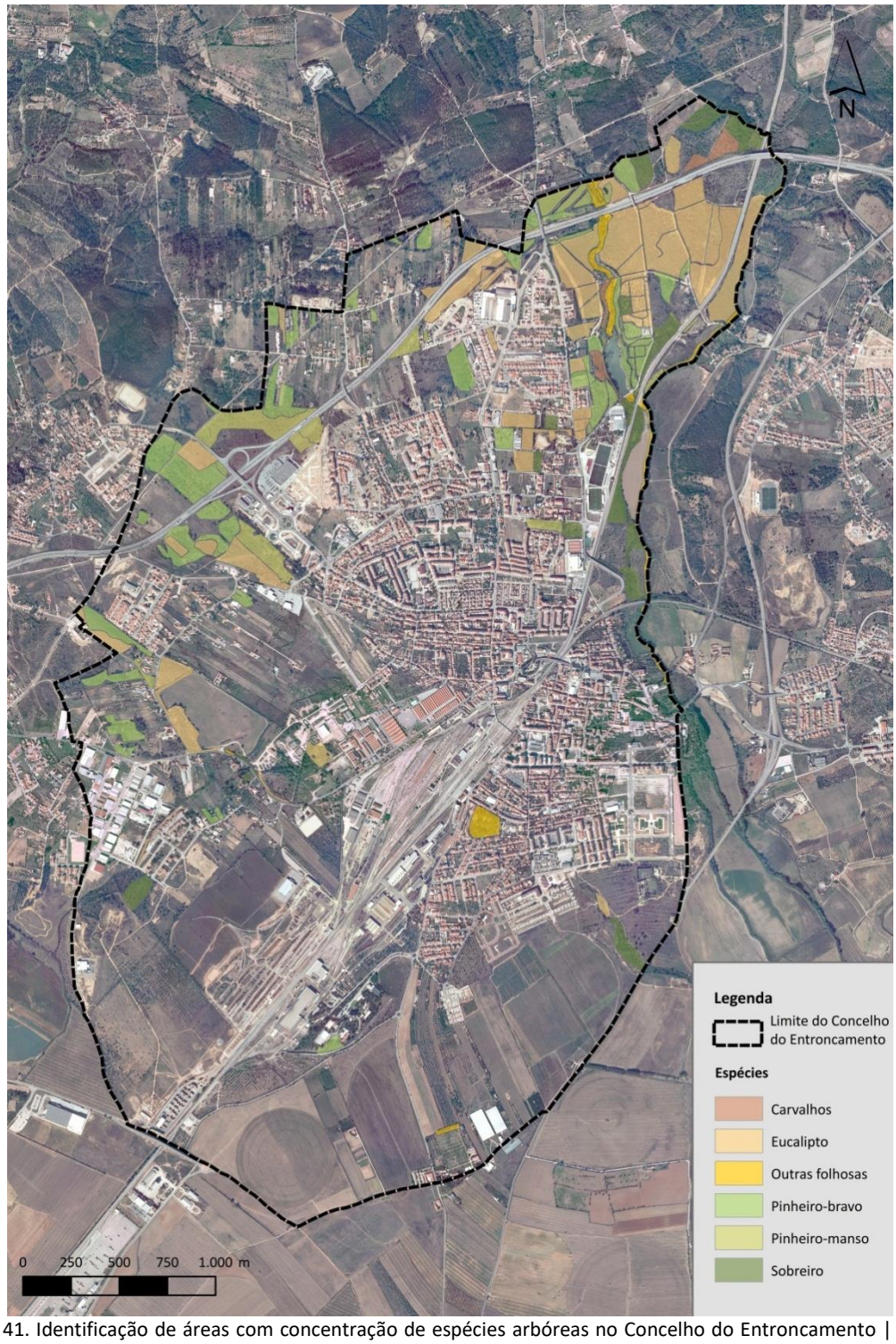


Figura 41. Identificação de áreas com concentração de espécies arbóreas no Concelho do Entroncamento | Fonte: Dados próprios, CME (2008)

Paisagem | Cap. II

1. Enquadramento

1.1. Nota Introdutória

Entende-se paisagem como "expressão formal das numerosas relações existentes num determinado período entre a sociedade e um território definido topograficamente, sendo a sua aparência o resultado da ação, ao longo do tempo, dos fatores humanos e naturais e da sua combinação".50

Interpretar uma paisagem é compreender todas as suas energias, dinâmicas e mutações, percebendo que ela é composta por diferentes estruturas e que só a sua conjugação permite análises relativamente completas. Tradicionalmente, a paisagem é dividida pelas componentes de base ecológica e de base cultural, ou seja, a estrutura ecológica do espaço e a estrutura humana que completam o quadro territorial. Neste contexto, pretende-se identificar no concelho do Entroncamento os diferentes aspetos da sua paisagem, assumindo, no entanto, a necessidade de uma conjugação entre as duas componentes fundamentais referidas, até porque a dimensão e ocupação deste território marca claramente a sobreposição da paisagem fortemente humanizada sobre a (pouca) paisagem não edificada / fortemente transformada pelo Homem.

Neste capítulo caracteriza-se a Paisagem no Concelho do Entroncamento atendendo ao seu enquadramento no contexto regional / nacional, à definição de unidades de paisagem e à análise da qualidade e da fragilidade da paisagem. Previamente, enceta-se de seguida uma breve descrição do enquadramento normativo e legal que determina da avaliação da paisagem nos procedimentos de revisão dos Planos Diretores Municipais.

[50] Conselho da Europa, 2000

1.2. Enquadramento Normativo e Legal

O Conselho da Europa aprovou em 2000 a Convenção Europeia das Paisagens, entretanto já assinada por parte significativa dos países, entre os quais Portugal pelo Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro.
Esta Convenção baseia-se no reconhecimento de que a paisagem integra o património natural e cultural europeu, contribuindo de uma forma marcante para a construção das culturas locais e para a consolidação da identidade europeia, sendo também um elemento fundamental na qualidade de vida das populações.

Os objetivos da Convenção partem da constatação de que as paisagens europeias, devido a uma diversidade de fatores, se encontram num processo acelerado de transformação em várias e diferentes direções, o que justifica a necessidade de intervenção. Assim, os países que assinam a Convenção comprometem-se:

a) a reconhecer juridicamente a paisagem como elemento fundamental da qualidade de vida das populações, expressão da diversidade do seu património comum, tanto cultural como natural, e portanto, parte importante da sua identidade;

b) a definir e a pôr em prática políticas de paisagem visando a sua proteção e gestão;

c) a implementar processos de participação do público, das autoridades locais e regionais, e dos outros atores que possam ser implicados na conceção e aplicação de políticas para a paisagem;

d) a integrar a paisagem nas políticas de ordenamento do território, urbanismo, nas políticas cultural, ambiental, agrícola, social e económica, tal como em todas as políticas que tenham um efeito direto ou indireto sobre a paisagem.[51]

A Lei de Bases, efetua uma primeira abordagem à *paisagem* no quadro da legislação portuguesa que disciplina os IGT, determinando que o ordenamento do território e o urbanismo devem assegurar a salvaguarda dos valores naturais essenciais, garantindo que as paisagens resultantes da atuação humana, caracterizadas pela diversidade, pela harmonia e pelos sistemas socioculturais que suportam, são protegidas e valorizadas.

Regulamentando a Lei de Bases, o RJIGT não estabelece regras específicas relativas à paisagem, sendo um aparente retrocesso relativo à Lei de Bases, havendo contudo que se analisar a paisagem enquanto elemento integrante da estrutura ecológica no seu global. Nesta ótica, o RJIGT determina claramente que os instrumentos de gestão territorial identificam os recursos e valores naturais, os sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território bem como, estabelecem as medidas básicas e os limiares de utilização que garantem a renovação e valorização do património natural. Está-se por tal em presença de uma disciplina que determina uma abordagem de análise dos recursos (e de entre estes, da

[51] Fonte: Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro

paisagem), e num passo seguinte, que determina que estes recursos devem ser utilizados como variável determinante da sustentabilidade no ato de planear.

O diploma estreita esta perspetiva ao âmbito dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, determinando que estes planos *estabelecerão,* no quadro definido pelos instrumentos de gestão territorial cuja eficácia condicione o respetivo conteúdo, os parâmetros de ocupação e de utilização do solo adequados à salvaguarda e valorização dos recursos naturais. Determina especificamente para os Planos Diretores Municipais que devem estabelecer os objetivos de desenvolvimento estratégico a prosseguir e os critérios de sustentabilidade a adotar, bem como os meios disponíveis e as ações disponíveis. Daqui resulta claramente a necessidade de no âmbito dos PDM se proceder à necessária caracterização da paisagem, das suas potencialidades e fragilidades e inclui-la enquanto elemento / variável do processo de planeamento.

O RJIGT estabelecendo estas diretrizes determinou a necessária ponderação desta matéria em dois dos Instrumentos de hierarquia superior que balizam o desenvolvimento dos processos de revisão dos Planos Diretores Municipais, a saber, o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, e os Planos Regionais de Ordenamento do Território, da região OVT para o caso do Concelho do Entroncamento.[52]

O PNPOT[53], determina como um dos objetivos estratégicos para Portugal Continental, a conservação e a valorização da biodiversidade, dos recursos designadamente da paisagem. Este objetivo estratégico é depois complementado por objetivos específicos, entre os quais figura o *objetivo 1.10 – Proteger e valorizar as paisagens e o património cultural*. Considera-se no PNPOT que "*… as paisagens são um dos suportes da memória coletiva, participando na formação das identidades territoriais e da cultura de um país. A diversidade, qualidade e originalidade das paisagens representam hoje um cativo crucial para as regiões*."[54].

Neste contexto, estabelece o PNPOT medidas prioritárias para a paisagem e património cultural, relevando no âmbito da paisagem:

1. *Elaborar e implementar um Programa Nacional da Recuperação e Valorização das Paisagens*, (…) *e desenvolvendo uma Política Nacional de Arquitetura e da Paisagem, articulando-a com as políticas de ordenamento do território, no sentido de promover e incentivar a qualidade da arquitetura e da paisagem* (…); (e)

[52] A análise detalhada destes dois Instrumentos de Planeamento para os processos de planeamento e, para o Concelho do Entroncamento em particular, constam do Relatório 2 dos Estudos de Caracterização da Revisão do PDM do Entroncamento, relativo ao enquadramento do Concelho do Entroncamento no âmbito dos Instrumentos de Gestão Territorial.
[53] Lei n.º 58/2007, de 04 de setembro.
[54] DGT (2007) – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território – Programa de Ação.

2. *Incentivar os municípios na definição, classificação e gestão de áreas de paisagem protegida*".55

Ambas as medidas direcionam-se a um período de intervenção entre 2007 e 2013, e estamos hoje longe de ter havido desenvolvimentos significativos em ambos os sentidos.

Sem prejuízo deste facto, assiste-se aqui à preocupação de amarrar a matéria da paisagem à disciplina do ordenamento do território; contudo, adiante no Programa de Acão do PNPOT onde se especificam as medidas especificas para os Planos Municipais de Ordenamento do Território, nada é explicitamente referido quanto à sustentabilidade da paisagem.

O PROT OVT56, associa ao Sistema Ambiental da região de Oeste e Vale do Tejo (OVT), e em particular no quadro das áreas integradas na Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), áreas específicas de paisagem que, pelas suas características peculiares, consagram a necessidade da sua preservação / manutenção. Neste contexto, um procedimento de revisão de um Plano Diretor Municipal no âmbito do descritor paisagem, deverá, antes de mais verificar o eventual enquadramento do Concelho no contexto das paisagens notáveis da Rede Complementar do PROT OVT, verificando-se ainda a sua identificação à escala do território.

Descendo para a escala, e nos termos das diretrizes do PROT OVT, cabe já nesta fase do Plano:

1. Identificar no PMOT unidades de paisagem – estas unidades devem em fases subsequentes do ato de planeamento ser consideradas para a eventual definição de unidades territoriais ou unidades operativas de planeamento e gestão sujeitas a regras de ordenamento, de urbanismo e arquitetura diferenciadas;57
2. Delimitar cartograficamente a existência de paisagens notáveis.58

[55] Idem.
[56] Resolução de Conselho de Ministros n.º 64-A/2009, de 06 de agosto, sujeita à Declaração n.º 71-A/2009, de 02 de outubro.
[57] Cf definido pela norma 1.1 relativa à Paisagem no quadro das diretrizes da ERPVA.
[58] Cf definido pela norma 1.2 relativa à Paisagem no quadro das diretrizes da ERPVA

1.3. Enquadramento Regional

Dada a sua posição, o concelho do Entroncamento é de transição no quadro regional natural do país, ainda que este nunca tenha sido consensual nas diferentes abordagens realizadas à Geografia de Portugal. De facto, o território nacional apresenta contrastes não só do ponto de vista natural mas também sob a perspetiva histórica e económica que sempre inviabilizaram uma organização regional.

A abordagem do enquadramento deste concelho em matéria de paisagem no quadro regional e nacional, serve tão-somente com o objetivo de demarcar este território de contextos claramente menos urbanizados, tendo por base um estudo fundamental da paisagem em Portugal: a Carta de Unidades de Paisagem de Portugal Continental, da DGT (2004). Complementarmente, efetua-se a necessária abordagem em termos de paisagem de acordo com as diretrizes do PROT OVT.

1.3.1. Integração na Carta de Unidades de Paisagem de Portugal Continental

Conforme apresentado no documento "*Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*"[59], a ***paisagem*** é definida como " *um sistema complexo, permanentemente dinâmico, em que os diferentes fatores naturais e culturais se influenciam mutuamente e se alteram ao longo do tempo, determinando e sendo determinados pela estrutura global*. (…) *A paisagem também é afetada por uma componente mais subjetiva, diretamente ligada ao observador e condicionando as sensações que ele experimenta quando está perante ela. Por isso se considera que a paisagem combina aspetos naturais e culturais, expressando e ao mesmo tempo suportando a interação espacial e temporal entre o homem e o ambiente, em toda a sua diversidade e criatividade.* (…) *a dimensão mais subjetiva da paisagem não pode ser esquecida porque sendo as paisagens europeias fortemente humanizadas, a sua futura gestão terá que considerar os sentimentos das comunidades que as mantêm e transformam, que delas vivem ou, simplesmente, as visitam e apreciam*."

A paisagem de uma dada região pode ser descrita em termos de ***Unidades de Paisagem***. Estas "são áreas com características relativamente homogéneas, com um padrão específico que se repete no seu interior e que as diferencia das suas envolventes"[60].

A DGOTDU encomendou este estudo à Universidade de Évora no âmbito de uma tendência europeia generalizada de reconhecimento e estudo da paisagem, antecipando-se à Convenção Europeia das paisagens, que viria de qualquer forma a tornar este estudo necessário.

Os fatores considerados na sua delimitação foram: "*geomorfologia, litologia, solos, uso do solo, dimensão das explorações agrícolas e padrão de povoamento. Foram também consideradas outras*

[59] Alexandre Cancela d'Abreu - Teresa Pinto Correia - Rosário Oliveira (Universidade de Évora) - Coordenação / DGT 2004
[60] Idem

variáveis fundamentais, mas de modo mais implícito, tais como o clima, a proximidade ao mar, ou a presença de importantes estruturas e infraestruturas" procurando-se "*identificar áreas com características relativamente homogéneas no seu interior, não por serem exatamente iguais em toda a sua superfície, mas por nelas se verificar um padrão específico que se repete e/ ou um forte caráter que diferencia a unidade em causa das suas envolventes*."[61]

De acordo com os elementos disponibilizados no Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT)[62], na ***Carta das Unidades de Paisagem de Portugal Continental***, a qual identifica 128 unidades de paisagem, associadas em 22 grupos de unidades de âmbito regional, o Concelho do Entroncamento insere-se numa única Unidade de Paisagem de âmbito regional e numa única Unidade de Paisagem, conforme ilustra figura 42.

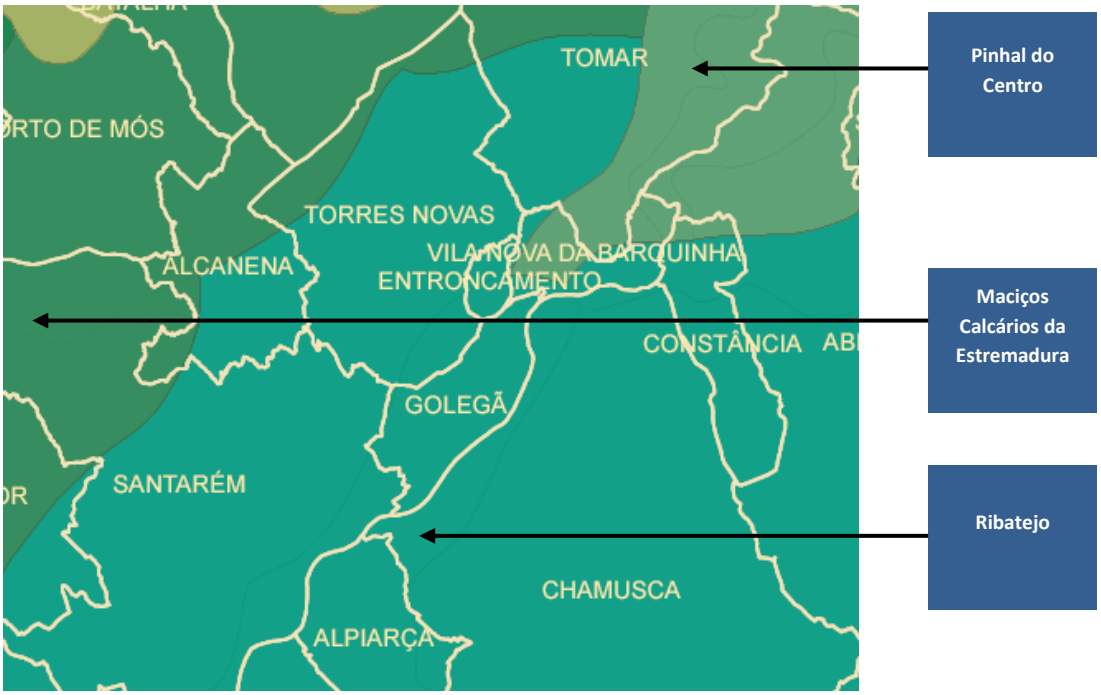


Figura 42. Localização do Entroncamento na Carta das Unidades de Paisagem de Portugal Continental | Fonte: DGT

Tendo em conta a sua localização e a distribuição das Unidades de Paisagem, assinala-se no contexto supramunicipal o enquadramento do concelho do Entroncamento, na fronteira entre dois grandes grupos de Unidades de Paisagem, a nordeste o *Grupo J – Pinhal do Centro* e a Sul, o *Grupo O – Ribatejo*, integrando-se, contudo, o Concelho na sua totalidade neste último grupo. É o vale do Tejo que estabelece esta separação, especificamente, mesta zona, pela Unidade de Paisagem *84 – Médio Tejo* e *83 – Colinas do Ribatejo*. O Entroncamento é, na sua maior parte abrangido pelas seguintes Unidades de Paisagem[63]:

- *UP 83 – Colinas do Ribatejo*: integrando o centro e norte do Concelho;

[61] Idem
[62] www.dgt.pt
[63] A Este, o Concelho é marginalmente integrado na UP 84 – Médio Tejo.

- *UP 85 – Vale do Tejo – Lezíria*: correspondente sensivelmente ao terço Sul do Concelho.

As características destas paisagens constam do quadro 16 do presente relatório, tendo-se optado por tal organização uma vez que a singularidade do Concelho / cidade do Entroncamento, não permite aqui constatar na verdade, características significativas daquelas paisagens.

Quadro 16. Características das Unidades de Paisagem da Carta de Unidades de Paisagem de Portugal

Unidade de Paisagem:	83 – Colinas do Ribatejo
Concelhos Abrangidos:	Vila Nova da Barquinha, Azambuja, Cartaxo, Rio Maior, Santarém, Alcanena, Golegã, Torres Novas, Entroncamento e Tomar.
Principais Centros Urbanos:	Cartaxo, Azambuja, Alcanena, Torres Novas, Entroncamento, Tomar e Santarém.
Área Aproximada:	990 km2
Caráter da Paisagem:	Entre a lezíria do Tejo, a oriente, e os relevos calcários a ocidente, o caráter desta unidade destaca-se pela diversidade de usos, numa malha relativamente apertada, resultando num mosaico bastante diversificado, salpicado pelas múltiplas aglomerações, "casais" e outros edifícios. o uso do solo é mais intensivo nas áreas mais planas e próximas do Tejo, mais florestal e extensivo quando o relevo é mais movimentado. Os cereais, a vinha e o olival dominam o mosaico agrícola, verificando-se a plantação recente tanto de vinha como de olival. A presença da figueira traduz já alguma influência mediterrânica, relativamente à atlântica que se faz sentir nas unidades a oeste. Apesar da dispersão e densidade do povoamento, associado a pequenas indústrias, a armazéns e comércio, predomina um caráter rural, sobretudo na parte norte da unidade; mais para sul, à medida que se vai aproximando a Área Metropolitana de Lisboa, as manchas urbanas vão assumindo cada vez mais importância. O relevo corresponde a um ondulado relativamente suave, entrecotado por uma sequência de vales que escorrem no sentido noroeste-sudeste em direção ao Tejo. Tanto em termos morfológicos como devido ao uso agrícola dos solos de aluvião, férteis e ricos em água, estes vales contrastam e destacam-se fortemente das envolventes próximas. As encostas são predominantemente expostas a leste, sendo frequentemente percetível o encaixe do vale do Tejo. A cidade de Santarém, localizada na charneira entre esta unidade e a planura do vale do Tejo, tem lugar de destaque na paisagem de ambas as unidades. A cidade tem vindo a crescer para poente, o que reforça a sua relação com a unidade "Colinas do Ribatejo". A poente, entre Santarém a Azambuja, a serra de Montejunto mantém-se presente no horizonte como uma referência densa e maciça. Mais a Norte, são as serras de Aire e Candeeiros a marcar presença significativa. Esta é uma paisagem onde é nítida a sensação de atividade e dinamismo económico, associado a pequenas empresas e a empresários de vários ramos de atividade. Forte densidade de linhas de caminho de ferro e de vias rodoviárias com tráfego muito significativo, com destaque para a A1 e IP6.

Unidade de Paisagem:	85 - Vale do Tejo - Lezíria
Concelhos Abrangidos:	Concelhos de Loures, Vila Franca de Xira, Alenquer, Azambuja, Benavente,

	Salvaterra de Magos, Cartaxo, Almeirim, Santarém, Alpiarça, Chamusca, Golegã, Entroncamento e Vila Nova da Barquinha
Principais Centros Urbanos:	Benavente, Salvaterra de Magos, Azambuja, Almeirim, Alpiarça, Chamusca, Entroncamento e Santarém
Área Aproximada:	1040 km2
Caráter da Paisagem:	A paisagem desta unidade corresponde ao troço do rio Tejo entre Vila Nova da Barquinha e o seu amplo estuário em Lisboa, tem um forte caráter, obviamente associado ao rio, à sua grandeza, e a lezíria, também ela imponente e única no país. Domina uma vasta planura, onde se conjugam a terra e a água, sendo frequente a sobreposição dos dois meios. Os solos são dos mais profundos e férteis do país constituídos por riquíssimos aluviões, onde se produzem intensivamente cereais, forragens, legumes e onde se encontram extensas vinhas e excelentes pastagens (bovinos e equinos). Pela sua planura e pela constante presença da água (que domina por completo o estuário) a luminosidade é também muito especial. É uma paisagem associada a uma agricultura intensiva e especializada, de que resulta um padrão geométrico constituído pelas parcelas (tanto retilíneas como circulares, devido à presença cada vez mais frequente dos pivots de rega), valas e caminhos, por vezes reforçados por alinhamentos arbóreos. As culturas agrícolas são variadas, sendo comum duas culturas anuais. A diversidade e variação cromática, onde domina o verde e o ocre, são muito elevadas. A quase ausência de edifícios, para além dos estritamente necessários para a atividade agrícola, constitui uma particularidade marcante na paisagem da lezíria. A presença da água, a sensação de fertilidade, a dimensão e vigor da vegetação arbórea são constantes e determinantes do caráter da paisagem. Os mesmos elementos que definem a paisagem ao longo do Tejo repetem-se, a uma escala menor, nos principais afluentes, que surgem ora numa ora noutra margem, introduzindo ritmo no conjunto. Estas linhas de água são vulgarmente acompanhadas por galerias ripícolas bem constituídas. A parte mais a norte na unidade é marcada pelas tradições muito ligadas à produção e ao aproveitamento do cavalo e do touro, a que frequentemente se associa o caráter do Ribatejano. O povoamento é no geral concentrado, surgindo os principais centros urbanos na transição da lezíria para os terrenos grosseiros da charneca. as tradicionais vias que se desenvolvem de um e outro lado do vale e que ligam os principais centros urbanos, também se encontram nesta transição, pelo que aqueles centros se expandiram ao longo delas (Almeirim, Alpiarça e Chamusca). A situação paisagística de Santarém é muito particular, dominando o alto da escarpa uma parte significativa do vale. Algumas das propriedades de maior dimensão possuem áreas edificadas muito grandes (habitações, armazéns agrícolas e instalações para o gado), em muitos casos envolvidas por destacados

	maciços arbóreos. Nas franjas do vale, estabelecendo a transição para a charneca, a um nível ligeiramente superior ao da lezíria e onde já não domina o regadio, ocorrem zonas de fazendas ou de foros com um padrão diferenciado, mosaico de explorações de reduzida dimensão, com policultura moderadamente intensiva (vinha, árvores de fruto, hortícolas, ferrejos e leguminosas) essencialmente para autoconsumo (foros e fazendas de Almeirim, foros de Salvaterra, etc.)

1.3.2. Integração Concelho do Entroncamento no nível complementar (paisagem) do PROT OVT

O Concelho do Entroncamento integra-se na sua quase totalidade numa paisagem notável, a Lezíria do Tejo, associada à paisagem característica de Lezíria, conforme figura 43, pese embora o facto de que a ocupação urbana do seu território retira do mesmo qualquer tipicismo de paisagem, salvo no estremo Sul do Concelho. Logo, não se aplica à generalidade do território as orientações para paisagens notáveis.

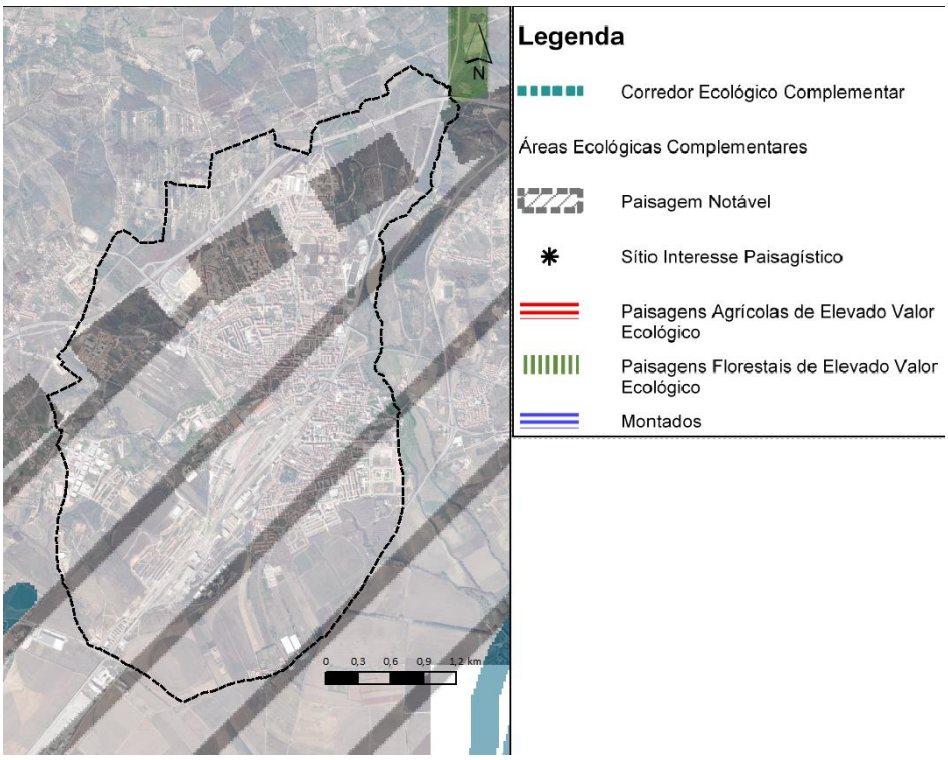


Figura 43. Localização do Entroncamento na ERPVA - Paisagem | Fonte: CCDR-LVT (2009)

2. Unidades de Paisagem

Atendendo ao enquadramento efetuado anteriormente e à caracterização biofísica do Concelho de Entroncamento, constante no presente relatório, assim como aos usos dominantes do solo, determinam-se as seguintes unidades de paisagem, identificadas no quadro 17.

Unidades de Paisagem
1. Área Florestal
2. Tecido Urbano Tradicional
3. Área Periurbana
4. Áreas de Usos Especiais
5. Áreas Industriais
6. Campos do Entroncamento

Quadro 17. Unidades de Paisagem determinadas no Concelho do Entroncamento

A esta determinação de unidades de paisagem, não é alheia a escala de análise do presente PDM, substancialmente maior que de outros PDM, determinando-se distintas unidades de paisagem mesmo em meio urbano, uma vez que das mesmas decorrem diferentes qualificações de solo e, eventualmente, diferentes Unidades Operativas, no preceito do definido pelo PROT OVT. Até porque noutros Planos Diretores, distintas e menores escalas de análise determinam menor pormenor na distinção de unidades de paisagem.

As Unidades de Paisagem determinadas para o Concelho do Entroncamento constam na figura 44, sendo ainda caracterizadas de seguida no corpo do presente documento.

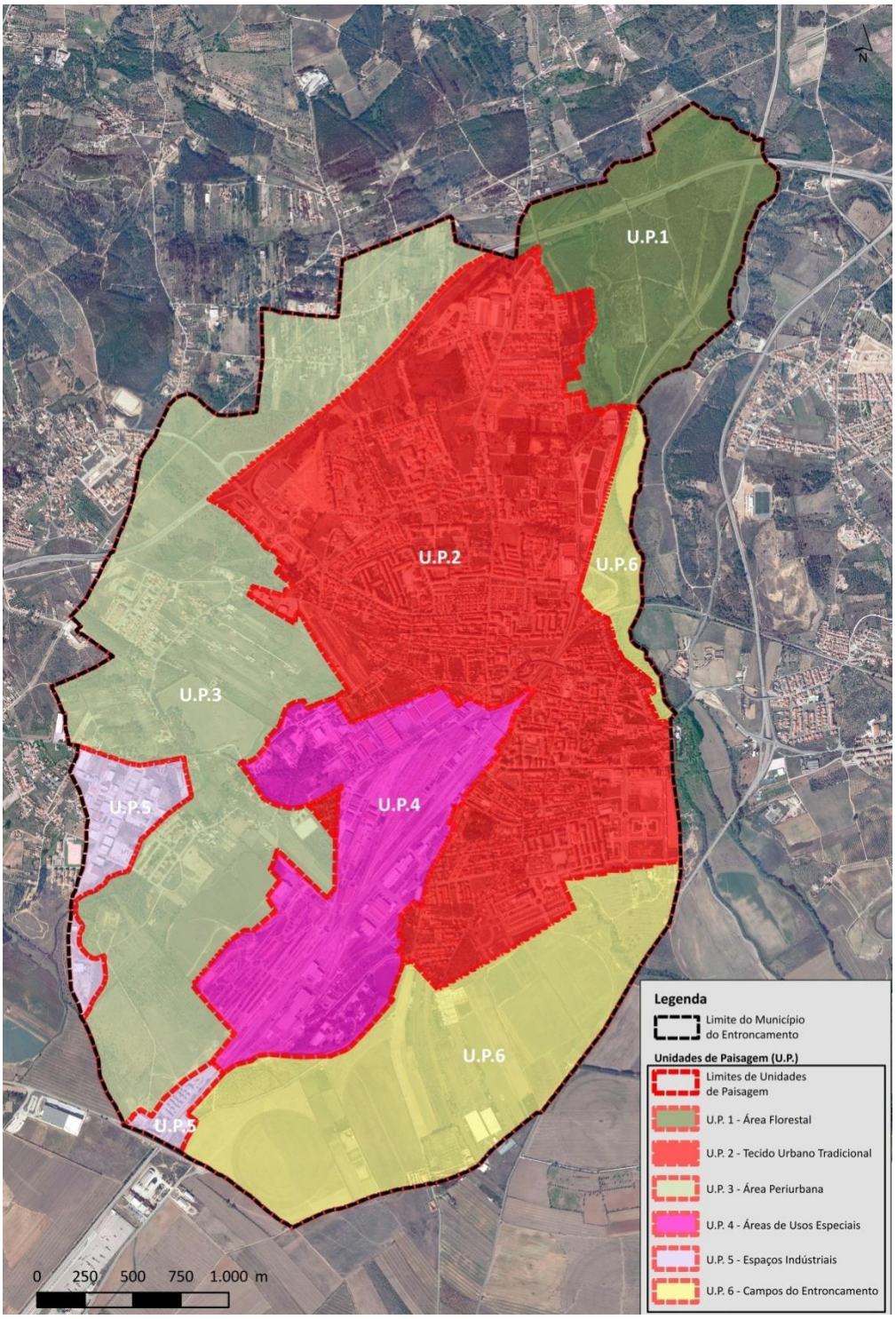


Figura 44. Unidades de Paisagem | *Dados Próprios*

2.1. Nota Introdutória

2.1.1. U.P. 1 - Área Florestal



Figura 45. U.P.1 Área Florestal | *Dados Próprios*


Figura 46. Represa do Bonito | *Fonte: CME*

A área florestal corresponde sensivelmente à área com ocupação de solo florestal predominante, ocupando o quadrante nordeste do Concelho do Entroncamento, na fronteira com os Concelhos de Vila Nova da Barquinha e Torres Novas.

Esta área é marcada por áreas contínuas com ocupação de espécies de crescimento rápido e pela presença do principal pulmão verde da cidade do Entroncamento, o Parque do Bonito.

A paisagem deste Parque é marcada pela presença de um espelho de água com dimensão, resultante da represa do Bonito.
Esta área encontra-se alterada transversalmente pelo atravessamento da Autoestrada n.º 23.

2.1.2. U.P. 2 - Tecido Urbano Tradicional

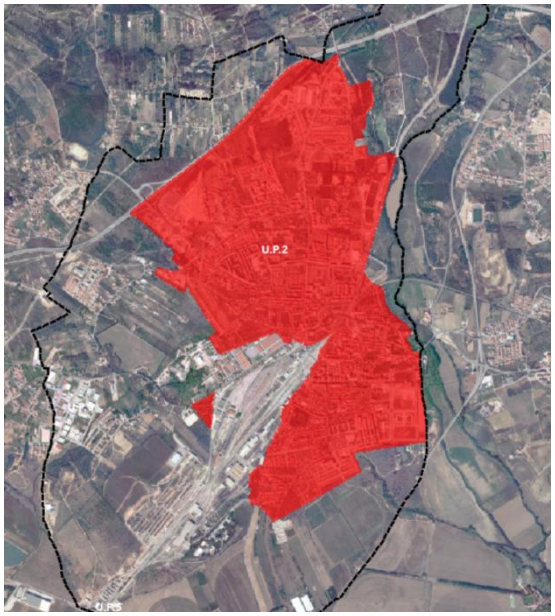


Figura 47. U.P.2 Tecido Urbano Tradicional | *Dados Próprios*



Figura 48. Largo fronteiro à Igreja do Entroncamento *(2012)*

Grande parte do Concelho do Entroncamento é marcada por uma paisagem tipicamente urbana, com concentração de construções, equipamentos e impermeabilização de solo designadamente com espaços públicos.

No tecido urbano tradicional do Entroncamento, não se destaca qualquer centro urbano histórico, distinguindo-se contudo claramente áreas de construções plurifamiliares de outras onde se distinguem o domínio das habitações familiares.

Como qualquer centro urbano tradicional, nas áreas de edifícios de habitação coletiva, os rés do chão encontram-se predominantemente ocupados com outras funções urbanas, designadamente comércio e serviços, existindo já edifícios dedicados ao terciário, quer para serviços, quer para comércio.

Nas áreas mais recentes, assiste-se a cérceas mais elevadas e a maior desafogo do espaço público, constituindo-se maiores áreas equipadas e de verde urbano.

2.1.3. U.P. 3 - Área Periurbana

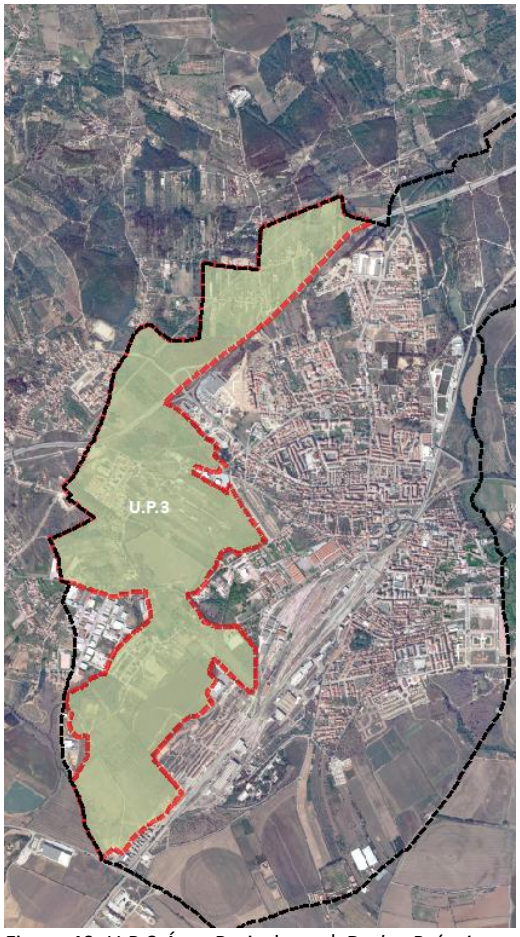


Figura 49. U.P.3 Área Periurbana | *Dados Próprios*


Figura 50. Paisagem típica da área periurbana do Entroncamento *(2012)*

As áreas periurbanos envolvem a cidade do Entroncamento a poente, e caracterizam-se pela profusão de edifícios geralmente incaracterísticos e destinados na sua maioria a habitação pelo espeço rural, sendo que o uso agrícola tem sido tendencialmente abandonado em função do uso urbano.

No espaço periurbano, sobressaem da envolvente dois loteamentos urbanos que se encontram grandemente consolidados.

2.1.4. U.P. 4 - Áreas de Usos Especiais

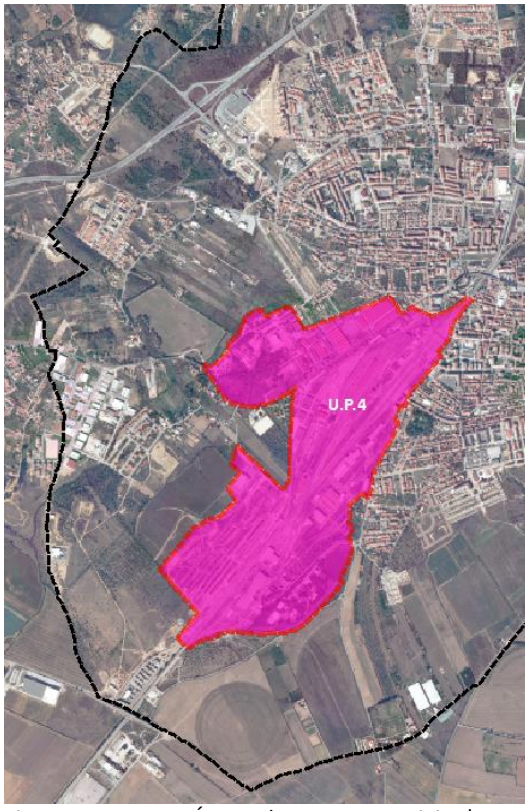


Figura 51. U.P.4 Áreas de Usos Especiais | *Dados Próprios*



Figura 52. Estação do Entroncamento | *Fonte: REFER*

Esta área ocupa uma zona central do Concelho e da cidade do Entroncamento e é marcada por ocupações e usos especiais do território, a estação ferroviária e as instalações de apoio aos caminhos de ferro e as instalações militares, que conjunto ocupam grande porção do território.

2.1.5. U.P. 5 - Áreas Industriais

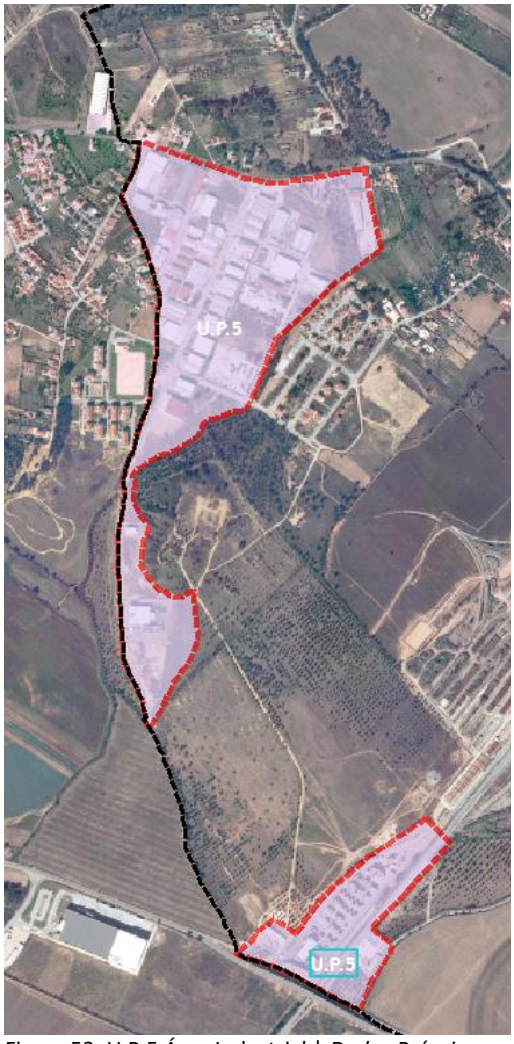


Figura 53. U.P.5 Área Industrial | *Dados Próprios*


Figura 54. Pavilhões industriais na zona industrial do Entroncamento *(2012)*

As áreas industriais ocupam território marginal do Concelho do Entroncamento, caracterizando duas áreas distintas, uma correspondente à 1ª e 2ª fase das zonas industriais, uma segunda área com ocupação de logística junto à linha do Norte.

A área industrial do Entroncamento, caracteriza-se por se tratar de um espaço relativamente ordenado, com traço de quadrícula, pese embora com algum destrato do espaço público.

2.1.6. U.P. 6 - Campos do Entroncamento



Figura 55. U.P.6 Campos do Entroncamento | *Dados Próprios*



Figura 56. Paisagem típica do Sul do Concelho *(2012)*

Os campos do Entroncamento, na sua maior parte no Sul do Concelho, corresponde a áreas aplanadas de Lezíria ou de aluvião, com o predomino visual do verde e do regadio, assim como, de produções herbáceas ou cerealíferas com uso de água.

3. Avaliação da Paisagem

3.1. Qualidade da Paisagem

A Qualidade Visual depende dos atributos de ordem biofísica e estética, bem como da qualidade do seu contorno e fundo cénico, analisados com base em fatores de intervisibilidade, altitude, coberto vegetal, diversidade, relevo, entre outros. Sendo consensual que o seu valor é tanto mais elevado quanto maior for a diversidade e contraste de situações presentes e maior a harmonia entre a utilização do espaço e o suporte biofísico que lhe está subjacente.

De acordo com Ayala et al (2003), o modelo para avaliar a qualidade visual da paisagem considera as seguintes variáveis:

- **Fisiografia**: definida em função do desnível e da complexidade topográfica:
- **Vegetação e Usos do Solo**: consideram a diversidade de usos e a qualidade de cada formação;
- **Visualização**: fator de indubitável valor paisagístico, permite avaliar o impacte e/ou dimensão da bacia visual;
- **Grau de Humanização**: depende da abundância de estruturas artificiais presentes na paisagem.

Seguindo estes parâmetros elaborou-se uma matriz, cuja valoração de cada parâmetro foi atribuída tendo em conta o estudo biofísico já descrito, informação recolhida no local e na pesquisa bibliográfica efetuada. Com base nesta matriz torna-se então possível estudar adequadamente a realidade paisagística presente na situação de referência. A escala de valoração utilizada pretende viabilizar uma avaliação simples e clara daqueles parâmetros, sendo composta por cinco classes de valor:

- Classe 1 (Mau/Baixo)
- Classe 2 (Fraco)
- Classe 3 (Médio)
- Classe 4 (Elevado)
- Classe 5 (Excecional)

Os resultados obtidos com a aplicação desta metodologia encontram-se resumidos no quadro 1864:

		Unidades de Paisagem					
		U.P.1	U.P.2	U.P.3	U.P.4	U.P.5	U.P.6
Parâmetros	Forma	2	1	1	1	1	2
	Vegetação	3	1	1	1	1	3
	Humanização	2	4	3	4	3	3
	Visualização	2	1	2	2	1	3
	MÉDIA	2.25	1.75	1.75	2	1.5	2.75

Quadro 18 - Qualidade da Paisagem no Concelho do Entroncamento, por Unidade de Paisagem

Da análise dos parâmetros de qualidade de paisagem em relação às Unidades Operativas determinadas para o Concelho do Entroncamento, conclui-se que a qualidade de paisagem é em todas elas inferior à média, contribuindo para tal a ausência de áreas urbanas de interesse cénico / patrimonial, quando grande parte do Concelho é urbano, a ausência de pontos de vista relevantes ou de vegetação interessante. Pese embora tais factos, a área do Sul com paisagem mais próxima da Lezíria, aproxima-se de uma qualificação mediana, pelo que, qualquer alteração do seu uso terá de atender não apenas ao seu relevo relativo agrícola, como também, à sua função de enquadramento à cidade do Entroncamento.

[64] Conforme nota metodológica, expressa-se na matriz ao parâmetros de qualidade de paisagem por unidade de paisagem determinada para o Concelho do Entroncamento.

3.2. Fragilidade da Paisagem

A Fragilidade Visual é um indicador que pretende medir a capacidade da paisagem para absorver visualmente, ou ter uma reação negativa a potenciais ações induzidas pelo meio natural. Esta tem normalmente, como elementos caracterizadores, fatores biofísicos e morfológicos de visualização (tamanho e forma da bacia visual, altura relativa, zonas singulares). De acordo com Ayala et al (2003), o modelo para avaliar a fragilidade visual da paisagem assenta nas seguintes variáveis:

- **Fisiografia**: contempla a altitude, a topografia e as formas nas unidades de paisagem;
- **Declive**: traduz a fragilidade da paisagem em função da maior ou menor visibilidade e exposição de usos;
- **Vegetação e Usos do Solo**: sendo a fragilidade definida como o inverso da capacidade destes fatores em ocultar uma dada atividade que se realize no território;
- **Forma e dimensão da Bacia Visual**: a conjugação destes dois parâmetros permite aferir a fragilidade, onde as formas que direcionem vistas e tamanhos, potenciando visualizações, incutem à paisagem uma fragilidade mais acentuada;
- **Compacidade**: considera a complexidade morfológica das bacias visuais em cada unidade de paisagem definida;
- **Distância à rede viária e núcleos habitacionais**: fator que contempla a influência da posição de potenciais observadores no território.

A metodologia utilizada foi em tudo semelhante àquela que foi utilizada para a avaliação da qualidade da paisagem, sendo que os valores obtidos são sistematizados no quadro 19:

		Unidades de Paisagem					
		U.P.1	U.P.2	U.P.3	U.P.4	U.P.5	U.P.6
Parâmetros	Fisiografia	2	1	1	1	1	2
	Declive	2	1	1	1	1	1
	Vegetação	3	1	1	1	1	3
	Usos do Solo	3	5	3	4	3	4
	Bacia Visual	2	2	2	2	2	3
	Compacidade	1	2	2	2	1	2
	Distância à rede viária e núcleos hab.	4	5	4	5	4	4
	MÉDIA	2.4	2.4	2	2.3	1.85	2.7

Quadro 19 - Fragilidade da Paisagem no Concelho do Entroncamento, por Unidade de Paisagem

Relativamente à fragilidade da paisagem, chegam-se a conclusões muito similares às relativas à qualidade de paisagem pese embora hajam distinções entre valores próximos, como por exemplo entre

a U.P.2 e as U.P.6, U.P.7. Na primeira, a artificialização do território e a existência de usos sensíveis, designadamente o residencial, torna as intervenções sensíveis no contexto da potencialidade de visualização. Nas outras U.P. mencionadas, a sua função de enquadramento assume-se como de mediana fragilidade na generalidade dos parâmetros.

Qualidade do Meio | Cap. III

1. Qualidade do Ar

1.1. Introdução

A caracterização da qualidade do ar de determinada região deverá ter sempre em conta, por um lado, as emissões atmosféricas que ocorrem na região e, por outro, a análise de dados da qualidade do ar disponíveis para essa mesma região. Os principais poluentes a considerar nesta análise serão o Dióxido de Azoto (NO2), o Dióxido de Enxofre (SO2), o Ozono (O3) e as Partículas (PM 2,5 e PM10), responsáveis por efeitos negativos na saúde humana, na vegetação e principais responsáveis, entre outros gases, pelo efeito de estufa.

Para a análise da Qualidade do Ar no Concelho do Entroncamento recorreu-se aos dados fornecidos pela Estação da Chamusca, pertencentes à Rede da Qualidade do Ar de Lisboa e Vale do Tejo. A escolha desta estação deve-se ao facto de no Concelho não existir nenhuma estação de análise da Qualidade do Ar. Os dados utilizados foram recolhidos na Base de Dados On-line sobre Qualidade do Ar da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e referem-se ao ano de 2011.

Código:		3096
Data de início:		2002-11-01
Tipo de Ambiente:		Rural Regional
Tipo de Influência:		Fundo
Zona:		Vale do Tejo e Oeste
Rua:		Sítio da Ermida do Sr. do Bonfim
Freguesia:		Chamusca
Concelho:		Chamusca
Coordenadas Gauss Militar (m)	Latitude:	265176
	Longitude:	171180
Coordenadas Geográficas WGS84	Latitude:	39°21'09''
	Longitude:	-8°27'58''
Altitude (m):		143
Rede:		Rede de Qualidade do Ar de Lisboa e Vale do Tejo

Quadro 20 - Dados de identificação e localização da estação da Chamusca | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre a Qualidade do Ar

1.2. Análise de Poluentes

- **Dióxido de Azoto (NO2)**

O quadro 21 sistematiza os dados obtidos relativos à concentração de Dióxido de Azoto (NO2), na Estação da Chamusca

Parâmetro	Valor Anual (base horária)	Valor Anual (base diária)
Eficiência (%)	99,8%	100%
Dados Validados (n.º)	8 767	366
Média (µg/m3):	5,8	5,8
Máximo (µg/m3):	39,1	15,5

Quadro 21 - Dados Estatísticos do Poluente NO2 na Estação da Chamusca, em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar

Quanto ao limiar de alerta (medido em três horas consecutivas) de acordo com o Decreto-Lei n.º 102/2010, encontra-se definido como valor de concentração 400 µg/m3 sendo que a estação analisada cumpre este parâmetro não se verificando a excedência dos valores definidos – ver quadro 22.

Designação:	Valor (µg/m3)	Nº. de Excedências
Limiar de Alerta (medido em três horas consecutivas)	400	0

Quadro 22 - Limiar de Alerta do Poluente NO2 na Estação da Chamusca em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar

No que diz respeito ao valor da Proteção da Saúde Humana: Base Anual, na estação da Chamusca, o valor limite não foi ultrapassado, tendo sido obtido um valor médio de de 5,8 µg/m3, para um máximo de 40 µg/m3 permitido – ver quadro 23.

Estação de Chamusca		
Designação	Valor (µg/m3)	Valor Obtido (µg/m3)
Valor limite	40	5,8

Quadro 23 - Poluente NO2- Proteção da Saúde Humana: Base Anual, ano de 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar

- **Dióxido de Enxofre (SO2)**

Foram obtidos os seguintes dados na estação da Chamusca relativamente à concentração de Dióxido de Enxofre (SO2) – ver quadro 24.

Parâmetro:	Valor Anual (base horária)	Valor Anual (base diária)	Valor inverno (base horária)
Eficiência (%)	89,8%	86,6%	83,7%
Dados Validados:	7 884	317	3 674
Média (µg/m3):	0,9	0,9	0,9
Máximo (µg/m3):	105,9	18,9	24,5

Quadro 24 - Dados Estatísticos do Poluente SO2na Estação da Chamusca em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar

Quanto ao limiar de alerta (medido em três horas consecutivas), de acordo com o Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro, encontra-se definido como valor de concentração 500 µg/m3 sendo que o mesmo não é excedido na estação da Chamusca no ano em estudo – ver quadro 25.

Designação:	Valor (µg/m3)	Nº. de Excedências
Limiar de Alerta (medido em três horas consecutivas)	500	0

Quadro 25 - Excedências do limiar de Alerta do Poluente SO2, na Estação da Chamusca em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar

No que diz respeito ao valor da Proteção da Saúde Humana, de acordo com o Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro, os valores limite fixados são de 350 de µg/m3 para a base horária e um máximo de 24 horas com valores superiores a estes e de 125 µg/m3 para a base diária e 3 dias de excedência. Como se constata pelo quadro 25, em 2012 não houve qualquer excedência na estação da Chamusca.

Proteção Humana: Base Horária	Valor limite (µg/m3)	Excedências permitidas (horas)	N.º Excedências (horas)
	350	24	0
Proteção Humana: Base Diária	Valor limite (µg/m3)	Excedências permitidas (dias)	N.º Excedências (dias)
	125	3	0

Quadro 26 - Proteção da Saúde Humana do Poluente SO2, Estação da Chamusca em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar

- **Ozono (O3)**

O quadro 27 sistematiza os níveis de concentração de Ozono (O3), com eficiência de recolha muito próxima dos 100%, o que é indicativo da validade dos resultados.

Parâmetro:	Valor Anua (base horária)	Valor inverno (base 8 horas (a))
Eficiência (%)	99,1%	99,2%
Dados Validados:	8 703	70,6
Média (µg/m3):	70,6	70,6
Máximo (µg/m3):	185	162,4

(a) As médias de base octo-horária (8 horas) são calculadas a partir dos dados horários. O primeiro período de cálculo para um determinado dia será o período decorrido entre as 17h00 do dia anterior e a 01h00 desse dia. O último período de cálculo será o período entre as 16h00 de um determinado dia e as 24h00 desse mesmo dia.

Quadro 27 - Dados Estatísticos do Poluente O3 na estação da Chamusca em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar

No que diz respeito à Proteção da Saúde Humana, analisaram-se os valores de ozono referentes à base horária e à base octo-horária. Nos valores de base horária constata-se que foi ultrapassado o limiar de informação à população constante na Diretiva 2002/3/CE, num total de quatro excedências ao limite máximo de 180µg/m3 no ano de 2012.

Designação:	Valor (µg/m3)	N.º Excedências
Limiar de alerta à população	240	0
Limiar de informação	180	4

Quadro 28 - Poluente O3 – Proteção da Saúde Humana: Base horária na estação da Chamusca em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar

Também nas análises de base octo-horária se verificaram excedências na estação da Chamusca, tendo o valor-alvo de ozono de 120 µg/m3 sido excedido em 24 dias no ano de 2012, face a um limite máximo de 25 dias permitido. Atentos aos valores de concentração atingidos nos dias em que se registou uma excedência do valor-alvo, verifica-se que os valores atingidos variam entre os 122 e os 166 µg/m3.

Designação:	Valor (µg/m3)	N.º de Excedências Permitidas	N.º Excedências
Valor-Alvo	120	25 (b)	24 (c)

(b) A não exceder mais de 25 dias por ano;
(c) Número de dias do ano em que se verificaram uma ou mais excedências ao valor de 120 µg/m3. A data limite para a sua observância é 1-1-2010.

Quadro 29 - Poluente O3 – Proteção da Saúde Humana: Base octo-horária na estação da Chamusca em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar

- **Partículas (PM 2,5 e PM10)**

No que concerne à concentração de Partículas com diâmetro inferior a 2,5 µm e 10 µm, os níveis de eficiência encontra-se igualmente próxima dos 100%, e os valores encontram-se de seguida sistematizados – ver quadro 30.

Parâmetro:	PM 2,5		PM 10	
	Valor Anual (base horária)	Valor Anual (base diária)	Valor Anual (base horária)	Valor Anual (base diária)
Eficiência (%)	82,3%	81,2%	97,8%	96,5%
Dados Validados (n.º)	7 232	297	8 589	353
Média (µg/m3):	7,0	7,0	15,4	15,4
Máximo (µg/m3):	63	29,2	91	56,1

Quadro 30 - Dados Estatísticos do Poluente PM 2,5 e PM 10 na estação da Chamusca em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar

No que diz respeito ao valor da Proteção da Saúde Humana: Base Diária, pode-se observar que na estação da Chamusca, os valores estiverem acima do recomendado no Decreto-Lei n.º 102/2010, de 23 de setembro, apenas num único dia, quando eram permitidas excedências em 35 dias ao valor limite de 50,0 µg/m3.

Designação:	**PM 10**		
	Valor (µg/m3)	Excedências Permitidas (dias)	N.º Excedências (dias)
Valor Limite	50.0	35	1

Quadro 31 - Poluente PM 10 - Proteção da Saúde Humana (Base Diária) na estação da Chamusca em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar

Quanto ao valor da Proteção da Saúde Humana: Base Anual, de acordo com o Decreto-Lei n.º 1º2/2010, pode-se observar que na estação da Chamusca o valor obtido foi de 15,4 µg/m3 enquanto o valor limite era de 40 µg/m3 para o ano de 2008.

Chamusca Designação:	**PM 10**	
	Valor (µg/m3)	Valor obtido (µg/m3)
Valor Limite	40	15,4

Quadro 32 - Poluente PM 10 - Proteção da Saúde Humana (Base Anual) na Estação da Chamusca em 2012 | Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente, Base de Dados On Line sobre Qualidade do Ar

Os dados ilustrados no presente documento, sendo os únicos existentes na proximidade do município, não permitem concluir em rigor quanto à qualidade do ar do mesmo, uma vez que podem existir situações específicas do município que interfiram com a qualidade do ar. Exemplo disso é o facto de estação estudada ser uma estação de ambiente rural regional, enquanto o Concelho do Entroncamento é um concelho com características eminentemente urbanas.

Contudo, embora de caracter urbano, o Concelho está inserido numa região rural, pelo que as situações específicas que possam interferir na qualidade do ar serão pontuais e localizadas, podendo resultar da proximidade às principais vias de comunicação (A23), pois nem sequer são conhecidas no Concelho industrias que pela sua atividade constituam fontes de poluição atmosférica. Assim sendo, pelos dados anteriormente expostos e analisados pode-se inferir que a qualidade de ar no Concelho é, genericamente, boa.

2. Qualidade das Águas

2.1. Nota Introdutória

A defesa dos recursos hídricos é uma necessidade premente pelo que procura-se, no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal, efetuar uma caracterização sucinta da qualidade dos mesmos, de forma a identificar eventuais situações problemáticas ou recursos a salvaguardar, garantindo desta forma a sua inclusão na análise posterior em termos de planeamento municipal.

Neste âmbito, e salientando-se desde já que a referida caracterização se encontra sujeita aos dados/informação disponíveis nas entidades relacionadas com a matéria em apreço, pretende-se com o presente capítulo caracterizar de forma sucinta o estado químico das massas de água subterrâneas nas quais se integra o Concelho, bem como a qualidade da água dos recursos hídricos superficiais, nomeadamente através da avaliação dos parâmetros de qualidade das águas nos pontos de descarga da ETAR urbana e da ETAR que serve a zona industrial.

2.2. Qualidade das Águas Superficiais

Não obstante a avaliação da qualidade das águas seja um dos fatores relevantes para a posterior identificação das disfunções ambientais no Concelho do Entroncamento, não se encontram disponíveis quaisquer dados que permitam efetuar uma caracterização da qualidade da água nas linhas de água que se localizam no Concelho.

Foram consultadas diversas entidades/documentos sem que contudo tenha sido possível obter os dados necessários, a saber:

- Rede de monitorização da qualidade da água disponível no SNIRH – constatou-se que a mesma não dispõe de qualquer estação de monitorização no concelho do Entroncamento, e as mais próximas não incidem sobre linhas de água que atravessem o território concelhio;
- PGRH Tejo – embora este Plano apresente a descrição e avaliação do estado químico das águas superficiais, dada a sua menor escala de análise, apenas são apresentados parâmetros para os principais rios, não havendo qualquer referência às linhas de água localizadas no Entroncamento.

No âmbito da Diretiva Quadro da Água, o INAG disponibiliza o mapa de análise de riscos das águas superficiais, no qual as linhas de água se encontram classificadas como: em risco, sem risco e em dúvida/por determinar. De referir contudo que apenas as linhas de água com expressão mais significativa se encontram classificadas, sendo que no caso do Concelho do Entroncamento apenas são classificadas as seguintes linhas de água: Ribeira da Ponte da Pedra – apresenta um troço em risco e outro sem risco - ver 0 - Ribeira da Barroca – em dúvida/por determinar.

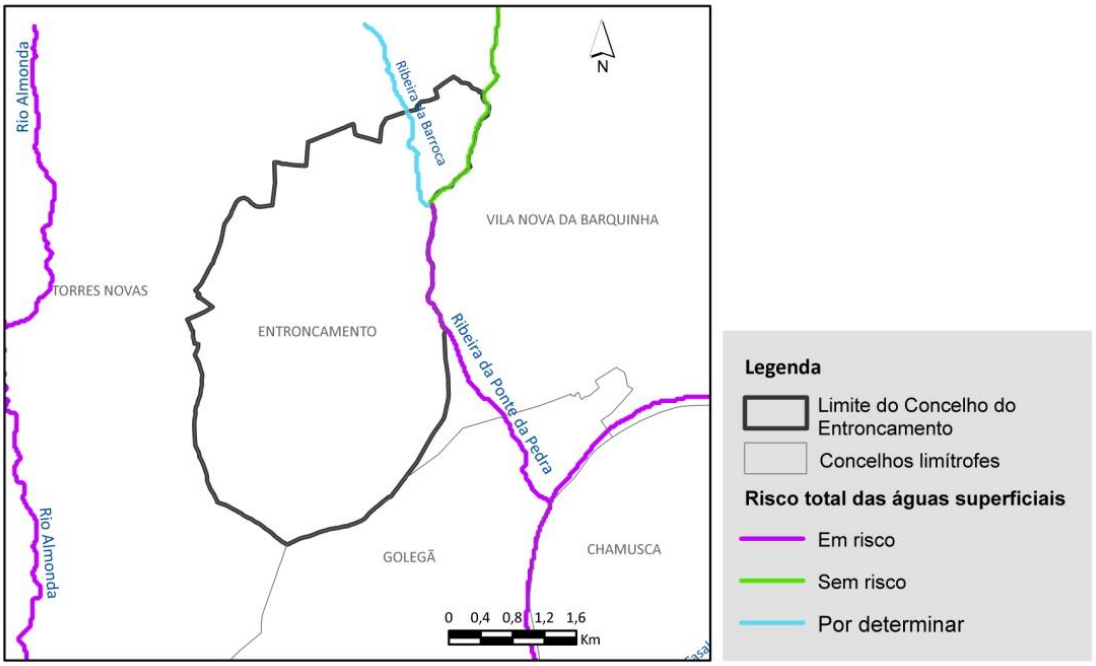


Figura 57 - Análise de risco das águas superficiais | Fonte: INAG, informação disponibilizada em http://intergis-web.inag.pt



Figura 58 - Descarga na Ribeira de Santa Catarina | Fonte: T&Amb (2009) – Plano de Pormenor do Formigão

Desta análise salienta-se a classificação como linha de água em risco de um troço da Ribeira da Ponte da Pedra. Não se conhecem os focos de poluição desta ribeira, contudo a classificação que lhe é atribuída pelo INAG não será alheia aos usos urbanos da envolvente e à escorrência das águas superficiais dos concelhos do Entroncamento e de Vila Nova da Barquinha, bem como ao facto de nesta ribeira desaguar a Ribeira de Santa Catarina. Esta última, embora não conste do mapa de análise de riscos do INAG, encontra-se extramente artificializada no troço que atravessa a cidade do Entroncamento e com sinais visíveis de poluição constituindo o meio recetor das águas da ETAR urbana do Entroncamento.

De referir por último que não existe qualquer série estatística ou dados avulsos que nos permita verificar objetiva e quantitativamente a qualidade da água dos recursos hídricos superficiais no

Concelho do Entroncamento. Os únicos dados existentes referem-se às análises trimestrais da qualidade do efluente das ETAR do Entroncamento e da Zona Industrial, cuja gestão é da responsabilidade das águas do Centro, verificando-se o genérico cumprimento dos parâmetros / limiares de descarga no meio recetor.

2.3. Qualidade das Águas Subterrâneas

A avaliação da qualidade das águas subterrâneas é efetuada com base nos dados constantes no PGRH Tejo (Síntese para Consulta Pública – versão extensa) referente às duas massas de água subterrânea que abrangem o Concelho: Aluviões do Tejo e Margem Direita do Tejo, tendo-se igualmente utilizado a informação geográfica constante no site do INAG65 relativos à análise de risco das massas de água.

2.3.1. Caraterização efetuada com base no PDRH Tejo

- **Massa de Água Aluviões do Tejo**

De acordo com o PGRH Tejo a massa de água Aluviões do tejo encontra-se em estado medíocre devido ao seu estado químico, sendo o nitrato e o azoto amoniacal os parâmetros responsáveis por essa classificação. De acordo com a análise efetuada, existe uma tendência estatisticamente significativa de subida dos parâmetros condutividade elétrica e sulfatos.

Estado Químico			
Estado	Parâmetro responsável pelo estado medíocre	Parâmetros com tendência de subida	Parâmetros com tendência de descida
Medíocre	NO3- e NH4+	Condutividade Elétrica e SO42-	-

Quadro 33 - Estado químico da massa de água Aluviões do Tejo | Extraído de: ARH Tejo (2011). PGRH Tejo – Síntese para Consulta Pública – versão extensa

Ainda de acordo com a mesma fonte as pressões localizadas a montante dos pontos de água analisados, potencialmente responsáveis pelo estado medíocre, nomeadamente resultante da presença de diversas formas de nitrato, são as seguintes:

- atividade agrícola, que cobre praticamente toda a área da massa, e que é responsável pela e**n**trada de cerca de 1,6 ton N/km2/ano;
- bovinicultura, responsável pela entrada de cerca de 1,2 tonN/km2/ano;
- 17 lixeiras encerradas (cujos poluentes potenciais são: benzeno; cádmio, chumbo e mercúrio e outros metais pesados; antraceno, fluoranteno e outros PAH; éter definitivo bromado e DEHP; cianetos, fenóis e compostos orgânicos halogenados);
- fossas sépticas em várias localidades, resultantes de diferentes atividades.

"*A presença de nitratos e de azoto amoniacal, a que se juntam frequentemente pesticidas e arsénio na zona norte, estende-se a toda a massa de águas subterrâneas e estão essencialmente associados à ocupação agrícola (é conhecida a utilização de compostos de arsénio na agricultura pois os seus efeitos fitotróficos tornaram-nos bons herbicidas e fungicidas para videiras) e a fossas sépticas ligadas a diferentes tipos de rejeições. Mais a sul adensam-se as bovinicultura*s e há uma grande concentração de *lixeiras encerradas que poderão contribuir para este estado e para o aparecimento de metais pesados*

[65] http://intersig-web.inag.pt

(por exemplo, Pb). Na zona central a forma mais comum de N é como azoto amoniacal, refletindo ambientes mais redutores e com maior quantidade de matéria orgânica." (ARH Tejo, 2011)

De salientar que o Concelho do Entroncamento tem uma expressão marginal neste contexto, não só devido à sua reduzida dimensão como principalmente à ausência ou inexpressividade de muitas das atividades apontadas como responsáveis pela poluição das massas de água subterrâneas.

- **Massa de Água Margem Direita do Tejo**

De acordo com o PGRH Tejo a massa de água Margem Direita do Tejo encontra-se em bom estado químico, contudo a análise estatística efetuada permitiu identificar uma tendência significativa de subida do parâmetro azoto amoniacal e cádmio e uma tendência de descida de sulfato.

Estado Químico			
Estado	Parâmetro responsável pelo estado medíocre	Parâmetros com tendência de subida	Parâmetros com tendência de descida
Bom	-	NH4+ e Cd	SO42-

Quadro 34 - Estado químico da massa de água Margem Direita do Tejo | Extraído de: ARH Tejo (2011). PGRH Tejo – Síntese para Consulta Pública – versão extensa

Não obstante, foram identificadas substâncias prioritárias e outros poluentes, embora não quantificáveis, associadas a indústrias transformadoras, aterros sanitários e a lixeiras encerradas que podem contaminar as águas subterrâneas, devido à lixiviação de contaminantes para o meio hídrico, em resultado de roturas, acidentes ou outras situações. Algumas destas substâncias são Benzeno; cádmio, chumbo e mercúrio e outros metais pesados; antraceno, fluoranteno e outros PAH; Éter definílico bromado e DEHP; cianetos, fenóis e compostos orgânicos halogenados. (ARH Tejo, 2011)

2.3.2. Diretivas Comunitárias - Diretiva do Quadro da Água

No âmbito da Diretiva do Quadro da Água, o INAG disponibiliza o mapa de análise de riscos das águas subterrâneas, no qual as massas de água subterrânea se encontram classificadas como: em risco, sem risco e em dúvida/por determinar.

Das massas de água que integram o Concelho do Entroncamento, a massa de água designada Aluviões do Tejo encontra-se classificada como massa de água em risco, encontrando-se a classificação da massa de água Margem Direita do Tejo ainda por determinar.

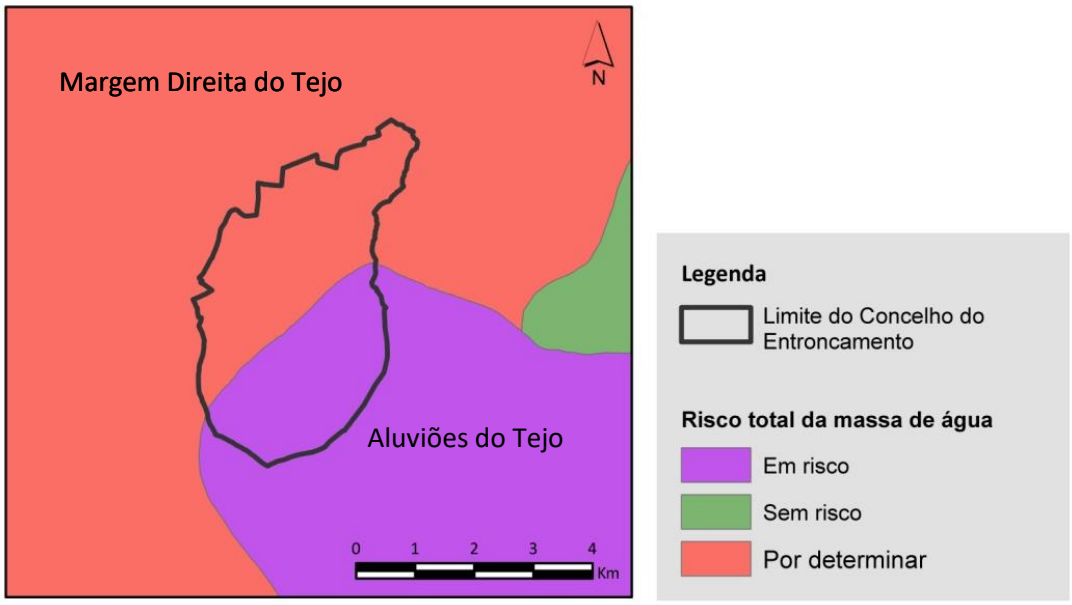


Figura 59 - Análise de risco das águas subterrâneas | Fonte: INAG, informação disponibilizada em http://intergis-web.inag.pt

No que respeita à classificação da massa de água Aluviões do Tejo, sublinha-se, uma vez mais, que o Concelho do Entroncamento tem uma expressão marginal nesta massa de água, resultante quer da sua localização no limite da mesma, quer da sua reduzida superfície territorial. Cumulativamente há ainda a considerar a inexpressividade das atividades que contribuem de forma mais significativa para a situação de risco das massas de águas subterrâneas.

3. Ruído

Os mapas de ruído apresentados mostram que na maioria da área analisada se verifica que o ambiente sonoro é relativamente calmo, enquadrando-se nos limites estabelecidos para zonas sensíveis e para ambos os períodos. As áreas para as quais Lden > 55 dBA ou Ln> 45 dBA encontram-se relativamente próximas das vias de comunicação mais importantes, conforme figuras abaixo inscritas.

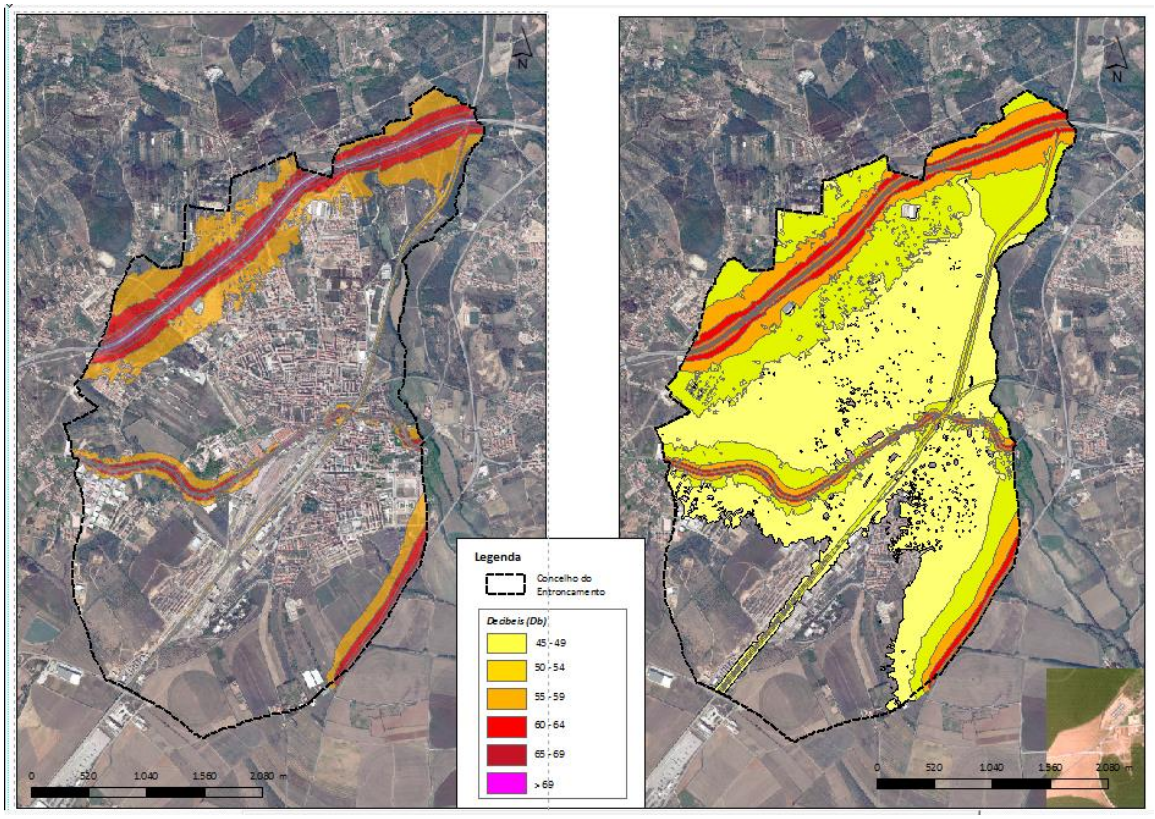


Figura 60 - Mapa Acústicos do Entroncamento (LDEN >55 db e LN > 40 db) | Fonte: Mapa de Ruído do Concelho do Entroncamento (CME, 2015)

Da observação dos mapas de ruído66 conclui-se que:

- A fonte de ruído mais importante é o tráfego rodoviário existente no IP6/A23. A circulação de pesados e os valores relativamente elevados de tráfego médio diário faz com que o ambiente sonoro esteja significativamente perturbado na sua vizinhança próxima e distante (mais de 200 m a partir de cada berma). O IC3 tem uma influência limitada visto que o seu traçado passa fora do limite do Concelho.
- As estradas EN 3 e EN 365, são as mais importantes em termos de estradas nacionais, e têm um impacte significativo na sua evolvente próxima.
- As estradas municipais EM 539, CM 1182 e a ligação entre o nó da A23 e Entroncamento Centro são igualmente importantes devido aos volumes de tráfego consideráveis que comportam.

[66] Dossier incluído no conteúdo documental do plano

- O tráfego existente dentro dos bairros analisados e fora da influência das vias com tráfego mais intenso, não tem uma contribuição significativa para o ambiente sonoro.
- A linha ferroviária do Norte e a linha da Beira Baixa possui um tráfego elevado e a sua influência é importante. O facto de esta linha se encontrar numa área relativamente plana, faz com as ondas sonoras se propaguem a distâncias elevadas o que resulta numa grande área afetada.
- A grande maioria da área analisada está sujeita a níveis sonoros que se enquadram dentro dos limites definidos para zonas sensíveis.
- O efeito do ruído de tráfego é mais intenso nas edificações que estão mais próximas das vias principais, o que faz com que as habitações mais afastadas destas vias gozem de um ambiente calmo em termos de poluição sonora.

Na área em estudo verificou-se que existem inúmeras zonas, a maioria, com níveis de ruído próprios para um uso que exija níveis de ruído baixos, sendo válido para zonas já habitadas como para zonas verdes ou sociais.

Síntese da Informação | Cap. IV

1. Disfunções Ambientais

Pretende-se com o presente capítulo sistematizar informação transversal aos relatórios do Plano, que resulta em intrusões negativas no território, traduzindo-se esta informação em peça gráfica constante no presente relatório

Sem prejuízo de que, num território virgem qualquer intrusão consubstanciaria um facto desta natureza, e que por tal, também o desenvolvimento urbano resulta numa intrusão, consideram-se como disfunções ambientais aquelas que resultam de atividades ou de ocupação do solo com impacte negativo sobre o meio. Contudo, um conjunto de medidas de mitigação, que vão da redução das emissões à requalificação e regeneração urbana, aqui num conceito mais lato de ambiente, permitem não assumir o meio urbano, per si, como uma disfunção ambiental.

Dirime-se deste capítulo a necessidade de se caracterizar os diversos elementos constantes na Planta, uma vez que os mesmos são caracterizados no corpo deste e de outros relatórios que compõem o processo de revisão do PDM do Entroncamento. Assim, são sintetizados os elementos no quadro constante no subcapítulo seguinte.

Descritor	Elemento Identificado	Fundamentação da Disfunção Ambiental
Degradação de Recursos Hídricos	Linhas de água em risco – ribeiras de Santa Catarina e Ponte da Pedra	Com base nos elementos produzidos pelo INAG, é identificada uma linha de água classificadas como "em risco", nos termos previstos pela Diretiva Quadro da Água, a ribeira da Ponte da Pedra. Considerou-se ainda integrar a Ribeira de Santa Catarina igualmente nesta classificação atendendo à profunda alteração das suas características de perfil, aos dados relativos à descarga da ETAR do Entroncamento, com três excedências em doze meses de recolhas e cujo ponto de descarga se situa nesta ribeira, e ainda, atendendo à deposição de resíduos na envolvente e mesmo no álveo.
	Massas de água em risco – aluviões do Tejo	Com base nos elementos produzidos pelo INAG, é identificada uma massa de água classificadas como "em risco", nos termos previstos pela Diretiva Quadro da Água, e que corresponde à massa de água de aluviões do Tejo.
	Alteração substancial dos perfis das linhas de água – Ribeira de Santa Catarina	Grande parte do percurso da ribeira de Santa Catarina no território do Concelho do Entroncamento encontra-se profundamente alterada no seu perfil transversal e longitudinal, sendo que uma parte do mesmo encontra-se emanilhada e coberta, confundindo-se com a rede de pluviais da cidade.
	Estação de Tratamento de Águas Residuais	As ETAR destinam-se, por definição, a minorar o impacte da descarga sem tratamento de efluentes; contudo, a concentração da descarga num único ponto, mesmo que devidamente tratado a montante, importa não só uma minoração da qualidade da água no referido ponto, mesmo que controlada, como igualmente, um aumento do risco potencial por descargas pontuais e excedendo limiares admissíveis. Existe no Concelho uma ETAR municipal, cujo dimensionamento e nível de tratamento se encontram já subdimensionados para a população que serve, por tal assinalada, assim como, uma ETAR na zona industrial.

Desqualificação do Uso do Solo	Locais de depósito de entulho ou sucatas – diversos locais	São detetados diversos locais de depósito de entulho, de origem ilegal, designadamente na imediação das duas ETAR e, num dos casos, nas proximidades da zona industrial. Também é marcada uma área de dimensão assinalável para depósitos de entulho e estacionamento de sucatas, na área do quartel do Entroncamento.
	Áreas abandonadas em territórios artificiais	São identificados um conjunto de áreas abandonadas em solo artificializado – ver relatório 4, que melhor caracteriza estas áreas.
Poluição Sonora	Período Diurno	São identificadas na Planta todas as áreas Lden com db> 65
	Período Noturno	São identificadas na Planta todas as áreas Ln com db> 55

Quadro 35 - Síntese das disfunções ambientais do Concelho do Entroncamento | Dados Próprios

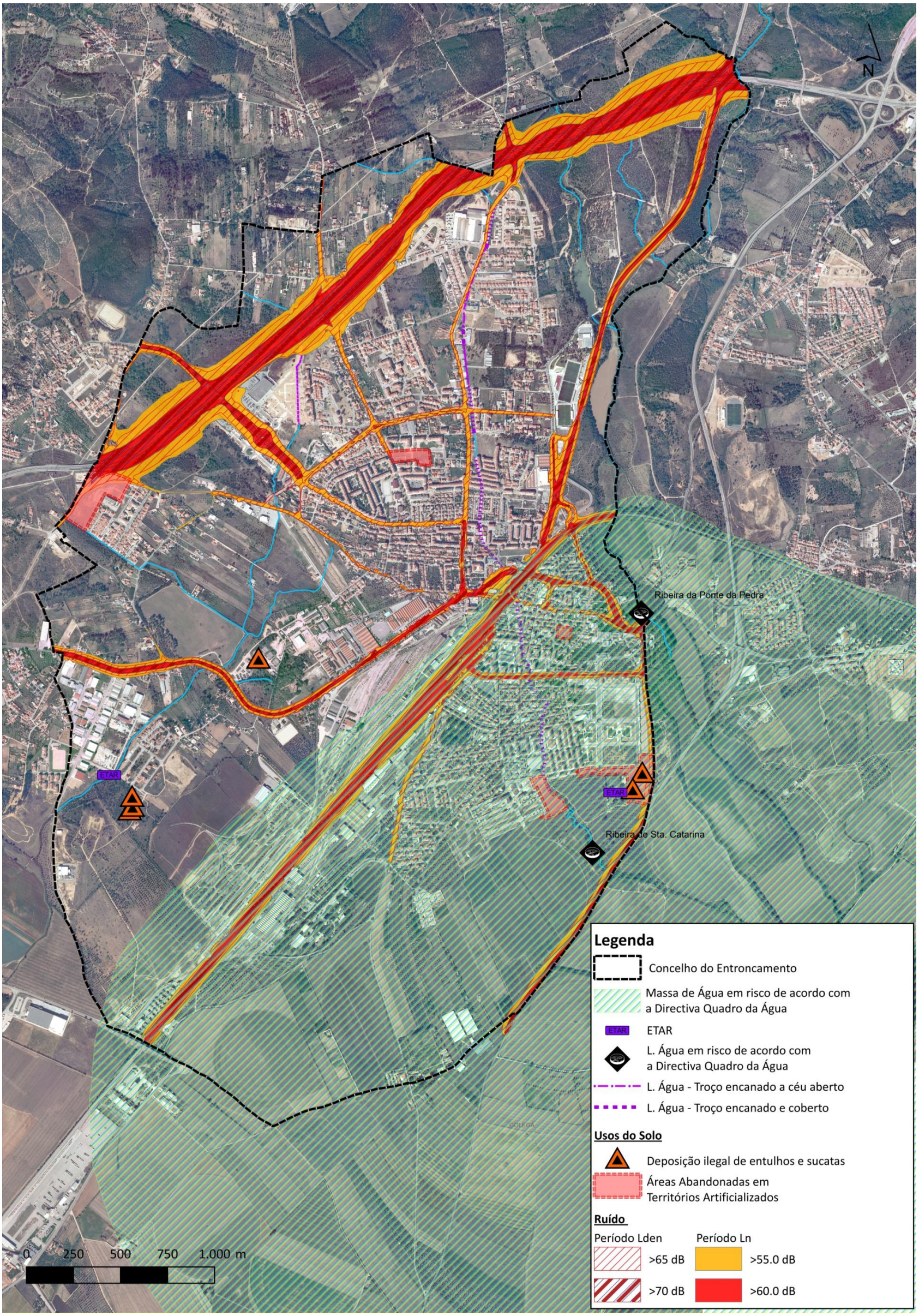


Figura 61 - Síntese das Disfunções ambientais do Concelho do Entroncamento | Dados Próprio; CIMT (Ortofotompa)s

2. Suporte Físico - Valores Naturais

Pretende-se com o presente capítulo sistematizar o conjunto de informação transversal aos relatórios do Plano que consubstanciam elementos referenciáveis no território do Entroncamento enquanto valores naturais, concretizando os mesmos em peça gráfica constante neste relatório. Esta planta deverá ser atualizada com o resultado do trabalho técnico relativo à REN (ainda em curso), uma vez que alguns dos sistemas daquela reserva podem / devem ser considerados como valores naturais intrinsecamente. Não existe no território do Entroncamento elementos de património natural com valência significativa, conforme ficou oportunamente claro no presente relatório: de facto, e entre outros exemplos, não se localiza no território municipal qualquer área ou elemento classificado como património natural, ou qualquer elemento geológico digno de nota.

Neste contexto, entende-se contudo assinalar um conjunto de elementos como valores naturais, elementos estes que oportunamente devem ser atendidos para efeitos de produção do Modelo de Ordenamento do Território municipal, sistematizados no quadro constante no capítulo seguinte, com objetivo de proteger e valorizar os poucos valores existentes, mas também, com objetivo último de constituírem área de desafogo do meio urbano. É aliás neste contexto que se identificam igualmente os parques verdes urbanos como valores naturais.

Para análise da matéria relacionada com o descritor Suporte Físico - Valores Naturais, são analisadas diferentes temáticas: as sub-regiões homogéneas identificadas no PROF Ribatejo, os Povoamentos Florestais com recurso à Carta de Ocupação do Solo (COS 2007 - nível 5) e ainda as áreas abrangidas pelos Aquíferos da Bacia do Tejo / Margem Direita (APA/ARH Tejo) e Terraços Fluviais e aluviões (Carta Geológica de Portugal).

A análise deste descritor inclui ainda a existência de valores naturais relevantes, identificados como espaços Verdes Urbanos, identificados na Planta de Ordenamento - Parque Verde do Bonito.

Descritor	Recurso	Fundamentação da Disfunção Ambiental
Recursos Hídricos e flora associada	Linhas de água	As linhas de água são elemento fundamental do sistema hídrico, enquanto catalisadores de água com origem na precipitação, de entre outros fatores. Por tal consta na planta todas as linhas de água do Concelho, sendo considerado na sua totalidade como valor natural, mesmo nos troços emanilhados cobertos, atendendo à sua relevância na função hídrica.
Paisagem	Área de Aluviões e Terraços Fluviais	Terraços Fluviais e aluviões identificados na Carta Geológica de Portugal
Floresta, espaços verdes urbanos e espécies sob estatuto de conservação e/ou crescimento lento	Povoamentos Florestais (Sobreiro, Carvalhos, Eucaliptos, Pinheiro Bravo, Pinheiro Manso e Outras Folhosas)	São cartografadas como valores naturais, as áreas de concentração destas espécies, nomeadamente, Sobreiro, Carvalhos, Eucaliptos, Pinheiro Bravo, Pinheiro Manso e Outras Folhosas, localizadas geralmente no Norte do Concelho.
Áreas Verdes	Parque do Bonito	Identifica-se o perímetro do Parque, onde para mais se localiza a albufeira e um conjunto não despiciendo de espécies arbóreas relevantes.
	Outros Espaços Verdes	Identificam-se outros espaços verdes de dimensão relevantes na cidade.

Quadro 36 - Síntese dos Valores Naturais do Concelho do Entroncamento | Dados Próprios

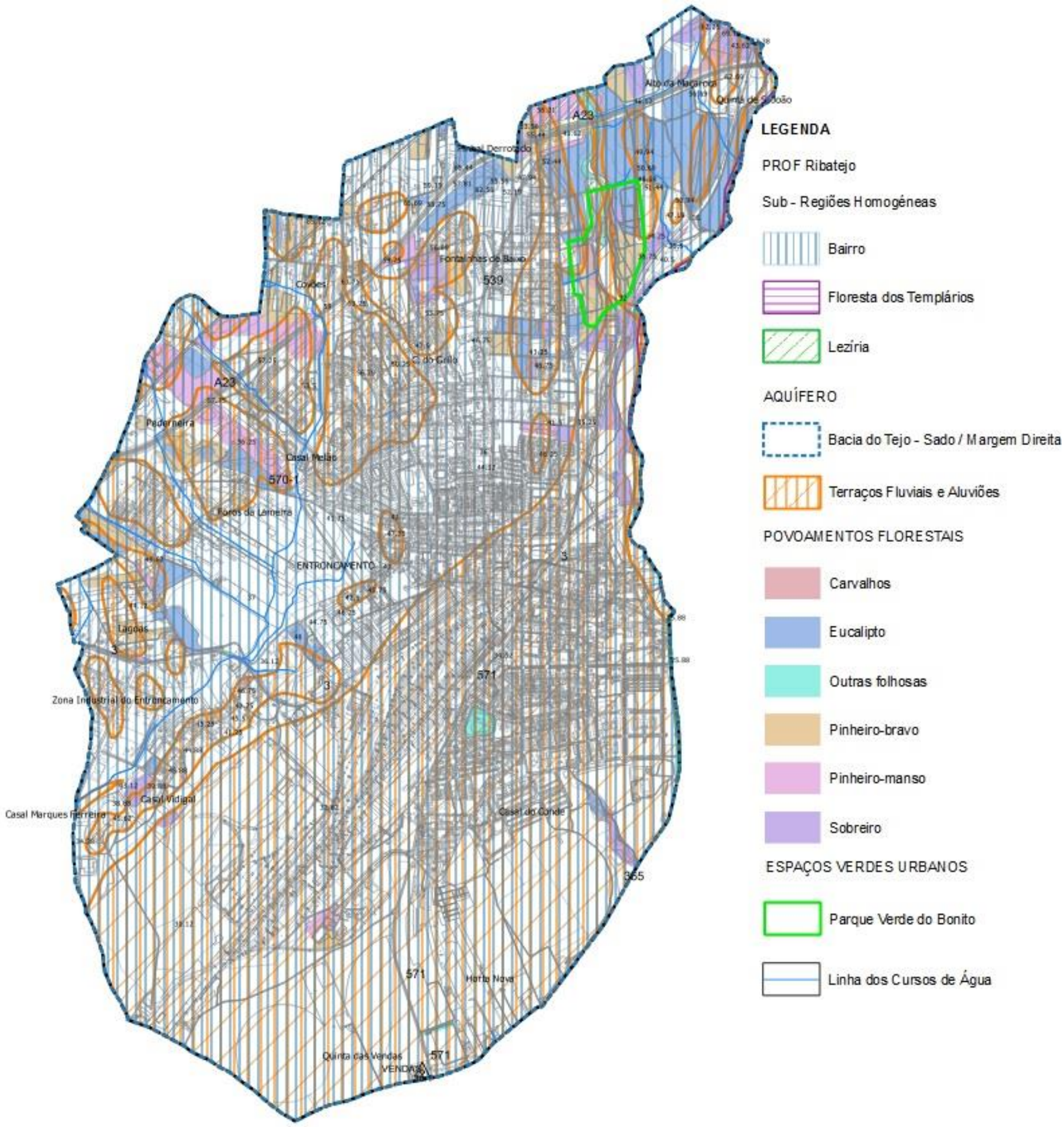


Figura 62 - Síntese dos Valores Naturais do Concelho do Entroncamento | Dados Próprio; CIMT (Ortofotompa)s

Siglas e Acrónimos

SIGLAS/ ACRÓNIMOS	LOCUÇÃO
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ARH	Administração da Região Hidrográfica
DGT	Direção-Geral do Território
CBO	Carência Bioquímica de Oxigénio
CIMT	Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo
CQO	Carência Química de Oxigénio
CME	Câmara Municipal do Entroncamento
DGADR	Direção Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
DL	Decreto-Lei
EEM	Estrutura Ecológica Municipal
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ICNF	Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas
CIGeoE	Centro de Informação Geoespacial do Exercito
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
LNEG	Laboratório Nacional de Engenharia e Geologia
PDM	Plano Diretor Municipal
PDME	Plano Diretor Municipal do Entroncamento
PGRH Tejo	Plano de Gestão da Região Hidrográfica do tejo
PMDFCI	Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios
PROT OVT	Plano regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RJIGT	Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
SNIRH	Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos
SST	Sólidos Suspensos Totais

Bibliografia

- **Monografias, Estudos e Relatórios**

Águas do Centro (2006). *Estudos Técnicos*

Abreu, Alexandre; Correia, Teresa. *Identificação e caracterização de unidades de paisagem de Portugal Continental.* Universidade de Évora, Évora.

ARQUEST (2008). *Desvio da Ribeira de Santa Catarina (Canal de Nivelamento de Caudal)*. CME, Entroncamento.

Cardoso, J.V.J.C. (1965). "*Os Solos de Portugal - sua classificação, caracterização e génese. 1. A Sul do Rio Tejo*" . DGSA, Lisboa.

Cardoso, J.V.J.C. (1974) -"*A Classificação dos Solos de Portugal - nova versão*". Boletim de Solos (SROA) 17 : 14 - 46.

Cardoso, J.V.J.C; M.R.T. Bessa; M.O.B. Marado (1973) . *"Carta dos Solos de Portugal na escala 1 / 1000000*". Agronomia Lusitana 33 : 481 - 602.

Entrontejo, Lda. (2008) Estudo Hidrogeológico do PP do Formigão (trabalho de campo efetuado de 9 a 11 de julho de 2008)

Fonseca, M.S. e M.O.B. Marado (1991*).* *"Carta dos Solos de Portugal. Enquadramento das unidades taxonómicas da classificação do CNROA na Legenda da FAO".* CNROA, Lisboa.

Ramos, F.M. (1987). "*Caracterização físico-química dos solos do Baixo Vouga Lagunar".* DGHEA, Lisboa.

Reis, L.F.C. (1987). *"Estudo interpretativo da aptidão catual e potencial das terras do Vale do Cértima*". DGHEA, Lisboa.

Rogado, N.J.Q. (1982). "*Nota acerca dos solos do Médio e Baixo Vouga".* CNROA, Aveiro.

Rogado, N.J.Q. (1985). *"Carta preliminar dos solos do Baixo Vouga". Est. Agron*. 12 (1-2) : 25 - 34.

Rogado, N.J.Q. (1987). *"Os Solos da Região de Aveiro. Contribuição para o seu estudo*". CNROA , Aveiro.

Rogado, N.J.Q. (1990). "*Soil Survey of the Lower Vouga Alluvial Plain"*. Seminário Agro-Hidrologia do Baixo Vouga Lagunar. DGHEA, Aveiro.

Rogado, N.J.Q. e A.M.M. Perdigão (1986) .*"Bloco do Baixo Vouga lagunar. Carta de Solos, escala 1/ 10000*". CNROA - DGHEA, Lisboa.

Rogado, N.J.Q. e F.M. Ramos (1986) .*"Relatório da Carta de Solos do Vale de Cértima".* DGHEA -CNROA, Lisboa.

Rogado, N.J.Q. e F.M. Ramos (1989). *"Carta de Solos. Vale do Águeda".* DGHEA, Lisboa.

Rogado, N.J.Q. e F.M. Ramos (1989) . *"Solos e aproveitamento agrícola do Baixo Vouga Lagunar"*. Simpósio da Soc. Port. da Ciência do Solo, Lisboa.Pedon 8 (1990) : 67 - 81.

SROA (1972) .*"Carta da Capacidade de Uso do Solo de Portugal. Bases e normas adotadas na sua elaboração*". Boletim de Solos (SROA) 12 : 1 - 195.

- **Legislação**

Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio. *Diário da República n.º 93/2015 – I Série.* Ministério do Ambiente, Ordenamento do território e Energia. Lisboa.

Lei nº31/2014 de 30 de maio. *Diário da República n.º 104 – I Série.* Assembleia da República. Lisboa.

Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro de 2001 *Diário da República n.º 200 – I Série.* Assembleia da República. Lisboa.

- **Documentos Eletrónicos**

Agencia Portuguesa do Ambiente (2013). *Atlas do Ambiente*. Acedido no website: http://www.apa.pt

ARH Tejo (2011*). PGRH Tejo – Síntese para Consulta Pública – versão extensa. Acedido em http://www.planotejo.arhtejo.pt/docs/PGRH/docs_consulta_publica/RT_sintese_Extensa.pdf*

**Sistema Nacional de Recurso Hídricos.*(2013)*.*Sistemas Aquíferos Subterrâneos de Portugal.* Acedido no website*: http://www.snirh.pt*

- **Bases de dados online**

http://interqis-web.inaq.pt
http://www.icnf.pt
http://snirh.pt

Primeira revisão do PDM do ENTRONCAMENTO

R4 – Condicionantes Biofísicas

Versão de fevereiro de 2018 para aprovação em Assembleia Municipal

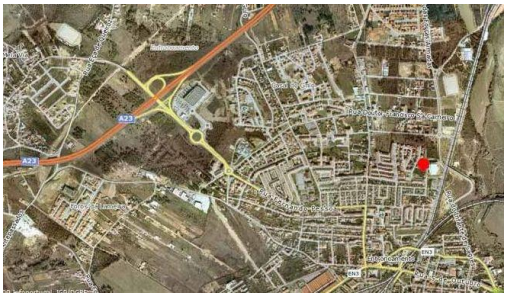
Primeira revisão Plano Diretor Municipal, PDM

Entroncamento









ENTRONCAMENTO
cidade ferroviária

Volume 04

R5 - Áreas Críticas à Ocupação Humana

[versão para aprovação em Assembleia Municipal] fevereiro 2018

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Índice Geral

1. Nota Introdutória 3
1.1. Da integração dos Riscos nos Instrumentos de gestão Territorial 4
1.2. Riscos em Portugal Continental 6
1.3. Nota de Enquadramento Legislativo, Institucional 8
1.3.1. Enquadramento no PROTOVT 9
1.3.2. Das orientações da ANPC à determinação de riscos nos IGT 10
1.4. Ponderação dos pareceres de Entidades a este relatório, versão de fevereiro de 2013 11

2. Riscos Naturais 14
2.1. Riscos Geológicos ou Geomorfológicos 15
2.1.1. Sismos 15
2.1.2. Movimentos de Vertentes 20
2.2. Riscos Climáticos 21
2.2.1. Situações meteorológicas adversas 22
2.2.2. Cheias e inundações 23
26
3. Riscos Ambientais 27
3.1. Poluição Ambiental (Atmosférica, Hídrica ou dos Solos) 27
3.1.1. Riscos Diversos 27
3.1.2. Ruído 28
3.2. Deflorestação 29
3.3. Desertificação 30
3.4. Incêndios Florestais 31
3.4.1. Introdução ao PMDFCI do concelho do Entroncamento 31
3.4.2. Análise de risco e da vulnerabilidade de incêndios 31
3.4.3. Cartografia de risco 32
3.5. Erosão Hídrica dos Dolos 35

4. Riscos Tecnológicos 36
4.1. Risco de Acidente Industrial 36
4.2. Acidentes no Transporte de Substâncias Perigosas 40
4.3. Incêndios em Zonas Urbanas 41

5. Síntese de Riscos 42

Bibliografia 44

Anexos

Índice de Figuras

Figura 1 - Enquadramento do Município do Entroncamento na Carta de Riscos do PROTOVT | *Fonte: IGP (2011) Carta Administrativa Oficial de Portugal; CCDR-LVT (2009) – PROTOVT* 10
Figura 2 - Enquadramento do Município do Entroncamento na Carta de Sismicidade Histórica | *Fonte: APA, Atlas do Ambiente (1985)* 15
Figura 3 - Localização do Entroncamento na Carta de Intensidade Sísmica do Atlas do Ambiente | *Fonte: APA, Atlas do Ambiente (1985)* 16
Figura 4 - Integração do Concelho do Entroncamento no mapa de zonamento sísmico de Portugal | *Adaptado do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica* 17
Figura 5 - Superfície do território do Entroncamento cujos tipos de solo são mais suscetíveis a ampliar as ondas sísmicas | *Fonte: DGADR (s/ data) Carta de Solos de Portugal Continental* 19
Figura 6 - Carta de suscetibilidade de cheias e inundações | Fonte: PMEPC 2015 24
Figura 7 - Zonas Inundáveis no Concelho do Entroncamento | Fonte: CME 25
Figura 8 - Zonas Ameaçadas por Cheias (ZAC) 26
Figura 9 - Áreas florestais do Concelho do Entroncamento | Fontes: CME/IGP (Ortofotomapa); DGT (nomenclatura COS2007); 29
Figura 10 - Áreas de Elevada suscetibilidade à desertificação | Fontes: IFADAP (dados de base); DGT (CAOP2016); 30
Figura 11 - Perspetiva de áreas de eucaliptal no nordeste do Concelho | Extraído do PMDFCI (CME, 2014) 32
Figura 12 - Áreas de Matos junto ao IP6 / A23 | Extraído do PMDFCI (CME, 2014) 32
Figura 13 - Definição esquemática dos conceitos de risco e perigosidade de incêndios florestais | *Extraído do PMDFCI (CME, 2014)* 33
Figura 14 - Carta de Perigosidade de incêndio florestal do Concelho do Entroncamento | *Fonte: PMDFCI (CME, 2014-2018)* 34
Figura 15 - Localização de industrias perigosas, incluindo SEVESO, na proximidade do Entroncamento e distâncias às zonas residenciais que ficam mais próximas | *Fonte: APA e Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo* 37
Figura 16 - Carta de suscetibilidade de acidentes industriais que envolvam substâncias perigosas | *Fonte: PMEC (CME, 2015)* 38
Figura 17 - Caracterização Síntese da Zona Industrial do Entroncamento no website da CIMT | Fontes: CIMT (2004) 38
Figura 18 - Carta de Suscetibilidade de incêndios urbanos | Fonte: PMEC (2015) 41

Índice de Quadros

Quadro 1 - Sistematização dos Riscos em Portugal Continental | *Fonte: www.anpc.pt, consultado em 2011.12.22* 7
Quadro 2 - Sistematização dos Riscos em Portugal Continental | *Fonte: www.anpc.pt, consultado em 2011.12.22* 13
Quadro 3 - Número de dias médio por mês com situações meteorológicas específicas | *Fonte: Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1951 – 1980)* 22
Quadro 4 - Quadro Síntese dos Riscos Naturais, Ambientais e Tecnológicos 42

1. Nota Introdutória

A análise dos riscos de determinado território e a delimitação de áreas críticas à ocupação humana nos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) decorre da aplicação de um conjunto vasto de legislação e orientações na mais diversa matéria, desde riscos sísmicos, a riscos de inundabilidade ou a riscos induzidos pela atividade humana, vulgo riscos tecnológicos.

A definição destas variáveis em sede de IGT, depende, antes de mais da escala de análise e de representação, por um lado, e da localização da área de intervenção, por outro. Neste quadro, a definição das áreas críticas agora iniciado tem o enfoque direcionado para a escala de interpretação da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM)1, e deverá atender ainda à realidade física do Concelho.
Neste contexto, perde sentido ponderar matérias cuja escala de aplicação é a do projeto de arquitetura, ou outras, cuja área de intervenção incide, por exemplo sobre áreas do litoral, quando o município do Entroncamento é um território de interior.

O presente documento deve ser entendido como um primeiro passo com vista à execução da Planta de Áreas Críticas à Ocupação Humana, a qual deverá constituir um desdobramento da Planta de Ordenamento do PDM. Nesta fase, trata-se tão somente da indicação dos riscos existente sobre o território; aqueles que eventualmente venham a decorrer do ato de planeamento, ou mesmo as medidas que venham no sentido de mitigar riscos, terão sede própria na segunda fase do plano.

De referir que se encontram ponderadas no presente relatório as observações constantes nos pareceres da CCDR-LVT e da ANPC, adiante explicitadas.

Em complemento a este relatório, consta no dossier de peças gráficas uma peça designada por "*Planta de Ordenamento - Áreas de Riscos ao Uso do Solo*" no Concelho do Entroncamento.2

[1] Atendendo à dimensão do Concelho do Entroncamento, as peças fundamentais do Plano Diretor serão representadas à escala 1:10000.
[2] Peça Gráfica n,° 1.5 – Planta de Ordenamento - Áreas de Riscos ao Uso do Solo

1.1. Da integração dos Riscos nos Instrumentos de gestão Territorial

Qualquer território encontra-se exposto a um conjunto variado de condicionantes à ocupação humana, tendo progredido recentemente o relevo desta matéria no quadro de elaboração dos IGT em Portugal.

Numa primeira abordagem, pode-se afirmar que a ocupação humana é cerceada por:

(i) **Riscos naturais**, que correspondem a ocorrências associadas ao funcionamento dos sistemas naturais;

(ii) **Riscos tecnológicos** que potenciam acidentes, frequentemente súbitos e não planeados, decorrentes da atividade humana; e

(iii) **Riscos ambientais**, em que se combinam os resultados de ações continuadas da atividade humana com o funcionamento dos sistemas naturais.

Determina o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT)[3] que os IGT devem identificar as áreas afetas à defesa nacional, segurança e proteção civil. A definição destas variáveis em sede de IGT, depende, antes de mais da escala de análise e de representação, por um lado, e da localização da área de intervenção, por outro.

Neste quadro, a definição das áreas críticas tem o enfoque direcionado para a escala de interpretação do processo de revisão do PDM do Entroncamento (PDME) e deverá atender à realidade física do local, sendo por tal objetivo deste capítulo caracterizar os riscos na área de intervenção, os quais devem constar da proposta de Plano.

Neste contexto, o presente relatório tem por objetivo não apenas identificar os riscos como igualmente apresentar o conjunto de orientações que, num quadro de elaboração de um Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT), deverão ser tidas em consideração na delimitação das áreas sujeitas a riscos ambientais e tecnológicos. Estes riscos são traduzidos graficamente nos diversos elementos que integram o relatório, bem como em planta síntese com a indicação dos riscos na área de intervenção, a qual será considerada na proposta de Modelo de Ordenamento e na Planta de Ordenamento.

Sem prejuízo da diversa legislação que disciplina a múltipla matéria que resulta de diferentes riscos a considerar em sede de PDM, para a elaboração deste documento são particularmente observadas as orientações que emanam do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROTOVT)[4] e as constantes de documentos publicados pela Autoridade Nacional de Proteção Civil

[3] Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

[4] RCM n.º 64-A/2009, de 25 de junho de 2009, publicada em D.R. 1.ª série — N.º 151 — 6 de agosto de 2009.

(ANPC), umas por definirem o quadro regional ao presente processo, as outras, por sistematizarem as orientações para os diferentes riscos.

Para cada um dos descritores (riscos) em causa, é efetuada a respetiva análise de contextualização, que permite compreender melhor a aplicabilidade ou não aplicabilidade do risco em causa.

Neste quadro e para identificação dos riscos existentes no Concelho do Entroncamento e, neste caso, para determinar a sua influência, são utilizadas fontes tais como: o Atlas do Ambiente, da ex- Agência Portuguesa do Ambiente (APA) o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) do Concelho do Entroncamento, e ainda, o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) do Concelho do Entroncamento. Para determinação das áreas inundáveis do Concelho, são utilizadas como fonte estudos hidráulicos existentes no Concelho, devidamente identificados no corpo do presente relatório, bem como, o conhecimento de campo dos funcionários da Câmara Municipal do Entroncamento (CME) e Proteção Civil Municipal (PCM).

1.2. Riscos em Portugal Continental

A base de dados EM-DAT (*Emergency Events Database*), criada e gerida pelo *Centre for Research on the Epidemiology of Disasters5*, reporta 49 catástrofes em Portugal (regiões autónomas incluídas) para o período 1900-2004 6 , incluindo situações de cheias, tempestades de vento, sismos, incêndios, movimentos de vertente, secas, temperaturas extremas e acidentes tecnológicos.7

O quadro seguinte sistematiza os tipos de riscos que apresentam uma incidência significativa em Portugal Continental.8 De entre estes destacam-se, pela sua importância para o ordenamento do território, a perigosidade associada à atividade sísmica, movimentos de vertente, erosão marinha, cheias e inundações, acidentes industriais e acidentes no transporte de substâncias perigosas.

O enquadramento da área de intervenção e a respetiva contextualização no quadro nacional será efetuado no corpo do presente relatório, em cada um dos riscos assinalados, conforme nota inscrita na introdução, sendo que os subcapítulos encontram-se organizados conforme o quadro inscrito. De referir desde já que, em função da localização do Concelho do Entroncamento não são, naturalmente, analisados os fenómenos relacionados com o litoral (tsunamis e erosão marítima).

[5] Universidade Católica de Lovaina

[6] A definição de catástrofe é um assunto controverso. No caso da EM-DAT são considerados 4 critérios alternativos para a inclusão de um evento particular: (i) relato de 10 ou mais mortes; (ii) relato de 100 ou mais pessoas afetadas; (iii) pedido de assistência internacional; e (iv) declaração de estado de emergência. Deste modo, eventos como o temporal marítimo que provocou a destruição parcial do porto de Sines em 1979 não são considerados nesta base de dados (UNESCO 2011)

[7] FONTE: Zêzere, J.L. (s/d) – Perigos Naturais e Tecnológicos no Território de Portugal Continental, Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa

[8] FONTE: www.anpc.pt

Riscos Naturais	Geológicos ou geomorfológicos	Sismos
		Tsunamis
		Movimentos de vertentes
		Erosão marítima
	Climáticos e hidrológicos	Secas
		Situações meteorológicas adversas
		Cheias e inundações
Riscos Ambientais	Poluição Ambiental (atmosférica, hídrica ou solos)	
	Desflorestação	
	Desertificação	
	Incêndios Florestais	
	Erosão hídrica dos solos	
Riscos Tecnológicos	Acidentes Industriais	
	Acidentes no transporte de substâncias perigosas	
	Incêndios em zonas urbanas	

Quadro 1 - Sistematização dos Riscos em Portugal Continental | Fonte: www.anpc.pt

1.3. Nota de Enquadramento Legislativo, Institucional

Ao contrário do que acontece noutros países da UE, a legislação portuguesa contempla a prevenção dos riscos naturais, tecnológicos e ambientais de forma difusa.

O Programa Nacional da Política do Ambiente (PNPA)9 definiu as grandes áreas de atuação em quatro domínios no âmbito dos riscos naturais, ambientais e tecnológicos: catástrofes naturais, desertificação, radioatividade e acidentes graves.10

No âmbito da Proteção Civil tem-se assistido à transposição de normativas comunitárias, como é o caso do Decreto-Lei nº 254/2007, de 12 de julho, que estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e a limitação das suas consequências para o Homem e o ambiente.11 A Lei de Bases da Proteção Civil12 considera como objetivos fundamentais da proteção civil:

(i) Prevenir os riscos coletivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe dele resultante;

(ii) Atenuar os riscos coletivos e limitar os seus efeitos no caso das ocorrências descritas na alínea anterior;

(iii) Socorrer e assistir as pessoas e outros seres vivos em perigo, proteger bens e valores culturais, ambientais e de elevado interesse público; e

(iv) Apoiar a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidente grave ou catástrofe.

Das atividades desenvolvidas pela ANPC no domínio do levantamento e avaliação de riscos, destacam-se as relativas ao risco sísmico.

Noutro domínio, o Decreto-Lei nº 364/98 de 21 de novembro estabelece a obrigatoriedade de elaboração de cartas de zonas inundáveis nos municípios com aglomerados urbanos atingidos por cheias. Estas cartas deverão ser efetuadas em sede de PMOT, cujo regulamento deve estabelecer as restrições necessárias para fazer face ao risco de cheia, incluindo a proibição ou condicionamento à edificação nos espaços urbanizáveis.

O Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto, estabelece o novo regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN) e considera entre os principais objetivos da REN: a prevenção e redução dos efeitos da

[9] Resolução do Conselho de Ministros nº38/95 de 21-04-1995

[10] Este documento sistematiza um amplo conjunto de medidas a implementar que, na maior parte dos casos, não foram ainda concretizadas, pelo menos de forma sistemática e articulada, pelo que o seu objetivo não foi plenamente alcançado.

[11] Transpõe para o direito interno a Diretiva nº 2003/105/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, que altera a Diretiva nº 96/82/CE, do Conselho, de 9 de dezembro, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvam substâncias perigosas, com as alterações introduzidas pelo Regulamento (CE) nº 1882/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de setembro.

[12] Lei nº 27/2006, de 3 de julho.

degradação da recarga de aquíferos, dos riscos de inundação costeira (galgamentos oceânicos), de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes, contribuindo para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelando a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens.

Foi criado um grupo de trabalho13 que tem por missão a elaboração de um guia metodológico para a produção de cartografia municipal de risco e para a criação de sistemas de informação geográfica (SIG) de base municipal para apoio ao processo de decisão na área da gestão dos riscos, abrangendo os vários tipos de riscos naturais e tecnológicos e com relevância nos PDM e nos PMEPC.

Os Riscos representam um dos grandes vetores de identificação e organização espacial do território preconizado no Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT). A inclusão deste vetor no modelo territorial do PNPOT **estabelece a gestão preventiva dos riscos como uma prioridade essencial na política de ordenamento do território e de inclusão obrigatória nos instrumentos de planeamento e gestão territorial**.

A avaliação e prevenção dos fatores e das situações de risco e o desenvolvimento de dispositivos e medidas de minimização dos respetivos efeitos encontram-se entre as medidas prioritárias deste documento orientador da política de ordenamento do território em Portugal.

Os pontos seguintes estabelecem o enquadramento normativo específico do processo de revisão do PDM do Entroncamento no PROTOVT, IGT de hierarquia diretamente superior à do PDM e que disciplina objetivamente a introdução da matéria dos riscos nos IGT, bem como, indica as normas da ANPC para o tratamento destas matérias em sede de PDM.

1.3.1. Enquadramento no PROTOVT

O PROT OVT, plenamente eficaz, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 64-A/2009, de 25 de junho de 2009, estabelece um conjunto de orientações para os PMOT referentes às áreas sujeitas a riscos ambientais e tecnológicos. Para estes efeitos, o PROTOVT considera os seguintes tipos de riscos: perigosidade sísmica, perigo de inundação, perigo de inundação por tsunami, perigosidade associada ao tipo de litoral, perigo de instabilidade de vertentes, perigo de incêndio e perigos tecnológicos. Estes mesmos riscos encontram-se representados na Planta que de seguida se inscreve.

De acordo com o PROT OVT, o Concelho do Entroncamento encontra-se sujeito as riscos sísmicos, na generalidade com perigosidade elevada, assim como, é referido como sujeito a riscos de inundações na envolvente à Ribeira de Atalaia / Ponte da Pedra (no limite nascente do Concelho).

[13] Através do Despacho conjunto dos Ministérios da Administração Interna e do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional nº 27660/2008

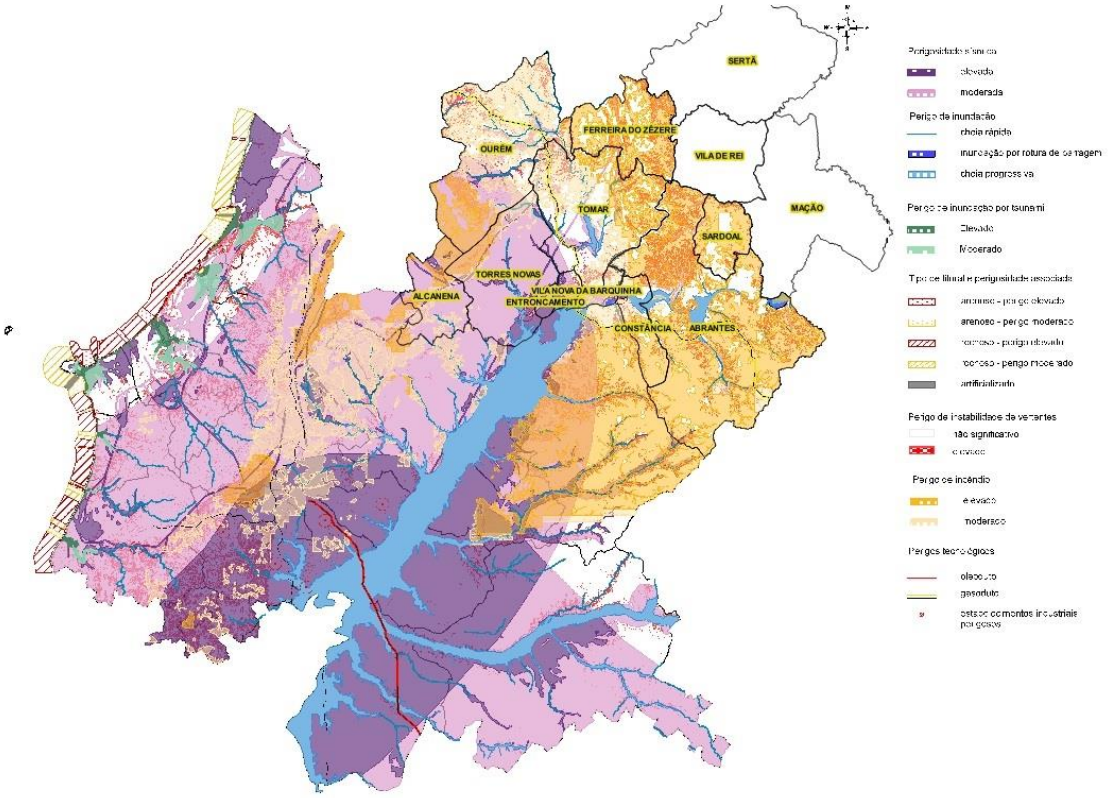


Figura 1 - Enquadramento do Município do Entroncamento na Carta de Riscos do PROTOVT | Fonte: IGP (2011) Carta Administrativa Oficial de Portugal; CCDR-LVT (2009) – PROTOVT

1.3.2. Das orientações da ANPC à determinação de riscos nos IGT

Estabelece a ANPC as seguintes orientações relativas à inclusão das matérias relacionadas com os riscos e a proteção civil nos IGT[14]:

1. Identificar e caracterizar os riscos quanto à sua magnitude / severidade e elaborar estimativas dos impactes nas pessoas, bens e ambiente;
2. Cartografar, designadamente em planta de condicionantes ou de implantação, os riscos naturais e tecnológicos;
3. Estabelecer medidas restritivas ou mitigadoras a implementar de modo a salvaguardar a segurança de pessoas, bens e ambiente;
4. Verificar, sempre que possível, se o Plano introduz alterações nos riscos pré-existentes e em que sentido são essas alterações;
5. Determinar em regulamento as disposições necessárias com vista à mitigação de riscos.

No presente relatório relativo a uma situação de referência pretende-se identificar e caracterizar com base nos dados disponíveis os riscos presentes no território, cabendo às outras peças do Plano,

[14] ANPC (2009) – *Manual para a elaboração, revisão e Análise de Planos Municipais de Ordenamento do Território na Vertente da Proteção Civil*, Coleção Cadernos Técnicos - PROCIV.

designadamente ao Relatório Ambiental, verificar os impactes nos riscos associados ao Plano (pontos 3 e 4, acima mencionados) e ao regulamento, acautelar a matéria mencionada no anterior ponto 5.

1.4. Ponderação dos pareceres de Entidades a este relatório, versão de fevereiro de 2013

Do conjunto de entidades que emitiram pareceres aos estudos de caracterização, na sua primeira versão com data de fevereiro de 2013, releva para a presente matéria os pareceres da CCDR-LVT e da ANPC, tendo os mesmos sido ponderados e introduzidas as alterações que se entenderam oportunas no presente documento – ver quadro 2.

A ponderação destes pareceres, teve em consideração: 1. A escala e âmbito de um Plano Diretor Municipal; 2. A aplicabilidade efetiva ao Concelho do Entroncamento; e, 3. A fase do processo de revisão. Sublinha-se que existem matérias apontadas pela CCDRLVT, que tendo sido debatidas em reunião posterior ao parecer, foram retiradas de necessidade de ponderação / retificação dos estudos.

Entidade	Súmula da observação	Ponderação
ANPC	**Risco Sísmico** – Considera a ANPC que, encontrando-se o Entroncamento em área identificada como uma região sísmica moderada a elevada, deve-se proceder a uma identificação dos solos de muita elevada ou elevada vulnerabilidade sísmica ou com potencial de liquefação, recorrendo-se a ensaios de SPT ou outros ensaios determinantes. Deverão ser identificadas potenciais fontes geradoras de sismos e caracterizadas referências a estimativa de sismo máximo.	Considera-se que este tipo de análise ultrapassa largamente a escala e âmbito de um PDM, não cabendo a um PDM efetuar este tipo de ensaios (se os mesmos existissem poderiam ou deveriam ser utilizados, mas tal não é o caso. Sem prejuízo de tal facto, aprofunda-se esta matéria recorrendo-se à probabilidade de identificação dos solos com maior vulnerabilidade sísmica ou com potencial de liquefação.
	Risco de Fenómenos meteorológicos adversos – Avaliar histórico e impactes nas pessoas, bens e ambiente	Não existe histórico para este tipo de eventos, para além dos dados que já constam no relatório
	Risco de Incêndio Florestal – Dar atenção ao Sistema de Defesa da Floresta Contra incêndios (artigos 13.º, 15.º e 16.º)	As recomendações da ANPC, encontram sede própria na definição do Modelo de Ordenamento e da Proposta de Regulamento do Plano
	Risco de Incêndio / Acidente Industrial – Deve ser identificado / caracterizado o risco de acidentes industriais em estabelecimentos "não SEVESO" na área do Plano, onde deverão ser inventariadas as tipologias de estabelecimentos existentes, bem como, inventariadas as principais substâncias perigosas armazenadas / manipuladas.	A instalação de atividades industriais na zona industrial do licenciamento tem um processo de licenciamento simplificado, pelo que, a CM do Entroncamento não tem um acesso imediato ao tipo de atividade e, principalmente, ao material manuseado nas industriais que aí se instalem. É por tal contraproducente apontar no âmbito do presente documento, atividades que tenham este enquadramento de risco, pela mutabilidade associada. Em função de tal perspetiva, mantém-se a classificação da totalidade da área industrial na Carta de Riscos, conforme aliás decorre do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil. Completa-se contudo esta matéria, no respetivo capítulo, com a indicação das atividades aí existentes, na atualidade, a título meramente informativo.
	Risco de Acidente em Infra estruturas de transporte e matérias perigosas – Para além da identificação, já constante no documento, solicita a ANPC a apresentação de estimativas de impacte destes riscos e medidas de mitigação.	Encontrando-se os riscos associados a esta matéria a grandes infra estruturas de transporte, não compete à CM do Entroncamento efetuar este tipo de análise, que tem sede própria designadamente em processos tais como Avaliações de Impacte Ambiental ou Planos de Mitigação de Riscos, com entidade competente.
	Riscos de Centro Urbano Antigo	O Entroncamento não dispõe de um centro urbano antigo. A matéria focada pela ANPC, terá sede própria, aquando de uma eventual revisão do PEMPC. Contudo, e com base nos dados disponíveis, pretende-se completar o presente estudo nesta matéria.
	Risco de Inundação por rutura ou colapso de barragens	De acordo com os dados constantes no PROTOVT, assim como, com estudos do Centro de Estudos Geográfico da Faculdade de Geografia da Universidade de Lisboa, não se encontra associado este risco ao Concelho do Entroncamento. Avoca-se por tal estas fontes para não abordar esta temática neste relatório.

CCDR-LVT	Necessidade do documento sem completado com faixas de riscos associada a todos os riscos com probabilidade de ocorrência no território.	Ficou acordado em reunião com a CCDR que esta matéria devia ser debatida com a ANPC: esta entidade em parecer posterior nada menciona quanto às faixas mas quanto a "estimativas de impactes…", cuja ponderação se encontra acima efetuada.
	Necessidade de completar os documentos com documentos complementares relativos à atualização do estudo acústico, delimitação da REN e poluição das massas de água	A matéria relativa às massas de água encontra-se retratada no relatório 5; aqui inclui-se a massa de água como risco, conforme decorre dos dados do INAG; a matéria relativa à REN será tratada em documento próprio, Quando aprovada a delimitação da REN Bruta, serão ponderadas / inseridas eventuais alterações a este documento. Idêntico procedimento relativo à componente ruído, sendo que, à data de execução dos presentes relatórios, não se encontrava ainda em curso a atualização do estudo acústico do Concelho.
	A CCDR-LVT questiona a necessidade de se incluir toda a área industrial numa área de risco	Já esclarecido neste quadro, em item relativo à ponderação do parecer da ANPC
	A Carta de Riscos devera também proceder à identificação dos pontos críticos constantes no PEM	O PEM do Concelho não se encontra estruturado de forma a facultar esta informação em suporte cartográfico

Quadro 2 - Sistematização dos Riscos em Portugal Continental | Fonte: www.anpc.pt

2. Riscos Naturais

Conforme descrito na introdução do presente relatório, deve-se entender por Riscos naturais, aqueles que correspondem a ocorrências associadas ao funcionamento dos sistemas naturais. Este tipo de riscos podem-se agregar em dois grandes grupos: os riscos geológicos ou geomorfológicos, que decorrem dos normais fenómenos de construção e consolidação da terra, tais como sismos, movimentos de massa, entre outros, e os riscos climáticos ou hidrológicos, que decorrem dos fenómenos do clima e da hidrologia.

A localização geográfica do Concelho do Entroncamento afasta desde logo um conjunto de riscos classificados como riscos geológicos ou geomorfológicos relacionados com a linha de costa e o litoral, especificamente, tsunamis15 ou erosão marítima16. Neste contexto, a presente análise encontra-se organizada em dois subpontos correspondentes aos grupos acima identificados, excluindo-se necessidade de análise dos riscos mencionados no parágrafo anterior.

[15] Grande onda ou sucessão de ondas marinhas que se desloca através do oceano por milhares de quilómetros em alta velocidade (pode viajar a mais de 700km/h), com grande comprimento de onda (pode ter mais de 100km) de pequena amplitude (metro a poucos metros) e que torna-se catastrófica ao atingir as profundidades menores das linhas de costa onde eleva-se a grande altura (30 a 40 metros), invadindo violentamente as praias.
Um tsunami pode ter várias origens: tremores sísmicos ou terramoto no assoalho oceânico (maremoto), por diastrofismo e/ou vulcanismo principalmente, deslizamentos com grandes avalanches submarinas em áreas de talude, geralmente provocadas por abalos sísmicos ou impacto meteorítico.
As ondas de marés e as ondas provocadas por tufões, mesmo podendo ser catastróficas, não são elencadas como tsunamis. (***Fonte: Glossário Geológico Ilustrado, Winge,M. et. al. 2001***).

[16] Desgaste de rochas e solos pela ação de ondas e correntes marinhas e do litoral.
(***Fonte: Glossário Geológico Ilustrado, Winge,M. et. al. 2001***).

2.1. Riscos Geológicos ou Geomorfológicos

2.1.1. Sismos

A sismicidade em Portugal Continental tem uma perigosidade moderada, sendo caracterizada por períodos de retorno relativamente longos para os sismos de maior magnitude, coincidindo o Vale do Tejo com uma área onde a intensidade sísmica histórica é assinalável – ver figura 2.17

A análise deste elemento permite constatar o facto de que a área correspondente ao Concelho do Entroncamento integra-se numa área de risco elevado quanto à intensidade de sismos em Portugal Continental.18

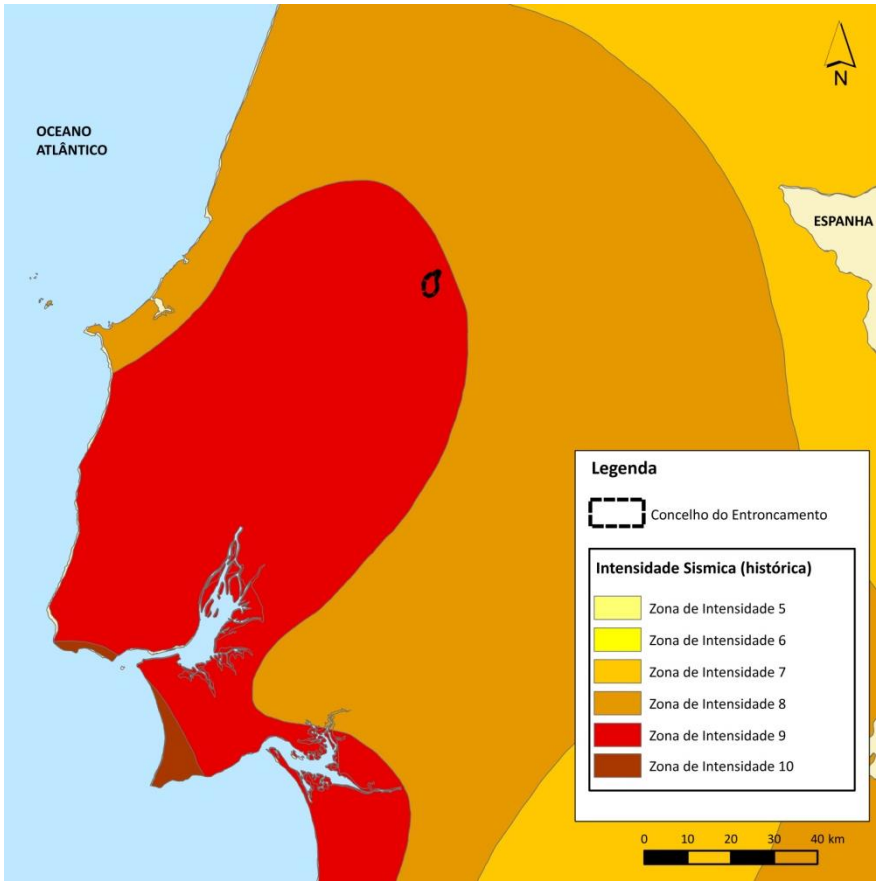


Figura 2 - Enquadramento do Município do Entroncamento na Carta de Sismicidade Histórica | Fonte: APA, Atlas do Ambiente (1985)

[17] Vede Fig 2 - Enquadramento do Município do Entroncamento na Carta de Sismicidade Histórica

[18] Os solos aluvionares e a profusão de falhas no vale aluvionar do Tejo permite uma maior e mais rápida difusão das ondas sísmicas, mesmo tendo origem nas estruturas ativas sob o Atlântico, de que resulta uma propensão à perigosidade e intensidade que decresce do Vale do Tejo para a envolvente.

De facto, grande parte do território do Concelho do Entroncamento inscreve-se na zona de intensidade 7, segundo a escala de Wood-Neumann.19 Estes níveis de intensidade sísmica devem-se à proximidade de estruturas ativas submarinas que marginam o território continental português a SW e a S, os quais têm o potencial de gerar sismos máximos regionais.*20 A maior parte dos sismos mais intensos, que afetam o território de Portugal Continental, têm o epicentro localizado no Oceano Atlântico, na parte da zona sísmica alpina situada a sudoeste do Cabo São Vicente*.21

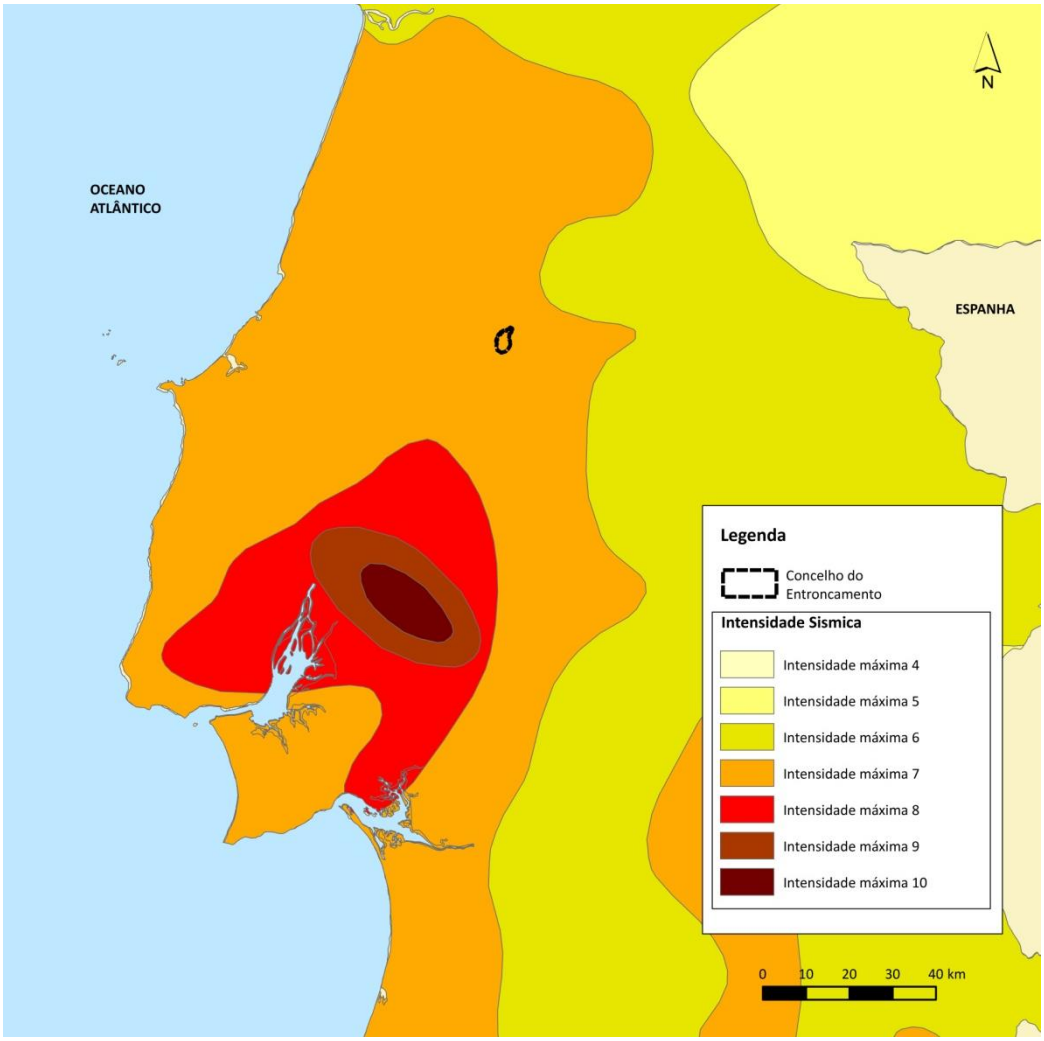


Figura 3 - Localização do Entroncamento na Carta de Intensidade Sísmica do Atlas do Ambiente | Fonte: APA, Atlas do Ambiente (1985)

[19] A escala de Wood – Neumann apresenta 12 graus de intensidade sísmica. A escala foi desenvolvida a partir da escala de Mercalli-Sieberg, da qual pouco difere, nela introduzindo apenas os efeitos dos sismos sobre veículos motorizados e sobre edifícios altos. Esta escala é frequentemente referida em cartas de risco e em textos técnicos das últimas décadas. Uma versão completa da escala está disponível na página da United States Geological Survey (USGS).

[20] Grácia et al. (2003)

[21] Ferreira (1962)

Uma outra análise do enquadramento da revisão do PDME quanto ao risco sísmico deve ser efetuada à luz do Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes (RSAEEP)[22], Portugal encontra-se dividido em quatro zonas, por ordem decrescente de sismicidade, designadas por A, B, C e D.[23] A área em estudo situa-se na zona sísmica B, de risco sísmico elevado - ver figura 4.

Tal situação não permite outra conclusão que não a de assumir que este risco, embora de rara ocorrência, existe e afeta a área de intervenção do PDM Entroncamento, facto que determina desde logo um conjunto de orientações para a solução de Plano, em particular para o regulamento.[24] Considera-se por tal de toda a pertinência estabelecer regras claras no PDME, atendendo às normas orientadoras da ANPC e ainda às especificidades decorrentes dos objetivos do Plano, a definir em sede própria, ou seja a de proposta de Plano.

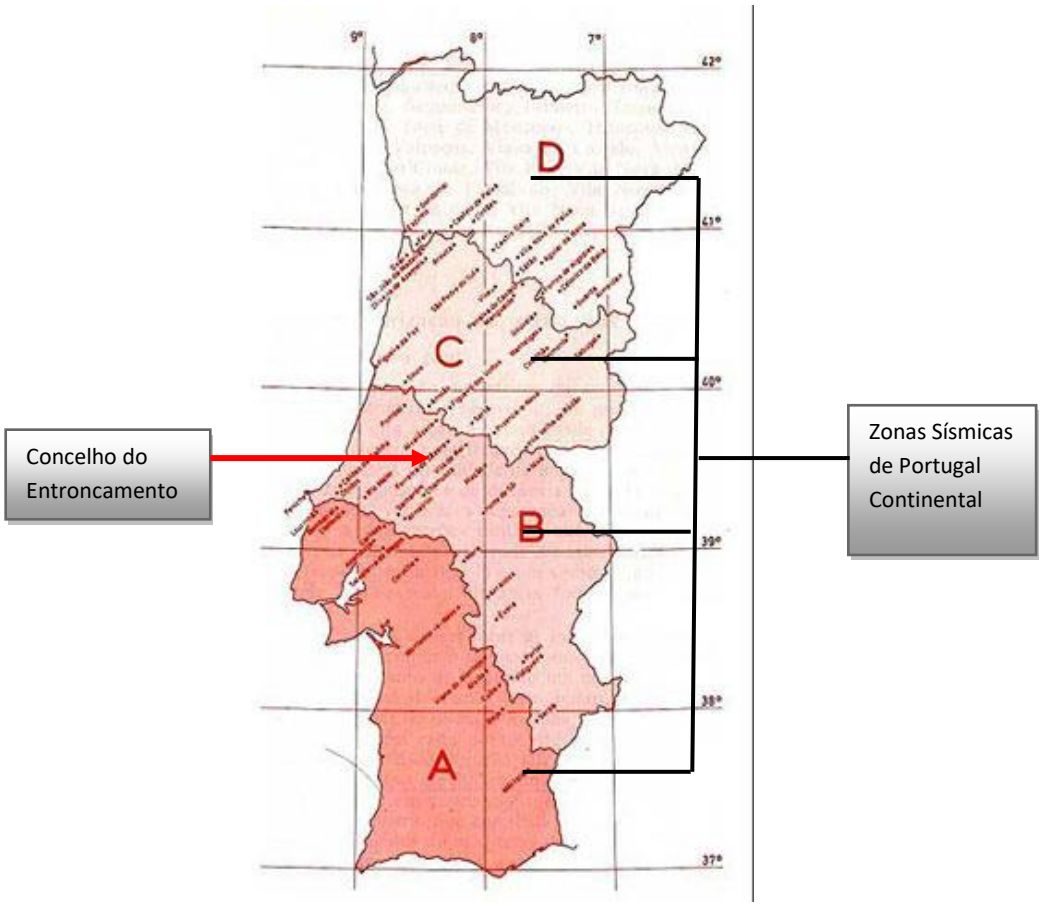


Figura 4 - Integração do Concelho do Entroncamento no mapa de zonamento sísmico de Portugal | Adaptado do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

A análise aqui constante pode ainda ser completada com a identificação da superfície do território que abrange solos de maior potencial de vulnerabilidade sísmica ou com maior potencial de liquefação.

[22] Decreto-Lei n°235/83, de 31 de maio
[23] Vede fig. 4 - Integração do Concelho do Entroncamento no Mapa de Zonamento Sísmico de Portugal
[24] Remete-se para o quadro síntese incluído na conclusão do presente capítulo de riscos

Como é do conhecimento geral, as condições do solo influenciam o sinal à superfície. Pode dizer-se que o sinal não sofre grandes modificações, desde a sua geração até um sítio em rocha, exceto as inerentes à atenuação da energia com a distância, supondo que o meio não apresenta grandes heterogeneidades. Contudo, as condições locais do solo podem modificar o sinal de tal modo que provoquem um aumento de 1 ou 2 graus na intensidade sísmica observada. Por este motivo é necessário fazer uma classificação dos solos, agrupando-os em 3 ou mais categorias.

No Regulamento de Segurança e Ações para Estruturas de Edifícios e Pontes (RSA), ainda em vigor em Portugal25, os solos estão classificados em 3 categorias simples: I – rochas e solos coerentes rijos; II – solos coerentes muito duros, duros e de consistência média e solos incoerentes compactos; III – solos coerentes moles e muito moles e solos incoerentes soltos, coincidindo a maior vulnerabilidade dos solos a este último nível.

[25] Existem orientações mais recentes, tais como as que derivam do Eurocódigo 8 (LNEC, 2006), mas cuja prática não substitui ainda a que decorre da aplicação do RSA

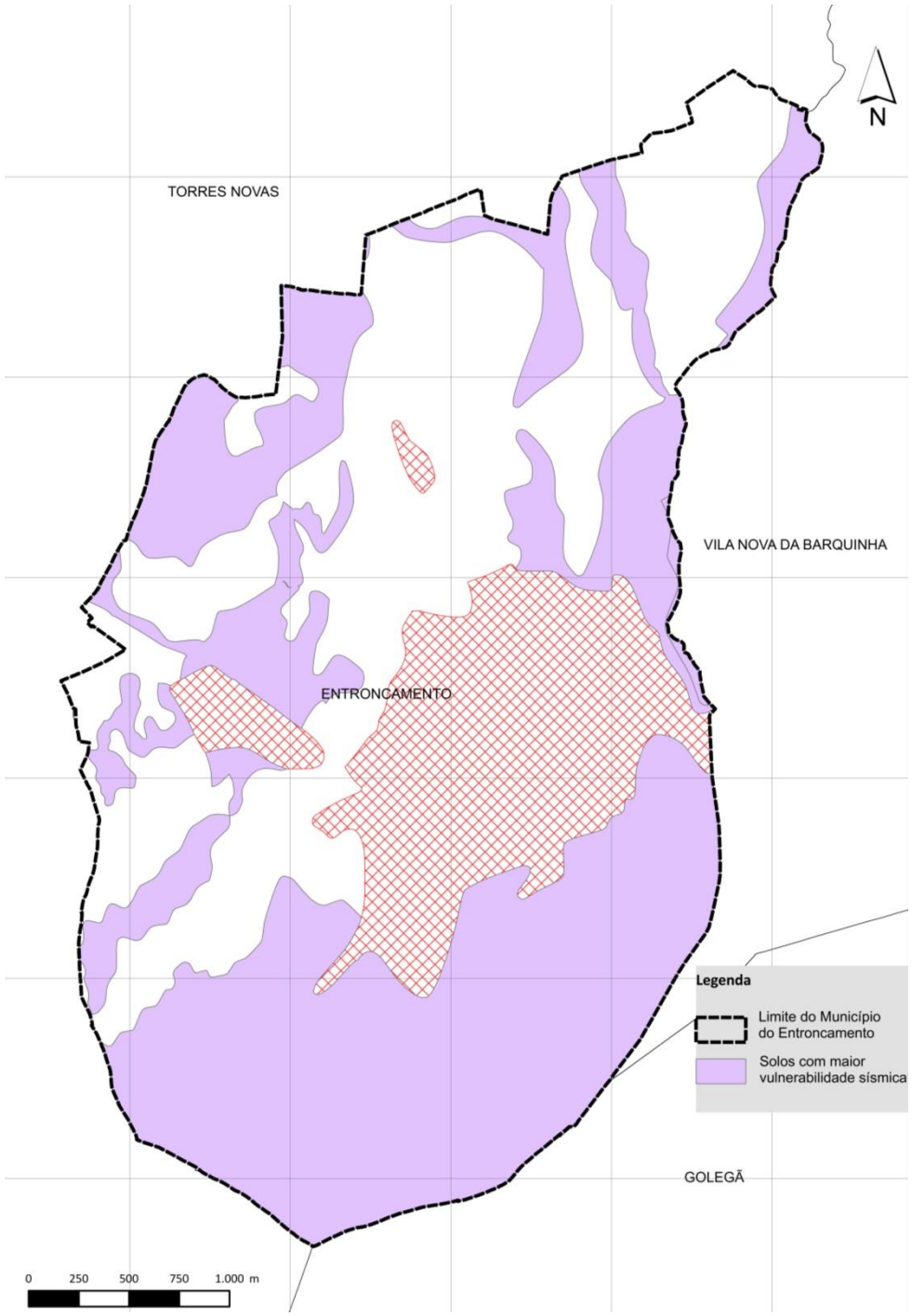


Figura 5 - Superfície do território do Entroncamento cujos tipos de solo são mais suscetíveis a ampliar as ondas sísmicas | Fonte: DGADR (s/ data) Carta de Solos de Portugal Continental

No concelho do Entroncamento, a aplicação destes três níveis de categorias, permite concluir que, em resultado de uma maioritária formação sedimentar dos solos, em que parte dos solos são de tipo incipiente, de formação arenosa ou argilosa pouco consolidada, estamos em presença de solos que variam entre o coerente mole e os incoerentes soltos, pelo que, parte do território encontra-se, de fato, não apenas sujeita a um risco sísmico assinalado, como igualmente na 3ª categoria de solos de acordo com o RSA, logo, mais vulneráveis à propagação das ondas sísmicas – ver figura 5.

De referir que parte da superfície do Entroncamento encontra-se associada a área social de acordo com a Carta de Tipos de Solos, pelo que não se consegue em rigor efetuar esta análise.

Entende-se contudo que não nos encontramos em presença de tipos de solos que potenciem processos de liquefação do solo. Este fenómeno descreve o comportamento de solos que, quando carregados, repentinamente sofrem uma transição de um estado sólido para um estado líquido, ou ficam com a consistência de um líquido grosso. A liquefação é mais ocorrente no desprendimento para moderar solos granulados saturados com drenagem pobre, como em areias finas ou areia e cascalho ou contendo fendas de sedimentos impermeáveis (Este tipo de solo é mais presente com determinadas áreas a norte e na envolvente ao Estuário do Tejo).

2.1.2. Movimentos de Vertentes

A inventariação dos movimentos de vertente e a sua utilização na avaliação do risco relaciona-se com as seguintes premissas26:

a. Os movimentos de vertente produzem marcas que podem ser identificadas, classificadas e cartografadas no campo ou por fotointerpretação.
b. A maior parte das evidências de movimentos de vertente são morfológicas, devido a alterações na superfície topográfica e no uso do solo, assim como no, coberto vegetal;
c. As caraterísticas morfológicas de cada movimento de vertente dependem da sua tipologia (queda, balançamento, deslizamento, expansão lateral e fluxo) e velocidade de deslocamento. Por norma, o mesmo tipo de movimento de vertente produz características morfológicas semelhantes.

Um território como o Concelho do Entroncamento, grandemente urbanizado e genericamente plano, pressupõe a raridade de fenómenos desta natureza. E de facto, pela foto interpretação, assim como atendendo às cartas de declives constantes no presente relatório, afigura-se da inexistência deste risco no Concelho.

[26] Adaptado de Cruden e Varnes (1996) e Guzzetti (2005)

2.2. Riscos Climáticos

Os fenómenos climáticos extremos são uma fonte de preocupação progressiva por todo o mundo. Em décadas recentes, o número de pessoas afetadas por desastres climáticos como secas, inundações e tempestades, tem vindo a aumentar. O resultado deste tipo de risco pode-se refletir tanto nas situações extremas atrás enunciadas, como em situações mais localizadas ou específicas, de que é exemplo a queda de granizo ou o nevoeiro cerrado e o respetivo condicionamento aos transportes e deslocações.

Portugal tem um clima de base claramente mediterrânea, sendo que uma das principais características deste tipo de clima é, exatamente, a sua variabilidade. Sem prejuízo da existência de fortes pluviosidades e da existência de situações de precipitação com volumes elevados que podem originar situações de *stress* hídrico e sequentes inundações 27, a ocorrência de períodos de seca é um risco climático típico e mais frequente na bacia / clima do domínio mediterrâneo, com a agravante de, por vezes, se poder repetir em anos seguidos.28 Neste contexto, a seca enquanto um risco é considerada no presente relatório na perspetiva do reflexo da mesma nos solos.

No respeitante às temperaturas, sabe-se, igualmente, que, embora as médias apontem dezembro e janeiro como meses mais frios, em março e abril, já depois de se terem verificado temperaturas acima dos 20ºC, podem ocorrer dias seguidos com formação de geada suscetíveis de criarem situações difíceis ao desenvolvimento de certas espécies agrícolas. De facto, vagas de frio fora da época são riscos climáticos que os agricultores conhecem.

Muito menos frequentes serão os riscos de queda de neve nas terras baixas, a formação de fenómenos violentos do tipo tornado, as vagas de calor prolongadas fora da época normal, entre outros. Embora com certo grau de raridade, tudo isto tem acontecido em Portugal, pelo que terá sempre de ser equacionado numa avaliação de riscos climáticos.

As situações que a nível local terão de ser necessariamente verificadas reportam-se ao risco de ocorrência de geada ou formação de gelo, ao risco de ocorrência de nevoeiros, ao risco de ocorrência de ventos locais violentos, entre outros fatores, que são no presente capítulo tratados com base nas normais climatológicas de Tancos / Base Aérea.29

[27] Ver subcapítulo relativo ao risco de cheia.

[28] M. FEIO e V. HENRIQUES (1986)

[29] Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1951 – 1980)

2.2.1. Situações meteorológicas adversas

Conforme caracterizado no capítulo clima30, devido à sua localização no vale do Tejo e à diminuição da influência moderadora do Oceano, por força de uma envolvente regional montanhosa, a Norte, Este e Oeste – sistema montanhoso de Montejunto – Estrela, o Concelho do Entroncamento encontra-se sujeito a correntes de ar vindas de sul, e por tal, situa-se numa área propícia e períodos seguidos de elevada temperatura durante os meses de verão. É de seguida sistematizada informação relativa ao número de dias com situações genericamente extremas – ver quadro 3.

Número de Dias							
Meses do Ano	Temperatura do Ar		Velocidade do Vento	Nebulosidade	Precipitação	Neve	Nevoeiro
	Min (< -0oC)	Max (> 25oC)	> 55 km/h	(0-10/10)	>10 mm		
Janeiro	5.9	0.0	0	16.7	3.7	0.0	9.8
Fevereiro	2.9	0.0	0	15.4	4.0	0.1	5.4
Março	0.7	0.8	0	14.1	2.0	0.0	4.7
Abril	0.2	2.4	0	13.9	2.3	0.0	3.2
Maio	0.0	8.9	0	12.1	1.8	0.0	1.3
Junho	0.0	17.8	0	9.3	1.1	0.0	1.7
Julho	0.0	27.5	0	4.3	0.2	0.0	0.4
Agosto	0.0	28.3	0	3.5	0.1	0.0	1.3
Setembro	0.0	22.5	0	7.9	1.0	0.0	2.8
Outubro	0.0	0.0	0	12.6	2.8	0.0	4.6
Novembro	0.7	0.0	0	14.8	3.6	0.0	8.4
Dezembro	4.6	0.0	0	14.8	3.9	0.1	8.9

Quadro 3 - Número de dias médio por mês com situações meteorológicas específicas | Fonte: Instituto de Meteorologia, Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1951 – 1980)

Não raras vezes, existem dias em que as temperaturas máximas ultrapassam os 40 graus, sendo que nos meses de julho e agosto, em média, a quase totalidade dos dias destes meses, tem uma média de temperatura máxima superior a 25oC.

Em situações de vagas de calor os idosos e portadores de algumas doenças crónicas encontram-se mais vulneráveis. Em sentido oposto, e com significativa menor frequência no Concelho do Entroncamento, as vagas de frio são compostas por temperaturas muito baixas e por vezes negativas, associadas a fenómenos meteorológicos adversos, com ventos fortes, chuva, queda de neve e gelo, pelo que a exposição ao frio pode causar hipotermia, sendo os idosos e as crianças os mais vulneráveis. No concelho do Entroncamento este fenómeno verifica-se na época de inverno provenientes da zona da Serra da Estrela, mas o número médio dos dias em que as temperaturas baixam para valores negativos restringem-se basicamente a janeiro e dezembro (em média cinco dias num mês).

[30] Ver relatório 4 – Caracterização Biofísica, Paisagem e Qualidade do Meio

Relativamente à precipitação, não é vulgar a ocorrência de dias em que se ultrapassa os 10 mm, coincidentes com o inverno na sua maior parte, em particular com os meses dezembro, janeiro e fevereiro (onde em média, este volume de precipitação ocorre em quatro dias de cada um daqueles meses).

Relativamente à ocorrência de nebulosidade, consideram-se situações extremas as ocorrências em que a nebulosidade ocupa 8 /10 do céu. Estas situações são por norma pontuais, ocorrem nos períodos de manhã. Mantendo-se estas condições raramente ao longo do dia e coincidem os valores mais elevados com o inverno, embora se verifique igualmente ocorrências relativamente frequentes nos meses das estações intermédias. Idêntica frequência se pode indicar para os nevoeiros. As situações de queda de neve e de granizo são absolutamente esporádicas no Concelho.

Por último e de acordo com o PME (2011), nos últimos anos, mais precisamente em 15/11/2002 e 18/10/2006, registaram-se tornados com ventos muito fortes da categoria F2, os quais foram sentidos na parte sul do concelho. Com trajetórias idênticas, vindas de sudoeste e dirigindo-se para nordeste, em 23/12/2009 ventos muito fortes (sobre os quais não existe classificação) provocaram estragos de diversa natureza em todo o concelho.

Esta situação poderá já resultar objetivamente das conhecidas alterações climáticas, uma vez, que no período analisado nas normas climatológicas de Tancos / Base Aérea (1970 – 1990), não se registou qualquer ocorrência de ventos com velocidades superiores a 36 km/h.

De referir por fim, que dada a sua natureza e sem prejuízo da caracterização constante no presente capítulo, este tipo de risco, pela sua natureza, não pode ser cartografado em sede de IGT.

2.2.2. Cheias e inundações

De acordo com a Autoridade Nacional de Proteção Civil (2009), "uma cheia coincide com a ocorrência de um aumento rápido e anormal do caudal médio de um curso de água, com repercussões sobre as suas margens, por alagamento temporário desses terrenos e interferência sobre o respetivo uso do solo. Por seu turno, uma inundação corresponde ao afluxo anormal de águas torrenciais a determinados locais e/ou instalações, que promovam o alagamento desse mesmo espaço."

Tendo por base a informação do PMEPC do município do Entroncamento, nomeadamente a Carta de suscetibilidade de cheias e inundações, pode-se constatar que no concelho de Entroncamento, as áreas de suscetibilidade elevada a cheias e inundações se localizam nas duas freguesias que o compõem, ao longo dos vales das principais linhas de água:

- Ribeira da Argea;
- Ribeira da Ponte da Pedra;

- Ribeira dos Mouchões;
- Ribeira de Santa Catarina.

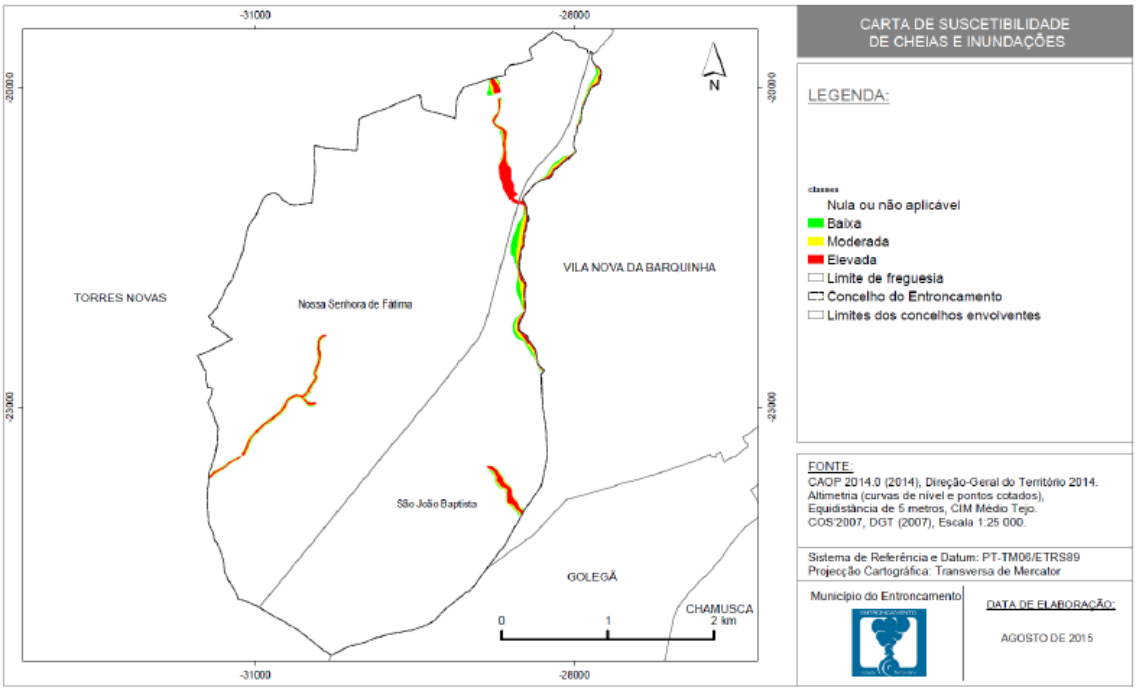


Figura 6 - Carta de suscetibilidade de cheias e inundações | Fonte: PMEPC 2015

Contudo, importa referir que as cheias nestas áreas não registam, até á data, quaisquer prejuízos a nível material ou humano.



Figura 7 - Zonas Inundáveis no Concelho do Entroncamento | Fonte: CME

No âmbito dos trabalhos recentes, a delimitação da REN, mais concretamente na delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias no concelho de Entroncamento, foi realizada com base no Estudo Hidrológico LNEC (ver Proposta de Delimitação da REN Bruta - outubro 2017).

Neste âmbito, podemos observar através dos resultados da modelação com a cota máxima de cheia conhecida, para concelho do Entroncamento, através da modelação, com os dados da estação hidrométricas do Tejo, conseguindo-se determinar para o dia 11/02/1979, a cota máxima no concelho de 27,7 metros, neste caso no respeita à estação hidrométrica de Almourol. A metodologia utilizada teve por base o cruzamento dos dados disponibilizados pelo APA, referentes à perigosidade e área de inundação para um período de retorno de 100 anos, aos limites da cheia de 1979, sendo que os resultados são muito semelhantes ao do estudo do LNEC, existindo pequenos incrementos, face à área do estudo, já que foi utilizado um MDT com maior precisão para esta delimitação.

Não são conhecidos episódios, em termos históricos de cheias nas restantes áreas do concelho.

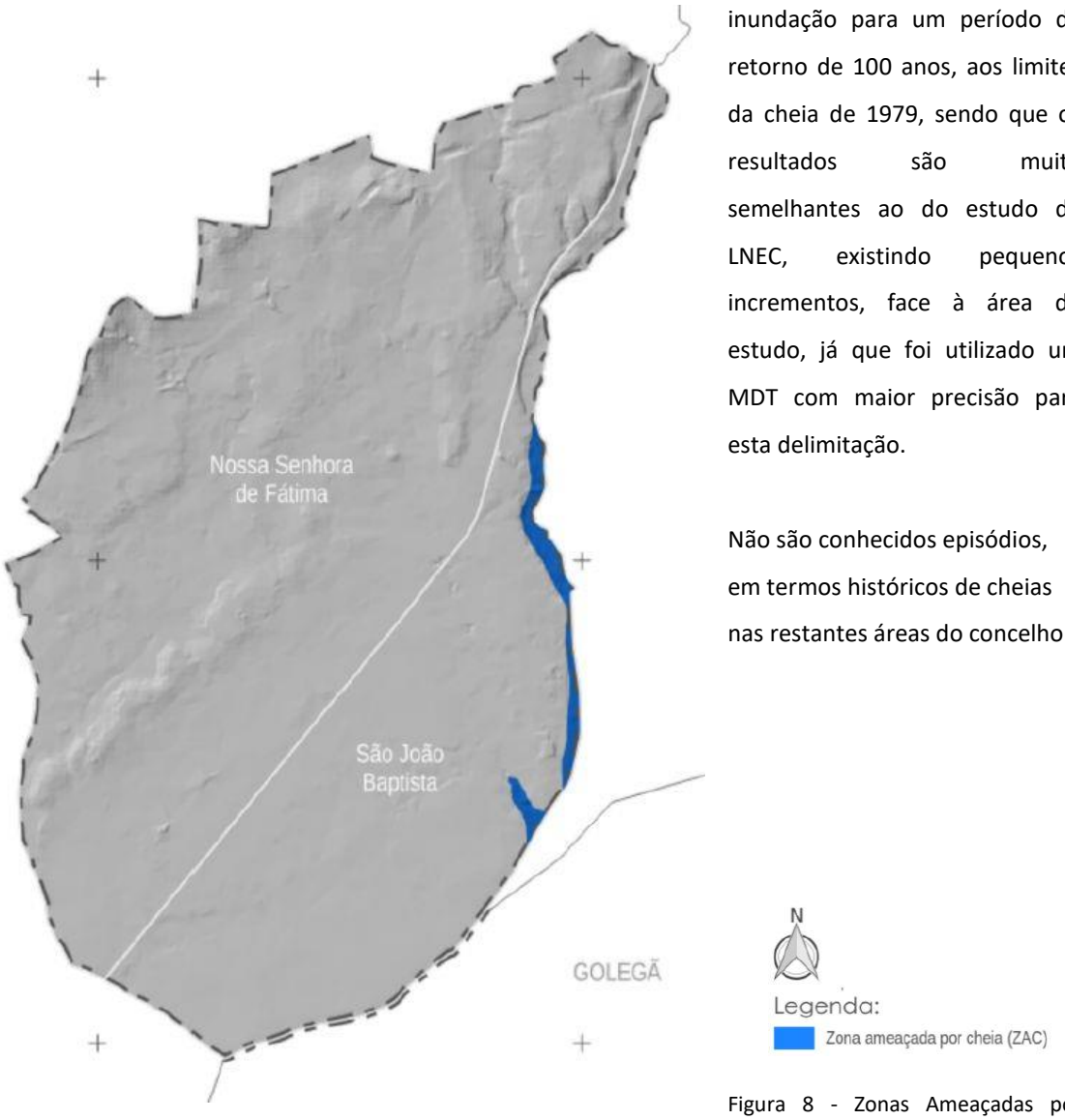


Figura 8 - Zonas Ameaçadas por Cheias (ZAC)

3. Riscos Ambientais

3.1. Poluição Ambiental (Atmosférica, Hídrica ou dos Solos)

A poluição atmosférica, naquilo que concerne à sua inclusão numa carta de riscos a integrar um IGT e por tal, a condicionar a ocupação do solo, refere-se fundamentalmente à contaminação de solos e de aquíferos, sem prejuízo de que, no âmbito do relatório ambiental deva constar uma abordagem aos parâmetros de enquadramento relativos a poluentes atmosféricos.[31]

A realização deste capítulo fica condicionada pela existência, ou não, de dados que permitam uma caracterização rigorosa dos focos de poluição. Os dados disponíveis concernentes a esta matéria, embora escassos, encontram-se já referenciados e descritos noutros relatórios integrados nos estudos de caracterização do PDM. Apresenta-se neste capítulo uma síntese conclusiva.

3.1.1. Riscos Diversos

Identificaram-se um conjunto de diversos riscos no Concelho associados a fontes de poluição, e a incluir na carta de riscos, a saber:

- Locais de depósito de entulho ou sucatas – trata-se de locais de depósito de entulho de origem ilegal, situados na imediação das duas ETAR existentes e na proximidade da zona industrial, assim como uma área de dimensão assinalável para depósito de entulho e estacionamento de sucatas, localizada na área do quartel militar do Entroncamento.
- Linhas de água em risco – identificaram-se duas linhas de água em risco, a Ribeira da Ponte da Pedra, à qual é atribuída esta classificação pelo INAG nos termos previsto pela Diretiva Comunitária Quadro da Água, e a Ribeira de Santa Catarina, a qual é o meio recetor das descargas de águas residuais da ETAR urbana, sendo ainda alvo de depósito de resíduos na sua envolvente e no próprio alvéo, bem como apresenta um perfil profundamente alterado.
- São identificadas as duas ETAR em funcionamento no Concelho do Entroncamento, a saber a ETAR urbana do Entroncamento e a ETAR da Zona Industrial, assim como, os locais de descarga dos efluentes produzidos na ETAR, uma vez que pode ocorrer alguma disfunção de funcionamento deste órgão e, por tal, devem ser considerados como um risco.
- Massa de água em risco – de acordo como os dados do INAG a massa de água "Aluviões do Tejo" encontra-se classificada como "em risco".[32]

[31] Tal abordagem consta do relatório 5 – Caracterização Biofísica, Paisagem e Qualidade do Meio.

[32] Remete-se para o Relatório 5, onde se pormenoriza as características desta massa de água.

3.1.2. Ruído

Considera-se apenas incluir na carta de riscos os níveis de ruído diurno e noturnos classificados como alto e muito alto. Tem como estudo de base o documento apontado no relatório 5.

3.2. Deflorestação

A assunção da desflorestação enquanto risco a observar na análise de um PDM decorre do facto de que, a Floresta constitui um recurso natural de elevado valor ecológico, económico e social, sendo garante, entre outras matérias, da capacidade de uso dos solos e da redução de fenómenos erosivos.

Neste contexto, a floresta deverá ser gerida de forma sustentada, e encarada como espaço multifuncional, sendo um recurso a diversos níveis: alimentar, energético (biomassa florestal), turístico, paisagístico, educativo, lúdico-didático e bioclimático.

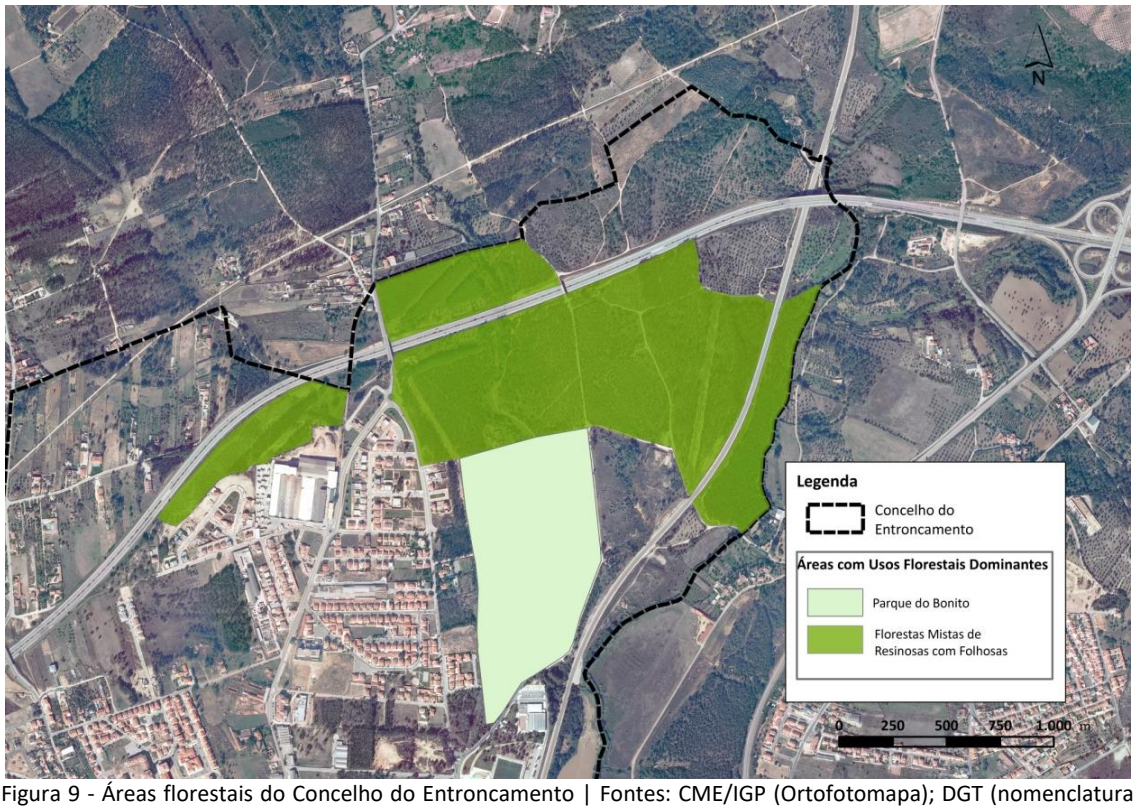


Figura 9 - Áreas florestais do Concelho do Entroncamento | Fontes: CME/IGP (Ortofotomapa); DGT (nomenclatura COS2007)

Num concelho de reduzida dimensão como é o caso do Entroncamento, com uma ocupação maioritariamente urbana, os espaços florestais são em grande parte integrados (ou a integrar) em áreas de recreio e lazer, no caso em particular no parque verde do Bonito, o qual constitui um espaço de atividades lúdicas e desportivas, entre outras, contribuindo de forma significativa para o bem-estar físico e psicológico das populações.33 Atendendo à integração de parte significativa do espaço florestal naquele que será, em breve, o espaço verde lúdico preferencial do Concelho (e até de Concelhos limítrofes) e à reduzida expressão do mesmo na superfície total do mesmo, considera-se que este não é um risco existente no Concelho.

[33] Ver Relatório 4 - Condicionantes Biofísicas - Ocupação do Solo.

3.3. Desertificação

O Despacho n.º 24465/2000, de 16 de novembro, determina a necessidade de se publicar a lista das freguesias que a nível nacional se encontram sujeitas a elevada suscetibilidade de desertificação.

Para este objetivo, o Ministério da Agricultura34 procedeu à respetiva análise e identificação, de que resulta a figura abaixo inscrita, nos termos da qual ao Concelho do Entroncamento não se encontra associado qualquer risco desta natureza.

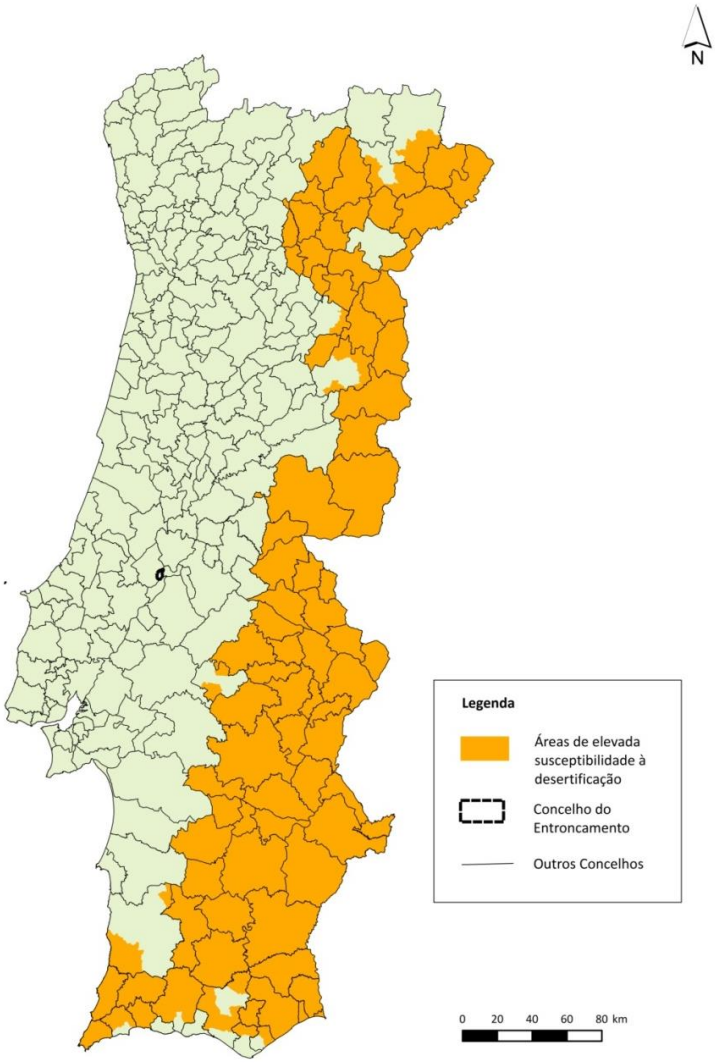


Figura 10 - Áreas de Elevada suscetibilidade à desertificação | Fontes: IFADAP (dados de base); DGT (CAOP2016)

[34] Através do Instituto de Financiamento de Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas

3.4. Incêndios Florestais

O Concelho do Entroncamento dispõe de um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios eficaz. Este instrumento de gestão essencial à defesa da floresta é um elemento fundamental para a determinação do risco de incêndio florestal a integrar a proposta de revisão do PDME, sendo por tal a base de informação fundamental do presente descritor.

3.4.1. Introdução ao PMDFCI do concelho do Entroncamento

O PMDFCI foi elaborado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) do Entroncamento, com o apoio do Gabinete Técnico Florestal (GTF) intermunicipal do Entroncamento, Golegã e Vila Nova da Barquinha.35

O presente plano tem uma vigência de cinco anos (2014-2018), sujeito a uma revisão anual e preconiza medidas estratégicas necessárias à defesa da floresta contra incêndios, contendo, para além das ações de prevenção, a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios.

Este Plano serve de fonte fundamental de dados que permite sistematizar no âmbito do presente processo de revisão as seguintes matérias: riscos e perigosidade de incêndios florestais, enquadramento aos espaços florestais mais suscetíveis à ignição de incêndios, matérias a enquadrar na Carta de Riscos (situação atual), que sistematiza e sintetiza o presente relatório.

3.4.2. Análise de risco e da vulnerabilidade de incêndios

O PMDFCI identifica os espaços florestais mais suscetíveis à ignição de incêndios, que são fundamentais na determinação da perigosidade e riscos de incêndio, e que sublinha-se, resume-se à área do território municipal integrada no Parque Verde do Bonito. Esta área caracteriza-se pela densidade elevada de povoamentos florestais, correspondentes a povoamentos de eucaliptos com presença de mato no sub-bosque florestal.

a. Área envolvente do IP6/A23 com ocupação do solo por matos:36

[35] A execução do PMDFCI foi efetuada em conformidade com o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra os Incêndios Florestais (PNDFCI), aprovado em Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio e com o Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Ribatejo, aprovado em Decreto Regulamentar n.º 16/2006, de 19 de outubro.
[36] Remete-se para o Relatório 4- Ocupação do solo, avaliação do PDM e dinâmica de licenciamento.



Figura 11 - Perspetiva de áreas de eucaliptal no nordeste do Concelho | Extraído do PMDFCI (CME, 2014)

b. Áreas próximas à A23 com espécies mais combustíveis, uma vez que a proximidade dos espaços florestais às estradas principais com maior afluência implica aumento do perigo de ignição.



Figura 12 - Áreas de Matos junto ao IP6 / A23 | Extraído do PMDFCI (CME, 2014)

3.4.3. Cartografia de risco

Para efeitos de determinação do risco de incêndio e identificação do mesmo no âmbito de um procedimento de revisão de um PDM, importa estabelecer antes de mais os conceitos aplicáveis.
Assim, nos termos da legislação em vigor, a cartografia de risco associada aos incêndios florestais espelha-se em dois vetores fundamentais: a perigosidade e o risco, sendo que, para efeitos de caraterização de um território, objeto do presente relatório, dever-se-á atender à perigosidade.

De facto, a perigosidade corresponde ao produto da probabilidade e da suscetibilidade 37, enquanto o risco corresponde ainda ao dano potencial que resulta da relação entre um perigo existente, a vulnerabilidade de um local ou elemento e o seu valor económico, assumindo por tal outras varáveis que não apenas o *risco* fatual de incêndio.

[37] PNDFCI (ICNF)

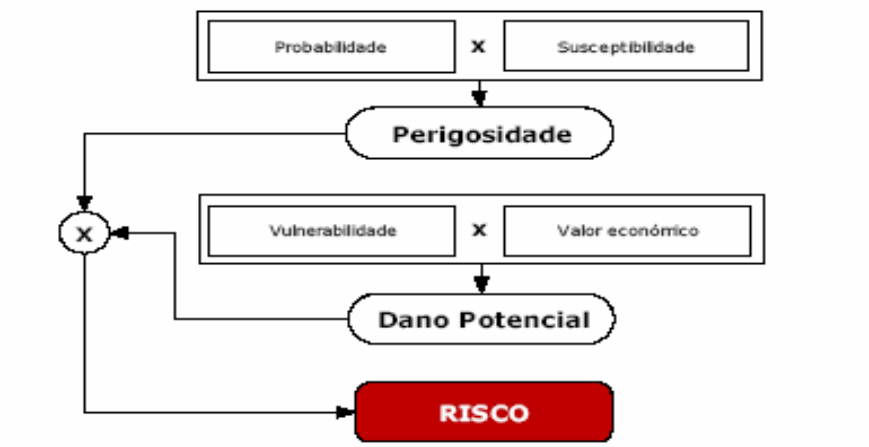


Figura 13 - Definição esquemática dos conceitos de risco e perigosidade de incêndios florestais | Extraído do PMDFCI (CME, 2014)

Pela análise da Carta de perigosidade de incêndio florestal do Concelho de Entroncamento, verifica-se que, as áreas do território com maior potencial para a ocorrência de um incêndio correspondem às áreas no setor norte do concelho, designadamente na freguesia de Nossa Senhora de Fátima, uma vez que nestas áreas predominam as áreas de florestas de folhosas (florestas de eucalipto, florestas de outras folhosas, florestas de sobreiro com folhosas).

São também relevantes os níveis de perigosidade em áreas muito confinadas e associadas às galerias/bosques ribeirinhos ou ripícolas, que correspondem a formações vegetais das margens dos rios, ribeiras, designadamente da Ribeira de Sta. Catarina, no Sul do Concelho e da Lagoa do Bonito, onde são mais preponderantes determinadas espécies arbustivas e arbóreas, de maior risco de combustão. O seu contributo para a regulação física do meio, estabilização da geomorfologia, controlo das características hidrológicas dos sistemas fluviais e descontaminação das águas, conferem-lhes um importante papel no equilíbrio ecológico dos ecossistemas necessários à vida humana.

De referir por último que o regulamento e a proposta de Ordenamento do Plano Diretor absorvam as determinações constantes no Decreto-Lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, designadamente quanto ao disposto no artigo 16.º Condicionalismos à Edificação.

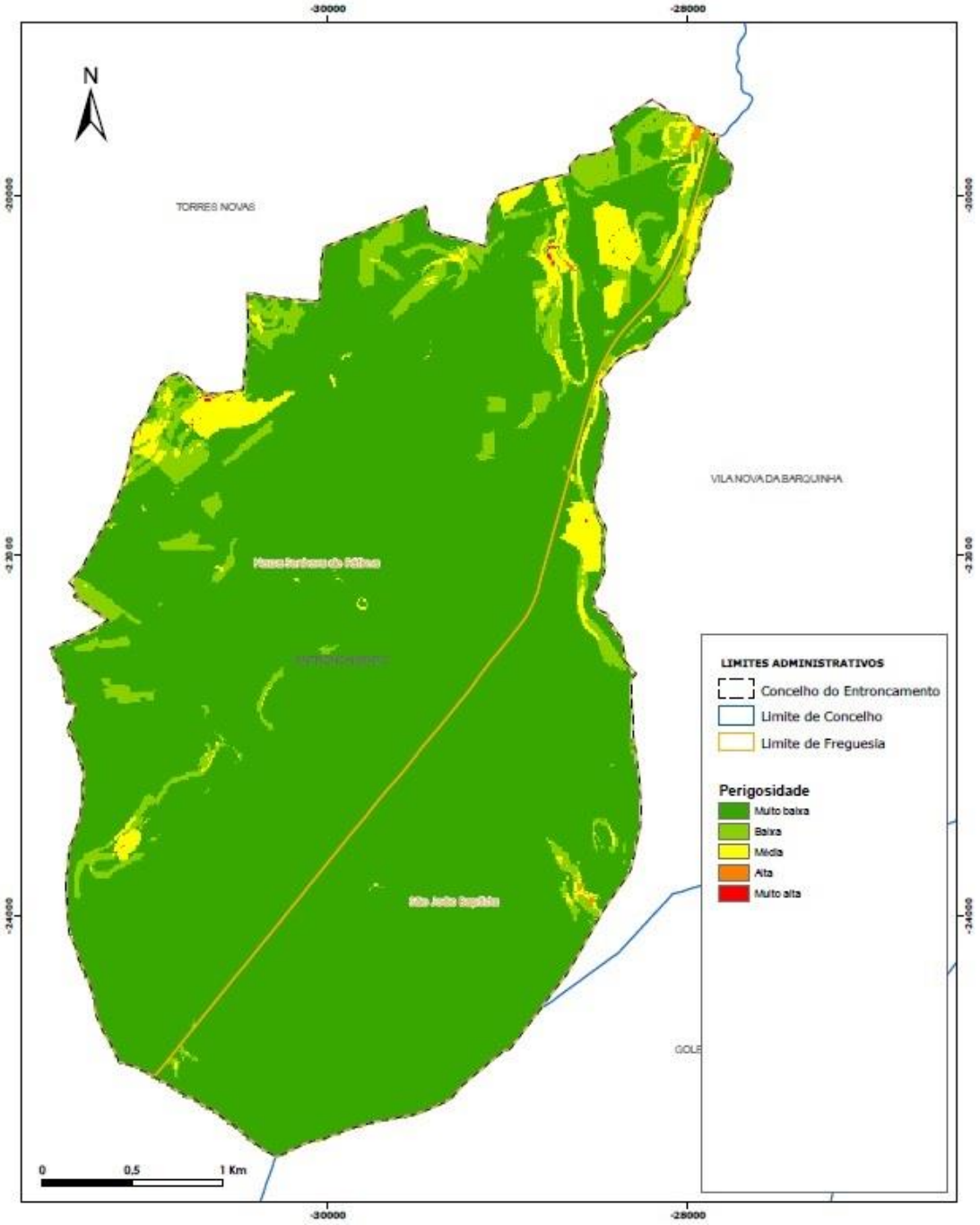


Figura 14 - Carta de Perigosidade de incêndio florestal do Concelho do Entroncamento | Fonte: PMDFCI (CME, 2014-2018)

3.5. Erosão Hídrica dos Dolos

A análise da erosão hídrica do solo apenas poderá ser efetuada quando concluídos os estudos de delimitação da REN, os quais se encontram em fase de elaboração e seguem as orientações nacionais e regionais da REN publicadas em Diário da Republica, Iª série - n.º 192 de outubro de 2012, pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012.

4. Riscos Tecnológicos

4.1. Risco de Acidente Industrial

O acidente industrial, especialmente o que envolve matérias perigosas, é o conjunto de ocorrências nefastas do qual resulta a exposição de pessoas, de bens e/ou do meio ambiente, a determinado tipo de produtos em situação imprevista.

De acordo com as orientações da ANPC *"… as unidades perigosas, classificadas de acordo com a legislação em vigor, os gasodutos e oleodutos e outras condutas com matérias perigosas, devem ser identificadas cartograficamente nos PMOT."*[38] Nas áreas envolventes a estas instalações, " *… não devem ser licenciados novos edifícios de habitação, de comércio, escolas (…) ou outros estabelecimentos frequentados pelo público…"*[39].

Entre a legislação de enquadramento para definição da indústria perigosa, deve-se ter em conta, entre outras a classificação de determinado tipo de indústria à luz da Diretiva SEVESO II[40], relativa à prevenção e controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e que visa prevenir acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e limitar as consequências desses acidentes para o Homem e para o ambiente.

No Concelho do Entroncamento não se encontra localizada qualquer instalação classificada ao abrigo da Diretiva SEVESO, pelo que, nada há a incluir na Carta de Riscos.

Contudo, de acordo com a Carta de Riscos do PROTOVT, encontra-se assinalada nas proximidades do Concelho do Entroncamento uma indústria classificada como industria Seveso, o *Centro Técnico de Gás Torrejano, lda.*,[41] localizada na Zona Industrial dos Riachos, a aproximadamente 1,6 km da área residencial da cidade do Entroncamento que lhe fica mais próxima (junto à zona industrial do Entroncamento) e a 1,9 km da área residencial junto ao cemitério do Entroncamento - ver figura 14. Trata-se de um empresa de distribuição de gás, não tendo associado qualquer acidente conhecido.[42]

[38] In Manual para a elaboração, revisão e análise de Planos Municipais de Ordenamento do Território na Vertente da Proteção Civil, Cadernos PROCIV, ANPC (2009)

[39] Idem

[40] Decreto-Lei n.º 164/2001, de 23 de maio. Posteriormente, foi publicada a Diretiva 2012/18/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, também chamada Diretiva Seveso III, relativa à prevenção de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas.

[41] Fonte: Agência Portuguesa do Ambiente

[42] Leal ET AL (2007)

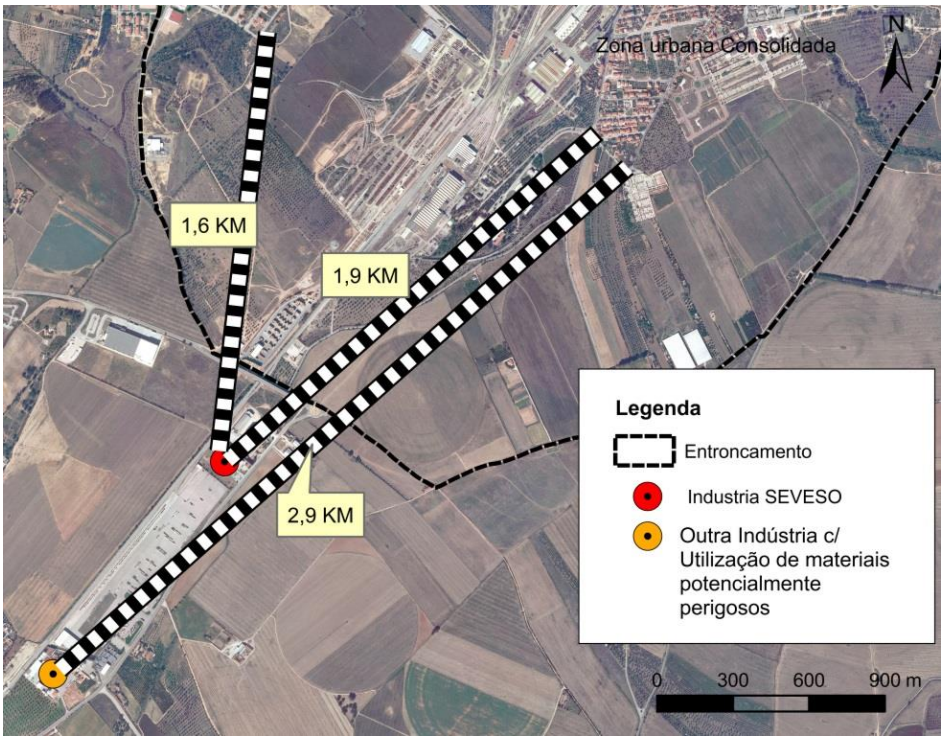


Figura 15 - Localização de industrias perigosas, incluindo SEVESO, na proximidade do Entroncamento e distâncias às zonas residenciais que ficam mais próximas | Fonte: APA e Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

Sem prejuízo de tal facto, tratando-se de produtos químicos, altamente inflamáveis e tóxicos, qualquer tipo de acidente pode produzir múltiplos danos num único evento e têm potencial para provocar efeitos que vão além do local e do momento da sua ocorrência. devido ao nível de dano expectável para a saúde pública e para o ambiente, os aglomerados populacionais situados nas imediações destes são áreas de elevado risco.

Por outro lado, a possibilidade de contaminação ambiental por eventos acidentais, como derramamentos, emanações e lançamentos de efluentes líquidos.
De referir que na mesma área industrial se situa um centro de produção de biodiesel, que por tal manuseia igualmente material perigoso, pese embora, não se tenha conseguido aferir se se encontra abrangido pela Diretiva em apreço.

O Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC, 2015) do Concelho do Entroncamento, identifica a zona industrial do Concelho, freguesia de Nossa Senhora de Fátima, como área de suscetibilidade elevada. Nesta zona industrial, existem atividades que empregam manuseamento ou armazenagem de produtos perigosos, designadamente inflamáveis, tais como uma fábrica de tintas, uma fábrica de produtos químicos, uma fábrica de móveis e ainda uma metalomecânica.[43]

[43] CME (2011) – Plano de Emergência Municipal do Entroncamento

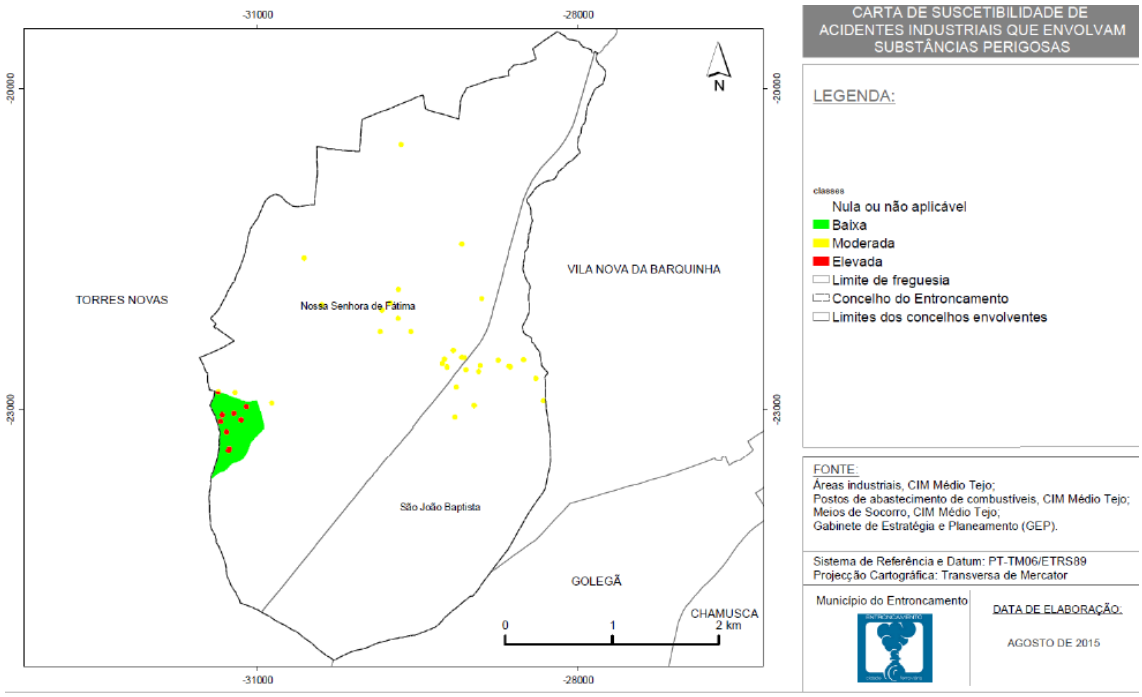


Figura 16 - Carta de suscetibilidade de acidentes industriais que envolvam substâncias perigosas | Fonte: PMEC (CME, 2015)

Na atualidade encontram-se em funcionamento no Concelho um conjunto de atividades industriais de diferentes ramos de atividade, a maior parte delas na zona industrial do Concelho, situada junto à EN 3 e no limite do Concelho com o de Torres Novas.

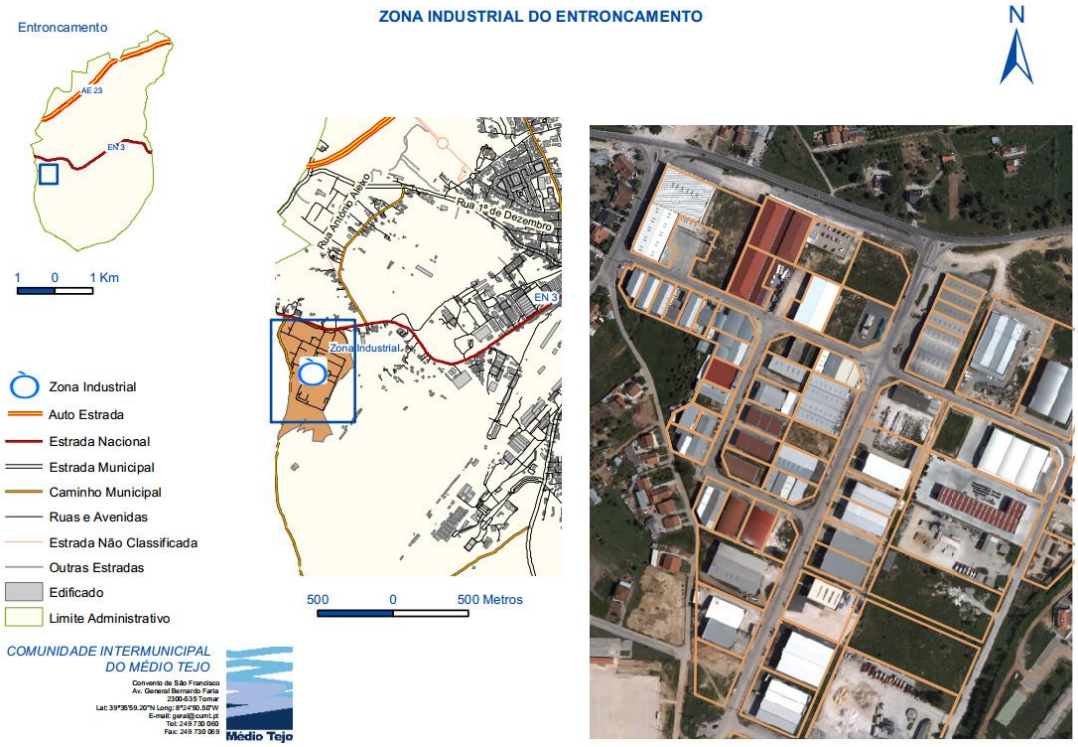


Figura 17 - Caracterização Síntese da Zona Industrial do Entroncamento no website da CIMT | Fontes: CIMT (2004)

Evitando-se descrever e enunciar em rigor as diferentes empresas aqui localizadas, efetua-se com base numa recolha de dados junto da CM do Entroncamento e da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, uma sistematização das atividades presentes no Concelho, em particular na respetiva zona industrial, sublinhando-se aquelas que, em função do ramo de atividade, podem ser potenciais atividades com risco associado.

De acordo com os dados recolhidos no Concelho do Entroncamento verifica-se alguma dispersão da atividade logística / industrial (serralharias e alumínios, materiais de construção transportes ou produtos agroalimentares), associando-se ainda à zona industrial alguma atividade de comércio grossista e de serviços designadamente de apoio ao ramo automóvel

Destas atividades e atendendo apenas à sua natureza, eventualmente associa-se maior risco aos estabelecimentos nas áreas dos produtos químicos, do betão ou de alumínios, num total de cinco estabelecimentos todos eles localizados na zona industrial.
Fora da zona industrial existe apenas um único estabelecimento industrial, na área da cerâmica, e devidamente localizado na planta de ocupação do solo.
Dada a tipologia do parque industrial, considera-se que existe razoabilidade na presunção da mobilização de substâncias perigosas, o que acumula um moderado risco de acidente com o armazenamento de matérias perigosas.

Sublinha-se por fim que esta descrição tem e deve assumir caráter absolutamente informativo, pois no decorrer do espaço tempo de vigência de um Plano Diretor Municipal, podem existir alterações de fundo na produção dos diferentes ramos industriais, que podem determinar mitigação ou majoração de riscos, bem como, pode ocorrer uma mudança de atividade atual, pelo que, suportam tais factos a manutenção da totalidade da zona industrial como risco potencial na Plana de Ordenamento - Áreas de Risco ao Uso do Solo.
De acordo com PEMPC do Concelho do Entroncamento, também as oficinas de metalomecânica do complexo ferroviário (EMEF) comportam algum risco em função da respetiva laboração. Salienta-se que, até à data não existe qualquer relato de acidentes ocorridos nas referidas instalações.

Determina ainda a ANPC que "… devem ser cartografados em sede de PMOT as servidões das linhas de Muito Alta Tensão e Alta Tensão da Rede Elétrica Nacional (REN) …", constituinte de riscos de radiações, e por tal, enquadradas nos eventuais acidentes tecnológicos. Neste contexto, é representada na Planta de Ordenamento - Áreas de Risco ao Uso do Solo, as servidões mencionadas. Ainda e de acordo com o parecer da CCDR-LVT, estão identificadas nesta planta, as servidões aeronáuticas da Base de Tancos.

4.2. Acidentes no Transporte de Substâncias Perigosas

A norte do concelho do Entroncamento localiza-se um gasoduto que interceta o território concelhio pontualmente localizando-se no extremo norte do mesmo um depósito.
Contudo, ter-se-á de atender ao atravessamento do Concelho por duas grandes infraestruturas de acessibilidades, uma de nível nacional (a linha do Norte), e outra com relevância mais regional, o IP6/A23. O risco decorrente do atravessamento do Concelho por estas infra estruturas decorre, não do seu estado de conservação mas antes do volume e tipo de tráfego.
De facto, a rede ferroviária, composta pela linha férrea do norte, que liga Lisboa ao Porto e pelo início da linha férrea da Beira Baixa, encontra-se em bom estado de conservação, eletrificada, sinalizada e protegida de acessos, havendo somente uma passagem de nível no Concelho. Contudo, apresenta diariamente um tráfego ferroviário elevado, quer de comboios de passageiros, quer de mercadorias, que potencia acidentes (embora a sua frequência seja muito rara).

O risco à escala e objetivo de um PDM associa-se sobretudo à eventual ocorrência de acidentes com matérias perigosas, tendo em conta a circulação ferroviária de comboios que transportam matérias perigosas, ou seu parqueamento. Este tipo de acidentes, também se poderá associar ao IP6/ A23, no qual o tráfego rodoviário de camiões que aí circulam transportando as mais variadas cargas de matérias é um risco acrescido.

Por fim, e de acordo com o referido PME, há ainda que considerar a probabilidade de ocorrência de acidentes aéreos, uma vez que o concelho do Entroncamento se encontra numa zona de aproximação à pista da Base Aérea de Tancos e esta inserido na Área Terminal (TMA) de Lisboa. Assim, o concelho de Entroncamento revela, quase na sua totalidade, uma suscetibilidade moderada a acidentes aéreos, dando nota da existência de uma pequena área com suscetibilidade elevada no extremo sueste do concelho, devido à proximidade ao corredor aéreo W7.

4.3. Incêndios em Zonas Urbanas

Os incêndios urbanos são suscetíveis de acontecer em qualquer tipo de edificado, desde edifícios de altura, em estabelecimentos escolares, em lares de idosos, em estabelecimentos de saúde, em restaurantes ou hotéis, em estabelecimentos de comércio, em locais de armazenamento de matérias perigosas ou inflamáveis e em construções degradadas ou devolutas.

Apesar de se conhecer a ocorrência com alguma frequência deste tipo de acidente, não foram fornecidos à equipa quaisquer elementos que permitissem ilustrar em rigor este risco, designadamente, focos de incêndios urbanos ocorridos nos últimos anos, ou situações de risco (eg. edifícios devolutos).

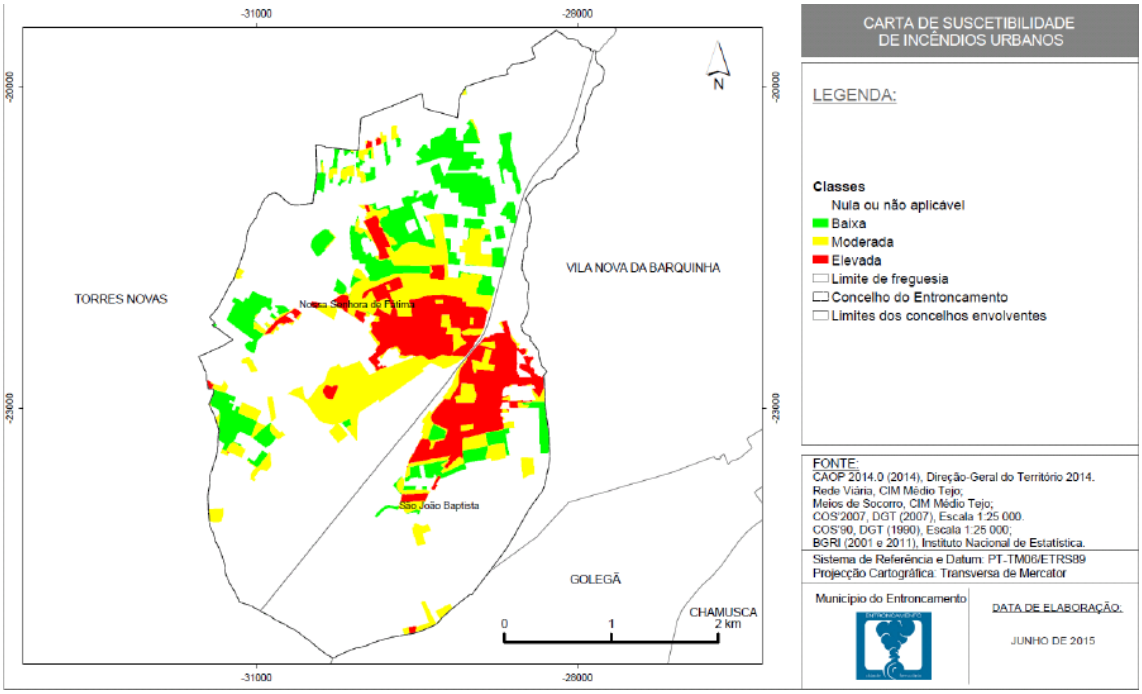


Figura 18 - Carta de Suscetibilidade de incêndios urbanos | Fonte: PMEC (2015)

As áreas identificadas no PME (2015) com suscetibilidade elevada de ocorrência de incêndios urbanos constituem os núcleos mais antigos dos aglomerados populacionais ou correspondem a áreas mais afastadas dos meios de combate.

Os principais aglomerados populacionais identificados com suscetibilidade moderada e elevada situam-se na freguesia São João Batista - Casal Franco e na freguesia Nossa Senhora de Fátima - Casal Vidigal, Foros da Lameira, Pederneira, Casal do Grilo, Covões e Fontainhas de Baixo.

5. Síntese de Riscos

Tipo de Risco	Magnitude Provável	Probabilidade de Ocorrência	Área afeta no território concelhio
Riscos Naturais			
Sismos	Elevada	Excecional	Totalidade do Concelho
Movimentos de Vertentes	Inexistente	Inexistente	Não ocorrem no concelho quaisquer áreas onde exista este risco
Cheias e inundações	Localizada e com fraco impacte	Ocasional	Áreas associadas á Ribeira de Santa Catarina (no troço a céu aberto), Ribeira da Ponte da Pedra e Ribeira do Borralho
Riscos Ambientais			
Contaminação do solo	Fraca e pontual	Permanente	As áreas afetadas correspondem aos locais de depósito de entulho e sucata, localizadas junto às ETAR, na zona industrial e na área do quartel militar
Poluição de águas superficiais	Fraca (e circunscrita a determinadas linhas de água)	Permanente	Ribeira da Ponte da Pedra (classificada como em risco no âmbito do Quadro da Água) e Ribeira de Santa Catarina.; potencialmente focalizada nos locais de instalação da ETAR do Entroncamento, na última Ribeira e ainda, na ETAR da zona industrial, com descarga na Ribeira do Borralho
Contaminação de Aquíferos (massas de água em risco	Fraca (no contexto da massa de água)	Permanente	Parte do Concelho abrange a massa de água Aluviões do Tejo que de acordo com o Quadro da Água está classificada como “em risco”
Incêndios Florestais	Fraca a moderada	Ocasional	Áreas localizadas maioritariamente na área NE do Concelho, correspondentes a manchas classificadas no PMDFCI como áreas de perigosidade de incêndio alta e muito alta.
Ruído	Moderada	Permanente	Áreas classificadas no Mapa do Ruído com nível de ruido elevado e muito elevado nos períodos diurno e noturno, que se localizam principalmente na envolvente do IP6, linha de caminho de ferro e IC3
Riscos Tecnológicos			
Risco de acidente por transporte de substâncias perigosas	Não Previsível	Rara	Gasoduto que se localiza a norte do concelho; linha ferroviária do Norte, IP6 / A23, que atravessa o concelho no seu estremo NO.
Rede Elétrica de Alta Tensão	Fraco	Rara	O Concelho é atravessado pela rede elétrica de alta tensão a norte e a sul.
Zona Industrial	Fraco	Ocasional	Zona industrial e área envolvente (localizada na área poente do concelho, a sul da antiga EN3).
Risco de Acidente Aéreo	Não previsível	Raro	Proximidade à base de Tancos (em Vila Nova da Barquinha) e sujeição aos cones de aproximação.

Quadro 4 - Quadro Síntese dos Riscos Naturais, Ambientais e Tecnológicos

Siglas e Acrónimos

SIGLAS	ACRÓNIMOS
IGT	Instrumentos de Gestão Territorial
PDM	Plano Diretor Municipal
PDME	Plano Diretor Municipal do Entroncamento
PROTOVT	Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo
ANPC	Autoridade Nacional de Proteção Civil
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
PNPA	Programa Nacional da Política de Ambiente
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
CCDR-LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CAOP	Carta Administrativa Oficial de Portugal
DGT	Direção Geral do Território

Bibliografia

- **Monografias, Estudos e Relatórios**

Agência Portuguesa do Ambiente (1985) , *Atlas do Ambiente*

Autoridade Nacional de Proteção Civil (2009) - *Manual para a elaboração, revisão e análise de Planos Municipais de Ordenamento do Território na Vertente da Proteção Civil, Cadernos PROCIV*

Câmara Municipal do Entroncamento (2007) – *Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios*

Câmara Municipal do Entroncamento (2015) – *Plano Municipal Emergência da Proteção Civil do Entroncamento*

Instituto de Meteorologia - *Normais Climatológicas da Região do Ribatejo e Oeste (1951 – 1980)*

Laboratório Nacional de Engenharia Civil (2006) – *Eurocódigo 8 – Ação Sísmica e Edifícios*

LEAL, Cátia et al. (2013) – *Análise de riscos tecnológicos no município de Torres Novas*, CEGOT e Departamento de Geografia.

Serviços de Reconhecimento e Ordenamento Agrícola (1972) ."*Carta da Capacidade de Uso do Solo de Portugal. Bases e normas adotadas na sua elaboração***".** Boletim de Solos (SROA) 12 : 1 - 195**.**

Teves – Costa, Paula**; Almeida,** I. Moitinho de **; Gomes,** Emília **(s/data) -** *Caracterização Geotécnica dos Solos da Área da Grande Lisboa e Concelhos Límitrofes* (Universidade do Minho)

Winge, M. et. al. **(2001) -** Glossário Geológico Ilustrado

Zêzere, J.L**.** et al **(s/d) –** *Perigos Naturais e Tecnológicos no Território de Portugal Continental***,** Centro de Estudos Geográficos – Universidade de Lisboa

- **Legislação**

RCM n.º 64-A/2009, de 25 de junho de 2009 – Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo;

Decreto-Lei nº 166/2008, de 22 de agosto – Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2012 - orientações estratégicas de âmbito nacional e regional para a delimitação da REN a nível municipal;

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio - Lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo;

Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

- **Documentos Eletrónicos**

Agencia Portuguesa do Ambiente (2013). *Atlas do Ambiente*. Acedido no website: http://www.apa.pt

ARH Tejo (2011*). PGRH Tejo – Síntese para Consulta Pública – versão extensa. Acedido em http://www.planotejo.arhtejo.pt/docs/PGRH/docs_consulta_publica/RT_sintese_Extensa.pdf*

Sistema Nacional de Recurso Hídricos.*(2013)*.*Sistemas Aquíferos Subterrâneos de Portugal.* Acedido no website*: http://www.snirh.pt*



Primeira revisão do PDM do ENTRONCAMENTO

R5 - Áreas Críticas à Ocupação Humana

Versão de fevereiro de 2018 para aprovação em Assembleia Municipal

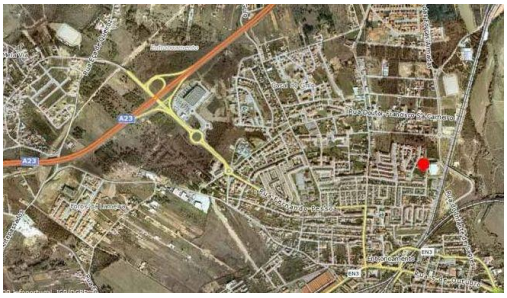
Primeira revisão Plano Diretor Municipal, PDM

Entroncamento









ENTRONCAMENTO
cidade ferroviária

Volume 04

R6 – Dinâmica Demográfica

[versão para aprovação em Assembleia Municipal] fevereiro 2018

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Índice

1. Demografia 7
1.1. Enquadramento Demográfico – Evolução e Distribuição da População 7
1.2. Distribuição (Intraconcelhia) da População 13
1.3. Estrutura Etária da População 16

2. Sociedade, Emprego e Integração Territorial 21

3. Atividades Económicas 25
3.1. Introdução 25
3.2. Metodologia 25
3.3. Território e Atividade Económica 27
3.4. Estrutura Empresarial 31

4. Conclusões 38

Siglas e Acrónimos 39

Bibliografia 40

Índice de Figuras

Figura 1. Variação da população nos concelhos da sub-região do Médio Tejo nos períodos intercensitários 1991-2001 e 2001-2011 | Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1991, 2001 e 2011 9
Figura 2. População residente nos concelhos do Médio Tejo em 2011 | Fonte: INE, Censos 11
Figura 3. Densidade populacional nos concelhos do Médio Tejo em 2011 | Fonte: INE, Censos 12
Figura 4. População residente nas cidades do Médio Tejo em 2011 | Fonte: INE, Censos 13
Figura 5. População residente no Concelho do Entroncamento, por secção estatística, em 2011 | Fonte: INE, Censos 14
Figura 6. Densidade populacional no Concelho do Entroncamento, por secção estatística, em 2011 | Fonte: INE, Censos 15
Figura 7. Pirâmide etária da população residente no Concelho do Entroncamento, em 2011 | Fonte: INE, Censos 16
Figura 8. Pirâmide etária da população residente na subregião do Médio Tejo, em 2011 | Fonte: INE, Censos 16
Figura 9. População residente no Concelho do Entroncamento, em 2011, por grupos etários | Fonte: INE, Censos 17
Figura 10. Evolução dos índices de envelhecimento e de dependência no período 1991-2011, no Concelho do Entroncamento | Fonte: INE, Censos 17
Figura 11. Nível de escolaridade da população residente e empregada no Entroncamento em 2011 | Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2011 21
Figura 12. Taxa de Analfabetismo nos concelhos do Médio Tejo em 2011 | Fonte: INE, Censos 22
Figura 13. Distribuição espacial das principais áreas de atividades económicas | Fonte: Dados próprios; Ortofotomapas - DGT (2010) 28
Figura 14. Atividades Económicas e principais equipamentos na área central do Entroncamento | Fonte: Dados próprios; Ortofotomapas- DGT (2010) 29
Figura 15. Evolução do número de unidades empresariais no Concelho do Entroncamento | Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo; Anuários Estatísticos da Região Centro. 32
Figura 16. Evolução do volume de emprego nas unidades empresariais com sede no Concelho do Entroncamento | Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo; Anuários Estatísticos da Região Centro. 32
Figura 17. Evolução do volume de vendas das sociedades com sede no Concelho do Entroncamento | Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo; Anuários Estatísticos da Região Centro. 33
Figura 18. Distribuição dos estabelecimentos pelos escalões dimensionais no Concelho do Entroncamento, em 2009 | Fonte: GEP /MTSS - SISED / Quadros de Pessoal 33

Índice de quadros

Quadro 1. Variação populacional nas NUT III da Região Centro | Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (1991, 2001 e 2011) 7
Quadro 2. Variação populacional nos concelhos do Médio Tejo | Fonte: INE, Censos. PORDATA 8
Quadro 3. Taxas de crescimento efetivo, crescimento natural e crescimento migratório no Médio Tejo e respetivos concelhos em 2015 | Fonte: INE, Censos 10
Quadro 4. População residente no Concelho do Entroncamento por grupos etários | Fonte: INE, Censos 17
Quadro 5. População residente no Concelho do Entroncamento por grupos etários, 2011 | Fonte: INE, Censos e PORDATA 18
Quadro 6. Índices de Envelhecimento e de Dependência nos concelhos do Médio Tejo, em 2011 | Fonte: INE, Censos. PORDATA 19
Quadro 7. Diversos indicadores relativos ao emprego nas unidades territoriais do Centro, Médio Tejo e concelhos do Médio Tejo, em 2011 | Fonte: INE, Censos. PORDATA 22
Quadro 8. Taxa de atração total nos concelhos do Médio Tejo em 2011 | Fonte: INE, Censos 24
Quadro 9. Indicador per Capita do Poder de Compra, em 2011 | Fonte: INE, Censos 24
Quadro 10. Comparação da estrutura empresarial do Entroncamento e do Médio Tejo em 2009 | Fonte: INE (2010), Anuário Estatístico da Região Centro - 2009 31
Quadro 11. Distribuição evolutiva da estrutura empresarial por escalão dimensional dos estabelecimentos (nº de trabalhadores) no Concelho do Entroncamento | Fonte: GEP /MTSS - SISED / Quadros de Pessoal 34
Quadro 12. Empresários em nome individual segundo a CAE no Concelho do Entroncamento | Fonte: INE 35
Quadro 13. Desagregação setorial das empresas, dos estabelecimentos e do emprego no Concelho do Entroncamento, nos anos 2000 e 2005, por atividade económica | Fonte: GEP /MTSS - SISED / Quadros de Pessoal 36
Quadro 14. Empresas com sede no Concelho do Entroncamento, estabelecimentos e emprego, no ano de 2009, por atividade económica | Fonte: GEP /MTSS - SISED / Quadros de Pessoal 37

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Nota Introdutória

O presente documento constitui o Relatório de Caracterização Socioeconómica do Concelho do Entroncamento, parte integrante da 1ª Fase do procedimento de revisão do Plano Diretor Municipal de Entroncamento – Caracterização e Diagnóstico.

O ato de planear pressupõe o conhecimento profundo da população a quem se destina – no que respeita à sua dimensão, dinâmica, distribuição espacial e estrutura - e das atividades que ocupam e permitem o desenvolvimento económico do território em causa – estrutura produtiva e forma de ocupação do território. Neste âmbito, o presente documento encontra-se dividido em dois grandes volumes, Demografia (Vol. I) e Sociedade e Economia (Vol. II) cada um destes subdividido em temas específicos.

No que concerne à Demografia, são apresentados os subcapítulos de seguida elencados.

1. No primeiro subcapítulo é efetuado o enquadramento do município na subregião do Médio Tejo, em traços gerais e essencialmente através de uma análise comparativa das condições demográficas, tendo por objetivo a melhor compreensão das dinâmicas populacionais que direta ou indiretamente afetam o Concelho do Entroncamento. Este subcapítulo dedica-se igualmente a uma caracterização da dinâmica demográfica do Concelho tendo presente o seu processo evolutivo.
2. O segundo subcapítulo é concernente à distribuição da população pelas duas únicas freguesias que o constituem. Dada a dimensão do Concelho, foi aumentada a escala de análise da distribuição espacial da população até ao nível da secção estatística.
3. Um terceiro subcapítulo dedica-se a analisar a estrutura etária da população e a sua capacidade endógena de regeneração, fator essencial para apoiar os cálculos de projeções demográficas (a efetuar na fase sequente do processo de Revisão).

A análise relativa à sociedade e atividades económicas aborda, num primeiro capítulo, um conjunto de aspetos de caráter simultaneamente social e económico, como o nível de escolaridade, o analfabetismo, o emprego, os movimentos pendulares no Concelho do Entroncamento e o poder de compra da população, e, no segundo capítulo, a forma como as atividades económicas se traduzem na ocupação do território municipal, bem como a estrutura empresarial concelhia, nos seus diversos aspetos.

Demografia | VOL I

1. Demografia

1.1. Enquadramento Demográfico – Evolução e Distribuição da População

A integração do Concelho no contexto regional em matéria de demografia permite percecionar e relativizar as dinâmicas que posteriormente são analisadas à escala municipal, possibilitando ainda contextualizar os diversos fenómenos detetados. A análise efetuada permite constatar que a Região Centro apresentou uma evolução populacional favorável, cifrando-se agora o seu efetivo em 2 327 580 habitantes, sem prejuízo de se verificar um abrandamento no crescimento e uma clara dicotomia de comportamentos, consoante se trate de sub-regiões do interior ou do litoral - ver quadro 1.

Unidade Geográfica	Variação Populacional (%)	
	1991/2001	2001/2011
Centro	**4,0**	**1,2**
Baixo Vouga	10,1	4,1
Baixo Mondego	3,5	-4,1
Pinhal Litoral	11,9	7,5
Pinhal Interior Norte	-0,6	-1,4
Dão - Lafões	1,4	1,4
Pinhal Interior Sul	-11,8	-12,6
Serra da Estrela	-7,7	-6,8
Beira Interior Norte	-2,7	-7,5
Beira Interior Sul	-3,6	-8,3
Cova da Beira	0,5	-4,5
Oeste	7,7	8,5
Médio Tejo	**2,1**	**-2,9**

Quadro 1. Variação populacional nas NUT III da Região Centro | Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População (1991, 2001 e 2011)

Em grande parte das NUT III que constituem a Região Centro, verifica-se ainda o aprofundar da crise demográfica no último período intercensitário, constatando-se o reforço das taxas de variação negativas em algumas das subregiões e um aumento populacional menos significativo noutras. A subregião do Médio Tejo, onde se localiza o Concelho do Entroncamento, tal como as do Baixo Mondego, Pinhal Interior Norte e Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Sul e Cova da Beira contribuem para o decréscimo do efetivo populacional do Centro.

Num contexto regional onde se tem registado um decréscimo populacional, o Concelho do Entroncamento apresentou entre 1991 e 2001 um acréscimo de 27,75% no seu efetivo populacional, o mais elevado da subregião, destacando-se claramente dos restantes concelhos (vede Fig. 1).

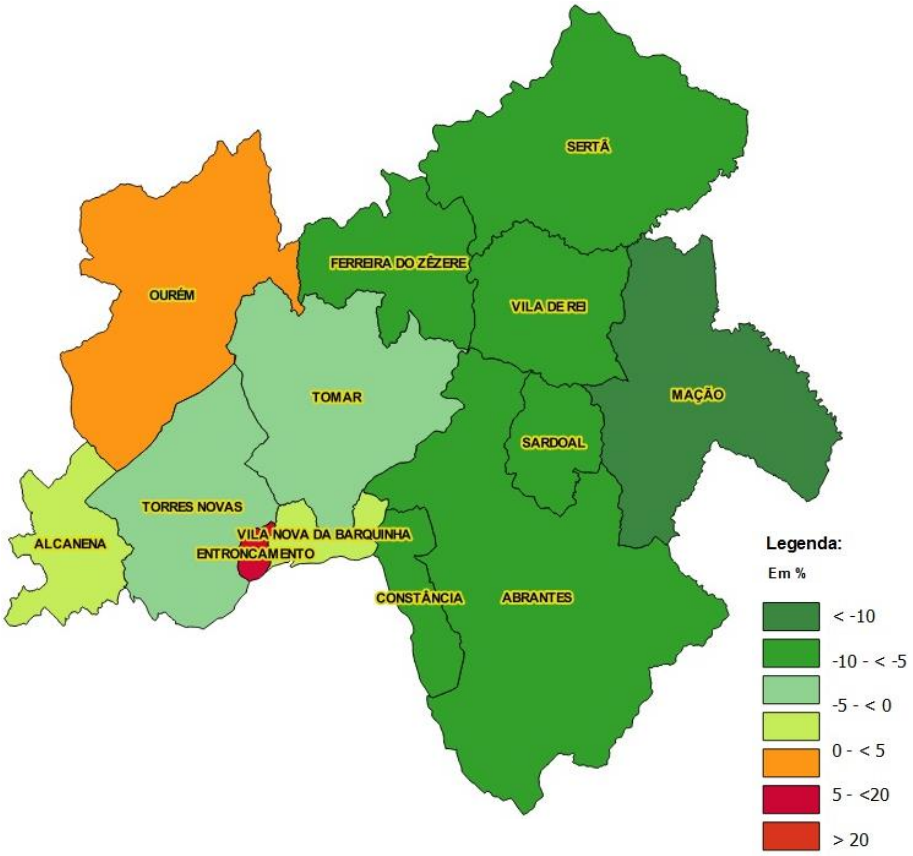
Os dados do último período intercensitário (2001/2011) vêm confirmar o cenário de continuidade da redução populacional na generalidade dos Concelhos que constituem a região do Médio Tejo, à exceção de Constância, Entroncamento e Vila de Rei, reforçando-se aqui o facto de que o Entroncamento registou, claramente, a maior taxa de variação populacional (11%) – ver quadro 2 e Fig. 1.

Concelhos	**População Residente 2011**	**Taxa Variação Populacional**	
		1991/2001	2001/2011
Médio Tejo	**247331**	**2,1**	**-2,9**
Abrantes	39325	-7,6	-6,9
Alcanena	13868	1,6	-5,0
Constância	4056	-8,5	6,3
Entroncamento	**20206**	**27,8**	**11,2**
Ferreira do Zêzere	8619	-5,3	-8,5
Mação	7338	-16,1	-13,1
Sardoal	3939	-7,4	-4,0
Sertã	15880	-8,1	-5,0
Ourém	45932	15,0	-0,6
Tomar	40677	-0,3	-5,4
Torres Novas	36717	-2,1	-0,5
Vila N. da Barquinha	7322	0,8	-3,8
Vila de Rei	3452	-9,0	2,9

Quadro 2. Variação populacional nos concelhos do Médio Tejo | Fonte: INE, Censos. PORDATA

Esta discrepância dos valores registados no Entroncamento face aos restantes concelhos não é alheia ao facto de este ser, essencialmente, um concelho urbano, como adiante se explicitará. Na realidade, num quadro geral de perda de população rural em função do crescimento dos centros urbanos, é expectável que um concelho ocupado quase na sua totalidade por espaço urbano, para mais com boas acessibilidades, apresente uma variação populacional positiva e muito superior à de outros concelhos mais rurais localizados na sua envolvente.

Variação populacional no período 1991-2001



Variação Populacional no período 2001-2011

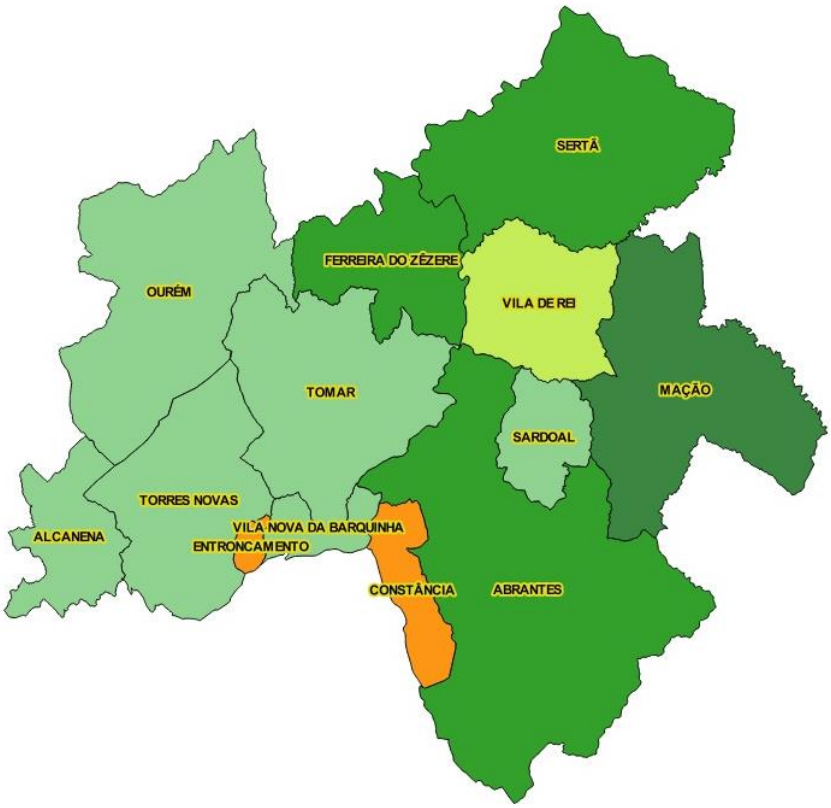


Figura 1. Variação da população nos concelhos da sub-região do Médio Tejo nos períodos intercensitários 1991-2001 e 2001-2011 | Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1991, 2001 e 2011

O Concelho do Entroncamento foi o único da subregião do Médio Tejo que em 2015 apresentou uma taxa de crescimento efetivo positiva, de 0,52% (valor anual). O crescimento populacional efetivo deveu-se, mais do que ao crescimento natural (taxa de crescimento natural de 0,01%) ao saldo migratório positivo registado no concelho. Salienta-se que a taxa de crescimento migratório concelhia foi de 0,51%, valor superior à média da subregião e um dos mais elevado do Médio Tejo - ver quadro 3.

Unidade territorial	Taxas (%)		
	crescimento efetivo	crescimento natural	crescimento migratório
Médio Tejo	-0,58	-0,75	0,17
Abrantes	-1,12	-0,88	-0,24
Alcanena	-0,60	-0,52	-0,08
Constância	-0,53	-0,75	0,23
Entroncamento	0,52	0,01	0,51
Ferreira do Zêzere	-0,94	-1,26	0,33
Mação	-1,42	-1,50	0,07
Ourém	-0,20	-0,62	0,42
Sardoal	-0,42	-0,94	0,52
Sertã	-0,79	-0,95	0,15
Tomar	-1,04	-0,96	-0,07
Torres Novas	-0,42	-0,62	0,19
Vila de Rei	-0,41	-1,82	1,41
Vila Nova da Barquinha	-0,21	-0,74	0,53

Quadro 3. Taxas de crescimento efetivo, crescimento natural e crescimento migratório no Médio Tejo e respetivos concelhos em 2015 | Fonte: INE, Censos

A atratividade do Concelho encontra-se aliás patente na proporção de população que, de acordo com os Censos de 2011, residia fora do Concelho cinco anos antes, e que se cifrava nos 13,7%, um valor que se destaca da maioria dos restantes concelhos da subregião e do qual apenas se aproximavam os Concelhos de Vila Nova da Barquinha (11,7%), em parte pela sua proximidade ao Entroncamento, e Constância (11,1%).

A subregião do Médio Tejo abrange, portanto, realidades distintas, não apenas no que respeita às tendências evolutivas da população mas igualmente nos quantitativos populacionais e na sua distribuição espacial.

O Concelho do Entroncamento representa o 5.º maior efetivo populacional da subregião do Médio Tejo, mas é contudo o de menor dimensão havendo, por tal, uma desproporcionalidade de ranking hierárquico do Concelho na subregião quando se compara duas variáveis: a dimensão e a população residente - ver Fig. 2. A superfície e a população residente do Concelho resultam numa densidade populacional que sobressai claramente dos demais Concelhos. Tendo a subregião do Médio Tejo uma densidade populacional de 95,7 hab./Km2, os concelhos que a integram apresentam valores muito distintos que variam entre os 18,4 hab./Km2 no Concelho de Mação e

1.472 hab./Km2 no concelho do Entroncamento, sendo notória uma maior concentração populacional na área poente da subregião - ver Fig. 3.

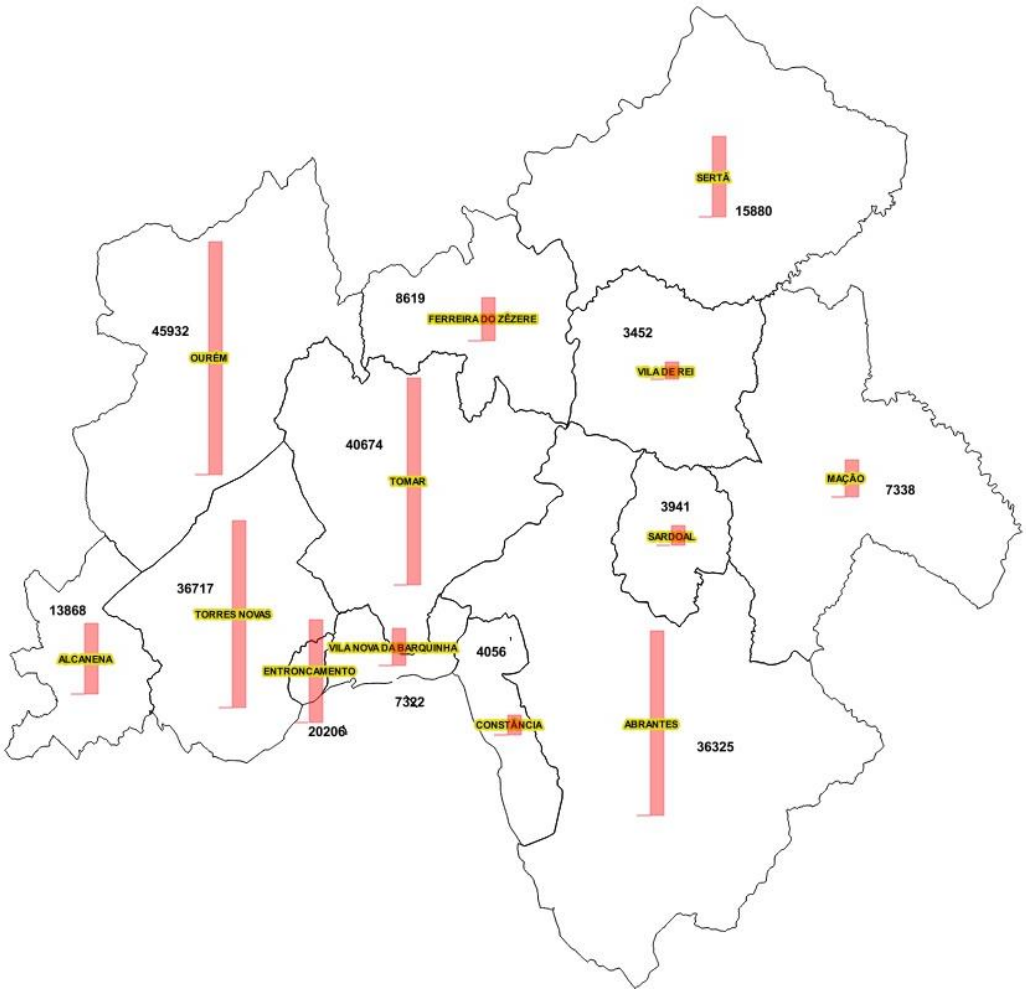


Figura 2. População residente nos concelhos do Médio Tejo em 2011 | Fonte: INE, Censos

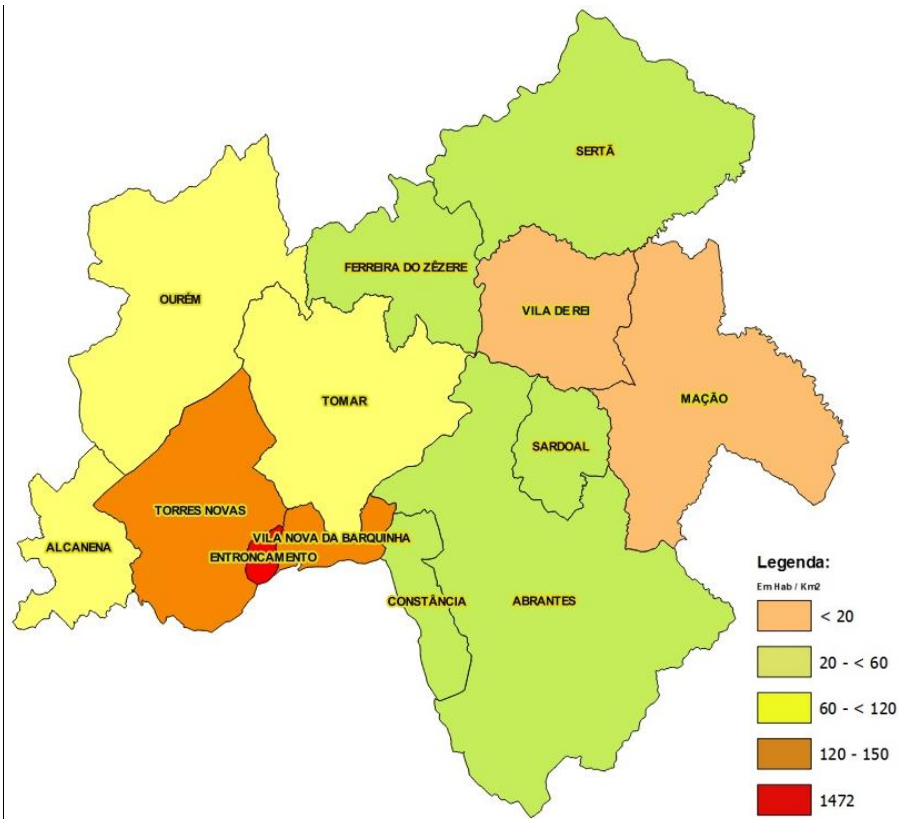


Figura 3. Densidade populacional nos concelhos do Médio Tejo em 2011 | Fonte: INE, Censos

Em 2011 a cidade do Entroncamento constituía o maior núcleo urbano do Médio Tejo, em termos de dimensão populacional, concentrando um total de 20.206 habitantes. A dimensão populacional da cidade do Entroncamento faz deste um concelho urbano na medida em que de acordo com o INE a cidade constitui a totalidade da população do Concelho – ver figura 4.

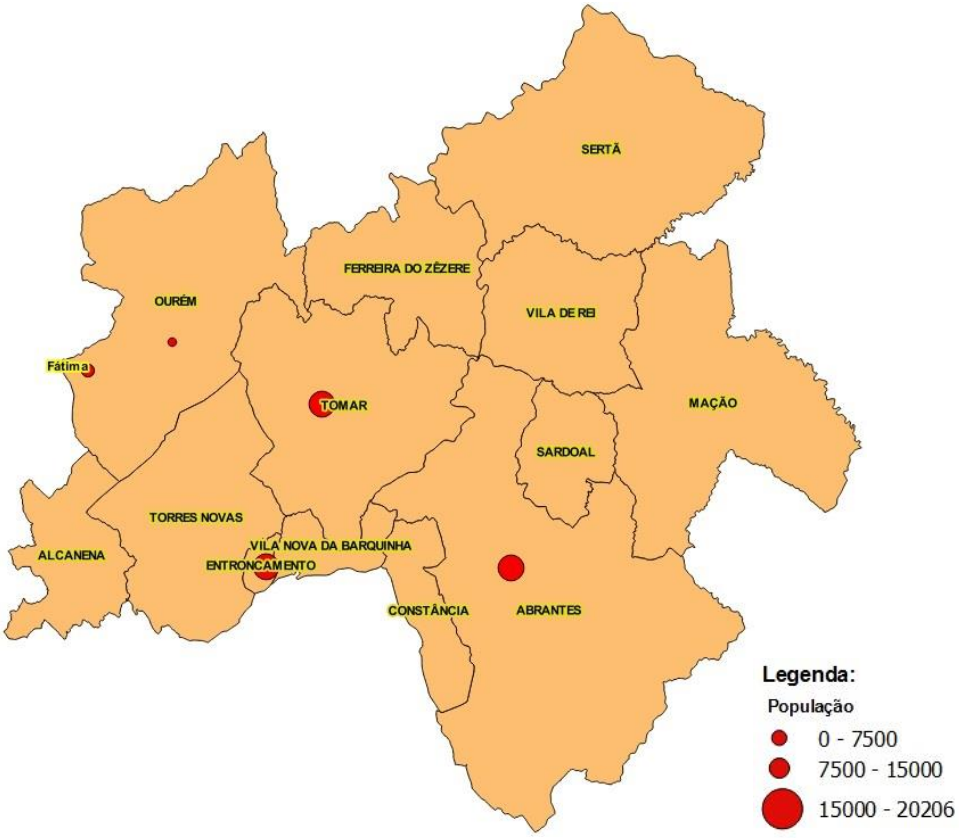


Figura 4. População residente nas cidades do Médio Tejo em 2011 | Fonte: INE, Censos

1.2. Distribuição (Intraconcelhia) da População

Sendo o concelho do Entroncamento constituído por apenas duas freguesias, para a análise da distribuição intraconcelhia da população recorre-se para além da população residente por freguesia aos valores relativos às secções estatísticas. A freguesia de Nossa Sr.ª de Fátima, de maior dimensão territorial, concentra um total de 12 630 habitantes, ou seja, cerca de 62,5 % da população concelhia, e a freguesia de S. João Batista os restantes 7 576 habitantes.

Da análise da população residente por secção estatística conclui-se que as localizadas na freguesia de Nossa Sr.ª de Fátima apresentam maior quantitativo populacional - ver fig. 5. É necessário, contudo, ter em atenção que estas são, igualmente, as de maior dimensão territorial, pois na área urbana central do Entroncamento verifica-se um maior fracionamento estatístico do território.

O mapa de densidade populacional mostra claramente a maior concentração de população nas áreas consolidadas da cidade e na freguesia de Nossa Sr.ª de Fátima - ver Fig. 6. De referir a coexistência de valores distintos de densidade, inferiores a 500 hab/km2 em toda a zona sul do Concelho e superiores a 10 000 hab/km2 em secções da área urbana consolidada.

Os valores mais reduzidos de densidade populacional resultam, sobretudo, de usos/ocupação do solo específicos que condicionam o uso habitacional nessas áreas, a saber:

- na área sul da freguesia de N. Sr.ª de Fátima, a existência das instalações militares e respetiva área de servidão, e a localização da zona industrial do Entroncamento, e a norte a única mancha florestal do Concelho;
- no sul da freguesia de São João Batista, o uso agrícola do solo.

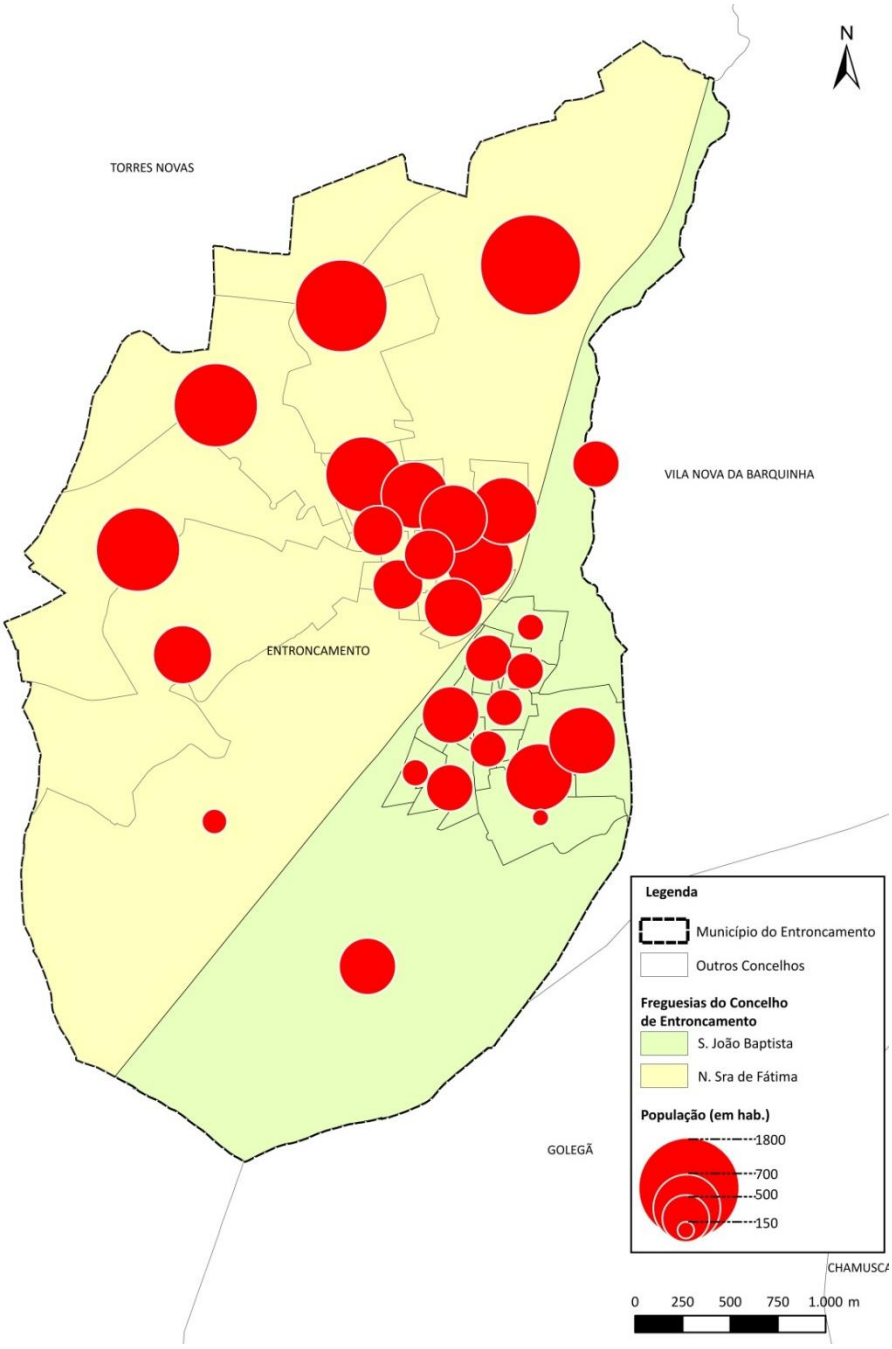


Figura 5. População residente no Concelho do Entroncamento, por secção estatística, em 2011 | Fonte: INE, Censos

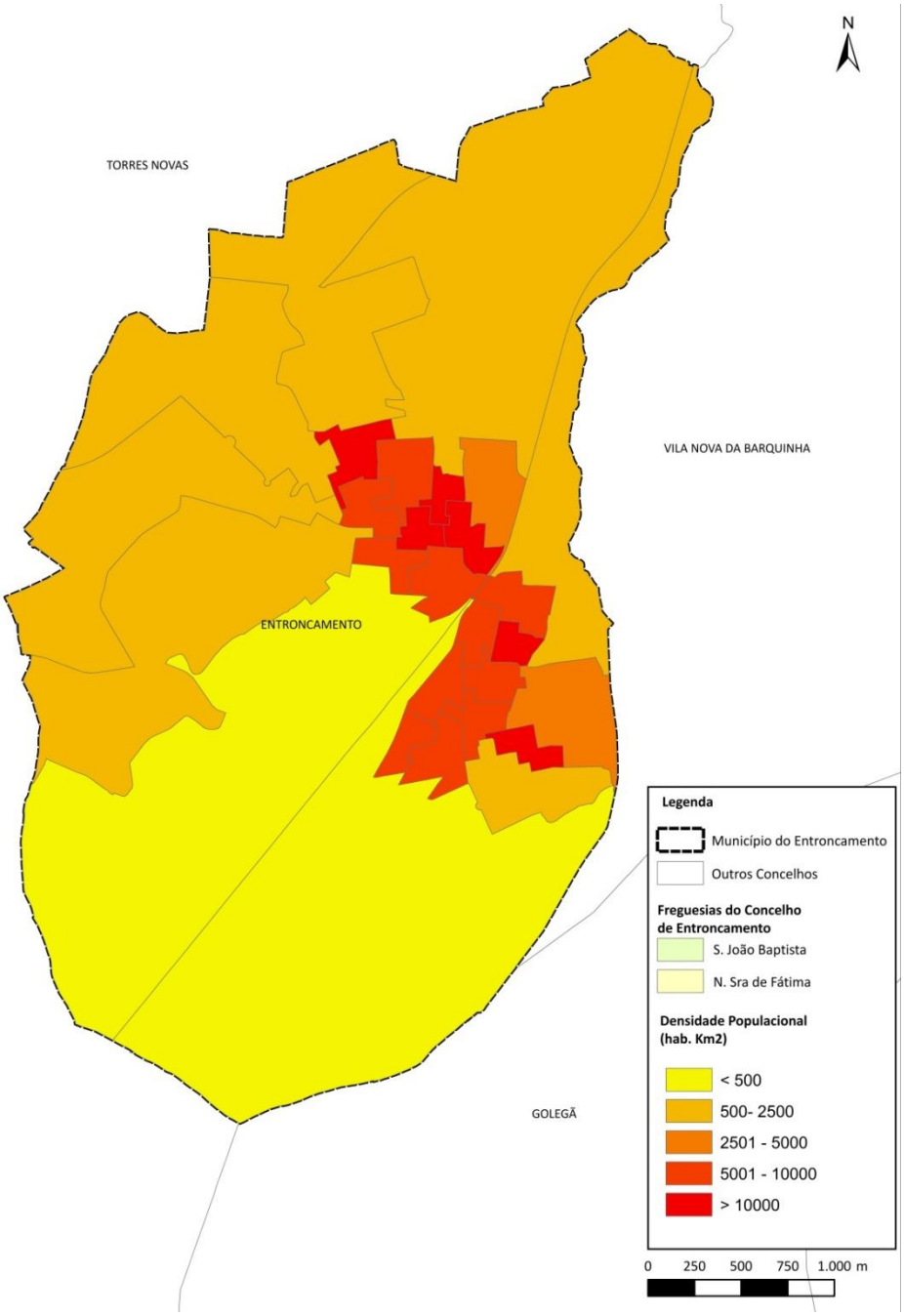


Figura 6. Densidade populacional no Concelho do Entroncamento, por secção estatística, em 2011 | Fonte: INE, Censos

1.3. Estrutura Etária da População

Num contexto nacional de envelhecimento generalizado, a atratividade populacional do Concelho do Entroncamento tem um reflexo direto na estrutura etária da população concelhia, permitindo que apresentasse em 2011, diferenças significativas face ao perfil etário regional - ver figuras 7 e 8.

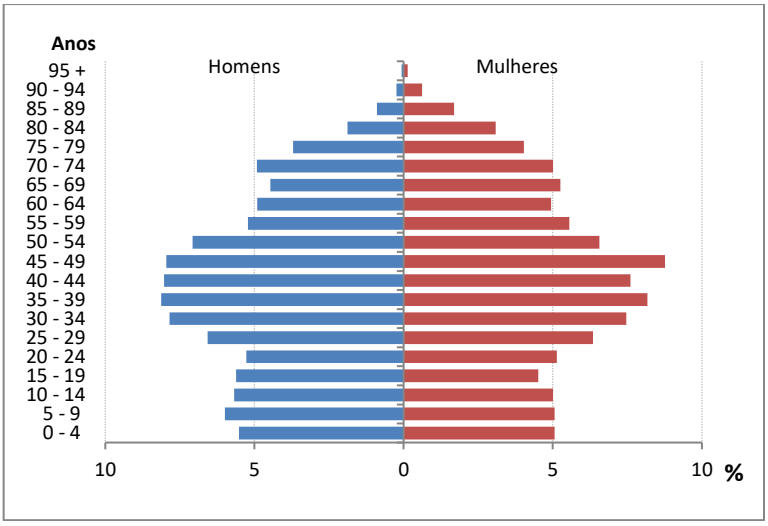


Figura 7. Pirâmide etária da população residente no Concelho do Entroncamento, em 2011 | Fonte: INE, Censos

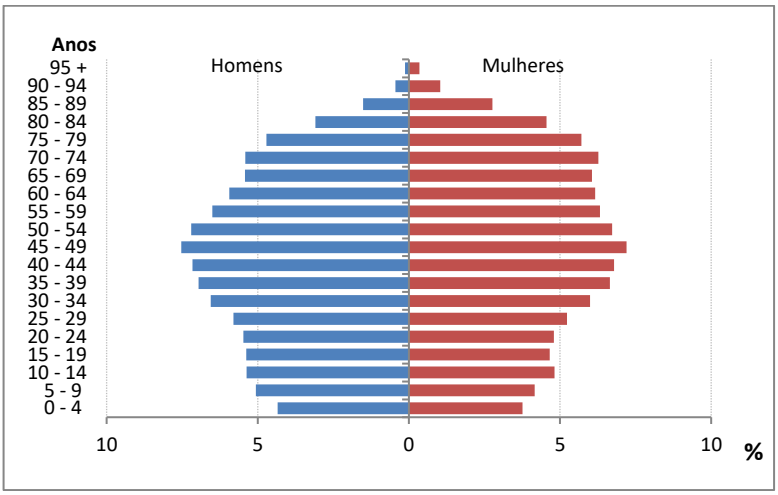


Figura 8. Pirâmide etária da população residente na subregião do Médio Tejo, em 2011 | Fonte: INE, Censos

Numa análise comparativa das pirâmides etárias de 2011 relativas ao Concelho do Entroncamento e ao Médio Tejo, verifica-se que o Entroncamento possuía uma população menos envelhecida, facto visível quer pela menor proporção de população com mais de 70 anos, quer pela forte predominância da população nas faixas etárias entre os 25 e os 44 anos e pela maior proporção de crianças até aos 14 anos de idade.

Analisando a evolução da distribuição da população residente pelos grupos etários, entre 2001 e 2011, conclui-se que neste período o Concelho sofreu um envelhecimento populacional, verificando-se uma diminuição do peso relativo da população jovem, nos grupos etários dos 0 aos 24 anos, bem como um aumento do peso da população idosa (com 65 e mais anos) – ver figura 9 e quadro 4.

Grupo Etário	População Residente			
	2001		2011	
	Nº	%	Nº	%
0 – 14 anos	2973	16,4	3255	16,1
15 – 24 anos	2273	12,5	2068	10,2
25 – 64 anos	10315	56,8	11205	55,5
65 e mais anos	2613	14,4	3678	18,2
Total	18174	100	20206	100

Quadro 4. População residente no Concelho do Entroncamento por grupos etários | Fonte: INE, Censos

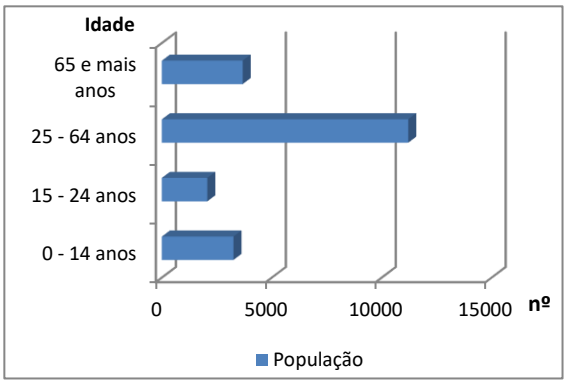


Figura 9. População residente no Concelho do Entroncamento, em 2011, por grupos etários | Fonte: INE, Censos

Esse envelhecimento encontra-se patente na evolução dos índices que estabelecem a relação entre a população jovem, idosa e em idade ativa. De facto, no Concelho do Entroncamento o índice de envelhecimento registou um acréscimo significativo entre 1991 e 2011, cifrando-se em 2011 em 113, ou seja, um total de 113 idosos (65 anos e mais) por cada 100 pessoas com idades até aos 14 anos. Verificou-se igualmente o aumento progressivo dos índices de dependência de idosos (27 pessoas com 65 anos ou mais para cada 100 pessoas em idade ativa, em 2011) – ver figura 10. Naquele mesmo período o Índice de dependência de jovens manteve sensivelmente os mesmos valores.

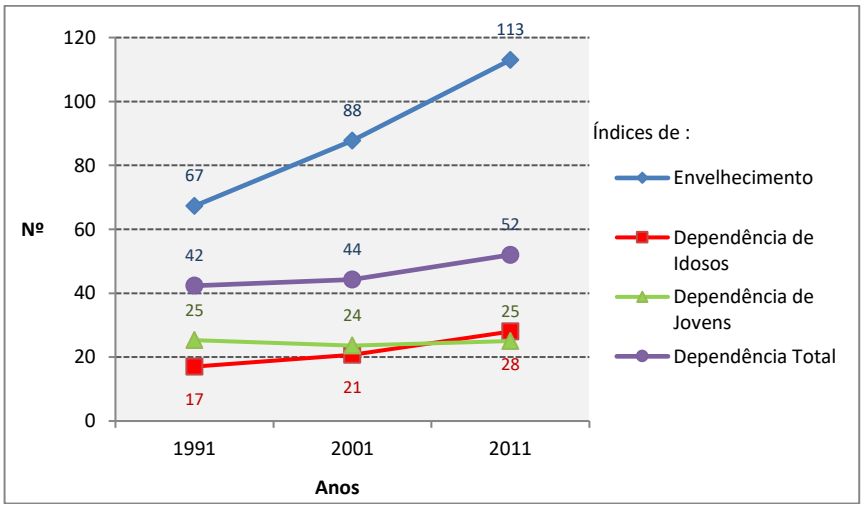


Figura 10. Evolução dos índices de envelhecimento e de dependência no período 1991-2011, no Concelho do Entroncamento | Fonte: INE, Censos

Não obstante esta evolução, o Concelho do Entroncamento apresenta, comparativamente com as unidades territoriais em que se insere (região Centro e subregião do Médio Tejo) um perfil etário menos envelhecido. De acordo com o Recenseamento Geral da População e da Habitação de 2011, o índice de envelhecimento concelhio é bastante inferior ao padrão nacional e, particularmente, ao regional - ver quadro 5 -, sendo o Concelho com o índice mais reduzido da subregião do Médio Tejo, o que demonstra a sua maior capacidade de renovação do perfil etário.

Unidade Territorial	Índices			
	Envelhecimento	Dependência de Idosos	Dependência de Jovens	Dependência Total
Portugal	129	29	23	52
Região Centro	164	35	22	57
Médio Tejo (Sub-região)	184	40	22	62
Entroncamento (Concelho)	**113**	**28**	**25**	**52**
São João Batista	187	38	20	58
Nossa Sr.ª de Fátima	82	22	27	49

Quadro 5. População residente no Concelho do Entroncamento por grupos etários, 2011 | Fonte: INE, Censos e PORDATA

O aumento da oferta de habitação no Concelho nas últimas décadas1, conjuntamente com a atratividade territorial do concelho, possibilitou a entrada e fixação de população jovem adulta na freguesia de Nossa Senhora de Fátima - a qual registava, em 2011, um índice de envelhecimento de 82 - atribuindo-lhe um papel essencial no equilíbrio da estrutura etária concelhia. Também os índices de dependência de idosos e de dependência total concelhios são substancialmente inferiores aos da região e da subregião em que o Concelho do Entroncamento se insere, equiparando-se aos valores nacionais.

Atente-se ainda ao índice de dependência de jovens, o qual, em consequência de uma maior percentagem de crianças e jovens (0-14 anos) apresenta valores ligeiramente superiores aos do padrão nacional e regional. Salienta-se que, embora o Concelho do Entroncamento se apresente como o menos envelhecido do Médio Tejo, tal facto deve-se sobretudo à sua elevada taxa de urbanização – ver quadro 6.

[1]Ver Relatório 7 – Desenvolvimento Urbano, para conhecimento mais detalhado desta evolução.

Concelhos	Índices			
	Envelhecimento	Dependência - Idosos	Dependência - Jovens	Dependência Total
Abrantes	207,1	42,4	20,5	62,9
Alcanena	176,8	37,8	21,4	59,2
Constância	140,4	33,8	24,1	57,9
Entroncamento	112,3	27,8	24,5	52,0
Ferreira do Zêzere	228,3	49,7	21,8	71,5
Mação	432,6	76,0	17,6	93,6
Ourém	152,3	34,9	22,9	57,8
Sardoal	223,1	45,0	20,2	65,2
Sertã	222,3	46,3	20,8	67,2
Tomar	195,6	41,0	20,9	61,9
Torres Novas	173,0	38,3	22,1	60,4
Vila de Rei	377,2	80,1	21,2	101,3
Vila Nova da Barquinha	181,8	40,5	22,3	62,8

Quadro 6. Índices de Envelhecimento e de Dependência nos concelhos do Médio Tejo, em 2011 | Fonte: INE, Censos. PORDATA

Sociedade e Atividades Económicas | VOL II

2. Sociedade, Emprego e Integração Territorial

"A afirmação do Entroncamento como um concelho denso e eminentemente urbano reflete uma tendência global de correlação positiva entre concentração populacional, qualificação dos recursos humanos e poder de compra"2. Uma análise de diversos indicadores, relativos às características sociais e de emprego no território concelhio, permitem identificar um perfil em diversos aspetos distinto dos restantes concelhos do Médio Tejo, que se correlaciona com o caráter urbano do Concelho e com o grau de acessibilidade do mesmo à área envolvente e à Grande Lisboa.

Em 2011, 35% da população residente no Concelho do Entroncamento e empregada detinha habilitações de nível médio/superior (níveis de ensino pós-secundário ou superior), face a 24% no Médio Tejo e 27% de média nacional, o que demonstra um quadro de qualificação dos recursos humanos claramente mais favorável.

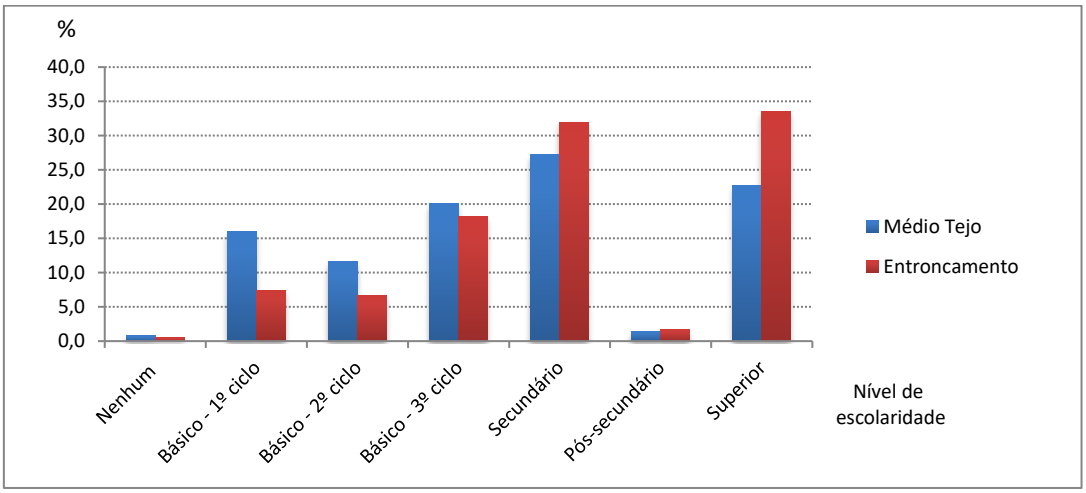


Figura 11. Nível de escolaridade da população residente e empregada no Entroncamento em 2011 | Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 2011

Numa leitura mais pormenorizada da distribuição da população empregada, residente no Concelho do Entroncamento e no Médio Tejo, pelos vários níveis de escolaridade – ver Fig. 11, constata-se que comparativamente com o Médio Tejo o concelho apresenta percentagens superiores de população empregada nos três níveis mais elevados de escolaridade, sendo de notar que esta discrepância é ainda mais notória no ensino superior. Também na taxa de analfabetismo se denota uma forte diferenciação do Concelho do Entroncamento face aos valores apresentados a nível regional e pelos restantes concelhos da sub-região. O Concelho registava, em 2011, uma taxa de analfabetismo de 2,6 %, a mais reduzida do Médio Tejo e muito inferior à média da subregião (5,8%) – ver fig.12.

[2] Câmara Municipal do Entroncamento (2009), Estratégia de Desenvolvimento 2020 e Plano de Ação 2013 para o Concelho do Entroncamento.

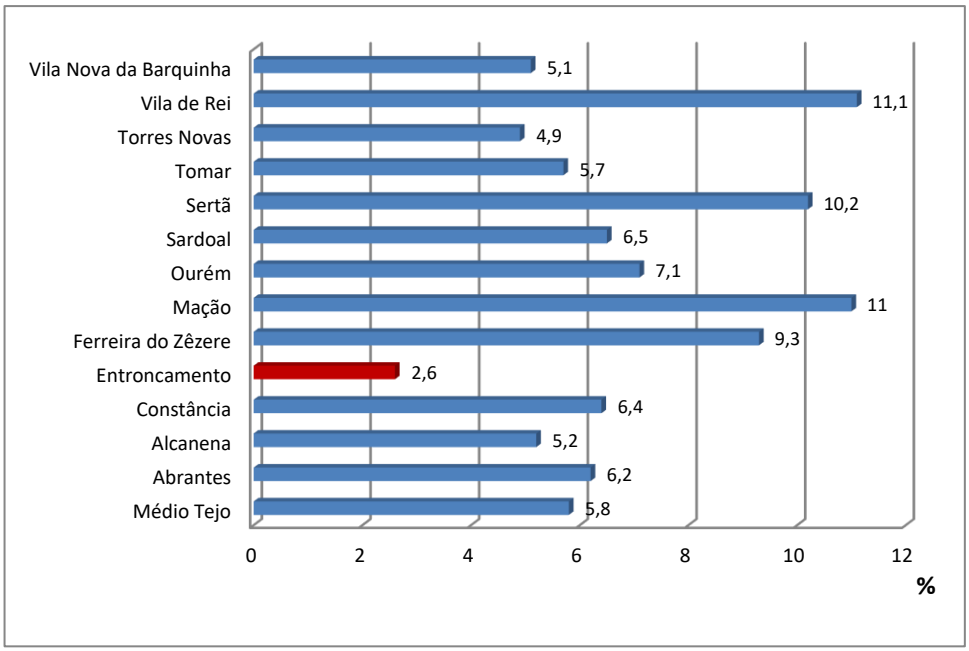


Figura 12. Taxa de Analfabetismo nos concelhos do Médio Tejo em 2011 | Fonte: INE, Censos

Importa aferir se estas características ao nível das habilitações literárias se repercutiam numa situação igualmente favorável ao nível do emprego.

Unidade Territorial	Taxa de atividade (%)	Taxa de emprego (%)	Taxa de desemprego (%)
Centro	45,4	46,8	11,0
Médio Tejo	50,0	44,6	10,7
Abrantes	42,5	42,0	13,6
Alcanena	46,5	48,5	9,8
Constância	45,6	47,9	11,0
Entroncamento	**48,4**	**51,7**	**10,5**
Ferreira do Zêzere	38,5	40,6	7,9
Mação	37,3	33,7	9,5
Ourém	45,4	48,6	8,5
Sardoal	40,9	40,8	12,5
Sertã	45,4	40,9	10,0
Tomar	41,4	41,2	13,2
Torres Novas	45,2	47,4	9,6
Vila de Rei	38,1	34,8	8,7
V. Nova da Barquinha	41,3	43,3	9,6

Quadro 7. Diversos indicadores relativos ao emprego nas unidades territoriais do Centro, Médio Tejo e concelhos do Médio Tejo, em 2011 | Fonte: INE, Censos. PORDATA

Em 2011, o Concelho apresentava uma taxa de atividade de 48,4%, a mais elevada do Médio Tejo e superior à média regional (Centro: 45,4%; Médio Tejo: 50%), facto que resultará, sobretudo, de uma estrutura etária menos envelhecida que naquelas unidades territoriais. Esta mesma prevalência verificava-se na taxa de emprego, que no Concelho do Entroncamento era de 51,7% ou seja, em cada 100 residentes no Entroncamento, cerca de 52 encontravam-se empregados, um

valor superior à média regional e do Médio Tejo - ver quadro 7. A taxa de desemprego no Concelho do Entroncamento (10,5%) apresentava um valor intermédio no contexto da subregião, encontrando-se abaixo da média regional e subregional.

O Concelho caracterizava-se assim, por uma população com níveis de escolaridade da população residente empregada acima da média regional e nacional e por um peso da população empregada sobre a população com mais de 15 anos próximo dos 52%. A taxa de desemprego no Concelho do Entroncamento situava-se, em 2011, abaixo das médias regional e subregional mas acima de alguns concelhos da subregião. Os valores de desemprego no Concelho do Entroncamento não se podem dissociar da contração do emprego gerado pelas atividades ferroviárias nos últimos anos neste concelho3.

De referir, neste contexto, que numa situação em que "*o setor ferroviário já não suporta no Entroncamento uma bolsa de emprego de grande dimensão e a transição para uma economia terciária assente nos serviços às famílias e às empresas ainda não está completa (nomeadamente os serviços que adotam a temática ferroviária mas não estão incluídos na "fileira" dos transportes, como por exemplo serviços na área do designe software) justifica-se o posicionamento do Entroncamento como "emissor líquido" de mão de obra para os concelhos vizinhos*."4

O Concelho apresentava, em 2011, uma das mais elevada taxas de atração total5 do Médio Tejo (13,7%) e superior à média regional - ver quadro 9. Para estes valores terão contribuído, conjuntamente com os níveis de acessibilidade, as características do mercado imobiliário, pois "*(…), os valores das avaliações bancárias efetuadas aquando da concessão de crédito hipotecário indiciam que o Entroncamento manteve durante um longo período um preço por m2mais baixo que o registado noutras cidades do Médio Tejo, nomeadamente Torres Novas e Tomar."6*

[3]Para informação mais detalhada quanto à evolução destas atividades vede Capítulo IV- Atividades Económicas.
[4]Câmara Municipal do Entroncamento (2009), Estratégia de Desenvolvimento 2020 e Plano de Ação 2013 para o Concelho do Entroncamento.
[5]Taxa de atração total – Relação entre a população residente que 5 anos antes residia noutra unidade territorial ou noutro país.
[6]Câmara Municipal do Entroncamento (2009), Estratégia de Desenvolvimento 2020 e Plano de Ação 2013 para o Concelho do Entroncamento.

Concelho	Taxa de atração total (%)
Abrantes	5,4
Alcanena	6,7
Constância	11,1
Entroncamento	**13,7**
Ferreira do Zêzere	8,4
Mação	7,6
Ourém	6,7
Sardoal	8,9
Sertã	6,0
Tomar	6,9
Torres Novas	8,0
Vila de Rei	14,7
V. Nova da Barquinha	11,7

Quadro 8. Taxa de atração total nos concelhos do Médio Tejo em 2011 | Fonte: INE, Censos

Além destes aspetos, o Concelho do Entroncamento apresenta ainda o poder de compra da população residente como outro fator distintivo face aos concelhos envolventes. De acordo com os dados dos Censos de 2011, o poder de compra concelhio estava acima da média regional e era o mais elevado do Médio Tejo – quadro 10.

Unidade Territorial	**Indicador per Capita**
Portugal	100,00
Centro	87,49
Abrantes	86,75
Alcanena	81,48
Constância	87,92
Entroncamento	**109,82**
Ferreira do Zêzere	62,81
Mação	61,72
Ourém	80,96
Sardoal	68,45
Sertã	70,52
Tomar	85,14
Torres Novas	94,99
Vila de Rei	58,11
Vila Nova da Barquinha	71,23

Quadro 9. Indicador per Capita do Poder de Compra, em 2011 | Fonte: INE, Censos

3. Atividades Económicas

3.1. Introdução

O modelo de organização do território a definir nos PDM deve basear-se numa caracterização detalhada do território municipal que foque, de entre outros aspetos, a realidade económica do Concelho. Apenas no pleno conhecimento desta matéria se pode traçar os objetivos de desenvolvimento estratégico a prosseguir e os critérios de sustentabilidade a adotar no quadro do desenvolvimento e execução do ato de planear. Neste contexto, o presente volume constitui a análise e diagnóstico da economia no Concelho do Entroncamento, sendo objeto de estudo a estrutura económica e empresarial do município e a relação das atividades com o território em que se integram.

3.2. Metodologia

Em virtude da diversidade e da complexidade da informação estatística utilizada para a elaboração deste capítulo considerou-se pertinente a elaboração da presente nota metodológica, a qual pretende explanar acerca da informação de base utilizada e o modo de tratamento da mesma. Descrevem-se de seguida as entidades / fontes de produção estatística utilizadas, o tipo de informação e algumas limitações, ou aspetos a ter em atenção, relativamente a cada fonte ou tipo de informação.

1. **INE – Instituto Nacional de Estatística** (*Departamento de Estatísticas Económicas – Serviço de Estatísticas das Empresas*) – foi utilizada a informação não publicada, cuja fonte é o Sistema de Contas Integradas das Empresas, respeitante à unidade territorial em estudo (Concelho do Entroncamento), para a CAE Rev.3 a dois dígitos. Esta fonte de informação permite estimar o universo das unidades empresariais existentes e em atividade, dividido entre empresários em nome individual e sociedades7, com sede no território em apreço, bem como o emprego e o volume de negócios, apenas para esta última classificação.

Foi solicitada a mesma informação relativa a 2001 e 2004, contudo para estes anos só existe a informação publicada nos Anuários Estatísticos Regionais, tendo sido esta a fonte utilizada para os dados relativos às unidades territoriais do Médio Tejo e concelhos que a integram, para os anos de 2001, 2004, 2007 e 2009. A análise dos dados estatísticos terá de considerar que existem questões subjacentes à qualidade dos dados de base, de seguida explicitadas:

[7] Unidades empresariais coletivas seja qual for a sua forma jurídica.

a) As variáveis emprego e volume de negócios encontram-se sujeitas a segredo estatístico quando o número de unidades empresariais é inferior a três, de forma a salvaguardar os legítimos interesses privados;

b) Alguns dos dados estatísticos são reportados à sede social, como é o caso do Valor Acrescentado, pelo que se optou por não utilizar este tipo de indicador uma vez que não permite uma análise segura da produção no Concelho.

De referir que foi ainda utilizada informação do Recenseamento Geral da População e da Habitação (RGPH) de 2011.

2. **GEP – MTSS (Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social)** – *Quadros de Pessoal* – foi utilizada a informação não publicada, para as unidades territoriais em análise, para os anos de 2000, 2005 e 2009 (CAE 2ª Revisão), a três dígitos, para as variáveis empresas, estabelecimentos e emprego, com um conjunto de estratificações. A utilização desta fonte de informação permite responder às limitações anteriormente levantadas face à outra grande fonte de informação estatística, o INE, levantando-se, contudo, um outro conjunto de questões pertinentes.

3. A principal questão prende-se com a representatividade dos dados face ao universo empresarial, uma vez que, face à metodologia de base de obtenção dos dados - inquéritos cuja resposta é obrigatória apenas às empresas/sociedades (apesar desta obrigatoriedade, muitas das vezes uma percentagem relativamente elevada de inquiridos não responde) - são deixados de fora os empresários em nome individual, bem como se verifica a existência de alguns problemas ao nível dos setores da agricultura (pouco representativo no Concelho do Entroncamento) e da administração pública.

Perante estes constrangimentos, optou-se por uma combinação das duas fontes de informação tentando colmatar as falhas que estas apresentam. De salientar, no entanto, que uma grande lacuna se manteve, nomeadamente ao nível das atividades relacionadas com a administração pública, aspeto que se apresenta claramente deficitário, só se podendo ultrapassar, em parte, no setor do emprego, com a informação disponibilizada pelos Censos, em termos de dimensão do mercado de emprego local, salientando que em termos de análise da estrutura empresarial se privilegiaram as características do tecido económico e dinâmicas internas.

Para complemento da análise, nomeadamente aquando da decomposição sectorial, fez-se recurso a outras tipologias de informação, nomeadamente do INE - Anuário Estatístico Regional da Região Centro -, que sistematiza a informação estatística a nível territorial e setorial.

3.3. Território e Atividade Económica

As particularidades do Concelho do Entroncamento expressam-se na distribuição geográfica e na tipologia de atividades económicas do mesmo.

Ao contrário de grande parte dos Concelhos que o envolvem, em que a ocupação do território e atividades que em sequência se desenvolvem são maioritariamente ligadas ao mundo rural, pontuando depois áreas dedicadas a usos dos outros setores de atividades económicas, no Concelho do Entroncamento, a sua dimensão e a sua ocupação maioritariamente com usos urbanos, inverte esta hierarquização de usos, conforme espelha a figura inscrita na página seguinte. Estamos por tal em presença de uma distribuição de atividades e dum peso relativo das mesmas no território distinto dos que caracterizam a envolvente, claramente dominado por usos do terciário, de apoio a uma sociedade urbana, em que as atividades do secundário e do primário ocupam posições marginais no território - ver Fig. 13.

A génese do desenvolvimento urbano da cidade do Entroncamento assenta na sua crescente importância como nó ferroviário, a par com o seu papel como sede de instalações de apoio à atividade ferroviária. Assim sendo, as infraestruturas ferroviárias são, cumulativamente, apoio ao desenvolvimento urbano e às atividades económicas e atividade *per si*, empregadora de ativos e produtora de meios e de recursos. Também a presença de instalações militares tem, ainda hoje, reflexo na economia local, sobretudo pelo *apport* de população presente que, obviamente, utiliza os serviços existentes na cidade. Justifica-se, por tal, a presença de ambas as estruturas numa planta de atividades económicas. Ainda no que respeita às infraestruturas de suporte ao desenvolvimento urbano e económico do Concelho, sobressai no quadro das acessibilidades o serviço prestado pela A23 / IP6, com dois nós de apoio à cidade do Entroncamento.

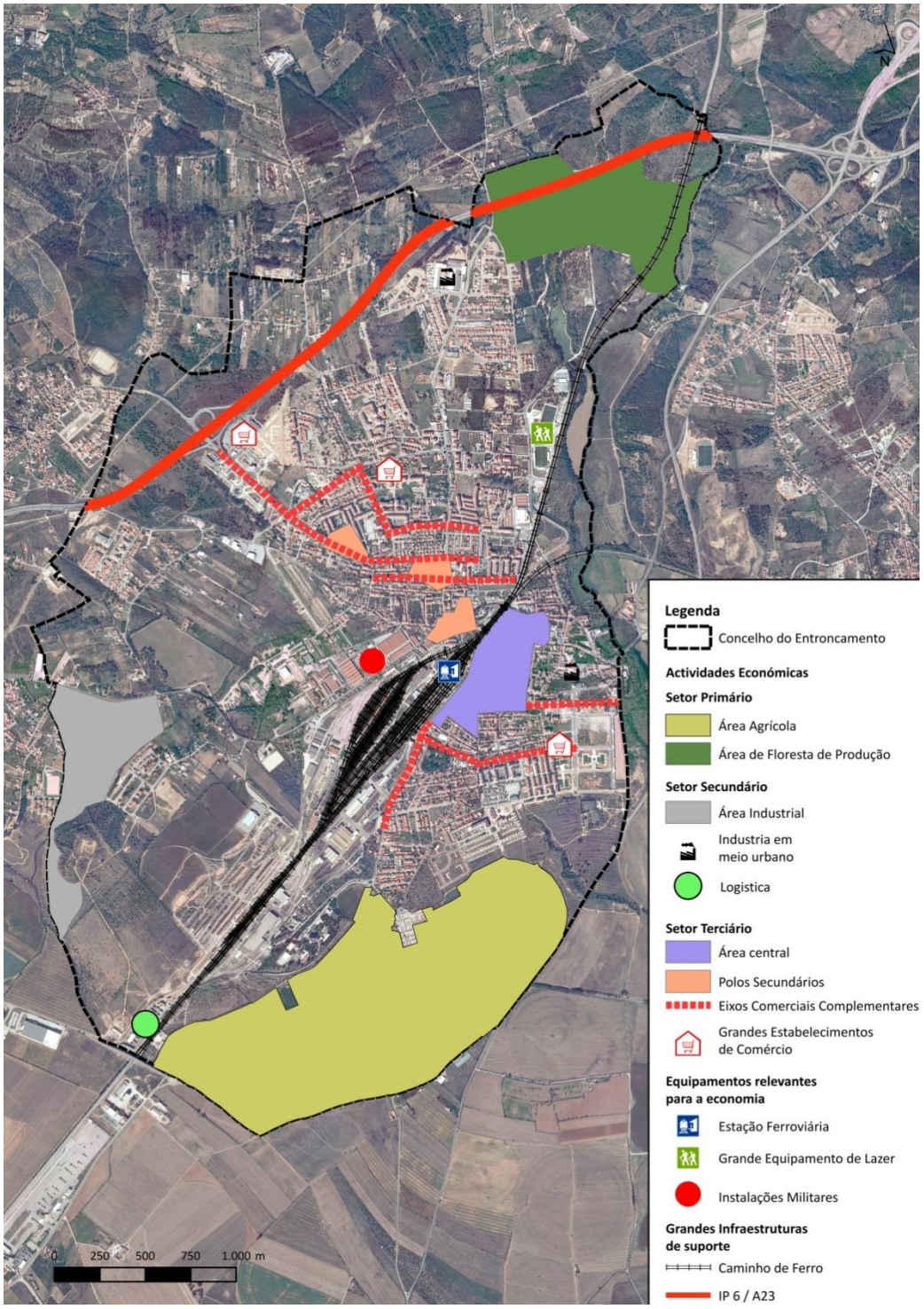


Figura 13. Distribuição espacial das principais áreas de atividades económicas | Fonte: Dados próprios; Ortofotomapas - DGT (2010)

O desenvolvimento do Entroncamento teve a sua génese urbana na envolvente e na dependência do desenvolvimento do *hub* ferroviário, principalmente a Este da linha de caminho de ferro, área onde se localiza, ainda hoje, o centro urbano da cidade do Entroncamento. Nesta área ocorre a concentração de serviços centrais, tais como as instalações da CM do Entroncamento ou o tribunal, assim como, das atividades comerciais tradicionais de um centro urbano - ver figura 14.

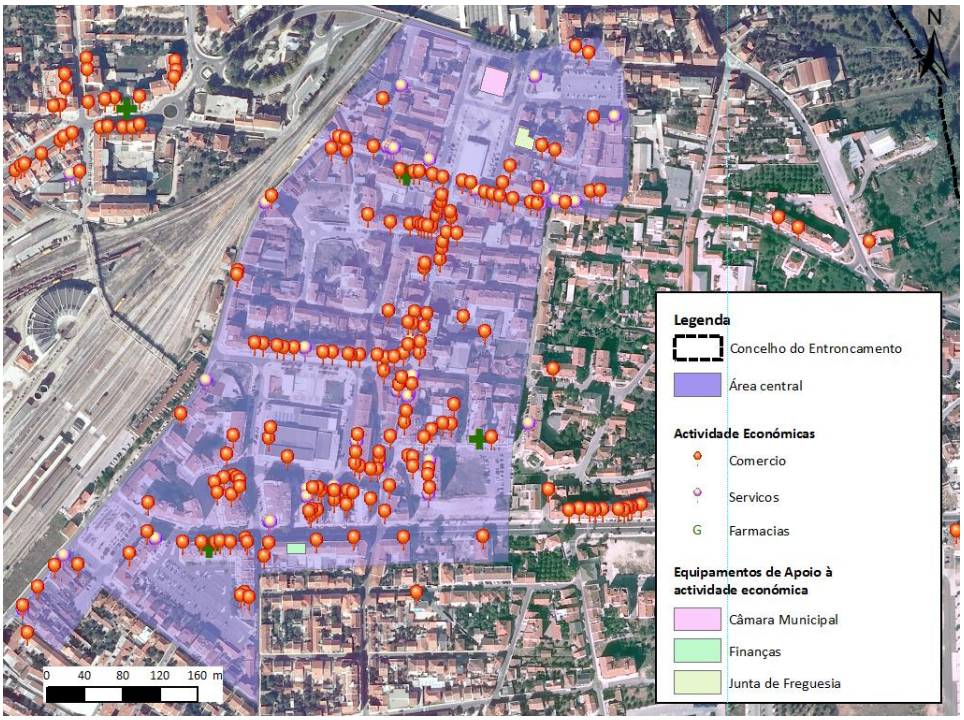


Figura 14. Atividades Económicas e principais equipamentos na área central do Entroncamento | Fonte: Dados próprios; Ortofotomapas- DGT (2010)

O crescimento da cidade, condicionado a Sul pela ocupação agrícola do solo, pela dimensão da propriedade e, mais recentemente, pela sujeição dessas mesmas áreas a condicionantes legais, tem-se dirigido para Norte, alavancado pela abertura do IP6 / A23, que se tornou o primeiro meio de acessibilidade rodoviária às áreas a sul do Concelho.

A conjugação de todos estes fatores determinou o desenvolvimento de pólos secundários de apoio à zona central do Entroncamento e a constituição de eixos viários onde também se centram um conjunto de atividades e funções urbanas. Da leitura do "mapa" de ocupação do território concelhio pelas diversas atividades económicas destaca-se um conjunto de aspetos a que se deve atentar:

- A atividade comercial, além do centro da cidade do Entroncamento e de eixos viários que se constituem como polos secundários de apoio à zona central, é ainda apoiada em unidades comerciais de dimensão relevante, localizadas junto aos principais eixos de comunicação da cidade, mas fora do seu centro urbano.
- O desenvolvimento da atividade industrial centra-se na zona industrial do Entroncamento, criada para tal efeito, sendo rara a dispersão de indústria pela cidade, sendo que, cumulativamente assistiu-se, ainda recentemente, à abertura de instalações logísticas apoiadas no modo ferroviária, um tanto ou quanto em prolongamento das instalações da TVT (Terminal Multimodal do Vale do Tejo).

- As atividades agrícolas centram-se no quarto sul do Concelho, com atividades agrícolas diversas, na área designada por Campos do Entroncamento e a norte com exploração de floresta de crescimento rápido.

Assinalar por fim o Parque do Bonito, que pode ser âncora de desenvolvimento de atividades de lazer, não servindo tão somente o Concelho mas também a envolvente, e cuja dimensão, características de equipamentos e de enquadramento paisagístico certamente potenciam a sua utilização como recurso turístico.

3.4. Estrutura Empresarial

Antes de efetuar uma caracterização global da estrutura económica do Concelho do Entroncamento, importa enquadrar o município na subregião do Médio Tejo no sentido de perceber qual a sua relevância no contexto regional.

Unidade Territorial	Unidades Empresariais	Emprego	Volume de Negócios das Sociedades (€)
Médio Tejo	**20 372**	**77182**	**5 722 490**
Entroncamento	1 809	8041	333 392
Peso do Entroncamento	8,9 %	10,4 %	5,8%

Quadro 10. Comparação da estrutura empresarial do Entroncamento e do Médio Tejo em 2009 | Fonte: INE (2010), Anuário Estatístico da Região Centro - 2009

O Concelho do Entroncamento assume, em termos económicos, um papel de relativa importância na subregião do Médio Tejo, sendo que concentra 8,9% das unidades empresariais da subregião, as quais geram um volume de negócios que representa apenas 5,8% do total desta NUTS III – ver quadro 10. Constata-se, assim, que o volume de negócios concelhio assume um peso menos significativo no contexto da sub-região que o verificado em termos do quantitativo de unidades empresariais com sede no concelho. Contrariamente, o emprego8 associado a estas unidades empresariais equivale a 10,6% do volume de emprego da sub-região.

Os factos expostos poderão resultar de um tecido empresarial ainda pouco consolidado, que, tendo-se baseado inicialmente em atividades ligadas ao setor ferroviário, apresenta fragilidades relacionadas com o facto de a transição para uma economia terciária assente nos serviços às empresas e às famílias ainda não estar completa, verificando-se mesmo um cenário de fraca densidade do comércio e dos serviços na cidade do Entroncamento.

O tecido empresarial do Concelho do Entroncamento era constituído, em 2009, por um total de 1 809 empresas, com os empresários em nome individual a representarem grande parte desse universo (74%). Estas 1 809 unidades empresariais representam, em termos evolutivos um aumento de cerca de 21% relativamente ao início da década (ano 2000), o qual resultou de uma evolução positiva, mas irregular, quer dos empresários em nome individual quer do número de sociedades - ver Fig.15, tendo sido estas últimas as que apresentaram uma maior variação (aumento de cerca de 29,4%). De notar que esta evolução mostra um comportamento que contraria a tendência de redução da atividade económica registada um pouco por todo o território nacional nos últimos anos.

[8]Dada a inexistência de dados estatísticos relativos ao emprego nos empresários em nome individual, para a contabilização do volume de emprego, considerou-se a soma do pessoal ao serviço nas sociedades com sede no Concelho com um trabalhador por cada empresário em nome individual.

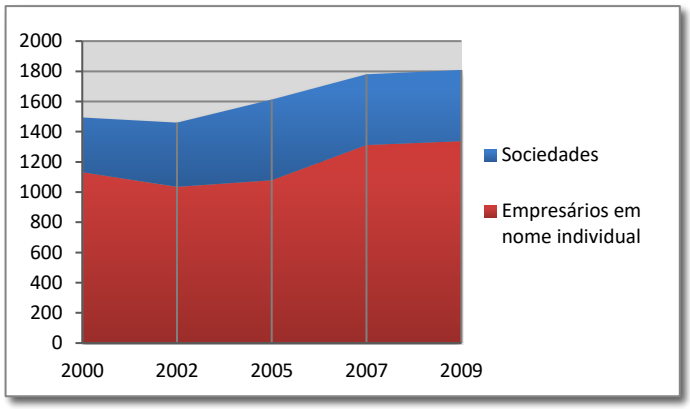


Figura 15. Evolução do número de unidades empresariais no Concelho do Entroncamento | Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo; Anuários Estatísticos da Região Centro.

O acréscimo no número de unidades empresariais com sede no concelho de Entroncamento traduziu-se num aumento bastante mais significativo do volume de emprego (51%) e do volume de vendas das sociedades (41%), que vai ao encontro da evolução registada na sub-região do Médio Tejo, 57% e 41% respetivamente - ver Fig. 16.

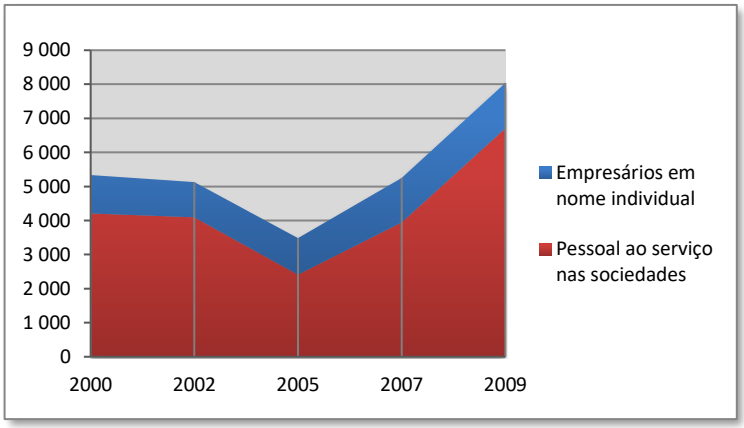


Figura 16. Evolução do volume de emprego nas unidades empresariais com sede no Concelho do Entroncamento | Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo; Anuários Estatísticos da Região Centro.

O incremento do volume global de emprego em cerca de 51%, considerando ambas as tipologias de empresas, revela uma crescente capacidade de criação de emprego no Concelho. Este concentra-se maioritariamente nas sociedades, nas quais se registou um aumento de 59,4% do pessoal ao serviço no período em análise, consequência de duas situações: aumento do quantitativo de sociedades sediadas no concelho e do número médio de trabalhadores ao serviço nas sociedades. O aumento do número de sociedades no Concelho também teve claras repercussões na evolução do volume de negócios gerado pelas sociedades no período considerado, que em 2009 atingiu cerca de 332 392 000 euros - ver Fig.17 -, representando, como já referido, um crescimento de 41% em relação ao ano 2000.

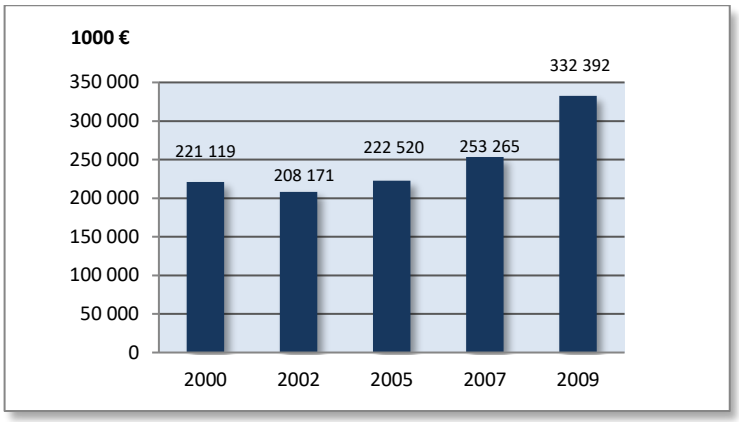


Figura 17. Evolução do volume de vendas das sociedades com sede no Concelho do Entroncamento | Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo; Anuários Estatísticos da Região Centro.

A estrutura empresarial do Concelho do Entroncamento caracteriza-se por uma forte predominância das micro unidades empresariais (1 a 9 trabalhadores), que no ano de 2009 representavam 88,2 % do total dos estabelecimentos e 30,4% do emprego - ver figura 18 e quadro 12 -, uma estrutura que se tem vindo sensivelmente a manter no período em análise (desde o ano 2000). De salientar ainda que 74% dos estabelecimentos têm menos de 5 trabalhadores.

O largo predomínio das Pequenas e Médias Empresas (PME)9, característica da estrutura empresarial do país é, no Concelho do Entroncamento, ainda mais marcante, sendo que os estabelecimentos cujo número de trabalhadores é igual ou inferior a 250 trabalhadores tinham, em 2009, uma representatividade de 99,5 %, sendo responsáveis por 75,9% do emprego.

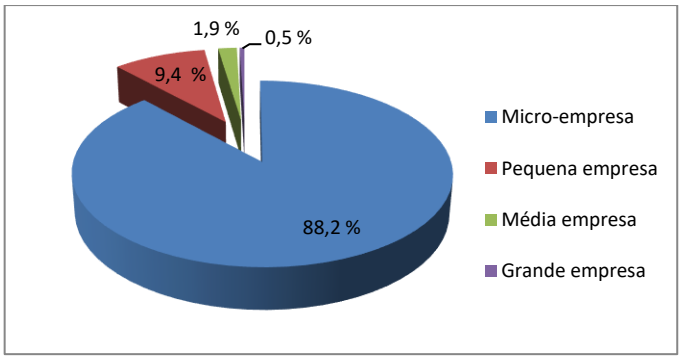


Figura 18. Distribuição dos estabelecimentos pelos escalões dimensionais no Concelho do Entroncamento, em 2009 | Fonte: GEP /MTSS - SISED / Quadros de Pessoal

[9]Definição de PME segundo a Recomendação 2003/361/CE, atendendo apenas ao nº de trabalhadores: micro-empresa – até 9 trab; pequena empresa – até 49 trab; média empresa - até 250 trab.

Os estabelecimentos com mais de 250 trabalhadores eram, em 2009, apenas três, correspondendo a 24,1 % dos trabalhadores ao serviço nos estabelecimentos - ver quadro 12.

Escalão de Dimensão (trab.)	2000		2005		2009	
	Estab.	Emprego	Estab.	Emprego	Estab.	Emprego
De 1 a 4	403	763	511	968	473	906
De 5 a 9	84	539	97	592	89	580
De 10 a 19	42	560	44	597	41	552
De 20 a 49	17	501	18	536	19	582
De 50 a 99	5	318	5	340	9	596
De 100 a 149	1	102	3	364	1	146
De 150 a 199	1	170	1	194	2	351
De 200 a 249	0	0	1	200	0	0
De 250 a 499	1	349	1	414	2	517
De 500 a 999	2	1515	1	525	1	663
Mais de 1000	0	0	0	0	0	0
TOTAL	**556**	**4817**	**682**	**4730**	**637**	**4893**

Quadro 11. Distribuição evolutiva da estrutura empresarial por escalão dimensional dos estabelecimentos (nº de trabalhadores) no Concelho do Entroncamento | Fonte: GEP /MTSS - SISED / Quadros de Pessoal

Outro aspeto que importa analisar é a distribuição do capital social na estrutura empresarial do concelho pois permite determinar a origem do investimento e a sua importância. De acordo com os dados do GEP / MTSS – Quadros de Pessoal, o capital social das empresas é, na sua totalidade, privado, à exceção de uma empresa na área de Fabricação e Reparação de Material Circulante para Caminhos de Ferro, a EMEF, cujo capital social, como sabido, é 100% público.

Constata-se igualmente que existe uma total ausência de capital de origem estrangeira nas empresas do Concelho do Entroncamento. Assim sendo, se por um lado o Entroncamento assume características diferenciadoras no contexto nacional, pela sua ligação ao setor ferroviário, por outro, insere-se numa região que não terá projeção suficiente para captar investimento estrangeiro, cuja ausência poder-se-á justificar pelo facto de este se tratar de um concelho essencialmente urbano, o que restringe o leque de atividades passíveis de se instalarem no território municipal.

Efetuada a análise da estrutura empresarial na sua globalidade e nas suas características mais marcantes, interessa agora fazer uma leitura que permita concluir acerca da importância relativa das diferentes atividades económicas. Da análise do número de empresários em nome individual - ver quadro 13 - constata-se que estes concentram-se nas atividades incluídas nas CAE: *G - Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis, motociclos e de bens de uso pessoal e doméstico*, *P – Educação* e *S – Outras atividades*.

CAE	2007		2009	
	Nº	%	Nº	%
A- Agricultura e Pesca	2	0,2%	2	0,1%
B - Indústrias Extrativas	0	0,0%	0	0,0%
C - Indústrias Transformadoras	35	2,7%	35	2,6%
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria	0	0,0%	0	0,0%
E - Captação e tratamento de água	0	0,0%	0	0,0%
F- Construção	44	3,4%	40	3,0%
G- Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico	296	22,6%	281	21,0%
H- Transportes e armazenagem	8	0,6%	6	0,4%
I- Alojamento, restauração e similares	95	7,3%	88	6,6%
J- Atividades de informação e de comunicação	15	1,1%	10	0,7%
K- Atividades financeiras e de seguros	0	0,0%	0	0,0%
L - Atividades imobiliárias	2	0,2%	3	0,2%
M - Atividades de consultoria científica técnicas e similares	154	11,8%	149	11,1%
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	56	4,3%	51	3,8%
O - Administração publica e defesa	0	0,0%	0	0,0%
P - Educação	180	13,7%	194	14,5%
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	110	8,4%	132	9,9%
R - Atividades artísticas de espetáculos, desportivas e recreativas	49	3,7%	46	3,4%
S - Outras atividades	264	20,2%	301	22,5%
TOTAL	**1.310**	100,0%	**1.338**	100,0%

Quadro 12. Empresários em nome individual segundo a CAE no Concelho do Entroncamento | Fonte: INE

Os dados constantes nos Quadros de Pessoal do MTSS demonstram que a estrutura económica do Concelho é claramente dominada pelo setor do Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico, no que respeita ao número de empresas com sede no Concelho do Entroncamento e ao número de estabelecimentos, nos anos de 2000, 2005 e 2009 - ver Quadros 14 e 15.

CAE		Empresas		Estabelecimentos		Emprego	
		2000	2005	2000	2005	2000	2005
A- Agricultura, Produção Animal,	Nº	2	2	4	3	29	9
Caça e Silvicultura	%	0,5	0,4	0,8	0,4	0,6	0,2
B- Pesca	Nº	0	0	0	0	0	0
	%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
C- Indústrias Extrativas	Nº	0	0	0	0	0	0
	%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
D- Indústrias Transformadoras	Nº	33	38	43	54	1321	1098
	%	8,1	7,7	8,6	7,9	27,5	23,8
E- Produção e Distribuição de Eletricidade, Gás e Água	Nº	0	1	2	1	19	7
	%	0,0	0,2	0,4	0,1	0,4	0,2
F- Construção	Nº	28	46	31	51	389	379
	%	6,9	9,3	6,2	7,5	8,1	8,2
G- Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico	Nº	182	174	272	281	922	1090
	%	44,9	35,1	54,4	41,3	19,2	23,6
H- Alojamento e Restauração	Nº	60	68	65	81	183	248
	%	14,8	13,7	13,0	11,9	3,8	5,4

I - Transportes, Armazenagem e Comunicações	Nº	12	19	16	24	1224	860
	%	3,0	3,8	3,2	3,5	25,5	18,6
J-Atividades Financeiras	Nº	2	3	13	13	81	76
	%	0,5	0,6	2,6	1,9	1,7	1,6
K- Atividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	Nº	32	59	39	68	145	215
	%	7,9	11,9	7,8	10,0	3,0	4,7
M- Educação	Nº	6	12	1	18	143	155
	%	1,5	2,4	0,2	2,6	3,0	3,4
N- Saúde eAção Social	Nº	17	26	14	34	274	356
	%	4,2	5,2	2,8	5,0	5,7	7,7
O- Outras Atividades de Serviços Coletivos, Sociais e Pessoais	Nº	31	48	0	52	76	119
	%	7,7	9,7	0,0	7,6	1,6	2,6
TOTAL	Nº	405	496	500	680	4806	4612
	%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Quadro 13. Desagregação setorial das empresas, dos estabelecimentos e do emprego no Concelho do Entroncamento, nos anos 2000 e 2005, por atividade económica | Fonte: GEP /MTSS - SISED / Quadros de Pessoal

Embora se registe um decréscimo da sua importância relativa, o setor do comércio detinha, em 2009, 34,3% das empresas e 38,7% dos estabelecimentos. Note-se, contudo, que a predominância no número de empresas nesta área é justificada, em parte, pela natureza destas atividades, com predomínio das microempresas.

CAE		**2009**		
		Empresas	**Estabelec.**	**Emprego**
A- Agricultura e Pesca	**Nº**	1	3	10
	%	0,2	0,5	0,2
B - Indústrias Extrativas	**Nº**	0	0	0
	%	0,0	0,0	0,0
C - Indústrias Transformadoras	**Nº**	33	45	1109
	%	7,0	7,1	23,0
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria	**Nº**	1	1	9
	%	0,2	0,2	0,2
E - Captação e tratamento de água	**Nº**	0	0	0
	%	0,0	0,0	0,0
F- Construção	**Nº**	42	45	389
	%	8,9	7,1	8,1
G- Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico	**Nº**	162	246	1037
	%	34,3	38,7	21,5
H- Transportes e armazenagem	**Nº**	14	18	535
	%	3,0	2,8	11,1
I- Alojamento, restauração e similares	**Nº**	66	74	181
	%	14,0	11,7	3,7
J- Atividades de informação e de comunicação	**Nº**	5	7	23
	%	1,1	1,1	0,5
K- Atividades financeiras e de seguros	**Nº**	4	18	84
	%	0,8	2,8	1,7
L - Atividades imobiliárias	**Nº**	21	22	76
	%	4,4	3,5	1,6
M - Atividades de consultoria científica técnicas e similares	**Nº**	39	45	127
	%	8,3	7,1	2,6
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	**Nº**	9	11	428
	%	1,9	1,7	8,9
P - Educação	**Nº**	13	19	244
	%	2,8	3,0	5,1
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	**Nº**	22	34	437

	%	4,7	5,4	9,0
R - Atividades artísticas de espetáculos, desportivas e recreativas	**Nº**	6	6	14
	%	1,3	0,9	0,3
S - Outras atividades	**Nº**	34	41	127
	%	7,2	6,5	2,6
TOTAL	**Nº**	472	635	4830
	%	**100**	**100**	**100**

Quadro 14. Empresas com sede no Concelho do Entroncamento, estabelecimentos e emprego, no ano de 2009, por atividade económica | Fonte: GEP /MTSS - SISED / Quadros de Pessoal

Também os setores do *Alojamento e Restauração*, da *Industria Transformadora e das Atividades Imobiliárias, Alugueres e Serviços Prestados às Empresas* assumiram, nos anos 2000 e 2005, um papel significativo na estrutura empresarial concelhia, embora com valores bastante mais reduzidos. Em 2009 a *Construção* surgiu como a terceira atividade mais significativa no que respeita ao número de empresas sediadas no Concelho (8,9%) e ao número de estabelecimentos (7,1%). Este valor poderá, entretanto, ter sofrido alterações dadas as circunstâncias recessivas, em que se encontra esta atividade no país.

Se considerarmos o emprego como variável de análise da importância relativa das atividades económicas, as conclusões diferem das anteriores, na medida em que cada atividade, pelas características que lhe são inerentes, possui diferentes necessidades de mão de obra. O setor das *Indústrias Transformadoras* empregava, nos três anos em análise, o maior número de pessoas ao serviço, variando a sua importância relativa de 27,5%, em 2000, para 23% no ano de 2009. Além desta atividade destacavam-se, nos anos de 2000 e 2005, as *de Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis, Motociclos e de Bens de Uso Pessoal e Doméstico*, e de *Transportes, Armazenagem e Comunicações*.

Uma última análise tendente à verificação do relevo do emprego na atividade ferroviária. Conforme dados recolhidos constata-se uma diminuição do volume de emprego entre 2000 e 2007 e da relevância do emprego nestas atividades no Concelho, que resulta da conjugação de diversos fatores, que passam pela racionalização e automatização dos serviços.

4. Conclusões

O Concelho do Entroncamento surge, no contexto da sub-região do Médio Tejo, como um território com características, em diversos aspetos, distintas da área onde se insere, as quais advêm sobretudo da sua afirmação como um concelho eminentemente urbano, mas também das acessibilidades de que dispõe. O perfil e o comportamento demográfico do Entroncamento nos últimos anos revelam um concelho com elevada concentração populacional e em constante acréscimo demográfico, bem como uma população menos envelhecida face ao panorama regional e nacional, como resultado do elevado nível de atratividade territorial do concelho.

Não obstante um posicionamento favorável face à região no que concerne à qualificação dos recursos humanos, ao poder de compra da população e às taxas de atividade e de emprego, o Concelho do Entroncamento é um território emissor de mão de obra (embora também recetor) e com uma forte integração territorial com os concelhos envolventes, particularmente Torres Novas, e com Lisboa, facto visível nos movimentos pendulares, largamente facilitados pelas acessibilidades ferroviárias.

Sendo este um território cuja génese se centra nas atividades ferroviárias, estas têm vindo a ter uma importância cada vez menor enquanto atividade económica e geradora de postos de trabalho, facto que até ao momento não terá ainda sido totalmente compensado pelo desenvolvimento de outras atividades. Contudo, com uma estrutural empresarial baseada em microempresas centradas maioritariamente no setor do comércio por grosso e a retalho, conjuntamente comeste, os setores dos transportes e armazenagem e da indústria, têm ainda um papel relevante ao nível do emprego.

Espacialmente, o Concelho é marcado pela centralização das atividades terciárias na zona central da cidade e em determinados eixos viários, pela concentração da indústria na zona única zona industrial do Concelho e pelo uso agrícola do solo no quarto sul do seu território.

Siglas e Acrónimos

SIGLAS/ ACRÓNIMOS	LOCUÇÃO
IC	Itinerário Complementar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Itinerário Principal
EN	Estrada Nacional
GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento
MTSS	Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
NUTS	Nomenclaturas de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PDM	Plano Diretor Municipal
PDME	Plano Diretor Municipal do Entroncamento
PME	Pequenas e Médias Empresas
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
SISED	Sistema de Informação sobre Salários, Emprego e Duração do Trabalho
TVT	Terminal Multimodal do Vale do Tejo

Bibliografia

- **Monografias, Estudos e Relatórios**

Câmara Municipal do Entroncamento (2016). *Estratégia de Desenvolvimento 2020 e Plano de Ação para o Concelho do Entroncamento*. CME, Entroncamento.

- **Documentos Eletrónicos**

INE, I.P. (2001/2011). Acedido no website: http://www.ine.pt

PORDATA. (2001/2011). Acedido no website: http://www.pordata.pt



Primeira revisão do PDM do ENTRONCAMENTO

R6 – Dinâmica Demográfica

Versão de fevereiro de 2018 para aprovação em Assembleia Municipal

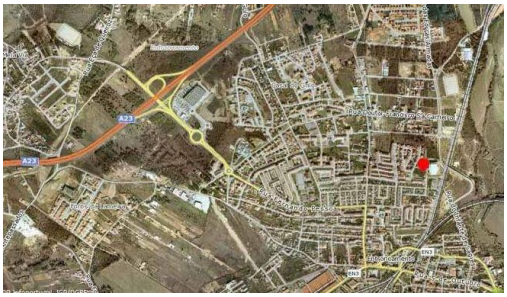
Primeira revisão Plano Diretor Municipal, PDM

Entroncamento









ENTRONCAMENTO
cidade ferroviária

Volume 04

R7 – Desenvolvimento Urbano

[versão para aprovação em Assembleia Municipal] fevereiro 2018

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Índice Geral

1. Introdução 7

Estrutura Fundiária - CAP. I 8

1. Introdução 9

2. Caraterização da Estrutura Fundiária 10

Requalificação e Regeneração Urbana - CAP. II 18

1. Introdução 19

2. Obras de Requalificação do Espaço Público / Regeneração Urbana 20
2.1. Distribuição no Território e Tipologias 20
2.2. Fichas de Caraterização dos Principais Projetos de regeneração / requalificação Urbana 22

Acessibilidades, Transportes Públicos e Movimentos Pendulares - CAP. III 25

1. Introdução 26

2. Rede Rodoviária Concelhia 27
2.1. Estrutura e Hierarquização Atual 27
2.1.1. Rede Fundamental 28
2.1.2. Rede Complementar 29
2.1.3. Rede Municipal 30
2.2. Análise das Acessibilidades Externas 31
2.3. Rede de Estacionamentos Públicos 33
2.4. Principais Dificuldades na Fluidez do tráfego Automóvel 34
2.5. Melhoramentos efetuados e perspetivas de evolução da rede viária 37
2.5.1. Requalificação da rede viária intraconcelhia 37
2.5.2. Projetos de intervenções ao nível da rede viária 39

3. Rede Ferroviária 41

4. Transportes e Mobilidade Suave 43
4.1. Rede Rodoviária - Transporte Público de Passageiros 43
4.1.1. Transportes coletivos interurbanos 43
4.1.2. Transportes coletivos urbanos 44
4.2. Serviço de Táxis 47
4.3. Modos de Mobilidade Suave 47
4.4. Rede Ferroviária - Transporte Público de Passageiros 50

5. Movimentos Pendulares 51
5.1. Introdução 51
5.2. Movimentos Pendulares 51
5.3. Movimentos Pendulares por Meio de Transporte 53
5.4. Tempo Médio de Deslocação 54

Infraestruturas de Desenvolvimento Linear - CAP. IV 55

1. Nota Introdutória e metodológica 56

2. Infraestruturas de Saneamento Básico 58
2.1. Abastecimento de Água 59
2.2. Drenagem e Tratamento de Águas residuais 62
2.2.1. ETAR Municipal do Entroncamento 62
2.2.2. ETAR da Zona Industrial do Entroncamento 63

3. Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos 65

4. Sistemas de Abastecimento de Energia Elétrica de Combustíveis 68

5. Sistema de Telecomunicações 69

6. Rede de Abastecimento de Gás Natural 70

Equipamentos de Utilização Coletiva - CAP. V 71

1. Nota Introdutória 72
1.1. Metodologia 73

2. Equipamentos Administrativos 73
2.1. Administração Central 74
2.2. Administração Local 75

3. Equipamentos Culturais 76
3.1. Equipamentos de Exposição e Cultura 78
3.1.1. Biblioteca Municipal do Entroncamento 78
3.1.2. Centro Cultural do Entroncamento 78
3.1.3. Museu Nacional Ferroviário 79
3.2. Equipamentos de Espetáculos 80
3.2.1. Cineteatro S. João 80
3.3. Equipamentos Comunitários 80
3.3.1. Associação Filarmónica e Cultural do Entroncamento 80

4. Equipamentos Desportivos 81
4.1. Introdução 81
4.2. Sistematização dos Equipamentos Desportivos Situados do Concelho do Entroncamento 83
4.3. Análise da Rede de Equipamentos Desportivos no Entroncamento com Base nas Normas de Programação de Equipamentos Coletivos 87

5. Equipamentos de Ensino 89
5.1. Introdução 89
5.2. Agrupamentos de Escolas 90
5.3. Equipamentos de Ensino Pré-escolar 92
5.4. Equipamentos do 1ºCiclo do Ensino Básico 94
5.4.1. Atividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico 95
5.5. Equipamentos de Ensino do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário 96

6. Equipamentos de Saúde 98
6.1. Introdução 98
6.2. Sistematização dos Equipamentos de saúde Situados do Concelho do Entroncamento 99
6.3. Farmácias 101

6.4. Análise da Rede de Equipamentos de Saúde no Entroncamento com Base nas Normas de Programação de Equipamentos Coletivos 102

7. Equipamentos de Segurança Pública 103
7.1. Introdução 103
7.2. Sistematização dos Equipamentos de Segurança Pública Situados do Concelho do Entroncamento 103
7.2.1. Esquadra da PSP do Entroncamento 103
7.2.2. Quartel dos Bombeiros 104
7.3. Análise da Rede de Equipamentos de Segurança Pública no Entroncamento com Base nas Normas de Programação de Equipamentos Coletivos 106

8. Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social 107
8.1. Introdução 107
8.2. Sistematização dos Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social Situados no Concelho do Entroncamento 107
8.2. Análise da Rede de Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social no Entroncamento com Base nas Normas de Programação de Equipamentos Coletivos 109

9. Outros Equipamentos 110
9.1. Introdução 110
9.2. Cemitério 110
9.3. Recinto Multiusos 110
9.4. ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária 111
9.5. Escola de Música do Orfeão do Entroncamento 112
9.6. Parques Verdes Urbanos 112
9.7. Escola Profissional Gustave Eiffel 113

Habitação - CAP. VI 114

1. Introdução 115

2. Parque Habitacional - Caraterísticas de Ocupação 116
2.1. Introdução 116
2.2. Edifícios e Alojamentos 117
2.3. Época de Construção 120
2.4. Caraterização do Edificado por número de alojamentos, tipologia de ocupação e propriedade 122

3. Cobertura dos Alojamentos por Infraestruturas 126

Conclusões 127

Siglas e Acrónimos 130

Bibliografia 131

Índice de Figuras

Figura 1. Cadastro Rústico no Concelho do Entroncamento | Fonte: CM Entroncamento 11
Figura 2. Projetos de requalificação urbana executados no Entroncamento, desde o II Quadro Comunitário de Apoio 21
Figura 3. Parque do Bonito 22
Figura 4. Equipamentos e Zona Desportiva do Parque do Bonito 23
Figura 5. Perspetivas do Largo José Duarte Coelho 23
Figura 6. Perspetiva da Praça da República 24
Figura 7. Traçado parcial do IP6/ A23 e nós de acesso | Fonte: Plano Rodoviário Nacional 2000; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento 28
Figura 8. Localização do A13 | Fonte: Plano Rodoviário Nacional 2000 29
Figura 9. Perspetiva a partir do Viaduto Eugénio Dias Poitout 34
Figura 10. Entrada Norte do túnel sob a linha de caminho de ferro 34
Figura 11. Passagem de nível na linha da Beira Baixa na cidade do Entroncamento | Dados Próprios 35
Figura 12. Entrada do Entroncamento, vindo do A13 | Dados Próprios 35
Figura 13. Vias com maior volume de tráfego, com problemas de congestionamento e pontos críticos de fluidez de trânsito 38
Figura 14. Projeto da Via Circular 3 | Fonte: www.cm-entroncamento.pt 39
Figura 15. Localização do Entroncamento na Rede Ferroviária Nacional | Fonte: REFEER 41
Figura 16. Perspetiva da Estação de Caminhos de Ferro do Entroncamento | Fonte: REFEER 42
Figura 17. Diagrama das linhas do TURE | Fonte: CM Entroncamento 45
Figura 18. Ciclovia no complexo desportivo do Bonito | Fonte: CM Entroncamento 48
Figura 19. Ponte Pedonal sobre a linha de caminho de ferro na Estação do Entroncamento | Fonte: Entroncamento online 48
Figura 20. Movimentos pendulares nos Concelhos do Médio Tejo (entradas e saídas de população ativa /estudantes, em %) | Fonte: INE (2011) 52
Figura 21. Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares dos Concelhos do Médio Tejo | Fonte: INE (2011) 53
Figura 22. Duração média dos movimentos pendulares dos Concelhos do Médio Tejo (em m) | Fonte: INE (2011) 54
Figura 23. Perímetros de proteção propostos para as captações de água subterrânea no Entroncamento | Fonte: AdLVT. 61
Figura 24. Localização das ETAR existentes no Concelho do Entroncamento e indicação do local previsto para a construção da futura ETAR | Fonte: CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento; CME; 64
Figura 25. Localização dos contentores de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) no Concelho do Entroncamento | Fonte: CME; CIMT, Cartografia de Base 1/10 000 66
Figura 26. Localização dos pontos de recolha seletiva de resíduos no Concelho do Entroncamento | Fonte: CME; CIMT, Cartografia de Base 1/10 000 67
Figura 27. Tribunal do Entroncamento | Fonte: www.google.pt 74
Figura 28. Edifício da Junta de Freguesia de N. Sra. de Fátima | Fonte: CME 75
Figura 29. Exterior das instalações da Biblioteca Municipal do Entroncamento | Fonte: www.allabourportugal.pt 78
Figura 30. Exterior das instalações do Centro Cultural do Entroncamento | Fonte: CME 79
Figura 31. Fachada principal do Museu Nacional Ferroviário | Fonte: www.fmnf.pt 79
Figura 32. Fachada principal do Cineteatro S. João | Fonte: www.allaboutportugal.pt 80
Figura 33. Localização do Complexo desportivo do Bonito sobre ortofotomapa | Fonte: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento 85
Figura 34. Traçado e perspetivas da ciclovia do Entroncamento | Fonte: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento 85
Figura 35. Jardim de Infância da Escola Básica da Zona Verde | Fonte: CM Entroncamento 93
Figura 36. Escola Básica do Bonito | Fonte: CM Entroncamento 94
Figura 37. Escola Básica Dr. Ruy d'Andrade | Fonte: CM Entroncamento 96
Figura 38. Fachada frontal da Escola Secundária do Entroncamento | Fonte: CM Entroncamento (2013) 97

Figura 39. Equipamentos de saúde da Rede Privada (Hospital São João Batista e Unidade de Cuidados Continuados) propriedade da Santa Casa da Misericórdia | Fonte: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento 99
Figura 40. Fachada Lateral da Unidade de Cuidados Continuados do Entroncamento | Extraído de http://www.ramoscatarino.pt 100
Figura 41. Localização da Esquadra da PSP do Entroncamento sobre ortofotomapa | Fonte: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento 104
Figura 42. Localização do quartel dos Bombeiros sobre ortofotomapa | Fonte: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento 105
Figura 43. Lar Fernando Eiró Gomes | Fonte: Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento 108
Figura 44. Lar da Santa Casa da Misericórdia | Fonte: Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento 108
Figura 45. Localização sobre ortofotomapa do recinto multiusos do Entroncamento | Fonte: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento 111
Figura 46. Localização sobre ortofotomapa da ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária | Fonte: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento 111
Figura 47. Imagens da ESER do Entroncamento | Fonte: Portal da Educação (http://portal.cm-entroncamento.maiseducacao.pt) 111
Figura 48. Perspetiva do Parque José Pereira Caldas | Fonte: www.Entroncamentoonline.pt 112
Figura 49. Fachada da Escola Profissional Gustave Eiffel | Fonte: http://www.gustaveeiffel.pt/ 113
Figura 50. Número de edifícios e de alojamentos nas secções estatísticas da freguesia de Nossa Sr.ª de Fátima, em 2011 | Fontes: INE, *Censos* 2011; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento 118
Figura 51. Número de edifícios e de alojamentos nas secções estatísticas da freguesia de São João Batista, em 2011 | Fontes: INE, *Censos* 2011; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento 119
Figura 52. Número de edifícios no Concelho do Entroncamento, por época de construção (em %) | Fontes: INE, Censos 2011 120
Figura 53. Intensidade da função residencial, em 2011 | Fonte: INE, *Censos* 2011 123
Figura 54. Percentagem de alojamentos familiares clássicos segundo a forma de ocupação, em 2011 | Fonte: INE, Censos 2011 124

Índice de Quadros

Quadro 1 - Tipos síntese de cadastro no Entroncamento e características 13
Quadro 2. Distâncias do Entroncamento a locais apoiados na A1, na A23, na envolvente e no litoral | Fonte: Distâncias obtidas através da pesquisa de percursos em https://maps.google.pt 32
Quadro 3. Carreiras que estabelecem a ligação do Entroncamento aos concelhos limítrofes | Fonte: Rodoviária do Tejo, dados disponíveis em www.rodotejo.pt 43
Quadro 4. Percursos ferroviários com paragem no Entroncamento | Fonte: CP, dados disponíveis em www.cp.pt 50
Quadro 5. Infraestruturas de abastecimento de água no Concelho do Entroncamento | Fonte: CM Entroncamento – Proteção Civil; AdC (2006), Estudos Técnicos 59
Quadro 6. Características do sistema de abastecimento de água "em alta" no Entroncamento | Fonte: CM Entroncamento – Proteção Civil 60
Quadro 7. Características da rede de drenagem de águas residuais do Concelho do Entroncamento | *Fonte: CM Entroncamento* 62
Quadro 8. Classificação dos Equipamentos Culturais – Tipologias 76
Quadro 9. Equipamentos Culturais no Concelho do Entroncamento | Fonte: CM Entroncamento 76
Quadro 10. Equipamentos Desportivos no Concelho do Entroncamento | Fonte: CM Entroncamento (2012) 83
Quadro 11. Outras instalações desportivas no Concelho do Entroncamento | Fonte: CM Entroncamento (2012) 84
Quadro 12. Equipamentos Associativos do Concelho do Entroncamento | Fonte: CM Entroncamento (2012) 86
Quadro 13. Critérios de Previsão de Equipamentos Desportivos | Fonte: Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos (DGT) 87

Quadro 14. Dotação de equipamentos face ao normativo da DGOTDU | Fonte: CM Entroncamento 88
Quadro 15. Agrupamentos de Escolas (Ano Letivo 2014-2015) | Fonte: Setor da Educação da CME 91
Quadro 16. Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar (Ano Letivo 2014-2015) | Fonte: Setor da Educação da CME 92
Quadro 17. Número de alunos inscritos e capacidade máxima dos estabelecimentos de ensino pré-escolar (Ano Letivo 2014-2015) | Fonte: Setor da Educação da CME 93
Quadro 18. N. de Alunos e Capacidade Máxima dos Estabelecimentos de Ensino do 1º Ciclo (2014-2015) | Fonte: Setor da Educação da CME 95
Quadro 19. Alunos inscritos nas Atividades de enriquecimento curricular do 1º Ciclo do E.B. (2014-2015) | Fonte: Setor da Educação da CME 95
Quadro 20. N.º de Alunos e Capacidade Máxima nas Escolas do E.B. do 2º e 3º ciclo e Ensino Secundário | Fonte: Divisão de Educação da CME 96
Quadro 21. Recursos Humanos, nº de consultas e de utentes no Centro de Saúde do Entroncamento em 2011 | Fonte: ACES Médio Tejo 100
Quadro 22. Recursos Humanos, nº de consultas e de utentes na UCSP do Entroncamento em 2011 | Fonte: ACES Médio Tejo 100
Quadro 23. Instituições que prestam serviços de apoio à infância e juventude e número de utentes inscritos em cada valência | Fonte: CME 108
Quadro 24. Instituições que Prestam Serviços de Apoio aos Idosos e respetivas valências | Fonte: CME 108
Quadro 25. Número de utentes por valência nas Instituições de Apoio a Idosos (2012) | Fonte: CME 109
Quadro 26. Evolução do número de edifícios e de alojamentos (2001/2011) | Fonte: INE, *Censos* 2001, 2011 117
Quadro 27. Época de Construção dos edifícios existentes | Fonte: INE, *Censos* 2011 120
Quadro 28. Relação entre a evolução da população residente / famílias e o número de edifícios e alojamentos no Concelho do Entroncamento (2001/2011) | Fonte: INE, *Censos* 2001; 2011 121
Quadro 29. Número de edifícios segundo o escalão de dimensão (nº de alojamentos) em 2011 | Fonte: INE, *Censos* 2011 122
Quadro 30. Alojamentos por tipologia (do alojamento) em 2011 | Fonte: INE, *Censos* 2011 123
Quadro 31. Alojamentos vagos em 2011 | Fonte: INE, Censos 2011 124
Quadro 32. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual segundo o regime de ocupação -2011 | Fonte: INE, Censos 2011 125
Quadro 33. Existência de infraestruturas de saneamento básico e duche/banho nos alojamentos familiares de residência habitual , em 2011 | Fonte: INE, Censos 2011 126

1. Introdução

O Concelho do Entroncamento demarca-se dos demais municípios do território nacional, em função da sua reduzida dimensão e da elevada urbanização do território. Neste quadro, a constituição do presente relatório – Desenvolvimento Urbano, tem como objetivo abordar um conjunto de temáticas necessárias ao procedimento de revisão do PDM, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), no que respeita ao conteúdo material do Plano e à necessidade de caracterizar o território a intervir.

Pretende-se assim caracterizar a área de intervenção quanto às redes viárias, de transportes e de equipamentos de educação, de saúde, de abastecimento público e de segurança, bem como, os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos. Integra-se ainda neste documento, uma abordagem à temática da regeneração e requalificação urbana no Entroncamento.

Neste propósito, e porque se trata de matéria vasta e distinta, sem prejuízo de que no seu todo caracterizam o território, optou-se por tratar a mesma em capítulos distintos, de seguida identificados:

Cap. I Estrutura Fundiária
Cap. II Requalificação e Regeneração Urbana
Cap. III Acessibilidades, Transportes Públicos e Movimentos Pendulares
Cap. IV Infraestruturas de Desenvolvimento Linear
Cap. V Equipamentos de utilização Coletiva
Cap. VI Habitação

A análise desta matéria encontra-se apoiada nas peças gráficas de grande formato, identificadas no corpo do relatório, para além das figuras constantes no presente relatório. Previamente, aponta-se e sistematizam-se as matérias que decorrem do parecer de entidades à primeira versão dos estudos, em particular da CCDR-LVT, sublinhando-se desde já que esta temática mantém alguma da lacuna de dados que se verificou então, pelo que, matérias existem que não há forma de afinar o seu conteúdo no sentido proposto pela CCDR-LVT. Sem prejuízo de tal facto, existem também ainda matérias que não se enquadram, salvo melhor opinião, no âmbito de um procedimento de revisão do PDM.

Estrutura Fundiária | CAP. I

1. Introdução

De entre os fatores que determinam a previsão da classificação dos usos do solo, uma leitura atenta do cadastro existente é essencial para ajustar uma proposta de ocupação do solo passível de ser executada. Isto porque, prever um uso para determinado local poderá ser dificultado, se não impossibilitado face a um fracionamento significativo de cadastro, do qual decorrerá eventuais distintos e legítimos interesses. Aliás, tal análise colhe enquadramento no RJIGT e demais legislação complementar.

Nestes termos, pretende-se com o presente capítulo estabelecer uma sistematização da estrutura fundiária no Concelho do Entroncamento, com recursos a uma tipificação da estrutura por área do Concelho. Recorre-se para tal aos elementos que se encontram disponíveis na Câmara Municipal, a saber, o cadastro rústico.

2. Caraterização da Estrutura Fundiária

Os dados reunidos na Câmara Municipal do Entroncamento relativos à estrutura fundiária (planta n.º 9) permitem-nos inferir diversas conclusões quanto à sua distribuição geográfica. As descrições aqui mencionadas encontram-se visíveis na figura 1 e nas figuras constantes no quadro 1.

A primeira e mais óbvia, é a inexistência de cadastro rústico nas áreas mais centrais da cidade do Entroncamento, onde nos encontramos genericamente em presença de matrizes urbanas. Uma segunda, a clara diferença de dimensão de cadastro entre o Norte / Noroeste do Concelho e a parte mais a Sul. A estrutura fundiária do Sul do concelho é genericamente constituída por matrizes de dimensão média largamente maior que aquelas que encontramos mais a Norte.

Estamos na presença de terrenos com relevo aplanado, cujo solo apresenta características de aluvião do Tejo, havendo parcelas a registar as dezenas de hectares. A estes terrenos associa-se ainda prática agrícola, coincidindo com as áreas do concelho onde ainda existem explorações agrícolas, que se encontram em atividade. Pontualmente, encontram-se associados a um fracionamento em foros no Sul do concelho, áreas de hortícolas e as únicas estufas aqui existentes.

A Norte, onde o relevo é um pouco mais acidentado, encontra-se um maior fracionamento da propriedade rústica, com a constituição de foros / leiras, de configuração retangular estreita, que, permitiu a dispersão do povoamento unifamiliar agarrado a cadastro. Este fracionamento da propriedade e a dispersão urbana nele proporcionado, dificultará certamente a adoção de normas de planeamento que visem a estruturação e beneficiação destas áreas marginais do Entroncamento.

Por fim, verifica-se que o crescimento urbano mais recente da cidade, acontece obviamente sobre áreas de matriz originária cadastral, designadamente na área da freguesia de N. Sra. de Fátima na envolvente Oeste / Sul do Parque do Bonito.

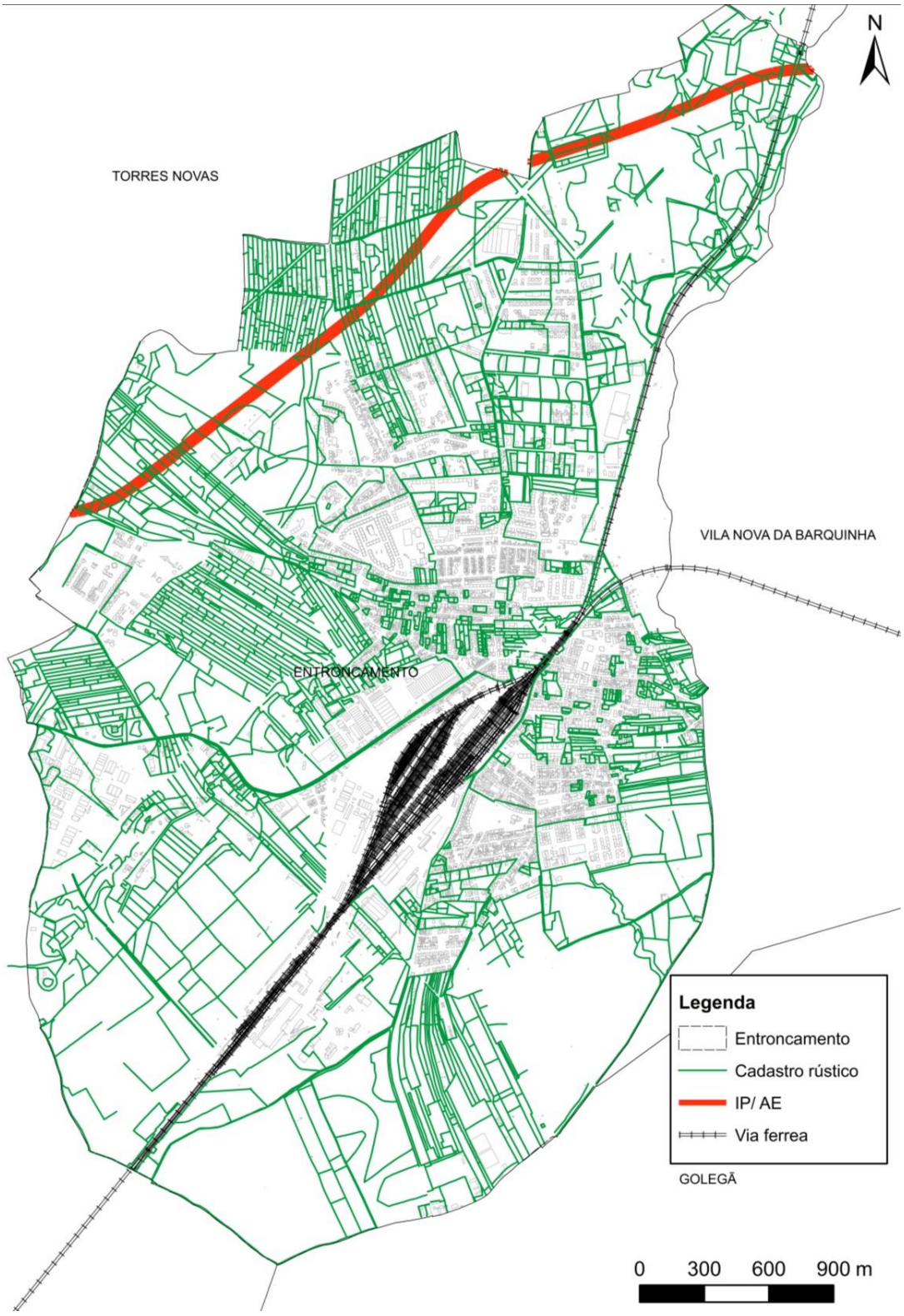


Figura 1. Cadastro Rústico no Concelho do Entroncamento | Fonte: CM Entroncamento

Tipo de Fracionamento de Cadastro	Características Tipo e Usos Associados	Dimensão Média	Figuras
Cadastro Urbano	Áreas centrais da cidade, genericamente ocupada com edificações e respetivos logradouros	Variada	
Matrizes rústicas de *grande* dimensão	Localizadas no Sul do Concelho, corresponde a grandes parcelas cadastrais, ocupadas geralmente por usos agrícolas, incluindo pomares, tendo dado origem a intervenções urbanísticas de maior relevo (Plano de Pormenor do Formigão e Zona Industrial do Entroncamento. A área correspondente ao Parque do Bonito, corresponde também a uma parcela de relevante dimensão	Estas propriedades rondam na generalidade os 2 a 3 ha, havendo contudo propriedades a ultrapassar os 40ha, facilmente percetíveis.	

Matrizes rústicas de grande fracionamento	Fracionamento retangular do território, com largura reduzida, ocupada por agricultura como atividade complementar e indutora de dispersão do povoamento	Áreas diversas, por vezes menos de 100 m2, sendo mediana uma superfície de 350 m2. Característica geral, uma largura média aproximada de 25 m, quando o comprimento varia entre os 75m e os 600m. Construções junto às estradas / serventias	
Matrizes rústicas integradas na malha urbana	Matrizes geralmente de formato quadrangular, que foram sendo ocupadas por moradias unifamiliares, licenciadas ao cadastro, ou plurifamiliares (algumas derivadas de loteamentos) , integrando agora a área consolidada da cidade.	Variada	

Quadro 1. Tipos síntese de cadastro no Entroncamento e características

Requalificação e Regeneração Urbana | CAP. II

1. Introdução

A recentemente publicada Lei de Bases da Política de Solos e do Ordenamento do Território e Urbanismo, faz relevar a qualificação e a regeneração urbana como paradigma maior do ato de planear em Portugal. Não sendo tal alheio a um acentuar da relevância da regeneração urbana, em detrimento da anterior tendência de crescimento dos centros urbanos em extensão, o facto é que, a regeneração urbana tem vindo a ser uma área de atuação do Estado e da Administração Local .

No Concelho do Entroncamento, o Município tem enfatizado como domínios prioritários de intervenção a requalificação urbana e paisagística da cidade, a modernização das infraestruturas básicas e do espaço público urbano, a facilitação do acesso e da mobilidade no centro, o estabelecimento de corredores de continuidade urbana, a disponibilização de espaços e equipamentos desportivos e a salvaguarda de zonas de descompressão mais adequadas às novas formas de vivência urbana e essenciais a um processo de crescimento ordenado e atento aos valores ambientais.

Foram estas as prioridades assumidas no anterior Quadro Comunitário de Apoio (QCA III) e, numa ótica de continuidade, continuam a sê-lo no atual período de programação estrutural no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) ou Portugal 2020.

O capítulo seguinte caracteriza as principais obras de requalificação urbana no Entroncamento, exceção feita à instalação / renovação de equipamentos públicos.

2. Obras de Requalificação do Espaço Público / Regeneração Urbana

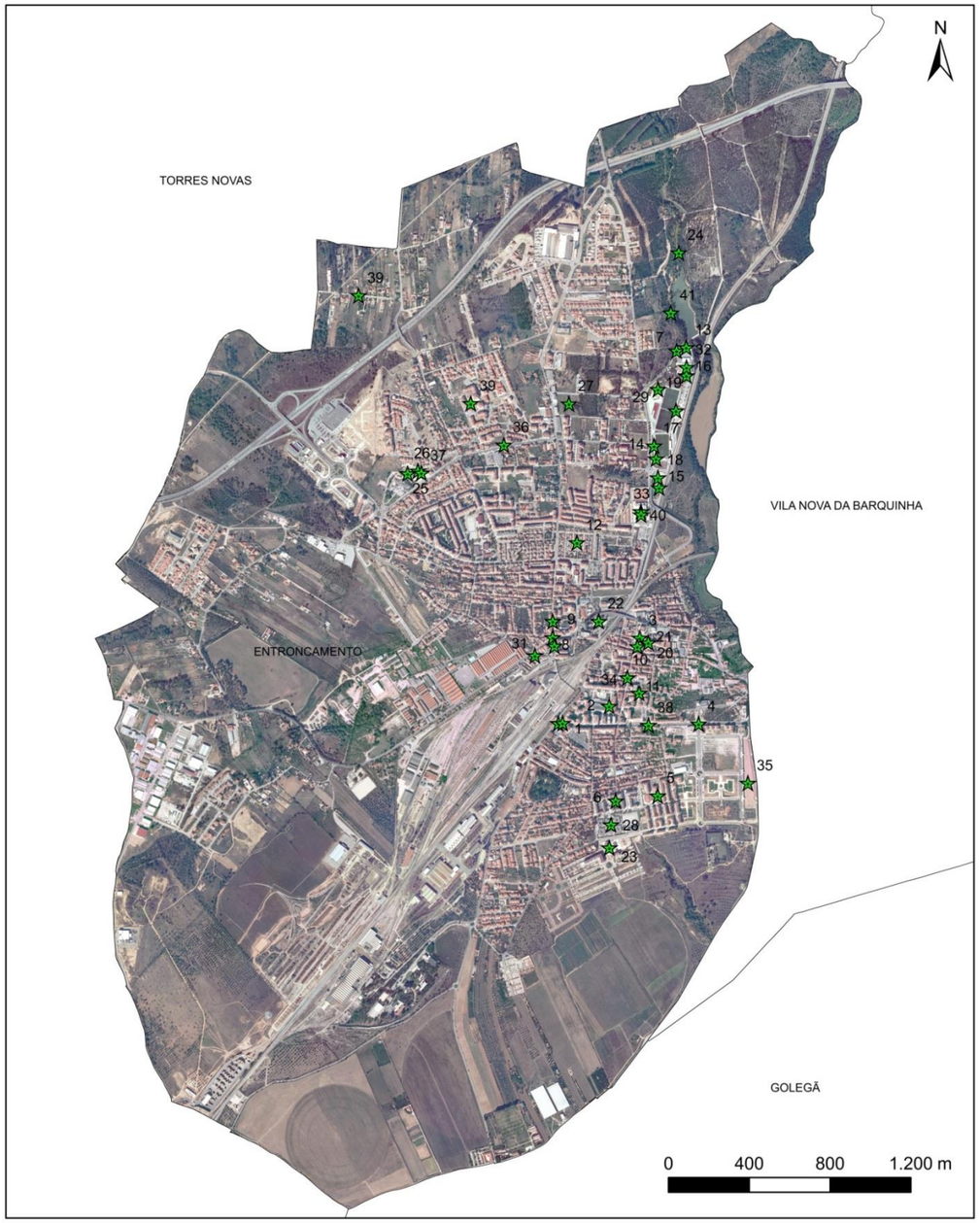
2.1. Distribuição no Território e Tipologias

As obras de regeneração urbana mais recentes na cidade do Entroncamento estão distribuídas por ambas as freguesias, pese embora se verifique - ver figura 2:

- A concentração de projetos de arranjo das principais praças e ruas na freguesia de S. João Batista, designadamente da Praça da República e do Largo José Duarte Coelho;
- A concentração de projetos na área do Parque Desportivo e complexo desportivo do Bonito.

A maior parte dos projetos relacionam-se com a reabilitação de ruas, designadamente em matéria de iluminação e mobiliário urbano, repavimentação e reordenamento de estacionamento.
Verifica-se igualmente um forte investimento nos equipamentos educativos e desportivos, e, obviamente, no grande pulmão da cidade, o Parque do Bonito.

De entre os múltiplos projetos executados e que se encontram devidamente explicitados na figura 2, destacam-se no seguinte capítulo aqueles que nos parecem mais relevantes para a construção de uma cidade com uma paisagem urbana mais qualificada.



Componente	ID_SIG Componente
Praça da República - Fonte Ornamental	1
Posto de Turismo - alterações	2
Requalificação do Jardim Parque José Pereira Caldas	2
Requalificação Urbana Largo José Duarte Coelho	3
Requalificação Urbana Largo José Duarte Coelho - Complementos 2	3
Requalificação Urbana Largo José Duarte Coelho - Fonte Ornamental	3
Execução de Rotunda – Cruzamento da Avenida Drº José Eduardo Vítor das Neves com a Avenida Amílcar Cabral	4
Requalificação Urb.Freguesia S.João Batista - Reab.Arruamentos, Largos e Praças-Bairro Coferpor (Nascente-2ª. Fase)	5
Requalificação Urbana Freguesia S. João Batista - Reabilitação arruamentos, Largos e Praças - Bairro da Coferpor (Poente)	6
Requalificação Urbana Freguesia S. João Batista - Reabilitação arruamentos, Largos e Praças - Bairro da Coferpor (Nascente)	5
Requalificação Urb.Freguesia N.Sra.Fátima - Reab.Arruamentos, Largos e Praças-Largo de Sto.António-Complementos	8
Reabilitação da Rua 1º de Maio e Rua Pedro Álvares Cabral	9
Reabilitação da Rua Luís Falcão de Sommer - Iluminação pública	10
Reabilitação da Rua Luís Falcão de Sommer - Jogos de água	10
Reabilitação da Rua Luís Falcão de Sommer - Mobiliário urbano	10
Requalificação da D. Nuno Álvares Pereira	11
Requalificação do Bairro Frederico Ulrich	12
Execução de arranjos exteriores do Restaurante do Bonito	13
Execução de arranjos exteriores do Restaurante do Bonito - complementos	13
Req.Parq.Bonito - Construção equipamento apoio para animação e atividade económica	13
Aquisição de Módulo Apoio aos Campos de Ténis	14
Aquisição de Módulo para o Parque Radical	15
Envolvente aos Campos Sintéticos e Balneários (Arr. Exter. À Piscina Mun. - 2ª fase)	16
Equipamento de Apoio aos Campos Sintéticos	29
Parque do Bonito - Envolvente Campo Relvado e Bancada Poente	17
Parque do Bonito - Parque Radical	18
Parque Infantil do Parque Desportivo do Bonito	19
Remodelação do edifício da biblioteca - 1º andar	20
Remodelação do Centro Cultural	21
Remodelação do Centro de Convívio da 3ª Idade	22
Construção EB1+JI Sul - Arranjos Exteriores	23
Construção EB1+JI Sul - Infraestruturas	23
Execução do Parque Verde do Bonito (Parque Geral, Arruamentos e Estacionamentos)	24
Execução do Parque Verde do Bonito (Iluminação pública)	24
Construção Edif. de Apoio no Parque Verde Bonito - Casa das Canoas e Equip. de Lazer	24
Construção Escola de Trânsito	25
Movimentação de Terras - Escola de Trânsito	25
Remodelação/ampliação da Escola Básica nº1 e Jardim Infância nº2	26
Construção da Escola Básica Norte do Entroncamento	27
Construção da Nova Escola Básica do 2º e 3º Ciclos Dr. Ruy d'Andrade	28

Legenda

Entroncamento

Identificação de Projectos de Requalificação Urbana

Figura 2. Projetos de requalificação urbana executados no Entroncamento, desde o II Quadro Comunitário de Apoio

2.2. Fichas de Caraterização dos Principais Projetos de regeneração / requalificação Urbana

Do conjunto de projetos enquadrados pela área da requalificação / regeneração urbana executados no Concelho do Entroncamento, sobressaem pela sua dimensão e valoração do espaço público, ou ainda, pela promoção da imagem do Concelho, os seguintes:

1. Parque do Bonito
2. Complexo Desportivo e equipamentos complementares do Bonito
3. Largo José Duarte Coelho
4. Praça da República

I. PARQUE DO BONITO

A intervenção, teve como base a manutenção e valorização do espelho de água e da paisagem envolvente, pretendendo-se criar condições para atração dos utilizadores a um espaço de recreio e lazer multifuncional e de dimensão. Foram ainda definidas acessibilidades, congregando a promoção da utilização do espaço de forma harmoniosa e não agressiva, bem como a circulação livre e informal a pé ou de bicicleta, ao longo de todo o parque e em particular junto à albufeira.



Figura 3. Parque do Bonito

II. EQUIPAMENTOS E ZONA DESPORTIVA DO PARQUE DO BONITO

Este projeto teve como objetivo principal dotar a cidade de uma zona preferencial de equipamentos de atividades desportivas e recreativas, junto ao Parque Verde do Bonito. Além dos equipamentos de desporto, destaca-se ainda o Parque Radical. Os equipamentos que dele fazem parte encontram-se dimensionados de acordo com as normas vigentes para as práticas dos desportos chamados radicais, como por exemplo Bike, Patins em Linha e Skates. Foi igualmente requalificada a envolvente verde e efetuado o prolongamento da faixa ciclável.



Figura 4. Equipamentos e Zona Desportiva do Parque do Bonito

III. LARGO JOSÉ DUARTE COELHO

O objetivo principal desta intervenção consistiu na reestruturação de um espaço, numa ótica de estadia e lazer, que permita a realização de eventos de caráter recreativo, cultural e solene. O Largo é um dos espaços mais importantes da Cidade, uma vez que neste se situam edifícios públicos e de serviços, como seja o Edifício dos Paços do Concelho, a Biblioteca Municipal, o Centro Cultural a Junta de Freguesia, o Edifício dos Correios, para além de existirem também serviços e estabelecimentos comerciais.



Figura 5. Perspetivas do Largo José Duarte Coelho

IV. PRAÇA DA REPÚBLICA

O objetivo deste projeto foi construir no Entroncamento uma centralidade urbana moderna, mais adequada ao perfil da população residente e à inserção da cidade nos fluxos de visitação da região. Este projeto de regeneração urbana do Entroncamento concretiza o estabelecimento de corredores de continuidade urbana, qualificados e ordenados, entre a baixa comercial, o núcleo ferroviário e o Parque do Bonito, e ainda a criação de equipamentos e de condições de espaço público mais adequados às novas formas de vivência urbana.



Figura 6. Perspetiva da Praça da República

Acessibilidades, Transportes Públicos e Movimentos Pendulares | CAP. III

1. Introdução

No presente capítulo é realizada a caraterização da Rede Viária, nos modos Rodo e Ferroviários, bem como, da mobilidade e dos sistemas de transportes existentes no Concelho do Entroncamento. A análise da rede rodoviária é efetuada tendo por base o PRN2000 (Plano Rodoviário Nacional 2000) e restante rede que se imprime no território, que assim possibilitou uma caracterização do sistema viário atual.

Nesta fase de caracterização, procede-se à caracterização da rede viária concelhia efetuando-se, nomeadamente, a análise da sua inserção na rede exterior, das áreas servidas, da sua estrutura e hierarquia atual. Procede-se igualmente a uma análise sumária das perspetivas de evolução da rede viária concelhia, tendo por base os principais investimentos previstos no Plano de Ação do Concelho para 2017 e na Estratégia do Concelho para 2020. Efetua-se ainda uma análise da situação existente relativamente à Rede ferroviária que serve o concelho.

Relativamente à mobilidade no Concelho, efetua-se uma análise com base nos dados estatísticos publicados pelo INE, assim como, nos dados recolhidos junto da CM do Entroncamento, designadamente em relação aos modos suaves de transporte, redes de serviço de táxis e rede de estacionamento público.

A análise da rede de transportes assenta na informação disponibilizada pelas empresas concessionárias, procurando-se estabelecer uma análise sucinta dos seus níveis de oferta de transportes públicos (rodoviários e ferroviários) no território em estudo. Estas análises encontram-se apoiadas em peça gráfica complementar ao presente relatório.[1]

[1] Ver Planta 12 – Rede Rodoviária e Ferroviária

2. Rede Rodoviária Concelhia

2.1. Estrutura e Hierarquização Atual

A rede rodoviária do Concelho do Entroncamento (planta n.º 12) é composta por três níveis hierárquicos, dois dos quais constantes no PRN 2000, sob jurisdição da Infraestruturas de Portugal, e um terceiro nível, sob jurisdição camarária:

- Rede Fundamental e Rede Nacional de Autoestradas (IP/AE)
- Rede Complementar - Estrada Nacional Desclassificada sob jurisdição da IP (EN)
- Rede Municipal (EM) - Outras vias que servem o município, inclusive os arruamentos urbanos e antigas Estradas Nacionais, desclassificadas pelo atual PRN 2000, passando a adotar a designação de Estradas Municipais

O quadro de seguida inscrito sistematiza a hierarquização das redes de estradas que servem o Concelho do Entroncamento e as ligações que estabelecem:

<table>
<tr><th colspan="2">Rede Rodoviária</th><th>Nível</th><th>Via</th><th>Ligações no Concelho e/ou na envolvente</th></tr>
<tr><td>A) Rede Fundamental e Rede Nacional de Autoestradas</td><td>IP / AE</td><td>Nacional</td><td>IP6/A23 - Peniche - Castelo Branco</td><td>No Concelho: Saída para Entroncamento Centro com ligação à Av. Villier sur Marne;
Envolvente: Saída no Concelho de Vila Nova da Barquinha com ligação aos eixos urbanos</td></tr>
<tr><td>B) Rede Complementar</td><td>EN (Estradas Nacionais Desclassificadas sob jurisdição da IP)</td><td>Nacional</td><td>EN3</td><td>No Concelho: eixos viários urbanos;
Envolvente: A23, A13, EM3, EM571 e aos eixos viários urbanos</td></tr>
<tr><td rowspan="4">C) Rede Municipal</td><td rowspan="4">EN (troços desclassificados sob jurisdição da CME)
EM</td><td rowspan="4">Municipal</td><td>EN365</td><td>No Concelho: eixos viários urbanos;
Envolvente: ER 349 e eixos viários urbanos</td></tr>
<tr><td>EM3</td><td>No Concelho: eixos viários urbanos;
Envolvente: IC3 e eixos viários urbanos</td></tr>
<tr><td>EM571</td><td>No Concelho: eixos viários urbanos;
Na envolvente: IC3</td></tr>
<tr><td colspan="2">Eixos viários urbanos</td></tr>
</table>

2.1.1. Rede Fundamental

O Concelho do Entroncamento é atravessado no seu estremo NO, sensivelmente, pelo IP6, constituído neste seu troço pela A23 – Autoestrada da Beira Interior – que liga Torres Novas à Guarda, a qual representa o principal eixo de ligação rodoviária a outras cidades do distrito de Santarém e à região Interior Centro. Esta é aliás uma via estruturante da rede rodoviária pelo seu papel na ligação transversal (poente/nascente) da região Centro do país e da zona de Lisboa à fronteira de Vilar Formoso. É ainda servido por dois nós de acesso à A23, um dos quais fora do Concelho: o nó de acesso dentro do território municipal, corresponde à saída do Entroncamento Centro com ligação a um arruamento urbano (Av. Villier sur Marne); o segundo nó, correspondente à saída do Entroncamento Norte, localizado já no município de Vila Nova da Barquinha, cuja ligação é efetuada através da A13.

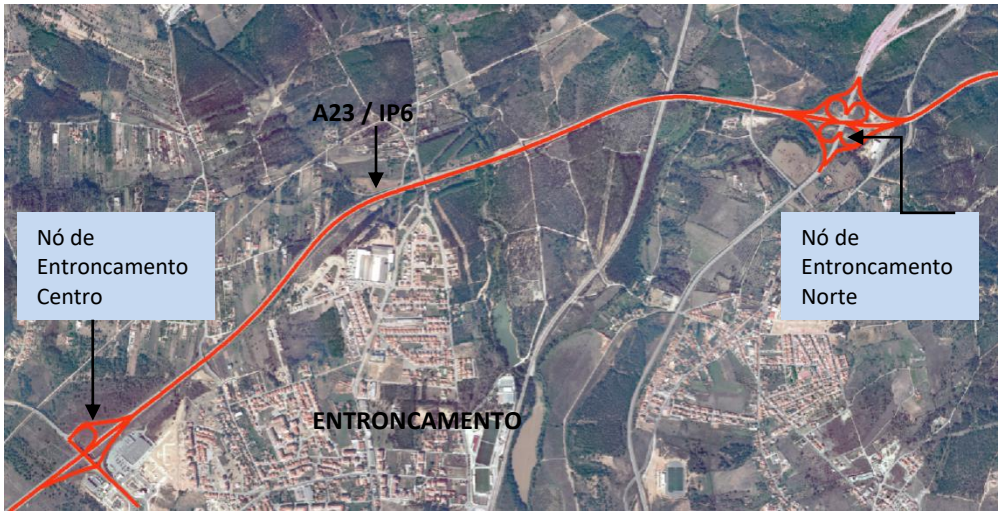


Figura 7. Traçado parcial do IP6/ A23 e nós de acesso | Fonte: Plano Rodoviário Nacional 2000; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento

A A23 permite ainda a ligação ao eixo mais importante da rede viária nacional – o IP1/A1 - o que confere ao concelho boas condições de acessibilidade rodoviária nas ligações longitudinais Norte/Sul à AML e à região Litoral Centro e Norte2.

A facilidade de ligação à A1, através da A23, permite aumentar a oferta nas ligações rodoviárias, nomeadamente nas deslocações para a região Sul do País (Alentejo e Algarve), uma vez que este estabelece a ligação à A13, que por sua vez terá ligação à A2 e à A6, na Marateca. Estabelece também a ligação à zona oeste através do acesso à A15 (Caldas da Rainha/Óbidos - Santarém).

[2] Vede Planta nº 3 – Planta de Enquadramento Regional

2.1.2. Rede Complementar

De acordo com a classificação do PRN 2000, a EN3 é a única via da rede complementar - estradas nacionais, localizada no concelho. Constituindo o limite sudeste do concelho (com os concelhos de Vila Nova da Barquinha e Golegã), a A13 apresenta um traçado que não atravessa o território municipal.

Se antes da construção da A23, o IC3/A13 e a antiga EN3 (desclassificada pelo PRN 2000) assumiam relevância nas ligações externas do concelho, com a entrada em funcionamento daquela autoestrada, a função destas vias perdeu relevo, servindo ligações mais locais: a antiga EN3 é utilizada essencialmente no acesso ao concelho de Torres Novas, em particular à respetiva zona comercial, enquanto o IC3/A13 era utilizado essencialmente na ligação à Golegã. No entanto a recente construção do troço da A13 para norte, entre o nó com a A23 e Coimbra, volta a dar grande relevância a este eixo viário, nas ligações rodoviária ao exterior do concelho.

Atualmente a A23 assume-se como a ligação rodoviária de maior relevância do concelho assegurando funções ao nível das acessibilidades externas regionais e interconcelhias antes assumidas pela rede complementar.

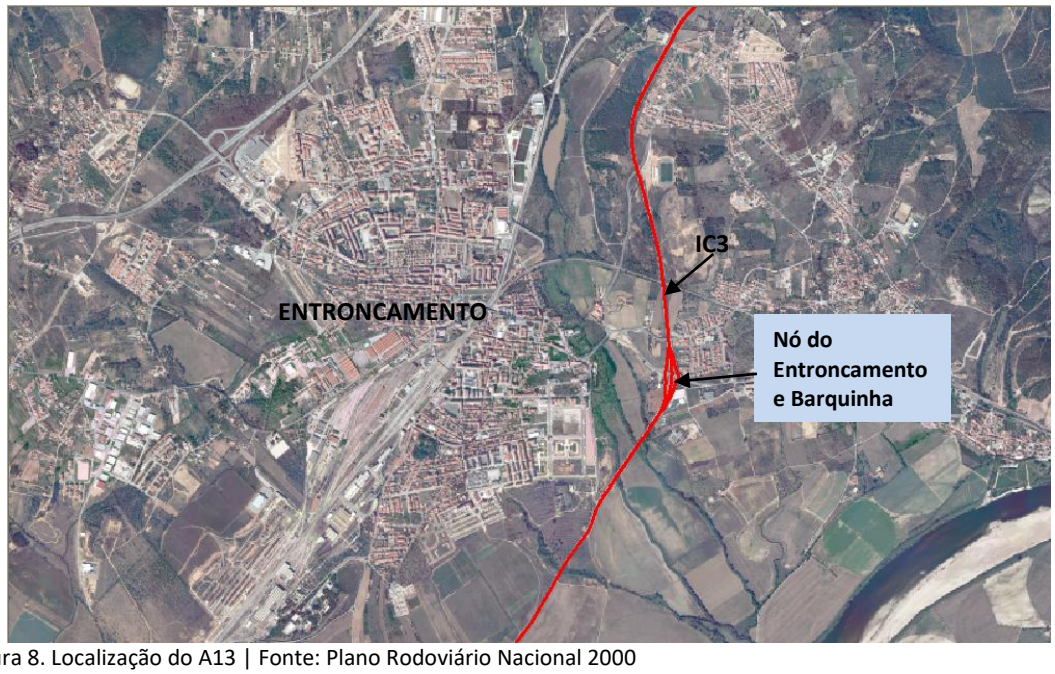


Figura 8. Localização do A13 | Fonte: Plano Rodoviário Nacional 2000

2.1.3. Rede Municipal

A rede municipal concelhia é constituída por vias locais ou arruamentos urbanos, identificadas com função de distribuição principal ou secundária, dos quais se destacam os seguintes, pela sua função nas ligações intraconcelhias e de distribuição do tráfego:

- Avenida das Forças Armadas
- Avenida *Villier sur Marne*
- Rua dos ferroviários
- Rua Dr. Francisco Sá Carneiro
- Rua Ferreira de Mesquita
- Rua Almirante Reis (troço desclassificado da EN 3)
- Viaduto Eugénio Dias Poitout
- Rua 31 de janeiro
- Rua Dom Afonso Henriques
- Avenida José Eduardo Vitor das Neves
- Rua da Barroca

2.2. Análise das Acessibilidades Externas

O quadro 2 apresenta uma síntese das distâncias / tempo de percurso registados, através das vias que garantem melhor grau de acessibilidade (considerando a distância, o tipo de acessibilidade e o tempo), entre o Entroncamento e os principais polos apoiados nas vias de importância nacional que servem o Concelho, ou seja a A1 / IP 1 e a A23/IP6.

É igualmente considerada na matriz, a distância / tempo de percurso às principais localidades da envolvente e a distância ao litoral (praias e portos mais próximos).[3]

A excelência da acessibilidade viária ao Concelho do Entroncamento resulta do atravessamento do município pelo IP6/A23, o qual, estabelecendo a ligação ao IP1/ A1, permite ligações expeditas aos principais polos urbanos do país, Lisboa, Porto e Coimbra, assim como daqui ao litoral, através da A8 ou da A15. Pela IP6 / A23 quebrou-se ainda as dificuldades de acesso ao interior, designadamente a Castelo Branco, à Cova da Beira e, mais a Norte a Guarda / Vilar Formoso.

A acessibilidade à envolvente é apoiada em rede de importância regional e local, sendo de se destacar a proximidade à Golegã, Torres Novas e V. Nova da Barquinha. Contudo, as condições de acesso encontram-se apoiadas em vias de duas faixas de rodagem, com perfis a necessitarem de ser corrigidos em alguns troços, e muito em particular, na ligação entre Entroncamento e Torres Novas.

[3] Os parâmetros apontados na matriz foram efetuados com base na página da Google maps, e considerando os seguintes fatores: distância mais rápida, sem prejuízo de se incluir percursos por autoestradas portajadas. No caso da distância à cidade de Torres Novas, foram apontadas duas variáveis, um percurso apoiado em vias locais e, um segundo, na A23 / IP6.

	Localidades	Distância (km)	Tempo de Percurso Estimado	Vias Utilizadas
Localidades apoiadas no IP1 / A1	Coimbra	116	1h 10m	IP6 (A23) e IP1 (A1)
	Fátima	41,9	31m	IP6 (A23) e IP1 (A1)
	Leiria	63,6	43m	IP6 (A23) e IP1 (A1)
	Lisboa	121	1h 15m	IP6 (A23) e IP1 (A1)
	Porto	229	2h 5m	IP6 (A23) e IP1 (A1)
	Santarém	53,5	40m	IP6 (A23) e IP1 (A1)
Localidades apoiadas no IP6 /A23	Abrantes	30,4	26m	IP6 (A23)
	Castelo Branco	107	1h 2m	IP6 (A23)
	Torres Novas	16	17m	IP6 (A23)
Localidades da Envolvente	Chamusca	15,4	20m	N365 / N243
	Golegã	7,7	11m	N365
	Tomar	21,8	23m	A13 / N110
	Torres Novas	9,1	15m	EN 3
	V. N. da Barquinha	3,5	8m	EN 3
Portos /praias mais próximas	Foz do Arelho	95,8	1h 3m	IP6 (A23)/ IP1 (A1)/ IP6 (A15) / IC1 (A8) / N360
	Nazaré	96,3	1h 4m	IP6 (A23)/ IP1 (A1)/ IC1 (A8) / N8-5
	Peniche	112	1h 13m	IP6 (A23)/ IP1 (A1)/ (A15) / IP 6 (A25) / N114

Quadro 2. Distâncias do Entroncamento a locais apoiados na A1, na A23, na envolvente e no litoral | Fonte: Distâncias obtidas através da pesquisa de percursos em https://maps.google.pt

2.3. Rede de Estacionamentos Públicos

As dificuldades de estacionamento, particularmente sentidas no Centro da cidade e na envolvente à estação de caminhos de ferro (onde se sente a necessidade de estacionamento por utentes diários da estação), tem determinado por parte da CME a um investimento na organização do estacionamento em superfície ao longo das ruas, assim como, na designação de áreas para estacionamento.

Encontram-se disponíveis sete estacionamentos públicos na cidade, localizados em espaço público e de gestão da autarquia.[4] De entre estes, pela dimensão do investimento, sobressai o Parque de Estacionamento Subterrâneo da Praça Salgueiro Maia, o qual tem uma capacidade para 266 viaturas distribuídos em dois pisos, o segundo dos quais, exclusivo para moradores.

À superfície encontra-se o centro da cidade dominado por zonas de estacionamento pagas à superfície, correspondendo parte do centro da cidade à Zona A.[5] O Parque do Bonito e o complexo desportivo do Bonito são servidos por estacionamento gratuito.

[4] Ver Planta 13. Acessibilidades e Transportes Públicos

[5] Praça da República, Avenida Dr. José Eduardo Vítor das Neves até ao entroncamento com a Rua Roberto Ivens, Rua Luís Falcão de Sommer no troço entre a Avenida Dr. José Eduardo Vítor das Neves e a Rua D. Nuno Álvares Pereira, Rua D. João de Castro entre a Rua Luís Falcão de Sommer e o cruzamento com a Rua D. Nuno Álvares Pereira, Rua D. Inês de Castro, Rua D. Nuno Álvares Pereira no troço entre o cruzamento com a Rua D. João de Castro e o entroncamento com a Rua Latino Coelho, Rua Latino Coelho entre a Rua D. Nuno Álvares Pereira e a Praça da República, Rua António Lucas, Rua Manuel Rodrigues Gameiro, Rua José Pires Dias e a travessa de Santa Catarina e o estacionamento no denominado "antigo parque da estação".

2.4. Principais Dificuldades na Fluidez do tráfego Automóvel

À cidade do Entroncamento atribui-se uma característica que lhe é única no contexto nacional: o seu atravessamento pela linha de caminho de ferro que, cortando a cidade genericamente entre Norte (freguesia de N. Sra. de Fátima) e Sul (freguesia de S. João Batista), constitui de facto uma barreira física relevante da cidade.

O atravessamento da mesma pelo tráfego automóvel, é efetuado pela transposição da via férrea em viadutos, de entre estes destacando-se o viaduto Eugénio Dias Poitout, que liga o centro cívico da cidade (o Largo José Duarte Coelho), ao Norte da Cidade (e por tal, à A23), o túnel sob a linha do norte que liga também o centro da cidade (entre a R. 5 de Outubro e a R. Almirante Reis) – ver figuras 9, 10 e 13.



Figura 9. Perspetiva a partir do Viaduto Eugénio Dias Poitout

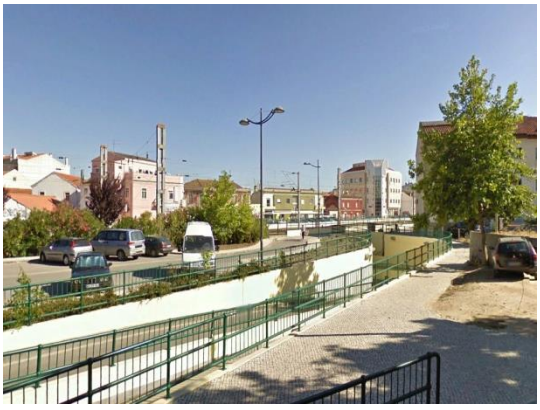


Figura 10. Entrada Norte do túnel sob a linha de caminho de ferro

A inexistência de ligações entre Norte e Sul da Cidade a Sul destas, ausência claramente justificada pela largura da infraestrutura ferroviária na Estação do Entroncamento e a Sul desta, determina que parte significativa do trânsito interno da cidade seja drenado através destas infra estruturas. Por esta razão, verifica-se algum congestionamento de trânsito principalmente em horas designadas "de ponta", em particular no atravessamento do viaduto, no sentido Sul – Norte, congestionamento ampliado pela existência de semaforização a montante do viaduto.

Contudo, afigura-se ainda mais relevante, quer pelo congestionamento provocado e muito em particular pela sinistralidade, o atravessamento Norte – Sul que utiliza a passagem de nível ao 101,25 na Linha da Beira-Baixa, num troço com muito tráfego ferroviário. Os riscos são de facto evidentes, para além dos congestionamentos frequentes, às horas de ponta – ver figura 11 e 13.



Figura 11. Passagem de nível na linha da Beira Baixa na cidade do Entroncamento | Dados Próprios

Está prevista a eliminação desta passagem de nível, com projeto já desde 2009, sendo de notar que esta constitui a única passagem de nível existente no município do Entroncamento e a única que se situa em aglomerado urbano na linha da Beira Baixa.

A estrada Nacional 3, no troço que constitui a ligação entre o concelho de Torres Novas e o Entroncamento, regista um volume de tráfego assinalável e consequentemente algumas dificuldades na fluidez do trânsito, nomeadamente pela circulação, entrada e saída de pesados, que utilizam esta via em alternativa – ver figura 13. Outro troço de via que regista um volume de tráfego assinalável, é o troço de ligação do centro da cidade do Entroncamento à A13 e daqui ao nó do Entroncamento Norte – ver figura 12 e 13.



Figura 12. Entrada do Entroncamento, vindo do A13 | Dados Próprios

Para além do trânsito gerado pela ou na de ligação preferencial da cidade aos concelhos envolventes a Este e Sul, designadamente aos núcleos urbanos de Atalaia, Ponte da Pedra, V. N. da Barquinha e Golegã, assim como, ao IP6, a fluidez neste troço é dificultada pela irregularidade do perfil transversal e longitudinal, designadamente no acesso imediato à rotunda do hospital, ponto este, onde se verifica congestionamento de trânsito, constituindo eventualmente a situação mais preocupante no Concelho.

Verifica-se por fim o natural volume de trânsito nas horas de ponta nas principais artérias viárias da cidade, pese embora, não se constate anormal congestionamento de trânsito.

2.5. Melhoramentos efetuados e perspetivas de evolução da rede viária

2.5.1. Requalificação da rede viária intraconcelhia

Com o apoio do QCA III, a estrutura viária urbana do concelho tem vindo a ser objeto de um conjunto de intervenções que visam uma melhoria da mobilidade intraconcelhia, e que procuram articular a gestão urbanística, acessibilidade e mobilidade.

Dos diversos trabalhos/projetos concluídos destacam-se, a conservação de diversas ruas, praças, largos e cruzamentos, a requalificação do acesso à Escola Secundária e das zonas envolvente ao Polidesportivo e ao Tribunal, a conservação pela Infraestruturas de Portugal do Viaduto Eugénio Dias Poitout, a construção de uma passagem inferior sob a via férrea e a regularização do Caminho Municipal 1179 (Estrada dos Riachos).

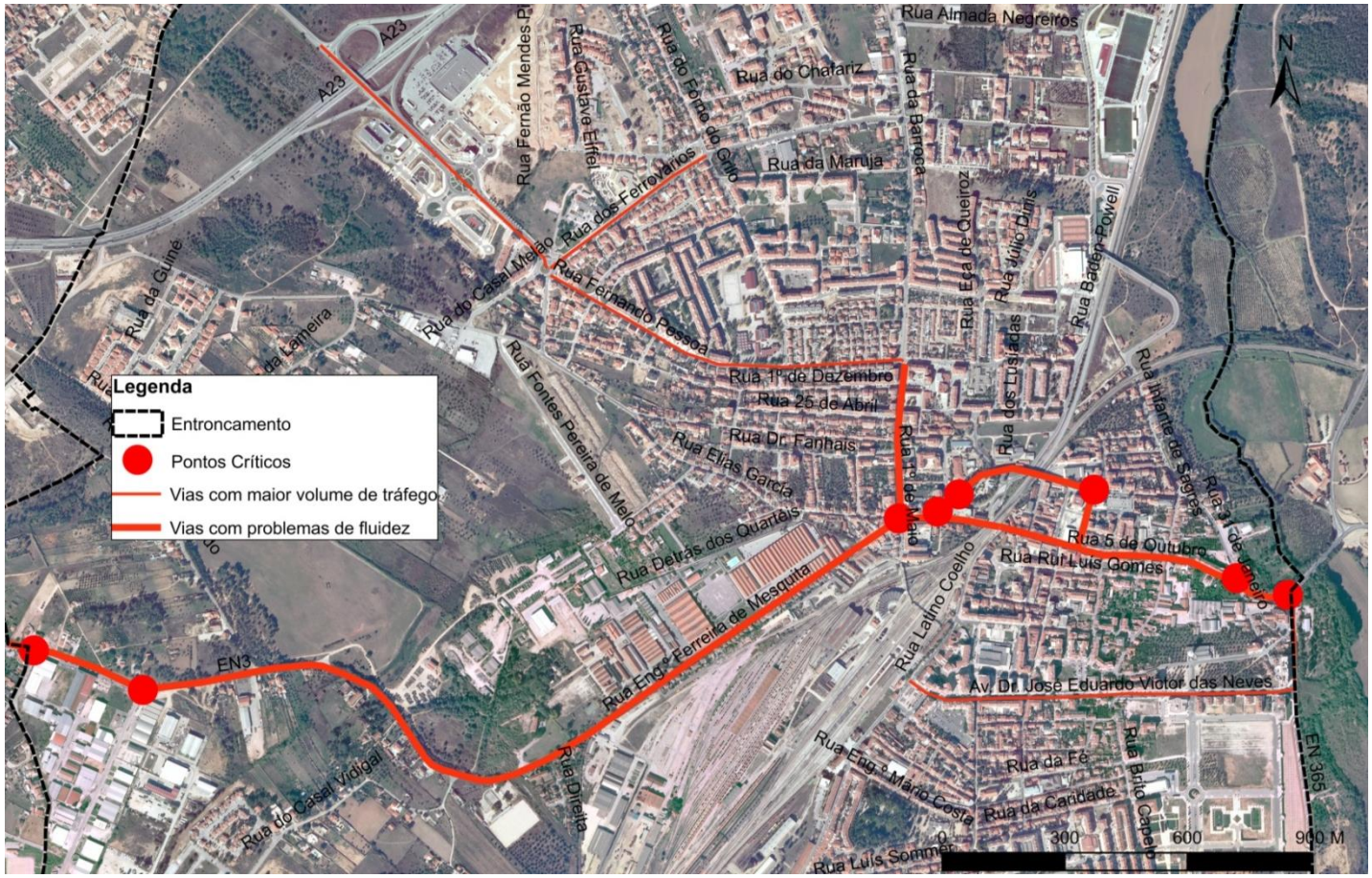


Figura 13. Vias com maior volume de tráfego, com problemas de congestionamento e pontos críticos de fluidez de trânsito

2.5.2. Projetos de intervenções ao nível da rede viária

A autarquia pretende melhorar a circulação rodoviária ao nível intraconcelhio e no acesso aos concelhos envolventes, facilitando desta forma, não apenas a mobilidade interna da população residente como também o acesso ao município por parte de residentes, investidores e turistas. A concretização deste objetivo depende de um conjunto de intervenções, já previstas, da responsabilidade da autarquia e/ou da Administração Central.

No âmbito da estratégia regional definida pelos vários municípios do Médio Tejo foram identificadas algumas intervenções, da responsabilidade da Administração Central, a realizar na rede viária de ligação ao exterior da região. Para o Concelho do Entroncamento foram definidas três intervenções prioritárias e estruturantes:

- Via Circular 3 – via estruturante para a cidade do Entroncamento que fará a ligação entre a rotunda da Ponte de Pedra (A23) à passagem superior sobre a Linha do Norte (junto ao Pavilhão Municipal Desportivo), cujo troço será executado em obra de arte (viaduto) com uma extensão aproximada de 700 metros, continuando a sua ligação à Golegã através da EN365 (via a requalificar no âmbito deste projeto);



Figura 14. Projeto da Via Circular 3 | Fonte: www.cm-entroncamento.pt

- Requalificação da EN365;
- Rede Viária Interurbana – construção de uma infraestrutura viária de interligação do espaço industrial e logístico do concelho do Entroncamento com a zona industrial de Riachos, no concelho de Torres Novas (localização do TVT), e consequente ligação destas áreas industriais ao A13. Esta nova infraestrutura viária estabelecerá a ligação do espaço industrial do Entroncamento à variante de Riachos, a norte da passagem superior, e a ligação entre a rotunda existente e o futuro nó de ligação do A13 à cidade do Entroncamento, a sul da passagem.

Além destes projetos, integrados na estratégia regional de acessibilidades, é ainda objetivo da autarquia a requalificação da EN3, no sentido de atingir uma melhoria das condições de acessibilidade e circulação na rede viária concelhia. A requalificação e beneficiação da via traduzem-se na sua conversão em via urbana, no troço entre o Entroncamento e o limite do concelho de Torres Novas, mais concretamente entre a Ponte da Pedra e a Zona Industrial.

A requalificação da EN3, com o perfil que está projetado, constitui-se como um projeto intermunicipal, estrutural na ótica da mobilidade e do desenvolvimento económico do Médio Tejo, sendo essencial para uma ligação adequada entre as cidades do Entroncamento e de Torres Novas (servirá no imediato cerca de 50.000 habitantes).

3. Rede Ferroviária

A rede ferroviária portuguesa é constituída pelas redes Principal, Complementar e Secundária. O concelho do Entroncamento, como já mencionado ao longo dos presentes Estudos de Caracterização, encontra-se dotado de fortes acessibilidades ferroviárias, facto que resulta da centralidade da estação ferroviária do Entroncamento no contexto da rede ferroviária nacional, dado que se encontra localizada na confluência de duas linhas, a Linha do Norte e a Linha da Beira Baixa. Esta estação efetua portanto a ligação entre a Rede Principal, através da Linha do Norte (Lisboa - Porto) e a Rede Complementar, através da Linha da Beira Baixa (Entroncamento – Guarda).

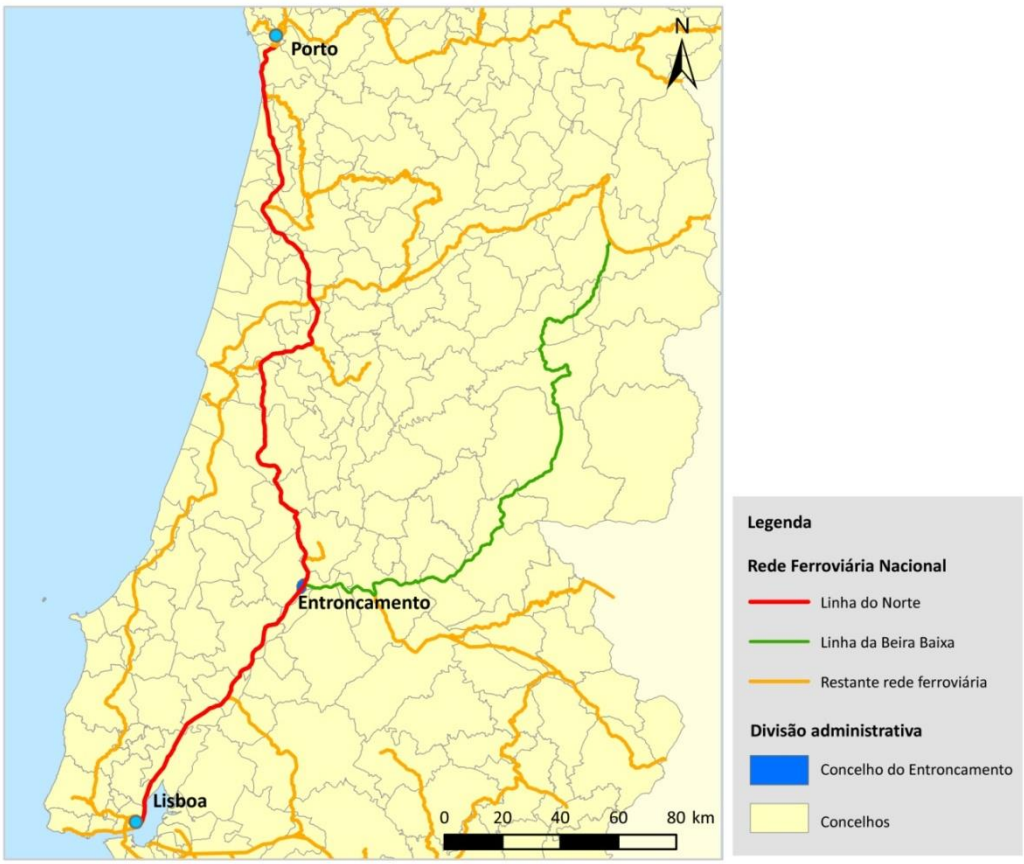


Figura 15. Localização do Entroncamento na Rede Ferroviária Nacional | Fonte: REFEER

A Linha do Norte estabelece a ligação do concelho a cidades/vilas como Lisboa, Vila Franca de Xira, Azambuja, Santarém, Coimbra, Aveiro, Porto, de outras localidades, e a Tomar (através da ligação ao Ramal de Tomar). Nesta linha são disponibilizados os seguintes serviços com paragem (ou ponto de partida/chegada) no Entroncamento: regional, inter-regional e intercidades. Efetua ainda paragem na estação do Entroncamento o Alfa Pendular, embora com uma frequência inferior.

A Linha da Beira Baixa permite a ligação a Castelo Branco, Covilhã e Guarda, bem como a Vilar Formoso, (ligação à Linha da Beira Alta) através dos serviços regional e intercidades.

Pelo exposto, pode-se afirmar que o Entroncamento constitui um *hub* ferroviário, dada a sua centralidade e multiplicidade de horários e de serviços disponíveis, permitem a acessibilidade por via ferroviária a todas as áreas servidas por este modo no país.



Figura 16. Perspetiva da Estação de Caminhos de Ferro do Entroncamento | Fonte: REFEER

4. Transportes e Mobilidade Suave

4.1. Rede Rodoviária - Transporte Público de Passageiros

A caracterização do transporte público rodoviário no município do Entroncamento tem como base a análise das duas tipologias de serviço de transporte coletivo existentes no concelho, o urbano e o Interurbano, cuja concessão foi atribuída, em ambos os casos, ao operador *Rodoviária do Tejo*.

Informa-se desde logo que o Concelho não é servido por qualquer linha da Rede Nacional de Expressos, facto que certamente decorre da excelência de serviço do transporte ferroviário para os principais centros urbanos do país, nomeadamente Lisboa e Porto.

4.1.1. Transportes coletivos interurbanos

A ligação aos concelhos limítrofes por transporte coletivo rodoviário é assegurada por um conjunto de seis carreiras, concessionadas à *Rodoviária do Tejo*. Estas permitem a ligação aos principais centros urbanos dos concelhos limítrofes (Torres Novas, Tomar, Vila Nova da Barquinha, Constância) bem como a Abrantes e Santarém, efetuando igualmente paragens intermédias noutras localidades dos concelhos vizinhos.

Duas das seis carreiras têm o seu funcionamento restringido apenas ao período escolar sendo que as restantes funcionam durante todo o ano.

Nº da Carreira	Origem	Destino	Duração do Trajeto	Período de Funcionamento	Nº de circulações
0222*	Entroncamento	V. Nova da	14 min.	08h00 e 15h20	2
0428	Entroncamento	Torres Novas	30 min.	12h50 às 20h00	6
	Torres Novas	Entroncamento		11h55 às 19h25	6
0657	Torres Novas	Santarém	85 min.	07h25 às 13h45	3
	Santarém	Torres Novas		12h30 às 19h15	3
0684	Torres Novas	Abrantes		07h00 às 17h15	3
	Abrantes	Torres Novas		06h55 às 17h20	3
0971*	Cafuz	Torres Novas	75 min.	07h05	1
	Entroncamento	Cafuz		17h00	1
0995	Tomar	Torres Novas	60 min.	12h30 e 16h20	2

*Apenas no período escolar

Quadro 3. Carreiras que estabelecem a ligação do Entroncamento aos concelhos limítrofes | Fonte: Rodoviária do Tejo, dados disponíveis em www.rodotejo.pt

O período de funcionamento das carreiras que servem o concelho varia entre as 3 horas e 50 minutos e as 10 horas diárias, sendo a duração das viagens muito variável, entre os 14 minutos (carreira que funciona apenas no período escolar) e os 85 minutos. A frequência das carreiras varia entre uma e seis circulações por sentido, correspondendo este máximo à ligação do Entroncamento a Torres Novas. Este é aliás, o concelho com o qual é estabelecido um maior número de ligações, o que se justificará não apenas pela sua proximidade como também pela relação funcional entre ambos os concelhos e pelas dimensões dos núcleos urbanos (quando comparados com os núcleos situados na envolvente ao Entroncamento).

Ao fim de semana a mobilidade através de transportes coletivos rodoviários é nula, uma vez que as carreiras efetuam serviço apenas durante a semana. Não dispomos de elementos de base ou estudos que permitam verificar acerca do ajustamento de oferta à procura ou da eventual existência de carências relativamente a este tipo de carências. Verifica-se contudo que existe uma relação entre o número de carreiras entre Entroncamento e Torres Novas, num total de 12 carreiras diárias diretas, havendo ainda percursos de outras carreiras que unem estas localidades, com os movimentos pendulares interconcelhios, que são particularmente fortes entre estas cidades.

Denote-se contudo a forte presença do automóvel ligeiro no modo de transporte das deslocações pendulares, conforme adiante se descreve, o que pode significar que existe lugar a ajustamentos na oferta de transporte público de passageiros entre estas localidades.

4.1.2. Transportes coletivos urbanos

O Concelho do Entroncamento dispõe de um sistema de transportes urbanos coletivos – Transportes Urbanos do Entroncamento (TURE) – cuja criação teve como objetivo a melhoria da mobilidade dentro do Concelho. Em funcionamento desde 2005, a rede dos TURE integra atualmente três linhas[6] que, no seu conjunto, cobrem grande parte do território concelhio, cujos percursos encontram-se representados no diagrama da figura 17.7

Os circuitos abrangidos pelo TURE abrangem as duas freguesias do Concelho, verificando-se maior densificação das linhas nas áreas mais consolidadas da cidade do Entroncamento. Existem ainda circuitos que abrangem outros pontos do Concelho como o Casal Sentista (localizado a NE da A23), a zona industrial e o Parque do Bonito.

[6] A linha Azul tem duas carreiras distintas.

[7] Os circuitos das carreiras TURE encontram-se igualmente na Planta 13 Acessibilidades e Transportes Públicos.

O horário de funcionamento das carreiras varia sensivelmente entre as 6h40 e as 20 horas, verificando-se variações consoante as linhas e as paragens em causa. A frequência varia entre as duas circulações na linha azul e as oito/nove circulações na linha vermelha, sendo maior no período escolar. Nas áreas menos centrais do Concelho verifica-se uma clara redução da frequência do TURE.

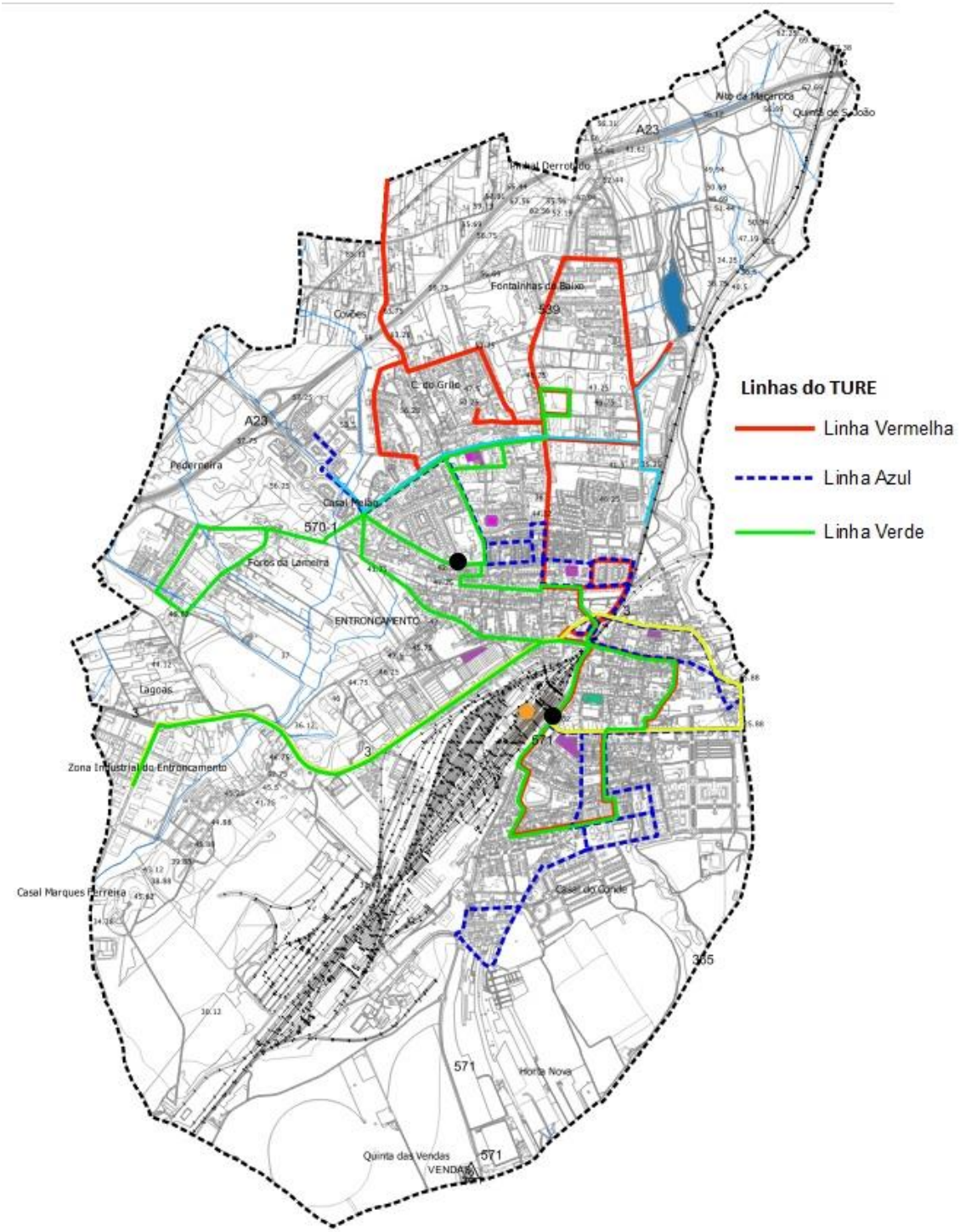


Figura 17. Diagrama das linhas do TURE | Fonte: CM Entroncamento

Tem-se verificado ajustamentos na oferta deste transporte desde a sua entrada em funcionamento. A CME concluiu em 2009 o estudo para a implementação da 2ª Fase dos Transportes Urbanos do Entroncamento (TURE), o qual foi devidamente aprovado pelo Instituto de Mobilidade dos Transportes Terrestres.

A criação da 2ª fase dos Transportes Urbanos, visou corresponder às crescentes expectativas/solicitações da população para que esta oportunidade de mobilidade passasse a estar disponível noutras áreas do Concelho, ainda não servidas, *permitindo garantir que a adequação dos padrões de mobilidade se façam de uma forma harmoniosa e sustentada, melhorando desta forma a qualidade de vida urbana*.8

Como novas áreas a servir foram identificadas zonas comuns ao painel de clientes atuais e potenciais, realçando-se, entre outras, o Bonito, Piscinas Bonito, Altinho e Casal do Grilo, sendo ainda referidas as Fontainhas, Fernave e Rua Elias Garcia. Posteriormente, em 2013, foi efetuado novo ajustamento da oferta, pelo que, pode-se concluir que tem havido um esforço de adaptação da oferta à procura. Sublinha-se por fim que parte significativa dos passageiros são idosos, de acordo com os elementos produzidos pelos TURE.

[8] CME (2009)

4.2. Serviço de Táxis

A cidade do Entroncamento é servida por duas praças de táxis, localizadas na Praça da República, por tal próximo à estação de caminhos de ferro, e uma segunda, na R. Fernando Pessoa, junto à escola secundária.9 De acordo com os dados recolhidos, existem dois lugares de praça na R. Fernando Pessoa e 14 na praça junto à Estação de C.F. A praça de táxis junto à linha de caminho de ferro dispõe de um abrigo para os profissionais e para os clientes.

4.3. Modos de Mobilidade Suave

O conceito de mobilidade suave surge num quadro de sustentabilidade da mobilidade, referindo-se basicamente à deslocação a pé ou outros meios em que a força motriz é o homem, tais como o ciclável, ou ainda à deslocação em que a força motriz é a eletricidade. É particularmente relevante neste contexto a mobilidade ciclável, para a qual tem havido um relevante investimento público, sendo este transversal a nível nacional.

No caso do Concelho do Entroncamento, tem-se verificado sucessivos investimentos na oferta de pistas cicláveis e na construção de uma rede que tome partido dum fator relevante para a sua constituição: a planura do relevo.10

Assim, o primeiro percurso entrou em funcionamento em setembro de 2005 (começa próximo da área comercial do Entroncamento e desenvolve-se pela Avenida Villiers Sur Marne, Rua dos Ferroviários e Rua Dr. Francisco Sá Carneiro), o qual é ampliado em março de 2006 com a ligação ao Complexo Desportivo do Bonito, num total de 1 646 metros. Todo o percurso está segregado entre o passeio pedonal e a artéria rodoviária. O Percurso entre o Parque Verde do Bonito e o Estádio entrou em funcionamento em novembro de 2009. O restante, até ao Pavilhão Desportivo, foi inaugurado em agosto de 2010. Esta é a Ciclovia que contorna as infraestruturas do Complexo Desportivo do Bonito criando, assim, uma via de circulação suave de acesso a todas as instalações desportivas, totalizando 906 metros.

[9] Ver Planta 13 Acessibilidades e Transportes Públicos
[10] Ver Planta 13 - Acessibilidades e Transportes Públicos



Figura 18. Ciclovia no complexo desportivo do Bonito | Fonte: CM Entroncamento

No sentido de ampliar a rede para o centro da cidade, a autarquia aprovou a construção da nova ciclovia, que liga a zona da Soladrilho ao centro de Saúde.

Esta obra permitiu reabilitar a longa placa de cimento que cobria a ribeira de Santa Catarina e, nas zonas não cobertas, promover a recuperação das margens da mesma. A área inclui zonas ajardinadas, zonas de descanso e um conjunto de aparelhos de ginástica ao ar livre junto ao Centro de Saúde.

Relativamente à circulação pedonal, há a referir a existência de uma rua encerrada ao trânsito, a R. rua Luís Falcão de Sommer, conhecida como "*rua pedonal*". Também sublinha-se as obras de beneficiação da Pç da República e da Pç Salgado Zenha, onde a circulação pedestre encontra-se claramente potenciada pelo mobiliário urbano.



Figura 19. Ponte Pedonal sobre a linha de caminho de ferro na Estação do Entroncamento | Fonte: Entroncamento online

Também relativamente ao atravessamento pedonal da linha de caminho de ferro, constata-se que esta constitui uma barreira física muito significativa. Atualmente existem três pontes a atravessar as linhas

ferroviárias, uma das quais destinada apenas a peões e da responsabilidade da REFER as restantes duas para veículos e peões. Existem ainda dois túneis, um exclusivo para a circulação de veículos, e o outro onde circulam veículos e peões (separados por divisória).

4.4. Rede Ferroviária - Transporte Público de Passageiros

O modo ferroviário é o transporte público de passageiros de excelência do concelho para o acesso às restantes áreas do país, para distâncias de médio e longo curso e para os pontos diretamente acessíveis por este modo de transporte – ver capítulo relativo á mobilidade.

Ao facto de a estação ferroviária se localizar na interligação entre as Linhas do Norte e da Beira Baixa, acresce a disponibilização de diversos tipos de serviços (regional, inter-regional, intercidades e Alfa Pendular) e de uma multiplicidade de horários e de interligações.

No quadro seguinte apresentam-se os principais percursos que integram a estação do Entroncamento como ponto de chegada/partida ou como paragem.

Linhas	Percurso	Serviços
Norte	Entroncamento/Coimbra/Entroncamento	Regional
	Lisboa/Porto/Lisboa	Regional e Inter-regional
	Lisboa/Porto/Lisboa	Alfa Pendular
	Lisboa/Porto/Guimarães/Lisboa	Intercidades
Norte e Ramal de Tomar	Lisboa/Tomar/Lisboa	Regional e Inter-regional
Norte e Beira Alta	Lisboa /Guarda/Lisboa (com ligação a Vilar Formoso)	Regional e Intercidades
Beira Baixa	Lisboa/Covilhã/Lisboa	Regional ou Intercidades

Quadro 4. Percursos ferroviários com paragem no Entroncamento | Fonte: CP, dados disponíveis em www.cp.pt

Além dos percursos apresentados no quadro acima há a considerar que, estando a estação do Entroncamento integrada na Linha do Norte e numa posição geograficamente central no contexto do país, o acesso a outros percursos/linhas é facilitado.

5. Movimentos Pendulares

5.1. Introdução

Caraterizada que estão as infraestruturas de suporte à mobilidade e a rede de transportes coletivos dos quais resulta a excelência de acessibilidades e a facilidade de acesso ao modo ferroviário, que destaca o Entroncamento no contexto da região em que se insere, importa agora caraterizar a mobilidade de forma a completar uma análise de constrangimentos / carências em matéria de transporte.

A análise da matéria dos movimentos pendulares é efetuada com recurso aos dados disponibilizados pelo INE no Recenseamento Geral da População de 2011, sendo desde já de sublinhar que os dados produzidos pelo INE neste último recenseamento contém menos cruzamento de informação do aqueles que foram disponibilizados em 2001.

Neste contexto, são utilizadas as seguintes variáveis para caracterizar os movimentos pendulares,:

- Proporção da população residente que entra na unidade territorial (concelho)
- Proporção da população residente que sai da unidade territorial (concelho)
- Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares (N.º) por concelho
- Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por concelho

5.2. Movimentos Pendulares

Durante as anos 90 e inícios dos anos 2000, num cenário em que o setor ferroviário já não suporta no Entroncamento uma bolsa de emprego de grande dimensão e a transição para uma economia terciária assente nos serviços às famílias e às empresas ainda não está completa (nomeadamente os serviços que adotam a temática ferroviária, mas não estão incluídos na "fileira" dos transportes, como por exemplo serviços na área do design e software), justifica-se o posicionamento do Entroncamento como "emissor líquido" de mão de obra para os concelhos vizinhos.

Contudo o recente desenvolvimento do emprego no comércio e serviços, no sentido da atração da população, por um lado, e a facilidade de acesso a Lisboa, em sentido contrário, aliado a um constante crescimento da oferta habitacional na cidade, são os fatores que acima de tudo justificam o posicionamento do concelho quanto a movimentos pendulares: Entroncamento acolhe diariamente aproximadamente de 4.000 trabalhadores não residentes no concelho (oriundos, sobretudo, de Torres Novas, Barquinha, Tomar e Abrantes) e, em simultâneo, envia diariamente para fora dos limites da cidade quase 5.950 residentes (sobretudo, para Torres Novas e Lisboa).

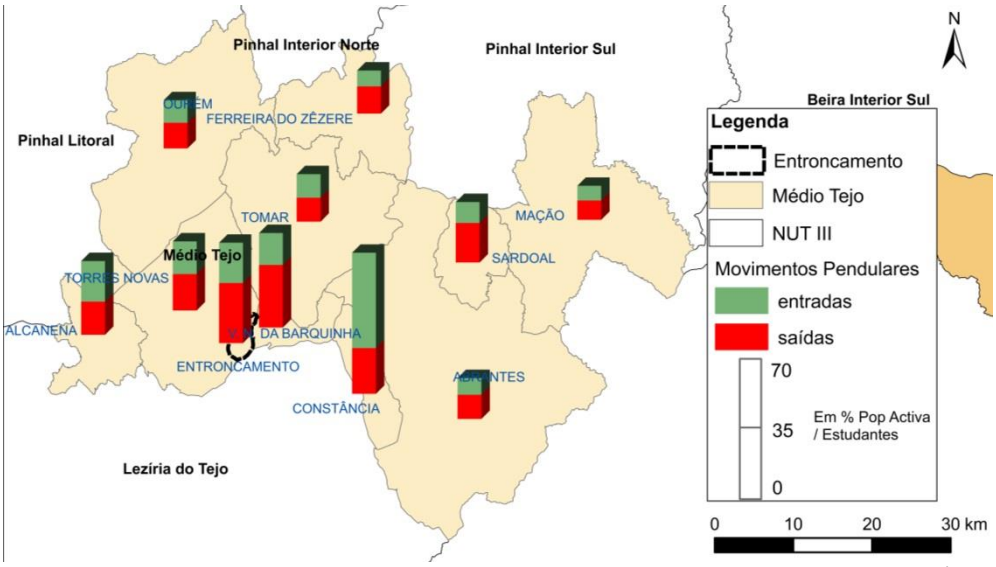


Figura 20. Movimentos pendulares nos Concelhos do Médio Tejo (entradas e saídas de população ativa /estudantes, em %) | Fonte: INE (2011)

No contexto da sub-região, o Entroncamento (e Vila Nova da Barquinha), constituem os Concelhos com maiores movimentos pendulares, induzidos quer pelas entradas, quer sobretudo pelas saídas, o que aliado a uma distinta utilização dos modos de transporte em relação aos Concelhos da região, como adiante se verá, induz claramente que estes dois Concelhos, em particular, sofrem já um processo de atração pela Área Metropolitana de Lisboa e por Santarém.11

O Entroncamento assume, e continuará a assumir, pela sua centralidade e acessibilidade sobretudo ao modo de transporte ferroviário, a função de hub à escala regional, distribuindo pelo território da Grande Região de Lisboa (e Santarém) os residentes no concelho e nos territórios vizinhos (note-se que a inserção do Entroncamento na rede de movimentos pendulares é subavaliada pelas estatísticas oficiais, na medida em que não se contabilizam os passageiros residentes nos territórios vizinhos e que diariamente deslocam-se até ao Entroncamento para daí partirem para Lisboa por comboio).

[11] A título meramente informativo, salienta-se o Concelho de Constância quanto à atração de população ativa, empregue nas industrias de grande dimensão aí instaladas.

5.3. Movimentos Pendulares por Meio de Transporte

O meio de transporte mais utilizado nos Concelhos do Médio tejo para as deslocações pendulares é claramente o automóvel - ver figura 21.

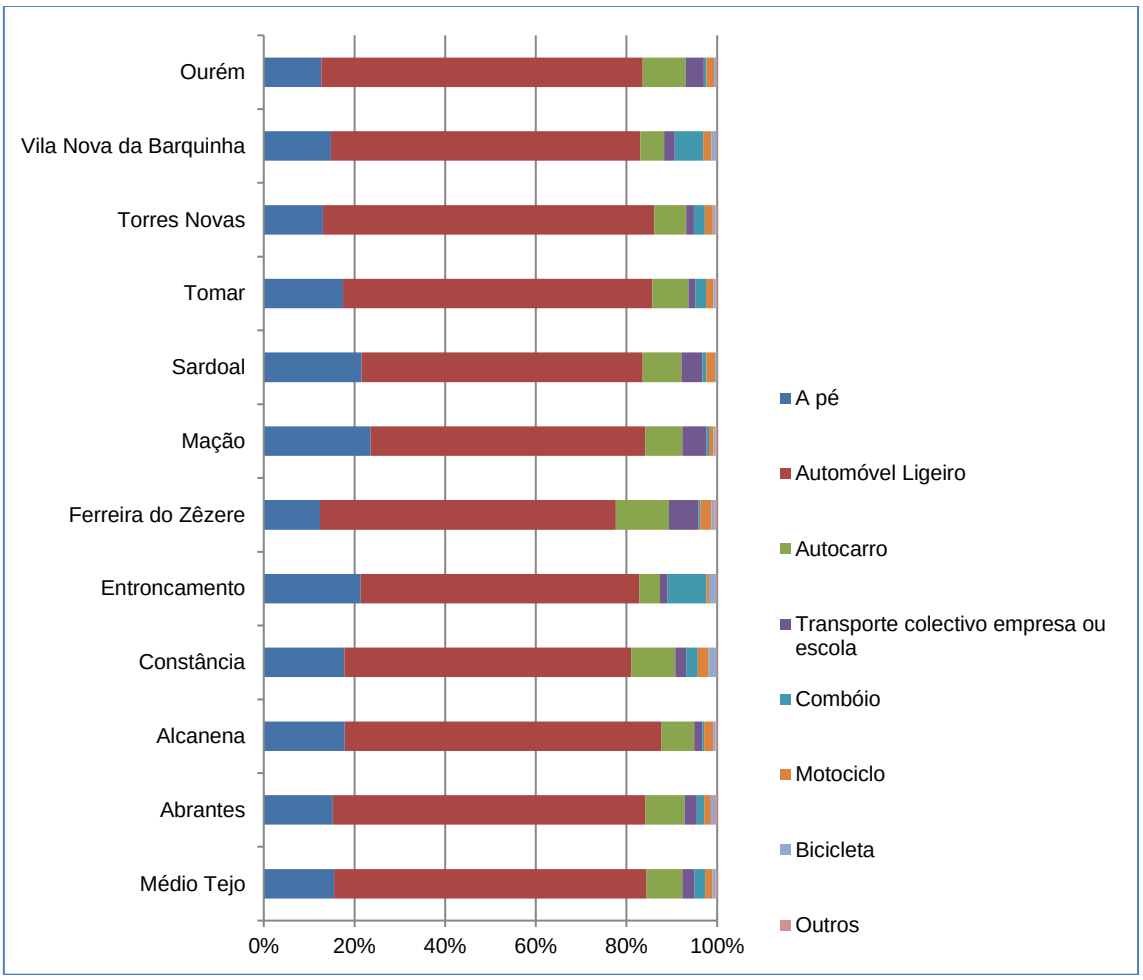


Figura 21. Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares dos Concelhos do Médio Tejo | Fonte: INE (2011)

Sendo ainda relevantes as deslocações a pé, denota-se claramente que existe espaço para o crescimento de outros modos de transporte captando população que ora se desloca de automóvel próprio, sem contudo haver dados de base ou estudos sobre esta matéria que permitam quantificar / concretizar esta apreciação.

O Concelho do Entroncamento destaca-se claramente dos demais pela maior relevância no uso do comboio, que conforme adiante se constata altera igualmente para mais o tempo médio de deslocação, o que claramente permite constatar o uso deste modo para deslocações mais distantes, logo, a referida atração por Lisboa e Santarém.

Repare-se igualmente que também no Concelho de Vila Nova da Barquinha existe maior relevo do meio de transporte ferroviário, o que claramente atesta a Estação do Entroncamento como hub que drena um conjunto de população não apenas do Entroncamento mas também de Barquinha. Tal facto confirma a necessidade de organizar e ampliar capacidade de estacionamento no Concelho

5.4. Tempo Médio de Deslocação

O Concelho do Entroncamento é claramente aquele cujo tempo médio de deslocação pendular é maior, seguido da Barquinha, o que denota e comprova o que atrás foi afirmado: a influência da deslocação por comboio e a atração por destinos de trabalho mais afastados, designadamente Lisboa - ver figura 22.

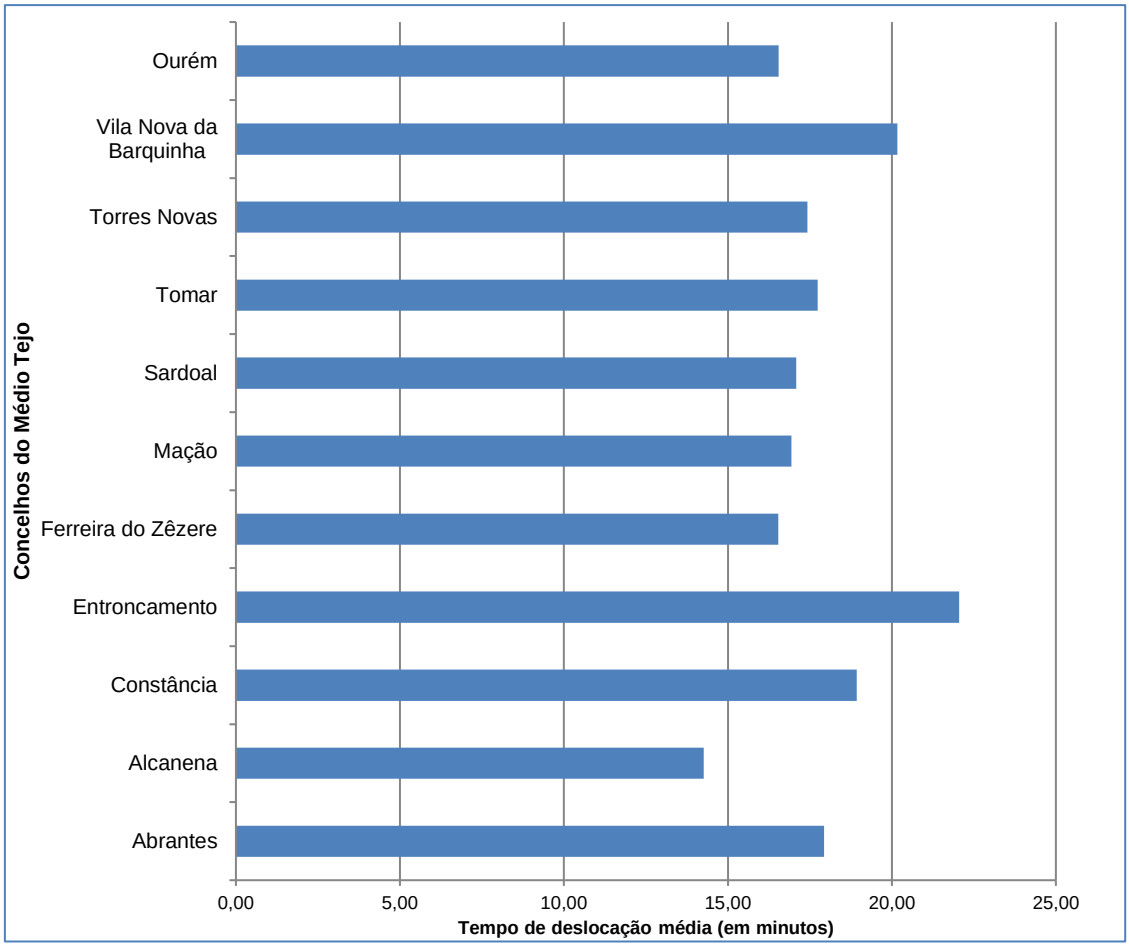


Figura 22. Duração média dos movimentos pendulares dos Concelhos do Médio Tejo (em m) | Fonte: INE (2011)

Infraestruturas de Desenvolvimento Linear | CAP. IV

1. Nota Introdutória e metodológica

A execução do presente capítulo relativo às infraestruturas tem como fundamento a necessidade de se incluir nos documentos de caracterização do procedimento de revisão do PDM, a caracterização da área de intervenção, identificando de entre outras " … *as redes de abastecimento público* (…) *bem como os sistemas de telecomunicações, de abastecimento de energia, de captação, de tratamento e abastecimento de água, de drenagem e tratamento de efluentes e de recolha, depósito e tratamento de resíduos* …".12

Para a elaboração do presente capitulo recolheu-se junto da CME os elementos de base necessários para a elaboração do mesmo: caracterização qualitativa e quantitativa das infraestruturas em causa.
Sublinha-se desde já que a análise sobre esta matéria encontra-se cerceada pela disponibilidade efetiva de dados de base atualizados.

Os dados relativos às redes/sistemas de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de esgotos têm como fonte, para além da CME, os dados disponíveis pela empresa concessionária do sistema "em alta" AdLVT – Águas de Lisboa e Vale do Tejo, nomeadamente a caracterização da situação existente e as proposta de infraestruturas a construir por aquela empresa. Para dirimir eventuais dificuldades de leitura do presente documento distingue-se, desde já, os conceitos de Redes de Drenagem e de Sistemas de Drenagem e tratamento de águas residuais aqui utilizados.

Entende-se por Rede de Drenagem o conjunto de órgãos e estruturas que permitem a recolha do efluente, e o encaminhamento até um determinado ponto de descarga por força gravitacional e/ou sistema de bombagem, por tal, a rede de drenagem de águas residuais inclui os coletores e os órgãos (eventualmente) necessários para efetuar bombagens (estações elevatórias) em situação em que haja necessidade de vencer obstáculos de cota. Os *Sistemas* incluem as redes e um órgão complementar destinado ao tratamento das águas residuais a montante da descarga no meio, a Estação de Tratamento de Águas Residuais.

Julga-se também pertinente introduzir o conceito em "alta" e sistema em "baixa". O sistema em "alta" compreende toda a infraestrutura de captação, tratamento e transporte de água até aos pontos de entrega no sistema municipal para distribuição nos sistemas em "baixa", no caso do abastecimento de água, e a infraestrutura de recolha, transporte e tratamento dos efluentes produzidos e recolhidos nos sistemas em "baixa", no caso das infraestruturas de drenagem e tratamento de efluentes.

[12] Conforme dispõe o DL n.º 80/2015, de 14 de maio.

Salienta-se que na cartografia referente às infraestruturas lineares nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento e drenagem de águas residuais são representados apenas os elementos que constituem o sistema "em alta". O sistema "em baixa" é constituído pelas redes de distribuição (no caso do abastecimento de água) e de recolha (no caso dos efluentes), as quais, uma vez que servem todo o concelho se desenvolvem ao longo dos arruamentos/vias de todo o território e, em alguns casos, em ambos os lados da rua, tornam-se ilegíveis de cartografar à escala 1/10.000.

Sublinha-se, por fim, que nesta fase é apenas abordada a caracterização dos sistemas existentes e são referidas as infraestruturas que a AdLVT propõe construir para o território concelhio.
Na caracterização do(s) sistema(s) de recolha e tratamento de resíduos sólidos foram utilizados os dados cartográficos disponíveis na CME.

Para além dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento básico, e para efeitos de cumprimento do RJIGT, são analisados no presente relatório, o sistema de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, os sistemas de Telecomunicações.

Estas temáticas encontram-se traduzidas graficamente em peça gráfica complementar ao presente relatório.[13]

[13] Ver Planta 15 - Planta dos Traçados de Infraestruturas

2. Infraestruturas de Saneamento Básico

A infraestruturação do território em termos de saneamento básico é um fator determinante da qualidade de vida da população e da sustentabilidade do meio, sendo largamente reconhecidas as externalidades positivas para a saúde pública e para o ambiente decorrentes dos serviços de abastecimento de água e de drenagem, tratamento de águas residuais e recolha de resíduos sólidos. Este papel, conjugado com a inter-relação estabelecida com o ordenamento e planeamento do território, torna necessária a caracterização destas infraestruturas no Concelho do Entroncamento, no âmbito dos Estudos de Caracterização da Revisão do PDM.

O Concelho do Entroncamento apresenta níveis de atendimento de 100% no abastecimento de água e de cerca de 99% na drenagem de águas residuais, facto que se relaciona em parte com o caracter urbano de grande parte do território municipal, não obstante existam concelhos caracterizados por uma maior ruralidade e que apresentam um cenário idêntico em termos de infraestruturação.

A gestão e exploração dos sistemas "em alta" de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de efluentes encontra-se concessionada à empresa Águas do Centro, S.A.[14], a qual é responsável pelo abastecimento de água "em alta" e pela drenagem e tratamento de águas residuais, também "em alta", enquanto o sistema "em baixa" é da responsabilidade da autarquia. De acordo com a informação disponibilizada pela autarquia, se forem executadas todas as infraestruturas previstas e acordadas com a Águas do Centro, os sistemas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais e pluviais servirão o Concelho num horizonte de 20 anos.

[14] Constituída pelo Decreto-Lei nº 197-A/2001, de 30 de junho, a Águas do Centro, S.A. é, por um período de 30 anos, detentora da concessão de Gestão e Exploração do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais de Raia, Zêzere e Nabão. Embora o Concelho do Entroncamento não se encontrasse inicialmente integrado neste sistema multimunicipal, com a cobertura legal que é conferida pelo n.º 1 do artigo 2º do mencionado DL, no qual é referido que "O sistema pode ser alargado a outros municípios, mediante reconhecimento de interesse público justificativo" o âmbito de atuação da AdC foi alargado aos municípios de Alcanena, Entroncamento, Mação, Sardoal e Vila Nova da Barquinha, todos pertencentes ao Médio tejo.

2.1. Abastecimento de Água

O Concelho do Entroncamento é servido por um sistema de abastecimento de água (comum aos municípios de Constância e Vila Nova da Barquinha) que cobre a totalidade do seu território, servido por três pontos distintos de fornecimento de água, um dos quais sob gestão da EPAL, os outros dois correspondentes a captações por furo – ver quadro 6.

Síntese das infraestruturas de abastecimento de água existentes	
Sistema adutor	Duas condutas em pvc que totalizam uma extensão de 3 500 m
Nº de Reservatórios	3
Nº de captações subterrâneas	2
N.º de fontanários ligados à rede	10
N.º de postos de cloragem	3
N.º de estações de bombagem	3
Comprimento total da malha de distribuição	62 000 metros
Material	Pvc e fibrocimento

Quadro 5. Infraestruturas de abastecimento de água no Concelho do Entroncamento | Fonte: CM Entroncamento – Proteção Civil; AdLVT

O fornecimento de água ao Concelho é efetuado sobretudo pela EPAL, através de conduta integrada no sistema de adução denominado da Meia-Via/Entroncamento, o qual serve os municípios do Entroncamento e Torres Novas, e que abastece o reservatório do Casal do Grilo, no Entroncamento, com uma capacidade instalada de 4 000 m3. Este reservatório, através de uma conduta de diâmetro 500 abastece a malha do Concelho.

Os outros dois pontos de origem de água no Concelho do Entroncamento são as captações subterrâneas AC5 e AC6, atualmente em exploração e que elevam água também para o reservatório do Casal do Grilo, a partir do qual são abastecidos os outros dois reservatórios existentes - ver Quadro 6. Estas duas captações localizam-se na zona nascente do Concelho e contribuem com uma percentagem de cerca de 20% para o total de água consumida.

Os três reservatórios, bem como o mesmo número de estações de bombagem, postos de cloragem/ETA e as condutas adutoras que ligam, constituem o sistema "em alta" de abastecimento de água atualmente existente no Concelho do Entroncamento. O sistema "*em baixa*" integra a rede de distribuição com um comprimento total de 62 000 metros - ver Quadro 5.

De acordo com a Proteção Civil do Entroncamento, a reserva de água, considerando a construção existente atualmente, é de 3 dias e de 3,5 dias se os furos não pararem o seu funcionamento. Segundo esta mesma fonte nunca existiu, até ao momento, um problema de escassez nítido, admitindo-se, no entanto, que poderá não ser possível assegurar as pressões nos pontos mais elevados ou distantes.

Captações de águas subterrâneas	**Designação**	**Profundidade**	**Nível**	**Nível**	**Profundidade**
	AC5 (furo)	171	40m	29m	45m
	AC6 (furo)	83	31m	18m	53 m
Sistema adutor	**Troço**	**Extensão (m)**	**Diâmetro (mm)**	**Material**	
	ETAR – R. Grilo	3 000	160	PVC	
	Ligação à R. Alto	500	200	PVC	
Reservatórios	**Localização**	**Tipo de**	**Cota**	**Nº de Células**	**Capacidade**
	Vaginhas	elevado	57	1	600
	Casal do Grilo	apoiado	86	4	4 000
	Alto do Sobreiro	elevado	59	1	300
Estações de Bombagem	**Designação**	**N.º de grupos**	**N.º bombas em**	**Potência de funcionamento**	
	AC5	1	1	34 KW	
	AC6	1	1	36,7 KW	
ETA's / Postos de Cloragem	**Captação**	**Caudal máx.**	**Funcionamento**	**População**	**Controlo**
	AC5	50 m3/hora	20 horas/dia	200 hab.	Não existe controlo na produção de
	AC6	54 m3/hora	19horas/dia	3 000 hab.	

Quadro 6. Características do sistema de abastecimento de água "em alta" no Entroncamento | Fonte: CM Entroncamento – Proteção Civil

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 382/99, de 22 de setembro, foram estabelecidas as normas e os critérios para a delimitação de perímetros de proteção de captações de águas subterrâneas destinadas ao abastecimento público. O perímetro de proteção é constituído por três zonas: zona de proteção imediata15, zona de proteção intermédia16 e zona de proteção alargada17.

Para as captações subterrâneas AC5 e AC6, da responsabilidade da Águas do Centro, S.A., agora integrada nas ADLVT "Águas de Lisboa de Vale do Tejo" foi elaborada uma proposta de perímetros de proteção aprovados e publicados em Diário da Republica, Iª série - n.º 46 - de 7 de março de 2016, pela Portaria n.º 40/2016 de 7 de março. Na figura 23 encontra-se representada a localização das captações subterrâneas AC5 e AC6 e respetivas zonas de proteção alargada.

Para além das captações de água para consumo humano, o Concelho do Entroncamento dispõe ainda de sete captações subterrâneas cuja água se destina exclusivamente à rega. Estas últimas são da

[15] Zona de proteção imediata - área contígua à captação em que, para a proteção direta das instalações da captação e das águas captadas, todas as atividades são, por princípio, interditas;

[16] Zona de proteção intermédia - área contígua exterior à ZPI, de extensão variável, tendo em conta as condições geológicas e estruturais do sistema aquífero, definida por forma a eliminar ou reduzir a poluição das águas subterrâneas, onde são interditas ou condicionadas as atividades e instalações suscetíveis de poluírem águas, quer por infiltração de poluentes, quer por poderem modificar o fluxo na captação;

[17] Zona de proteção alargada - área contígua exterior à ZP intermédia, destinada a proteger as águas subterrâneas de poluentes persistentes, onde as atividades e instalações são interditas ou condicionadas em função do risco de poluição das águas, tendo em atenção a natureza dos terrenos atravessados, a natureza, quantidade e modo de emissão de poluentes.

responsabilidade da Câmara Municipal e encontram-se disseminadas pela metade nascente do Concelho.

A AdC, agora integrada nas AdLVT previa, no seu estudo de 2006, mencionado na "Nota Introdutória e Metodológica", a construção de um novo reservatório, do tipo apoiado, com uma capacidade de 2500 m3, assim como uma nova conduta adutora, do tipo gravítico em, com uma extensão de 5 600 metros e um diâmetro de 250 mm em FFD, para estabelecer a ligação entre o reservatório de Casal do Grilo e o novo reservatório.

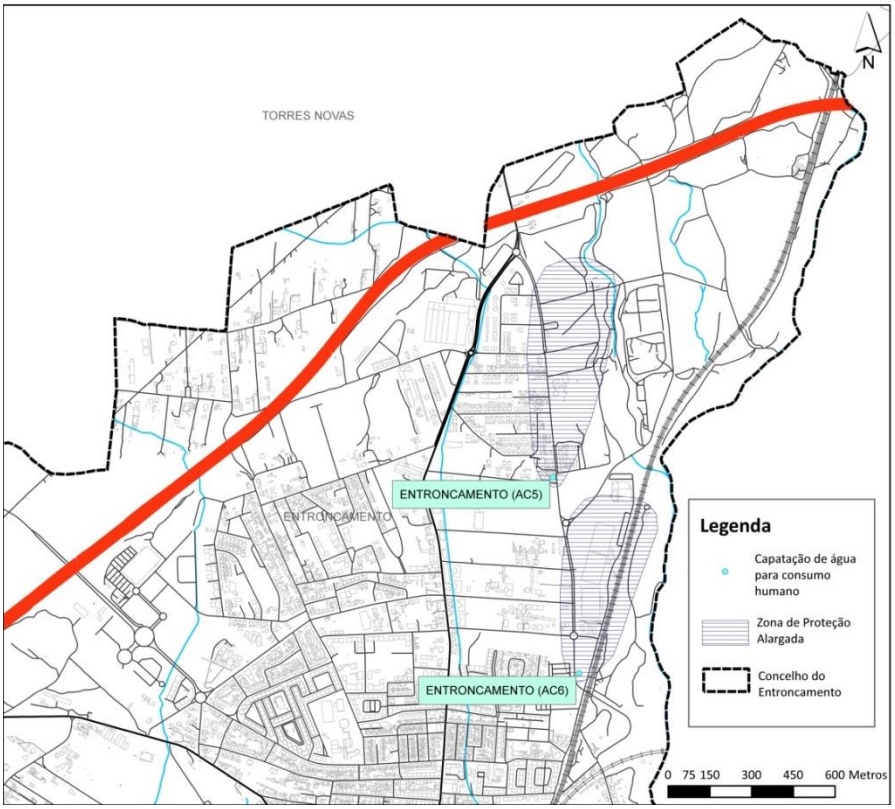


Figura 23. Perímetros de proteção propostos para as captações de água subterrânea no Entroncamento | Fonte: AdLVT.

2.2. Drenagem e Tratamento de Águas residuais

O sistema de drenagem e tratamento de águas residuais do Concelho do Entroncamento é constituído por uma rede de drenagem separativa com um comprimento total de 62 000 metros, duas estações elevatórias e duas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR).

Este sistema permite um nível de atendimento de cerca de 99%. De acordo com a informação disponibilizada pelos serviços da autarquia, com a concessão do sistema "em alta" à Águas do Centro, agora integrada nas AdLVT, o sistema de drenagem funciona atualmente sem qualquer tipo de problema, registando-se apenas falhas no serviço em episódios de elevada pluviosidade, uma vez que ainda existem ligações ilegais de pluviais aos domésticos que criam entropia no sistema.

As ETAR atualmente em funcionamento são a ETAR municipal do Entroncamento, localizada junto ao limite sudeste da cidade do Entroncamento e a ETAR que serve a área industrial do Entroncamento e localizada junto a essa mesma área.

Redes de drenagem	
Comprimento Total	62 000 metros
N.º de estações elevatórias	2
Material	grés e pvc

Quadro 7. Características da rede de drenagem de águas residuais do Concelho do Entroncamento | *Fonte: CM Entroncamento*

Salienta-se que fora da área industrial do Entroncamento existe apenas um estabelecimento industrial, a Soladrilho – Sociedade Cerâmica de Ladrilhos, SA, que tem a rede de águas residuais ligadas ao coletor municipal, pois foram equiparadas a domésticas.
Tem também águas residuais industriais tratadas, provenientes do separador de hidrocarbonetos afeto ao posto de abastecimento de gasóleo, em coletor de águas pluviais.

2.2.1. ETAR Municipal do Entroncamento

A ETAR municipal, construída durante a década de 70, dimensionada para 14.000 hab. e ampliada posteriormente na década de 80 para 19.800 e.p., atendendo a que a população abrangida ultrapassava já o limiar para o qual foi dimensionada, e que a sua ampliação (que permitiria o aumento da capacidade de resposta) não era viável dada a sua localização contígua à área urbana consolidada do Entroncamento e integrada na área de intervenção do Plano de Pormenor do Formigão, plenamente eficaz, foi recentemente encerrada e relocalizada.

A nova ETAR localiza-se na área sul do Concelho, junto ao limite com o Concelho da Golegã, uma área caracterizada pela sua ocupação agrícola, evitando-se desta forma a proximidade deste tipo de infraestrutura ao aglomerado populacional, como se verificava com a antiga ETAR.

2.2.2. ETAR da Zona Industrial do Entroncamento

A ETAR da zona industrial do Entroncamento, localizada na peça gráfica n.º 15, efetua o tratamento do esgoto doméstico e industrial da zona industrial do Entroncamento, recorrendo aos seguintes processos de tratamento:

1. Elevação inicial
2. Decantação inicial
3. Tratamento secundário (tratamento biológico em SBR - tanque de arejamento em regime de arejamento prolongado e decantação secundária);
4. Elevação para descarga final

O meio recetor das descargas é a Ribeira do Borralho, sendo que o controlo analítico da qualidade das águas é realizado pela Águas de Lisboa de Vale do Tejo (AdLVT), anteriormente designada pela Águas do Centro, S.A. (AdC).

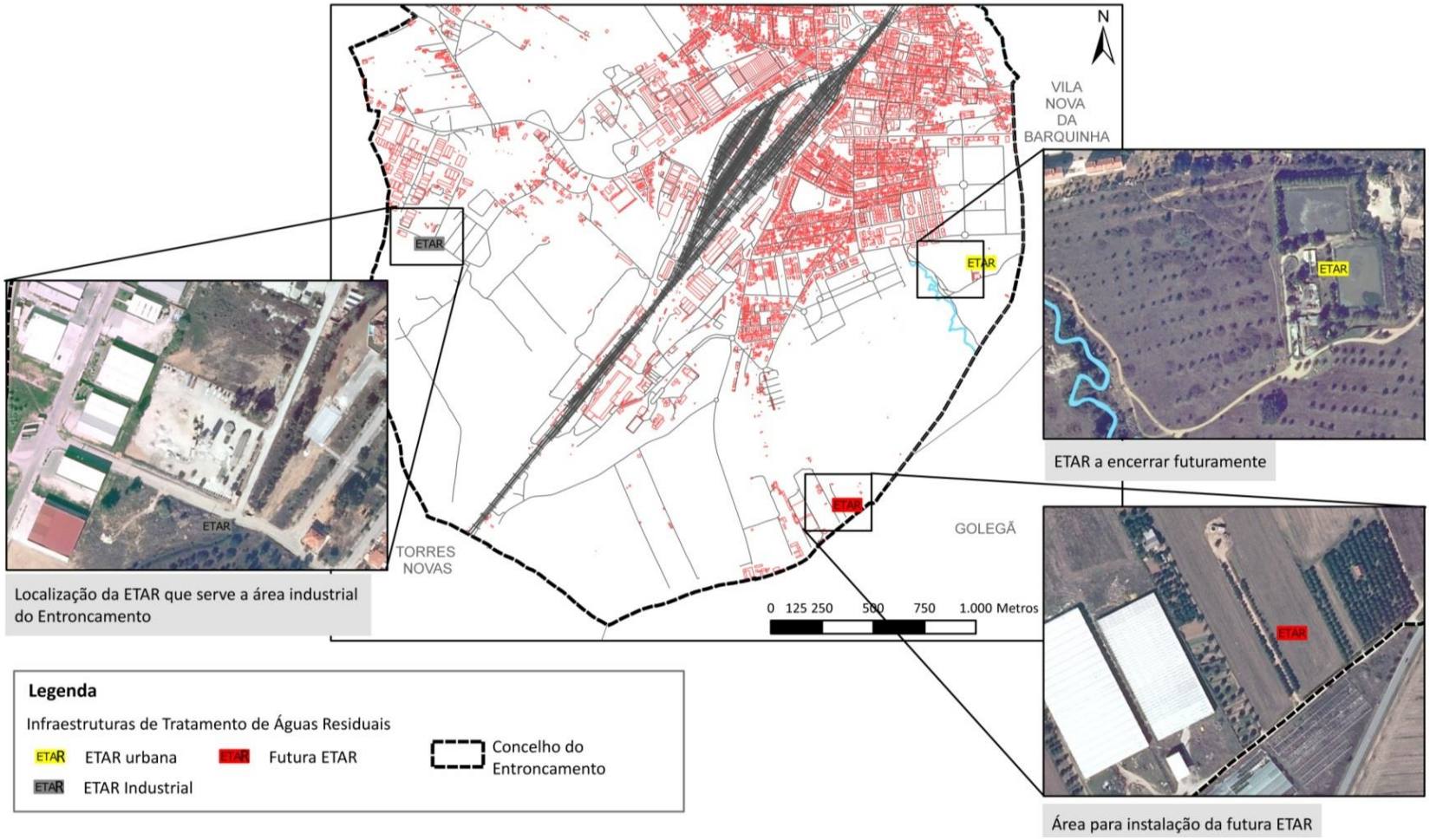


Figura 24. Localização das ETAR existentes no Concelho do Entroncamento e indicação do local previsto para a construção da futura ETAR | Fonte: CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento; CME;

3. Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos

O Concelho do Entroncamento dispõe atualmente de dois tipos de recolha de resíduos sólidos: a recolha de resíduos sólidos urbanos não recicláveis (RSU) e a recolha seletiva.

A recolha de RSU é efetuada pelos serviços da Câmara Municipal do Entroncamento, cobre a totalidade do Concelho e funciona de modo satisfatório, com elevado nível de serviço prestado. A recolha é totalmente contentorizada, dispondo o município de recipientes de deposição coletiva (cerca de 653) espalhados pelo Concelho. O município é também responsável pela lavagem e desinfeção periódica dos contentores.
Após a sua recolha os RSU produzidos no Concelho têm como destino o Aterro Sanitário da RESITEJO, Associação de Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo18, localizado no Arrepiado, freguesia da Carregueira, concelho da Chamusca.

A recolha seletiva de papel/cartão, vidro, embalagens e pilhas é realizada pela RESITEJO nos pontos de recolha distribuídos pelo território concelhio, contabilizando-se um total de 121 ecopontos (subterrâneos e de superfície), para a recolha seletiva de papel/cartão, vidro e embalagens de plástico e metal, sendo que em 80 ecopontos existem também pilhões para a recolha de pilhas e baterias usadas. Além da recolha seletiva de resíduos sólidos o Concelho dispõe igualmente da recolha de óleos usados, possuindo para o efeito um total de 21 oleões dispersos pelas áreas de maior concentração populacional.

Os resíduos sólidos resultantes da recolha seletiva são transportados para a Estação de Triagem da RESITEJO19, localizada no EcoParque do Relvão, Carregueira, onde é realizada a triagem, enfardamento e armazenamento dos materiais, que posteriormente são enviados para as indústrias de reciclagem.

No que diz respeito às infraestruturas de gestão de resíduos, salienta-se o Ecocentro, estrutura que permite recolher seletivamente resíduos que pelas suas caraterísticas ou dimensões não são passíveis de serem recolhidos nos ecopontos. O Município do Entroncamento partilha o ecocentro, localizado na EN 110, junto à zona industrial, com o Município de Vila Nova da Barquinha.

[18] O Sistema de Gestão de Resíduos da RESITEJO entrou em funcionamento em maio de 1999, abrange a área geográfica dos concelhos de Alcanena, Chamusca, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Golegã, Santarém, Tomar, Torres Novas e Vila Nova da Barquinha. É constituído por 1 aterro sanitário, 1 estação de triagem, 3 unidades de transferência, 4 centros de transferência e 8 ecocentros.
[19] Em funcionamento desde 2004.

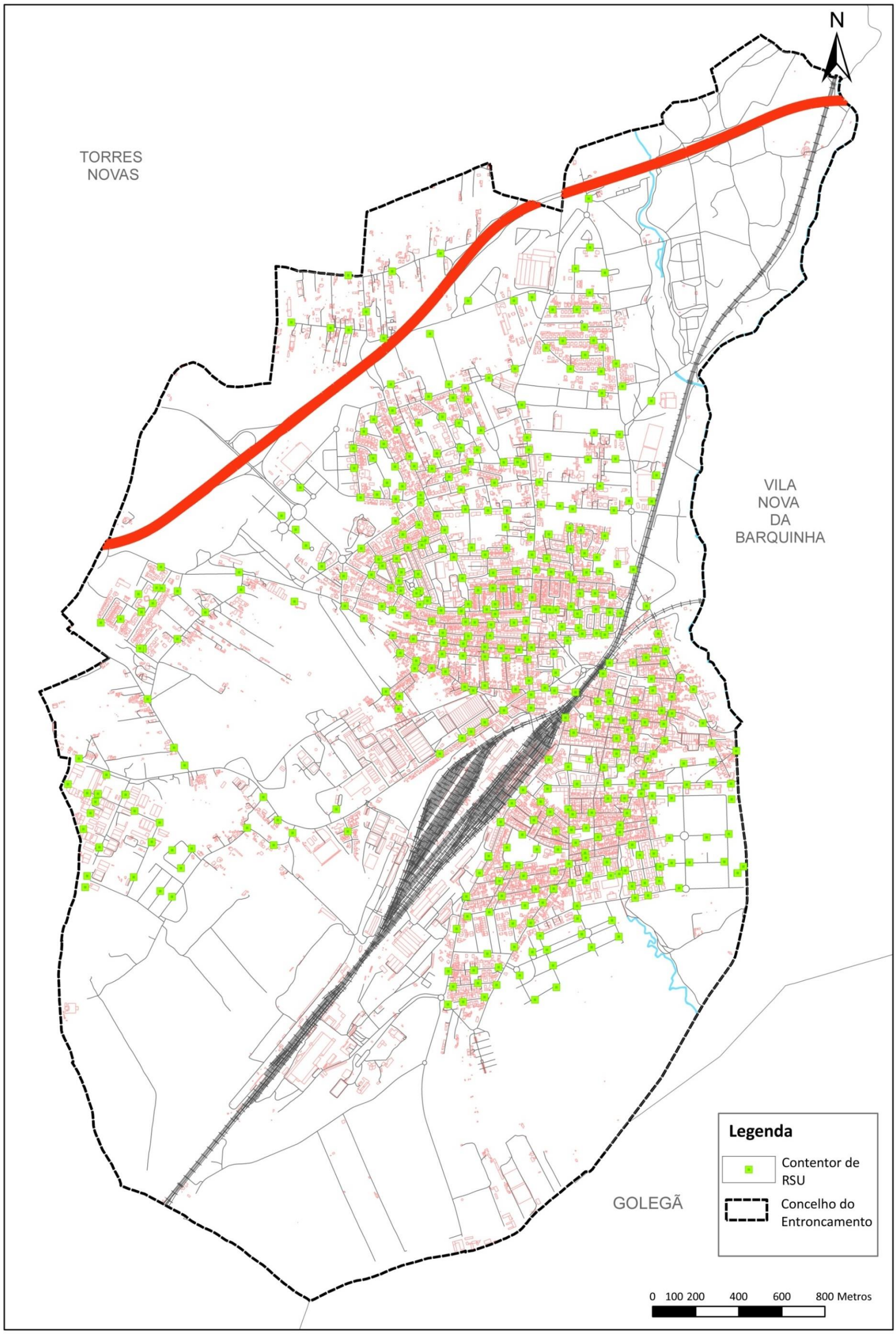


Figura 25. Localização dos contentores de recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) no Concelho do Entroncamento | Fonte: CME; CIMT, Cartografia de Base 1/10 000

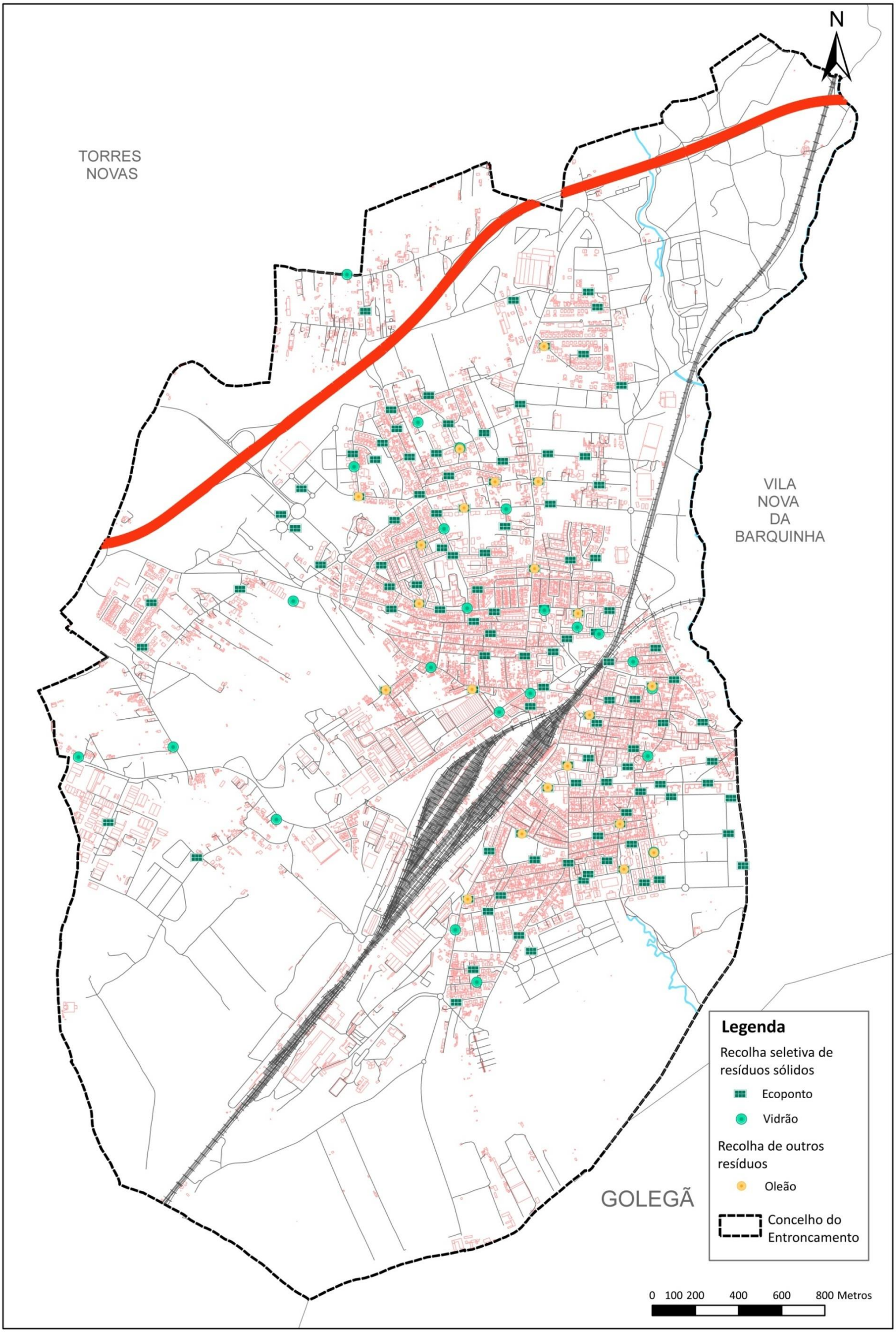


Figura 26. Localização dos pontos de recolha seletiva de resíduos no Concelho do Entroncamento | Fonte: CME; CIMT, Cartografia de Base 1/10 000

4. Sistemas de Abastecimento de Energia Elétrica de Combustíveis

Em função da escala a que por norma são representados os PDM, tem-se adotado por questões gráficas mas, igualmente, atendendo às restrições sobre o uso e ocupação do território, identificar nas diversas peças gráficas que compõem os Planos, apenas as estruturas da rede nacional de transporte de energia elétrica em alta ou muito alta tensão. Estas redes são, na sua generalidade da responsabilidade da REN, S.A., pese embora também a EDP detenha redes destes níveis de Serviço.

O Concelho do Entroncamento é atravessado por duas linhas de alta tensão[20], uma que segue ao longo e sensivelmente em paralelo da A23, por tal no Norte do Concelho, outra que bordeja o limiar da área urbana consolidada a Sul e que tem como extrema a subestação que se situa junto à linha de caminho de ferro no Sul do Concelho. Tem ainda origem na subestação junto ao pavilhão municipal um conjunto de linhas, sendo ainda de referir um conjunto de estruturas na área industrial da cidade.

Conforme se encontra acima descrito, situam-se no Concelho duas subestações elétricas.[21] Situa-se a norte do Concelho uma conduta de gasoduto que, em alguns pontos identificados na referida peça gráfica, cruzam o Concelho, situando-se na zona norte um local de depósito.

[20] Ver Planta 2.3 - Planta de Condicionantes Outras e Planta 15 - Planta dos Traçados de Infraestruturas

[21] Ver Relatório 3 – Ocupação do solo, avaliação do PDM e dinâmica de licenciamento.

5. Sistema de Telecomunicações

Para além dos normais meios e estruturas que servem diretamente a população, com as comunicações facilitadas, de entre outros instrumentos, pela fibra ótica instalada em rede subterrânea de cabo, salienta-se no Concelho:

1. A instalação de uma central de fibra ótica;
2. A existência de uma central de telefones; e
3. Localização de diversas antenas emissoras de rádio e telemóvel.

Os elementos acima referidos constam em peça gráfica complementar, devendo-se ponderar em sede de condicionantes, representar aqueles que instituam servidão administrativa com escala suficiente para serem representados à escala 1:10000.

6. Rede de Abastecimento de Gás Natural

O concelho do Entroncamento encontra-se equipado com rede de abastecimento de Gás Natural, praticamente em todas as áreas edificadas, concessionado à empresa Tagusgás. O concelho engloba ainda a Rede Nacional de Transporte de Gás Natural [RNTGN], uma vez que o seu território é atravessado por um gasoduto.

Relativamente ao Plano de Desenvolvimento e Investimento da Rede de Distribuição de Gás Natural 2017-2021 (PDIRD) da Tagusgás, o foco do investimento para o concelho do Entroncamento, para o período estipulado, centra-se no desenvolvimento das infraestruturas existentes, aumento da taxa de cobertura das infraestruturas de gás natural, melhoria da competitividade empresarial - nova fonte de energia, saturação comercial da infraestrutura existente, contribuição para a universalidade do serviço público de gás natural e contribuição para o desenvolvimento regional.

Equipamentos de Utilização Coletiva | CAP. V

1. Nota Introdutória

Os equipamentos de utilização coletiva (EUC) definem-se como as edificações e os espaços não edificados afetos à provisão de bens e serviços destinados à satisfação das necessidades coletivas dos cidadãos, designadamente nos domínios da saúde, da educação, da cultura e do desporto, da justiça, da segurança social, da segurança pública e da proteção civil.*22*

Os Equipamentos de Utilização Coletiva, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, devem ser identificados nos instrumentos de gestão territorial, sendo que a sua programação e planeamento têm tanto mais justificação quanto os equipamentos de utilização coletiva são hoje fundamentais à vivência das populações e à qualificação dos espaços urbanos*23*.

Não obstante a dotação dos aglomerados em termos de Equipamentos de Utilização Coletiva, fundamentais às populações ser da responsabilidade da administração pública, podem coexistir também unidades cuja oferta é da iniciativa privada. Significa isto que a oferta de um determinado Equipamentos de Utilização Coletiva pode ser garantida não apenas por unidades de natureza pública, como também por unidades da iniciativa privada. De entre estas últimas distinguem-se as de natureza particular e as que se constituem como Instituições Públicas de Solidariedade Social (IPSS).

O planeamento e implementação das redes de equipamentos coletivos públicos têm revestido várias formas de atuação, contudo a articulação entre a Administração Central e a Local tem vindo a ser cada mais perspetivada, nomeadamente, através da elaboração de Cartas Municipais de determinado tipo de equipamento, sendo já muito comuns a Carta Escolar e a Carta Desportiva.24

Não se substituindo à elaboração destes estudos e planos mais aprofundados, desenvolvidos em sede própria (Carta Escolar, Carta da Saúde, Carta Desportiva e Carta da Rede Social), o presente capítulo pretende caraterizar e identificar a rede de equipamentos de uso coletivo do Concelho do Entroncamento nos seguintes setores, os quais constituem uma adaptação aos constantes nas Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos, da DGT: Administração; Cultura; Desporto; Educação; Saúde; Segurança Pública; Solidariedade e Acão Social. A estes domínios acrescentou-se ainda um tópico relativo a outros equipamentos que não se enquadravam nas tipologias mencionadas.

A análise efetuada visa, sobretudo, fornecer uma panorâmica global da situação presente, revertendo para este instrumento os aspetos relacionados com o padrão locativo dos diferentes EUC e a sua

[22] Conceito constante no Decreto-Regulamentar nº 9/2009, de 20 de maio, e equivalente às designações de *equipamentos* ou *equipamentos coletivos* utilizadas até à data em documentos relativos ao ordenamento do território.
[23] *In* Normas para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos (2002), Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
[24] As Cartas Municipais constituem documentos de Planeamento Estratégico, definindo a localização, função, capacidade e forma de funcionamento dos equipamentos que no respetivo horizonte temporal irão ser necessários no município.

contribuição no modelo de organização espacial. A programação dos EUC é efetuada de acordo com as *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos,* da DGT. A análise é completada por peça gráfica complementar25.

1.1. Metodologia

A metodologia seguida na elaboração do presente volume baseou-se nas seguintes etapas:

- Recolha e tratamento da informação que se considerou pertinente em função de cada uma das tipologias de equipamentos de utilização coletiva em análise;
- Caracterização sistematizada da situação atual dos diversos EUC, com enfoque na sua localização e distribuição espacial, e sempre que possível ou aplicável em função do equipamento, na respetiva taxa de ocupação;
- Diagnóstico da situação existente atendendo às orientações constantes das Normas de Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos.

Grande parte da informação de base utilizada foi gentilmente disponibilizada pelos diversos departamentos da Câmara Municipal do Entroncamento. Importa, contudo, ter em atenção alguns aspetos referentes ao período temporal e aos documentos consultados para a caracterização de algumas das tipologias de EUC.

- **Equipamentos Culturais e Equipamentos Desportivos**

O Concelho do Entroncamento dispõe de Carta de Equipamentos Culturais e Desportivos elaborada em 2002. Embora a mesma constitua uma boa base de trabalho para a caracterização quer dos equipamentos culturais, quer dos desportivos, a mesma encontra-se já desatualizada, pelo que a caracterização e diagnóstico constantes do presente relatório baseiam-se em dados georreferenciados disponibilizados pela Câmara Municipal – Serviços de Urbanismo.

- **Equipamentos de Ensino**

O Concelho dispõe de Carta Educativa, homologada em 30 de abril de 2008, a qual apresenta dados desatualizados, encontrando-se atualmente em processo de revisão. Perante esta situação, a caracterização atual da rede escolar concelhia foi efetuada com base em dados disponibilizados pelo Gabinete de Educação da Câmara Municipal, tendo-se estabelecido como período temporal de análise o ano letivo 2014/2015.

2. Equipamentos Administrativos

[25] Planta 11 - Equipamentos de Utilização Coletiva.

Os Equipamentos Administrativos traduzem um conceito de centralidade inerente aos serviços que prestam aos seus utilizadores e às vivências dos espaços públicos, o que lhes atribui um caráter simbólico e relevo social, que deverá ser ressalvado. Tratam-se igualmente de equipamentos com peso institucional que importa enumerar e ter em atenção numa análise da utilização do espaço público. Subdivide-se este capítulo em dois subcapítulos relativos aos diferentes níveis de administração existente no Entroncamento: a administração central e a administração local.

2.1. Administração Central

No Concelho do Entroncamento localizam-se um conjunto de instalações, seguidamente identificadas, cuja função se inscreve na esfera de competências da Administração Central do Estado Português.[26] Na listagem seguinte enumeram-se os equipamentos/serviços da administração central localizados no Concelho e respetivas moradas.

Conservatória do Registo Predial e Civil

Avenida Doutor José E V Neves, Palácio da Justiça

2330-066 Entroncamento

Repartição de Finanças

Avenida Doutor José E V Neves

2330 Entroncamento

Segurança Social

Rua Doutor Francisco M Brito

2330-223 Entroncamento

Tribunal da Comarca do Entroncamento

Avenida Doutor José E. V. Neves

2330-066 Entroncamento



Figura 27. Tribunal do Entroncamento | Fonte: www.google.pt

[26] A sua localização encontra-se representada na planta nº 11 – Equipamentos de Utilização Coletiva.

2.2. Administração Local

Os equipamentos relativos à administração local referem-se à Câmara e Assembleia Municipal e às duas juntas de freguesia do Concelho, conforme lista abaixo.

O edifício dos Paços do Concelho localiza-se no Lg. José Duarte Coelho, onde funcionam os departamentos camarários, à exceção do Urbanismo e dos serviços municipalizados de água, localizados noutros edifícios. A Assembleia Municipal localiza-se igualmente em edifício distinto.

Câmara Municipal – Edifício dos Paços do Concelho

Largo José Duarte Coelho

2330-078 Entroncamento

Assembleia Municipal

R. da Junta de Freguesia, nº 1, 1º

2330-114 Entroncamento

Junta de Freguesia de São João Batista

Largo José Duarte Coelho, Nº 8

2330-078 Entroncamento

Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima

Rua Dr. Francisco Mendes de Brito, s/n

2330-223 Entroncamento



Figura 28. Edifício da Junta de Freguesia de N. Sra. de Fátima | Fonte: CME

3. Equipamentos Culturais

Entende-se por Equipamentos de Cultura e Recreio todas as instalações, públicas ou privadas, que se destinam intencionalmente à produção, preservação ou divulgação culturais, apresentando-se as redes de equipamentos culturais como fator de consolidação da vida cultural e de sensibilização e formação de públicos.

O presente capítulo tem por objetivo efetuar a caracterização e diagnóstico dos equipamentos culturais no Concelho, tendo por base dados atuais fornecidos pela CME, tendo-se optado por organizar os diversos equipamentos de acordo com a tipologia utilizada por norma nas Cartas de Equipamentos Culturais, onde se estipula três grandes grupos de equipamentos culturais: Equipamentos de Exposição e Consulta, Equipamentos de Espetáculo e Equipamentos Comunitários explicitados no quadro 8.

TIPOLOGIA DE EQUIPAMENTOS		
Exposição e Consulta	Espetáculo	Comunitários
Arquivos Bibliotecas Galerias de Arte Museus Salas de Exposição	Anfiteatros Auditórios Cineteatros Praça de Touros Salas de Teatro Salas de Cinema	Centros Culturais Coretos Espaços Multifuncionais Salas de Espetáculo Salas Polivalentes

Quadro 8. Classificação dos Equipamentos Culturais – Tipologias

O quadro 10 sistematiza por grupo de equipamento cultural e por freguesia, os equipamentos existentes no Concelho.

Tipologia de Equipamento	**Designação**	**Freguesia**
Exposição e Consulta	Biblioteca Municipal do Entroncamento	S. João Batista
	Centro Cultural	S. João Batista
	Museu Nacional Ferroviário (sede)	Nossa Sra. De Fátima
Espetáculo	Cineteatro S. João	S. João Batista
Comunitários	Associação Filarmónica e Cultural do Entroncamento	Nossa Sra. De Fátima

Quadro 9. Equipamentos Culturais no Concelho do Entroncamento | Fonte: CM Entroncamento

O Concelho do Entroncamento possui cinco equipamentos que se destinam predominantemente à oferta cultural, concentrados na área central da cidade, logo na freguesia de S. João Batista.
Contudo situa-se exatamente na freguesia de N. Sra. De Fátima aquele que, de entre os equipamentos do Concelho, sobressai pela sua influência supra municipal: o Museu Nacional Ferroviário (sede).

Sublinha-se a oferta cultural dominante pois outros locais do Concelho oferecem, esporádica ou periodicamente, bens culturais; a título de exemplo, a sala da cultura do Pavilhão Municipal do Entroncamento, onde por exemplo já se realizou uma edição do Festival Nacional de Teatro Amador.

3.1. Equipamentos de Exposição e Cultura

3.1.1. Biblioteca Municipal do Entroncamento

A biblioteca municipal do Entroncamento ocupa um piso no edifício da Junta de Freguesia de S. João Batista, prestando o normal serviço de consulta de exemplares bibliográficos, para além de outras catividades tais como, conferências, sessões de leitura ou programas infantis.



Figura 29. Exterior das instalações da Biblioteca Municipal do Entroncamento | Fonte: www.allabourportugal.pt

O quadro normativo de equipamentos culturais e recreativos da DGT apenas apresenta critérios de programação para bibliotecas municipais (no nível concelhio), por tais, aplicáveis à presente instalação. Assim, um Concelho com um efetivo populacional que se situe entre os 20.000 e os 50.000 habitantes, como é o caso do Entroncamento, a área mínima a afetar a este serviço é de 1.150 m2. A Biblioteca Municipal do Entroncamento, remodelada recentemente, tem cerca de 330 m2, pelo que, resulta numa área abaixo do limiar mínimo constante nos critérios de programação da DGT.

3.1.2. Centro Cultural do Entroncamento

O Centro Cultural do Entroncamento ocupa um espaço de arquitetura comercial, onde esteve instalado o antigo mercado diário da cidade. É um espaço coberto, em ferro e vidro, onde antes existiu espaços próprios destinados a bancas de venda de peixe e legumes.



Figura 30. Exterior das instalações do Centro Cultural do Entroncamento | Fonte: CME

Inaugurado em 1991, situa-se na praça central da cidade em frente ao edifício dos Paços do Concelho, e tem uma sala principal que resulta num espaço polivalente com área de 380 m2, com capacidade para 400 lugares sentados: 200 na plateia, 200 nas galerias e encontra-se equipada com meios audiovisuais. O Centro Cultural dispõe ainda de uma galeria de arte e de um espaço internet.

3.1.3. Museu Nacional Ferroviário

O Museu Nacional Ferroviário encontra-se detalhado no volume de património e turismo, pelo que se remete para o respetivo volume.



Figura 31. Fachada principal do Museu Nacional Ferroviário | Fonte: www.fmnf.pt

3.2. Equipamentos de Espetáculos

3.2.1. Cineteatro S. João

O Cineteatro ocupa um edifício criado de raiz para este fim, inaugurado em 24 de novembro de 1965 pela Companhia Nacional de Teatro. Este equipamento encontra-se encerrado desde janeiro de 2010 para obras de remodelação e modernização.



Figura 32. Fachada principal do Cineteatro S. João | Fonte: www.allaboutportugal.pt

O Cineteatro S. João foi adquirido pela Câmara Municipal em 1999. Tendo cessado a sua atividade regular em 1989, foi até 2010 utilizado pontualmente para atividades culturais e recreativas promovidas pela Câmara Municipal.

3.3. Equipamentos Comunitários

3.3.1. Associação Filarmónica e Cultural do Entroncamento

Esta Associação é uma coletividade recreativa e cultural fundada a 20 de fevereiro de 1984, que tem um programa de atuações esporádicas para diversos públicos-alvo.

4. Equipamentos Desportivos

4.1. Introdução

Sabendo-se que existe, cada vez mais, um aumento do número de praticantes desportivos surge a necessidade de construir um, também maior, número de instalações desportivas para que toda a população que pretende aderir à prática desportiva possa ser beneficiada, usufruindo das mesmas. Num esforço de acompanhar esta evolução e dotar o Concelho de um conjunto de equipamentos que possibilitem a satisfação das necessidades da população, o município do Entroncamento tem apostado na construção de diversas instalações desportivas de que são exemplo aquelas localizadas no Complexo do Parque do Bonito.

Para além dos equipamentos desportivos propriedade da CME, no presente capítulo enumeram-se igualmente aqueles que são propriedade de outras instituições. As Coletividades/Associações, caracterizadas pela sua maior capacidade de distribuição geográfica e de obter/gerar recursos, revelam-se, em muitos concelhos do país, determinantes na oferta de equipamentos desportivos e na participação dos munícipes nas atividades desportivas, culturais e de lazer. O papel destas instituições no Concelho do Entroncamento não é tão relevante em resultado da dimensão geográfica e da divisão administrativa que o caracterizam.

Nos termos do disposto no DL n.º 141/2009, de 16 de junho, que estabelece o regime jurídico das instalações desportivas de uso público "*entende -se por instalação desportiva o espaço edificado ou conjunto de espaços resultantes de construção fixa e permanente, organizados para a prática de atividades desportivas, que incluem as áreas de prática e as áreas anexas para os serviços de apoio e instalações complementares*"27.

Neste mesmo diploma, são definidas as seguintes tipologias de instalações desportivas:

a) Instalações desportivas de base, que se subdividem em instalações recreativas e instalações formativas;

b) Instalações desportivas especializadas ou mono disciplinares;

c) Instalações desportivas especiais para o espetáculo desportivo.

Embora se encontre em vigor o DL supra mencionado, no presente relatório opta-se por utilizar a tipologia constante no diploma anterior (D.L. nº 317/97, de 2 de novembro), na medida em que é neste que se baseiam as Normas de Caracterização e Programação de Equipamentos da DGT28, documento programador que será utilizado em fases ulteriores do processo de revisão do PDME.

[27] Cf. dispõe o art. 2º do DL nº 141/2009, de 16 de junho.

[28] Nas Normas de Caracterização e Programação de Equipamentos da DGT é recomendada a superfície útil por habitante para cada tipologia de equipamento.

Assim, de forma a ir ao encontro do estabelecido nas Normas de Programação de Equipamentos da DGT agrupou-se os equipamentos de acordo com as tipologias constantes naquele documento:

- Grandes Campos de Jogos
- Pequenos Campos de jogos
- Pavilhões e Salas de Desporto
- Piscinas

4.2. Sistematização dos Equipamentos Desportivos Situados do Concelho do Entroncamento

O quadro seguinte sistematiza os equipamentos desportivos existentes no Concelho do Entroncamento, dividindo-os pelas tipologias acima mencionadas. No quadro 16 enumeram-se outras instalações desportivas que, por que se encontrem afetas a outros serviços prestados (eg. Funcionalidade desportiva integrada em equipamento escolar) não podem ser consideradas no âmbito da programação de equipamentos desportivos.

Tipologia	Designação	Descrição	Localização/Freguesia
Grandes Campos de Jogos	Campo de Futebol	Campo de Futebol do Bonito – Relvado	Complexo Desportivo Municipal do Bonito – Freguesia de Nossa Sr.ª de Fátima
		Campo de Futebol do Bonito nº 2 (Treinos futebol de 11) – Relva Sintética	
		Campos de Futebol de 7 do Bonito – Relva Sintética	
Pequenos Campos de Jogos	Campo de ténis	Campo de Ténis Municipal do Entroncamento (3 campos)	
	Skate Parque	Parque Radical para prática de *skate*	
	Campo de ténis	Campo de Ténis	
	Campo Polidesportivo (Descoberto)	Polidesportivo do Entroncamento	S. João Batista
		Polidesportivo do Casal Saldanha	Nossa Sr.ª de Fátima
		Polidesportivo do Bonito	
		Polidesportivo (R. Coronel António Batista)	
		Polidesportivo (próximo ao Largo das Comunidades Europeias)	
Pavilhões e Salas de Desporto	Pavilhão Desportivo	Pavilhão Desportivo Municipal do Entroncamento (junto ao Complexo Desportivo)	Nossa Sr.ª de Fátima
		Pavilhão Desportivo da União de Futebol do Entroncamento	S. João Batista
Piscinas	Piscina coberta / ao ar livre	Piscina Municipal do Entroncamento – Piscinas com cobertura amovível: Tanque infantil; piscina de aprendizagem (16x6 m.) e piscina desportiva (25x16,67 m.)	Complexo Desportivo Municipal do Entroncamento – Nossa Sr.ª de Fátima

Quadro 10. Equipamentos Desportivos no Concelho do Entroncamento | Fonte: CM Entroncamento (2012)

Uma análise dos equipamentos desportivos existentes no Concelho permite concluir que, em termos numéricos, os mais representativos são os pequenos campos de jogos, que integram campos de ténis, skate parque e polidesportivos, sendo também esta tipologia de equipamentos que, consequentemente, apresenta uma maior distribuição espacial pelo território municipal.

Instalação Desportiva	Entidade Proprietária	Entidade Gestora
Freguesia de São João Batista		
Pavilhão desportivo da CP	CP	
Pavilhão Desportivo da EB 2,3 Ruy Andrade	Direção Geral de Estabelecimentos Escolares	EB 2,3 Ruy Andrade
Campo de futebol da EB 2,3 Ruy Andrade		
Freguesia de Nossa Sr.ª de Fátima		
Campo de Futebol	Ministério da Defesa Nacional	
Campo de Ténis		
Polidesportivo da Escola Secundária do Entroncamento	Direção Geral de Estabelecimentos Escolares	Escola Secundária do Entroncamento

Quadro 11. Outras instalações desportivas no Concelho do Entroncamento | Fonte: CM Entroncamento (2012)

Espacialmente, verifica-se uma maior concentração dos equipamentos na freguesia de Nossa Sr.ª de Fátima, facto que resulta essencialmente da localização nesta freguesia do Complexo Desportivo Municipal do Entroncamento, o qual integra diversos equipamentos desportivos, mas também da existência de alguns pequenos campos de jogos (polidesportivos e campo de ténis) disseminados pela freguesia. Importa salientar que as áreas de caracter rural encontram-se desprovidas deste tipo de equipamentos, sendo que os existentes concentram-se no aglomerado urbano.

O Complexo Desportivo Municipal do Entroncamento, localizado na freguesia de Nossa Senhora de Fátima, próximo ao Parque do Bonito – ver figura 33 - integra os seguintes equipamentos desportivos: campo de futebol relvado (dimensões de 100,3 m x 58,3 m) com área coberta de bancadas para cerca de 600 espectadores e as infraestruturas necessárias para o apoio à modalidade a que está destinado; campo de futebol de 5 (relva sintética), dois campos de futebol de relva sintética (futebol de 7 e de 11); três campos de ténis; parque radical (skate); ginásio ao ar livre, pista de atletismo, tabelas de basquetebol, piscinas municipais e ciclovia. Integrado neste complexo está igualmente o Pavilhão Desportivo Municipal do Entroncamento.

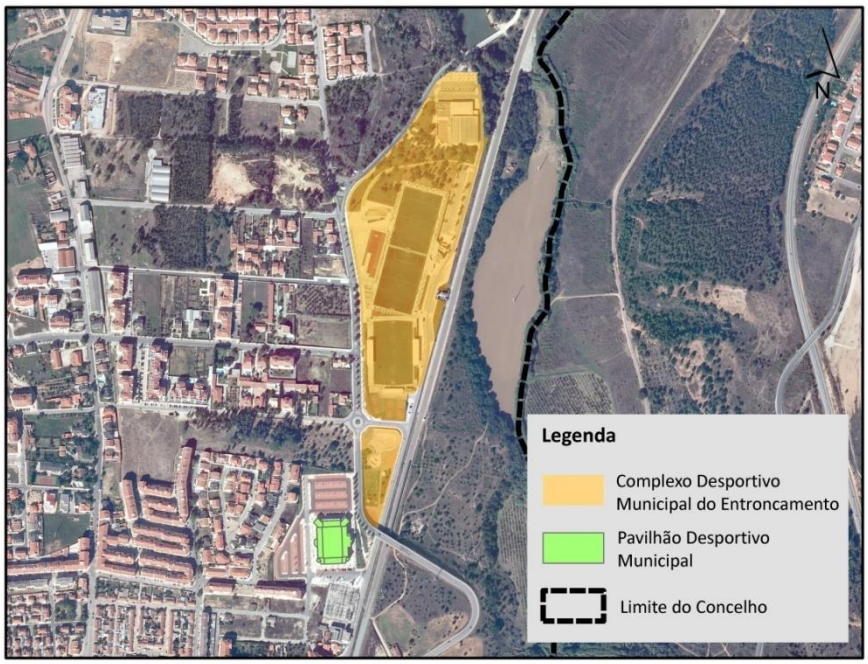


Figura 33. Localização do Complexo desportivo do Bonito sobre ortofotomapa | Fonte: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento

A ciclovia tem uma extensão total de 2 560 metros, que se desenvolve entre o Complexo Desportivo do Bonito e a Av. Villier sur Marne[29] - ver figura 34.[30]



Figura 34. Traçado e perspetivas da ciclovia do Entroncamento | Fonte: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento

O quadro 12 sintetiza as diversas associações/grupos recreativos e/ou desportivos existentes. Algumas delas possuem instalações que funcionam como sede, à qual se encontram por vezes agregadas pequenas salas polivalentes ou de espetáculos, pelo que se podem mesmo designar de equipamentos de associativismo.

[29] Ver percurso na Planta 11 – Equipamentos de Utilização Coletiva

[30] Ver capítulo relativo aos modos suaves de transporte.

Associações e Clubes mo concelho do Entroncamento | Fonte: CME

Associação / Clube	Freguesia
A.P.U.N.V. Associação para uma Nova vida	São João Batista
Academia Cultural Recreativa de Dança do Entroncamento, Associação CRDJE	São João Batista
Agrupamento 542 do Corpo Nacional de Escutas	São João Batista
Agrupamento Alpha Escola E.B. 2/3 Ciclos Dr. Ruy d' Andrade	São João Batista
Associação de Amigos do Museu Nacional Ferroviário – AMF	São João Batista
Associação de Militares na Reserva e Reforma	São João Batista
Associação de Modelismo "Os Pikuinhas"	São João Batista
Associação de Patinagem do Ribatejo	São João Batista
Associação de Pais Encarregados de Educação da Escola EB1 nº2	São João Batista
Associação de Radioamadores do Entroncamento	São João Batista
Associação do Grupo 84 dos Escuteiros de Portugal	São João Batista
Associação Filarmónica e Cultural do Entroncamento	São João Batista
Associação Sócio-Cultural para o Desenvolvimento TRENDIRIVIR	São João Batista
Associação Voluntariado e Ação Social do Entroncamento	São João Batista
Bombeiros Voluntários do Entroncamento	São João Batista
CÁRITAS Paroquial da Sagrada Família do Entroncamento	São João Batista
Casa do Benfica do Entroncamento	São João Batista
Centro Cultural Recreativo do Casal do Grilo	São João Batista
Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento – CERE	São João Batista
Centro Social Paroquial do Entroncamento	São João Batista
Clube Amador de Desportos do Entroncamento – CADE	São João Batista
Clube Amador de Pesca do Entroncamento – CAPE	São João Batista
Clube Columbófilo Asas do Entroncamento	São João Batista
Clube de Campismo do Entroncamento	São João Batista
Clube de Lazer, Aventura e Competição do Entroncamento – CLAC	São João Batista
Clube Ornitófilo Ribatejano	Nossa Senhora de Fátima
Comissão de Proteção de Crianças e Jovens	São João Batista
Companhia da Bicharada - Associação Protetora de Animais do Entroncamento	São João Batista
Companhia de Teatro Pouca Terra	Nossa Senhora de Fátima
Concelho Executivo da Escola Secundária do Entroncamento	São João Batista
Encoprof Associação de Professores	São João Batista
Escola Profissional Gustavo Eiffel	São João Batista
Fator J – Associação	São João Batista
Fundação Museu Nacional Ferroviário	Nossa Senhora de Fátima
Grupo Recreativo 1º de outubro de 1911 (Vulgo Parafuso)	São João Batista
J.T. Dance Academy (Tiago)	São João Batista
Moto clube "Os Fenómenos do Entroncamento"	São João Batista
Núcleo Sportinguista do Entroncamento	São João Batista
Orfeão do Entroncamento	São João Batista
Paróquia da Sagrada Família do Entroncamento - Fábrica da Igreja	São João Batista
Rotary Clube do Entroncamento	Nossa Senhora de Fátima
União Futebol do Entroncamento	São João Batista

Quadro 12. Equipamentos Associativos do Concelho do Entroncamento | Fonte: CM Entroncamento (2012)

4.3. Análise da Rede de Equipamentos Desportivos no Entroncamento com Base nas Normas de Programação de Equipamentos Coletivos

As Normas de Programação de Equipamentos Coletivos (DGT) estabelecem critérios de população base e de localização de equipamentos desportivos, sistematizados no quadro 1331.
À semelhança das restantes tipologias de equipamentos, não se pretende no presente documento apresentar a programação de equipamentos de utilização coletiva, a qual será objeto de tratamento específico em fase posterior do trabalho da revisão do PDM.

De idêntica forma, atendendo aos objetivos de um PDM e às orientações do PROTOVT relativas aos equipamentos, pretende-se tão-somente identificar as dotações de equipamentos existentes. Isto porque, uma análise profunda do nível de saturação dos equipamentos encontra sede própria nas respetivas Cartas, entrando-se com tantos outros parâmetros tais como os restantes constantes no documento normativo da DGT, mas igualmente os anseios da população ou o estado de conservação dos equipamentos atuais.

Tipo de equipamento	Área de Influência	População Base (Mínimo)
Grandes Campos de Jogos	2 a 3 km a pé; 15 a 20 minutos em transportes públicos	2 500 habitantes
Pistas de Atletismo	2 a 4 Km a pé ; 15 a 20 minutos em transportes públicos	7 500 habitantes
Pequenos Campos de Jogos	0,5 a 1 km a pé ; 5 minutos em transportes públicos	800 habitantes
Pavilhões e Salas de Desporto	2 a 4 km a pé ; 15 a 30 minutos em transportes públicos	3 000 habitantes
Piscinas Cobertas	2 a 4 km a pé ; 15 a 30 minutos em transportes públicos	5 000 habitantes
Piscinas ao Ar livre	2 a 3 km a pé; 15 a 20 minutos em transportes públicos	7 500 Habitantes

Quadro 13. Critérios de Previsão de Equipamentos Desportivos | Fonte: Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos (DGT)

Não são considerados ainda outros critérios como a área de influência, nem são aplicados critérios de dimensionamento.

Afigura-se que existe um *deficit* de equipamentos desportivos em todas as tipologias consideradas. Contudo, a aplicação de outros critérios tais como, a área de influência, a dimensão do concelho e a concentração de grande parte da população num único aglomerado urbano, induz-se que a carência de equipamentos não será, de forma alguma, tão significativa – ver quadro 14.

[31] Este tipo de Equipamento não é incluído na análise do presente capítulo, atendendo às especificidades constantes nas normas da DGT.

Tipo de equipamento	Dotação existente (n.º)	Dotação necessária para cumprimento do normativo da DGT (n.º)
Grandes Campos de Jogos	3	8
Pistas de Atletismo	1*	3
Pequenos Campos de Jogos	10	25
Pavilhões e Salas de Desporto	2	7
Piscinas Cobertas	2	4
Piscinas ao Ar livre		3

* A pista existente não se conforma com as normas de equipamentos desportivos dado que não possui o comprimento mínimo para uma pista reduzida (250m).

Quadro 14. Dotação de equipamentos face ao normativo da DGT | Fonte: CM Entroncamento

5. Equipamentos de Ensino

5.1. Introdução

De acordo com o Decreto-Lei, n.º 7/2003, de 15 de janeiro, e no que concerne ao diagnóstico da rede de equipamentos educativos, deve-se ter em conta, antes de mais, o estudo exposto nas Cartas Educativas. Contudo, a Carta Educativa do Entroncamento, homologada em 30 de abril de 2008, encontra-se desatualizada e atualmente em fase de revisão, e porque da mesma resultou já uma reorganização da rede escolar que trouxe alterações significativas na rede, com a abertura de novos estabelecimentos de ensino e com o encerramento de outros, como se explicita nos subcapítulos seguintes. Neste contexto optou-se por efetuar uma caracterização da situação atual da rede escolar concelhia, com base em dados disponibilizados pela Divisão de Educação relativos ao ano letivo de 2014/2015.

Os estabelecimentos encontram-se devidamente assinalados em peça gráfica complementar ao presente relatório. 32

Os diversos estabelecimentos de ensino privado, transversais a diferentes níveis de ensino, desde que não constituam parceria com o Estado, não são considerados no presente documento, uma vez que não podem ser considerados ulteriormente como variável a considerar na programação de equipamentos, assim como, salvo situações devidamente fundamentadas, não são marcados como espaço de equipamento na Planta de Ordenamento.

[32] Ver Planta 11 – Equipamentos de Utilização Coletiva

5.2. Agrupamentos de Escolas

O DL nº 115/98 de 4 de maio, cria os Agrupamentos de Escolas e define-os, no n.º 1 do artigo 5º, como:

> *"uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão, constituída por estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis de ciclos de ensino, a partir de um projeto pedagógico comum, com vista à realização das seguintes atividades: a) Favorecer um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória numa dada área geográfica; b) Superar situações de isolamento de estabelecimentos e prevenir a exclusão social; c) Reforçar a capacidade pedagógica dos estabelecimentos que o integram e o aproveitamento racional dos recursos; d) Garantir a aplicação de um regime de autonomia, administração e gestão, nos termos do presente diploma; e) Valorizar e enquadrar experiências em curso. (…)"*

No artigo 6º do mesmo diploma são enunciados os princípios gerais sobre os Agrupamentos de Escolas, dos quais se destacam os seguintes, mais diretamente relacionados com a distribuição espacial:

> *1) A constituição de agrupamentos de escola considera, entre outros, critérios relativos à existência de projetos pedagógicos comuns, à construção de percursos escolares integrados, à articulação curricular entre níveis e ciclos educativos, à proximidade geográfica, à expansão da educação pré-escolar e à reorganização da rede educativa; (…)*
> *3) O agrupamento de escolas integra estabelecimentos de educação e de ensino de um mesmo concelho (…);*
> *4) No processo de constituição de um agrupamento de escolas deve garantir-se que nenhum estabelecimento fique em condições de isolamento que dificultem uma prática pedagógica de qualidade.*

Em consequência da reduzida dimensão geográfica do Concelho do Entroncamento, os equipamentos de ensino municipais agregam-se num único agrupamento de escolas, o Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, cuja constituição se encontra descriminada no quadro 15.

Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento	
Nível de Ensino	**Estabelecimento de Ensino**
Pré-escolar	Jardim de Infância Sophia de Mello Breyner Andresen Jardim de Infância da Escola Básica da Zona Verde Jardim de Infância da Escola Básica do Bonito Jardim de Infância da Escola Básica António Gedeão
1º Ciclo E.B.	Escola Básica da Zona Verde Escola Básica do Bonito Escola Básica António Gedeão
2º / 3º Ciclos E.B.	EB 2,3 Dr. Ruy de Andrade

Quadro 15. Agrupamentos de Escolas (Ano Letivo 2014-2015) | Fonte: Setor da Educação da CME

5.3. Equipamentos de Ensino Pré-escolar

Tal como acontece em muitos outros concelhos do país, no Concelho do Entroncamento a oferta de equipamentos de ensino pré-escolar resulta da complementaridade entre as redes pública e privada (que inclui a rede solidária e a particular), assumindo um papel bastante significativo as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) – ver quadro 16. No ano letivo 2014/2015 existem no Concelho quatro Jardins de Infância da rede pública e outros três da rede solidária. A estes acrescem outros três da rede particular, os quais, por serem propriedade particular, não são considerados na programação de equipamentos.

Freguesia	Estabelecimento de Ensino	Rede Pública	Rede Privada (Solidária)
Nossa Sr.ª de Fátima	Jardim de Infância Norte – Sophia de Mello Breyner	✓	
	Jardim de Infância da Escola Básica do Bonito	✓	
São João Batista	Jardim de Infância da Escola Básica da Zona Verde	✓	
	Jardim de Infância da Escola Básica António Gedeão	✓	
	Jardim de Infância do Centro Social Paroquial		✓
	Jardim de Infância da Encoprof		✓
	Jardim de Infância João de Deus		✓

Quadro 16. Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar (Ano Letivo 2014-2015) | Fonte: Setor da Educação da CME

No ano letivo 2014/2015 encontravam-se inscritos nos Jardins de Infância das redes pública e solidária um total de 531 alunos, dos quais 67% na rede pública e 33% na solidária. Destes valores pode-se concluir -claramente o papel relevante das IPSS no ensino pré-escolar no município.

Considerando a capacidade máxima de cada estabelecimento em funcionamento no ano letivo 2014/2015, constata-se que o município tem uma capacidade instalada para o ensino pré-escolar de alunos, sendo a taxa de ocupação atual de 78,67% - - ver quadro 17.

Freguesia	Estabelecimento de Ensino	Nº de alunos	Capacidade Máxima	Taxa de Ocupação (%)
Nossa Sr.ª de Fátima	Jardim de Infância Norte – Sophia de Mello Breyner	161	200	80,5
	Jardim de Infância da Escola Básica do Bonito	40	50	80,00
São João Batista	Jardim de Infância da Escola Básica António Gedeão	65	75	86,7
	Jardim de Infância da Escola Básica da Zona Verde	90	100	90,00
	Jardim de Infância do Centro Social Paroquial	111	150	74,00
	Jardim de Infância da Encoprof	20	25	80
	Jardim de Infância João de Deus	44	75	58,7
TOTAL		531	675	78,67

Quadro 17. Número de alunos inscritos e capacidade máxima dos estabelecimentos de ensino pré-escolar (Ano Letivo 2014-2015) | Fonte: Setor da Educação da CME



Figura 35. Jardim de Infância da Escola Básica da Zona Verde | Fonte: CM Entroncamento

5.4. Equipamentos do 1ºCiclo do Ensino Básico

Ao definir o Ensino Básico como universal, obrigatório e gratuito, a Lei de Bases do Sistema Educativo veio implicar o reequacionamento dos critérios normativos de ordenamento da rede escolar e da tipologia de edifícios escolares rejeitando-se a vinculação exclusiva das instalações a um único nível de ensino.33 Este princípio que pretende evitar a vinculação dos edifícios a um único nível de ensino tem vindo a ser posto em prática pelas Direções Regionais de Educação, como forma de rentabilizar o parque escolar através de uma melhor gestão de espaços que entretanto foram ficando subocupados devido ao decréscimo de frequência, verificada com maior incidência no 1º Ciclo do ensino básico.



Figura 36. Escola Básica do Bonito | Fonte: CM Entroncamento

No reordenamento e requalificação do parque escolar do Entroncamento foi construído um novo Edifício Escolar, designado por Escola Básica do Bonito, com 19 salas. Esta estrutura educativa obedece ao novo conceito de Escola, que integra num mesmo espaço e sob a mesma gestão, um Jardim de Infância com duas salas de atividades e dezassete salas de aula destinadas a alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Este novo Edifício Escolar substitui as Escolas Básicas do 1.º Ciclo n.º 2 e Escola Básica das Tílias, n.º 3.

[33] O Despacho 33/ME/91 consagra a tipologia de estabelecimentos apresentada no documento anteriormente referido: (…) na nova organização da rede escolar e nas novas construções escolares a tipologia que deve ser privilegiada e promovida é aquela que corresponde à organização do ensino de acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo, a saber a Escola Básica de 1º, 2º e 3º ciclos com jardim de infância, à qual se poderá chamar escola básica integrada – EB1,2,3/JI.

Estabelecimentos EB1	Alunos Inscritos	Nº de salas	Capacidade Máxima	Taxa de Ocupação (%)
Escola Básica da Zona Verde	244	16	416	**58,65**
Escola Básica do Bonito	280	17	442	**63,35**
Escola Básica António Gedeão	128	8	208	**61,54**
TOTAL	652	41	1066	**61,16**

Encontra-se a negrito o valor que se considera corresponder à taxa de ocupação do estabelecimento de ensino atendendo ao número de alunos inscritos e à capacidade máxima .

Quadro 18. N. de Alunos e Capacidade Máxima dos Estabelecimentos de Ensino do 1º Ciclo (2014-2015) | Fonte: Setor da Educação da CME

Os três estabelecimentos de ensino básico do 1º ciclo encontram-se distribuídos equitativamente pelas duas freguesias que constituem o concelho destacando-se, em termos de número de alunos inscritos, as Escolas Básicas da Zona Verde e do Bonito, com um total de 244 e 280 alunos respetivamente.

A capacidade máxima dos estabelecimentos varia com a existência de alunos com necessidades educativas especiais.34.

A taxa de ocupação das EB1 do Concelho é de 61,16%.

5.4.1. Atividades de Enriquecimento Curricular do 1º Ciclo do Ensino Básico

As atividades de enriquecimento curricular (AEC) têm como objetivo promover e consolidar a formação dos alunos, complementando o currículo escolar. Todas as EB1 do Concelho oferecem atividades de enriquecimento curricular, sendo que, de acordo com a informação disponível, são disponibilizadas as mesmas atividades nos diversos estabelecimentos de ensino, de seguida identificadas: atividade física e desportiva, ensino do inglês e expressões artísticas.

Freguesia	Estabelecimento de Ensino	Nº de alunos inscritos
Nossa Sr.ª de Fátima	Escola Básica do Bonito	208
São João Batista	Escola Básica da Zona Verde	175
	Escola Básica António Gedeão	107

Quadro 19. Alunos inscritos nas Atividades de enriquecimento curricular do 1º Ciclo do E.B. (2014-2015) | Fonte: Setor da Educação da CME

[34] Nas turmas com alunos que tenham necessidades educativas especiais o número máximo de alunos é de 20. Sempre que não haja alunos com estas especificidades, as turmas podem ter até 26 alunos.

5.5. Equipamentos de Ensino do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico e do Ensino Secundário

A instrução do 2º e 3º ciclo do Ensino Básico destina-se essencialmente à faixa etária dos 10 aos 15 anos, correspondendo aos níveis de ensino do 5º ao 9º ano de escolaridade, enquanto o ensino secundário destina-se às faixas etárias posteriores.

No Entroncamento estes níveis de ensino são lecionados em 2 estabelecimentos da rede pública: EB 2,3 Dr. Ruy de Andrade e Escola Secundária com 3º ciclo do Entroncamento. Nestes estabelecimentos estavam inscritos, no ano letivo de 2014/2015, um total de 1807 alunos, distribuídos por 80 salas.

Estabelecimento de Ensino	Ano Letivo 2014/2015			Capacidade Máxima		Taxa de Ocupação (%) (nº de alunos)
	Nº de Alunos	Nº de Turmas	Nº de Salas	Nº de Alunos	Nº de Turmas	
EB 2, 3 Dr. Ruy d'Andrade	689	31	37	800	35	86,13
Escola Secundária com 3º ciclo do Entroncamento	1118	45	51	1200	48	93,17
TOTAL	1807	76	80	2000	83	90,35

Quadro 20. N.º de Alunos e Capacidade Máxima nas Escolas do E.B. do 2º e 3º ciclo e Ensino Secundário | Fonte: Divisão de Educação da CME

A taxa média de ocupação do estabelecimento de ensino do 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, considerando o número de alunos, é de 90,35%, encontrando-se portanto muito próximo de atingir a sua capacidade máxima.



Figura 37. Escola Básica Dr. Ruy d'Andrade | Fonte: CM Entroncamento

No âmbito do Acordo de Colaboração, celebrado entre a Direção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT) e a Câmara Municipal do Entroncamento, para a substituição da Escola Básica Ruy de Andrade, o Município do Entroncamento deliberou, em reunião realizada em 05 de julho de 2011,

proceder à aprovação e abertura de um procedimento de concurso público para a empreitada de "Execução da Nova Escola EB 2/3 Dr. Ruy D'Andrade".

A nova Escola Básica Ruy de Andrade oferece uma série de infraestruturas que se coadunam com o conceito de bem-estar e conforto, como sejam salas para alunos, salas para professores, secretaria, auditório, gabinetes diversos, biblioteca escolar, mais salas de aula e salas específicas para o ensino da Música e das Artes, remodelação do pavilhão, entre outras alterações, com o objetivo de proporcionar maior comodidade e melhor funcionalidade a toda a comunidade escolar.



Figura 38. Fachada frontal da Escola Secundária do Entroncamento | Fonte: CM Entroncamento (2013)

No Concelho do Entroncamento o ensino secundário é lecionado apenas na Escola Secundária com 3º ciclo do Entroncamento, localizada na freguesia de Nossa Sr.ª de Fátima, a qual apresenta uma taxa de ocupação de 93.7 % no ano letivo 2014/2015 – ver Quadro 20, encontrando-se assim muito próxima de atingir a sua capacidade máxima.

6. Equipamentos de Saúde

6.1. Introdução

Pretende-se no presente capítulo enumerar os equipamentos de saúde localizados no Concelho do Entroncamento, caracterizando-os nomeadamente quanto à prestação de serviço ao Concelho no contexto das redes de cuidados de saúde primária e secundária.

Rede de Cuidados Primários

A rede de Cuidados de Saúde Primários é constituída por Centros de Saúde (C.S), unidades que prestam cuidados de prevenção primária35, secundária36 e terciária37.

Com o objetivo de melhorar a acessibilidade aos cuidados de saúde, os centros de saúde dispõem de unidades mais pequenas, designadas por extensões, de influência local (servindo uma freguesia) ou supra local (quando afeta mais do que uma freguesia).

Rede de Cuidados Secundários

A rede de Cuidados de Saúde Secundários é constituída por Hospitais Especializados e por Hospitais Gerais (Centrais, Distritais Gerais e Distritais de Nível I).

Salienta-se por fim que a localização dos equipamentos de saúde encontram-se patentes em peça gráfica complementar ao presente relatório.38 É igualmente relatada a caracterização da oferta do serviço de farmácias no Concelho do Entroncamento (pese embora o facto de que as mesmas são de natureza privada), uma vez que as normas de programação da DGT estabelecem regras claras para o seu licenciamento.

35 Promoção e educação para a saúde.

36 Diagnóstico, tratamento e referência para os cuidados secundário.

37 Reabilitação

38 Ver Planta 11 – Equipamentos de Utilização Coletiva

6.2. Sistematização dos Equipamentos de saúde Situados do Concelho do Entroncamento

O Concelho do Entroncamento não integra qualquer equipamento hospitalar público, sendo servido pelo Centro Hospitalar de Tomar, e dentro deste tem como hospital de referência o Hospital Rainha Santa Isabel - Torres Novas, que constitui uma das três unidades que integram aquele Centro.

Quanto às unidades de cuidados primários, existe no Concelho um Centro de Saúde o qual se integra no Agrupamento de Centros de Saúde Médio Tejo39. A rede concelhia de equipamentos de saúde, se atendermos somente aos equipamentos públicos, é composta apenas pelo Centro de Saúde do Entroncamento, localizado na freguesia de Nossa Sr.ª de Fátima, pese embora o mesmo edifício albergue a Unidade de Saúde Familiar Locomotiva - USF e a Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados - UCSP. A USF Locomotiva constitui uma das unidades de saúde que evoluíram a partir da estrutura do antigo Centro de Saúde do Entroncamento, após a reforma dos Cuidados de Saúde Primários.

Não incluídos na rede pública, existem duas unidades privadas, ambas da Santa Casa da Misericórdia, de especial relevância e com uma área de influência regional:

- o Hospital São João Batista, situado junto ao extremo Leste do Concelho;
- a Unidade de Cuidados Continuados, a funcionar desde dezembro de 2010, integrada na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados.



1. Unidade de Cuidados Continuados



2. Hospital São João Batista

Figura 39. Equipamentos de saúde da Rede Privada (Hospital São João Batista e Unidade de Cuidados Continuados) propriedade da Santa Casa da Misericórdia | Fonte: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento

[39] O Agrupamento de Centros de Saúde Médio Tejo que integra a generalidade dos Concelhos abrangidos por aquela sub-região.



Figura 40. Fachada Lateral da Unidade de Cuidados Continuados do Entroncamento | Extraído de http://www.ramoscatarino.pt

Contrariamente ao que acontece noutros municípios, no Entroncamento não se verifica a ocorrência de extensões do Centro Saúde, facto que se justificará essencialmente pela sua dimensão espacial.

USF do Entroncamento	
N.º de Médicos	8
N.º de Enfermeiros:	8
N.º Médio de Consultas / Dia	250
N.º Total de Utentes Servidos	14 819
N.º Total de Utentes frequentadores	14645
Utentes Com médico de família	14 645
Utentes Sem médico de família	174

Quadro 21. Recursos Humanos, nº de consultas e de utentes no Centro de Saúde do Entroncamento em 2011 | Fonte: ACES Médio Tejo

A UCSP do Entroncamento serve um total de 7 058 utentes e efetua uma média de 80 consultas por dia.

UCSP do Entroncamento	
N.º de Médicos	4
N.º de Enfermeiros:	4
N.º Médio de Consultas / Dia	80
N.º Total de Utentes Servidos	7 058
N.º Total de Utentes frequentadores	6 138
Utentes Com médico de família	6 123
Utentes Sem médico de família	15

Quadro 22. Recursos Humanos, nº de consultas e de utentes na UCSP do Entroncamento em 2011 | Fonte: ACES Médio Tejo

Salienta-se que o número de utentes referenciados nos quadros sem médicos de família, de acordo com as informações prestadas no âmbito da elaboração do presente relatório, é por opção dos mesmos, não se verificando uma insuficiência de recursos humanos disponíveis, relativamente aos médicos. As instalações encontram-se em bom estado de conservação.

6.3. Farmácias

As farmácias, apesar de serem de iniciativa privada, são serviços para os quais existem normas de localização40 com o objetivo de assegurar a cobertura do maior número possível de utentes, assim como encontram-se definidas normas de programação de equipamentos pela DGT.

O Concelho do Entroncamento dispõe de um total de quatro farmácias, distribuídas essencialmente pelas áreas mais centrais da cidade do Entroncamento. Enumeram-se de seguida as farmácias existentes no concelho e respetiva localização.

Farmácia Almeida Gonçalves

Rua Porfírio Rodrigues, nº 14

2330 Entroncamento

Farmácia António Lucas

Av. Dr. José Eduardo Vítor da Neves

2330-066 Entroncamento

Farmácia Carlos Pereira Lucas

Rua Almirante Reis n.º 32,

2330-099 Entroncamento

Farmácia Carvalho

Rua 5 de Outubro,

2330 Entroncamento

[40] Portaria nº 1430/2007, de 2 de novembro.

6.4. Análise da Rede de Equipamentos de Saúde no Entroncamento com Base nas Normas de Programação de Equipamentos Coletivos

Importa agora analisar a oferta de equipamentos de saúde no Concelho face aos critérios constantes nas Normas de Programação de Equipamentos Coletivos. Constata-se que, atendendo à população base para um ECS (4 000 habitantes) o concelho deveria dispor de várias extensões, contudo considerando as características dimensionais e de distribuição espacial da população no território concelhio, a existência de várias ECS seria uma dotação de equipamentos e saúde excessiva.

Não obstante, há que ter em atenção o défice de médicos no Centro de Saúde e questionar se as instalações existentes possuem condições/capacidade para albergar um número de médicos que permita dar resposta à procura real (nº de utentes inscritos).

Assim em fases ulteriores dever-se-á atender ao horizonte temporal do PDM e ponderar se estes equipamentos se encontram ajustados aos vários cenários demográficos, atendendo perspetivas de crescimento demográfico estimadas.

Relativamente às farmácias, encontram-se estabelecidos nas normas para a programação e caracterização de equipamentos coletivos os seguintes parâmetros:

1. Capitação não inferior a 6000 habitantes;
2. Não se encontrar instalada nenhuma farmácia na área delimitada por uma circunferência de 250 m de raio, não podendo haver sobreposição de áreas.

7. Equipamentos de Segurança Pública

7.1. Introdução

Os equipamentos considerados no âmbito da segurança pública consideram os edifícios de apoio às forças da ordem que visam a manutenção da referida segurança e ordem pública, sejam eles PSP ou GNR, assim como, são incluídos os equipamentos de apoio aos bombeiros.
Sublinha-se desde já que por força da dimensão do aglomerado do Entroncamento, a força de segurança presente no Concelho é a PSP.

Contribuem igualmente para a segurança pública as Corporações de Bombeiros. Estas inserem-se no Associativismo Voluntário e só nos aglomerados com uma população superior a 100 000 habitantes é que legalmente é exigido um Corpo de Bombeiros Profissionais. O enquadramento jurídico dos Corpos de Bombeiros está definido pelo Decreto nº 295/2000, de 17 de novembro.

7.2. Sistematização dos Equipamentos de Segurança Pública Situados do Concelho do Entroncamento

Analisam-se de seguida os equipamentos de segurança pública existentes no Concelho do Entroncamento: esquadra da PSP do Entroncamento e quartel dos Bombeiros. Estes equipamentos encontram-se devidamente assinalados em peça gráfica complementar ao presente relatório técnico.[41]

7.2.1. Esquadra da PSP do Entroncamento

O Concelho do Entroncamento dispõe de uma esquadra da PSP, que tem como área de influência a totalidade do Concelho do Entroncamento e possui um total de 45 efetivos.

De acordo com os critérios de localização, constantes nas Normas para a Programação e Caracterização dos Equipamentos Coletivos, as instalações das forças de segurança devem localizar-se numa área com acessos fáceis e diretos a eixos rodoviários principais, e que permita boa visibilidade para a garantia de condições de segurança e de defesa das instalações.

[41] Ver Planta 11 - Equipamentos de Utilização Coletiva



Figura 41. Localização da Esquadra da PSP do Entroncamento sobre ortofotomapa | Fonte: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento

A Esquadra da PSP do Entroncamento localiza-se na freguesia de São João Batista, na Rua 5 de Outubro, n.º 52 – 54. Trata-se de uma via de sentido único, situada na área central da cidade do Entroncamento. De acordo com informações fornecidas pela PSP as atuais instalações da esquadra não têm condições para albergar os serviços e os efetivos, pelo que o ideal seria a construção de uma nova esquadra, com uma área com cerca de 2 000 m².

7.2.2. Quartel dos Bombeiros

No concelho do Entroncamento existe um único quartel de bombeiros, onde desenvolve a sua atividade a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Entroncamento, com atuação nas áreas de prestação de serviços de saúde, de proteção civil e do combate a incêndios e um total de 54 efetivos ao serviço. A área de influência do quartel é a totalidade do Concelho do Entroncamento, que se localiza na freguesia de São João Batista, na Rua Brigadeiro Lino Dias Valente, n.º16.

Os critérios de localização dos quartéis de bombeiros constantes nas Normas de Programação e Caracterização de Equipamentos são os seguintes:

- *"Os terrenos deverão ser convenientemente escolhidos em relação aos aglomerados, de forma a permitir uma rápida movimentação das viaturas;*
- *A configuração do terreno deverá ser tanto quanto possível regular, sem grandes diferenças de nível entre os extremos."*



Figura 42. Localização do quartel dos Bombeiros sobre ortofotomapa | Fonte: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento

Numa análise da localização do quartel verifica-se que o mesmo ocupa a totalidade de um quarteirão, situado junto ao viaduto Eugénio Dias Poitout o que permite transpor facilmente a linha de caminho de ferro e, consequentemente, considera-se que o quartel se encontra num local de boa acessibilidade.

7.3. Análise da Rede de Equipamentos de Segurança Pública no Entroncamento com Base nas Normas de Programação de Equipamentos Coletivos

Num contexto qualitativo, atendendo às acessibilidades preferidas para a localização da tipologia de equipamentos em apreço, constatou-se já que a localização da esquadra da PSP condiciona a sua atuação, situação inversa à do quartel dos bombeiros, facto que deve ser ponderado em sede própria.

Verifica-se igualmente que o número de efetivos da esquadra da PSP fica aquém do rácio desejável apontado pelas Normas que é de 1 agente por 350 a 400 habitantes, o que baliza a força em cerca de 50 a 57 agentes.

Relativamente aos critérios para os quartéis de bombeiros, para um Concelho com população entre os 20.000 e os 40.000 habitantes, é desejável a instalação de um quartel de bombeiros com área de construção aproximada de 1.550 m2 em área de terreno de 3.000 m2. Não dispõe a equipa de dados que no momento nos permita aferir o cumprimento destas balizas.

8. Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social

8.1. Introdução

A Lei nº 17/2000, de 8 de agosto, que aprova as bases gerais do sistema de solidariedade e de segurança social, define como objetivos de ação social:

- A promoção da segurança socioeconómica dos indivíduos e das famílias;
- O desenvolvimento e integração comunitários;
- A garantia da cobertura das situações de pobreza, disfunção, marginalização e de exclusão sociais, tendo em vista a sua prevenção e erradicação, dirigindo-se especialmente aos grupos de cidadãos mais vulneráveis, nomeadamente crianças, jovens, pessoas com deficiência e idosos.

O exercício de ação social é efetuado diretamente pelo estado, através da utilização de serviços e equipamentos públicos ou em cooperação com as entidades cooperativas, sociais e privadas não lucrativas, designadamente, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), cujo estatuto foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/93, de 25 de fevereiro e o regime de cooperação estabelecido no Despacho Normativo nº 75/92, de 20 de maio.

O desenvolvimento dos serviços e equipamentos sociais perspetiva-se no sentido de concorrer para a cobertura equitativa do País, eliminando lacunas e assimetrias, prevenindo as sobreposições de apoios e ainda no sentido de promover uma maior harmonização das respostas sociais e valorizar as parcerias, constituídas por entidades públicas e particulares.
Neste sentido, o alargamento progressivo da cobertura dos concelhos com rede social tem em conta o princípio do planeamento com o objetivo da adoção de um plano social que vincule a Administração Central, Regional e Local e as instituições.
Estes equipamentos encontram-se devidamente assinalados em peça gráfica complementar ao presente relatório técnico.[42]

8.2. Sistematização dos Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social Situados no Concelho do Entroncamento

Os equipamentos de Solidariedade e Ação Social existentes no Concelho centram-se em dois grandes eixos de atuação, o de apoio à população idosa e o de apoio à infância e apoiam-se, sobretudo, em ambos os casos, em associações/instituições da rede solidária e na rede particular.

[42] Ver Planta 11 - Equipamentos de Utilização Coletiva

Para o apoio à infância e juventude o Concelho dispõe de três equipamentos da rede solidária: o Centro Social Paroquial e o Jardim de Infância da Graça, ambos com as valências de creche e ATL (Atividades de Tempos Livres), e o Jardim de Infância João de Deus apenas com a valência de creche. Nestes equipamentos estão inscritos, no ano de 2012, um total de 125 utentes na valência de creche.

Instituição/Entidades da Rede Solidária	**Nº de utentes inscritos**	
	Creche	**ATL**
Centro Social Paroquial do Entroncamento	65	47
Jardim de Infância João de Deus	35	--
Jardim da Graça	25	38
Total	**125**	**85**

Quadro 23. Instituições que prestam serviços de apoio à infância e juventude e número de utentes inscritos em cada valência | Fonte: CME

Os equipamentos de apoio à população idosa são prestados no Concelho por quatro unidades de apoio a idosos. A valência de Lar de 3ª idade encontra-se em três destas unidades, uma delas, o Lar Fernando Eiró Gomes, exclusivamente dedicada a essa função. Esta é, aliás, a valência que acumula no concelho um maior número de utentes inscritos (199) bem como a que se encontra presente num maior número de unidades/instituições. Os serviços de apoio domiciliário são prestados por duas unidades (131 inscrições) e a de centro de convívio por uma unidade.

Instituições/Entidades	**Valências**			
	Apoio Domiciliário	Centro de Convívio	Centro de dia	Lar de 3ª Idade
Centro de Convívio da Terceira Idade do Município	---	✓	---	---
Lar da Santa Casa da Misericórdia	✓	---	✓	✓
Lar Fernando Eiró Gomes	---	---	---	✓
Associação dos Lares ferroviários - Lar do Entroncamento	✓	---	✓	✓

Quadro 24. Instituições que Prestam Serviços de Apoio aos Idosos e respetivas valências | Fonte: CME



Figura 43. Lar Fernando Eiró Gomes | Fonte: Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento



Figura 44. Lar da Santa Casa da Misericórdia | Fonte: Santa Casa da Misericórdia do Entroncamento

Instituição/Entidades	Utentes Inscritos por valência			
	Apoio Domiciliário	Centro de Convívio	Centro de Dia	Lar de 3ª Idade
Centro de Convívio da Terceira Idade do Município	---	100*	---	---
Lar da Santa Casa da Misericórdia	80	---	35	60
Lar Fernando Eiró Gomes	---	---	---	56
Associação dos Lares ferroviários – Lar do Entroncamento	40 / 11**	---	25	83
Total	**131**	**100**	**60**	**199**

* Capacidade do Centro de Convívio
** 40 utentes inscritos no apoio domiciliário e 11 utentes inscritos no apoio domiciliário integrado.
Quadro 25. Número de utentes por valência nas Instituições de Apoio a Idosos (2012) | Fonte: CME

O Concelho dispõe ainda de outros equipamentos de solidariedade e ação social, nas áreas do apoio à família e comunidade e do apoio a pessoas com deficiência, a saber:

- Associação Sociocultural para o Desenvolvimento TRENDIRIVIR (apoio social a crianças carenciadas)
- Cáritas Paroquial da Sagrada Família do Entroncamento (apoio a famílias carenciadas)
- Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento - CERE (presta apoio a crianças e adultos com necessidades especiais, integrando as seguintes valências: valência educacional, centro de apoio ocupacional, valência de intervenção precoce e unidade de apoio temporário em residência)
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

8.2. Análise da Rede de Equipamentos de Solidariedade e Segurança Social no Entroncamento com Base nas Normas de Programação de Equipamentos Coletivos

Este tipo de equipamento não será objeto de sequente análise de programação de equipamentos coletivos, pois estão antes de mais, condicionados à apreciação da situação social da população ou de extratos da mesma, sendo norma que a população base seja absolutamente variável.

Por tal, não é aqui apontada uma análise síntese desta tipologia de equipamentos, por ser matéria que deve encontrar sede própria que ultrapassa os âmbitos e objetivos de um PDM, mais ainda quando são equipamentos que, na sua maior parte se situam em meio urbano consolidado e para os quais por norma não é necessária efetuar reserva de solo.

9. Outros Equipamentos

9.1. Introdução

Embora não se possam incluir em nenhuma das tipologias de equipamentos de utilização coletiva analisadas nos capítulos anteriores, existem alguns equipamentos localizados no Concelho que é pertinente referenciar, sendo aplicáveis normas de programação a alguns dos mesmos.

- Cemitério
- Recinto Multiusos
- ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária
- Escola de Música do Orfeão do Entroncamento
- Parques Verdes Urbanos
- Escola Profissional Gustave Eiffel

Estes equipamentos encontram-se devidamente assinalados em peça gráfica complementar ao presente relatório técnico.[43]

9.2. Cemitério

O Concelho do Entroncamento dispõe de um único cemitério, localizado na freguesia de São João Batista a sul da área urbana consolidada. De acordo com a informação disponível na CME este cemitério terá já atingido a sua capacidade máxima (3094 corpos) encontrando-se com uma taxa de ocupação de aproximadamente 100 %. O Concelho não dispõe neste momento de qualquer área destinada a um novo equipamento deste tipo pelo será de prever, em sede desta revisão do PDM, a ampliação do cemitério existente (caso tal seja possível) ou uma área para construção de um novo cemitério.

9.3. Recinto Multiusos

O recinto multiusos do Entroncamento é uma área com cerca de 15 000 m2 de terreno que se estende junto à Estrada Nacional 365, na fronteira entre o Entroncamento e Vila Nova da Barquinha. Trata-se de um espaço inaugurado em 2006, destinado à realização de mercados, feiras, exposições, espetáculos e outros eventos.

[43] Ver Planta 11 - Equipamentos de Utilização Coletiva



Figura 45. Localização sobre ortofotomapa do recinto multiusos do Entroncamento | Fonte: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento

9.4. ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária

Localizada na freguesia de Nossa Sr.ª de Fátima, na Rua dos Ferroviários, a ESER do Entroncamento entrou em funcionamento em junho de 2011 e pretende ser um espaço de aprendizagem sobre procedimentos de prevenção e segurança.



Figura 46. Localização sobre ortofotomapa da ESER - Escola de Segurança e Educação Rodoviária | Fonte: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento





Figura 47. Imagens da ESER do Entroncamento | Fonte: Portal da Educação (http://portal.cm-entroncamento.maiseducacao.pt)

9.5. Escola de Música do Orfeão do Entroncamento

O Orfeão do Entroncamento é uma associação, com vinte anos de existência (o Grupo Coral do Orfeão do Entroncamento foi fundado em janeiro de 1988, na Associação Filarmónica e Cultural do Entroncamento tendo-se constituído como associação independente em 1990), que gere duas atividades distintas: a Escola de Música e o Grupo Coral, contando ainda com diversas acuações anualmente. As instalações situam-se na Rua 5 de Outubro, Nº 101 - 1º Esq.

9.6. Parques Verdes Urbanos

São considerados três parques verdes urbanos na cidade do Entroncamento, atendendo à dimensão e relevância de vivência comunitária: o Parque do Bonito, o Jardim do Entroncamento e o Parque José Pereira Caldas.



Figura 48. Perspetiva do Parque José Pereira Caldas | Fonte: www.Entroncamentoonline.pt

9.7. Escola Profissional Gustave Eiffel

A Escola Profissional Gustave Eiffel - EPGE- nasceu em meados da década de 80, e encontra-se instalada num conjunto de cidades portuguesas, entre as quais o Entroncamento. De acordo com a página oficial desta instituição, pretende-se promover o desenvolvimento e consolidação de um modelo - o do Ensino Profissional, em que a atividade educativa/formativa que desenvolve visa, em primeira linha, a formação integral do jovem que conclui o 7.º ou o 9.º ano de escolaridade, preparando-o para um desempenho profissional. A EPGE tem contribuído ainda para a formação de adultos em diferentes áreas e níveis.



Figura 49. Fachada da Escola Profissional Gustave Eiffel | Fonte: http://www.gustaveeiffel.pt/

Habitação | CAP. VI

1. Introdução

O presente volume tem por objetivo caracterizar o parque habitacional do Concelho do Entroncamento procurando, deste modo, aferir acerca da evolução do mesmo e das condições de habitabilidade no município, assim como verificar, de uma forma global, as condições de ajustamento entre a oferta e a procura de habitação no horizonte do Plano Diretor Municipal em revisão.

No quadro de uma estratégia regional de consolidação das áreas urbanas e de contenção dos perímetros urbanos, esta é uma análise fundamental cujas conclusões terão de ser tidas, necessariamente, em consideração aquando da definição do(s) perímetro(s) urbano(s) do Entroncamento no presente processo de revisão do PDM e da classificação e qualificação do solo.

A organização deste volume de caraterização do parque habitacional foi estruturada em função de dois grandes eixos, os quais procuram entender a problemática habitacional:

- A oferta, que compreende a caracterização/diagnóstico do parque habitacional;
- A procura, que compreende o estudo das condições habitacionais avaliadas a partir dos respetivos ocupantes.

Concedeu-se especial importância à utilização de dados atuais, de forma a efetuar uma caracterização o mais próximo possível da realidade, bem como à utilização de referenciais geográficos de comparação à escala regional (Médio Tejo).

2. Parque Habitacional - Caraterísticas de Ocupação

2.1. Introdução

Começando por traçar um retrato geral da paisagem edificada e do parque habitacional do Concelho do Entroncamento é possível salientar desde logo um povoamento concelhio muito particular, constituído por um único núcleo urbano, que ocupa uma boa parte do território municipal, em redor do qual ocorrem áreas de carater mais rural com construção mais ou menos dispersa, arrabaldes deste núcleo. É portanto um Concelho de paisagem predominantemente urbana, exceto nessas áreas envolventes mais afastadas da cidade, como é o caso da área a NO do IP6.

O padrão construtivo predominante é o plurifamiliar na área central da cidade do Entroncamento, o unifamiliar na área urbana envolvente ao centro e o unifamiliar rural/semiurbana nas áreas envolventes, aqui assente em área cadastral de maior dimensão.

O presente capítulo encontra-se organizado nas temáticas descritas na epígrafe, efetuando-se em cada uma delas uma análise transversal, da escala de enquadramento regional à escala das subsecções estatísticas, sempre que haja dados disponíveis e suficientes para tal.

2.2. Edifícios e Alojamentos

De acordo com os resultados dos Censos 2011, constata-se que o Concelho do Entroncamento totalizava, naquele ano, 4.150 edifícios, o que significa um aumento de cerca de 12,9 % relativamente a 2001. Este acréscimo revela-se superior ao verificado na região do Médio Tejo (9,3 %) e vai ao encontro do aumento populacional que tem ocorrido neste Concelho.

Área Geográfica	Edifícios		Alojamentos		Relação Aloj./Edifícios 2011
	2001/2011 (%)	2011 (Nº)	2001/2011 (%)	2011 (Nº)	
Médio Tejo	9,3	107 291	12,6	137 712	1,3
Entroncamento	**12,9**	**4 150**	**22,8**	**10 715**	**2,6**
S. João Batista	---	1 581	---	4 445	2,8
N. Sr.ª de Fátima	---	2 569	---	6 270	2,4

Quadro 26. Evolução do número de edifícios e de alojamentos (2001/2011) | Fonte: INE, *Censos* 2001, 2011

O acréscimo do número de edifícios no Concelho foi acompanhado por um aumento, ainda mais significativo, do número de alojamentos, cerca de 22,8% relativamente a 2001 (valor significativamente mais elevado que a taxa de variação registada na sub-região do Médio Tejo, 12,6%). Este desfasamento entre o acréscimo de edifícios e de alojamentos é, por si só, indicativo de uma crescente adoção de tipologias de edifícios de habitação plurifamiliar, em detrimento da unifamiliar, e resultou num aumento do número médio de alojamentos por edifício (2,4 em 2001 e 2,6 em 2011).

De salientar que a relação entre o número de alojamentos e o número de edifícios no Concelho do Entroncamento era, em 2011, cerca de duas vezes mais elevada que a registada na sub-região (1,3 alojamentos/edifício) onde se insere o Concelho, facto que se justifica pelo carater urbano deste município e pelos padrões de construção associados ao mesmo.

Persiste também, em resultado da análise destes dados, verificar a concentração continua que se tem sentido nas últimas décadas da população nos centros urbanos e, deste facto resulta maior proporção relativa de aumento do número de edifícios e, sobretudo, alojamentos em meio urbano.

Da análise das figuras seguintes, onde se representa o número de edifícios e de alojamentos nas secções estatísticas de cada uma das freguesias do Concelho, conclui-se o seguinte:

1. A maior concentração de alojamento plurifamiliar nas secções do centro da cidade do Entroncamento, visível graficamente na maior diferença entre a barra de alojamentos e de edifícios;

2. As secções envolventes ao centro tradicional, pese embora com maior peso do alojamento em edifícios unifamiliares, pela maior dimensão territorial e, igualmente, pela natureza de

ocupação, com menos usos distintos do residencial em comparação às áreas centrais, tem já o maior número de alojamentos, na generalidade.

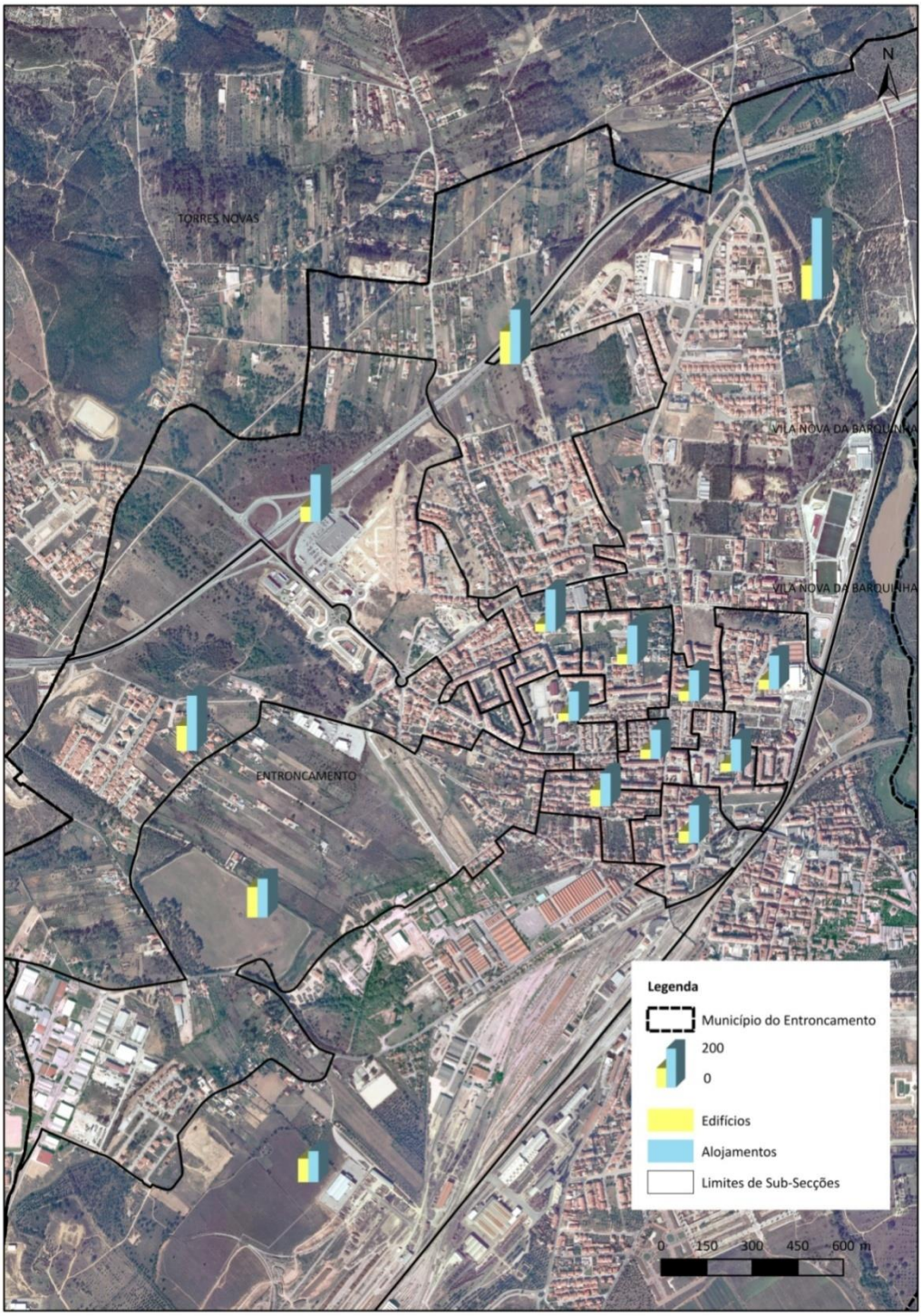


Figura 50. Número de edifícios e de alojamentos nas secções estatísticas da freguesia de Nossa Sr.ª de Fátima, em 2011 | Fontes: INE, *Censos* 2011; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento



Figura 51. Número de edifícios e de alojamentos nas secções estatísticas da freguesia de São João Batista, em 2011 | Fontes: INE, *Censos* 2011; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento

2.3. Época de Construção

O desenvolvimento da construção no Concelho do Entroncamento nas últimas duas décadas encontra-se patente na época de construção do edificado. Do total de edifícios existentes no município, cerca de 35 % foram construídos entre 1991 e 2011, um valor substancialmente mais elevado que o registado na sub-região do Médio Tejo (25,4%). Na freguesia de Nossa Sr.ª de Fátima esse valor ascende aos 43,2 %, facto que se justifica, não apenas pela sua maior dimensão, como também por uma maior superfície livre de edificação que tem permitido a expansão da cidade para poente e para norte, para mais apetecível em função das acessibilidades acrescidas na última década pelo IP6/A23.

Área Geográfica	Edifícios construídos (%)					
	<1919	1919 a 1945	1946 a 1970	1971 a 1990	1991 a 2011	TOTAL
Médio Tejo	6,2	11,6	27,3	29,5	25,4	100,0
Entroncamento	**3,8**	**6,5**	**28,0**	**26,7**	**35,1**	**100,0**
S. João Batista	2,0	7,0	33,8	35,4	21,9	100,0
N. Sr.ª de Fátima	4,9	6,3	24,4	21,3	43,2	100,0

Quadro 27. Época de Construção dos edifícios existentes | Fonte: INE, *Censos* 2011

Também o incremento na produção de habitação ocorrido, a nível nacional, a partir das décadas de 60/70 é visível na época de construção do edificado concelhio, sendo de notar que os edifícios construídos antes de 1946 representam apenas 10,3 % do total, enquanto os construídos a partir daquele ano, e até 1990, totalizam cerca de 54,7 %.

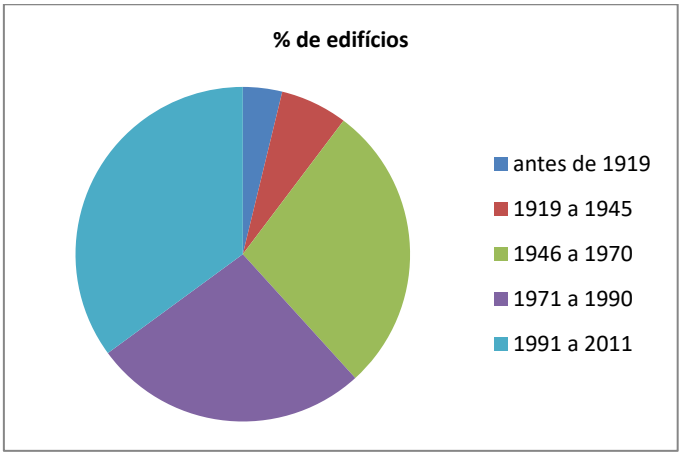


Figura 52. Número de edifícios no Concelho do Entroncamento, por época de construção (em %) | Fontes: INE, Censos 2011

Numa análise evolutiva (2001/2011), conjunta, dos vários indicadores que podem relacionar-se, de forma mais direta, com a habitação (*vede* Quadro 28) constata-se que se registou no Concelho do Entroncamento uma variação positiva dos vários indicadores: população residente, famílias, edifícios e alojamentos. Destaca-se o facto de a variação do número de alojamentos (22,8 %) se aproximar da

registada ao nível do número de famílias (20,1 %), o que derivará, de entre outros fatores, da diminuição da dimensão média das famílias.

Variável	2001	2011	Variação (%)
Edifícios	3 676	4 150	12,9
Alojamentos	8 722	10 715	22,8
População Residente	18 174	20 206	11,2
Famílias	6 725	8 074	20,1
Alojamentos / Edifício	2,4	2,6	8,8
Alojamentos / Família	1,30	1,33	2,3
Dimensão média da família	2,7	2,5	-7,4

Quadro 28. Relação entre a evolução da população residente / famílias e o número de edifícios e alojamentos no Concelho do Entroncamento (2001/2011) | Fonte: INE, *Censos* 2001; 2011

Conclui-se, portanto, que o aumento do número de edifícios e de alojamentos no Concelho, na última década, ocorreu conjuntamente com um acréscimo populacional relevante e um significativo aumento do número de famílias, podendo considerar-se, simultaneamente, causa e consequência destes últimos. Não obstante, e como se analisará posteriormente, existe atualmente no Concelho do Entroncamento uma considerável percentagem de alojamentos familiares vagos.

2.4. Caraterização do Edificado por número de alojamentos, tipologia de ocupação e propriedade

A dimensão do edificado, tendo em consideração o número de alojamentos, é outra das variáveis nas quais o município apresenta um comportamento um pouco diferente do registado pela sub-região onde se localiza. Enquanto no Médio Tejo os edifícios com apenas 1 alojamento representam quase 93 % do total, no Concelho do Entroncamento esse valor é substancialmente mais reduzido cifrando-se nos 71,5%.

Área Geográfica	**Total de Edifícios (Nº)**	**Edifícios por escalão de dimensão (%)**				
		1 alojamento	2 - 6 alojamentos	7 - 12 alojamentos	13 ou mais alojamentos	Total
Médio tejo	107291	92,9	5,3	1,6	0,3	100,0
Entroncamento	**4150**	**71,5**	**14,6**	**12,6**	**1,3**	**100,0**
S. João Batista	1581	64,3	20,3	14,5	0,9	100,0
N. Sr.ª de Fátima	2569	75,9	11,1	11,4	1,5	100,0

Quadro 29. Número de edifícios segundo o escalão de dimensão (nº de alojamentos) em 2011 | Fonte: INE, *Censos* 2011

Sublinha-se de novo que o caracter urbano do território municipal contribui, certamente, para esta maior dimensão do edificado, ou seja, para uma maior proliferação da habitação plurifamiliar (14,6 % dos edifícios possuem entre 2 a 6 alojamentos) comparativamente com a sub-região. Esta justificação encontra reforço no facto de na freguesia de S. João Batista, a mais urbana, os edifícios com 1 alojamento representarem apenas 64,3 % do total.

Verifica-se ainda que no Concelho a percentagem de edifícios exclusivamente residenciais (92,1%) é ligeiramente inferior à da sub-região (95%) enquanto a de edifícios principalmente residenciais é superior. A maior percentagem de edifícios que conciliam a função residencial com outras, explicar-se-á, uma vez mais, pelas características urbanas de uma boa parte do território concelhio, essencialmente da freguesia de S. João Batista, a qual abrange o centro da cidade do Entroncamento. De referir, contudo, que no município a representação dos edifícios principalmente não residenciais (ou seja aqueles cuja funções não residenciais são inferiores a 49%) não atinge os 0,5 %.

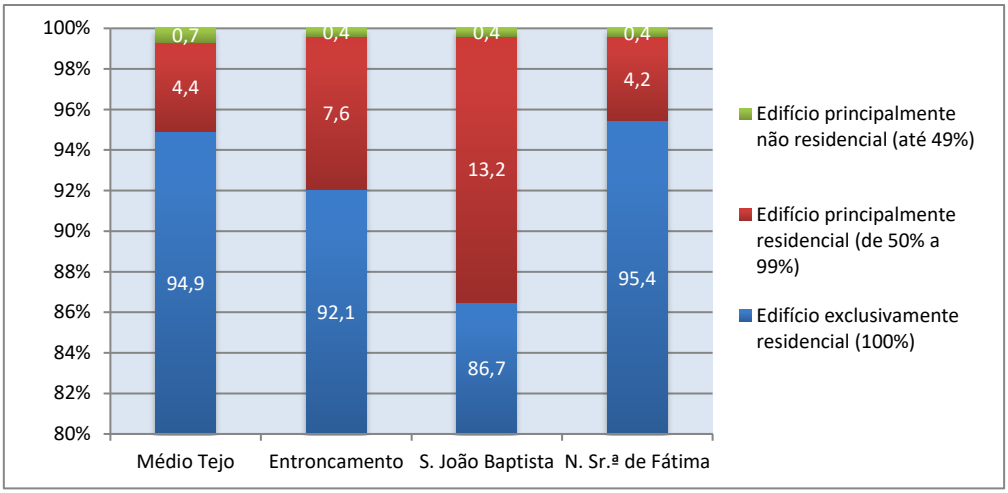


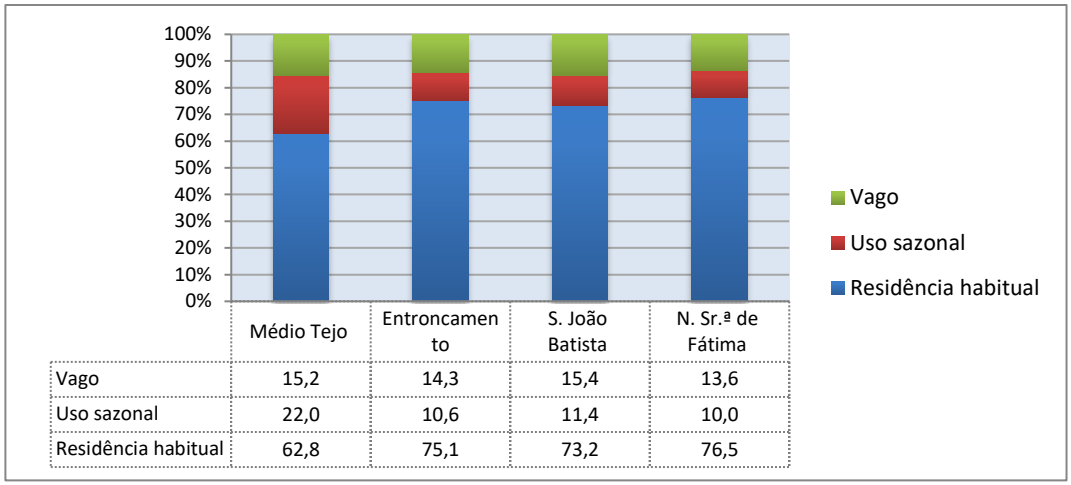
Figura 53. Intensidade da função residencial, em 2011 | Fonte: INE, *Censos* 2011

Centrando a análise nos alojamentos, verifica-se que, em 2011, existiam no Concelho um total de 10 715 alojamentos (cerca de 7,8 % dos alojamentos da sub-região do Médio Tejo), dos quais apenas 12 são alojamentos coletivos sendo os restantes alojamentos familiares. Estes últimos, e tal como acontece um pouco por todo o país, são quase na sua totalidade de tipologia clássica e destinados, maioritariamente, à residência habitual.

Área Geográfica	**Alojamentos**			**TOTAL**
	Familiares		**Coletivos**	
	Clássicos	Não Clássicos		
Médio Tejo	137 072	161	479	137 712
Entroncamento	**10 703**	**6**	**12**	10 715
S. João Batista	4 440	4	5	4 445
N. Sr.ª de Fátima	6 263	2	7	6 270

Quadro 30. Alojamentos por tipologia (do alojamento) em 2011 | Fonte: INE, *Censos* 2011

De facto, cerca de 75% dos alojamentos familiares clássicos têm como finalidade a residência habitual e somente 10,6% o uso sazonal (*vede* Figura 54). Atendendo ao quadro regional, no qual o uso sazonal tem um peso de 21,9%, os valores concelhios indiciam, por um lado, o fraco desenvolvimento da atividade turística, assim como, da 2ª residência e, por outro, embora não de forma tão direta a capacidade do município na fixação de população.



	Médio Tejo	Entroncamento	S. João Batista	N. Sr.ª de Fátima
Vago	15,2	14,3	15,4	13,6
Uso sazonal	22,0	10,6	11,4	10,0
Residência habitual	62,8	75,1	73,2	76,5

Figura 54. Percentagem de alojamentos familiares clássicos segundo a forma de ocupação, em 2011 | Fonte: INE, Censos 2011

Os alojamentos vagos no território municipal representam cerca de 14,3% dos alojamentos familiares clássicos (valor aproximado do registado na sub-região), e dizem respeito maioritariamente a alojamentos para venda.

Área Geográfica	**Alojamentos Vagos**				
	Total	Para venda	Para aluguer	Para demolir	Outros
Médio Tejo	20885	3568	1734	1138	14445
Entroncamento	1530	520	186	76	748
São João Batista	681	213	98	32	338
Nossa Senhora de Fátima	849	307	88	44	410

Quadro 31. Alojamentos vagos em 2011 | Fonte: INE, Censos 2011

Espacialmente o Concelho não apresenta diferenças significativas na forma de ocupação dos alojamentos familiares sendo, contudo, de referir a maior percentagem de alojamentos vagos na freguesia de São João Batista. Atendendo ao regime de ocupação, cerca de 80,8 % dos alojamentos familiares de residência habitual são propriedade do ocupante, o que vai ao encontro do padrão verificado na sub-região do Médio Tejo.

Área Geográfica	Total	Proprietário ou Coproprietário		Proprietário - regime de propriedade coletiva de cooperativa de habitação		Arrendados ou subarrendados		Outra Situação	
		nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Médio Tejo	86087	70513	81,9	515	0,6	10093	11,7	5545	6,4
Entroncamento	8036	6497	80,8	74	0,9	1203	15,0	345	4,3
S. João Batista	3249	2559	78,8	50	1,5	548	16,9	151	4,6
N. Sr.ª de Fátima	4787	3938	82,3	24	0,5	655	13,7	194	4,1

Quadro 32. Alojamentos familiares clássicos de residência habitual segundo o regime de ocupação -2011 | Fonte: INE, Censos 2011

A diferença entre o Concelho e a sub-região onde se integra no que concerne ao regime de ocupação reside na percentagem de alojamentos familiares arrendados ou subarrendados, que apresenta no Concelho um valor superior (15%). O próprio Concelho apresenta algumas discrepâncias internamente, notando-se uma maior relevância de proprietários ocupantes na freguesia de N. Sr.ª de Fátima. Sendo esta a freguesia com maior área de habitação dispersa, em área de caracter rural ou semiurbano, e com maior percentagem de edifícios com apenas um alojamento, é possível relacionar a propriedade do alojamento com a dimensão dos edifícios (número de alojamentos).

3. Cobertura dos Alojamentos por Infraestruturas

De acordo com os Censos 2011, a totalidade dos alojamentos encontra-se servida por água canalizada e sistema de drenagem de águas residuais. Os alojamentos com instalação de banho ou duche aproximam-se também dos 100% (99,6%).

Área Geográfica	Total de Alojamentos	Com água canalizada no alojamento	Com sistema de drenagem de águas residuais	Com instalação de banho ou duche
		%	%	%
Médio Tejo	86247	99,4	99,6	98,1
Entroncamento	**8042**	**100**	**100**	**99,6**
S. João Batista	3253	100	100	99,6
N. Sr.ª de Fátima	4789	100	100	99,6
Abrantes	15902	99,1	99,4	97,2
Alcanena	5494	99,8	99,8	98,6
Constância	1543	99,4	99,4	98,0
Ferreira do Zêzere	3418	99,2	99,4	97,5
Sardoal	1499	99,9	99,9	98,9
Tomar	16203	99,2	99,3	97,7
Torres Novas	14412	99,8	99,8	98,7
Vila Nova da Barquinha	2899	99,4	99,6	98,0
Ourém	16835	99,4	99,6	98,3

Quadro 33. Existência de infraestruturas de saneamento básico e duche/banho nos alojamentos familiares de residência habitual , em 2011 | Fonte: INE, Censos 2011

Esta cobertura de 100% verifica-se quer na dotação dos alojamentos em água canalizada (apenas 3 alojamentos do concelho não dispõem desta infraestrutura) quer na cobertura por sistema de drenagem de águas residuais, sendo que os valores registados são próprios de um território de caráter predominantemente urbano no que respeita às características paisagísticas e de ocupação do solo.

A dotação dos alojamentos e, consequentemente, da população residente, nestas infraestruturas que contribuem para as boas condições de habitabilidade é, no concelho em análise, ligeiramente superior à registada na sub-região do Médio Tejo e em cada um dos restantes concelhos que a integram (embora todos estes registam valores superiores a 99% no nível de cobertura por água canalizada e por sistema de drenagem de águas residuais), facto que se relacionará, como já referido, pelo caracter urbano do território municipal.

CONCLUSÕES

Conclusões

A particularidade maior deste Concelho reside no facto de que se trata de um Concelho cidade, logo de um município com um carater profundamente urbano, que o distingue da maior parte dos municípios portugueses.
As caraterísticas de serviço e infraestruturação deste território associam-se e são marcadas pela respetiva urbanidade, e desse fenómeno decorre uma cobertura quase integral do território por serviços e infraestruturas de apoio à população e às atividades económicas, conforme descrito no presente relatório e de seguida sumariado.

O Entroncamento teve um desenvolvimento recente, apoiado na instalação e evolução da ferrovia, da estação e das atividades relacionadas com as instalações ferroviárias, sendo estas a génese do núcleo urbano e fundamento do crescimento e consolidação do mesmo a partir de inicio do século XX, apoiado depois também pela instalação de aquartelamentos. Teve contudo maior crescimento em décadas recentes, apoiado claramente nas acessibilidades trazidas não só pela ferrovia como pela rodovia, encontrando-se o Concelho próximo ao nó que liga a A1 à A23, que fundamentaram a elevação da vila a cidade e que determinaram também os elevados níveis de serviço.

Contudo, estas mesmas origens recentes, se são sinónimo de dinamismo e, por tal, de previsão de crescimento futuro, são também causa da inexistência de património imóvel de relevo, não existindo inclusive na cidade um núcleo histórico central, que não sendo caso único no contexto nacional, não deixa de ser caso pouco comum.

Do conjunto do património inventariado, para além dos exemplares de arquitetura civil, sublinha-se a relevância dos bairros operários ferroviários assim como, dos sítios constantes na base de dados Endovélica. Esta ausência de património resulta também numa menor dimensão dos elementos inventariados a nível de recursos turísticos, pese embora aqui se destaquem dois com influencia claramente superior ao local: o Museu Nacional Ferroviário, sendo sede e o Parque do Bonito.

Este concelho / cidade, encontra ponto tanto ou quanto mais fraco, a nível da dotação de equipamentos coletivos, pese embora o relevante esforço da autarquia em dinamizar a vivencia dos espaços e em oferecer equipamentos de qualidade, nomeadamente na área do desporto, do lazer e da cultura, de que são exemplos a excelência do Parque Desportivo do Bonito ou o Centro Cultural.

Contudo, apesar da classificação como cidade, não existe qualquer elemento da Rede Secundária de Cuidados de Saúde (hospital), sendo o concelho dependente, quanto à rede pública, de instalações localizadas noutras cidades de menor dimensão populacional, como é o caso de Torres Novas ou Tomar.

Isto, sem prejuízo de que a rede privada dispõe de oferta assinalável na cidade, pontuando aqui uma recente unidade de cuidados continuados.

Também realce para a medianidade de oferta de equipamentos na área de segurança pública e educação, áreas para as quais o presente relatório sublinha algumas carências, pese embora a nível da educação a CM tenha aprovado a respetiva Carta Educativa e, com base nesta, tem vindo a efetuar um trabalho paulatino de melhoria da rede e do parque escolar.

Por fim, nesta que é maior cidade do Médio Tejo quanto ao efetivo populacional, está-se em presença de tipologias de habitação marcadamente urbana, com peso relativo significativo de habitação em edifícios plurifamiliares, e com elevada ou plena cobertura por redes de abastecimento ou saneamento básico.

Siglas e Acrónimos

SIGLAS/ ACRÓNIMOS	LOCUÇÃO
ATL	Atividades de Tempos Livres
CS	Centro de Saúde
DGT	Direção-Geral do Território
DL	Decreto-Lei
E.B.	Ensino Básico
EBI	Escola Básica Integrada
EB1	Escola Básica do 1º Ciclo
EB 2, 3	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo
EM	Estrada Municipal
EN	Estrada Nacional
ES	Escola Secundária
ECS	Extensão de Centro de Saúde
ES/3	Escola Secundária com 3º Ciclo
EUC	Equipamentos de Utilização Coletiva
IC	Itinerário Complementar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Itinerário Principal
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
JI	Jardim de Infância
NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial
PRN2000	Plano Rodoviário Nacional 2000
RGP	Recenseamento Geral da População
SWOT	Forças (**S**trengths), Fraquezas (**W**eaknesses), Oportunidades (**O**pportunities) e Ameaças (**T**hreats)
UAP	Unidade de Atendimento ao Público

Bibliografia

- **Monografias, Estudos e Relatórios**

Águas do Centro (2006) – *Estudos Técnicos*

Batista (2005) - *A quinta da Ponte da Pedra*, C.M.E, Entroncamento.

Câmara Municipal do Entroncamento. *Estratégia de Desenvolvimento 2020 e Plano de Ação para o Concelho do Entroncamento*. CME, Entroncamento.

Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2002), *Normas para a Programação e Caracterização dos Coletivos*, Lisboa

Estradas de Portugal (2000), *Plano Rodoviário Nacional 2000*, Lisboa

Poitout, Maria Manuela**, Batista,** Luís M. Preto **(1997) -** *História da Imprensa no Entroncamento***,** edição do Jornal O Entroncamento

Rosário, Paula Gama **(2006) -** *Entroncamento – Do mito do progresso à realidade do presente***,** CME, Entroncamento

Turismo de Portugal (2012), Inventário de Recursos Estatísticos

- **Consultas online**

www.mais**centro**.qren.pt

- **Documentos Eletrónicos**

INE, I.P. (2001/2011). Acedido no website: http://www.ine.pt

PORDATA. (2001/2011). Acedido no website: http://www.pordata.pt

REFER. *Ficha da estação e Horários.* Acedidos no website http://www.cp.pt

DRCC. Inventário do Património. Acedido no website http://www.drc.pt



Primeira revisão do PDM do ENTRONCAMENTO

R7 – Desenvolvimento Urbano

Versão de fevereiro de 2018 para aprovação em Assembleia Municipal

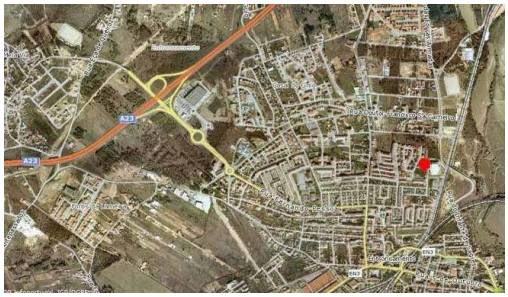
Primeira revisão Plano Diretor Municipal, PDM

Entroncamento









ENTRONCAMENTO
cidade ferroviária

Volume 04

R8 – Património, Turismo e Lazer

[versão para aprovação em Assembleia Municipal] fevereiro 2018

Esta página foi deixada em branco propositadamente

Índice Geral

1. Introdução 4

2. Origens e Desenvolvimento da Cidade do Entroncamento 5
2.1. Breve Notícia Histórica 5
2.2. Os caminhos de ferro 9
2.2.1. Oficinas da CP 10
2.2.2. Os Bairros Ferroviários 10
[a] Bairro da Estação 11
[b] Bairro do Boneco 11
[c] Bairro Vila Verde 12
[d] Bairro Camões 13
2.3. As instituições Militares e o Entroncamento 15

3. Património 16
3.1. Nota Introdutória 16
3.2. Nota Metodológica 17
3.3. Enquadramento Legal 18
3.3.1. Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural 18
3.3.2. Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo 18
3.3.3. Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial 18
3.3.4. Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e do Vale do Tejo 19
3.4. Património Arquitetónico 21
3.5. Património Arqueológico 40
3.5.1. Breve nota de enquadramento: ocupação humana dos depósitos aluvionares do Vale do Tejo 40
3.5.2. Identificação do património arqueológico no concelho do Entroncamento 41
3.5.3. Da fundamentação da delimitação de uma zona de sensibilidade arqueológica 44

4. Turismo e Lazer 47
4.1. Recursos Turísticos e de Lazer no Entroncamento 47
4.1.1. Museu Nacional Ferroviário 48
4.1.2. Parque do Bonito 49
4.2. Oferta de Alojamento 51
4.3. Breve Caraterização da procura de alojamento turístico 52
4.3.1. Evolução do n.º de dormidas no concelho do Entroncamento 52
4.3.2. Estadia média de alojamento 53
4.3.3. Proporção de hóspedes estrangeiros 53
4.3.4. Ocupação média 53
4.4. Linhas orientadoras do Plano estratégico Nacional do Turismo 54

5. Conclusões 55

Siglas e Acrónimos 56

Anexos

Índice de Figuras

Figura 1. Postal ilustrado do Entroncamento por volta da década de 70 do séc. XIX | Fonte: CM Entroncamento 5
Figura 2. Postal ilustrado da estação de caminho de ferro do Entroncamento/ Apeadeiro da Ponte da Pedra (estima-se que datada de final do séc. XIX/ 1ª metade do séc. XX) | Fonte: CM Entroncamento 6
Figura 3. Comboios na estação de caminho de ferro do Entroncamento (sem data) | Fonte: CM Entroncamento 7
Figura 4. Entrada do quartel militar no Entroncamento (sem data) | Fonte: CM Entroncamento 7
Figura 5. Vagão Real | Fonte: CM Entroncamento 9
Figura 6. Espaços destinados à reparação e manutenção de equipamentos ferroviários no Entroncamento | Fonte: CM Entroncamento 10
Figura 7. Vista parcial do Bairro da Estação | Fonte: www.google.pt 11
Figura 8. Pormenor de edifício do Bairro dos Reformados / Bairro do Boneco | Fonte: CM Entroncamento 12
Figura 9. Moradias em bom estado de conservação no Bairro Vila Verde | Fonte: CM Entroncamento 12
Figura 10. Arruamento no Bairro Camões – atente-se ao estado de abandono | Fonte: sites.google.com 13
Figura 11. Antiga escola privativa de ensino primário no Bairro Camões | Fonte: www.google.pt 14
Figura 12. Interior da Escola do Bairro Camões | Extraído de *http://ruinarte.blogspot.pt* 23
Figura 13. Localização do Bairro camões e delimitação sobre ortofotomapa da respetiva área a considerar no inventário de património | Fontes: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento; CIMT, Cartografia de base à escala 1/10 000 24
Figura 14. Vista parcial do Bairro da Estação | Fonte: CM Entroncamento 25
Figura 15. Localização do Bairro da Estação e delimitação sobre ortofotomapa da respetiva área a considerar no inventário de património | Fontes: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento; CIMT, Cartografia de base à escala 1/10 000 26
Figura 16. Exemplo de moradia no Bairro da Liberdade | Fonte: CM Entroncamento 27
Figura 17. Localização do Bairro da Liberdade e delimitação sobre ortofotomapa da área a considerar no inventário de património | Fontes: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento; CIMT, Cartografia de base à escala 1/10 000 28
Figura 18. Vista parcial do Bairro | Fonte: sites.google.com 29
Figura 19. Localização do Bairro Vila Verde e delimitação sobre ortofotomapa da área a considerar no inventário de património ! Fontes: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento; CIMT, Cartografia de base à escala 1/10 000 30
Figura 20. Capela de São João Batista | Fonte: fotos.sapo.pt 31
Figura 21. Chafariz das Vaginhas | Fonte: cdsentroncamento.blogspot.com 32
Figura 22. Igreja Matriz – Igreja da Sagrada Família | Fonte: www.entroncamentoonline.pt 33
Figura 23. Fachada frontal do Edifício dos Paços do Concelho | Fonte: mapio.net 34
Figura 24. Centro Cultural do Entroncamento | Fonte: mapio.net 35
Figura 25. Edifício da Escola Camões | Fonte: c.duentronc.blogspot.com 36
Figura 26. Fachada nascente da central elétrica do Entroncamento 38
Figura 27. Quadro Elétrico de manobra da central elétrica 38
Figura 28. Interior da central elétrica – pormenor dos janelões 38
Figura 29. Perspetiva geral do edifício dos postos de correio | Fonte: www.allaboutportugal.pt 39
Figura 30. Perspetiva geral do Sítio de Atalaia, no Concelho de Vila Nova da Barquinha, próximo ao sítio CNS – 34166, já no Entroncamento 41
Figura 31. Área sensível de arqueologia no Concelho do Entroncamento 46
Figura 32. Perímetro Museológico Central | Fonte: www.fmnf.pt 48
Figura 33. Perspetiva da Rotunda das Locomotivas | Fonte: www.cm-entroncamento.pt 48
Figura 34 - Perspetivas parciais do projeto para o Parque Natural do Bonito | Fonte: CME, Estratégia de Desenvolvimento 2020 e Plano de Ação 2013 para o Entroncamento 49
Figura 35 - Pesqueiros no Parque do Bonito | Fonte: CME, Boletim Municipal nº 69, Março-Maio 2012 50
Figura 36 - Arranjos e mobiliário no Parque do Bonito | Fonte: CME, Boletim Municipal nº 69, Junho-Agosto 2012 50
Figura 37 - Hotel D. João | Fonte: domjoaohotel.pt 51
Figura 38 - Hotel Gameiro | *Fonte: www.trivago.pt* 51

Índice de Quadros

Quadro 1. Elementos do património do Entroncamento que foram objeto de análise para classificação | Fonte: DGPC 21
Quadro 2. Inventário dos Elementos de património arquitetónico no Concelho do Entroncamento | Fonte: Dados próprios / CME 22
Quadro 3. Inventário do património arqueológico do Concelho do Entroncamento | Fonte: DGPC 44
Quadro 4. Inventário dos recursos turísticos do Concelho do Entroncamento | Fonte: Turismo de Portugal, março de 2012 47
Quadro 5 - Empreendimentos Turísticos Classificados no Concelho do Entroncamento | Fonte: Turismo de Portugal, fevereiro de 2013 51

1. Introdução

A identificação do património material e imaterial é matéria de relevo a ponderar no desenvolvimento de um processo de planeamento, em particular, no âmbito de uma revisão de um PDM.

No caso do Concelho do Entroncamento, a sua particularidade de se tratar de um Concelho urbano, afasta do seu território património por norma associado ao espaço rural. A sua génese recente, enquanto urbe, afasta igualmente a existência de património arquitetónico de relevo.

Contudo, duas situações permitem conferir ao património uma relevância maior no Concelho do que aquela que teria, se puramente relacionada com o património construído:

1. A sua situação no corredor do Tejo, associado a ocupações humanas primitivas, permite nele se localizar, pese embora a sua diminuta superfície, de um conjunto de vestígios não despiciendos; e
2. O património imaterial associado à vivência ferroviária, caso único no país, traduzida materialmente num conjunto significativo de bairros "ferroviários" e na instalação do museu ferroviário.

Estas duas áreas fundamentam uma análise do património no âmbito do PDM do Entroncamento, que no presente relatório se pretende associar ao turismo e lazer.

Neste propósito, o relatório aborda as seguintes temáticas:

1. A cidade – Origens e Desenvolvimento
2. Património, Turismo e Lazer

A análise desta matéria encontra-se apoiada numa peça gráfica de grande formato, que identifica os recursos turísticos do Concelho, o que abarca o património e a oferta.

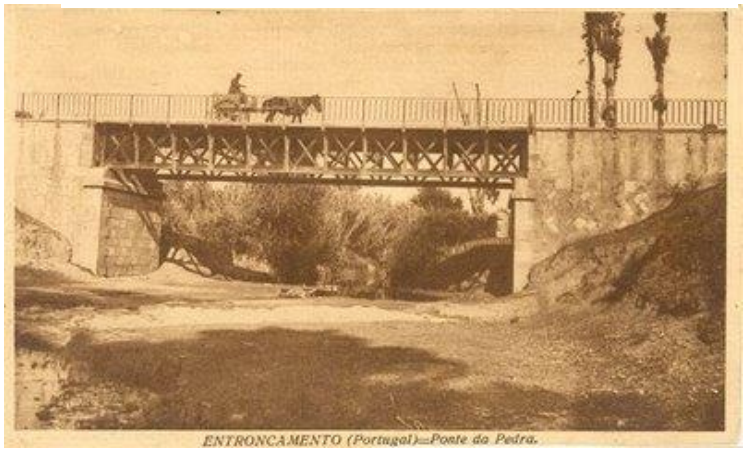
2. Origens e Desenvolvimento da Cidade do Entroncamento

2.1. Breve Notícia Histórica

A área onde hoje se inscreve o Concelho do Entroncamento, deverá ter tido povoamentos que remontam ao Paleolítico Inferior, pelo que, de ocupação antiquíssima, sem contudo ter dado origem ao desenvolvimento de um povoamento consistente ao longo do tempo. A cidade do Entroncamento teve origem e desenvolveu-se em redor de dois locais antigos: o Casal das Vaginhas e o Casal das Gouveias[1], cujas fundações remontam ao séc. XVI e dos quais hoje nada permanece, há exceção das memórias toponímicas, sendo disso exemplo a fonte das Vaginhas. O desenvolvimento da cidade não foi um processo contínuo de crescimento da ocupação urbana a partir do seu ponto de origem e ao longo do tempo.

Em meados dos séculos XVIII e XIX, na área que é atualmente abrangida pela cidade do Entroncamento, existiam três aglomerados distintos: a aldeia da Ponte da Pedra, o lugar das Vaginhas e o Casal das Gouveias. Nessa época, aquela que é agora conhecida por Entroncamento era denominada Charneca das Vaginhas.

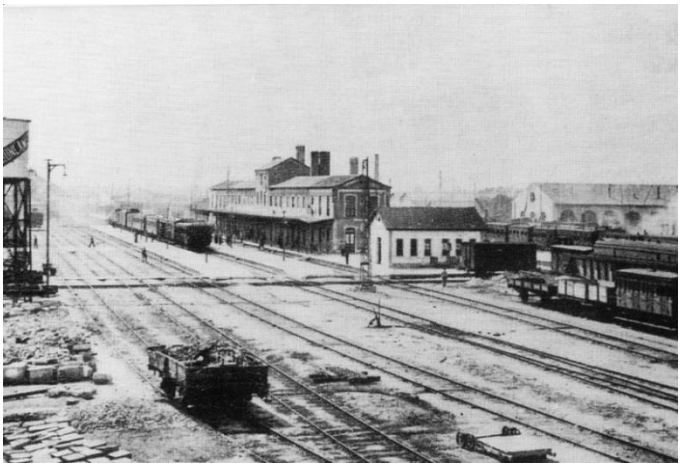
Figura 1. Postal ilustrado do Entroncamento por volta da década de 70 do séc. XIX | Fonte: CM Entroncamento



Em 14 de setembro de 1859 foi celebrado pelo Estado o contrato definitivo para a construção e exploração das linhas férreas do Norte (Lisboa – Porto) e do Leste (mais conhecida pela linha da Beira).[2] Com a execução dos troços que cruzam o território ocupado pelo Concelho do Entroncamento, construiu-se[3] o Apeadeiro da Ponte da Pedra. Este facto histórico constituiu a génese da relevante infraestrutura ferroviária que caracteriza a cidade do Entroncamento.

[1] Batista (2005)
[2] Lopes (1996)
[3] Não se conseguiu encontrar a data exata.

Figura 2. Postal ilustrado da estação de caminho de ferro do Entroncamento/ Apeadeiro da Ponte da Pedra (estima-se que datada de final do séc. XIX/ 1ª metade do séc. XX) | Fonte: CM Entroncamento



Em 1864, após a inauguração do troço de linha compreendido entre Santarém e Abrantes (a partir do Entroncamento, incluído na linha da Beira) e o troço da linha do Norte de ligação entre o Entroncamento e Soure, ficou firmado o fator de desenvolvimento e da génese urbana da cidade do Entroncamento, que a partir da sua relevância como nó ferroviário, começa a desenvolver-se enquanto núcleo populacional.

O desenvolvimento urbano da atual cidade do Entroncamento teve assim a sua origem na instalação, nas Vaginhas, dos pioneiros do Caminho de Ferro, oriundos de várias regiões do país e do estrangeiro[4], tendo-se construído cerca de 50 barracas e as antigas casas de adobe, tendo ainda sido construída a primeira capela dedicada a São João Batista[5], cujo nome há de dar origem à designação de uma das duas atuais freguesias.

No ano de 1882 ergueram-se as primeiras 24 casas de alvenaria.[6] Foi o começo da povoação propriamente dita. Embora de reduzida dimensão, nascia desta forma a povoação com características agora consolidadas pertencente, à data, a duas freguesias e a dois concelhos, porque a via-férrea assim o determinara: a poente das linhas, o povoado situava-se na freguesia de Santiago, concelho de Torres Novas, a nascente da via férrea, o território pertencia à freguesia de Nossa Senhora da Assunção da Atalaia, concelho de Vila Nova da Barquinha.

[4] Inicialmente foram técnicos estrangeiros que estiveram incumbidos e tiveram a maior responsabilidade sobre a abertura do Caminho de Ferro, nomeadamente franceses, espanhóis e ingleses.

[5] Lopes (1996)

[6] Simões (2006)

Figura 3. Comboios na estação de caminho de ferro do Entroncamento (sem data) | Fonte: CM Entroncamento



A povoação cresceu em função do desenvolvimento dos transportes ferroviários e em função da oferta de emprego que decorreu da instalação das estruturas de apoio direto ou indireto ao funcionamento do caminho de ferro – surgiram naquele tempo oficinas, bairros para alojar os trabalhadores, serviços de apoio como escolas e escritórios.

A instalação de aquartelamentos militares, a partir de 1916, determinada pela situação geográfica e pelas acessibilidades ferroviárias, aumentou ainda mais a importância estratégica deste lugar em pleno desenvolvimento e, consequentemente, determinou igualmente o crescimento populacional: aos ferroviários e famílias vieram juntar-se os militares e respetivas famílias, e a população a empregar nos mais diversos serviços de apoio.

Figura 4. Entrada do quartel militar no Entroncamento (sem data) | Fonte: CM Entroncamento



O desenvolvimento urbano determinou que, em 25 de agosto de 1926, a povoação fosse elevada a freguesia e desanexada do Concelho de Torres Novas. Posteriormente, em 1932, o Entroncamento foi elevado a vila. Em 24 de novembro de 1945, a freguesia do Entroncamento foi promovida a concelho.[7] Por fim, o crescimento urbano do Entroncamento possibilitou a sua elevação à categoria de cidade em 20 de junho de 1991.[8]

O Entroncamento é hoje a cidade do Médio Tejo com maior efetivo populacional, ocupando a maior parte do Concelho, constituindo por tal um Concelho de excecional densidade populacional no contexto

[7] Fonte: CME (www.cm-entroncamento.pt)
[8] Idem

nacional, em que poucos elementos de património subsistem e no qual predomina uma paisagem urbana de cidade com algumas caraterísticas suburbanas, mais por força da falta de um centro histórico. Pese embora, a forte tradição da cidade enquanto principal polo comercial da região, e considerando ainda, o significativo investimento que a autarquia tem efetuado na requalificação urbana e nos equipamentos coletivos de apoio à população.

De entre o pouco património histórico que chegou aos dias de hoje destacam-se a Capela setecentista de S. João Batista, o Chafariz das Vaginhas, datado do início do séc. XX e os diversos Bairros Ferroviários.[9]

O Parque do Bonito é a principal área verde da cidade, sendo constituído por uma albufeira artificial, com uma pequena barragem, onde se desenvolvem atividades de pesca desportiva e canoagem, um parque de merendas, outro de arqueiros e besteiros e uma zona florestal.

[9] Matéria abordada com maior pormenor no volume II- Património, Turismo e Lazer, do presente relatório.

2.2. Os caminhos de ferro

Ponto de paragem obrigatória para quem mudava de uma linha para a outra, ou seja, da linha do Norte para a Linha da Beira Baixa, a estação de caminho de ferro do Entroncamento recebia, nessa altura, viajantes ilustres que aí almoçavam ou jantavam, pelo que escritores à semelhança de Hans Christian Andersen, Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz e Alberto Pimentel, entre outros, se lhe referiram nas suas obras literárias.[10]

Figura 5. Vagão Real | Fonte: CM Entroncamento



Graças ao desenvolvimento dos caminhos de ferro e às respetivas estruturas de apoio aí construídas, o Entroncamento era, a meados do séc. XX, e depois do Barreiro, o segundo mais importante meio operário do país. A partir dos anos setenta, com a introdução de novas tecnologias, assistiu-se à diminuição da mão de obra empregue na atividade ferroviária e nas atividades por ela induzidas direta ou indiretamente e à implementação de novas profissões, fator que não ditou a decadência da cidade.

No apogeu do funcionamento, em finais do século XIX e primeiro terço do século XX, a estação do Entroncamento e o Concelho em si, encontravam-se dotados de carris num total de 70 km de extensão, apoiados por oficinas e serviços de apoio ao funcionamento do caminho de ferro. O Entroncamento constituía então um importante entreposto ferroviário mas igualmente com profundos problemas habitacionais e outros tipos de problemas deste derivados. Desta forma, a C.P. empreendeu a construção de vários bairros como o Bairro do Boneco, o Bairro Vila Verde, o Bairro Social Ferroviário e o Bairro Camões, adiante destacados.

No campo da Assistência Social, localizou-se na cidade do Entroncamento o Dispensário de Profilaxia e Higiene, uma ampla Cantina e um Armazém de Víveres, equipamento de tal dimensão que abastecia cerca de 4.000 ferroviários e as respetivas famílias. Estes, entre outros, foram os importantes contributos dos Caminhos de Ferro Portugueses para o desenvolvimento da cidade que é hoje o Entroncamento.

[10] Fonte: REFER – Ficha da Estação (consultado em www.cp.pt)

2.2.1. Oficinas da CP

Antes da necessária modernização de serviços e consequente automatização de meios e sequente dispensa ou redistribuição de trabalhadores, na década de 70, a C.P. detinha no Entroncamento várias oficinas que contribuíram ao longo da sua existência para a fixação da população e para o desenvolvimento da cidade, nomeadamente:

- Oficinas de fabrico e reparação de molas;
- Oficinas de grande reparação de material motorizado;
- Oficinas de vagões (consideradas, à época, as melhores da Península);
- Oficinas de rodas (apetrechadas de tomos gigantescos onde são reparados todos os rodados de locomotivas, automotoras, carruagens, vagões, etc.);
- Oficinas de locomotivas a vapor;
- Oficinas de serração (destinadas à preparação de madeiras para os mais diversos serviços da Companhia);
- Oficinas de mobílias;
- Oficinas de creosotagem (onde são preparadas todas as travessas para as linhas férreas);
- Um setor de Manutenção destinado a assegurar a conservação do material existente com uma secção de Via e Obras e Cantões de Obras Metálicas (destinados à reparação de pontes e obras de telecomunicações).
- Oficinas de reparação de material Diesel-elétrico;
- Estaleiro de reperfilagem de carris.



Figura 6. Espaços destinados à reparação e manutenção de equipamentos ferroviários no Entroncamento | Fonte: CM Entroncamento

2.2.2. Os Bairros Ferroviários

O caminho de ferro, com a construção de quilómetros e quilómetros de vias, foi o grande empregador da segunda metade do século XIX, dando origem a uma nova classe profissional, o ferroviário. A concentração de trabalhadores foi mais forte nas localidades charneira da rede ferroviária, que acolheram os camponeses e artesãos deslocados das suas terras de origem e agora destinados à

construção de linhas de caminho de ferro, à condução e prestação de serviços nos comboios e à manutenção de material.

À semelhança do que se fazia no estrangeiro, mormente em Inglaterra e França, foram construídas casas para os trabalhadores ferroviários, decalcando-se alguns modelos daqueles países. Surgem assim os bairros ferroviários, em particular, no Entroncamento e no Barreiro.

Os bairros ferroviários do Entroncamento correspondem, no seu total, a seis zonas habitacionais construídas no séc. XIX para os funcionários dos caminhos de ferro. Estes bairros apresentam diferentes estilos e dimensões. Os mais interessantes são os Bairros da Estação, do Boneco, Vila Verde e Camões, este último assinado por dois arquitetos de vulto - Cottinelli Telmo e Luís da Cunha. [11]

[a] Bairro da Estação

Este conjunto de habitações era uma das zonas habitacionais para funcionários dos caminhos de-ferro, situada na área imediata à estação de caminho de ferro. O seu perfil arquitetónico e urbanístico, assim como a sua distribuição, não o permite assumir claramente com um perfil de bairro. Não se sabe ao certo a data da sua edificação, mas, segundo testemunhos orais, datam do início do séc. XX. [12]

Figura 7. Vista parcial do Bairro da Estação | Fonte: www.google.pt



Ainda hoje são visíveis as 25 habitações deste bairro, que se destinavam ao pessoal afeto à estação, incluindo os dos escritórios. Todas as casas são de dois pisos (r/c e primeiro andar). As habitações têm quatro compartimentos, dois no rés do chão e dois no primeiro andar, com um pequeno quintal. Até meados dos anos 30 do século XX, estas casas estiveram separadas da Rua Latino Coelho por um alto muro de quase três metros de altura, que depois foi demolido para dar lugar a gradeamentos de betão armado. Em termos arquitetónicos, verifica-se uma interessante perspetiva de chaminés recortadas e rendilhadas e de janelas encimadas por beirados à portuguesa ou pequenos alpendres.

[b] Bairro do Boneco

[11] A descrição dos Bairros Ferroviários tem por base *Poitout* (2001)

Figura 8. Pormenor de edifício do Bairro dos Reformados / Bairro do Boneco | Fonte: CM Entroncamento



Com a designação do Bairro dos Reformados, situado na estrada para Torres Novas, é conhecido pela designação popular de "Bairro do Boneco". Com a configuração de um pátio retangular, à semelhança das vilas operárias, consta, no total, de 18 habitações, distribuídas como se segue: no lado direito, casas de um só piso, e no lado esquerdo casas de dois pisos, sendo cada piso para inquilinos diferentes. Janelas e portas têm molduras de tijolo, as chaminés são em tijolo burro. Os topos apresentam, a nível do sótão, um óculo ou olho-de-boi, também emoldurado com tijolo.

Com a construção da Vila Verde e do segundo Armazém de Víveres, ficou o Bairro do Boneco entre os dois. Apresenta, atualmente, um aspeto degradado. Neste pequeno bairro residiram maquinistas e pessoal da via e obras, mas a sua designação de Bairro dos Reformados atesta o caráter diferenciado deste conjunto habitacional, que proporcionava a continuidade da residência após a reforma. Segundo testemunhos orais datam do final da primeira década do séc. XX.

[c] Bairro Vila Verde

Figura 9. Moradias em bom estado de conservação no Bairro Vila Verde | Fonte: CM Entroncamento



Em 1919, foi inaugurada a primeira fase da Vila Verde: 20 moradias, 10 das quais geminadas formando cinco grupos, e 10 isoladas, a maior parte das quais com quatro compartimentos. Em 1930 foram acrescentados três grupos de duas casas e seis casas isoladas, assim como um dormitório para funcionários solteiros da Via e Obras, perfazendo um total de 32 habitações. As casas que constituem este Bairro são casas simples, com o seu alpendre à entrada, gradeamentos rústicos, um pequeno jardim na frente e quintal nas traseiras que, geralmente, se destinava a horta. Este bairro, à exceção do dormitório, não se destinou a operários. Nele habitaram chefes de estação e pessoal dos escritórios.

[d] Bairro Camões

O Bairro Camões surge após o Bairro de Vila Verde, junto à EN3, já no limite do Concelho do Entroncamento com Torres Novas. A construção deste bairro iniciou-se em 1926, com todas as características de bairro: fechado sobre si mesmo, com ruas internas, para mais numa posição de isolamento em relação à povoação pela situação geográfica periférica, não acessível devido ao controlo exercido na entrada, pode dizer-se que tinha todas as condições dos modernos condomínios fechados.



Figura 10. Arruamento no Bairro Camões – atente-se ao estado de abandono | Fonte: sites.google.com

São 32 habitações, quatro isoladas e 14 grupos de duas casas. Urbanística e arquitetonicamente, o Bairro Camões, foge à regra da uniformidade de módulos habitacionais repetidos. Contudo verificam-se características comuns, acentuadas pelos beirados, alpendres, gradeamentos e espaços para jardim. O Bairro Camões ainda é hoje um espaço bonito, tranquilo, e que correspondeu, nos seus tempos áureos, ao padrão da cidade - jardim que lhe serviu de modelo.

A C.P., ao promover a construção de habitações e equipamentos sociais, integrados no padrão da cidade-jardim, seguia um modelo das empresas francesas ferroviárias da época, que também já estava a ser implantado na Inglaterra. Luís da Cunha e Cottinelli Telmo foram os responsáveis pela estrutura urbana e pelo edifício escolar adjacente. Era uma inovação no campo das realizações ferroviárias, pela sua amplitude, o que levou os projetistas a um estudo aprofundado de todas as componentes envolvidas.

Figura 11. Antiga escola privativa de ensino primário no Bairro Camões | Fonte: www.google.pt



Neste mesmo Bairro Camões existia uma escola privativa onde era ministrado o ensino primário por professores pagos pela C.P (considerada na época uma das melhores da Península Ibérica, era frequentada por crianças aparentadas ou não com trabalhadores da referida Companhia).

2.3. As instituições Militares e o Entroncamento

As unidades militares instalaram-se no Entroncamento após o aparecimento dos caminhos de ferro, uma vez que este tornou-se um local estratégico, constituindo um ponto fulcral e de fácil acesso ao resto do país para manobras militares. A escolha do Entroncamento para instalação de uma força militar foi ainda determinada pelo interesse ao Estado Novo em manter uma força permanente numa área onde predominava o operariado.

As instalações militares do Entroncamento constituíram um grande polo de atração de população e contribuíram, igualmente, para o desenvolvimento da vila. Os efetivos militares chegaram a atingir os 1500 efetivos em 1968. A mais antiga instituição militar foi o Batalhão de Sapadores do caminho de ferro, existente desde 1918, a que se seguiu a implantação da Companhia Divisionária de Manutenção de Material, que se estabeleceu em 1919.

Localizavam-se também no Entroncamento os Armazéns do Depósito Geral de Material de Guerra, o Depósito Geral de Material de Intendência e a Delegação das Oficinas Gerais de Fardamento, com uma importante oficina mecânica de reparação de calçados. Em 1941 algumas secções são extintas, mas reaparecem outras tais como Depósito de Material de Subsistências em 1941, Depósito de Material Sanitário em 1943 e o Grupo de Esquadrões Motorizados da Escola Prática de Cavalaria em 1944.

3. Património

3.1. Nota Introdutória

A conservação e a defesa do património cultural adquire atualmente um papel essencial na competitividade dos territórios, com consequências a níveis tão diversos como a sua capacidade de atração populacional e consequente renovação económica e social, no seu ambiente urbano e na qualidade de vida das suas populações.

No âmbito dos IGT assume particular importância a identificação e proteção dos bens paleontológicos, ou arqueológicos, assim como do património construído, entendido não apenas no sentido restrito do "monumento", mas incluindo o conjunto dos valores patrimoniais que, embora possuindo reduzido valor arquitetónico *per si*, constitui o que poderemos designar de "*memória coletiva*".

O Entroncamento possui um património reduzido, mas que, contudo, não deve ser negligenciável, sobretudo se atendermos à génese de cariz ferroviário da cidade do Entroncamento, a qual lhe legou uma matriz identitária específica[13]. Génese que se materializa nos bairros ferroviários, nas oficinas e na estação ferroviária, e que se constitui igualmente como património cultural imaterial, na medida em que são marcas de identidade e da memória coletiva daquela população. De acordo com as bases de dados da Direção Geral do Património Cultural[14], não existe qualquer elemento classificado do património imóvel[15], arquitetónico ou arqueológico, sem prejuízo de que relativamente a este último consta uma inventariação na base de dados endovélica.[16]

Ainda no âmbito do património arqueológico procede-se à definição de uma "área sensível", que pretende dar ênfase à concentração de vestígios já conhecidos naquele território, assim como, que pretende servir de base a uma melhor salvaguarda futura do mesmo.

[13] Vede Volume I – A Cidade – Origens e Desenvolvimento.

[14] Disponíveis em http://www.patrimoniocultural.pt/

[15] De acordo com Alarcão (2009), ao património imóvel concerne o património construído e parte das obras que estão nele integradas, nomeadamente esculturas, trabalhos de talha e pinturas (murais e retabulares)

[16] Vede Nota Metológica

3.2. Nota Metodológica

Para a análise da temática do património, procedeu-se num primeiro momento a toda a recolha de informação existente nas entidades competentes em função da matéria, recorrendo-se às bases de dados da Direção Geral do Património Cultural.

Foi posteriormente efetuada a inventariação dos elementos de património arquitetónico não classificado mas com relevância à escala municipal, tendo em atenção os que se encontram identificados no PDM em vigor, assim como os recursos turísticos inventariados pelo Turismo de Portugal e quaisquer outros elementos que, embora não referenciados em nenhuma destas fontes, se considerem relevantes com base no conhecimento de campo. Com a recolha destes elementos, pode-se elaborar e georreferenciar uma base de dados, expressa graficamente no presente relatório, apresentando-se uma ficha de inventário para cada elemento patrimonial considerado. A informação referente ao património arqueológico existente no Concelho do Entroncamento é a constante no site da Direção Geral do Património Cultural (arqueologia.patrimoniocultural.pt).

A base de dados de património arqueológico, também designada de "*Endovélico*", consiste num sistema de informação e gestão arqueológica, desenvolvido para prossecução das atribuições das Instituições tutelares do património arqueológico, primeiro no ex-IPPAR e depois no ex-IPA. Tem assumido um papel fundamental enquanto instrumento de planeamento e administração da atividade arqueológica em Portugal Continental, mas também de investigação e salvaguarda do património arqueológico. Este sistema encontra-se em atualização permanente e está associado a um Sistema de Informação Geográfica, que visa conferir uma dimensão espacial, permitindo pesquisas de natureza territorial e localização dos sítios arqueológicos.

3.3. Enquadramento Legal

3.3.1. Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural

Publicada pela Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro de 2001, designada abreviadamente como Lei de Bases do Património Cultural, tornou-se num instrumento essencial na medida em que define, logo à partida, princípios fundamentais, formas e regime de proteção do património cultural.

O grande objetivo da Lei de Bases do Património Cultural é o de estabelecer "*as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural, como realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura*"[17].

Este diploma define ainda o conceito e âmbito do património cultural o qual integra "… *todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização*"[18] abrangendo assim, esta designação, todos os bens de interesse histórico, paleontológico, arqueológico, arquitetónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico que reflitam "*valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade*", assim como os respetivos contextos, quando estes revelem importância para a sua interpretação[19].

3.3.2. Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo

A Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU)[20] constitui como um dos seus fins, "*A reabilitação e a revitalização dos centros históricos e dos elementos do património cultural classificados*".

3.3.3. Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

O conhecimento dos territórios e das suas dinâmicas, entre outras matérias, do património arquitetónico e arqueológico, é objeto transversal ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT). Neste contexto, entendeu o legislador especificar em relação a este recurso, o seguinte [21]:

1. Os vestígios arqueológicos, bem como os elementos e conjuntos construídos, que representam testemunhos da história da ocupação e do uso do território e assumem interesse relevante para a memória e a identidade das comunidades, são identificados nos programas e nos planos territoriais.

[17] Cf. Art.º 1.º da Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro
[18] Cf. Art.º 2.º da Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro
[19] Cf. Art.º 2.º da Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro
[20] Lai n.º 31/2004, de 30 de maio
[21] Cf. art.º 17.º do DL 80/2015, de 14 de maio

2. Os programas e os planos territoriais estabelecem as medidas indispensáveis à proteção e à valorização do património arquitetónico, arqueológico e paisagístico, acautelando o uso dos espaços envolventes.

3. No quadro definido por lei e pelos programas e planos territoriais, cuja eficácia condicione o respetivo conteúdo, os planos intermunicipais e municipais estabelecem os parâmetros urbanísticos aplicáveis e a delimitação de zonas de proteção.

Como IGT constituinte dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), o Plano Diretor Municipal (PDM) deve atender a princípios e a regras de garantia de qualidade ambiental e da preservação do património cultural. Deste modo, na definição de um modelo de organização municipal do território concelhio, o PDM não pode deixar de integrar a proteção e a valorização dos valores culturais, e alicerçar um dos eixos do planeamento do território na valorização do património e na consideração desta matéria enquanto fator de desenvolvimento económico e social.

Face ao exposto, é indiscutível o interesse da abordagem das valências patrimoniais do concelho, no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal do Entroncamento. Deste modo considera-se pertinente assegurar uma breve referência ao percurso histórico do concelho, incluída no volume I do presente relatório, o qual contempla a inventariação do património existente e a definição de medidas de salvaguarda e valorização do património existente quando este assim o exija na solução do Plano, a ponderar na fase sequente do processo de revisão.

3.3.4. Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e do Vale do Tejo

O Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e do Vale do Tejo (PROTOVT)[22] é o IGT que, à escala regional estabelece as diretrizes em matérias diversas do Ordenamento do Território para a escala municipal, designadamente em matéria de cultura e património, pelo que importa aqui apontar quais são essas mesmas orientações.

No Modelo de Desenvolvimento do Território, verifica-se a inscrição da cultura no quadro do Turismo, Cultura e Lazer, constatando-se por tal uma associação direta estabelecida entre a cultura e aquela que é uma das vocações estratégicas do Oeste e Vale do Tejo (OVT), o turismo. Neste quadro, o património surge num contexto de valorização do mesmo e integração na promoção de atividades turísticas relacionadas com o *touring cultural*.

Contudo, no quadro das diretrizes e das orientações sectoriais, a cultura surge já como um tema específico e destacado do turismo, estipulando-se neste Plano Regional um conjunto de objetivos tais como "*assumir uma orientação geral que consista em constituir as artes e a cultura em vetor decisivo de*

[22] aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros (RCM) n.º 64-A/2009, de 25 de junho de 2009, publicada em Diário da República, Iª Série, n.º 151, de 06 de agosto de 2009.

competitividade da Região e do País e garante do seu desenvolvimento sustentável[23], ou *prevenir "riscos inerentes à possível perda irremediável de valores patrimoniais"*[24].

Para os PMOT, o PROT-OVT define um conjunto de diretrizes em matéria de cultura e património, designadamente as aplicáveis aos PDM no âmbito das respetivas revisões, sendo de referir as seguintes:

1. *"Inventariação dos elementos e valores patrimoniais e culturais de acordo com as tipologias e nomenclaturas vigentes, contribuindo para a criação de bases de dados municipais e regionais;*
2. *Integração de medidas de proteção ou valorização de património arquitetónico, paisagístico e arqueológico classificado e identificado;*
3. *Identificação e registo das zonas de proteção (gerais e especiais) aos monumentos conjuntos e sítios classificados nos termos da Lei;*
4. *Definição, nos aglomerados urbanos, nomeadamente nos seus centros tradicionais, de regras urbanísticas que permitam, quer a valorização do património existente, quer a qualidade das novas intervenções que, sem prejuízo da sua contemporaneidade, se integrem no existente; e*
5. *Integração de cartas com o inventário do património (arquitetónico, arqueológico, etnográfico, classificado e inventariado)*[25].

O presente volume constitui por tal uma peça que vai ao encontro das diretrizes do PROTOVT, enquadrada na fase de diagnóstico da revisão do PDM do Entroncamento, e que visa estabelecer a inventariação e georreferenciação do património arqueológico e arquitetónico do Concelho do Entroncamento, estabelecendo ainda a identificação e delimitação das áreas correspondentes aos bairros ferroviários que se pretende valorizar e proteger.

[23] In Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, CCDR-LVT (2009)
[24] Idem
[25] In Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo, CCDR-LVT (2009)

3.4. Património Arquitetónico

De acordo com a informação disponibilizada pela Direção Geral do Património Cultural não existe no Concelho do Entroncamento património classificado. Dos dados disponíveis *on line* constam, contudo, duas fichas relativas a edifícios que foram objeto de análise/proposta de classificação mas aos quais não foi atribuído qualquer estatuto de proteção. Sem prejuízo de tal fato, junta-se para memória futura, dados relativos aos dois procedimentos.

Designação	**CTT DO ENTRONCAMENTO**
Categoria /Tipologia	--
Divisão Administrativa	Santarém / Entroncamento /São João Batista
Endereço / Local	Rua 5 de Outubro
Proteção	
Situação Atual	Procedimento caducado – sem proteção legal
Categoria de Proteção	Não aplicável
Cronologia	Esteve em vias de classificação, nos termos do Regime Transitório previsto no n.º 1 do Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 173/2006, 23-08-2006 , mas caducou, visto o procedimento não ter sido concluído no prazo fixado no referido artigo.
Abrangido em ZEP ou ZP	Não

Quadro 1. Elementos do património do Entroncamento que foram objeto de análise para classificação | Fonte: DGPC

Ultrapassa-se contudo neste documento a abordagem clássica à inventariação do património classificado, primeiro porque não existem no Entroncamento e, uma vez que à escala municipal outros elementos do património móvel sobressaem, quer enquanto elementos de valia arquitetónica *per si*, e que se destacam como tal no seu contexto, quer para respeito da Lei de Bases do Património Cultural, enquanto *valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.*

Estes elementos são inventariados por fichas, organizadas de forma a transmitir informação sobre os mesmos, e de forma a contribuir para a organização da base de dadas exigida pelo PROT-OVT, identificadas nas páginas seguintes e sumariados no quadro de seguida inscrito.

Nº de INVENTÁRIO	**IDENTIFICAÇÃO DO ELEMENTO**	**TIPO DE ELEMENTO**
	Bairro Camões	Arquitetura Civil
	Bairro da Estação	Arquitetura Civil
	Bairro da Liberdade	Arquitetura Civil
	Bairro Vila Verde	Arquitetura Civil
	Bairro Frederic Ulrich	Arquitetura Civil
1	Capela de S. João Batista	Arquitetura Religiosa
2	Chafariz do Largo das Vaginhas	Arquitetura Civil
3	Igreja Sagrada Família / Igreja Matriz	Arquitetura Religiosa

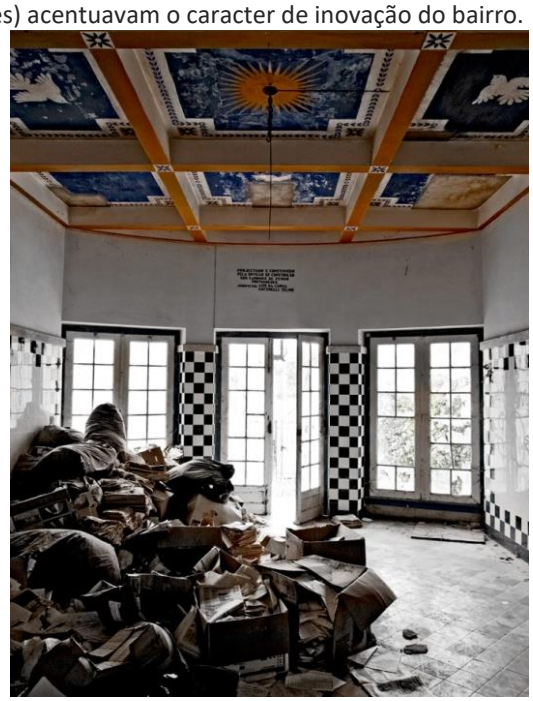
4	Câmara Municipal - Paços do Concelho	Arquitetura Civil
5	Edifício do Centro Cultural (antigo Mercado Diário)	Arquitetura Civil
6	Jardim José Pereira Caldas	
7	Edifício da Escola Camões	Arquitetura Civil
8	Museu Nacional Ferroviário	Arquitetura Civil
9	Barragem do Parque do Bonito	
10	Edifício dos CTT	Arquitetura Civil
11	Central Elétrica da CP	Arquitetura Industrial
12	Biblioteca do Entroncamento	Arquitetura Civil

Quadro 2. Inventário dos Elementos de património arquitetónico no Concelho do Entroncamento | Fonte: Dados próprios / CME

Estes elementos ora inventariados encontram-se traduzidos como peça gráfica complementar ao presente relatório[26], devendo servir como elemento de base para a constituição da sequente Planta de ordenamento do PDM do Entroncamento e do inventário de património a constar em sede de regulamento do referido PDM.

Afigura-se pertinente desde já apontar que os mesmos poderão ser elementos a considerar numa eventual elaboração de uma carta de património municipal.

[26] Planta 24 – Elementos do património, de turismo e de lazer

Bairro Camões	**Ficha 1**
Localização	Santarém, Entroncamento, Nossa Senhora de Fátima
Categoria / Tipologia	Arquitetura civil / Bairro
Proteção	Sem Proteção
Propriedade	REFER
Cronologia	1926 – início da construção
Estado de Conservação	Médio / Mau
Uso Atual	Habitação (apenas 6 habitações) e devoluto
Descrição / Observações	Aquando da sua construção o Bairro Camões constituía um projeto urbanística e arquitetonicamente inovador, fugindo à regra da uniformidade de módulos habitacionais repetidos e baseando-se no padrão cidade-jardim. Fechado sobre si mesmo e com ruas internas, o bairro é constituído por 32 habitações, quatro isoladas e catorze grupos de duas casas. Estas, embora diferentes, apresentam algumas características comuns como os beirados, alpendres, gradeamentos e espaços para jardim. Elementos decorativos como um pórtico de entrada, um lampião e uma fonte (estes dois últimos já inexistentes) acentuavam o caracter de inovação do bairro.
Fotos	 Figura 12. Interior da Escola do Bairro Camões | Extraído de *http://ruinarte.blogspot.pt*

Bairro Camões	**Ficha 1**

Delimitação da área a classificar como património

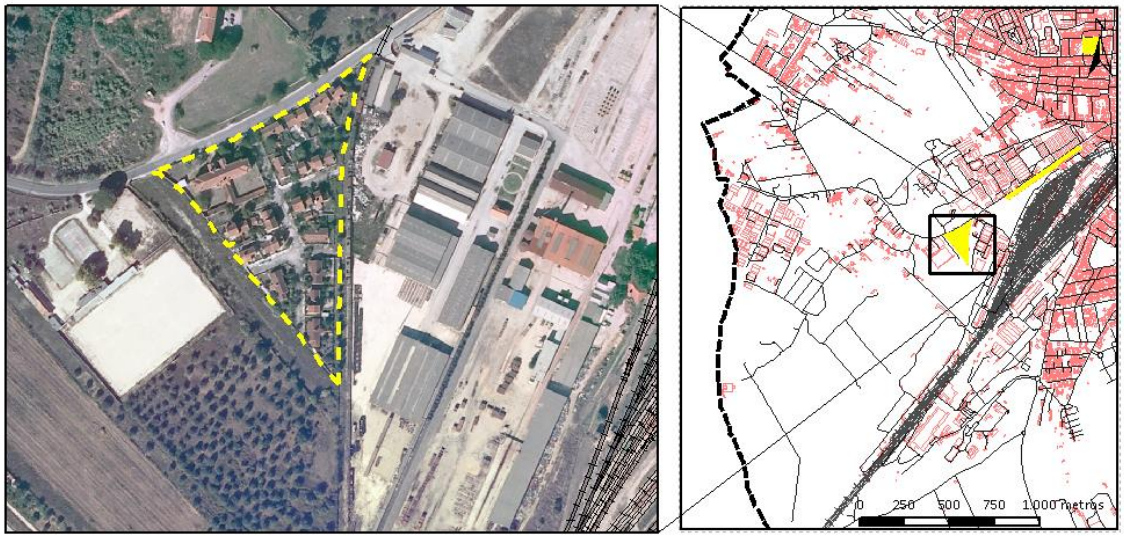


Figura 13. Localização do Bairro camões e delimitação sobre ortofotomapa da respetiva área a considerar no inventário de património | Fontes: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento; CIMT, Cartografia de base à escala 1/10 000

Bairro da Estação	**Ficha 2**
Localização	Santarém, Entroncamento, São João Batista
Categoria / Tipologia	Arquitetura civil / Bairro
Proteção	Sem Proteção
Propriedade	REFER
Cronologia	Início do Séc. XX (não é sabido ao certo a data da sua edificação)
Estado de Conservação	Médio/Bom
Uso Atual	Habitação
Descrição / Observações	O perfil arquitetónico e urbanístico, assim como a distribuição das habitações ao longo da rua, não o permite assumir claramente com um perfil de bairro. É constituído por 25 habitações, todas elas de dois pisos, que se destinavam ao pessoal afeto à estação. As habitações têm quatro compartimentos, dois no rés do chão e dois no primeiro andar, com um pequeno quintal. Em termos arquitetónicos, verifica-se uma interessante perspetiva de chaminés recortadas e rendilhadas e de janelas encimadas por beirados à portuguesa ou pequenos alpendres.
Fotos	 Figura 14. Vista parcial do Bairro da Estação | Fonte: CM Entroncamento

Bairro da Estação	**Ficha 2**

Delimitação da área a classificar como património

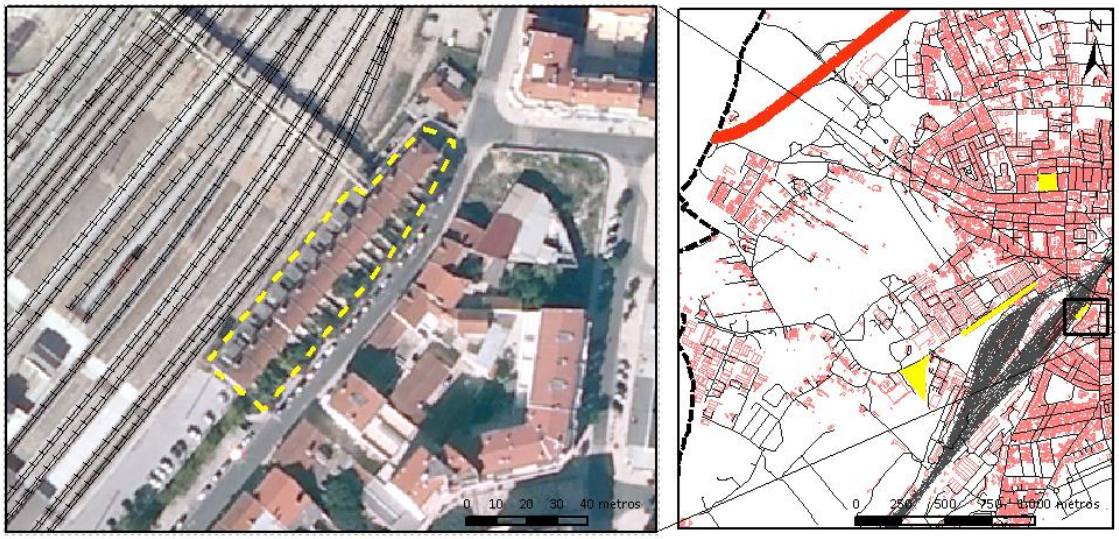


Figura 15. Localização do Bairro da Estação e delimitação sobre ortofotomapa da respetiva área a considerar no inventário de património | Fontes: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento; CIMT, Cartografia de base à escala 1/10 000

Bairro da Liberdade	**Ficha 3**
Localização	Santarém, Entroncamento, Nossa Senhora de Fátima
Categoria / Tipologia	Arquitetura civil / Bairro
Proteção	Sem Proteção
Propriedade	Não definido
Cronologia	Construção concluída em 1955
Estado de Conservação	Médio/Bom
Uso Atual	Habitação
Descrição / Observações	O Bairro da Liberdade, anteriormente designado por Bairro Salazar é um exemplo da arquitetura do Estado Novo. Carateriza-se por ser constituído por pequenas moradias me banda ou geminadas, de dois pisos, com uma traça de fachada frontal semelhante. Pontuam ainda varandins em alguns dos edifícios.
Fotos	 Figura 16. Exemplo de moradia no Bairro da Liberdade | Fonte: CM Entroncamento

Bairro da Liberdade	**Ficha 3**

Delimitação da área a classificar como património

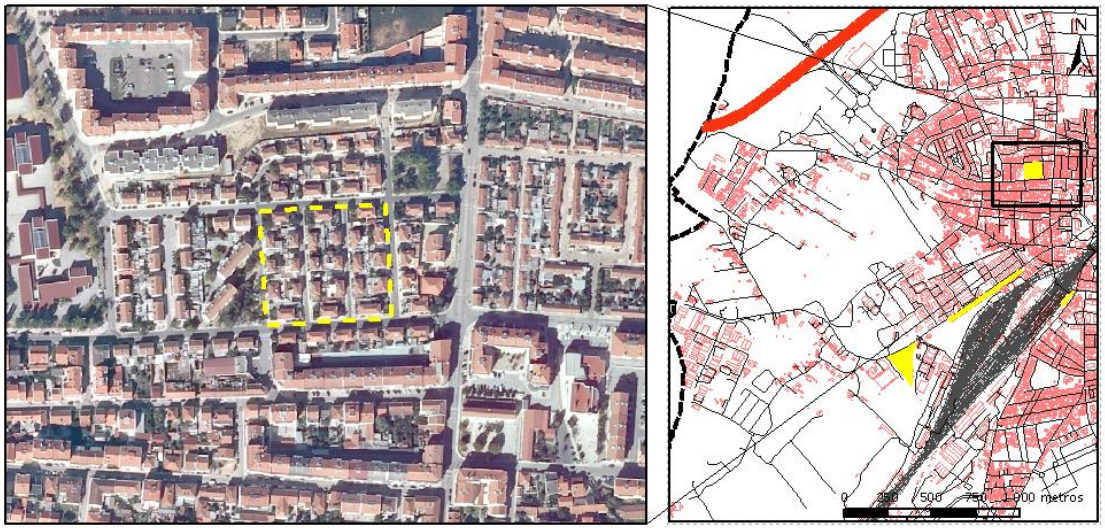


Figura 17. Localização do Bairro da Liberdade e delimitação sobre ortofotomapa da área a considerar no inventário de património | Fontes: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento; CIMT, Cartografia de base à escala 1/10 000

Bairro Vila Verde	**Ficha 4**
Localização	Santarém, Entroncamento, Nossa Senhora de Fátima
Categoria / Tipologia	Arquitetura civil / Bairro
Proteção	Sem Proteção
Propriedade	REFER
Cronologia	1919 – inauguração da 1ª fase bairro: 20 moradias, das quais 10 geminadas formando 5 grupos, e 10 isoladas 1930 – acréscimo de 3 grupos de 2 casas e 6 isoladas e um dormitório para funcionários solteiros da Via e Obras, perfazendo um total de 32 habitações.
Estado de Conservação	Médio / Bom
Uso Atual	Habitacional
Descrição / Observações	O bairro, na época destinado á habitação de chefes de estação e pessoal dos escritórios (à exceção do dormitório), é constituído por casas simples, na sua maioria com quatro compartimentos, com alpendre à entrada, gradeamentos rústicos, um pequeno jardim na frente e quintal nas traseiras que, geralmente, se destinava a horta.
Fotos	 Figura 18. Vista parcial do Bairro | Fonte: sites.google.com

Bairro Vila Verde	**Ficha 4**

Delimitação da área a classificar como património

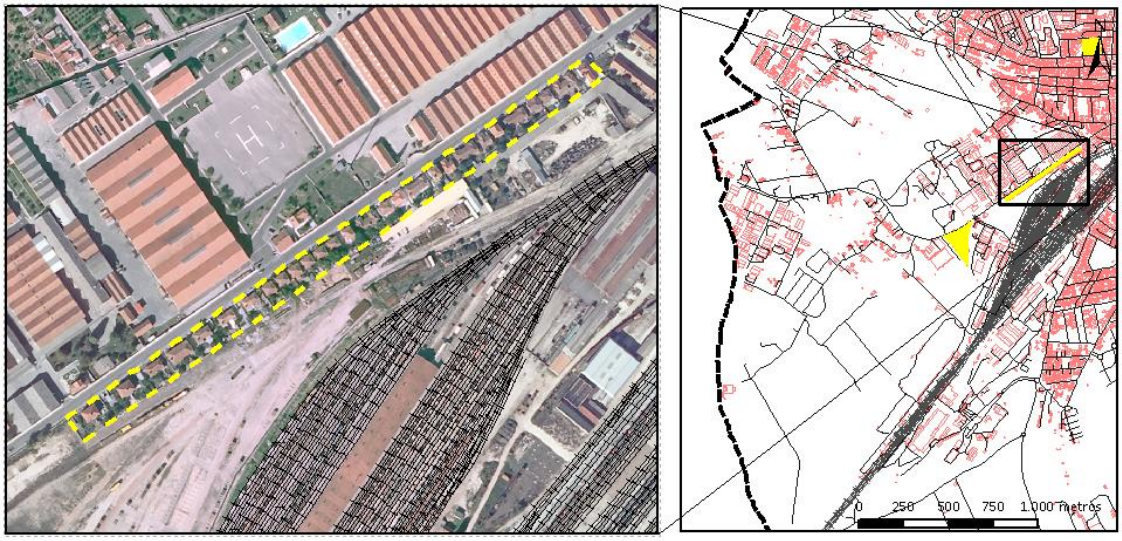


Figura 19. Localização do Bairro Vila Verde e delimitação sobre ortofotomapa da área a considerar no inventário de património ! Fontes: CME; CIMT/IGEO, Ortofotomapa do Concelho do Entroncamento; CIMT, Cartografia de base à escala 1/10 000

Capela de São João Batista	**Ficha 5**
Localização	Santarém, Entroncamento, S. João Batista
Categoria / Tipologia	Arquitetura religiosa / Capela
Proteção	Sem Proteção
Propriedade	Não definido
Cronologia	Século XVII – edificação 1982/83 – reconstrução
Estado de Conservação	Bom
Uso Atual	Capela
Descrição / Observações	Com uma estrutura arquitetónica bastante simples, a capela apresenta apenas uma nave e duas janelas que iluminam a capela a meio da nave. O sino está suspenso, no exterior, num arco de volta perfeita, situado na parede lateral direita. Chegando a estar à beira da ruína, a reconstrução/recuperação de 1982/83, devolveu à Capela de São João Batista a sua vitalidade.
Fotos	

Figura 20. Capela de São João Batista | Fonte: fotos.sapo.pt

Chafariz do Largo das Vaginhas	**Ficha 8**
Localização	Santarém, Entroncamento, S. João Batista
Categoria / Tipologia	Arquitetura Civil / Chafariz
Proteção	Sem proteção
Propriedade	Não definido
Cronologia	9 de junho de 1931 – A Junta de Freguesia deliberou mandar colocar uma bomba nova no poço das Vaginhas (a antiga bomba era movimentada à mão através de uma roda metálica com manípulo) e construir um chafariz sobre a mesma. 3 de junho de 1933 – Foi deliberado mandar construir pelo Engenheiro Sequeira o referido chafariz e oficiar às Obras Públicas de Santarém participando o início da obra. 23 de junho de 1933 – Foi a inauguração do chafariz das Vaginhas com a presença do Presidente da Câmara Municipal da Barquinha e do Administrado do Concelho.
Estado de Conservação	Bom
Uso Atual	Chafariz
Descrição / Observações	Obra do Arquiteto Cottinelli Telmo
Fotos	 Figura 21. Chafariz das Vaginhas | Fonte: cdsentroncamento.blogspot.com

Igreja Matriz / Igreja da Sagrada Família	**Ficha 11**
Localização	Santarém, Entroncamento, Nossa Sra. De Fátima
Categoria / Tipologia	Arquitetura Religiosa / Igreja
Proteção	Sem proteção
Propriedade	Não Definido
Cronologia	Construída em 1940
Estado de Conservação	Não definido
Uso Atual	Igreja
Descrição / Observações	A igreja matriz do Entroncamento segue o modelo da Igreja de Atalaia, em Vila Nova da Barquinha. Tem uma arquitetura revivalista que apresenta torre sineira, nave central e naves laterais, com textos em madeira. A capela-mor desta igreja tem abóbada estrelada neomanuelina.
Fotos	 Figura 22. Igreja Matriz – Igreja da Sagrada Família | Fonte: www.entroncamentoonline.pt

Paços do Concelho	**Ficha 12**
Localização	Santarém, Entroncamento, S. João Batista
Categoria / Tipologia	Arquitetura civil / Câmara Municipal
Proteção	Sem Proteção
Propriedade	Câmara Municipal do Entroncamento
Cronologia	Outubro de 1936 - a Junta de Freguesia de Entroncamento iniciou a construção de um edifício que servisse de sede à mesma, uma vez que tal construção não existia. - julho de 1946 – conclusão da construção do edifício. Como nessa data, já existia o concelho do Entroncamento, o que aconteceu em 24/11/1945, esse edifício passou, imediatamente, a ser a sede da Câmara Municipal.
Estado de Conservação	Bom (o edifício foi objeto de obras de recuperação em 2009)
Uso Atual	Instalações da Câmara Municipal do Entroncamento
Descrição / Observações	O projeto é da autoria do Eng.º Henrique Sequeira.
Fotos	

Figura 23. Fachada frontal do Edifício dos Paços do Concelho | Fonte: mapio.net

Centro Cultural (Antigo Mercado Diário)	**Ficha 7**
Localização	Santarém, Entroncamento, São João Batista
Categoria / Tipologia	Arquitetura Civil/Mercado
Proteção	Sem proteção
Propriedade	CME
Cronologia	- fevereiro de 1930: Início da construção, -novembro de 1930: Inauguração do mercado que continha 26 lojas e várias bancas no seu interior. - maio de 1983: Encerramento do edifício do Mercado Diário devido à inauguração do *Mercado Novo*. - 1986/91: Obras de recuperação do edifício do antigo mercado tendo em vista a sua transformação em centro cultural. - novembro de 91: Inauguração do Centro Cultural do Entroncamento.
Estado de Conservação	Bom
Uso Atual	Uso cultural (sala de exposições e atividades da Cultura); Restauração
Descrição / Observações	Espaço de arquitetura civil (mercado), adaptado recentemente para uso distinto (cultura)
Fotos	

Figura 24. Centro Cultural do Entroncamento | Fonte: mapio.net

Edifício da Escola Camões	**Ficha 9**
Localização	Santarém, Entroncamento, Nossa Sra. De Fátima
Categoria / Tipologia	Arquitetura Civil/Escola
Proteção	Sem proteção
Propriedade	REFER
Cronologia	- 1926 - o edifício foi projetado pelos arquitetos Luís da Cunha e Cottinelli Telmo; Ao longo dos anos, a Escola foi tendo várias funcionalidades. Depois de Escola Primária foi Externato, Escola de Aprendizes da C.P., Liceu e Centro de Ensino e Recuperação de crianças e jovens com deficiências. Atualmente encontra-se encerrada.
Estado de Conservação	Degradado
Uso Atual	Sem uso (edifício encerrado/abandonado)
Descrição / Observações	O edifício da Escola de Camões foi construído para substituir uma outra escola com o mesmo nome, da Companhia dos Caminhos de Ferro, é um edifício de dois pisos, de planta retangular, cuja fachada exibe uma imponência transmitida quer pelo seu tamanho quer pela sua riqueza em pormenores decorativos.
Fotos	

Figura 25. Edifício da Escola Camões | Fonte: c.duentronc.blogspot.com

Central Elétrica da CP	**Ficha 6**
Localização	Santarém, Entroncamento, Nossa Sra. de Fátima
Categoria / Tipologia	Arquitetura Industrial/Central Elétrica
Proteção	Sem Proteção
Propriedade	Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado
Cronologia	1920-1923 - Construção e equipamento 1923-1943 - Central termoelétrica a vapor 1927-1990 - Central termoelétrica a diesel 1930-1990 - Posto de transformação e subestação 1943-1959 - Escola de Aprendizes 1996- 2004 - Integração no Complexo Museológico desde 2005 - Património da Fundação Museu Nacional Ferroviário Armando Ginestal Machado
Estado de Conservação	Médio
Uso Atual	Cultural: Museu/exposição
Descrição / Observações	A central elétrica do Entroncamento integra vários elementos patrimoniais: - o edifício, particularmente a fachada onde é visível a preocupação em marcar a função para qual o edifício foi construído, constituindo um exemplar da arquitetura industrial; - o grupo gerador de energia elétrica composto por um motor de combustão a diesel, instalado na central elétrica 1927 para alimentar de força motriz e iluminação as oficinas do Complexo Ferroviário do Entroncamento; - o quadro elétrico de manobra da central datado de 1927; - a Subestação da central, que era desde o seu início na década de 1930 uma subestação emissora e recetora de energia, distribuindo a energia elétrica produzida na central para todo o complexo ferroviário do Entroncamento, mas também recebia energia da Empresa Hidrelétrica do Alto Alentejo; - as caldeiras a vapor, em 1943 foi montada neste complexo ferroviário uma Escola de Aprendizes, que foi equipada com uma caldeira a vapor para formação, é essa caldeira que hoje faz parte integrante do património da central elétrica do Entroncamento. Como Património Industrial revela valor cultural, enquanto arquitetura e enquanto património integrado, representativo de três fases distintas: - Produção de eletricidade na Central; - Memória da atividade geradora e da educação dos técnicos da eletricidade da CP.
Fotos	

Figura 26. Fachada nascente da central elétrica do Entroncamento



Figura 27. Quadro Elétrico de manobra da central elétrica



Figura 28. Interior da central elétrica – pormenor dos janelões

Edifício dos CTT	**Ficha 10**
Localização	Santarém, Entroncamento, S. João Batista
Categoria / Tipologia	Arquitetura Civil/Posto de Correios
Proteção	Sem proteção
Propriedade	CTT
Cronologia	Não foram obtidos dados sobre a construção do edifício
Estado de Conservação	Bom
Uso Atual	Posto de correios
Descrição / Observações	Esteve em vias de classificação, nos termos do Regime Transitório previsto no n.º 1 do Artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 173/2006, DR, I Série, n.º 16, de 23-08-2006, mas caducou, visto o procedimento não ter sido concluído no prazo fixado no referido artigo. Refira-se que este edifício constitui um elemento exemplar de arquitetura civil funcional dos anos 50 / 60.
Fotos	 Figura 29. Perspetiva geral do edifício dos postos de correio | Fonte: www.allaboutportugal.pt

3.5. Património Arqueológico

3.5.1. Breve nota de enquadramento: ocupação humana dos depósitos aluvionares do Vale do Tejo

Em Portugal, existe uma forte correlação entre as formações geológicas em presença, em particular os depósitos aluvionares do quaternário no Vale do Tejo, depósitos onde se encontram vastas áreas sedimentares de terraços fluviais e a presença de vestígios de ocupação humana.

Os vestígios mais antigos têm considerável concentração no Vale do Tejo, onde se têm identificado vários sítios desde os anos 70. De facto, na última década, em particular no Alto Ribatejo, os estudos crono estratigráficos têm aumentado, facultando uma melhor definição das sequências fluviais e a sua correlação com a ocupação humana.
No Alto Ribatejo as indústrias líticas, feitas sobretudo a partir dos abundantes seixos rolados de quartzito e quartzo são comuns em extensos contextos superficiais, em parte resultantes da mistura de indústrias macrolíticas do Holocénico com indústrias do Pleistocénico.

As investigações em torno das ocupações humanas correspondentes ao Paleolítico inferior e Médio no Alto Ribatejo recuam ao inicio da década. No âmbito desses trabalhos têm sido efetuadas prospeções sistémicas que pretendem verificar a ocupação humana pré-histórica e que visam enquadrar de um ponto de vista crono tipológico os conjuntos líticos identificados.
Nos limites do Concelho de Vila Nova da Barquinha, junto do Concelho do Entroncamento situa-se o sítio de Atalaia, também designado como Ribeira da Ponte de Pedra.

Trata-se de uma estação de ar livre que se localiza na margem esquerda da ribeira com o mesmo nome, a poucos quilómetros da confluência desta com o Rio Tejo. Local onde recolhas de superfície documentaram a presença de indústrias líticas do paleolítico, bem como materiais holocénicos. A observação de um corte geológico no local (depósitos detríticos acumulados na margem esquerda da Ribeira da Atalaia), que foi posteriormente escavado em consecutivas campanhas, permitiu para já confirmar a ocupação pleistocénica do local.

Os materiais encontram-se *in situ* e alguns estão associados a uma estrutura de combustão, a qual forneceu amostras para datação. No que diz respeito à caracterização das ocupações, tem ocupações do paleolítico inferior na base do terraço (Q3 - terraço médio do Tejo), do paleolítico médio no topo do terraço (Q4 - terraço fluvial baixo do Tejo) e do paleolítico superior nos depósitos coluvionares de cobertura. Trata-se de uma indústria essencialmente caracterizada por seixos talhados, núcleos e lascas. Verifica-se a ausência de peças "características" do paleolítico inferior - bifaces e machados de mão.



Figura 30. Perspetiva geral do Sítio de Atalaia, no Concelho de Vila Nova da Barquinha, próximo ao sítio CNS – 34166, já no Entroncamento

3.5.2. Identificação do património arqueológico no concelho do Entroncamento

O património arqueológico existente no Concelho do Entroncamento, inscrito na base de dados da Direção Geral do Património Cultural e identificado com o respetivo Código Nacional de Sítio (CNS), é constituído por oito sítios arqueológicos (três estações de ar livre, dois povoados, uma mancha de ocupação, e duas áreas com vestígios de superfície).

Estes estão localizados maioritariamente na freguesia de São João Batista verificando-se uma concentração de alguns dos sítios arqueológicos na envolvente da Ribeira de Santa Catarina (terço sudeste do Concelho). Inscrevem-se de seguida as fichas de inventário dos sítios arqueológicos acima referidos.

Designação	**FONTE DO BONITO 1**
CNS	8052
Freguesia	Nossa Sra. de Fátima
Tipo de Sítio	Povoado
Período	Calcolítico
Descrição	Terraço da margem esquerda da Ribeira do Bonito onde se conserva um povoado do Calcolítico com boas condições de preservação, localizado no topo da referida plataforma, e no qual foi detetada uma estrutura pétrea circular que teria funcionado possivelmente como lareira (recolheram-se carvões e «ídolos de cornos» calcinados). Foi descoberto após a abertura de valas para implantação de condutas de água para abastecimento de um futuro parque de campismo (segundo informação pessoal obtida junto da CME).
Meio	Terrestre
Classificação	-
Conservação	-
Medidas de proteção	

Designação	**FORMIGÃO**
CNS	10666
Freguesia	S. João Batista
Tipo de Sítio	Estação de Ar Livre
Período	Idade do Bronze ((?))
Descrição	Habitat sem estruturas detetadas. Foram recolhidos materiais, maioritariamente líticos, e um pequeno conjunto cerâmico pré-histórico. O estudo dos materiais, bem como a sua distribuição espacial, sugerem que o sítio pode ter conhecido mais de uma ocupação pré-histórica, correspondendo as peças patinadas a uma ocupação anterior à Idade do Bronze.
Meio	Terrestre
Classificação	-
Conservação	-
Medidas de proteção	

Designação	**ENTRONCAMENTO**
CNS	13129
Freguesia	S. João Batista
Tipo de Sítio	Povoado
Período	Idade do Bronze - Final ((?))
Descrição	Local descoberto aquando da realização de trabalhos de extração de areias para a construção da IP6 / IC3 em 1993, por elementos do núcleo de Arqueologia da Barquinha. Realizaram-se duas pequenas sondagens por A.R.Cruz e L. Oosterbeek, tendo-se exumado apenas material lítico.
Meio	Terrestre
Classificação	-
Conservação	-
Medidas de proteção	

Designação	**COLMEIAS**
CNS	27481
Freguesia	S. João Batista
Tipo de Sítio	Estação de Ar Livre
Período	Paleolítico
Descrição	O sítio localiza-se numa pequena plataforma sobranceira à Ribeira da Atalaia, correspondendo provavelmente a um terraço, no qual apareceram materiais líticos.
Meio	Terrestre
Classificação	-
Conservação	Regular
Medidas de proteção	

Designação	**CASAL DO CONDE**
CNS	27482
Freguesia	S. João Batista
Tipo de Sítio	Estação de Ar Livre
Período	Paleolítico
Descrição	O sítio localiza-se numa zona aplanada e corresponderá a uma grande mancha de dispersão de materiais, onde aparecem peças litilicas.
Meio	Terrestre
Classificação	-
Conservação	Regular
Medidas de proteção	

Designação	**ENTRONCAMENTO 1**
CNS	29328
Freguesia	S. João Batista
Tipo de Sítio	Mancha de Ocupação
Período	Paleolítico e Neo-Calcolítico
Descrição	O sítio do está localizado no terraço inferior do vale, na margem Oeste da Ribeira da Ponte da Pedra, tendo sido encontrados à superfície alguns materiais líticos que podem ser do Paleolítico e alguns fragmentos de recipientes cerâmicos de produção manual que podem indiciar uma ocupação de cronologia mais recente no local.
Meio	Terrestre
Classificação	-
Conservação	-
Medidas de proteção	

Designação	**FONTE DO BONITO 2**
CNS	34166
Tipo de Sítio	Vestígios de superfície
Período	Indeterminado
Descrição	No local foi identificada uma mancha de materiais líticos cronologicamente enquadráveis na pré-história antiga
Meio	Terrestre
Classificação	-
Conservação	-
Medidas de proteção	

Designação	**CASAL DO CONDE 2**
CNS	34167
Tipo de Sítio	Mancha de Ocupação
Período	Indeterminado
Descrição	No local foram identificados vestígios líticos de superfície.
Meio	Terrestre
Classificação	-
Conservação	-
Medidas de proteção	

Quadro 3. Inventário do património arqueológico do Concelho do Entroncamento | Fonte: DGPC

3.5.3. Da fundamentação da delimitação de uma zona de sensibilidade arqueológica

Na margem esquerda e direita da Ribeira da Ponte da Pedra, estão já identificados vários sítios arqueológicos correspondentes na sua maioria a ocupações ao ar livre, de cronologia pré-histórica, sendo o sítio melhor estudado, a Ribeira da Atalaia, já mencionado.

Os vestígios arqueológicos da Ribeira da Atalaia encontram-se na formação geológica correspondente aos terraços quaternários do vale do Tejo, que são dos pela Ribeira da Ponte da Pedra, e que, naturalmente, se prolongam para o concelho do Entroncamento.

Assim, e conforme recomendação da DGPC oportunamente emanada, considera-se que nas áreas onde estão ainda preservados os terraços quaternários do Vale Tejo, é previsível que venham a ser detetados outros vestígios arqueológicos (para além daqueles que são já conhecidos e estão sinalizados na cartografia), devendo ser definido em sede de futuro regulamento as respetivas medidas de proteção e salvaguarda.

A delimitação desta área sensível, efetuada a partir de uma área indicativa fornecida pela DRC, é determinada pela conjugação de três variáveis: da existência destes terraços (que em boa verdade afetam parte significativa do Concelho do Entroncamento [27]), da ocupação do solo (não se classifica como área sensível de arqueologia, como será óbvio, as superfícies do território que já se encontrem maioritariamente ocupadas / edificadas) e a concentração e relevância de achados. Esta variável determina dois níveis de áreas sensíveis, cuja disciplina regulamentar terá em consideração os dois patamares de valorização e proteção do património, mas também, atos de licenciamento e de planeamento eficazes que a ela se sobrepõem.

Esta área sensível ilustrada na figura seguinte, consta na Planta de Ordenamento do PDM, sendo uma disposição específica que se sobreporá e complementará as disposições do Plano relativas à classificação e qualificação de solo.

[27] Remete-se sobre esta matéria para o Relatório n.º 4 Caracterização Biofísica, Condicionantes do Meio e Qualidade Ambiental

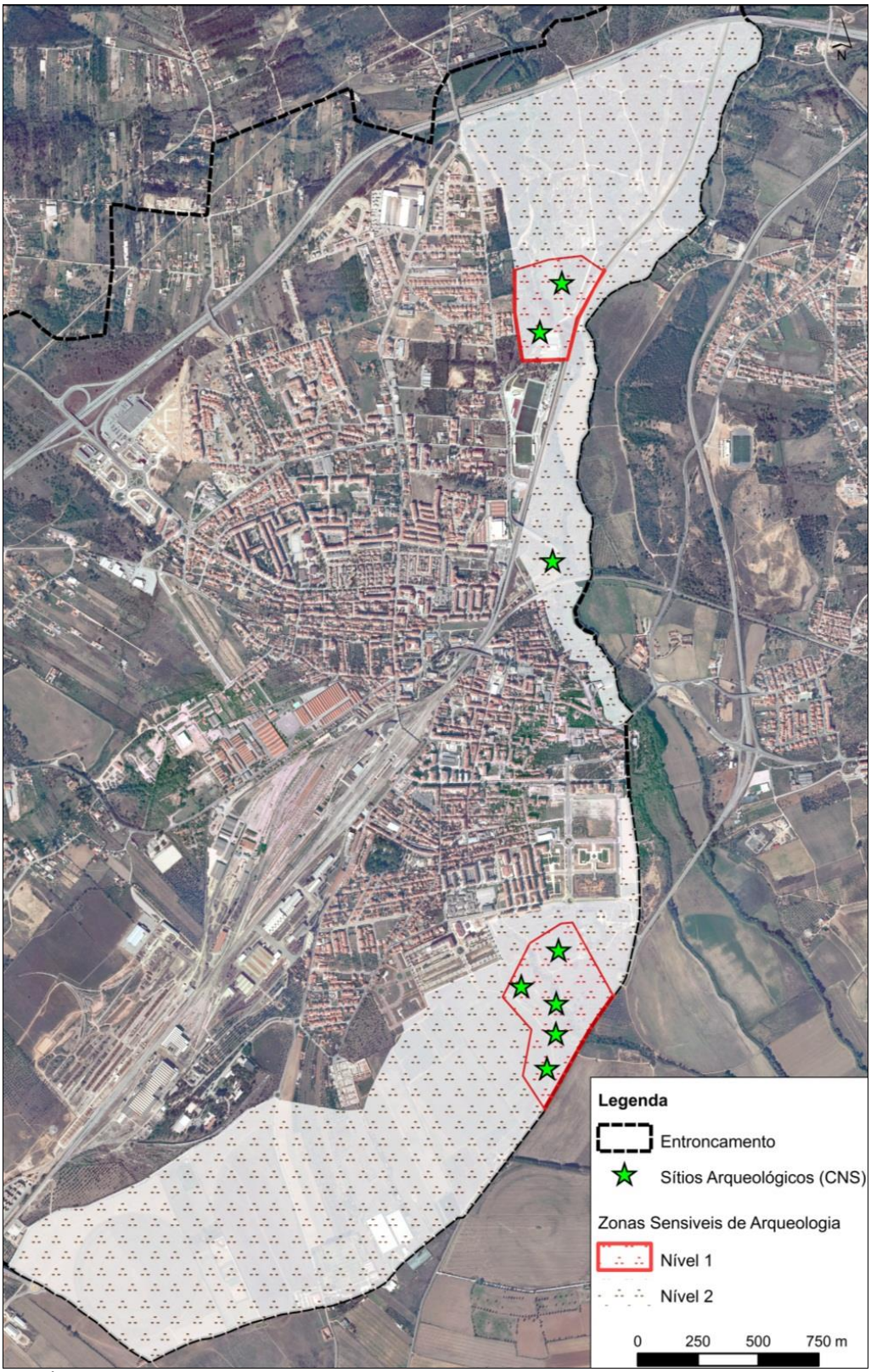


Figura 31. Área sensível de arqueologia no Concelho do Entroncamento

4. Turismo e Lazer

4.1. Recursos Turísticos e de Lazer no Entroncamento

O Turismo tem sido apontado como uma área para a qual o país dispõe de fortes potencialidades, sendo encarado como um setor estratégico prioritário para Portugal. Para esta aposta no Turismo contribuem as características diferenciadoras das diversas regiões do país, em particular e de entre outros aspetos, o património histórico / arquitetónico.

Num quadro regional em que diversas áreas / concelhos dispõem de um conjunto atrativo de recursos turísticos considerados potenciais dinamizadores da atividade turística, o Entroncamento surge como um concelho com um património arquitetónico e arqueológico muito escasso[28] e uma fraca qualidade paisagística[29].

Sem prejuízo de tal facto, o Turismo de Portugal apontou oportunamente um conjunto de elementos que se podem considerar como constituintes do inventário dos recursos turísticos do Concelho.

Nome	Designação de Abordagem
Biblioteca Municipal do Entroncamento	Bibliotecas
Capela de S. João Batista	Igrejas/Capelas/Ermidas
Igreja Matriz do Entroncamento / Igreja da Sagrada Família	Igrejas/Capelas/Ermidas
Mirante do Jardim Parque José Pereira Caldas	Miradouros
Museu da Biblioteca Municipal do Entroncamento*	Museus
Museu Nacional Ferroviário (Sede)	Museus
Jardim da Zona Verde do Entroncamento	Parques/Jardins Públicos
Jardim Parque José Pereira Caldas	Parques/Jardins Públicos
Parque do Bonito	Parques/Jardins Públicos

* Não se encontra atualmente em funcionamento

Quadro 4. Inventário dos recursos turísticos do Concelho do Entroncamento | Fonte: Turismo de Portugal, março de 2012

Apesar de parco em recursos turísticos, o Concelho do Entroncamento dispõe de dois recursos que se destacam e que permitem à autarquia determinar, em diversos documentos estratégicos promovidos localmente, a "*Dinamização da Cidade Visitável*" enquanto um dos eixos da sua estratégia de desenvolvimento – o Museu Nacional Ferroviário[30], que tem a sua sede no Entroncamento e vários núcleos museológicos espalhados pelo país, e o Parque do Bonito.

[28] *Vede* Capítulo relativo ao Património

[29] *Vede* Relatório 4 – Caraterização Paisagística, Paisagem e Qualidade do Meio

[30] A criação do Museu Ferroviário Nacional foi aprovada pela Assembleia da República em 1991 mas apenas em Conselho de Ministros de 25 de novembro de 2004 foi aprovada a constituição da Fundação Museu Nacional Ferroviário (FMNF) Armando

4.1.1. Museu Nacional Ferroviário

A sede do Museu Nacional Ferroviário localiza-se no Complexo Ferroviário do Entroncamento. O perímetro museológico central ocupa uma área de 4,5 hectares e integra cerca de duas dezenas de linhas de caminhos de ferro, a Sede da Fundação, o antigo Armazém de Víveres e outros edifícios de relevante importância histórica, que se encontram em fase de recuperação e readaptação a espaços que permitam dar cumprimento às funções museológicas, assim como às funções de conservação e exposição, de segurança, acolhimento e circulação de visitantes e de serviços a prestar pelo museu.



Figura 32. Perímetro Museológico Central | Fonte: www.fmnf.pt



Figura 33. Perspetiva da Rotunda das Locomotivas | Fonte: www.cm-entroncamento.pt

O projeto é cofinanciado pelo QREN - Programa Operacional do Centro, no âmbito das Parcerias para a Regeneração Urbana, sendo também apoiado pelo Turismo de Portugal, no âmbito do Programa de Intervenção do Turismo - PIT, e visa o desenvolvimento faseado das diversas infraestruturas do Museu no decurso dos próximos anos. Atualmente encontram-se em funcionamento e abertos ao público dois espaços expositivos, um no antigo Armazém de Víveres, outro no edifício da Rotunda de Locomotivas.

Este último é um equipamento inaugurado a 20 de junho de 2008, localizado no espaço onde a antiga rotunda das locomotivas ("redonda" na gira ferroviária), que tinha função de oficina, estava implantada. Atualmente com função expositiva, o edifício abriga alguns dos excecionais exemplares de material circulante do nosso país, como locomotivas, locotratores, carruagens, entre outros, consideradas com peças emblemáticas da história ferroviária portuguesa.

Ginestal Machado, da qual faz parte o Município do Entroncamento, e que veio proporcionar a concretização da construção do Museu, inaugurado a 18 de maio de 2007.

4.1.2. Parque do Bonito

O Parque do Bonito, com uma área de 202.043 m^2, é uma área com várias valências, que vão desde a valorização ambiental, através da requalificação do património natural do Parque (valorização da fauna e flora abundantes e da albufeira)[31], às atividades balneares e fluviais e a outras atividades de recreio e lazer.



Figura 34 - Perspetivas parciais do projeto para o Parque Natural do Bonito | Fonte: CME, Estratégia de Desenvolvimento 2020 e Plano de Ação 2013 para o Entroncamento

A possibilidade da prática de atividades balneares e fluviais é proporcionada pela existência da albufeira do Bonito, cuja limpeza e beneficiação das margens, já encetadas, pretendem torná-la um polo de atração turística. As atividades de recreio e lazer do Parque do Bonito apoiar-se-ão -se num conjunto de equipamentos com essa vocação, tais como:

- Retiro das Aves;
- Parque de Campismo e Bungalows;
- Jardim dos Fenómenos;
- Parque Infantil e de Merendas;
- Centro de Formação e Monitorização Ambiental;
- Parque dos Escuteiros;
- Clube de Arqueiros e Besteiros;
- Zona de Pesqueiros;
- Mini Golf e Parque de Jogos Tradicionais.

A requalificação do Parque Verde do Bonito teve início em 2011, tendo uma área total a intervencionar de cerca de 8 ha. A 1ª fase de requalificação inclui a construção de vários elementos, de entre os quais, rede articulada de percursos, zona de merendas, pesqueiros nas margens das albufeiras, recuperação e integração da Fonte do Bonito, estrutura para apoio a nidificação de aves, arruamentos e áreas de estacionamento, enquadramento paisagístico e mobiliário urbano.

[31] Vede Relatório 4 – Caracterização Biofísica, Paisagem e Qualidade do Meio.



Figura 35 - Pesqueiros no Parque do Bonito | Fonte: CME, Boletim Municipal nº 69, Março-Maio 2012



Figura 36 - Arranjos e mobiliário no Parque do Bonito | Fonte: CME, Boletim Municipal nº 69, Junho-Agosto 2012

4.2. Oferta de Alojamento

De acordo com os dados do Turismo de Portugal existe apenas um empreendimento turístico classificado no Concelho do Entroncamento[32], cujas características se apresentam no quadro seguinte.

Tipo de Empreendimento Turístico	Designação do Empreendimento	Classificação	Nº de Unidades de Alojamento	Nº de Camas
Hotel	Hotel Gameiro	☆☆☆	45	83

Quadro 5 - Empreendimentos Turísticos Classificados no Concelho do Entroncamento | Fonte: Turismo de Portugal, fevereiro de 2013

No entanto, existe outra unidade aberta no Concelho do Entroncamento, o Hotel D. João, identificado com a categoria de 4 estrelas, com 31 quartos,[33] que se encontra em fase de conclusão.



Figura 37 - Hotel D. João | Fonte: domjoaohotel.pt



Figura 38 - Hotel Gameiro | *Fonte: www.trivago.pt*

[32] Consulta à Base de Dados do Turismo de Portugal, I.P., em 03.02.2016.

[33] De acordo com a página http://www.domjoaohotel.com.pt

4.3. Breve Caraterização da procura de alojamento turístico

Do parecer do Turismo de Portugal, I.P, resulta a sugestão de se integrar no corpo do presente relatório uma caracterização da procura de alojamento turístico no Concelho do Entroncamento.

Atentos a tal sugestão, realiza-se o presente capítulo, com base nas seguintes variáveis:[34] evolução do n.º de dormidas no Concelho, estadia média de alojamento, proporção de hóspedes estrangeiros e ocupação média. Sempre que possível ou relevante, efetua-se um breve enquadramento na sub-região do Médio Tejo.

4.3.1. Evolução do n.º de dormidas no concelho do Entroncamento

O Concelho do Entroncamento surge com uma reduzida participação no volume total de dormidas da região do Médio Tejo: em 2012, foi registado um total de 7.574 dormidas no concelho, quando em comparação na região se contabilizaram um total de 697.743 dormidas.

Em 2014, foram registadas um total de 824.779 dormidas na região, não tendo sido apresentado qualquer valor para o Concelho do Entroncamento.

Sublinha-se que os dados da evolução desta variável, disponíveis a partir de 2009, inclusive, demonstram sempre esta dimensão de relação, a par com o facto de uma tendência para a diminuição de dormidas no Concelho (passando de 9.663 dormidas em 2009 para 7.574 em 2012), enquanto que na região existe maior flutuação nos valores, não se distinguindo uma tendência clara, exceto nos últimos dois anos, de crescimento significativo.

De referir que a relevância do Concelho no total de dormidas da região é claramente resultado do seu posicionamento a nível da oferta e produto turístico, que como se referiu não resulta num setor de dimensão neste concelho-cidade. Mas também é resultado do volume muito significativo de dormidas no concelho de Ourém (que ultrapassa os 85% da região), por força do turismo religioso, que posiciona a sub-região numa situação de relevo quando comparada com outras sub-regiões do interior centro do país.
De igual forma, o valor total de dormidas no concelho terá sido prejudicado porque para o volume das mesmas não terão sido contabilizadas aquelas que se registaram no Hotel D. João.

[34] Para esta análise, recorre-se aos dados constantes na Base de Dados online do INE. A generalidade dos dados permite efetuar uma evolução de 2008, até ao ano de 2012, havendo dados relativos a anos posteriores, identificados no corpo da presente análise.

4.3.2. Estadia média de alojamento

Em relação à estadia média de alojamento, constata-se que existe uma diminuição desta variável no período de 2009 – 2013, para o Concelho do Entroncamento, onde a mesma diminuiu de 1,7 para 1,4 (2012) e 1 em 2013. Em 2014 não constam dados relativos a esta variável no Concelho do Entroncamento e na sub-região.

Verifica-se igualmente que a estadia média é inferior à média da sub-região do Médio Tejo (1 e 1,7, respetivamente).[35]

Estas médias são claramente influenciadas pelo tipo de produto em presença: o de estadia de curta duração em cidade ou de negócios no concelho do Entroncamento e o religioso / curta duração em cidade em Ourém (Fátima).

4.3.3. Proporção de hóspedes estrangeiros

Esta variável permite afinar o mercado alvo do produto oferecido na região e no Concelho. Neste, a proporção de estrangeiros no número de dormidas ronda os 10% (2012), enquanto que na região, com maior diversidade de produtos, a proporção de estrangeiros nas dormidas teve uma tendência para aumentar e ultrapassa já os 50% dos clientes de alojamento turístico. Em 2013 e 2014 não constam dados relativos a esta variável no Concelho do Entroncamento.

Está-se por tal em presença de um produto turístico no concelho do Entroncamento que visa claramente o turismo de negócios, com projeção sobre o mercado nacional.

4.3.4. Ocupação média

Esta variável apresenta-se como mais favorável ao Concelho do Entroncamento que à sub-região do Médio Tejo, verificando-se que no concelho a taxa média ronda os 35% e na região, os 25%. De tal facto pode-se afirmar que, a procura no Concelho é claramente mais diluída durante o ano que aquela que se verifica na região, com picos no verão e nas alturas coincidentes com o calendário religioso mariano.

[35] A estadia média de alojamento manteve-se estável no período em análise na região do Médio Tejo.

4.4. Linhas orientadoras do Plano estratégico Nacional do Turismo

O Acordo de parceria ***Portugal 2020*** adota os princípios de programação da **Estratégia Europa 2020** e consagra a política de desenvolvimento económico, social, ambiental e territorial que estimulará o crescimento e a criação de emprego nos próximos anos em Portugal.

Neste contexto, a iniciativa **Turismo 2020 "Plano de Ação para o Desenvolvimento do Turismo em Portugal 2014-2020"**, define os objetivos para o setor e estratégias a desenvolver, e aponta um conjunto de linhas de orientação para as várias regiões do país no sentido de desenvolver ofertas distintivas para as mesmas, alinhadas com a proposta de valor do destino Portugal, capitalizando na vocação natural de cada região e desenvolvendo os seus fatores de qualificação.

No quadro dos objetivos estratégicos definidos no Turismo 2020, de entre outras matérias, é definida uma estratégia de desenvolvimento de produto que tem por base o mercado externo, com base na classificação definida naquele instrumento.

Atentos aos produtos avocados à região Centro, considera-se que o Entroncamento não encontra enquadramento em qualquer um dos produtos destacados para a região, pelo que também não se verifica o enquadramento de um Concelho tão particular para o preenchimento da generalidade das linhas de atuação definidas ao nível de produto para a região Centro.

De entre estas linhas, apenas poder-se-á verificar alguma potencialidade do Concelho nos circuitos turísticos religiosos e culturais, por eventual cross selling com Fátima e Lisboa, e pela localização no Concelho do Museu Ferroviário. O desenvolvimento da eventual exploração do património arqueológico, pese embora relativo, assim como, a dinâmica produzida pelo Parque do Bonito, podem impulsionar o desenvolvimento de turismo de lazer / cultural, pese embora, certamente com *target* no mercado nacional.

5. Conclusões

A particularidade maior deste Concelho reside no facto de que se trata de um Concelho cidade, logo de um município com um carater profundamente urbano, que o distingue da maior parte dos municípios portugueses.

O Entroncamento teve um desenvolvimento recente, apoiado na instalação e evolução da ferrovia, da estação e das atividades relacionadas com as instalações ferroviárias, sendo estas a génese do núcleo urbano e fundamento do crescimento e consolidação do mesmo a partir de inicio do século XX, apoiado depois também pela instalação de aquartelamentos.

Contudo, estas mesmas origens recentes, se são sinónimo de dinamismo e, por tal, de previsão de crescimento futuro, são também causa da inexistência de património imóvel de relevo, não existindo inclusive na cidade um núcleo histórico central, que não sendo caso único no contexto nacional, não deixa de ser caso pouco comum.

Do conjunto do património inventariado, para além dos exemplares de arquitetura civil, sublinha-se a relevância dos bairros operários ferroviários assim como, dos sítios constantes na base de dados Endovélica.

Esta ausência de património resulta também numa menor dimensão dos elementos inventariados a nível de recursos turísticos, pese embora aqui se destaquem dois com influencia claramente superior ao local: o Museu Nacional Ferroviário, sendo sede e o Parque do Bonito.

Siglas e Acrónimos

SIGLAS/ ACRÓNIMOS	LOCUÇÃO
ATL	Atividades de Tempos Livres
CS	Centro de Saúde
DGT	Direção-Geral do Território
DL	Decreto-Lei
E.B.	Ensino Básico
EBI	Escola Básica Integrada
EB1	Escola Básica do 1º Ciclo
EB 2, 3	Escola Básica do 2º e 3º Ciclo
EM	Estrada Municipal
EN	Estrada Nacional
ES	Escola Secundária
ECS	Extensão de Centro de Saúde
ES/3	Escola Secundária com 3º Ciclo
EUC	Equipamentos de Utilização Coletiva
IC	Itinerário Complementar
INE	Instituto Nacional de Estatística
IP	Itinerário Principal
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
JI	Jardim de Infância
NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial
PRN2000	Plano Rodoviário Nacional 2000
RGP	Recenseamento Geral da População
SWOT	Forças (**S**trengths), Fraquezas (**W**eaknesses), Oportunidades (**O**pportunities) e Ameaças (**T**hreats)
UAP	Unidade de Atendimento ao Público



Primeira revisão do PDM do ENTRONCAMENTO

R8 – Património, Turismo e Lazer

Versão de fevereiro de 2018 para aprovação em Assembleia Municipal

ENTRONCAMENTO

cidade ferroviária

Primeira revisão do PDM do ENTRONCAMENTO

Estudos Setoriais de Caraterização

Versão de fevereiro de 2018 para aprovação em Assembleia Municipal